**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO**

**ANDRÉ FONTAN KÖHLER
CURSO DE DOUTORADO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

**Políticas públicas de regeneração urbana, preservação do patrimônio e lazer e turismo:
padrões de intervenção pública e avaliação de resultados no Pátio de São Pedro, Recife, 1969-
2008.**

v. 1

**SÃO PAULO
2011**

ANDRÉ FONTAN KÖHLER

Políticas públicas de regeneração urbana, preservação do patrimônio e lazer e turismo:
padrões de intervenção pública e avaliação de resultados no Pátio de São Pedro, Recife, 1969-
2008.

v. 2

Tese de doutorado apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São
Paulo (FAU/USP) para obtenção do título de
Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração:
História e Fundamentos da Arquitetura e
Urbanismo.

Orientadora:
Profa. Dra. Maria Irene de Queiroz Ferreira
Szmrecsanyi.

SÃO PAULO
2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: AFONTAN@USP.BR

Köhler, André Fontan
K79p Políticas públicas de regeneração urbana, preservação do patrimônio e lazer e turismo: padrões de intervenção pública e avaliação de resultados no Pátio de São Pedro, Recife, 1969-2008 / André Fontan Köhler. --São Paulo, 2011.
2 v. 673 f.: il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP.
Orientadora: Maria Irene de Queiroz Ferreira Szmerecsanyi

1.Renovação urbana – Recife 2.Políticas públicas
3.Patrimônio cultural 4.Lazer 5.Turismo I.Título

CDU 711.4-168(813.41)

ANDRÉ FONTAN KÖHLER

Políticas públicas de regeneração urbana, preservação do patrimônio e lazer e turismo:
padrões de intervenção pública e avaliação de resultados no Pátio de São Pedro, Recife, 1969-
2008.

Tese de doutorado apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São
Paulo (FAU/USP) para obtenção do título de
Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração:
História e Fundamentos da Arquitetura e
Urbanismo.

Aprovada em: ____/____/____.

Profa. Dra. Maria Irene de Queiroz Ferreira Szmrecsanyi.

Instituição: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Julgamento: _____. Assinatura: _____.

Prof. Dr. Eduardo Alberto Cusce Nobre.

Instituição: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Julgamento: _____. Assinatura: _____.

Prof. Dr. José Tavares Correia de Lira.

Instituição: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Julgamento: _____. Assinatura: _____.

Prof. Dr. José Carlos Garcia Durand.

Instituição: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

Julgamento: _____. Assinatura: _____.

Profa. Dra. Madalena Pedroso Aulicino.

Instituição: Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

Julgamento: _____. Assinatura: _____.

SÃO PAULO
2011

*Dedico o presente trabalho a
Geruza Fontan Pereira Köhler e Karol Pawel Köhler.*

Agradeço a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, ajudaram-me a desenvolver e concluir o presente trabalho; contudo, merecem destaque especial algumas delas, a saber: a) Profa. Dra. Maria Irene de Queiroz Ferreira Szmrecsanyi, orientadora de doutorado; b) Prof. Dr. José Carlos Garcia Durand, orientador de mestrado; c) Prof. Dr. Eduardo Alberto Cusce Nobre, pelos comentários ao Memorial de Qualificação (doutorado); d) Clarissa Duarte de Castro Souza, pelo auxílio na formatação do Memorial de Qualificação e tese de doutorado; e) entrevistados no trabalho de campo, pelo tempo e paciência; e f) meus pais, pelo apoio contínuo.

Agradeço também aos órgãos, fundações e autarquias públicas que permitiram o acesso às suas bases de dados e documentos, a saber: a) Superintendência do Iphan em Pernambuco (Iphan-PE); b) Secretaria de Controle e Desenvolvimento Urbano e Obras da Prefeitura da Cidade do Recife; c) URB – Empresa de Urbanização do Recife; d) Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC) da Prefeitura da Cidade do Recife; e) Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE); f) Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR); g) Arquivo Público Estadual; h) Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM); i) Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ); j) Secretaria de Turismo da Prefeitura da Cidade do Recife; e k) outras fontes. Pode-se dizer que a pesquisa documental formou o “coração” da tese de doutorado, que não seria possível sem a permissão desses órgãos, fundações e autarquias para realizar amplos e demorados levantamentos em seus arquivos, bibliotecas e bancos de dados.

É um barroco sugestivo e nítido. A porta principal ladeada por colunas duplas, é de efeito inesquecível. Pelo interior os trabalhos de talha dourada e jacarandá-mármore de Lisboa e objetos do culto são preciosos. A igreja com suas duas torres domina a praçuela silenciosa, com permanente ar de vida colonial.

Luís da Câmara Cascudo, a respeito da Igreja de São Pedro dos Clérigos

Uma vez que a pressão dos interesses econômicos, tendentes a alterar o gabarito ou a largura, pelo menos, das construções atuais do aludido logradouro, se vai tornando cada dia maior, especialmente em consequência do prosseguimento da abertura da Avenida Dantas Barreto, assinalado no ofício de V.S^a, receio que a intervenção pessoal dessa Chefia junto às autoridades municipais, tal como a sugere o arquiteto Lúcio Costa, não consiga induzir aquelas autoridades a adotar medidas suficientes para conter o interesse especulativo dos corretores de imóveis e dos proprietários. Em tais condições, o tombamento do antigo Pátio de São Pedro talvez constitua, em verdade, a única solução satisfatória para o assunto [visibilidade da Igreja de São Pedro dos Clérigos], assim como pondera a Diretoria de Planejamento e Urbanismo do Recife. Entretanto, à vista da desvalia arquitetônica das edificações situadas no logradouro em questão, a D.E.T. tem escrúpulo de tomar iniciativa de tal tombamento. [...] venho perguntar-lhe se, para solução adequada do problema, será conveniente uma proposta formal e fundamentada dessa Chefia com o objetivo da Praça de São Pedro ser inscrita nos Livros do Tombo.

Rodrigo Melo Franco de Andrade, em ofício a Ayrton de Almeida Carvalho (1958)

RESUMO

KÖHLER, André Fontan. **Políticas públicas de regeneração urbana, preservação do patrimônio e lazer e turismo:** padrões de intervenção pública e avaliação de resultados no Pátio de São Pedro, Recife, 1969-2008. 2011. 673 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Lida-se aqui com políticas públicas de regeneração urbana de áreas marcadas por expressivo patrimônio cultural, cujo principal objetivo seja a promoção do lazer, turismo e entretenimento, combinada com a preservação desse patrimônio. O objeto de estudo centra-se nas intervenções públicas realizadas no Pátio de São Pedro, no período 1969-2008, localizado no Bairro de São José, parte do núcleo antigo do Recife. O pátio foi alvo de um dos primeiros projetos de regeneração urbana do Brasil, em 1969, e também passou por sucessivos projetos e propostas desse tipo, ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000, provendo um histórico de políticas públicas. Esse objeto enriquece-se com a adoção de uma análise em perspectiva comparada, com os casos do Bairro do Recife e de cidades inglesas que passaram por políticas públicas similares. Busca-se compreender a lógica por trás dessas políticas públicas e seus principais impactos e consequências sobre as áreas alvo da intervenção, bem como avaliar esse tipo de política pública, discutindo o ajuste de seus meios a seus fins. Normativamente, pretende-se discutir e propor, a partir da análise feita, critérios de procedimentos de preservação do patrimônio cultural, em políticas públicas que vinculem essa preservação com o turismo. A metodologia de pesquisa compreendeu a revisão de literatura teórica, histórica e de estudos de caso, levantamento de documentos em fontes primárias, entrevistas, observação participante e levantamento fotográfico. O trabalho de campo contemplou a visita às seguintes cidades inglesas: York, Kingston upon Hull, Sheffield, Manchester, Salford, Bury, Liverpool, Chester e Wigan. As supracitadas políticas públicas transformaram o pátio num espaço singular no núcleo antigo; a sua configuração urbana e conjunto arquitetônico íntegros e conservados contrastam com o “mar” de descaracterizações, mutilações e demolições no núcleo antigo. Entretanto, essa preservação patrimonial não foi acompanhada por ações de educação patrimonial, o que faz com que o pátio não seja apropriado pela maior parte da população recifense, sendo-lhe indecifrável. Ele também nunca conseguiu ser transformado em centro de turismo, para além de três ou quatro meses de sua “inauguração” como tal. A falta de gestão da Prefeitura da Cidade do Recife sobre o espaço público e casas de sua propriedade, no pátio revela a sua baixa capacidade

institucional para formular e implantar políticas públicas de regeneração urbana, bem como a fragilidade das áreas de turismo e cultura dentro da prefeitura. A tese apresenta três conclusões. Primeiro, as supracitadas políticas públicas não transformaram o pátio em um espaço urbano espacial e socialmente segregado, mesmo tendo retirado-o (parcialmente) do cotidiano do núcleo antigo. Segundo, avalia-se que os sucessivos projetos de regeneração urbana sempre apresentaram sérias deficiências, não informando diretrizes e intervenções adequadas para a sua efetiva recuperação, a nível de conceito e de operação. Terceiro, propõe-se um novo modelo de gestão pública para o pátio, que combine responsabilização, administração do cotidiano e busca pela autosustentabilidade econômico-financeira, e a consideração dos moradores e/ou trabalhadores do núcleo antigo como seu principal “público-alvo,” alvo de ações de educação patrimonial e da transformação do logradouro em espaço de lazer, contemplação e convivência.

Palavras-chave: Regeneração urbana. Políticas públicas. Patrimônio cultural. Lazer e turismo.

ABSTRACT

KÖHLER, André Fontan. **Public policies on urban regeneration, heritage preservation and leisure and tourism:** models of public intervention and evaluation of results in Pátio de São Pedro, Recife, in 1969-2008.. 2011. 673 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

This work deals with public policies on urban regeneration areas with significant cultural heritage, whose main objective is the promotion of leisure, tourism and entertainment, combined with the preservation of this heritage. The object of study focuses on public interventions performed in Pátio de São Pedro, in the period 1969-2008, located in São José neighborhood, downtown Recife. The pátio was the target of one of the first urban regeneration projects in Brazil, in 1969, and also went through successive drafts and proposals of this kind, over the 1980s, 1990s and 2000s, providing a history of public policy. This object is enriched by the adoption of a comparative perspective analysis among Bairro do Recife and some English cities that have had similar policies. We seek to understand the logic behind these policies and their impacts and consequences on the main target areas of intervention and evaluate this type of public policy, discussing the adjustment of their means to their ends. Normatively, we intend to discuss and propose, from the analysis, criteria, procedures for preservation of cultural heritage, public policies that link the preservation of tourism. The research methodology included the review of theoretical literature, and historical case studies, collection of primary source documents, interviews, participant observation and photographic survey. The field work included the following visit to the English cities: York, Kingston upon Hull, Sheffield, Manchester, Salford, Bury, Liverpool, Chester and Wigan. The above policies have transformed the pátio into a unique space in downtown Recife; the maintenance of its urban setting and architectural integrity and preserved contrast with the "sea" of de-characterization, mutilation and demolitions in downtown. However, the preservation of this heritage was not accompanied by actions of heritage education, which makes the patio not appropriate and indecipherable for the majority of Recife's population. It also never managed to be transformed into a urban-tourism precinct, except for the first few months of its three "inaugurations". The lack of management of the City of Recife on the public space and of their homes and property in the pátio reveals its low institutional capacity to formulate and implement public policies of urban regeneration as well as the fragility of the areas of tourism and culture within the municipal approach. The thesis presents three

conclusions. First, the public policies have not turned the pátio into an urban space spatially and socially segregated, despite having withdrawn it (partially) from downtown to everyday life. Second, it is estimated that the successive urban regeneration projects always had serious deficiencies, not informing appropriate interventions and guidelines for its effective recovery, the level concept and operation. Third, we propose a new model of public management to the pátio, which combine accountability, administration of daily life and pursuit of economic and financial self-sustainability, and consideration of residents and / or employees of the old town as its primary "target audience": target actions of heritage education and transforming the street into a space for recreation, contemplation and coexistence.

Keywords: Urban regeneration. Public policies. Cultural heritage. Leisure and tourism.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 001: Revitalização em Piedade (I)	50
Foto 002: Revitalização em Piedade (II)	50
Foto 003: Clifford's Tower (I)	99
Foto 004: Clifford's Tower (II)	99
Foto 005: Clifford's Tower (III)	99
Foto 006: Cidade intramuros de York, Reino Unido (I)	172
Foto 007: Cidade intramuros de York, Reino Unido (II)	173
Foto 008: Jorvik Viking Centre (I)	176
Foto 009: Jorvik Viking Centre (II)	176
Foto 010: Jorvik Viking Centre (III)	176
Foto 011: Material promocional do The York Dungeon e do The London Dungeon	176
Foto 012: Stonegate (I)	178
Foto 013: Stonegate (II)	178
Foto 014: Swinegate	179
Foto 015: Mapa da área central de Kingston upon Hull	182
Foto 016: New Hull (promoção turística)	183
Foto 017: Princes Quay Shopping Centre	183
Foto 018: Queens Gardens.	183
Foto 019: Museum Quarter	183
Foto 020: <i>Boardwalk</i> na margem direita do Rio Hull	184
Foto 021: Trajeto entre o Museum Quarter e The Deep	184
Foto 022: Heart of the City Precint	188
Foto 023: Sheaf Square	190
Foto 024: Winter Garden (I)	190
Foto 025: Winter Garden (II)	190
Foto 026: To let	190
Foto 027: Área central de Manchester	195
Foto 028: Manchester Arndale	196
Foto 029: The Triangle	196
Foto 030: Manchester Central Convention Complex	196

Foto 031: The Gay Village	198
Foto 032: Castlefield	198
Foto 033: Via pedestrianizada de ligação da Gartside Street com a Left Bank, em Spinningfields	198
Foto 034: Spinningfields.	198
Foto 035: The Quays: the ideal destination for culture, sport & shopping	200
Foto 036: Imperial War Museum e The Lowry	200
Foto 037: Salford Quays	200
Foto 038: MediaCityUK	200
Foto 039: Liverpool	204
Foto 040: Albert Dock (I)	206
Foto 041: Albert Dock (II)	206
Foto 042: Roda gigante, centro de convenções e residências, em Liverpool	207
Foto 043: Queens Dock	207
Foto 044: Liverpool One (I)	209
Foto 045: Liverpool One (II)	209
Foto 046: Liverpool One (III)	209
Foto 047: Liverpool One (IV)	209
Foto 048: Chinatown (I)	210
Foto 049: Chinatown (II)	210
Foto 050: <i>Souvenirs</i>	214
Foto 051: Vista aérea das cidades do Recife e Olinda	237
Foto 052: Vista aérea parcial do Bairro de São José, tendo ao centro a Igreja de São Pedro dos Clérigos	243
Foto 053: Principais vias do sistema viário radial-perimetral no núcleo antigo do Recife	247
Foto 054: Anúncio do Pátio de São Pedro, publicado em 13/09/1970	276
Foto 055: O Recife recebe mais nove milhões e duzentos mil cruzeiros de progresso (I)	301
Foto 056: O Recife recebe mais nove milhões e duzentos mil cruzeiros de progresso (II)	301
Foto 057: A Avenida Dantas Barreto, trecho entre a Rua da Indústria e o 1. Módulo do Camelódromo	302

Foto 058: Passeio de pedestres (proposta) da gestão Antonio Farias (1975-1979)	316
Foto 059: Capa do material “Mapa Turístico do Recife e Olinda: com sugestões de compras e passeios”	354
Foto 060: Cartão postal “Encontre-se em Pernambuco: Olinda é de dar água na boca”	354
Foto 061: Novo Pátio de São Pedro. Valorização da nossa cultura. Respeito pela história do Recife	409
Foto 062: Projeto Pátio de São Pedro	409
Foto 063: Página da proposta para a nova iluminação do Pátio de São Pedro – gestão Roberto Magalhães (1997-2000)	416
Foto 064: Roteiros do Recife: uma viagem na história e na cultura do Recife	425
Foto 065: Roteiro 3: revolução e fé	426
Foto 066: Evento noturno no Pátio de São Pedro (I)	438
Foto 067: Evento noturno no Pátio de São Pedro (II)	438
Foto 068: Casario civil do Pátio do Terço (I)	451
Foto 069: Casario civil do Pátio do Terço (II)	451
Foto 070: Salford Quays: empreendimentos residenciais em Huron Basin	454
Foto 071: The Rock, Bury (I)	454
Foto 072: The Rock, Bury (II)	455
Foto 073: St. Sampson’s Church	553
Foto 074: MAGNA Science Adventure Centre	553
Foto 075: Trencherfield Mill	553
Foto 076: Contemporary Urban Centre	553
Foto 077: Wigan Pier (I)	557
Foto 078: Wigan Pier (II)	557
Foto 079: Wigan Pier (III)	557
Foto 080: Wigan Pier (IV)	557
Foto 081: The Galleries Shopping Centre	559
Foto 082: Grand Arcade	559
Foto 083: Vista aérea das cidades do Recife e Olinda	565
Foto 084: Vista aérea dos bairros de Santo Antonio e São José (I)	566
Foto 085: Vista aérea dos bairros de Santo Antonio e São José (II)	567
Foto 086: Vista aérea do Bairro de São José (I)	568

Foto 087: Vista aérea do Bairro de São José (II)	569
Foto 088: Vista aérea do Bairro de São José (III)	570
Foto 089: Vista aérea do Bairro de São José (IV)	571
Foto 090: Vista aérea do Bairro de São José (V)	572
Foto 091: Polígono de tombamento do Pátio de São Pedro – IPHAN	573
Foto 092: Desenho fora de escala do Pátio de São Pedro (I)	574
Foto 093: Desenho fora de escala do Pátio de São Pedro (II)	575
Foto 094: Igreja de São Pedro dos Clérigos (I)	576
Foto 095: Igreja de São Pedro dos Clérigos (II)	577
Foto 096: Igreja de São Pedro dos Clérigos (III)	577
Foto 097: Igreja de São Pedro dos Clérigos (IV)	577
Foto 098: Vista aérea parcial do Bairro de São José, tendo ao centro a Igreja de São Pedro dos Clérigos	578
Foto 099: Vista do Largo do Carmo e da Igreja de São Pedro dos Clérigos, a partir da entrada do Convento de Nossa Senhora do Carmo	579
Foto 100: Igreja de São Pedro dos Clérigos (V)	579
Foto 101: Igreja de São Pedro dos Clérigos (VI)	580
Foto 102: Igreja de São Pedro dos Clérigos – lateral da Rua Felipe Camarão	580
Foto 103: Igreja de São Pedro dos Clérigos – detalhe da parte de trás da torre da Rua Felipe Camarão	580
Foto 104: Igreja de São Pedro dos Clérigos – trechos da lateral da Rua das Águas Verdes (I)	581
Foto 105: Igreja de São Pedro dos Clérigos – trechos da lateral da Rua das Águas Verdes (II)	581
Foto 106: Igreja de São Pedro dos Clérigos – trechos da lateral da Rua das Águas Verdes (III)	581
Foto 107: Igreja de São Pedro dos Clérigos – trechos da lateral da Rua das Águas Verdes (IV)	581
Foto 108: Igreja de São Pedro dos Clérigos – vista da portada barroca do frontispício e das portas laterais	582
Foto 109: Igreja de São Pedro dos Clérigos – portada barroca e porta principal almofadada	582
Foto 110: Igreja de São Pedro dos Clérigos – capela-mor	583

Foto 111: Igreja de São Pedro dos Clérigos – sacristia	583
Foto 112: Igreja de São Pedro dos Clérigos – painéis de um dos arcazes da sacristia em processo de restauro	583
Foto 113: Igreja de São Pedro dos Clérigos – arcaz da sacristia restaurado	583
Foto 114: Trecho do casario do Pátio de São Pedro e da Rua Felipe Camarão	585
Foto 115: Parte inferior do frontispício da Igreja de São Pedro dos Clérigos, encoberta pela fumaça	585
Foto 116: Casario do Pátio de São Pedro, localizado na quadra defronte à Igreja de São Pedro dos Clérigos	586
Foto 117: Casario do Pátio de São Pedro, localizado na quadra defronte à Igreja de São Pedro dos Clérigos	586
Foto 118: Casario do Pátio de São Pedro, localizado na quadra da Rua das Águas Verdes	587
Foto 119: Casario da Rua das Águas Verdes, vendo-se também os fundos e a parede lateral da Igreja de São Pedro dos Clérigos	588
Foto 120: Casario do Pátio de São Pedro, localizado na quadra da Rua das Águas Verdes	588
Foto 121: Pátio de São Pedro e Igreja de São Pedro dos Clérigos	589
Foto 122: Pátio de São Pedro, visto a partir da saída da Travessa do Mercado	590
Foto 123: Vista área do Pátio de São Pedro	590
Foto 124: Casario do Pátio de São Pedro localizado na quadra da Rua Felipe Camarão (I)	591
Foto 125: Casario do Pátio de São Pedro localizado na quadra da Rua Felipe Camarão (II)	591
Foto 126: Casario do Pátio de São Pedro localizado na quadra defronte à Igreja de São Pedro dos Clérigos e palco fixo da PCR	592
Foto 127: Casario do Pátio de São Pedro localizado na quadra da Rua das Águas Verdes (I)	592
Foto 128: Casario do Pátio de São Pedro localizado na quadra da Rua das Águas Verdes (II)	593
Foto 129: Casario do Pátio de São Pedro localizado na quadra defronte à Igreja de São Pedro dos Clérigos	593
Foto 130: Casario do Pátio de São Pedro localizado na quadra da Rua Felipe	594

Camarão (III)	
Foto 131: Casario do Pátio de São Pedro localizado na quadra da Rua Felipe	594
Camarão (IV)	
Foto 132: Casario do Pátio de São Pedro localizado na quadra da Rua Felipe	594
Camarão (V)	
Foto 133: Casario do Pátio de São Pedro localizado na quadra da Rua das Águas Verdes, vendo-se o começo desse logradouro ao fundo	595
Foto 134: Vendedor ambulante no Pátio de São Pedro	595
Foto 135: Novo espaço turístico do Pátio de São Pedro	596
Foto 136: Placa do Circuito da Poesia instalada no novo espaço turístico do Pátio de São Pedro	596
Foto 137: Primeira apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: Boi Tatá (I)	597
Foto 138: Primeira apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: Boi Tatá (II)	597
Foto 139: Primeira apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: Boi Tatá (III)	597
Foto 140: Segunda apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: Boi da Cara Branca (I)	598
Foto 141: Segunda apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: Boi da Cara Branca (II)	598
Foto 142: Segunda apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: Boi da Cara Branca (III)	598
Foto 143: Segunda apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: Boi da Cara Branca (IV)	599
Foto 144: Segunda apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: Boi da Cara Branca (V)	599
Foto 145: Segunda apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: Boi da Cara Branca (VI)	599
Foto 146: Terceira apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: boi não identificado (I)	600
Foto 147: Terceira apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: boi não identificado (II)	600
Foto 148: Terceira apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: boi não identificado (III)	600
Foto 149: Concentração do Boi Faceiro na Travessa de São Pedro	601

Foto 150: Platéia da apresentação de Bois de Carnaval (I)	601
Foto 151: Platéia da Apresentação de Bois de Carnaval (II)	601
Foto 152: Platéia da apresentação de Bois de Carnaval (III)	601
Foto 153: Buraco do Sargento Bar durante o Encontro de Bois de Carnaval	602
Foto 154: Bar e restaurante do Pátio de São Pedro durante o Encontro de Bois de Carnaval	602
Foto 155: Mesas e cadeiras colocadas no Pátio de São Pedro durante o Encontro de Bois de Carnaval	602
Foto 156: Espectadores do Encontro de Bois de Carnaval	603
Foto 157: “Turista alemão” no Encontro de Bois de Carnaval	603
Foto 158: Policiamento no Pátio de São Pedro durante o Encontro de Bois de Carnaval	603
Foto 159: Rua Felipe Camarão	603
Foto 160: Comércio informal no Pátio de São Pedro	604
Foto 161: Vista aérea da Travessa de São Pedro	605
Foto 162: Travessa de São Pedro (I)	606
Foto 163: Travessa de São Pedro (II)	607
Foto 164: Saída da Travessa de São Pedro para a Av. Dantas Barreto	607
Foto 165: Detalhe da saída da Travessa de São Pedro para a Av. Dantas Barreto	607
Foto 166: Av. Dantas Barreto (Bairro de Santo Antonio)	608
Foto 167: Av. Dantas Barreto (Bairro de São José)	608
Foto 168: Largo do Carmo	609
Foto 169: Rua Felipe Camarão	610
Foto 170: Parte do portão entre o Pátio de São Pedro e a Rua Felipe Camarão	610
Foto 171: Rua Felipe Camarão (I)	611
Foto 172: Rua Felipe Camarão (II)	611
Foto 173: Rua Felipe Camarão (III)	611
Foto 174: Rua das Águas Verdes	612
Foto 175: Casario da Rua das Águas Verdes	613
Foto 176: Casario da Rua das Águas Verdes – vista das platibandas e dos pisos superiores do sobrado	613
Foto 177: Estacionamento de carrinhos de lanches e guloseimas na Rua das Águas Verdes	614

Foto 178: Depósito de lixo na Rua das Águas Verdes	614
Foto 179: Rua das Águas Verdes e fundos da Igreja de São Pedro dos Clérigos	615
Foto 180: Camelô na Rua das Águas Verdes	615
Foto 181: Comerciante estabelecido na Rua das Águas Verdes	615
Foto 182: Reciclagem de alumínio na Rua das Águas Verdes	616
Foto 183: Rua das Águas Verdes – trecho entre a Rua Tobias Barreto e Pátio do Terço	616
Foto 184: Manequins na Rua das Águas Verdes	617
Foto 185: Sobrado descaracterizado na Rua das Águas Verdes	617
Foto 186: Ocupação irregular de calçadas na Rua das Águas Verdes	617
Foto 187: Rua das Águas Verdes, com o Pátio do Terço ao fundo	617
Foto 188: Carrinho de frutas na Rua Tobias Barreto	618
Foto 189: Carrinho de guloseimas na Rua Tobias Barreto	618
Foto 190: Comércio de rua regularizado na Rua Tobias Barreto	618
Foto 191: Conjunto arquitetônico tombado pelo IPHAN na Rua Tobias Barreto	618
Foto 192: Beco do Veado Branco, vendo-se ao fundo a Rua Direita	619
Foto 193: Banca de amoladores no Beco do Veado Branco	619
Foto 194: Comércio de rua regularizado de armarinho e miudezas no Beco do Veado Branco	619
Foto 195: Camelôs de confecções no Beco do Veado Branco	619
Foto 196: Rua Direita – trecho ao lado da Igreja de Nossa Senhora do Livramento	620
Foto 197 Pátio do Livramento, tendo ao centro a Igreja de Nossa Senhora do Livramento	620
Foto 198 Trecho do casario do Pátio do Livramento – vista à direita da entrada da Igreja de Nossa Senhora do Livramento	621
Foto 199: Pisos térreos de dois sobrados do Pátio do Livramento – vista à direita da entrada da Igreja de Nossa Senhora do Livramento	621
Foto 200: Trecho do casario do Pátio do Livramento – vista à esquerda da entrada da Igreja de Nossa Senhora do Livramento	621
Foto 201: Placa de informação turística da Igreja de Nossa Senhora do Livramento	622
Foto 202: Rua Direita – vista em direção ao Pátio do Terço	623
Foto 203: Rua Direita, vendo-se ao fundo a Igreja de Nossa Senhora do Terço	623
Foto 204: Frontispício da Igreja de Nossa Senhora do Terço	623

Foto 205: Placa de informação turística da Igreja de Nossa Senhora do Terço	624
Foto 206: Pátio do Terço	624
Foto 207: Sobrados do Pátio do Terço	624
Foto 208: Galeria na Rua das Águas Verdes, na entrada do Pátio do Terço	625
Foto 209: Praça Dom Vital	626
Foto 210: Trecho do casario da Praça Dom Vital	626
Foto 211: Prostitutas esperando clientes na Praça Dom Vital	626
Foto 212: Modelo de placa para os estabelecimentos instalados no Centro Permanente de Turismo do Recife	627
Foto 213: Página da proposta para a nova iluminação do Pátio de São Pedro – gestão Roberto Magalhães (1997-2000)	628
Foto 214: Capa do Mapa Turístico da Cidade do Recife, 1966/67	642
Foto 215: Calendário Turístico 1971	643
Foto 216: Propagandas no Mini guia Recife: Bumba Meu Bar e Bodega 21	644
Foto 217: Recife: Venha viver o Recife	645
Foto 218: Recife: como olhar e desfrutar o melhor da beleza morena (I)	646
Foto 219: Recife: como olhar e desfrutar o melhor da beleza morena (II)	646
Foto 220: Mapa turístico do Grande Recife (I)	647
Foto 221: Mapa turístico do Grande Recife (II)	647
Foto 222: Recife: a capital do seu coração	648
Foto 223: Anéis viários do núcleo antigo do Recife	649
Foto 224: Proposta para a estrutura básica da Cidade do Recife	650
Foto 225: Portal do Pólo Pina (Rua Herculano Bandeira)	655
Foto 226: Totem do Pólo Pina (Avenida Boa Viagem)	655
Foto 227: Pólo Pina	655
Foto 228: O 1º módulo do Camelódromo	656
Foto 229: O 6º módulo do Camelódromo	656
Foto 230: Castelinho, na Avenida Boa Viagem	661
Foto 231: Praça de Casa Forte (I)	661
Foto 232: Praça de Casa Forte (II)	661
Foto 231: Edifício Chantecler	670

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 001 – Evolução da chegada de turistas internacionais, no período 1999-2009 (em milhões de chegadas)

Gráfico 002 – Evolução das receitas cambiais geradas pelo turismo internacional, no período 1999-2009 (em US\$ bilhões)

Gráfico 003 – Trajetória das chegadas de turistas internacionais no Brasil, no período 1970-1980

Gráfico 004 – Variação percentual do Produto Interno Bruto brasileiro, em relação ao ano anterior, no período 1968-1979

Gráfico 005 – Formação do Produto Interno Bruto do Recife, em 2008

Gráfico 006 – IDH-M de cidades selecionadas, em 2000

Gráfico 007 – Trajetória da população residente na Cidade do Recife, entre 1872 e 1960, inclusive

Gráfico 008 – Trajetória da população do Bairro do Recife, entre 1910 e 2000, inclusive

LISTA DE TABELAS

Tabela 001 – Produto Interno Bruto e IGP-DI, no período 1980-1990	324
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD/DIPER – Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco;

ADM&TEC – Instituto de Administração e Tecnologia;

ASPA – Associação dos Locatários, Empresários e Amigos do Pátio de São Pedro;

ATLAS – European Association for Tourism and Leisure Education;

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento;

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

BNH – Banco Nacional de Habitação;

CDL Recife – Câmara de Dirigentes Lojistas do Recife;

CDP – Community Development Program;

CEPSP – Comissão Executiva do Pátio de São Pedro;

DASP – Departamento de Administração e Serviço Público;

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda;

DPPC – Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural;

DPSH/URB – Departamento de Preservação de Sítios Históricos da Empresa de Urbanização do Recife;

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo;

EMETUR – Empresa Metropolitana de Turismo da Cidade do Recife;

EMPETUR – Empresa de Turismo de Pernambuco;

EUA – Estados Unidos da América;

FBB – Fundação Banco do Brasil;

FCCR – Fundação de Cultura Cidade do Recife;

FIDEM – Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife;

FMI – Fundo Monetário Internacional;

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco;

FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco;

ICOMOS – International Commission on Monuments and Sites;

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal;

IEP – Imóvel Especial de Preservação;

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

ITC – International Trade Centre;

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul;

MES – Ministério da Educação e Saúde Pública;

MMM – *mega-multi-mall*;

NYSE – New York Stock Exchange;

OEA – Organização dos Estados Americanos;

OMC – Organização Mundial do Comércio;

OMT – Organização Mundial do Turismo;

ONU – Organização das Nações Unidas;

PAEP/SEADE – Pesquisa da Atividade Econômica Paulista da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados;

PCH – Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para fins turísticos;

PCR – Prefeitura da Cidade do Recife;

PDCR/PCR – Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife;

PDI/RMR – Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife;

PDLI – Plano de Desenvolvimento Local Integrado;

PHAN – Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

POT – Plano de Organização Territorial;

PPP – Parceria público-privada;

PPSH/RMR – Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife;

PRODETUR/NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste;

PROEST – Programa Estruturador do Recife;

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais;

RMR – Região Metropolitana do Recife;

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo;

RPA-1 – Região Político-Administrativa 1;

SEBRAE-PE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Pernambuco;

Seplan/PR – Secretaria de Planejamento da Presidência da República;

SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo;

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste;

TELPE – Telecomunicação de Pernambuco;

UDAG – Urban Development Action Grant;

UE – União Européia;

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development;

UNDP – United Nations Development Programme;

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization;

UNSTAT – United Nations Statistical Commission;

URB – Empresa de Urbanização do Recife;

WEM – West Edmonton Mall;

WIPO – World Intellectual Property Organization;

ZET – Zona Especial Turística;

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	32
1.1 Objeto de estudo e problematização	36
1.2 Justificativas	40
1.3 Objetivos	41
1.4 Hipóteses	43
1.5 Metodologia de pesquisa	45
2. ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS EM UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO	48
2.1 Globalização: integração, interconectividade e interdependência em escala mundial	51
2.2 O novo papel do Estado: declínio do Estado de Bem-Estar Social e ascensão do Estado regulador	54
2.3 A reestruturação econômica e o novo papel da cultura na sociedade e mercado atuais	67
3. PATRIMÔNIO CULTURAL, AUTENTICIDADE E TURISMO: ORIGENS, SENTIDOS E CONSEQUÊNCIAS DO TURISMO CULTURAL	84
3.1 Turismo: definições, tipologias e segmentação do mercado	84
3.2 Turismo cultural: conceitos, origens e fontes de crescimento do segmento de mercado	88
3.3 Importância, características e nichos de mercado do segmento de turismo cultural	103
3.4 Autenticidade em turismo: textos seminais, perspectivas e correntes na literatura analítica	109
<u>3.4.1 Avaliação dos textos seminais sobre a autenticidade em turismo</u>	112
<u>3.4.2 A corrente construtivista: relativismo cultural e múltiplas perspectivas sobre a autenticidade em turismo</u>	115
<u>3.4.3 A corrente pós-modernista: autenticidade como atributo de produto e a supremacia do mercado</u>	118
3.5 Segregação social e espacial e lógica circular: “completude” e tautologia no turismo contemporâneo	119

4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE REGENERAÇÃO URBANA: CULTURA, PATRIMÔNIO E TURISMO “AOS PEDAÇOS”	131
4.1 “Antecedentes” das políticas públicas de regeneração urbana: o crescimento e adensamento das cidades nos séculos XIX e XX e o planejamento urbano modernista	131
4.2 Políticas públicas de regeneração urbana: ascensão, lógica de atuação e principais resultados sobre as cidades	141
<u>4.2.1 Ascensão e consolidação das políticas públicas de regeneração urbana: a transformação da agenda pública nos EUA e Reino Unido</u>	144
<u>4.2.2 Parcerias público-privadas, novos modelos de governança pública e Estado empresarial: a economia política das políticas públicas de regeneração urbana</u>	150
<u>4.2.3 Políticas públicas de regeneração urbana: lógica de atuação e concepção de cidade</u>	153
<u>4.2.4 Políticas públicas de regeneração urbana e o “pacote” de infra-estrutura e equipamentos urbanos</u>	160
<u>4.2.5 Políticas públicas de regeneração urbana: críticas e problemas à cidade</u>	163
5. POLÍTICAS PÚBLICAS DE REGENERAÇÃO URBANA NA INGLATERRA: REMODELAÇÕES EM LARGA ESCALA, PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E TURISTIFICAÇÃO COMO PRIORIDADES NA AGENDA PÚBLICA	169
5.1 York: a transformação da cidade intramuros em paisagem controlada de consumo e de espetáculo permanente para turistas e visitantes	171
5.2 Kingston upon Hull: modelo virtual de renovação urbana e a reprodução em série de espaços e atrações turísticas	180
5.3 Sheffield: <i>flagship attractions</i> na transformação da área central em precinto urbano-turístico	185
5.4 Manchester e Salford: docas, esportes e precintos urbano-turísticos para a regeneração urbana da antiga capital do algodão	192
5.5 Liverpool: <i>shopping center</i> a céu aberto, <i>pop culture</i> e formação de ilhas de excelência em um mar de miséria e redundância	201
5.6 Suma conclusiva sobre o capítulo	212
6. CULTURA, PATRIMÔNIO E IDENTIDADE NACIONAL E AS GRAMÁTICAS POLÍTICAS DO BRASIL: CONDICIONANTES DAS	216

POLÍTICAS PÚBLICAS DE REGENERAÇÃO URBANA NO PÁTIO DE SÃO PEDRO

6.1 Antecedentes e primórdios das políticas públicas patrimoniais no Brasil	218
6.2 A formação do Estado Moderno brasileiro: bases das políticas públicas patrimoniais no primeiro período Vargas (1930-1945)	219
6.3 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: formação do conceito de PHAN e bases da ação do Estado na área patrimonial	223
6.4 As gramáticas políticas brasileiras: clientelismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos no caso do Pátio de São Pedro	228
7. A MODERNIZAÇÃO DO RECIFE E O TURISMO NA PRESERVAÇÃO DO PÁTIO DE SÃO PEDRO, 1909-1969	232
7.1 O Recife: descrição geográfica, social e econômica e caracterização do núcleo antigo	232
7.2 Pátio de São Pedro e Igreja de São Pedro dos Clérigos: descrição e caracterização	240
7.3 A Cidade do Recife após a “modernização”: crescimento urbano, metropolização e planejamento urbanístico, anos 1950 e 1960	244
7.4 Pátio de São Pedro: valorização patrimonial e tombamento, tentativas de remodelação e antecedentes do Centro Permanente de Turismo do Recife	248
<u>7.4.1 Valorização patrimonial e tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos e do Pátio de São Pedro: o patrimônio monumental e a proteção de sua visibilidade e ambiência</u>	249
<u>7.4.2 A intervenção e regulação do Pátio de São Pedro: riscos, propostas e projetos, anos 1940, 1950 e 1960</u>	253
<u>7.4.3 Cultura, patrimônio e turismo: as primeiras propostas de aproveitamento turístico do Pátio de São Pedro, anos 1950 e 1960</u>	257
<u>7.4.4 Pátio de São Pedro: a convergência para a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, anos 1950 e 1960</u>	262
8. CRIAÇÃO, DECLÍNIO E FIM DO CENTRO PERMANENTE DE TURISMO DO RECIFE: A TRAJETÓRIA DO PÁTIO DE SÃO PEDRO, 1969-1985	265
8.1 Cultura, patrimônio e turismo como prioridade de governo: a criação do	265

Centro (não tão) Permanente de Turismo do Recife na gestão Geraldo Magalhães (1969-1971)	
<u>8.1.1 Composição, agenda pública e lógica de atuação da gestão Geraldo Magalhães (1969-1971)</u>	268
<u>8.1.2 O contexto político-cultural da criação do Centro Permanente de Turismo do Recife</u>	271
<u>8.1.3 Políticas públicas de patrimônio e turismo: pioneirismo e instrumentalização da cultura na gestão Geraldo Magalhães (1969-1971)</u>	273
<u>8.1.4 Centro Permanente de Turismo do Recife: criação, administração e principais resultados atingidos pela gestão Geraldo Magalhães (1969-1971)</u>	274
<u>8.1.5 Pátio de São Pedro, Bairro de Boa Viagem e novos eventos turísticos: promoção turística e propaganda política na folheteria da gestão Geraldo Magalhães (1969-1971)</u>	286
<u>8.1.6 Suma conclusiva sobre a gestão Geraldo Magalhães (1969-1971)</u>	288
8.2 A morte e a morte do Centro Permanente de Turismo do Recife: descontinuidade administrativa e “progresso” na gestão Augusto Lucena II (1971-1975)	292
<u>8.2.1 Composição, agenda pública e lógica de atuação da gestão Augusto Lucena II (1971-1975)</u>	293
<u>8.2.2 Políticas públicas de patrimônio e turismo: o agudo contraste entre retórica e prática na gestão Augusto Lucena II (1971-1975)</u>	295
<u>8.2.3 As idéias fora do tempo e do lugar: a conclusão da Avenida Dantas Barreto</u>	299
<u>8.2.4 A polarização entre o Pátio de São Pedro e a Praia de Boa Viagem: a folheteria turística da gestão Augusto Lucena II (1971-1975)</u>	303
<u>8.2.5 Suma da gestão Augusto Lucena II (1971-1975)</u>	304
8.3 Patrimônio cultural, lazer e turismo e planejamento urbano: a convergência de ações e projetos na gestão Antonio Farias (1975-1979)	305
<u>8.3.1 A Estrutura urbana do Recife: planejamento urbanístico municipal de larga escala e a “inauguração” da revitalização da área central</u>	311
<u>8.3.2 Políticas públicas de patrimônio e turismo: movimentos inversos na gestão Antonio Farias (1975-1979)</u>	317
<u>8.3.3 Suma conclusiva sobre a gestão Antonio Farias (1975-1979)</u>	320
8.4 Políticas públicas sociais e complementação urbana: a gestão Gustavo	323

Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983)

8.4.1 Composição, agenda pública e lógica de atuação da gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983) 325

8.4.2 Revitalização e “humanização” da área central: palavras ao léu em um núcleo antigo crescentemente popularizado 328

8.4.3 Políticas públicas de patrimônio e turismo: o contraste entre a formalização e a prática na gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983) 330

8.4.4 Suma conclusiva sobre a gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983) 334

8.5 Esboços e intenções para a regeneração urbana do Pátio de São Pedro: a gestão Joaquim Francisco (1983-1985) 335

9. A REGENERAÇÃO URBANA DO PÁTIO DE SÃO PEDRO, 1986-2008: A EFEMERIDADE DOS “NOVOS” CONCEITOS E A (FALTA DE) GESTÃO DO CENTRO DE LAZER, TURISMO E ENTRETENIMENTO. 340

9.1 Processos de regeneração de papel: intervenção urbana no núcleo antigo e no Pátio de São Pedro na gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988) 340

9.1.1 O Programa de Recuperação do Centro da Cidade: um arremedo de projetos, de idéias e de boas intenções para um núcleo antigo em franco processo de deterioração e decadência 342

9.1.2 O Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro: políticas públicas patrimoniais e processo de regeneração urbana de papel 347

9.1.3 O fomento ao turismo na gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988): o “não fazer” como política pública municipal 353

9.1.4 Suma conclusiva sobre a gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988) 355

9.2 Processo de regeneração de fachada: a intervenção pública no Pátio de São Pedro na gestão Joaquim Francisco/Gilberto Marques Paulo (1989-1992) 357

9.2.1 Composição, agenda pública e lógica de atuação da gestão Joaquim Francisco/Gilberto Marques Paulo (1989-1992) 360

9.2.2 Os programas de regeneração urbana da gestão Joaquim Francisco/Gilberto Marques Paulo (1989-1992): do catálogo de projetos ao combate ao comércio informal “invasor” 363

9.2.3 O Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro: o prenúncio do 365

<u>“fachadismo” e da parceria público-privada nos processos de regeneração urbana da Cidade do Recife</u>	
<u>9.2.4 Suma conclusiva sobre a gestão Joaquim Francisco/Gilberto Marques Paulo (1989-1992)</u>	370
9.3 O Império do Lazer, Turismo e Entretenimento: projetos e ações no Bairro do Recife (Recife Antigo) e no Pátio de São Pedro na gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996)	373
<u>9.3.1 O Plano de Revitalização Bairro do Recife: mercado imobiliário e lazer, turismo e entretenimento no bairro “estratégico” para o desenvolvimento econômico do Recife</u>	376
<u>9.3.2 O Plano de Revitalização do Pátio de São Pedro: centro de turismo e praça de alimentação de Shopping Center a céu aberto, no “coração” da Ilha de Antonio Vaz</u>	383
<u>9.3.3 Suma conclusiva sobre a gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996)</u>	391
9.4 Processo de regeneração urbana (finalmente) prioridade de governo: a intervenção urbana no Pátio de São Pedro na gestão Roberto Magalhães (1997-2000)	394
<u>9.4.1 O Projeto Capital: a instituição do planejamento estratégico na Cidade do Recife por uma gestão pública empresarial</u>	396
<u>9.4.2 Lazer, turismo e entretenimento no Pólo Bom Jesus: continuidades e descontinuidades do Plano de Revitalização Bairro do Recife na gestão Roberto Magalhães (1997-2000)</u>	401
<u>9.4.3 A implantação do Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro: euforia, declínio e queda de um centro de lazer, turismo e entretenimento aplicado fora do tempo e do espaço</u>	403
<u>9.4.4 Suma conclusiva sobre a gestão Roberto Magalhães (1997-2000)</u>	413
9.5 A gestão João Paulo (2001-2008): novos conceitos e velhos problemas na “ilha” de museus, memoriais e centros culturais do Pátio de São Pedro	418
<u>9.5.1 Políticas públicas de patrimônio e turismo: o contraste entre a grandeza de intenções e a falta de gestão, coordenação e recursos materiais (humanos e financeiros)</u>	420
<u>9.5.2 O núcleo antigo do Recife ainda passa por um processo de regeneração urbana? Retórica, planejamento e ações práticas na gestão João Paulo (2001-</u>	423

2008)

9.5.3 O Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda: a segunda (e última?) malfadada tentativa de planejamento estratégico na Cidade do Recife	428
9.5.4 Um pátio turístico-cultural no “coração” da cidade: a transformação do Pátio de São Pedro na “vitrine” do Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda	434
9.5.5 Suma conclusiva sobre a gestão João Paulo (2001-2008)	440
10. CONCLUSÃO	444
REFERÊNCIAS	465
APÊNDICE A – As bases da teoria macroeconômica proposta por John Maynard Keynes	515
APÊNDICE B – As bases do <i>thatcherism</i>	518
APÊNDICE C – A reestruturação econômica: a questão da desindustrialização e da localização dos centros de comando e controle	521
APÊNDICE D – A reestruturação da produção, logística e cadeia de suprimentos em escala global: as principais formas de atuação das firmas	524
APÊNDICE E – Economia criativa e indústrias criativas: descrição dos setores e funções e importância econômica dos bens e serviços criativos	526
APÊNDICE F – Mega-Multi-Malls (MMMs): a importância econômica de grandes complexos integrados de compra e diversão	528
APÊNDICE G – O novo papel da cultura na sociedade e mercado atuais (complemento)	530
APÊNDICE H – Textos seminais sobre a autenticidade em turismo (complemento)	532
APÊNDICE I – A autenticidade existencial	552
APÊNDICE J – A utilização de estruturas redundantes restauradas e adaptadas para novos fins, no Reino Unido	553
APÊNDICE K – Wigan Pier: declínio e queda do projeto pioneiro de regeneração urbana para o lazer, turismo e entretenimento na Inglaterra	555
APÊNDICE L – Cidade do Recife: formação do Produto Interno Bruto municipal e IDH-M em perspectiva comparada	561
APÊNDICE M – Fotos, mapas e desenhos do núcleo antigo do Recife e do Pátio de São Pedro e arredores: patrimônio arquitetônico e urbanístico, atividades econômicas, sociais e culturais e residentes e transeuntes	563

APÊNDICE N – A modernização da Cidade do Recife na primeira metade do Século XX: permanências, transformações e legado	629
APÊNDICE O – A folheteria turística do Recife, anos 1960 – complemento	641
APÊNDICE P – A folheteria turística do Recife, 1969-2008 (complemento)	643
APÊNDICE Q – A Estrutura urbana do Recife da gestão Antonio Farias (1975-1979) – material de apoio	649
APÊNDICE R – Mecanismos necessários à preservação das estruturas urbanas de interesse histórico e cultural da Cidade do Recife	651
APÊNDICE S – O Programa de Recuperação do Centro da Cidade da gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988): projetos e ações específicos (proposta)	653
APÊNDICE T – Obras emblemáticas da gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996): o Pólo Pina e o Calçadão dos Mascates	655
APÊNDICE U – Programa Estruturador do Recife (PROEST) – complemento	657
APÊNDICE V – O Programa Revitalização do Centro: o fim melancólico da utilização do catálogo de projetos da URB para a regeneração urbana do núcleo antigo do Recife	659
APÊNDICE W – Imóveis Especiais de Preservação (IEPs) – complemento	661
APÊNDICE X – Recife 2000 – complemento	663
APÊNDICE Y – Projetos, ações e atuação da Secretaria de Turismo (e Esportes) na gestão João Paulo (2001-2008)	665
APÊNDICE Z – Propostas e ações no núcleo antigo, na gestão João Paulo (2001-2008) - complemento	668
ANEXO A – Principais conseqüências da conclusão da Avenida Dantas Barreto para o Bairro de São José (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1993c, p. 8-9)	672

1. INTRODUÇÃO.

A tese de doutorado tem como motivação básica a compreensão e avaliação das políticas públicas de regeneração urbana que combinam a preservação do patrimônio cultural material com o fomento ao lazer e turismo, dentro de uma proposta de desenvolvimento econômico.

Dada a importância crescente que esse tipo de política pública tem assumido nas últimas quatro décadas em várias cidades ao redor do Mundo, e mais recentemente no Brasil, esse trabalho busca responder a seguinte questão básica: *quais são a lógica de intervenção pública e os principais resultados gerados pelas políticas públicas de regeneração urbana para a cidade, principalmente no que concerne a preservação do patrimônio cultural material e o desenvolvimento do lazer e turismo?*

A partir dessa questão básica, contextualiza-se a emergência e consolidação dessas políticas públicas dentro de desenvolvimentos mais amplos na economia, Estado e sociedade, dos quais a globalização, a reestruturação econômica mundial, a ascensão do pós-modernismo como novo paradigma cultural e o advento do Estado regulador destacam-se.

Isso permite compreender-se o novo papel assumido por um número crescente de cidades nas últimas décadas, com a crescente competição interurbana por investimentos, firmas e mão-de-obra qualificada e solvente, o crescimento do turismo internacional e a consolidação do conceito de *privatism* na gestão pública municipal; as políticas públicas de regeneração urbana refletem a combinação desses desenvolvimentos, às vezes se fazendo crer que as cidades são agentes coesos e competitivos, a exemplo de firmas.

Para a análise e avaliação das políticas públicas de regeneração urbana, a tese de doutorado centrou-se no Pátio de São Pedro, conjunto arquitetônico e paisagístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no núcleo antigo do Recife, Estado de Pernambuco. Além de seu valor patrimonial, o supracitado espaço urbano foi objeto de um dos primeiros – senão o primeiro – projetos de regeneração urbana do Brasil, em 1969; inclusive, isso o torna um estudo de caso pioneiro mesmo a nível mundial, pois a literatura analítica mostra que os primeiros projetos desse tipo surgiram na Europa e Austrália, na segunda metade dos anos 1960.

Além disso, o pátio foi objeto de vários projetos de regeneração urbana, no período 1969-2008, tornando possível um rico exercício de reconstrução histórica de sua trajetória recente. A análise em perspectiva comparada é feita através de outros projetos no Recife, destacando-se as tentativas de se revitalizar o Bairro do Recife, formuladas a partir dos anos 1980, e de estudos de caso e exemplos em cidades britânicas selecionadas, visitadas em janeiro e fevereiro de 2011.

Em suma, têm-se como principais objetivos a compreensão da lógica de intervenção pública e a avaliação dos principais resultados gerados pelas políticas públicas de regeneração urbana no Pátio de São Pedro, no período 1969-2008; normativamente, busca-se discutir e propor critérios de procedimentos de preservação do patrimônio cultural material atrelados ao fomento do lazer e turismo.

O presente trabalho justifica-se pela crescente importância atribuída às políticas de regeneração urbana na agenda pública de uma série de cidades ao redor do Mundo, inclusive o Brasil, com o conseqüente comprometimento de recursos humanos e econômico-financeiros para sua formulação e implantação. Além disso, o patrimônio cultural material nacional encontra-se em avançado estado de deterioração e abandono, em seu conjunto, não refletindo a sua importância como símbolo e repositório de valores relacionados à cultura, à memória e à identidade nacional.

Por fim, o turismo é um fenômeno em franco crescimento desde os anos 1950; cabe avaliar a efetividade dessas políticas públicas dentro dos esforços feitos por várias cidades, inclusive o Recife, para capturar parcelas crescentes do mercado turístico doméstico e internacional.

A metodologia de pesquisa contempla a revisão de literatura teórica e histórica, que engloba tanto o quadro social, econômico, político e cultural no qual se desenvolvem as políticas públicas de regeneração urbana – globalização, reestruturação econômica etc. – quanto pontos relevantes à trajetória particular do pátio. A maior parte das fontes consultadas refere-se às supracitadas políticas públicas em si, inclusive com vários exemplos e estudos de caso.

A tese de doutorado contempla também vasta pesquisa documental sobre o pátio, lazer e turismo e políticas públicas patrimoniais e de regeneração urbana no Recife, entrevistas

abertas e semi-estruturadas com atores-chave ao trabalho e experiências de observação participante na cidade. Foi realizado um levantamento fotográfico não apenas do pátio, mas também do núcleo antigo, de forma geral, além de outros trechos selecionados da cidade.

O trabalho de campo contou com a visita a cidades inglesas, inclusive alguns projetos de regeneração urbana emblemáticos, como, por exemplo, a cidade intramuros de York e Albert Dock, Liverpool.

Essa metodologia de pesquisa permite a análise e avaliação da trajetória do Pátio de São Pedro, inclusive com sua comparação com outros casos nacionais e internacionais, e a contextualização social, econômica, política e cultural das políticas públicas de regeneração urbana desenvolvidas no período 1969-2008. Permite também a crítica dos procedimentos e consequências das políticas públicas aplicadas ao pátio em termos de sucesso de preservação patrimonial, de fomento ao lazer e turismo e de recuperação física e funcional do núcleo antigo do Recife.

O **Capítulo 2** discute fatores e tendências globais ligadas à ascensão das políticas públicas de regeneração urbana, nas últimas quatro décadas, destacando-se os seguintes pontos: a) a globalização; b) o novo papel do Estado, com a emergência do Estado regulador; c) a reestruturação econômica; e d) o novo papel da cultura na sociedade e mercado atuais. É dentro desse contexto político, econômico e cultural que as cidades precisam crescentemente concorrer entre si por firmas, investimentos e usuários solventes, recorrendo às supracitadas políticas públicas.

O **Capítulo 3** aborda o fenômeno do turismo, mais especificamente o segmento de mercado do turismo cultural, com suas particularidades e importância para vários países, regiões e cidades ao redor do Mundo. A crescente inter-relação entre cultura, patrimônio e turismo é explorada, bem como questões ligadas à autenticidade, segregação social e espacial e a lógica circular do turismo cultural, que promove a convergência entre os destinos turísticos e a demanda dos turistas por determinadas experiências, atrações e paisagens em suas experiências de viagem.

O **Capítulo 4** traz as políticas públicas de regeneração urbana, com a sua ascensão, lógica de atuação, concepção e principais resultados sobre a cidade, levando-se em conta a economia

políticas por trás desses desenvolvimentos, o seu legado de infra-estrutura e equipamentos e o risco de se formar “cidades duais.” Cara à compreensão das supracitadas políticas públicas é a noção de que as cidades têm sido forçadas a entrar em jogos locacionais, que, em conjunto, transferem indiretamente recursos do setor público para firmas privadas.

O **Capítulo 5** traz o resultado do trabalho de campo no Reino Unido, secundado por revisão de literatura, no qual se descreve, analisa e avalia as políticas públicas de regeneração urbana de uma série de cidades inglesas. Nesse país, essas políticas públicas são estruturadas, contam com recursos expressivos, e são efetivamente prioridade de governo, contrastando marcadamente com a realidade brasileira. Além disso, foi possível avaliar a inter-relação entre cultura, patrimônio e turismo na Inglaterra, bem como a turistificação e gestão pública de sítios históricos e áreas regeneradas.

O **Capítulo 6** contempla duas particularidades brasileiras, que conformam as políticas públicas de regeneração urbana, e influenciaram as intervenções e transformação no pátio, a saber: a) a formação, sentido e apropriação do patrimônio histórico e artístico nacional (PHAN), inclusive as principais características das políticas públicas patrimoniais; e b) as tradições e gramáticas políticas brasileiras, com a sua aplicação específica nas políticas públicas patrimoniais.

O **Capítulo 7** traz os antecedentes da criação do Centro Permanente de Turismo do Recife no Pátio de São Pedro, em 1969, apresentando o quadro mais geral no qual se desenvolveram os primeiros esforços para se transformar o pátio em um centro de lazer, turismo e entretenimento. Para isso, abordam-se as mudanças e permanências sofridas pelo núcleo antigo e pelo Pátio de São Pedro em particular, entre os anos 1910 e 1960, inclusive.

No **Capítulo 8**, acompanha-se a trajetória do Pátio de São Pedro, no período 1969-1985, ao passo que o **Capítulo 9** contempla as políticas públicas de regeneração urbana formuladas e/ou implantadas para o logradouro, no período 1986-2008, secundadas pela experiência do Bairro do Recife. Os dois capítulos descrevem, analisam e avaliam as permanências e mudanças ocorridas no Pátio de São Pedro, privilegiando a gestão pública, o desenvolvimento do lazer, turismo e entretenimento, a preservação patrimonial e a relação entre o que ocorre no pátio com o quadro mais geral presente no núcleo antigo do Recife.

A **Conclusão** centra-se na confirmação ou não das duas hipóteses de trabalho, na avaliação da lógica geral e dos principais resultados das políticas públicas de regeneração urbana e na parte normativa do trabalho, nas qual se apresentam propostas referentes à intervenção pública no Pátio de São Pedro e núcleo antigo do Recife.

A principal lacuna da tese é não conseguir responder conclusivamente como se distribuem os benefícios advindos das políticas públicas de regeneração urbana, o que exigiria um estudo das finanças públicas municipais e a análise de multiplicadores econômicos. Apesar de ir além da metodologia de pesquisa, esse estudo e análise já se configuram como uma opção interessante para a continuidade do trabalho sobre as supracitadas políticas públicas.

Cabe, antes de entrar no próximo capítulo, que trata da problematização e fundamentação teórica da tese de doutorado, apresentar de forma mais detalhada cinco pontos que estruturam esse trabalho, a saber: 1.1 Objeto de estudo; 1.2 Justificativa; 1.3 Objetivos; 1.4 Hipóteses; e 1.5 Metodologia.

1.1 Objeto de estudo e problematização.

O objeto de estudo dessa tese são as políticas públicas de revitalização/recuperação/regeneração urbana de áreas marcadas por expressivo patrimônio histórico e artístico edificado, cujo principal objetivo seja a promoção do lazer, turismo e entretenimento no espaço alvo da intervenção. Esse tipo de projeto está cada vez mais presente na agenda pública de cidades e regiões ao redor do Mundo, por se considerar hoje o turismo urbano e cultural como uma atividade capaz de promover o desenvolvimento econômico de cidades, regiões e mesmo países inteiros.

Além disso, as supracitadas políticas públicas têm respondido por parcelas crescentes dos investimentos no restauro e conservação de bens culturais, que são utilizados como atrações turísticas e como suporte de atividades relacionadas, via de regra, ao setor terciário da economia, como, por exemplo, escritórios comerciais, comércio varejista e parques temáticos.

Esse tipo de política pública é uma das conseqüências das mudanças estruturais profundas pelas quais passam a economia, a sociedade e o Estado nas últimas décadas, que lançaram as cidades em uma competição crescentemente global por investimentos, firmas e mão-de-obra qualificada e solvente, além de gastos de turistas e visitantes – em suma, jogos locacionais.

Dentro desse novo papel conferido e assumido por muitas cidades, emerge o conceito de *privatism* – a aplicação dos conceitos de eficiência econômica e bem-estar do (neo)liberalismo econômico às cidades. Esse conceito prega os valores do mercado como o melhor padrão de escolha pública, concede à iniciativa privada o papel de principal agente responsável pela mudança urbana, e iguala o bem-estar de famílias e comunidades à eficiência econômica pura e simplesmente. Como todos ganham com o crescimento econômico, seguindo-se o conceito de *privatism*, abre-se espaço para que a cidade transforme-se de arena de lutas políticas e sociais em um agente coeso e competitivo, que recorre às políticas públicas de regeneração urbana para aumentar sua atratividade de mercado.

Segundo Chang et al. (1996), Meethan (1996) e McKercher e du Cros (2002), entre outros, a compreensão de projetos que combinam revitalização/recuperação/regeneração urbana com o lazer, turismo e entretenimento para um espaço urbano – seja uma cidade turístico-histórica, como York, seja um núcleo antigo de metrópole regional ou global, como o Pelourinho, em Salvador – precisa combinar dois planos interligados de análise, a saber: (1) **fatores e tendências globais**, como a globalização, a reestruturação econômica, a divisão global do lazer e turismo, o aumento da importância do setor terciário na economia, a crescente competição entre cidades, o advento do pós-modernismo como novo paradigma cultural, o crescimento da nostalgia e do interesse pela história e pelo patrimônio, mesmo que apenas como imagem ou produto etc.; e (2) **características e fatores locais**, como o acervo arquitetônico e artístico – sua extensão, variedade, estado de conservação e significados para os diversos grupos sociais –, a imagem nacional e internacional da cidade, a conformação do poder público, o tipo de gestão pública e os principais grupos de interesse atuantes na cidade, inclusive os referentes ao mercado imobiliário, a evolução urbana do espaço urbano, com sua morfologia e desenho urbano etc.

Esse tipo de política pública não ocorre no vácuo – a intervenção pública conforma-se às características e fatores locais. Ou seja, cabe basear-se em um espaço urbano, cidade ou região para descrever, analisar e avaliar as políticas públicas de

revitalização/recuperação/regeneração urbana de áreas marcadas por expressivo patrimônio histórico e artístico edificado, cujo principal objetivo seja a promoção do lazer, turismo e entretenimento. Dessa maneira, o objeto de estudo da tese centra-se nas intervenções públicas realizadas no Pátio de São Pedro, no período 1969-2008, logradouro localizado no Bairro de São José, parte do núcleo antigo do Recife. Encontra-se no pátio a Igreja de São Pedro dos Clérigos, tombada pelo IPHAN, em 1938; seu conjunto arquitetônico e paisagístico foi tombado pela supracitada autarquia pública apenas em 1967.

A escolha do Pátio de São Pedro responde a três pontos principais. Primeiro, o logradouro foi alvo de um dos primeiros projetos de revitalização/recuperação/regeneração urbana no Brasil, em 1969, que pretendia transformá-lo em um local privilegiado para atividades de lazer, turismo e entretenimento, a partir da propriedade dos imóveis e da administração do espaço urbano pela própria Prefeitura da Cidade do Recife (PCR)¹. A revisão de literatura analítica e a pesquisa documental não encontraram nenhum caso similar no Brasil, nos anos 1960; no exterior, são poucas as iniciativas públicas similares que remontam a essa década, casos de York, no Reino Unido, e de The Rocks, em Sydney, na Austrália.

Segundo, o pátio foi alvo de sucessivos projetos e propostas de revitalização/recuperação/regeneração urbana, nos anos 1980 e 1990. Todas as gestões públicas entre 1983 e 2008, inclusive, formularam e/ou implantaram programas, projetos e ações de revitalização/recuperação/regeneração no pátio, que seguiram metodologias e apresentaram resultados diversos. Ou seja, já há um histórico de intervenções públicas no local, que deixaram marcas no espaço público e no conjunto arquitetônico e paisagístico, inclusive em sua relação com o restante do Bairro de São José, e são ilustrativas da maneira com a PCR vem tentando “recuperar” o núcleo antigo do Recife, desde os anos 1970.

Terceiro, o Pátio de São Pedro foi alvo de novas ações de revitalização/recuperação/regeneração urbana na gestão João Paulo (2001-2008); abriram-se nove novos equipamentos culturais no logradouro, transformando-o em uma “ilha” de museus, centros culturais e memoriais dentro do núcleo antigo. O pátio virou uma espécie de “vitrine” do Complexo Turístico-Cultural Recife-Olinda, segunda e última tentativa de planejamento estratégico da cidade, que pretendeu “dinamizar” partes do Recife (núcleo

¹ O primeiro projeto formal da PCR para o pátio, destinado a transformá-lo em local privilegiado para o lazer, turismo e entretenimento, é de 1956; contudo, ele não foi implantado, como será visto adiante.

antigo, Brasília Teimosa, Santo Amaro Cabangá e região da Tacaruna) e de Olinda, repetindo os “casos de sucesso” de Barcelona, Buenos Aires, Nantes, Lisboa, Bilbao e Paris.

As transformações pelas quais passam os espaços urbanos são resultado da combinação de ações espontâneas e organizadas de agentes privados – residentes, frequentadores, proprietários fundiários, firmas, grupos sociais e promotores imobiliários – e ações deliberadas do Estado, dentro de um amplo leque de políticas públicas: lazer e turismo, cultura e patrimônio, habitação, desenvolvimento local, urbanização etc. O recorte dado ao objeto de estudo – políticas públicas de revitalização/recuperação/regeneração urbana no Pátio de São Pedro – permite que se descreva, analise e avalie como a intervenção pública se “materializa” nesse espaço urbano, com seus principais impactos e conseqüências.

Considera-se, porém, que a descrição, análise e avaliação das políticas públicas de revitalização/recuperação/regeneração urbana ali realizadas, enriquecem-se com a adoção de uma perspectiva comparada. Cabe, dessa forma, comparar o histórico da intervenção pública no pátio e seus impactos e conseqüências sobre o espaço urbano com outros casos significativos, que apresentem pontos de contato com o objeto de estudo dessa tese.

Optou-se por conhecer o caso da cidade turístico-histórica de York, no Reino Unido, *in loco*, em virtude de quatro motivos principais, a saber: (1) a cidade intramuros conta com expressivo patrimônio histórico e artístico edificado; (2) documentos publicados no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 já ligavam as ações de preservação patrimonial ao fortalecimento de York como um centro turístico; (3) a gestão pública local fomenta o turismo na cidade intramuros, e administra pontos como, por exemplo, o incentivo à abertura de novas atrações turísticas (Barley Hall, Jorvik Viking Centre, National Railway Museum etc.), a apresentação de artistas de rua e a decoração e disposição de produtos nas vitrines das lojas, tendo acumulado um histórico de intervenção pública, desde pelo menos 1972; e (4) York é um dos principais destinos turísticos britânicos, recebendo milhões de turistas e visitantes anualmente. O trabalho de campo também contemplou visitas e levantamentos nas cidades de Kingston upon Hull, Sheffield, Manchester, Salford, Bury, Wigan, Liverpool e Chester.

A revisão de literatura analítica permitiu o acesso a exemplos nacionais e estrangeiros; entre os nacionais, destaca-se o caso do Bairro do Recife, cujo projeto de revitalização apresentou rara continuidade administrativa no Brasil – pelo menos formalmente. Sua localização no

Recife permitiu visitas de campo, bem como a sua inclusão na pauta de algumas entrevistas feitas com atores-chave para o caso do pátio e para a compreensão de temas importantes à tese de doutorado.

1.2 Justificativas.

O trabalho justifica-se por três pontos principais. Primeiro, o espaço urbano selecionado – Pátio de São Pedro, com a Igreja de São Pedro dos Clérigos – tem seu conjunto arquitetônico e paisagístico tombado pelo IPHAN e protegido por legislação municipal; a Igreja de São Pedro dos Clérigos foi tombada em 1938 (primeira leva de tombamentos do órgão federal de preservação), e o supracitado conjunto em 1967. Ou seja, o pátio faz parte de um universo simbólico voltado à formação de uma identidade coletiva – a nacional – e promoção da cidadania, pelo menos teoricamente.

Segundo, o patrimônio histórico e artístico nacional edificado vem passando por avançado processo de deterioração, com perdas mensais de elementos e mesmo de edificações inteiras, e a Cidade do Recife não é uma exceção a esse quadro. Apenas em seu núcleo antigo, podem-se citar diversas igrejas tombadas pelo IPHAN que enfrentam problemas de conservação, e passam a maior parte do tempo fechadas, a saber: São Gonçalo, Nossa Senhora do Terço, São José do Ribamar, Nossa Senhora do Pilar etc.

A falta de recursos, tanto na recuperação de conjuntos e monumentos degradados quanto na preservação de bens tombados, o desuso do patrimônio protegido e a pouca atratividade desse tipo de bem cultural fizeram com que, em meados dos anos 1990, segundo dados do próprio IPHAN, cerca de 50% dos imóveis históricos sob tutela federal se encontrassem degradados e 25% necessitassem de obras de recuperação. Essa mesma pesquisa indicou, ainda, que aproximadamente dois terços desses imóveis encontravam-se abandonados ou subutilizados (TADDEI, 1998). Ainda de acordo com essa fonte, seria necessário, a época, o equivalente a US\$ 1 bilhão para a recuperação integral do acervo então tombado, bem como o dispêndio de US\$ 50 milhões anuais para sua conservação.

A insuficiência das fontes tradicionais de financiamento da área patrimonial brasileira, como, por exemplo, os investimentos disponibilizados pelo IPHAN, e o péssimo estado de conservação do acervo tombado tornam necessário se buscar e analisar fontes alternativas de recursos para serviços de recuperação e conservação do acervo tombado; uma das alternativas são as políticas públicas de revitalização/recuperação/regeneração urbana de áreas com expressivo patrimônio histórico e artístico edificado.

Terceiro, as políticas públicas de revitalização/recuperação/regeneração de áreas com expressivo patrimônio histórico e artístico edificado, cujo objetivo principal seja sua transformação em centros de lazer, turismo e entretenimento, fazem cada vez mais parte da agenda pública de cidades, regiões e mesmo países ao redor do mundo.

1.3 Objetivos.

Como objetivos-fim, essa tese pretende, por um lado, compreender a lógica por trás das políticas públicas de revitalização/recuperação/regeneração urbana e seus principais impactos e conseqüências sobre os espaços urbanos alvo da intervenção. E, por outro lado, submeter à avaliação esse tipo de política pública, discutindo o ajuste de seus meios a seus fins. Assim, o terceiro objetivo-fim, de natureza mais geral e normativa, consiste em, a partir dos resultados das análises anteriores, discutir critérios de procedimentos de preservação do ambiente construído em políticas que pretendam a sua vinculação com o turismo.

Para tanto, adotaram-se três objetivos-meio. O primeiro consiste em traçar a trajetória do Pátio de São Pedro entre 1969 e 2008, inclusive², historiando sua origem e ocupação, e chegando à descrição de seu estado atual nos seguintes aspectos:

- a) configuração urbana e fisionomia do pátio, com o estado de conservação e a integridade do conjunto arquitetônico e paisagístico tombado;
- b) uso e ocupação do pátio, tanto o espaço público quanto as casas e os sobrados do logradouro, com a composição social de seus ocupantes e frequentadores, atividades

² Cabe mencionar que essa tese também mostra a trajetória do pátio anterior a 1969, contudo com um menor nível descritivo e analítico.

desenvolvidas no local (por exemplo, apresentações e manifestações culturais) e o composto de firmas, órgãos públicos e equipamentos culturais lá instalados;

- c) relação entre o pátio e seu entorno, principalmente com as suas vias de acesso que contém parte do conjunto arquitetônico e paisagístico tombado pelo IPHAN;
- d) inserção e papel urbano do pátio no núcleo antigo do Recife, principalmente dentro dos históricos bairros de Santo Antonio e São José;
- e) localização do pátio em relação a outras atrações turísticas e equipamentos voltados a um público de turistas, visitantes e residentes locais de classe média e alta, como, por exemplo, hotéis, *shopping centers*, praias, cinemas, bares etc.

O segundo consiste em avaliar os sucessivos programas, projetos e ações de recuperação, revitalização e regeneração do Pátio de São Pedro empreendidos pela PCR entre 1969 e 2008, inclusive. Cabe fazer essa avaliação em dois níveis, a saber: o conceito e a operação. Em termos de conceito, procura-se saber como são entendidos a função e o significado do patrimônio e o fomento das atividades pretendidas para o local. Note-se desde já que a lógica dos projetos sempre foi a transformação desse espaço urbano do Bairro de São José em local privilegiado para atividades de lazer, turismo e entretenimento no núcleo antigo do Recife, cujas atividades de preservação patrimonial sempre foram justificadas através do desenvolvimento do turismo. Em termos de operação, cabe avaliar a formulação, implantação e acompanhamento dos sucessivos projetos de recuperação e revitalização do Pátio de São Pedro empreendidos pela PCR. Isso compreende:

- a) avaliação da formulação do projeto de revitalização/recuperação/regeneração urbana, inclusive os principais objetivos da prefeitura municipal, as diretrizes para a intervenção pública e a lógica por trás de cada projeto – o que o pátio deveria tornar-se, e como fazer isso acontecer;
- b) avaliação das ações empreendidas pela PCR nesse espaço urbano, em comparação com o que foi planejado, e a participação de outros atores no caso do pátio, como empresários locais, conservacionistas, membros do clero etc.;
- c) avaliação das continuidades e rupturas entre os diversos projetos formulados e/ou implantados no pátio após 1969, principalmente por ocasião das trocas municipais de gestão;
- d) comparação com outras intervenções públicas recentes de preservação patrimonial no núcleo antigo do Recife, a exemplo de o que ocorreu no Bairro do Recife, e com casos

que apresentem pontos de contato com a experiência do pátio, a exemplo da transformação da cidade intramuros de York, Reino Unido, em um dos principais destinos turísticos britânicos;

- e) comparação com as políticas públicas referentes à Igreja de São Pedro dos Clérigos e ao pátio retroativas aos anos 1920 e 1930, quando de sua “descoberta” pelos intelectuais pernambucanos e do tombamento do templo religioso, para verificar as mudanças de sentido entre essas propostas e aquelas formuladas de 1969 em diante.

O terceiro é a análise de outros exemplos, nacionais e internacionais, para comparar e mais bem perceber as políticas públicas de revitalização/recuperação/regeneração urbana no caso do Pátio de São Pedro.

Em suma, cabe compreender a lógica dessas intervenções e a sua materialização no espaço público, através das transformações que ocasionaram no pátio, modificando sua inserção e função urbanas dentro do Bairro de São José e núcleo antigo do Recife. Com isso, objetiva-se compreender um conjunto de intervenções públicas que transformou o Pátio de São Pedro em um espaço urbano singular do Recife, para, em seguida, buscar-se informações mais gerais, aplicáveis a essa como a outras cidades do Brasil atual.

1.4 Hipóteses.

A pesquisa contemplou duas hipóteses. A primeira é que as sucessivas tentativas de se transformar o Pátio de São Pedro em um centro de lazer, turismo e entretenimento, e mais recentemente em uma “ilha” de museus, centros culturais e memoriais, tornaram-no um espaço urbano segregado espacial e socialmente dos históricos bairros de Santo Antonio e São José e do conjunto do núcleo antigo do Recife.

Apesar de contar com uma boa e conservada infra-estrutura urbana e uma variada oferta de equipamentos culturais, além de o conjunto arquitetônico e urbanístico ser tombado pelo IPHAN, inclusive a Igreja de São Pedro dos Clérigos, o pátio não faz parte do dia-a-dia dos residentes e frequentadores do núcleo antigo do Recife, nem dos turistas e visitantes que passam pela cidade. As intervenções públicas da PCR nunca conseguiram atrair turistas,

visitantes e residentes de classe média alta e alta ao pátio, ou pelo menos sustentar esse fluxo por mais tempo do que poucos meses. Ao mesmo tempo, esses projetos desincentivaram a frequência do público mais tradicional do local, a exemplo das pessoas que trabalham nos bairros de Santo Antonio e São José.

A segunda é que os projetos de regeneração urbana do Pátio de São Pedro sempre apresentaram sérias deficiências, não informando diretrizes e intervenções públicas adequadas para a sua efetiva recuperação, tanto a nível de conceito quanto a nível de operação. No caso do conceito – transformação do pátio em centro de lazer, turismo e entretenimento –, considera-se que o turismo desenvolvido no Recife, a organização do *trade* turístico, a localização desse espaço urbano e a relação entre o patrimônio histórico e artístico e os turistas, visitantes e residentes locais nunca foram favoráveis ao conceito que sempre se pretendeu implantar.

No caso da operação, considera-se que os sucessivos projetos de regeneração urbana apresentaram deficiências no processo de formulação, implantação e acompanhamento. Na parte da formulação, acredita-se que as deficiências resultam de três fatores principais, que precisam ser devidamente checados:

- a) o desconhecimento por parte da PCR de políticas públicas similares ocorridas no Brasil e exterior, que poderiam informar sobre dificuldades e melhores práticas;
- b) a presença de um processo de cima para baixo (*top-down*) de formulação de projetos, a partir das idéias e interesses de altos dirigentes da gestão municipal, em detrimento de outros atores e funcionários públicos de carreira; e
- c) a ausência de memória administrativa, não havendo um processo institucionalizado de avaliação de projetos passados.

Na parte da implantação e acompanhamento, três suposições principais precisam ser verificadas:

- a) a falta de continuidade administrativa entre as gestões municipais, no que se refere aos projetos de recuperação e revitalização do Pátio de São Pedro;

- b) a ausência de uma distribuição clara de responsabilidades entre funcionários e órgãos públicos, em relação à responsabilidade dentro do projeto e administração do Pátio de São Pedro; e
- c) a discrepância entre as ações propostas e as efetivamente realizadas.

1.5 Metodologia de pesquisa.

Quanto ao levantamento de dados e informações, a metodologia de pesquisa compreendeu a revisão de literatura teórica, histórica e de estudos de caso, levantamento de documentos em fontes primárias, entrevistas, observação participante e levantamento fotográfico. Foram selecionados, na bibliografia especializada, projetos de regeneração urbana no exterior, em que as políticas preservacionistas urbanas foram bem sucedidas.

Quanto à análise, cujos tópicos já foram apresentados no item **1.3 Objetivos**, procurou-se, através da crítica lógica e de comparações no tempo e no espaço, mostrar os pontos fortes e fracos dessas políticas públicas, verificando as razões de seu insucesso no Pátio de São Pedro. Procurou-se também entender a lógica dos processos e procedimentos, criticando-os em confronto com o sucesso de casos semelhantes no exterior.

Já durante o mestrado, sob a orientação do Prof. Dr. José Carlos Garcia Durand, foi feita extensa revisão de literatura sobre turismo cultural e economia da cultura, levantamento preliminar de notícias de jornal e documentos municipais sobre o Pátio de São Pedro e algumas visitas ao logradouro, com os primeiros contatos com funcionários públicos e pequenos empresários que trabalhavam no local, em 2005. Foi feito também um levantamento fotográfico nos bairros do Recife, Boa Vista, São José e Santo Antonio, inclusive o pátio, para averiguar as condições de três roteiros turísticos pelo núcleo antigo propostos pela PCR, em 2005, mas que nunca foram efetivamente implantados.

A revisão de literatura no doutorado compreendeu o levantamento de livros, artigos e reportagens nacionais e internacionais sobre planejamento urbano e políticas públicas de cultura e turismo, com ênfase em projetos de regeneração urbana, além da atualização sobre turismo cultural. Isso permitiu a construção de referencial teórico e painel com estudos de

caso, necessários para se avaliar e contextualizar as informações recolhidas na pesquisa documental e outras partes da pesquisa. A modernização do núcleo antigo do Recife, na primeira metade do Século XX, com a destruição da cidade colonial, a abertura de grandes vias de circulação e a construção de prédios de estilo arquitetônico moderno, também foi contemplada na revisão de literatura. Textos sobre o pátio e Igreja de São Pedro dos Clérigos também foram alvo do supracitado levantamento.

A pesquisa documental buscou, por seu lado, recolher e analisar documentos relacionados ao planejamento urbano, programas, projetos e ações de revitalização/recuperação/regeneração urbana, relatórios técnicos de intervenção, processos de tombamento, memórias de reunião, teses, dissertações, projetos de consultoria, legislação e contratos, entre outros, relacionados direta ou indiretamente ao núcleo antigo do Recife, mais especificamente ao Bairro de São José e Pátio de São Pedro. Essa pesquisa contemplou levantamentos no Arquivo Público Estadual, Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Contemplou ainda o levantamento de documentos de órgãos e autarquias públicos municipais, estaduais e federais relacionados às políticas públicas de cultura, turismo, urbanismo e desenvolvimento local. Cabe destacar também que a pesquisa documental foi uma excelente oportunidade para se identificar ocupantes de posições-chave para entrevistas.

A pesquisa compreendeu entrevistas abertas e semi-estruturadas, com a finalidade de capturar toda a riqueza de opiniões sobre o Pátio de São Pedro e projetos de revitalização/recuperação/regeneração urbana de forma geral. Elas foram feitas com ocupantes das principais posições-chave, i.é, aquelas definidas pelas principais perspectivas de interesse material, simbólico e político, levadas a pensar os projetos em si e esse tipo de política pública. Assim, contemplaram membros do clero, organizações não governamentais e associações, arquitetos e urbanistas, conservacionistas, participantes dos negócios turísticos, como guias turísticos e empresários e frequentadores do pátio, além de dirigentes e funcionários de órgãos públicos de cultura, turismo, desenvolvimento econômico e urbanismo, em uma ou mais esferas de governo (federal, estadual e municipal). Foi ainda possível entrevistar dois comerciantes que se instalaram no pátio durante a gestão Geraldo Magalhães (1969-1971), além de dois participantes da Comissão Executiva do Pátio de São Pedro (CEPSP), responsável pela administração do pátio nessa gestão municipal.

Afora esses pontos, foram desenvolvidas atividades de observação participante, captando o dia-a-dia desse espaço urbano, principalmente quando de ações de animação do poder público, como eventos culturais e roteiros de visitas. Essa observação incluiu visitas a postos de informação turística e agências de receptivo, entre outros, que influem sobre o movimento de turistas e visitantes no pátio e núcleo antigo do Recife.

A pesquisa contemplou levantamentos fotográficos do Pátio de São Pedro e arredores, bairros de Santo Antonio e São José e núcleo antigo do Recife como um todo, bem como a comparação com fotos e imagens antigas recolhidas durante a pesquisa documental.

Por fim, cabe destacar que o trabalho de campo contemplou a viagem e estadia no Reino Unido, com visitas às seguintes cidades: Kingston upon Hull, York, Sheffield, Manchester, Bury, Salford, Liverpool, Chester e Wigan. Dentre todas elas, o caso mais interessante é York, assumidamente uma cidade turístico-histórica. Em York, por exemplo, a visita e estadia compreenderam o levantamento fotográfico da cidade intramuros, com suas principais atrações turísticas, logradouros de comércio e serviços turísticos, atividades desenvolvidas, animação turístico-cultural e residentes locais, turistas e visitantes, bem como de partes antigas da cidade que não foram alvo de políticas públicas de turismo.

2. ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS EM UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO.

Cabe, antes de mais nada, esclarecer o que significa políticas públicas? Em o que elas consistem? E quais são as eventuais diferenças conceituais e/ou procedimentais entre regeneração, recuperação, revitalização, (re)dinamização e reabilitação urbana?

Existem várias definições de políticas públicas, das quais a de Dye (2008) é provavelmente a mais simples e famosa: política pública é simplesmente o que o governo escolhe fazer e, conseqüentemente, não fazer, já que não fazer absolutamente nada em relação a um problema ou ameaça é sempre um possível curso de ação, logo também é política pública. Lasswell (1990) atenta para as três principais questões da definição de políticas públicas, a saber: a) quem ganha o que com a política pública?; b) quais são as justificativas para a adoção da política pública pelo Estado?; e c) como efetivar a política pública (implantação)?

Souza (2006) reconhece que as políticas públicas formam um campo multidisciplinar, e sua aplicação transforma a economia e sociedade como um todo; conseqüentemente, a tentativa de se construir uma teoria geral da política pública precisa compreender contribuições da sociologia, ciência política e economia, além de necessariamente explicar as inter-relações entre Estado, economia, política e sociedade. Dessa postura, extrai-se uma útil definição de políticas públicas, a saber:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

No processo de escolha e formulação de políticas públicas, há a assim denominada “autonomia relativa do Estado”: considera-se que ele tem uma autonomia própria de escolha e atuação, mas essa autonomia não é plena, apenas relativa; agentes internos e externos exercem influência e pressão sobre o Estado, para que ele adote determinado curso de ação (EVANS; RUESCHEMEYER; SKOCPOL, 1985). Entre esses agentes, podem-se citar os meios de

comunicação, grupos políticos no poder, organizações da sociedade civil representantes de temas (meio ambiente, patrimônio cultural etc.) ou identidades coletivas particulares (grupos de afro-descendentes, movimentos de defesa da mulher etc.), coalizões de firmas e interesses privados, burocracia e tecnocracia estatais etc.

O conceito de “autonomia relativa do Estado” de Evans, Rueschemeyer e Skocpol (1985) permite-nos fugir das simplificações relativas aos interesses por trás da sua atuação; ele não atua pura e simplesmente para grupos de interesse, classes sociais dominantes, coalizões político-partidárias no poder ou funcionalismo público organizado, tampouco é mero instrumento de firmas e interesses privados hegemônicos, para os quais o Estado transforma-se em mais um instrumento de dominação social e acumulação de capital. É a heterogeneidade das influências e pressões e conseqüente complexidade do Estado que tornam o conceito desses autores particularmente útil e interessante.

Cabe lembrar que as etapas de uma política pública – definição, formulação, implantação e avaliação – formam uma arena competitiva, na qual agentes internos e externos competem pelos recursos limitados do Estado para atingir seus objetivos políticos, econômicos e simbólicos, em detrimento da agenda de grupos sociais concorrentes.

É importante ter em mente o papel exercido pelas próprias instituições e regras públicas para a decisão e formulação de políticas públicas, seguindo-se a teoria do neoinstitucionalismo (SOUZA, 2006). As instituições são formadas e regidas por leis, regimentos internos, estruturas, tradições e mitos de origem formais e informais, que condicionam, explícita e implicitamente, sua organização e funcionamento. Como a autora coloca, as instituições e suas regras tornam a formulação e implantação de determinadas políticas públicas mais fáceis e viáveis do que outras, influenciando o comportamento dos agentes.

Ou seja, a teoria do neoinstitucionalismo aponta que não apenas os agentes internos e externos exercem influência e pressão sobre o Estado – forças atuantes no presente –, como indica o conceito de “autonomia relativa do Estado” de Evans, Rueschemeyer e Skocpol (1985); o acúmulo de tipo de organização, experiência e valores de uma instituição – elementos formados no passado – conforma também a atuação do Estado na escolha, formulação e implantação de políticas públicas no presente.

Durante a revisão de literatura e pesquisa documental, percebeu-se a utilização dos termos “revitalização,” “recuperação,” “regeneração,” “reabilitação” e “(re)dinalização” urbana para planos, programas e projetos públicos relacionados ao tipo de espaço urbano estudado por essa tese: áreas marcadas por expressivo patrimônio histórico e artístico edificado, cujo principal objetivo seja a promoção do lazer, turismo e entretenimento. Assim como Kara-José (2007), não foram encontradas discussões criteriosas sobre as particularidades de cada um desses termos – conceituais e/ou procedimentais – quando aplicados às políticas públicas urbanas, ou mesmo comparações entre eles. Tanto em textos analíticos quanto em documentos oficiais, eles são empregados, na maior parte das vezes, livremente, e, às vezes, dois ou mais aparecem na mesma fonte, como se fossem sinônimos.

Além disso, já houve uma banalização no uso desses termos, principalmente “revitalização” e “regeneração.” Por exemplo, em Piedade, cidade de aproximadamente cinquenta mil habitantes do interior de São Paulo, o novo calçamento e troca de mobiliário urbano transformou-se na “Revitalização da Rua Capitão Antônio Loureiro,” em 2003, como mostram a fotos 001 e 002:

Foto 001: Revitalização em Piedade (I).

Foto 002: Revitalização em Piedade (II).

“Revitalização” transformou-se em apenas mais uma palavra, empregada por cada prefeitura municipal ao livre arbítrio.

Na Cidade do Recife, onde o termo “revitalização” “invadiu” diversas secretarias municipais, e se tornou parte do linguajar cotidiano, ele já foi empregado para reformas de praça, troca de mobiliário urbano (lixeiras, bancos etc.) e até mutirões de limpeza urbana.

Optou-se por utilizar, nessa tese, o termo **regeneração urbana**. A principal justificativa não é conceitual, como visto há pouco. Ele já é utilizado oficialmente em alguns países há décadas, como, por exemplo, no Reino Unido e nos Estados Unidos da América (EUA). No primeiro caso, a Urban Regeneration Agency foi criada em 1993, sendo posteriormente reunida com a Commission for New Towns para formar a English Partnerships, auto-intitulada de “The National Regeneration Agency.” Apesar de essa agência ter sido extinta em 2007, tendo suas responsabilidades transferidas à Home & Communities Agency, esse termo já está consagrado nas políticas públicas britânicas desse tipo.

O restante desse capítulo, em conjunto com o **Capítulo 3** e o **Capítulo 4**, preocupa-se com os **fatores e tendências globais** necessários à compreensão de políticas públicas de regeneração urbana, trazendo também estudos de caso e exemplos que permitem comparar a trajetória e a intervenção pública no Pátio de São Pedro ao que ocorre no exterior.

O **Capítulo 5** traz a experiência britânica em políticas públicas de regeneração urbana, através do trabalho de campo nas cidades e *boroughs* de York, Kingston upon Hull, Sheffield, Manchester, Salford, Liverpool, Wigan, Bury e Chester.

O **Capítulo 6** e o **Capítulo 7** preocupam-se com as características e fatores locais. No primeiro, abordam-se as principais características das políticas públicas patrimoniais e das quatro gramáticas políticas brasileiras. No segundo, vêem-se a formação e trajetória gerais do Recife, até os anos 1930, com destaque ao núcleo antigo e Pátio de São Pedro, e as transformações pelas quais a cidade estava passando, nas primeiras décadas do Século XX, com as tentativas de modernizá-la, através de reformas urbanas que destruíram grande parte da velha cidade colonial (edificações e traçado urbano).

2.1 Globalização: integração, interconectividade e interdependência em escala mundial.

O conceito de **globalização** talvez seja o mais empregado na literatura analítica revisada, mesmo que, em grande parte das vezes, não seja explicado, ou se resuma a apenas uma de suas várias dimensões, como, por exemplo, a econômico-financeira. Há casos também nos quais uma firma ou cidade é adjetivada como “global,” como, por exemplo, na linha dos que

defendem que assistimos à emergência de cidades-regiões globais (SCOTT ET AL., 2001). Dada a sua presença nos meios de comunicação de massa, textos técnico-científicos e até mesmo na fala cotidiana, supõe-se muitas vezes que esse conceito não precise ser clarificado nem discutido com o mínimo de profundidade.

Segundo Giddens (1991), a globalização refere-se à intensificação das relações sociais em escala mundial, de tal modo que as ações de um determinado local – Cidade do Recife, por exemplo – tenham conseqüências sobre outros locais localizados a milhas e milhas de distância, sem que haja aparentemente nenhum tipo de ligação entre eles; por conseguinte, as supracitadas ações são também modeladas por eventos e decisões tomadas em outros locais, muitos dos quais podem ser totalmente desconhecidos pelo impetrante da ação.

Dessa forma, a globalização consiste em uma crescente interconectividade e interdependência entre países, regiões e cidades, firmas e indivíduos ao redor do mundo, nos planos político, econômico, social e cultural, que torna empobrecedora qualquer análise que, centrada em características e fatores locais, não se aprofunde nos fatores e tendências globais que influenciam e são influenciados pelo curso de ação tomado em toda e qualquer localidade (CHANG ET AL., 1996; SALAZAR, 2005; SALAZAR, 2006).

Alguns autores tentam explicar o crescente processo de globalização através de teorias de larga escala, por meio de grupos sociais específicos, vistos como sendo os principais responsáveis pela globalização, ou de fluxos, sejam eles financeiros, simbólicos ou de informação, para se citar os dois casos mais comuns. Nesse sentido, Appadurai (1986) defende que há cinco grandes fluxos globais que transformam não apenas a paisagem e o sentido dos lugares, mas também a própria formação da identidade de grupos sociais e indivíduos – *ethnoscape*, *finanscape*, *technoscape*, *mediascape* e *ideoscape* –, o que impossibilita a manutenção do conceito do “local” e indivíduo soberano na atualidade.

Alguns autores apontam que o fenômeno da globalização não é recente, remontando pelo menos à segunda metade do Século XIX, quando avanços nos meios de comunicação e meios de transporte permitiram a crescente integração de um mundo cujas distâncias físicas e diferenças culturais foram ficando progressivamente menores. Por exemplo, Smith (2002) aponta que não é a formação de um mercado mundial de bens e serviços nem de um mercado financeiro integrado mundialmente que caracterizam a globalização, nesse início de Século

XXI, pois isso já estava acontecendo nos séculos passados, em alguns períodos até mesmo com mais intensidade do que agora; para ele, a formação de redes que integram unidades de produção em diversos países, que não permitem mais a existência de produtos nacionais, é a marca da globalização nesse século.

Optou-se por não se seguir exclusivamente nenhum autor específico para se trabalhar a globalização em suas várias dimensões, seja conceitual ou esquematicamente, nem se fazer uma tentativa de reconstrução histórica de como se deu o alargamento desse fenômeno, do Século XIX aos dias atuais. A idéia aqui é explorar as principais dimensões da globalização necessárias à compreensão das políticas públicas de regeneração urbana das últimas décadas, e, quando proveitoso, compará-las com o quadro imediatamente anterior, principalmente no que tange às políticas públicas urbanas.

Cabe frisar que a separação tem como objetivo organizar e estruturar o texto; não se defende aqui análises estanques. Não é possível dissociar a economia da cultura nesse início de Século XXI, dado o papel central que a segunda veio a ocupar, nas últimas décadas do Século XX, na sociedade e em mercados tão distintos como, por exemplo, turismo internacional, cosméticos e confecções. As diversas dimensões da globalização estão interligadas, e a sua separação nesse texto tem caráter meramente analítico.

Em primeiro lugar, será visto o (novo) papel do Estado em um mundo crescentemente globalizado, marcado pela substituição progressiva do Estado positivo – provedor de direitos sociais, redistribuidor de renda e responsável pela estabilização macroeconômica do país, através de políticas públicas discricionárias e da intervenção direta na economia – pelo Estado regulador. Atente-se que o qualificativo “regulador” é o oposto de uma de suas principais características, a desregulação, que se dá através da privatização de firmas estatais, flexibilização dos mercados de trabalho e liberalização econômica, entre outras medidas. A análise contempla também o novo papel desempenhado pelas instâncias subnacionais nesse mundo globalizado, principalmente as cidades, e a emergência e fortalecimento de instituições supranacionais e blocos político-econômicos, como, por exemplo, a União Européia (EU), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Segundo, abordar-se-ão as principais transformações econômicas do sistema capitalista mundial, ocorridas no período pós-Segunda Guerra Mundial, com ênfase nas mudanças

percebidas a partir dos anos 1970. Recorrendo-se a Mandel (1975), que denominou esse período de Capitalismo Tardio (*late capitalism*)³, não se considera que houve mudanças na essência do capitalismo, daí a impropriedade na utilização de termos como pós-capitalismo ou neocapitalismo⁴. O que há são novas formas de acumulação do capital, muitas das quais baseadas na acentuação de formas e práticas passadas; enquanto Harvey (2005a) aponta a substituição e complementação do Sistema Fordista-Keynesiano por novos modos de acumulação flexível, Urry (2002) chama a atenção para o viés “produtivista” presente na literatura analítica, propondo a distinção entre o modo de consumo fordista de massa (*Fordist mass consumption*) predominante até os anos 1960 e o modo de consumo Pós-Fordista diferenciado (*post-Fordist differentiated consumption*).

Terceiro, cabe verificar o novo papel da cultura na sociedade e mercado atuais, através da análise da ascensão de formas culturais pós-modernas nos mais diversos campos culturais, da nova centralidade da cultura na sociedade – tudo é cultura, e cultura é tudo – e da dominação da lógica do mercado no campo da cultura, inclusive nas políticas públicas culturais. Nesse último caso, percebe-se que essas políticas vêm sendo guiadas cada vez mais por critérios estranhos à apreciação estética, construção de universos simbólicos e fomento à genialidade, criatividade e unicidade de elementos culturais particulares, ou seja, por critérios não mais propriamente culturais, como Hewison (1987) aponta para o caso do Arts Council britânico.

Quarto, abordar-se-ão tanto a formação de novos grupos sociais, derivada das transformações vistas anteriormente, quanto o declínio de classes sociais já constituídas; em conjunto, há transformações profundas no poder de classes sociais particulares. Dessa forma, ver-se-ão tanto a formação da massa cultural (HARVEY, 2005a), grande produtora e consumidora de produtos culturais pós-modernos, quanto a classe de empregados dos “servomecanismos” de produção e poder das firmas transnacionais/globais (ANDERSON, 1999).

2.2 O novo papel do Estado: declínio do Estado de Bem-Estar Social e ascensão do Estado regulador.

³ Daí o título de Jameson (2006a): Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio (*Postmodernism, or, The cultural logic of late capitalism*).

⁴ Cabe destacar que o próprio Mandel (1975) considera insatisfatório o termo “capitalismo tardio,” por ser derivado da cronologia, e não da síntese dos novos desenvolvimentos capitalistas do pós-Segunda Guerra Mundial.

Harvey (2005a) aborda o **papel do Estado** no período pós-Segunda Guerra Mundial e suas transformações, a partir dos anos 1970, através de dois conceitos interligados entre si, a saber: regime de acumulação e modo de regulamentação. O regime de acumulação consiste na definição e estabilização de determinada alocação do produto líquido entre consumo efetivo e acumulação de capital, com a divisão de funções e tarefas – tanto na produção quanto no consumo – entre todos os atores-chave político-econômicos necessários à manutenção desse regime, a saber: funcionalismo público, operariado, dirigentes públicos e corporativos, capitalistas etc. Para que um regime de acumulação específico funcione, é necessário que seus valores e práticas sejam “naturalizados⁵,” normatizados, institucionalizados e controlados, o que se dá através de legislação, órgãos e agências públicos, meios de comunicação de massa, hábitos e costumes, que incentivem a harmonização entre o comportamento individual desses atores-chave e o regime de acumulação. Esse conjunto de regras e processos sociais, que sustenta e materializa esse regime, é o modo de regulamentação.

Segundo Harvey (2005a), o período que vai de 1945 a 1973, inclusive, é marcado pelo *establishment* político e econômico do sistema fordista-keynesiano e do Estado de Bem-Estar Social. Segundo ele, esse *establishment* era sustentado por três grandes atores-chave principais, a saber:

- a) trabalhadores: adaptação a sistemas de trabalho alienantes, rotinizados e inexpressivos em troca de ganhos salariais reais, aumento do poder de consumo, relativa segurança no emprego, com o aumento da taxa de sindicalização da mão-de-obra, e a intermediação do Estado nas relações entre Trabalho e Capital;
- b) Capital: grandes investimentos no aumento da capacidade de produção, bem como na função pesquisa e desenvolvimento (tecnologia e processos produtivos) – alta

⁵ É inevitável a referência a Roland Barthes nessa passagem, e sua preocupação com os processos de mistificação que transformam a norma burguesa e pequeno-burguesa em valores naturais da sociedade: “O ponto de partida dessas reflexões foi geralmente um sentimento de impaciência frente à ‘naturalidade’ com a qual os jornais, a arte e o senso comum constantemente retratam uma realidade que, muito embora seja a qual nós vivemos, é determinada pela história sem sombra de dúvidas. Em suma, na interpretação dada às nossas circunstâncias contemporâneas, eu ressinto-me ao ver a Natureza e História sendo confundidas a todo momento, e eu gostaria de localizar, na revelação decorativa de o *que-acontece-sem-se dizer*, o abuso ideológico que, em minha opinião, está escondido ali” (BARTHES, 1972, p. 11, grifo do autor).

alavancagem com mobilização de capital –, preocupação com retornos de escala (economias de escala), aumento da produtividade e melhoria do padrão de vida da população, de maneira geral. Trata-se de produção em massa para um padrão de consumo de massa;

- c) Estado Nacional: regulação da economia (controle do ambiente macroeconômico), gastos sociais (complementação do salário dos trabalhadores) e controle do trabalho (legislação trabalhista e acordos salariais coletivos).

Os Estados modernos atuam através de quatro grandes funções básicas, a saber:

- a) a função alocativa, que se refere à formação do orçamento econômico-financeiro do Estado, que direciona e restringe os recursos financeiros públicos a atores econômicos públicos e privados (firmas, famílias e órgãos, agências e instâncias públicas);
- b) a função de redistribuição de renda, representada pela transferência direta e indireta de recursos de um grupo social, setor econômico, cidade, região ou país para outro grupo. Além disso, considera-se também dentro dessa função a provisão de serviços públicos específicos, como, por exemplo, educação, saúde e assistência social;
- c) a função de estabilização econômica, cujo principal objetivo é aumentar e estabilizar os níveis de crescimento econômico, emprego, renda e inflação no país, recorrendo para isso a um conjunto de políticas e ações públicas, como, por exemplo, as políticas fiscal e monetária, o aumento ou diminuição de obras e investimentos públicos, o mercado de trabalho e as políticas específicas de desenvolvimento econômico, como, por exemplo, a industrial e turística;
- d) a função de regulação de mercado, que tem como principal objetivo o combate às falhas de mercado, como, por exemplo, o poder de mercado (monopólios e oligopólios) e as externalidades positivas e negativas (bens privados), que impedem que os mercados atinjam o equilíbrio, reduzindo a sua eficiência econômica.

Apesar de essas quatro funções básicas estarem presentes em todos os Estados modernos, a importância relativa de cada uma delas varia de acordo com o país e o momento histórico, bem como com os mecanismos e instrumentos adotados para sua consecução. No caso do período pós-Segunda Guerra Mundial, os assim denominados “Estado de Bem-Estar Social,” “Estado positivo,” “Estado keynesiano” ou “Estado keynesiano de Bem-Estar” tiveram como

funções básicas predominantes, sem dúvida nenhuma, as de redistribuição de renda e estabilização econômica (MAJONE, 1999).

No caso da redistribuição de renda, isso foi feito com o reconhecimento e ampliação, por parte de muitos países, dos direitos sociais do cidadão, ao lado dos direitos políticos. Isso envolveu a criação de redes de assistência social, com educação e saúde públicas universais, consolidação e alargamento de direitos trabalhistas, criação de sistemas previdenciários para funcionários públicos e de firmas privadas e esquemas de assistência social, entre outros.

No caso da estabilização macroeconômica, a gestão pública foi marcada pela centralização na alocação de capitais e pela política discricionária, reservando-se amplo poder para os governos nacionais/centrais intervirem nas economias, que, mesmo com o aumento da corrente de comércio internacional, desde os anos 1950, eram essencialmente pensadas nacionalmente. Ou seja, havia a intervenção direta do Estado através de políticas discricionárias na economia nacional.

A forte intervenção do Estado na economia era suportada por níveis crescentes de taxaço e dispêndio público, que aumentaram sua participação na formação do produto nacional de forma contínua, ao longo dos anos 1950, 1960 e 1970. No Estado positivo, a capacidade de tributar e dispende é a principal fonte de poder; é dessas três décadas a formação de um serviço público unificado nacionalmente, com uma burocracia organizada. A intervenção do Estado na economia deu-se também através da formação de grandes firmas estatais, muitas surgidas após a nacionalização de setores considerados estratégicos à economia nacional, como, por exemplo, serviços públicos básicos (geração e distribuição de energia, água etc.), redes de transporte (transporte ferroviário, marítimo-fluvial etc.) e indústrias de base (petróleo, siderurgia, carvão mineral etc.)⁶.

Esse Estado positivo, keynesiano e de bem-estar social foi bem sucedido em seus objetivos, nas primeiras décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial. As taxas de crescimento econômico dos países desenvolvidos e de parte dos países em desenvolvimento mantiveram-se elevadas nos anos 1950, 1960 e 1970, possibilitando o contínuo crescimento da renda e

⁶ Para mais bem se compreender a intervenção do Estado de Bem-Estar Social na economia nacional, após a Segunda Guerra Mundial, o **APÊNDICE A** relata, mesmo que brevemente, o papel desempenhado pela teoria macroeconômica elaborada por John Maynard Keynes, através da consulta a sua principal obra (KEYNES, 1996) e a um texto básico de referência (DROUIN, 2008).

quadros próximos ao pleno emprego em muitos países. Esse crescimento econômico, junto com as políticas públicas sociais, permitiu a redução da pobreza nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, transformando o modelo de Estado de Bem-Estar Social em *establishment* político e econômico do período pós-Segunda Guerra Mundial, para usar o conceito de Harvey (2005a), e em consenso social-democrático sobre o seu papel benéfico, nas palavras de Majone (1999).

Contudo, Harvey (2005a) mostra que, mesmo no apogeu do sistema fordista-keynesiano e do Estado de Bem-Estar Social, havia sinais claros de insatisfação. Em primeiro lugar, havia amplos grupos sociais que não eram atingidos pelos benefícios do sistema, já que os ganhos salariais reais estavam confinados a determinados setores econômicos de países que conseguiam apresentar um crescimento estável de longo prazo tanto da demanda efetiva quanto da capacidade de produção. Foi-se formando um forte contraste entre uma força de trabalho masculina, branca e sindicalizada e os excluídos, geralmente ligados à raça, gênero e origem étnica específicos, mas também desprivilegiados de modo geral, que, sem ter acesso aos benefícios do sistema, não tinham também acesso ao padrão de consumo de massa.

Junto a isso, as políticas públicas sociais de caráter universalista foram mostrando-se não tão efetivas na redistribuição de renda, tanto qualitativamente quanto quantitativamente, como propagado. No Reino Unido, por exemplo, o Community Development Program (CDP), iniciado na gestão Harold Wilson (1964-1970) – trabalhista – já apontava as falhas e o baixo desempenho das políticas públicas de habitação e assistência social, inclusive no que concernia a melhoria da qualidade de vida dos pobres urbanos na *inner-city* das principais cidades britânicas. Inclusive, essa pobreza urbana já era considerada um problema nacional, nos anos 1960, pelo Estado, e foi apontada como uma das principais evidências dos limites do Estado de Bem-Estar Social britânico pela literatura analítica de ciências sociais, no início dos anos 1970 (BARNEKOV; BOYLE; RICH, 1989). Mais de o que reformá-lo, alguns núcleos do CDP e parte da literatura analítica começaram a defender a superação desse Estado de Bem-Estar Social, dentro do objetivo de se reduzir a crescente pobreza urbana no centro das grandes cidades britânicas, mesmo que não estivesse claro o que seria colocado em seu lugar.

No consumo, havia críticas não apenas ao padrão de consumo de massa, homogeneizado, mas também à estética funcionalista na arquitetura e urbanismo, como pode ser visto nos trabalhos principais de Charles Jencks, Jane Jacobs e Robert Charles Venturi. Harvey (2005a) também

aponta a insatisfação com um sistema não discriminador de administração pública, baseado na racionalidade burocrática racional-legal (o autor chama-a de “racionalidade burocrática técnico-científica”). Segundo Harvey (2005a, p. 133), esse conjunto de críticas, insatisfações e exclusões, que explodiram violentamente em 1968, fizeram com que:

As críticas e práticas contraculturais dos anos [19]60 eram, portanto, paralelas aos movimentos das minorias excluídas e à crítica da racionalidade burocrática despersonalizada. Todas essas correntes de oposição começaram a se fundir, formando um forte movimento político-cultural, no próprio momento em que o fordismo como sistema econômico parecia estar no apogeu.

Por fim, Harvey (2005a) acrescenta a esse quadro os “insatisfeitos” do Terceiro Mundo, cuja adesão ao sistema fordista-keynesiano não conseguiu prover desenvolvimento econômico e social para ampla parcela da população, a não ser para uma pequena elite nacional privilegiada, ligada ao capital internacional.

Mesmo com todos esses conflitos e contradições “internos,” o sistema fordista-keynesiano e o Estado de Bem-Estar Social conseguiram sobreviver, sem maiores contestações, ao longo dos anos 1950 e 1960, mesmo passando por crises passageiras e/ou localizadas, das quais o problema da dívida externa britânica – e a conseqüente desvalorização da libra esterlina –, em 1967 e 1968, tenha sido talvez o mais marcante. Entretanto, o modelo já apresentava sinais de desgaste, no final dos anos 1960, através de uma combinação de queda nos níveis de crescimento econômico, endividamento público excessivo – para os padrões da época – e aumento da inflação, o que gerou, inclusive, o aumento das pressões sociais sobre um Estado cada vez mais limitado em sua capacidade de aumentar a tributação e dispêndio públicos.

A crise de 1973, vista por Harvey (2005a) como de superacumulação capitalista, acentuou os problemas do sistema fordista-keynesiano e do Estado de Bem-Estar Social, levando a sua progressiva substituição pelo novo sistema de acumulação flexível e Estado regulador.

A análise do surgimento do Estado regulador, em progressiva complementação e substituição ao Estado de Bem-Estar Social, deve levar em conta o contexto político-econômico em formação, desde meados dos anos 1970, cujos principais elementos já foram pelo menos citados anteriormente nesse item. Politicamente, o poder discricionário do Estado Nacional já

não é mais soberano, da forma que foi nos anos 1950 e 1960. Ele vê-se progressivamente constrangido por regras, legislações e contratos firmados com organizações supranacionais, como, por exemplo, o FMI, cujo acesso aos seus fundos impõe um receituário fiscal e macroeconômico que deixa poucas opções aos países tomadores de empréstimos. Ou então, tem seu raio de ação e poder de decisão restringidos pela participação em blocos político-econômicos ou econômicos; no primeiro caso, a União Européia normatiza áreas e pontos que vão da legislação anti-truste à composição permitida (padrões técnicos) do molho de tomate produzido em seus países-membros. Outras organizações, como, por exemplo, a Organização Mundial do Comércio (OMC), regulam as trocas econômico-financeiras e correntes de comércio entre seus países membros, impondo limites a práticas protecionistas e incentivos e subsídios a firmas exportadoras nacionais⁷.

Economicamente, as políticas públicas de estabilização macroeconômica não conseguem mais surtir o mesmo efeito de décadas atrás, em virtude, principalmente, da globalização e da integração econômica, além do aumento da importância dos mercados financeiros, o que levou à cunhagem do termo “financeirização” da economia. A tentativa de aumentar a demanda efetiva, através da emissão de moeda e aumento dos gastos públicos, ou de alavancar os investimentos, através da redução da taxa de juros, pode inclusive gerar efeitos indesejados na economia, além de pouco contribuir para o crescimento econômico e, conseqüentemente, o aumento do emprego e renda. No primeiro caso, o aumento da demanda efetiva pode gerar o aumento do nível de produção de outros países, transferindo a criação de emprego e renda para outras economias, através do aumento das importações de bens e serviços. No caso de efeitos indesejados da redução da taxa de juros, Barnekov, Boyle e Rich (1989) apresentam um caso interessante ocorrido no Reino Unido, ainda na gestão Edward Heath (1970-1974) – conservadora.

A supracitada gestão preocupou-se fundamentalmente em alavancar o crescimento econômico do Reino Unido, no início dos anos 1970, inclusive como resposta à crise econômica da segunda metade dos anos 1960, que teve como marco principal a desvalorização da libra

⁷ No Brasil, o caso que mais chamou a atenção dos meios de comunicação foram as disputas comerciais entre a brasileira EMBRAER e a canadense Bombardier, iniciadas em meados dos anos 1990; ambas as firmas recorreram a OMC contra linhas de crédito, isenções e subsídios fornecidos pelo Estado à concorrente, alegando que esse conjunto de incentivos à produção e exportação feriam os acordos de livre-comércio e competição internacional firmados por cada país na instituição supranacional supracitada.

esterlina, em 1967. Ideologicamente, a gestão tinha um comprometimento com a regeneração industrial do país, tendo a iniciativa privada recebido o papel de protagonista nesse processo. Para isso, foram disponibilizados incentivos ao investimento, além de se reduzirem os controles sobre o setor financeiro. Contudo, esse setor estava mais interessado nos ganhos especulativos de curto prazo do que no crescimento de longo prazo da economia britânica, fazendo com que os investimentos fossem dirigidos ao mercado imobiliário (especulação) em detrimento da indústria de transformação. Segundo Barnekov, Boyle e Rich (1989), entre 1971 e 1973, inclusive, os preços das casas ocupadas por proprietários subiram 80%, dos terrenos disponíveis para unidades residenciais 160% e dos escritórios comerciais 250%, causando não apenas inflação, mas também redirecionando recursos financeiros de outras áreas, inclusive da indústria de transformação, para o mercado imobiliário.

Em suma, as políticas públicas macroeconômicas keynesianas, implantadas por uma gestão preocupada em aumentar a capacidade produtiva industrial do país, foram responsáveis pelo primeiro processo de especulação imobiliária de larga escala no Reino Unido, após a Segunda Guerra Mundial, com a decisiva participação dos bancos privados. Os controles regulatórios estabelecidos em 1973 não foram suficientes para conter a especulação imobiliária em curso, restando ao primeiro-ministro Edward Heath qualificar os especuladores de “a face inaceitável do capitalismo,” sem saber ele que, menos de uma década depois, uma gestão conservadora estaria estimulando a especulação imobiliária em larga escala no país (BARNEKOV; BOYLE; RICH, 1989, p. 152).

É útil retornar às quatro funções básicas para mostrar a passagem do Estado de Bem-Estar Social para o Estado regulador. O Estado continua ocupando-se das quatro, mas a importância de cada uma delas na agenda pública sofreu alterações consideráveis. A função de redistribuição de renda perdeu muito de sua importância, sendo restringida, ou pelo menos estabilizada, em termos de aplicação de recursos nos últimos anos. A participação da função de redistribuição de renda nos orçamentos públicos vem caindo, em relação ao gasto total do Estado e também em relação ao produto nacional. Gestões conservadoras de cunho (neo)liberal, como as de Ronald Reagan (1981-1989) nos EUA e de Margaret Thatcher (1979-1990) no Reino Unido, deliberadamente priorizaram a extinção de programas e projetos de bem-estar social, inclusive através da redução das transferências diretas de recursos para as esferas subnacionais (BARNEKOV, BOYLE; RICH, 1989; HARVEY, 2005b).

A função de estabilização econômica também perdeu muito de sua importância, com a progressiva ineficiência das políticas keynesianas utilizadas para aumentar a demanda efetiva e o investimento. Além disso, há uma nítida mudança nas preocupações do Estado: o estímulo ao crescimento econômico precisa atualmente “concorrer” com o combate à inflação e a estabilização das finanças públicas. A tese de Keynes, de que o Estado deve aumentar suas despesas públicas acima de o que a tributação permite, pois isso promoverá o crescimento econômico, o aumento da tributação e, conseqüentemente, o reequilíbrio das contas públicas, é cada vez mais contestada. Dessa forma, retorna-se à ortodoxia liberal, pela qual o dispêndio precisa ser igual à receita pública, já que o Estado precisa dar o exemplo, e também não drenar recursos produtivos da sociedade.

A função de regulação passou a ocupar papel central na agenda pública com a ascensão do Estado regulador – não é por acaso que ele tem esse nome. Contudo, o Estado regulador parece muitas vezes mais preocupado em desregular de o que em regular a economia e sociedade. Em princípio, esse novo modelo de atuação é chamado de Estado regulador não porque ele regula mais ou menos a economia, relações sociais e/ou mercado de trabalho, entre outros pontos, mas sim porque ele exerce a função de regulação de uma maneira diferente da empregada pelo Estado de Bem-Estar Social.

A caracterização do Estado regulador pode apoiar-se em três planos de sua atuação, interligados entre si, a saber: a) a liberalização econômica, no que tange o papel da iniciativa privada, as trocas internacionais e o mercado de trabalho; b) a desregulação e novas formas de regulação; e c) a reorganização interna do Estado – a face interna do Estado, nos termos de Hood e James (1996)⁸.

A liberalização econômica – o que faz com que o Estado regulador seja também identificado como Estado Neoliberal – é vista por muitos autores e comentaristas como a volta do Estado ao modelo liberal, do final do Século XIX e início do Século XX, destacando-se nessa posição Harvey (2005b). A postura (neo)liberal pressupõe que os mercados são a melhor maneira de se organizar a atividade econômica e alocar os recursos limitados à disposição da sociedade.

⁸ O texto de Hood e James (1996) foi lido e resenhado a partir de sua citação por Majone (1999). O acesso ao *paper* foi feito através do sítio eletrônico da Political Studies Association (PSA) (<http://www.psa.ac.uk/>), e ele pode ser obtido em <http://www.psa.ac.uk/cps/1996/james.pdf> (acesso em 07/07/2011). Infelizmente, não foi possível recuperar os dados para citação no sítio eletrônico da PSA. Dessa forma, reproduziu-se a citação como consta em Majone (1999).

Defende-se que as decisões individuais de produção e consumo das firmas e famílias, feitas egoisticamente dentro de um pensamento racional e na margem⁹, levam a sociedade como um todo ao máximo de bem-estar possível, o que, para a postura (neo)liberal, é sinônimo de eficiência econômica.

Seguindo-se a postura (neo)liberal, o mercado atomizado – formado por milhares e milhares de firmas e famílias – auto-regula-se: as forças de mercado da oferta (produtores) e demanda (consumidores) levam o mercado ao ponto de equilíbrio, alocando os consumidores com a maior disposição a pagar (*willingness to pay*) por todo e cada bem ou serviço específico aos produtores mais eficientes (menor custo de produção), maximizando, dessa forma, a eficiência econômica e, conseqüentemente, o bem-estar social. Assim, a “mão invisível do mercado,” sem a interferência do governo ou “planejadores sociais benevolentes,” leva à sociedade ao máximo bem-estar social possível, tendo em vista os recursos disponíveis (MANKIWI, 2006; VARIAN, 2003; CARVALHO ET AL., 2008).

Seguindo-se a argumentação mais simplista, porém muito utilizada pelos economistas neoclássicos, a liberalização das trocas internacionais, seja no comércio de bens e serviços ou fluxos de capitais – os fluxos de pessoas (imigrantes, refugiados etc.) geralmente não são abordados – é justificada comparando-se os países a consumidores e firmas individuais. Ninguém consegue ser o mais eficiente em tudo, e, mesmo se fosse, as vantagens comparativas são as que ditam a validade ou não de se produzir determinado bem ou serviço, ao invés de comprá-lo de outro agente econômico. Dessa maneira, as firmas produzem uma quantidade limitada de bens e serviços, às vezes se especializando em apenas um único tipo. O mesmo raciocínio vale para as famílias; a troca do fator de produção terra, trabalho e/ou capital permite às famílias comprar uma variedade de bens e serviços muito maior e melhor de o que conseguiriam, caso fossem auto-sustentáveis. Dessa forma, por que os países precisam produzir tudo, ou mesmo a maior parte, de o que precisam?

É importante frisar que, dentro da postura (neo)liberal, considera-se que, já que as liberdades e direitos individuais são garantidos, inclusive no mercado, cada família e firma é responsável por seus atos, inclusive por seu bem-estar e futuro. Dessa maneira, não cabe ao Estado prover

⁹ A microeconomia é a parte da economia que estuda mercados específicos. Alfred Marshall é considerado o “pai” da teoria microeconômica neoclássica, também chamada de escola marginalista, em virtude da centralidade do pensamento marginal – no sentido de na margem, adicional, incremental – tanto na teoria da escolha do consumidor quanto na escolha ótima de produção da firma.

a todo e cada agente econômico soluções de saúde, previdência e mesmo educação; é da responsabilidade de cada um cuidar de si, e o fracasso individual não é visto como injustiça social ou o inevitável resultado do sistema capitalista para alguns, mas apenas como o resultado da tomada de decisões erradas (HARVEY, 2005b).

A postura (neo)liberal defende que os países e regiões concentrem-se no que têm vantagem comparativa no mercado mundial, e, através do comércio com outros países e regiões, consigam os outros bens e serviços de que necessitam. Isso aumenta a eficiência econômica do mercado mundial e também de cada país e região específico. As medidas protecionistas – tributos e cotas de importação e exportação – geram apenas ineficiência nos mercados, dado o inevitável peso morto (*deadweight loss*) gerado¹⁰.

O Estado regulador afasta-se cada vez mais da intervenção entre o Trabalho e o Capital dentro de suas fronteiras, como consequência desses princípios (neo)liberais e também pela globalização e integração econômica mundial, que coloca os países em condições severas de competição por firmas e capitais, especulativos ou não. O mercado de trabalho é considerado um mercado como outro qualquer – ou seja, as firmas formam a demanda, e os empregados são a oferta de mão-de-obra –, e a intervenção do governo, através de tributação (cunha fiscal) e/ou preços mínimos, distorce a alocação eficiente de recursos que a liberdade de escolha promove. Além disso, o encarecimento do fator de produção trabalho pode fazer com que o país perca investimentos para outros países, que adotem legislações trabalhistas menos restritivas. O “ataque” ao trabalho organizado variou de país para país, mas o cenário de crescente globalização e integração econômica coloca sérios limites à ação de cada Estado, como observa Harvey (2005a, p. 158-159):

A gradual retirada de apoio ao Estado do bem-estar social (ver figura 2.9) e o ataque ao salário real e ao poder sindical organizado, que começaram como necessidade econômica na crise de 1973-1975, foram simplesmente transformados pelos neoconservadores numa virtude governamental. [...] Na medida em que o aumento da competição internacional em condições de crescimento lento forçou todos os Estados a se tornarem mais

¹⁰ O peso morto é um conceito econômico que significa a perda de eficiência econômica causada pela intervenção em determinado mercado, retirando-o de seu ponto de equilíbrio. As principais intervenções públicas, que causam o peso morto são a tributação, instituição de preços máximos ou mínimos e cotas de produção, importação e exportação. O peso morto também pode ser causado pela existência de externalidades negativas de produção ou consumo em mercados de bens e serviços privados. Para mais informações sobre o peso morto, ver Mankiw (2006) e Friedman (2002).

“empreendedores” e preocupados em manter um clima favorável aos negócios, a força do trabalho organizado e de outros movimentos sociais tinha de ser contida. [...] Portanto, embora os Estados retenham um considerável poder de intervenção nos contratos de trabalho, aquilo que Jessop (1982, 1983) denomina “a estratégia de acumulação” de cada nação-Estado capitalista se tornou mais estritamente circunscrito.

O Estado regulador traz consigo a desregulação e novas formas de regulação da economia e sociedade; como visto anteriormente, a função de regulação de mercado ocupa espaço crescente na agenda pública a partir dos anos 1970. A regulação centra-se cada vez mais nas falhas de mercado, ou seja, situações e problemas nos quais o mercado não consegue alocar os recursos da maneira mais eficiente possível, em virtude de uma ou mais dessas falhas. É nesse sentido que Mankiw (2006) coloca como um dos dez princípios de economia que os governos podem ajudar a melhorar o resultado dos mercados.

Dessa forma, a regulação pública volta-se primordialmente ao combate às estruturas de mercado de monopólio e oligopólio e às externalidades negativas e positivas, bem como à intervenção nos mercados de bens públicos, recursos comuns e monopólios naturais. De forma geral, essa regulação não é feita de forma direta, ou seja, através de políticos eleitos e burocracia de Estado, pois o Estado regulador não tem o mesmo acesso ao poder discricionário do Estado de Bem-Estar Social; ele é constrangido pela crescente competição internacional pelos fluxos de capital e investimentos produtivos, que demandam regras claras sobre as “condições de funcionamento” do país – as conhecidas “regras do jogo” –, bem como pelas restrições e orientações impostas por instituições supranacionais e blocos econômicos e/ou político-econômicos. Essa regulação é feita cada vez mais de forma indireta, o que nos leva à análise da nova face interna do Estado (MAJONE, 1999; HOOD; JAMES, 1996).

Essa nova organização do Estado pode ser caracterizada por cinco pontos principais, a saber:

- a) a descentralização administrativa, com a transferência de recursos e funções às instâncias subnacionais, a partir de um conjunto de diretrizes nacionais;
- b) a atomização administrativa: “quebra” de órgãos, departamentos e agências generalistas em unidades de gestão específicas, com a alocação de orçamento e funções específicas, de mais fácil controle e mensuração;

- c) a delegação de responsabilidades e atividades públicas a organizações privadas e não-governamentais e também a agências públicas, com a separação dos atores responsáveis pela formulação e implantação de políticas públicas específicas;
- d) a contratualização crescente da relação entre o Estado, setor privado e sociedade civil, no que tange os limites de intervenção do Estado, as regras para atuação em mercados específicos e as parcerias público-privadas e entre Estado e Terceiro Setor;
- e) a importância crescente do Poder Judiciário, como decorrência direta da supracitada contratualização (MAJONE, 1999; HOOD; JAMES, 1996)¹¹.

Uma das medidas mais comuns tomadas por diversos países desenvolvidos e em desenvolvimento, nas últimas três décadas, foi a privatização de firmas estatais. O que precisa ficar claro, entretanto, é que as mudanças no papel do Estado – do Estado de Bem-Estar Social ao Estado regulador – são muito mais profundas de o que a venda de ativos públicos; o mais importante é o setor público adotar progressivamente o setor privado (objetivos, técnicas e critérios de avaliação) como modelo de atuação, e a convicção de que a sociedade como um todo se beneficia mais, se, e somente se, as ações públicas e privadas forem medidas pelo mesmo critério: eficiência econômica (BARNEKOV; BOYLE; RICH, 1989). Não por acaso, os anos 1980 e 1990 são conhecidos como o “Momento Hayekiano” (MULLER, 2002)¹².

Os modelos e idéias por trás do Estado regulador espalharam-se praticamente por todos os países do mundo, ao longo dos anos 1980 e 1990, mesmo que cada país tenha adotado seus princípios, estruturas administrativas e instrumentos com velocidades e intensidades variadas. Um ponto importante é que os conceitos e “receitas” do modelo de Estado regulador passaram a fazer parte das cartilhas de organizações supranacionais com significativo poder de influência sobre a agenda pública de países desenvolvidos e subdesenvolvidos – o FMI e seus pacotes de estabilização macroeconômica e de equilíbrio fiscal são um caso notório disso.

¹¹ No Brasil, as discussões em torno da superação de uma administração pública burocrática – vista como pouco eficiente – em direção a uma administração pública gerencial intensificaram-se na gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), principalmente através dos trabalhos e idéias defendidas pelo extinto Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE). Para mais informações, ver Brasil (1995).

¹² Para mais bem se compreender essa reorientação do Estado na sociedade e economia, a partir dos anos 1970 e 1980, o **APÊNDICE B** descreve as bases do *thatcherism* no Reino Unido; a gestão Margaret Thatcher (1979-1990) é considerada vital à compreensão da ascensão do (neo)liberalismo, nas últimas décadas.

Por exemplo, Lungo (1996) mostra como o Banco Mundial exigia, já nos anos 1990, mudanças institucionais de países, regiões e cidades que demandavam seus recursos para políticas públicas urbanas. A supracitada instituição exigia mudanças institucionais profundas, no sentido da superação do papel de provedor direto de serviços sociais e infraestrutura urbana em direção à instituição de um marco regulador e controlador, através do qual as firmas privadas, organizações não governamentais e sociedade civil organizada assumissem um papel crescentemente importante na definição e implantação da agenda urbana.

Antes de entrar na análise da reestruturação econômica das últimas quatro décadas, cabe fazer uma breve observação sobre o Consenso de Washington, que muito influenciou as políticas públicas adotadas por vários países da América Latina, nos anos 1980, 1990 e 2000. O Consenso de Washington defendia a adoção de medidas que visavam a superação do modelo de Estado intervencionista e provedor de (alguns) direitos sociais em direção ao modelo de Estado regulador. Para isso, baseava-se em três pontos, a saber: austeridade fiscal, privatização e liberalização dos mercados (mercado financeiro e comércio internacional) (STIGLITZ, 2003). Tratava-se do receituário (neo)liberal para a América Latina, que foi seguido no todo ou em parte por quase todos os países da região. Essas medidas começaram a ser adotadas no Brasil pela gestão Collor de Mello (1990-1992), sendo aprofundadas pela gestão Cardoso (1995-2002).

2.3 A reestruturação econômica e o novo papel da cultura na sociedade e mercado atuais.

Considera-se que as novas políticas públicas de regeneração urbana respondem à intensa **reestruturação econômica** das últimas quatro décadas, mais pronunciada nos países desenvolvidos do que nos em desenvolvimento, e que propiciaram a ascensão de formas culturais pós-modernas; inclusive, o crescente entrelaçamento entre o mercado e a cultura é uma das marcas do pós-modernismo, considerado a lógica cultural do capitalismo tardio por Jameson (2006a, 2006b). Assim, cabe analisar dois pontos, inclusive como complemento à compreensão do novo papel do Estado visto anteriormente, a saber: a) as principais transformações econômicas do sistema capitalista mundial, ocorridas no período pós-Segunda

Guerra Mundial, com ênfase nas mudanças percebidas a partir dos anos 1970; e b) o **novo papel da cultura na sociedade e mercado atuais**, através da análise da ascensão de formas culturais pós-modernas nos mais diversos campos culturais, da nova centralidade da cultura na sociedade – tudo é cultura, e cultura é tudo – e da penetração da lógica do mercado no campo da cultura, inclusive nas políticas públicas culturais.

Seguir-se-á o conceito elaborado por Harvey (2005a) de regime de acumulação flexível para se descrever a reestruturação econômica ocorrida nas últimas quatro décadas no sistema capitalista mundial, enriquecendo-o com contribuições de outros(as) autores(as). Segundo Harvey (2005a, p. 140, grifo do autor):

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Sintetizando Harvey (2005a), podemos apresentar sete características principais do regime de acumulação flexível, a saber:

- a) o controle do Trabalho por parte do Capital, às vezes com a própria ajuda do Estado Nacional, através do ataque ao trabalho organizado (mudanças da produção para regiões periféricas, subcontratação, importação para regiões centrais de formas de organização da produção pré-modernas etc.);
- b) o aumento da mobilidade geográfica do capital;
- c) a redução do tempo de giro dos produtos e do processo de tomada de decisões;
- d) a aceleração do consumo, através da moda e criação de novas necessidades e desejos, com a ascensão de uma estética que celebra a diferença, o espetáculo e a efemeridade;
- e) o aumento da importância relativa do setor de serviços na economia, principalmente do mercado financeiro – e sua crescente autonomia e dominância político-econômica frente à produção de bens e serviços não financeiros;
- f) a assunção de novo papel pelo Estado, como visto anteriormente: do Estado de Bem-Estar Social ao Estado regulador – preocupação central com o fomento a um ambiente

macroeconômico e regulatório propício aos negócios privados e controle do trabalho organizado;

- g) a superação do espaço através da compressão do tempo: integração econômica mundial, quebra de barreiras espaciais e formação de mercado econômico global.

Esse regime de acumulação flexível é marcado pelo surgimento de novos setores econômicos, pelo lançamento acelerado de novos bens e serviços, cujo “ciclo de vida” é cada vez mais curto, pela centralidade da função pesquisa e desenvolvimento nesses setores e pelo avanço sem precedentes nos meios de comunicação e de transporte nas últimas décadas; esse avanço torna crescentemente o Mundo em um lugar menor para se viver, trabalhar, consumir, produzir e especular (redução de distâncias, tempos e discrepâncias culturais).

Cabe frisar que a centralidade do conhecimento no sistema capitalista mundial – vantagem competitiva sobre outras firmas e geração de valor econômico ao acionista – não é um fenômeno surgido nos anos 1970 e 1980; ele reforça-se nas últimas quatro décadas, mas é uma característica importante do sistema capitalista mundial, pelo menos desde meados do Século XIX. Bell (1978) aponta a centralidade do conhecimento naquela que denomina de sociedade pós-industrial, com a emergência de indústrias baseadas na ciência e avanço tecnológico: eletro-eletrônica, ótica, computação, polímeros etc. Já Mandel (1975) aponta que o capitalismo tardio é marcado pela terceira revolução tecnológica do sistema capitalista mundial, e que o esgotamento de outras fontes de lucros de mais valia (*surplus-profits*) leva as firmas à constante renovação tecnológica dos processos de produção.

A terceira revolução tecnológica do sistema capitalista mundial traz como características a crescente automação dos processos de produção, o encurtamento dos processos de produção, a “compulsão” para acelerar a inovação tecnológica, com o conseqüente aumento dos custos de pesquisa e desenvolvimento em relação ao custo total, e um menor ciclo de vida do capital fixo, principalmente máquinas, dentre outras (MANDEL, 1975).

O aumento da importância relativa dos serviços na economia – identificado, já nos anos 1950 e 1960, por Mandel (1975) e Bell (1978) – responde não apenas ao crescimento desse setor em si, mas também ao declínio absoluto da indústria de transformação em alguns países desenvolvidos, ou então ao seu pequeno crescimento por longo período de tempo; o Reino Unido é o caso paradigmático desses dois fenômenos. Esse declínio é ainda mais acentuado

em regiões específicas desses países, e, mais uma vez, os melhores exemplos vêm do Reino Unido, cuja desindustrialização é considerada precoce, em virtude de ter-se iniciado nos anos 1960. Analisando os primeiros anos da gestão Margaret Thatcher (1979-1990), Barnekov, Boyle e Rich (1989) apontam que houve a perda de 1,94 milhão de empregos na indústria de transformação britânica entre 1979 e 1986, inclusive.

A Greater Manchester¹³, por exemplo, adensou-se populacionalmente ao longo de todo o Século XIX, tendo assistido à criação das chamadas cidades industriais especializadas (*specialist industrial towns*), das quais as principais são Ashton-under-Lyne, Bolton, Bury, Rochdale, Stockport, Stalybridge e Wigan (MCNEIL; NEVELL, 2000)¹⁴. A partir dos anos 1960, o condado passou a sofrer um forte processo de desindustrialização, com o encerramento não apenas de firmas específicas, mas de setores inteiros da economia local – carvoarias, estaleiros, indústrias têxteis e confecções, principalmente. Em 1911, apenas Oldham tinha 16,4 milhões de fusos instalados em sua indústria têxtil, de um total de 58 milhões no Reino Unido e 143,5 milhões no Mundo; ou seja, ela representava sozinha 11% da capacidade produtiva têxtil mundial. Após atingir o máximo de capacidade produtiva em 1928, Oldham deixou de ser a maior produtora têxtil mundial, em 1964. Em 1998, quando o Elk Mill encerrou suas atividades, a produção têxtil encerrou-se definitivamente em Oldham. Trajetórias semelhantes tiveram Bury, Stockport, Rochdale e Wigan, para se ater aos casos mais emblemáticos.

Cabe lembrar que o aumento da importância relativa dos serviços na economia é acompanhado pelo crescimento ainda mais acelerado de alguns serviços específicos, denominados de “terciário avançado,” “setores dinâmicos” e “serviços modernos” pela literatura analítica, como, por exemplo, os serviços de consultoria empresarial e governamental, seguros, entretenimento, armazenamento e processamento de dados etc. Contudo, os serviços financeiros (mercado financeiro) ocupam lugar de destaque como fonte

¹³ A Greater Manchester é um condado metropolitano localizado no norte da Inglaterra, sendo composto por Manchester, Salford, Bolton, Bury, Oldham, Rochdale, Stockport, Tameside, Trafford e Wigan. O trabalho de campo compreendeu visitas a Manchester, Salford, Bury e Wigan, além do *borough* Trafford.

¹⁴ Cabe destacar que a criação de cidades industriais especializadas teve como uma de suas contrapartidas sociais e urbanísticas o surgimento de balneários especializados no atendimento da classe operária de determinado núcleo ou região industrial. Urry (2002) mostra com detalhes a ascensão e queda de Morecambe como importante balneário britânico; o centro patrimonial Magna, em Sheffield, visitado em janeiro de 2011 (trabalho de campo), traz relatos das excursões organizadas pelos operários da cidade aos balneários britânicos, como, por exemplo, Blackpool.

de acumulação de capital, em detrimento da produção de bens físicos (HARVEY, 2005a; FERNANDES, 2001; SMITH, 2002; CHESNAIS, 1996). A criação de um mercado financeiro verdadeiramente global, o crescimento das aplicações e a valorização de ativos financeiros em ritmo muito superior ao crescimento da economia “real” e a formação de uma nova classe de trabalhadores são os sinais mais visíveis das profundas transformações econômicas pelas quais passa o Mundo, nessas últimas quatro décadas; são também, sem dúvida nenhuma, fenômenos que têm influenciado muitas cidades a formular e implantar políticas públicas de regeneração urbana nesse período, como será visto adiante¹⁵.

O conceito de regime de acumulação flexível proposto por Harvey (2005a) é baseado em um novo ciclo de compressão do tempo-espaço, sem precedentes na história do sistema capitalista mundial. Seguindo-se esse autor, a compressão do tempo-espaço já é uma das características principais do modernismo. Em termos de espaço, verifica-se uma crescente integração econômica mundial, em virtude da redução dos custos de transporte e maiores facilidades de comunicação, bem como através da conversão de áreas com outras organizações sociais em partes integrantes do sistema capitalista mundial (por exemplo, através do colonialismo e imperialismo das grandes potências mundiais). A queda de barreiras geográficas e a racionalização do uso do solo (produção, transporte e consumo) passaram a idéia de que o Mundo estivesse “encolhendo,” tornando-se um espaço homogêneo dominado pelo supracitado sistema.

Em termos de tempo, assistiu-se à aceleração do tempo de giro do capital, com a diminuição do tempo de tomada de decisões, de produção e também do consumo; Mandel (1975) também aponta todos esses fenômenos como componentes da terceira revolução tecnológica do sistema capitalista mundial, referindo-se aos anos 1950 e 1960.

O que ocorre, a partir dos anos 1970 e 1980, não é uma compressão do tempo-espaço completamente nova; trata-se da aceleração desse processo em ritmo nunca antes visto – alguns desenvolvimentos recentes escapam da análise de Harvey (2005a), por terem surgido

¹⁵ Cabe fazer duas “advertências” às idéias e à literatura analítica aqui presentes. Primeiro, no que diz respeito à desindustrialização, verificada nos países desenvolvidos, nas últimas décadas, com destaque para as suas regiões metropolitanas, como, por exemplo, Paris, Londres e Nova Iorque. Há nisso tanto um problema positivo quanto um problema normativo. Segundo, na consideração, por parte de autores como Harvey (2005a) e Mandel (1975), entre outros, de que os centros de comando e controle localizam-se apenas nos países desenvolvidos. O **APÊNDICE C** explora esses dois pontos com maior profundidade.

e/ou se popularizado apenas nos anos 1990 e 2000. O mais importante deles é o advento e a popularização mundial da Internet, que sustenta a disseminação massiva de dados e informações sobre praticamente toda e qualquer área, tema ou objeto de interesse e a formação de redes de relacionamento pessoal (Facebook, Orkut etc.), profissional (por exemplo, o LinkedIn) e comercial (por exemplo, a GlobalTrade.net).

O avanço tecnológico dos meios de comunicação não permite apenas informação em tempo real; permite ações e interações em tempo real entre agentes econômicos – ou unidades produtivas de um mesmo agente – localizados a milhares de quilômetros de distância um do outro. A migração de parte da indústria de transformação de países desenvolvidos para países em desenvolvimento, nos anos 1950 e 1960, seguindo mão-de-obra e insumos baratos e estímulos governamentais, expandiu-se para o setor de serviços, nos anos 1980 e 1990. Os serviços de *call center* consumidos nos EUA podem estar sendo produzidos em lugares tão distantes quanto a República da Irlanda, a África do Sul e principalmente as Filipinas, onde o emprego de atendente é visto como bem remunerado para os padrões locais, excitante e promissor para a formação de uma sólida carreira profissional. Projetos de casas norte-americanas são feitos por arquitetos da Europa Central, com toda a informação necessária ao trabalho sendo recebida por computador. Os indicadores dos mercados financeiros de outros países são atualizados em questão de menos de um segundo, instantaneidade vital para um mercado financeiro global. Todos esses desenvolvimentos seriam impensáveis nos anos 1950 e 1960, dada a tecnologia disponível nessas décadas.

Atividades antes restritas geograficamente são feitas com agentes econômicos localizados a centenas ou milhares de quilômetros: compras em sítios eletrônicos de leilões e compras coletivas, ensino à distância, transmissão de jogos do campeonato russo de futebol – a Internet permite tudo isso. Mesmo em escala menor, os avanços no sistema de transportes incentivam e suportam o crescimento contínuo do turismo e do comércio internacional, que crescem a taxas maiores do que o produto mundial.

Entretanto, cabe fazer uma ressalva: a compressão do tempo-espço não anula as vantagens locais de determinadas cidades, pois muitas firmas e setores econômicos, mesmo tendo atuação global, e se ligando a serviços aparentemente sem nenhuma ligação com qualquer

cidade específica, dependem de economias de aglomeração e/ou economias de urbanização¹⁶. Nesse sentido, Sassen e Roost (2001) defendem que as cidades globais concentram as funções de produção e coordenação da indústria do entretenimento – grandes corporações transnacionais e pequenos empreendimentos especializados de suporte –, pois contam com grande estoque de recursos humanos criativos e capacitados e de serviços financeiros, jurídicos e de pesquisa de mercado fundamentais para uma indústria de atuação global.

Seguindo-se o mesmo tipo de argumentação, Scott et al. (2001) defendem que os avanços nos meios de transporte e comunicações não acabaram com as economias externas de escala (os autores não chegam a citar esse termo econômico, que reúne as economias de aglomeração e urbanização). A aglomeração de firmas na cidade-região global permite a concentração de funcionários especializados, disseminação de conhecimentos, proximidade das cadeias de fornecedores e formação de redes formais e informais de representatividade política, troca de conhecimento etc. Isso tudo é vital, segundo os autores, para setores industriais dependentes da inovação e adaptações rápidas ao mercado consumidor e de trabalho. O próprio Harvey (1996) aponta que a competição dentro da divisão internacional do trabalho favorece cidades e regiões específicas que disponham de recursos básicos (petróleo, carvão mineral, eletricidade e água baratas etc.) ou de localização¹⁷.

Em suma, a compressão do tempo-espço, nas últimas três décadas, permitiu uma mobilidade sem precedentes do capital, seja ele produtivo ou especulativo, mas o discurso que defende a total e irrestrita mobilidade do capital, visível nas obras de consultores internacionais, como, por exemplo, Kenichi Ohmae, ainda não se verifica na prática; há, é claro, a utilização desse argumento por firmas e associações patronais como instrumento de persuasão sobre cidades, regiões e países em busca de vantagens locais, como será visto adiante. O que ocorre é um aumento da mobilidade das firmas, fluxos de capitais e indivíduos solventes; defender que o fluxo de capitais não é mais geograficamente restrito de nenhuma forma, sendo aplicado

¹⁶ As economias de aglomeração ligam-se à presença de outras firmas na cidade ou região, sejam elas concorrentes, sejam elas clientes e/ou fornecedoras. As economias de urbanização ligam-se à presença de redes formais e informais de contato e socialização, às instituições de ensino e pesquisa e aos equipamentos e amenidades à disposição de firmas e indivíduos em cidades e regiões, como, por exemplo, faculdades, centros de pesquisa, vida noturna interessante, instituições culturais etc.

¹⁷ No Brasil, não é possível explicar o atual crescimento econômico e a valorização imobiliária de cidades como Santos, Vitória, Rio de Janeiro e Campos dos Goytacazes sem passar pela exploração de petróleo na Bacia de Campos e pela descoberta da camada do pré-sal.

apenas de acordo com as melhores oportunidades de retorno, como defende Ohmae (1996), soa como mera peça de propaganda.

Outro ponto importante da reestruturação econômica é a formação de firmas e grupos econômicos transnacionais, inclusive com a organização da produção de bens e serviços em escala global. Harvey (2005a) já coloca como uma das características do regime de acumulação flexível a transferência para a periferia – países em desenvolvimento ou regiões subdesenvolvidas de países desenvolvidos, pode-se complementar – de modos fordistas de produção. Fernandes (2001) coloca como uma das três características básicas da economia contemporânea o surgimento e a consolidação de firmas transnacionais que atuam em rede, não se ligando mais a locais específicos, como antes era argumentado para o caso das firmas multinacionais. Como visto anteriormente, Smith (2002) considera como a marca da globalização nesse século a formação de redes que integram unidades de produção em diversos países, dessa forma não mais permitindo a existência de produtos nacionais¹⁸.

Scott et al. (2001, p. 15) apontam as vantagens da participação em redes transnacionais, já que as firmas:

[...] compram e vendem uns aos outros, contratam trabalhadores do contingente de mão-de-obra local, tomam parte em associações econômicas formais e informais etc. Essas redes propiciam uma atmosfera rica pela transferência constante de conjuntos de informações (em grande parte informais) a respeito das tecnologias, mercados e concepção dos produtos. Assim, elas ajudam a incentivar a criatividade e a inovação econômica em muitos setores diferentes, incluindo [...] os filmes de Hollywood, os semi-condutores do Vale do Silício, os serviços bancários e financeiros de Nova York e Londres e os desfiles de moda de Paris [...].

Cabe lembrar que a reestruturação da produção, logística e cadeia de suprimentos em escala global dá-se também dentro da própria firma, através de unidades de produção, escritórios e centros de distribuição localizados a centenas ou milhares de quilômetros uns dos outros. Parte relevante do comércio internacional é composta por transações intrafirma, sejam insumos ou produtos intermediários. Por exemplo, Chesnais (1996) aponta que 40% do comércio internacional entre os EUA e Japão é composto por transações intrafirma.

¹⁸ O **APÊNDICE D** discute as principais formas através das quais firmas de diversos setores econômicos vêm reestruturando sua produção, logística e cadeia de suprimentos em escala verdadeiramente global, a partir de Friedman (2006).

Cabe destacar que Anderson (1999) e Jameson (2006a, 2006b) são criticados por analisarem o pós-modernismo através das recentes mudanças culturais, sem atentar que as transformações não são apenas imagens e simbolismo, pois há estruturas visíveis e operantes por trás das mudanças sociais, econômicas e culturais. Ritzer e Liska (1997) combinam uma metateoria modernista – a *McDonaldization* da Sociedade – com o conceito de pós-turista de Feifer¹⁹ (1985 apud RITZER; LISKI, 1997) para discutir as principais mudanças sociais pelas quais passa o turismo contemporâneo.

Ritzer e Liska (1997) defendem que vivemos na época da *McDonaldization* da Sociedade, na qual o Mundo está crescentemente eficiente, calculável, previsível e controlado por tecnologias não humanas – trata-se, como os autores afirmam, de uma distopia. No mercado de turismo, o Walt Disney World é o paradigma dessa *McDonaldization*, o que leva os autores a criar o neologismo *McDisneyization*. No caso do controle, não apenas os procedimentos e o comportamento, mas também o vestuário, as jóias e bijuterias e o corte do cabelo e das unhas dos funcionários do Walt Disney World são rigidamente controlados pela corporação. Os empreendimentos turísticos de forma geral, e em especial os cassinos, cruzeiros marítimos, parques temáticos, *shopping centers* e complexos hoteleiros, foram *McDisneyized* pelo menos até certo grau.

A própria Walt Disney Company, cujos negócios partem de uma base eminentemente cultural, daí a argumentação de que essa corporação criou uma economia simbólica ao redor de si, depende de uma base material em constante expansão, com a rígida padronização dos serviços e a incorporação da cultura corporativa por parte dos funcionários, inclusive através da Universidade Disney de práticas empresariais (ZUKIN, 2003). A sua transformação em conglomerado empresarial global, nos anos 1980, deu-se pela expansão dos negócios pelos ramos do turismo, mídia e entretenimento, explorando as suas sinergias corporativas – por exemplo, filmes e programas de televisão incentivam crianças e adultos ao redor do mundo a viajar à Flórida ou à Califórnia para conhecer os parques temáticos da Disney.

Em suma, as últimas quatro décadas assistiram a formação de firmas e grupos econômicos transnacionais, que organizam sua produção de bens e serviços e cadeia de suprimentos em

¹⁹ FEIFER, M. **Going places**. London: Macmillan, 1985.

escala global. As fusões e aquisições horizontais, verticais e de diversificação, que ocorrem cada vez mais freqüentemente, colaboram nesses dois processos²⁰. Inclusive, o Brasil assiste a formação de suas primeiras firmas transnacionais, como consequência do aumento do mercado interno, da necessidade de aumentar sua escala de produção e distribuição para conseguir competir globalmente e apoio do Estado na aquisição de firmas estrangeiras.

Antes de se entrar nas mudanças culturais, com a ascensão de formas culturais pós-modernas, cabe fechar a análise da reestruturação econômica das últimas quatro décadas abordando-se mais três pontos, a saber: a) o aumento da importância de determinados setores e atividades na economia mundial; b) a crescente comercialização de esferas e domínios antes insulados do mercado; e c) a mobilização da moda, cultura e patrimônio para a aceleração da produção e consumo. Esses três pontos serão vistos de forma breve, pois muitos de seus elementos serão recuperados e mais bem desenvolvidos na análise das recentes mudanças culturais e das políticas públicas de regeneração urbana desse período.

É possível identificar, na literatura analítica, imprensa especializada e discursos e documentos oficiais, a propagação de uma série de setores econômicos como “dinâmicos,” “promissores,” “modernos” e/ou “avançados,” por sua estimativa de crescimento acima da média nacional, além da alta capacidade de geração de emprego e renda. Não é por acaso que esses setores e mesmo firmas individuais entram na agenda pública nacional e local como alvos de campanhas publicitárias e pacotes de incentivos econômicos.

O mercado financeiro, com seus bancos múltiplos e de investimento, corretoras de câmbio e valores, bolsas de valores e de mercadorias e futuros e outras firmas especializadas, é o primeiro que vem à mente, pelo fato de as aplicações financeiras terem tido um crescimento vertiginoso a nível mundial, nas últimas décadas, como bem retratado por Chesnais (1996) e Harvey (2005b). O acerto entre a Cidade de Nova Iorque e a New York Stock Exchange

²⁰ A integração vertical ocorre quando uma firma adquire ou se funde com outra empresa do mesmo segmento de mercado, mas que ocupa um estágio ou função diferente na cadeia de produção. Por exemplo, isso acontece quando uma companhia aérea compra uma rede de hotéis. A integração horizontal ocorre quando uma firma adquire ou se funde com outra empresa do mesmo segmento de mercado, e ambas ocupam o mesmo estágio ou função na cadeia de produção. Por exemplo, isso ocorre quando uma companhia aérea compra outra companhia aérea. A diversificação ocorre quando uma firma adquire ou se funde com outra empresa de diferente segmento de mercado. Por exemplo, isso acontece quando uma companhia aérea compra uma fábrica de pilhas. Para excelentes exemplos de integração horizontal, vertical e de diversificação em mercados de lazer e turismo, ver Tribe (2003).

(NYSE) ilustra a importância dada ao mercado financeiro atualmente; em 1998, a prefeitura municipal concedeu à NYSE o equivalente a US\$ 900 milhões em subsídios públicos, frente à ameaça feita pela bolsa de valores de se transferir para New Jersey, do outro lado do Rio Hudson. A concessão foi feita sem a prefeitura municipal ter requerido qualquer forma de regulação, compensação para os cofres públicos municipais ou outro tipo de cumprimento de metas por parte da NYSE (SMITH, 2002).

Um setor econômico visto como muito promissor – tanto por governos nacionais quanto locais, inclusive prefeituras municipais e entidades assemelhadas – são as indústrias criativas (*creative industries*), que formam a assim chamada economia criativa (*creative economy*). Muitas cidades vêm tentando avidamente atrair firmas criativas para seu território, pois, além da geração de produto, emprego e renda, somada à estimativa de crescimento desses três pontos além da média nacional, acredita-se que a simples presença de uma economia criativa local pujante melhore a imagem da cidade.

A Organização das Nações Unidas (ONU) publicou recentemente um extenso relatório sobre a economia criativa no mundo contemporâneo, cujos objetivos principais são compreender e delimitar esse mercado, mensurar a importância dessas indústrias criativas na economia mundial e comércio internacional, e sugerir políticas públicas para a área, especialmente para os países em desenvolvimento (UNITED NATIONS, 2008).

A ONU considera que um novo paradigma contemporâneo está a emergir, no qual a economia liga-se à cultura social, econômica, cultural e tecnologicamente. A base desse novo paradigma é a importância da criatividade, conhecimento e acesso à informação por parte de firmas e indivíduos, que lhes permite a produção de trabalhos artísticos originais e produtos culturais, invenções científicas e inovações tecnológicas. Para a ONU, a palavra “criatividade” assume o significado de originalidade, imaginação, inspiração, inovação e perspicácia.

A partir de alguns conceitos existentes na literatura analítica e definições formais propostas por países, como, por exemplo, o Reino Unido, a United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) define as indústrias criativas a partir de cinco pontos, a saber:

- a) compreendem os ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que têm como matérias-primas primárias a criatividade e o capital intelectual;

- b) constituem um conjunto de atividades baseadas no conhecimento, focado, mas não limitado, nas artes, e potencialmente gerando receitas do comércio e direitos de propriedade intelectual;
- c) compreende tanto bens quanto serviços com conteúdo criativo e valor econômico;
- d) constituem um novo setor dinâmico da economia mundial;
- e) conjugam o artesanal, industrial e serviços (UNITED NATIONS, 2008).

Dessa forma, as firmas e os setores econômicos classificados como indústrias criativas pela ONU, inclusive para fins estatísticos, são os seguintes: a) Patrimônio: artes e artesanato, festivais, celebrações, sítios arqueológicos, museus, bibliotecas, exposições etc.; b) Artes: pintura, escultura, fotografia, antiguidades, música ao vivo, teatro, dança, ópera, circo, marionetes etc.; c) Mídia: livros, imprensa, outras publicações impressas, filmes, televisão, rádio e outras mídias audiovisuais; e d) Criações funcionais: *design* de interiores, gráfico, de moda, de jóias e de brinquedos, *software*, jogos eletrônicos, conteúdo criativo digitalizado, serviços de arquitetura e urbanismo, publicidade, serviços culturais e recreacionais, pesquisa e desenvolvimento e outros serviços criativos relacionados (UNITED NATIONS, 2008)²¹.

A crescente comercialização de esferas e domínios antes insulados do mercado é denominada de *Coca-Colaization* por autores como Hughes (1995), para quem as práticas de consumo são manipuladas por interesses econômicos corporativos, levando a uma homogeneização cultural dos territórios ao redor do Mundo. Cohen (1988) define *commoditization* como o processo através do qual objetos e atividades passam a ser valorados primariamente em termos de seu valor de troca, transformando-se em bens e serviços inseridos no mercado capitalista; isso é feito em detrimento de seu valor cultural. Apesar de considerar que os sistemas de troca e sistemas de dádiva (*gift systems*) não eram tão separados no passado como se supunha, esse autor defende que a expansão global do sistema capitalista mundial levou a *commoditization* a um amplo conjunto de objetos e atividades sem precedentes na história mundial.

²¹ Para mais informações sobre a economia criativa e as indústrias criativas, ver o **APÊNDICE E**. Dada a crescente importância do consumo nas economias nacionais, com seu crescimento proporcionalmente maior do que a produção – no Brasil, aproximadamente 60% do produto nacional é composto pelo consumo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011a) –, cabe destacar um tipo de empreendimento ligado ao lazer, turismo e entretenimento: os grandes complexos de compra e diversão chamados de *mega-multi-malls* (MMMs), dos quais o West Edmonton Mall (WEM) em Alberta, Canadá, é emblemático. O **APÊNDICE F** traz um breve resumo sobre esse tipo de empreendimento, bem como analisa o impacto econômico do WEM.

A definição de consumo pós-fordista de Urry (2002, p. 14, grifo nosso) retrata bem o novo padrão de consumo ligado à reestruturação econômica e à ascensão de formas culturais pós-modernas, e merece ser citada integralmente:

[...] o consumo, ao invés da produção, é economicamente dominante, já que os gastos do consumidor aumentam em relação à renda nacional; novas formas de crédito permitem que os gastos dos consumidores aumentem, produzindo também altos índices de insolvência; quase todos os aspectos da vida social ficam *commodified*, até mesmo a caridade; há uma diferenciação muito maior dos padrões de compra por parte de diferentes segmentos do mercado; maior volatilidade das preferências do consumidor; o aumento de um movimento dos consumidores e a ‘politização do consumo; reação dos consumidores a fazer parte de uma ‘massa’ e a necessidade por parte dos produtores para serem muito mais orientados ao consumidor, especialmente no caso dos serviços e das firmas estatais; o desenvolvimento de número crescente de produtos, cada um com uma vida [de mercado] mais curta; a emergência de novas formas de *commodities* que são mais especializadas e baseadas em matérias-primas que implicam em formas não massificadas de produção (produtos ‘naturais’, por exemplo).

Após as análises do **papel do Estado** e da **reestruturação econômica**, cabe ver o **novo papel da cultura na sociedade e mercados atuais**; isso será feito através da análise da ascensão de formas culturais pós-modernas nos mais diversos campos culturais, da nova centralidade da cultura na sociedade – tudo é cultura, e cultura é tudo – e da penetração da lógica do mercado no campo da cultura, inclusive nas políticas públicas culturais. Em suma, abordar-se-ão as principais mudanças culturais verificadas nas últimas quatro décadas.

As principais contribuições ao estudo dessas mudanças culturais vêm de Harvey (2005a), Jameson (2006a, 2006b) e Anderson (1999). Contudo, destaca-se a contribuição desse último autor, inclusive por organizar o pensamento de Fredric Jameson de maneira a facilitar e muito a leitura e pesquisa por parte de pesquisadores da área de ciências sociais aplicadas, como, por exemplo, arquitetura e urbanismo e/ou administração pública e governo. Entretanto, cabe destacar que Anderson (1999) desenvolve seu pensamento sobre o pós-modernismo através de uma argumentação e construção modernistas; há sempre uma necessidade de periodizar o modernismo e pós-modernismo, e também de se construir uma metanarrativa para compreender os dois fenômenos. Ele aponta que a construção do conceito de pós-modernismo é de esquerda na origem, e seus comentaristas mais hábeis são todos pensadores marxistas, mas se trata de um fenômeno da direita, e possui inconfundível matriz norte-americana.

Seguindo-se a teoria proposta por Fredric Jameson, o pós-modernismo é compreendido como um fenômeno total e global, sendo definido através de cinco pontos principais. O primeiro é o reconhecimento, seguindo-se Mandel (1975), de que o período pós-Segunda Guerra Mundial representa uma ruptura na ordem econômica vigente, com o advento de uma nova configuração do sistema capitalista mundial – o Capitalismo Tardio. Não apenas uma corrente artística ou categoria epistemológica, o pós-modernismo representa a lógica cultural dessa nova configuração, dominante a partir dos anos 1970.

Fredric Jameson aponta as principais características do Capitalismo Tardio – papel da eletrônica, predomínio de firmas multinacionais e conglomerados globais de mídia, globalização da economia e crescimento da especulação internacional –, e a preponderância da cultura nessa economia. Sendo a cultura a base de algumas das maiores indústrias do mundo – mídia, entretenimento e turismo – e “objeto” passível de reprodução e comercialização, a noção de esferas culturais autônomas perde força na pós-modernidade.

O segundo ponto é a perda do senso ativo de história, subvertendo-se uma das características da modernidade. O passado e futuro são suprimidos em um eterno presente, que não permite qualquer noção de evolução histórica ou revolução. O terceiro ponto é a penetração do pós-modernismo não apenas sobre todo o campo artístico, mas também sobre o discurso sobre as artes. Nessas, o pós-modernismo é o campo do predomínio do visual sobre o verbal, o reino do pastiche (“paródia vazia”) e a ênfase no espetáculo.

O quarto ponto é a dissolução da estrutura de classes, prevalecente até os anos 1950 e 1960. No topo, podem-se agora encontrar profissionais ligados à nova economia de serviços e as (servo)estruturas dos grandes conglomerados globais. Na base, as antigas classes sociais reduziram-se de tamanho, em virtude das mudanças mais amplas na economia, inclusive a transferência das indústrias fordistas para países com mão-de-obra mais barata. Ao mesmo tempo, formaram-se grupos sociais e identidades coletivas particulares, a partir de bases étnicas, sexuais e “sectárias,” a saber: homossexuais, mulheres, minorias étnicas, trabalhadores estrangeiros etc.

O quinto ponto é uma mudança estrutural de cultura. A cultura do modernismo é elitista e anti-mercado (nesse segundo caso, pelo menos no discurso) – o modernismo nunca deixou de se considerar um enclave na sociedade. Vanguardista e oposicionista, a arte modernista

sempre desafiava as solicitações do mercado, definindo-se como anti-burguesa. A cultura do pós-modernismo, em marcante contraste, “abraça” o mercado, e é hegemônica, pois não pretende deixar ninguém de fora. Apesar de global em suas consequências e influência, a cultura do pós-modernismo tem uma matriz bem definida – a norte-americana (ANDERSON, 1999; HARVEY, 2005a; JAMESON, 2006a, 2006b).

Fredric Jameson não o classifica como um ponto – seria o sexto –, mas a implosão das esferas culturais e a sua indiferenciação são vistas como uma das principais características do pós-modernismo para alguns autores. Por exemplo, Urry (2002) considera o pós-modernismo como um modelo ou tipo ideal; sua principal característica é a reversão do processo de autonomização presente no modernismo das diversas esferas da vida; ele enfatiza a implosão das esferas culturais, tanto horizontal quanto verticalmente nesse processo²².

Por fim, temos o que Anderson (1999) chama de a “plebeização” do consumo cultural, através da qual o mercado ocupa-se de toda a área artística. Ora, se o mercado transforma a cultura em um produto cultural passível de comercialização, implodindo as esferas culturais horizontais e verticais sob a égide da cultura de massa, ao mesmo tempo em que a sociedade experimenta níveis mais elevados de alfabetização, costumes menos hierárquicos e maiores níveis de renda, propicia-se um maior consumo cultural para a sociedade como um todo. Entretanto, o aumento da quantidade vem acompanhado da diminuição da qualidade e da incapacidade de se escolher opções não ofertadas pelo mercado – o termo “plebeização” é usado para se descrever esse processo. A homogeneização resultante desse consumo cultural dirigido pelo mercado não representa uma maior igualdade ou a superação da distância de classe, mas sim a eliminação da alteridade no imaginário coletivo.

Segundo Anderson (1999), o termo “plebeização” reflete o consumo cultural na passagem do modernismo para o pós-modernismo: há uma ampliação desse consumo, agora acessível a uma parcela mais ampla da sociedade; contudo, ela vem acompanhada pelo empobrecimento de conteúdo, dentro de um processo de perda de originalidade, profundidade e criatividade.

As transformações econômicas que acompanham o pós-modernismo – advento do sistema de acumulação flexível e novo ciclo de compressão do tempo-espço – produzem profundas

²² O **APÊNDICE G** aprofunda a discussão sobre a pós-modernidade e o pós-modernismo.

mudanças na estrutura de classe e na alocação dos rendimentos econômicos dentro da sociedade contemporânea. Uma das marcas mais visíveis do sistema de acumulação flexível é a concentração de renda na economia, que favorece o grande capital e a mão-de-obra empregada em setores específicos (HARVEY, 2005a).

De um lado, forma-se um estrato altamente privilegiado da força de trabalho, composto por mão-de-obra qualificada, flexível e móvel geograficamente, que atua em setores como a “massa cultural,” mercado financeiro, setor imobiliário, direito, educação e outros serviços dinâmicos. Isso é acompanhado pela valorização do empreendedorismo e do individualismo. Um dos resultados da formação desse estrato é a criação de uma cultura *yuppie*, com seus atavios de pequena nobreza e estreita atenção à moda e ao *design*. A busca de capital simbólico, fonte de diferenciação social, liga-se à falta de tradição moral, que leva ao cultivo de marcas fictícias de sua própria identidade (HARVEY, 2005a).

Por outro lado, a concentração de renda, junto com o recuo do Estado de seus compromissos sociais, deixa uma ampla parcela da população em situação social e econômica precária, tendo de enfrentar altos índices de desemprego, baixos salários e falta de habitação, assistência médica e educação. De certo modo, a criação de um estrato privilegiado e de uma massa de excluídos forma uma “alteridade” pouco celebrada dentro do pós-modernismo (HARVEY, 2005a).

Lungo (1996) observa que o atual crescimento do mercado financeiro e outros serviços especializados gera tanto empregos técnicos e administrativos bem remunerados quanto postos mal remunerados – linha de frente –, o que faz com que essa “alteridade” seja sentida também na cidade: a valorização de certas áreas na cidade, com a implantação de prédios comerciais e residenciais de alto padrão, hotéis, marinas e centros de compras, convive com a deterioração de bairros populares e a formação de assentamentos subnormais²³. Harvey (2005b) mostra que, tanto no Reino Unido quanto nos EUA, a fatia da renda nacional capturada pelo 0,1% mais rico da população cresceu expressivamente entre 1978 e 1998,

²³ O emprego em alguns empreendimentos turísticos, como, por exemplo, hotéis, é exemplar dessa estrutura. No topo, há empregos administrativos bem remunerados, enquanto a base é formada por empregos mal remunerados e sem reconhecimento social, além de não estarem estruturados em carreiras – as chances de progressão profissional são mínimas. As principais consequências disso são o alto emprego de pessoas jovens, mulheres e minorias étnicas e trabalhadores estrangeiros (países desenvolvidos), alto *turnover* etc. Para mais informações, ver Cooper et al. (2001) e Urry (2002).

inclusive. Barnekov, Boyle e Rich (1989) documentam o processo de concentração de renda nos EUA durante os anos 1970 e 1980; segundo eles, além da reestruturação econômica do período, a gestão Ronald Reagan (1981-1989) promoveu políticas públicas que reforçaram esse movimento.

A “massa cultural” é formada pelos profissionais que trabalham nos meios de comunicação, cinema, teatro, universidades, editoras, agências de propaganda e comunicações, entre outros, e que recepcionam produtos culturais sérios, produzindo e formatando, a partir desses últimos, produtos culturais populares para amplos segmentos do mercado de massa. Essa “massa cultural” é uma grande consumidora de produtos culturais sérios, ao mesmo tempo em que influencia a opinião e consumo de amplas parcelas da população, através da imposição de manias e modas, novos estilos de vida e comportamentos. Ela acelera o tempo de giro do consumo por meio da produção e venda de imagens, e está sujeita ao controle do grande capital corporativo – nesse sentido, faz parte dos servomecanismos de Anderson (1999). Harvey (2005a) defende que há certa circularidade dentro da “massa cultural”: os produtores estão em busca do lucro na criação de produtos culturais, e os consumidores afluentes, muitos deles parte dessa “massa cultural,” estão em busca de certo tipo de produto cultural como marca clara de identidade. É necessário entender a “massa cultural” a partir da busca de capital simbólico por parte de algumas parcelas privilegiadas da sociedade contemporânea, principalmente profissionais da mídia, mercados financeiros, educação superior etc.

Richards (1996) analisa o crescimento da *service-class* nas sociedades pós-industriais. Seguindo os trabalhos de Pierre Bourdieu, ele aponta que a nova burguesia (*new bourgeoisie*) possui capital econômico e capital cultural, enquanto que a nova pequena-burguesia (*new petit bourgeoisie*), também chamada de “novos intermediários culturais,” tem pouco capital econômico. Logo, ela precisa profissionalizar práticas de consumo cultural para criar oportunidades de emprego e renda para si mesmos – temos aqui a “massa cultural” de Harvey (2005a). Dada a ênfase na formação da identidade e distinção social através do consumo, os padrões de consumo promovidos por essa nova pequena burguesia buscam novos produtos, experiências, modas e estilos de vida que distingam o participante da “massa” ou grande público.

3. PATRIMÔNIO CULTURAL, AUTENTICIDADE E TURISMO: ORIGENS, SENTIDOS E CONSEQUÊNCIAS DO TURISMO CULTURAL.

O primeiro projeto de regeneração urbana formulado e implantado no Pátio de São Pedro objetivava transformá-lo no Centro Permanente de Turismo do Recife; desde então, a justificativa turística foi usada literalmente em todos os programas e projetos de regeneração urbana do pátio, compreendendo todo o período desde a gestão Geraldo Magalhães (1969-1971) até a gestão João Paulo (2001-2008), inclusive, mesmo que em níveis diferentes de detalhamento e importância. Sendo assim, o presente capítulo dedica-se à revisão de literatura analítica relativa ao turismo, com ênfase no segmento de turismo cultural.

Pretende-se apresentar e analisar um fenômeno em franco crescimento, desde os anos 1950, que se tornou central nas estratégias de regeneração urbana e desenvolvimento econômico de ampla gama de cidades nas últimas décadas, inclusive o Recife, como será visto no próximo capítulo.

3.1 Turismo: definições, tipologias e segmentação do mercado.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT) e a United Nations Statistical Commission (UNSTAT), o turismo consiste na atividade de quem viaja ou permanece em lugar que não seu ambiente normal por não mais do que um ano consecutivo, em razão, entre outras, de lazer ou trabalho (COOPER et al., 2001).

Ao desqualificar o turismo como uma ciência ou disciplina, Tribe (1997) aponta que o termo não se refere a uma metodologia de análise e explicação da realidade, mas a um campo que tem como objeto de estudo os fenômenos provocados pelo deslocamento temporário de pessoas. A partir de extensa revisão da literatura de conceitos empregados para definir o termo turismo, Tribe (1997, p. 641) oferece definição ampla, que captura a complexa e multifacetada natureza da atividade: “[Turismo é] o conjunto dos fenômenos e das relações que emergem da interação em regiões emissoras e receptoras, de turistas, empresas fornecedoras, órgãos de governo, comunidades e ambientes.”

É importante frisar que o turismo se desenvolve dentro de um contexto político, econômico, social e cultural, adequando-se a ele. Ou seja, não é o turismo que causa impactos sociais, econômicos, culturais e políticos sobre o país explorado; o tipo de turismo empreendido nada mais é de o que outra manifestação da estrutura social, econômica e política pré-existente no destino. Nesse sentido, dificilmente o desenvolvimento do turismo tem um papel transformador da sociedade (TOSUN, 2000; YOUNG, 1977). Contudo, alguns estudos de caso ligados à antropologia do turismo apontam que ele pode promover a ascensão social e econômica de grupos até então excluídos e marginalizados em contextos específicos, como, por exemplo, Zarkia (1996) mostra para o caso dos *kochyliani* na Ilha de Skyros, Grécia.

John Urry (2002), em influente obra a respeito das transformações contemporâneas nas viagens de lazer no Mundo, analisa práticas sociais no desenvolvimento do turismo como uma forma de lazer²⁴. O turismo consiste no movimento de pessoas para destinos fora de seus ambientes normais de trabalho e residência, para o desenvolvimento de atividades que contrastam com as ações empreendidas em seu dia-a-dia. Isso caracteriza o turismo como um período de exceção, presidido pela intenção, por parte do viajante, de retornar ao seu ambiente de origem, após um determinado período de tempo, geralmente curto. Urry (2002) apresenta nove características que definem as práticas sociais que formam o turismo, a saber:

- a) o turismo é uma atividade de lazer, que pressupõe a existência de seu oposto: o trabalho regulado e organizado. A sociedade organiza o turismo e o trabalho como esferas sociais reguladas e separadas;
- b) o turismo envolve o deslocamento temporário de pessoas de seu ambiente normal de moradia e trabalho para vários tipos de destinação turística;
- c) a viagem e estadia dá-se para áreas fora do ambiente de moradia e trabalho; a estadia é temporária, e há a clara intenção do turista de logo retornar ao supracitado ambiente;
- d) os locais visitados não estão ligados ao trabalho, e geralmente formam um contraste interessante com o trabalho em casa;

²⁴ Cabe destacar que, mesmo no “turismo profissional e de negócios,” não raro acontecem atividades de lazer. Como será visto nesse capítulo, uma parcela importante do segmento de turismo cultural é formada por turistas de negócios ou profissionais.

- e) uma proporção considerável da população de sociedades modernas pratica o turismo regularmente; dessa forma, a oferta de destinações turísticas adapta-se para receber um mercado de massa;
- f) as destinações turísticas são escolhidas com base no desejo dos turistas de aproveitar a estadia e ter experiências prazerosas; esse desejo é construído através de informações e estímulos recebidos por filmes, televisão, revistas etc.;
- g) o olhar do turista é direcionado para elementos extraordinários, ou seja, que contrastam com a experiência cotidiana. Esse olhar é “capturado” através de fotografias, cartões postais e vídeos, entre outros, o que permite sua lembrança e infinita reprodução;
- h) o olhar do turista é construído através de signos; o turismo consiste na coleta e classificação de signos pelos turistas;
- i) a demanda dos turistas desenvolve uma oferta de profissionais ligados ao turismo, que se preocupa em criar e desenvolver novos objetos para satisfazer o olhar dos turistas.

O contraste entre as práticas turísticas e as atividades exercidas no dia-a-dia passa, muitas vezes, pela construção do consumo turístico a partir de devaneios e fantasias socialmente construídos, através da televisão, revistas, rádio e Internet. Assim, muitos objetos-alvo do olhar do turista não são vistos diretamente, a partir de suas características físicas ou históricas, mas como representações distorcidas da realidade, através de signos pré-estabelecidos.

De acordo com Beeho e Prentice (1997), o produto turístico baseia-se essencialmente em experiências intangíveis, a partir dos benefícios, fantasias e interpretações que as atrações possibilitam ao turista. As experiências não são algo universal ou padronizado, mas sim vividas e interpretadas diferentemente por cada turista, a partir de seus sentimentos, visão de mundo, repertório cultural e pré-concepções.

Cooper et al. (2001) dividem o mercado turístico em três segmentos de mercado, de acordo com o propósito de viagem. O primeiro deles é “lazer e recreação,” o que inclui férias, esportes, turismo cultural e visitas a parentes e amigos. O segundo é o “profissional e de negócios,” englobando viagens para a participação em reuniões e conferências, missões empresariais, desfrute de viagens de incentivo etc. O último segmento de mercado inclui “estudos e saúde,” entre outros propósitos.

Smith (1989) identifica cinco tipos diferentes de turistas no segmento de turismo de lazer, formado a partir da disponibilidade de tempo para atividades de lazer, disposição de renda discricionária e ocorrência de sanções legais da comunidade de origem para a prática dessa atividade.

O primeiro é o “turismo étnico,” voltado ao conhecimento de lugares distantes da civilização e culturas “primitivas”²⁵. O segundo tipo é o “turismo cultural,” voltado a lugares pitorescos e deliciosamente atrasados na perspectiva dos turistas, marcados por anacronismos e pela ausência de problemas contemporâneos, como congestionamentos, poluição visual, oferta de produtos em série etc. O terceiro é o “turismo histórico,” voltado à glorificação dos fatos e monumentos do passado, com a visita a atrações como museus, catedrais e grandes monumentos. É o tipo de turismo que se vê em Roma, Paris etc. O quarto tipo é o “turismo ambiental e ecológico,” focado em atrações naturais. O último tipo é o “turismo recreacional,” constituído, de forma geral, pelo composto “sol, mar e praia.” Estão nele as viagens movidas pelo desejo de aventura, prática de esportes e sexo. Las Vegas simboliza um dos tipos de turismo recreacional: mercado de apostas, apresentações artísticas de nomes famosos do *show business*, prostituição e possibilidade de se embarcar em um outro padrão de moralidade.

Os gráficos 001 e 002 mostram a evolução do turismo internacional em termos de chegadas de turistas internacionais e receitas cambiais advindas desse mercado, respectivamente:

Gráfico 001 – Evolução da chegada de turistas internacionais, no período 1999-2009 (em milhões de chegadas). Fonte: (BRASIL, 2010a).

²⁵ Os conceitos de civilização e cultura primitivas são atribuídos, de forma geral, a partir dos valores presentes em grandes centros urbanos e países de desenvolvimento econômico avançado.

Gráfico 002 – Evolução das receitas cambiais geradas pelo turismo internacional, no período 1999-2009 (em US\$ bilhões). Fonte: (BRASIL, 2010a).

A partir do final dos anos 1980, com a emergência do tema “turismo cultural” na literatura analítica, conceitos diversos vêm tentando delimitar o que se apresenta como um novo segmento de mercado e campo de estudos (BALCAR; PEARCE, 1996).

3.2 Turismo cultural: conceitos, origens e fontes de crescimento do segmento de mercado.

A expressão “turismo cultural” é formada pela conjunção de “turismo” e “cultura.” O fenômeno do turismo foi tratado no item anterior; já a “cultura” é aberta a uma miríade de definições, que dependem do interesse, campo de conhecimento e objetivo de quem a define.

Botelho (2001) explora duas dimensões para trabalhar com o conceito de cultura. Na dimensão antropológica, considera-se que todo e qualquer indivíduo é tanto produtor quanto consumidor de cultura, cultura essa presente nas relações sociais que a pessoa estabelece com a realidade a sua volta, ou seja, em seu cotidiano. Nesse sentido, a cultura refere-se ao trabalho, utilização do tempo livre, relações familiares, de amizade e vizinhança, hábitos, costumes e crenças – em suma, tudo o que o indivíduo produz e consome material e simbolicamente em seu dia-a-dia. Como bem resume Botelho (2001, p. 74): “Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram

seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas.”

Na dimensão sociológica, a cultura assume o sentido da produção artística em sentido estrito, ou seja, trata-se de uma produção cultural que busca construir um determinado conjunto de sentidos através de técnicas artísticas particulares, sendo direcionada também a um público-alvo. Sendo assim, a dimensão sociológica implica a criação e circulação de cultura em um “circuito organizacional que estimula, por diversos meios, a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos, ou seja, aquilo que o senso comum entende por cultura” (BOTELHO, 2001, p. 74). Têm-se aqui a prática profissional e as atividades amadoras.

De acordo com Bennett (1995), o termo “cultura” pode ser usado para designar um produto ou processo. No primeiro caso, cultura significa o resultado do conjunto de atividades artísticas e culturais, na forma de produtos tangíveis ou não. Nele, a cultura consiste em edifícios, músicas, danças, pinturas e festivais, entre outros produtos gerados pelas diversas áreas culturais. No segundo caso, cultura assume amplitude antropológica, referindo-se ao modo de vida de uma determinada população. Nesse sentido, pode-se dizer que existe uma cultura brasileira, pernambucana e paulistana, entre diversas outras.

Pensando cultura como processo, Volkerling (1996, p. 190) coloca: “Cultura é o conjunto das práticas socialmente estruturadas por meio das quais significados são criados e transmitidos no interior de um grupo (Crane 1992a, 1992b, 1994; DiMaggio 1978, 1987, 1992; Swidler 1986; Thompson 1990).”

Na literatura analítica, podem ser distinguidos dois conjuntos de definições sobre turismo cultural. O primeiro define turismo cultural a partir da demanda (motivos, percepções e experiências de viagem), enquanto o segundo foca aspectos da oferta (consumo de atrações previamente classificadas como culturais).

As definições baseadas na demanda apresentam o turismo cultural sob o foco das motivações de viagem e das percepções e experiências pessoais dela oriundas. Nesse sentido, não são os atributos de espaços ou objetos, mas sim as interpretações dadas à experiência turística, que definem se ela pode ou não ser classificada como cultural. Trata-se de um conceito baseado

na demanda por experiências culturais, a partir do repertório, agenda pessoal e circunstâncias de cada turista.

Silberberg (1995, p. 361) define turismo cultural como: “[...] [a] visitação por pessoas de fora da comunidade receptora motivada no todo ou em parte por interesse em aspectos históricos, artísticos, científicos ou de estilo de vida e de herança oferecidos por uma comunidade, região, grupo ou instituição.”

A motivação, por parte de um turista, em viver experiências culturais em determinado destino pode resultar em visitas ao patrimônio edificado local, ou na simples observação de como um grupo de pessoas relaciona-se à mesa para um chá ou café.

Poria, Butler e Airey (2003) afirmam que os objetos nunca podem ser vistos diretamente, mas apenas através de representações marcadas por construções sociais e signos pessoais. Assim, não existiriam histórias ou interpretações autênticas, já que toda narrativa é subjetiva. Aqui, o turismo cultural é definido através da classificação de experiências pessoais como culturais, e não em termos do acesso a objetos e lugares supostamente impregnados de valores históricos, artísticos e culturais.

As definições de turismo cultural baseadas na demanda, ou seja, nas experiências pessoais advindas do consumo turístico, têm como principal ponto positivo o fato de os turistas interpretarem o mesmo objeto ou destino de formas diferentes. Como bem ilustra Ronaldo Martins, gerente de operações, e um gerente de produtos da Flytour Travel Operator, ao comentarem sobre o comportamento de turistas que visitam Ouro Preto através de um pacote de viagem:

Ronaldo Martins: Alguns turistas passam por uma obra de Aleijadinho como se fosse um poste.

Gerente de produtos: Exatamente, como se fosse um poste. Eu já vi um turista passar pela obra de Aleijadinho e dizer, “- Porra, esse cara errou aqui.” [risos] Até levei um susto quando ouvi isto.

Ronaldo Martins: E, se brincar, ainda fala, “- Nossa, está velho, mal conservado. Por que eles trazem a gente para cá?” [risos] (Entrevista na Cidade de São Paulo, 06/06/2005).

Por outro lado, alguns elementos que fogem à identificação como cultural por parte de residentes locais, profissionais de turismo e órgãos públicos podem ser avaliados como tal pelos turistas. Muitos turistas internacionais, a contragosto da Tourist Authority of Thailand e órgãos culturais tailandeses, consideram espaços e edificações relacionados ao turismo sexual como parte integrante do patrimônio cultural de Bangkok, ou seja, como uma das principais marcas distintivas da cidade. Por exemplo, a Patpong Road, um dos focos de prostituição de Bangkok, é visitada inclusive por famílias, que vão para lá apenas para admirar as placas luminosas e o movimento noturno da via (PELEGGI, 1996).

O conjunto de definições de turismo cultural baseadas na demanda apresenta como principal problema a delimitação de o que se constituiria em uma atração cultural. A dependência das experiências pessoais dos turistas, com a atribuição diferenciada de significados a espaços e objetos, torna difícil definir o que é e o que deixa de ser uma atração cultural.

O alargamento indefinido dos espaços e objetos vistos como culturais, bem como a natureza subjetiva da experiência, faz com que esse conceito seja de difícil aplicação prática. O conjunto de definições de turismo cultural baseadas na demanda dificulta a operacionalização do conceito por parte do poder público, como, por exemplo, em uma proposta de fomento e regulação do turismo cultural em bens edificados.

Nesse sentido, Boyd (2002) adota um conceito abrangente de turismo cultural, ao estudar o Canadá, incluindo na mesma definição visitas ao patrimônio natural (por exemplo, rios e parques nacionais), às atividades produtivas locais (por exemplo, madeiras e minas de carvão) e contatos com a população local (moda, culinária etc.) e com o patrimônio pessoal (aspectos do dia-a-dia relevantes à população), além de visitas a bens culturais materiais, festivais, eventos e museus. É por isso que mais de 75% de todos os turistas domésticos canadenses são classificados como culturais, e parte dos 25% restantes também poderão ser turistas culturais, caso seja adotada tal visão “holística.”

As definições de turismo cultural segundo a oferta baseiam-se no desfrute turístico de equipamentos e atrações previamente classificados como culturais: sítios e centros históricos, festivais, gastronomia local, centros de interpretação patrimonial, mercados tradicionais e museus, entre outros espaços, objetos e eventos. Trata-se de um conceito baseado na oferta de atrações culturais, previamente classificadas como tal e aptas ao consumo do fluxo turístico.

O conceito técnico de turismo cultural da European Association for Tourism and Leisure Education (ATLAS) revela o foco no consumo turístico de elementos previamente classificados como culturais: “[Turismo cultural é] toda movimentação de pessoas em torno de atrações culturais específicas, tais como sítios históricos e manifestações artísticas e culturais, fora de seu lugar próprio de residência” (RICHARDS, 1996, p. 24).

McKercher e Du Cros (2003) definem turismo cultural como o consumo turístico de atrações previamente classificadas como culturais. O conceito de patrimônio cultural da International Commission on Monuments and Sites (ICOMOS) é usado para definir a oferta de atrações culturais de uma cidade, região ou país. Logo, a oferta de atrações culturais consiste em:

Patrimônio cultural é um conceito amplo que inclui bens tangíveis, como ambientes naturais e culturais, incluindo paisagens, locais históricos, sítios e ambientes construídos, assim como bens intangíveis como coleções, práticas culturais passadas e atuais, conhecimento e experiências de vida. Exemplos de patrimônio tangível incluem museus, prédios históricos, sítios religiosos e talvez parques temáticos, se eles têm um foco patrimonial, enquanto o patrimônio intangível inclui coleções, performances e festivais. Elas não incluem, no entanto, atrações turísticas que não têm um foco cultural ou patrimonial claro e reconhecível (MCKERCHER; DU CROS, 2003, p. 48).

A definição de turismo cultural proposta por McKercher e Du Cros (2003) parece ser a mais apropriada para a delimitação do segmento de turismo cultural. Primeiro, esse conceito de turismo cultural consegue prover uma delimitação razoável desse segmento, sem excluir elementos tangíveis e intangíveis que possam ser classificados como patrimônio cultural.

Segundo, essa definição permite que esse segmento seja identificado e estudado, com a análise de fatores como sua magnitude, padrões de visitação e gastos no destino. Isso permite, por exemplo, fornecer subsídios a propostas de fomento e regulação estatal de atividades de turismo, que envolvam bens culturais de um destino turístico, independentemente das experiências pessoais permitidas pela visitação.

Terceiro, a expansão dos objetos alvo do olhar do turista (URRY, 2002) e o consumo de experiências diferenciadas, a partir da agenda pessoal do turista (PORIA; BUTLER; AIREY,

2003), não impedem a concentração do fluxo turístico em destinos e grandes atrações culturais e a identificação desses objetos e espaços como tal.

A visita à Torre Eiffel, em Paris, compreende o conhecimento de um dos ícones culturais da cidade, a apreciação da obra de engenharia e o cumprimento de uma obrigação por parte de grande parcela de turistas²⁶. O monumento possibilita uma miríade de interpretações, atribuições de significado e vivências pessoais diferenciadas a seus consumidores, todos dispostos a consumir serviços e produtos em sua passagem ou estadia em Paris.

As origens do turismo cultural no Mundo ocidental remetem ao Século XVII, quando membros da aristocracia britânica viajavam pela Europa continental, principalmente por cidades e sítios históricos ligados à cultura clássica, como parte integrante de sua formação educacional, no que se convencionou chamar de *Grand Tour*. Essa viagem, de acordo com Towner (1985), obedecia a um duplo objetivo: educação e prazer.

Apesar de iniciado no Século XVII, o turismo cultural permaneceu restrito a uma pequena parcela da sociedade, até os anos 1970 e 1980, quando deixou de ser atividade exclusiva de uma elite rica e educada para se transformar em um segmento do mercado turístico mundial.

A partir dos anos 1960, o desenvolvimento do turismo europeu baseou-se em pacotes padronizados ofertados por grandes operadoras do norte da Europa (RICHARDS, 1996). A oferta tinha pouca consideração com os elementos culturais dos países receptores, e privilegiava o composto “sol, mar e praia” na promoção e fomento oferecidos²⁷.

Urry (2002, p. 31), caracterizando o turismo de massa vigente no Reino Unido, nos anos 1950 e 1960, dá assim idéia do nível de padronização e das experiências disponíveis ao turista nos *campings* e balneários britânicos:

²⁶ A fama e o simbolismo da Torre Eiffel tornam obrigatória a visita ao monumento por parte de determinados grupos de turistas; o consumo turístico da torre representa o comprovante de visita ao país e sinal de classe, distinção e bom gosto.

²⁷ Um bom exemplo disso é a coletânea de textos organizada por De Kadt (1979), resultante de um convênio firmado entre o Banco Mundial e a UNESCO, para servir de referência à análise dos efeitos culturais e sociais resultantes do desenvolvimento turístico em países em desenvolvimento. Com exceção de Saglio (1979), todos os estudos de caso abordam o assim denominado *resort tourism*: turismo de massa internacional, organizado por grandes operadoras de turismo sediadas em países desenvolvidos, cujo objeto de exploração é o composto sexo, sol, mar e praia em destinos litorâneos de países em desenvolvimento.

Nesse período, a experiência de férias era notavelmente regulada. Mesmo quando as pessoas ficavam em apartamentos, isso geralmente envolvia a provisão de refeições prontas para uma semana. As férias eram baseadas na “time zone of the week” (ver Colson, 1926). Era quase impossível fazer reservas para o meio da semana. Os visitantes sabiam quando iriam comer, o que iriam comer, e exatamente quanto tempo eles iriam ficar. Se as pessoas estavam em um acampamento de férias, então tudo o mais era organizado e, mais ainda, “de um acampamento para o outro a combinação era idêntica – o mesmo padrão de entretenimento, a mesma dieta, o mesmo tipo de acomodações, a mesma rotina semanal” (Ward and Hardy, 1986: 161; veja Urry 1994, em turismo e tempo).

Nos anos 1970 e 1980, o mercado turístico europeu começou a apresentar sinais de saturação para os pacotes de viagem padronizados das grandes operadoras de turismo voltados quase que exclusivamente à oferta do composto sol, mar e praia. Teve início o desenvolvimento de produtos voltados a segmentos específicos, a partir de grupos etários (jovens, idosos etc.), destinos (algumas operadoras de turismo começaram a se especializar em países ou regiões), propósitos de viagem (por exemplo, turismo de aventura) etc. Em um contexto ainda caracterizado pelo conceito de turismo de massa, a cultura era uma coisa inerente a alguns produtos ofertados, e não um segmento ou nicho de mercado já reconhecido como tal. Apesar disso, o início dessa segmentação possibilitou o surgimento de novas operadoras de turismo especializadas em propostas de turismo cultural (RICHARDS, 1996).

O advento do pós-modernismo como novo paradigma cultural é apontado por uma série de autores como uma das bases do crescimento do segmento de turismo cultural nos últimos trinta anos²⁸. Além disso, o desenvolvimento e a expansão da oferta de atrações culturais, as mudanças em variáveis sociais e econômicas da população e a necessidade de diferenciação cultural por parte de determinados grupos sociais vêm contribuindo para o aumento do desfrute de bens e experiências turístico-culturais de parcela crescente da população, entre outros determinantes.

As experiências turísticas pós-modernas exprimem falta de originalidade e de senso de lugar e profundidade, aceitando, inclusive, experiências de simulação, nas quais o turista, cercado de cópias e réplicas, almeja alcançar sua própria definição de autenticidade (WAITT, 2000).

²⁸ O advento do pós-modernismo como novo paradigma cultural já foi analisado nessa tese; sendo assim, optou-se apenas por uma breve menção desse ponto nesse item.

McIntosh e Prentice (1999) afirmam que os parques temáticos com temas e atavios culturais permitem que os visitantes construam sua própria experiência turística, a partir de características pessoais, fazendo com que os objetos vistos e a maneira através da qual eles são interpretados sigam interesses estritamente pessoais.

A crescente atração pela nostalgia e tradição, ilustrada inclusive no desenvolvimento de parques temáticos baseados em elementos culturais tangíveis e intangíveis, é uma das características marcantes do advento do pós-modernismo como novo paradigma cultural (URRY, 2002; HEWISON, 1987).

A partir do início dos anos 1980, a política cultural de muitas cidades de médio e grande porte, principalmente na Europa e EUA, começou a se distanciar de princípios exclusivamente culturais, para levar também em conta as questões de desenvolvimento econômico e de recuperação física de áreas urbanas degradadas (BIANCHINI, 1999). A tônica dessas políticas, tradicionalmente baseadas em subsídios do governo, gradualmente volta-se ao investimento público e privado, a partir de justificativas econômicas.

Isso faz com que as políticas públicas culturais, ao invés de se constituírem como algo a parte, a partir do domínio de uma elite cultural ou grupos de pressão, estejam cada vez mais inseridas dentro de estratégias amplas de desenvolvimento econômico, revitalização urbana e construção de imagem de cidades, regiões e países (VOLKERLING, 1996). No caso específico do patrimônio cultural, ocorre uma fundamental alteração no significado dos bens patrimoniais, que deixam de ser apenas bens simbólicos, como testemunhos de outras épocas e instrumentos de reforço de identidades nacionais ou locais, para se transformarem em produtos culturais a partir das necessidades de mercado (LEITE, 2005).

Brooks (2008) revela a ligação “despudorada” entre a busca do título de Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO, por parte da Cidade de Hoi An, Vietnã, e o seu desejo de se tornar um grande centro de turismo cultural, inclusive atraindo turistas internacionais. Nos anos 1960 e 1970, aproveitava-se o supracitado título para fomentar o turismo nas cidades patrimoniais, inclusive como uma forma de gerar recursos financeiros para a sua preservação (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 1976); a partir dos anos 1990, muitas cidades buscam avidamente esse

título, para se promoverem como destinos turísticos – a busca pelo reconhecimento mundial torna-se, em alguns casos, apenas mais um ponto da agenda turística local.

Projetos de grande porte, como o Museu Guggenheim, em Bilbao, representam o papel de símbolo de renascimento e dinamismo de cidades afetadas pela decadência da indústria de transformação, nos anos 1970 e 1980 (BIANCHINI, 1999). Como diz Harvey (2003), a criação de projetos culturais desse tipo insere-se na tentativa de lugares como Bilbao, Essen, Liverpool e Glasgow em acumular suficiente capital simbólico e marcas de distinção para obter rendimentos financeiros a partir do consumo turístico, especulação imobiliária e atração de capital internacional.

O evento European Cultural Capital é ilustrativo das mudanças que ocorreram nas políticas públicas culturais de países, regiões e cidades, nos últimos trinta anos. Até o final dos anos 1980, o evento tinha um caráter eminentemente cultural, com dois objetivos: fazer com que a cultura da cidade-sede do evento fosse acessível a uma audiência européia, e ajudar a criar certa noção de cultura européia geral (RICHARDS, 1996). A partir de 1990, com a designação de Glasgow como sede, ele passou a fazer parte da estratégia de cidades para fomentar projetos de regeneração urbana, e também criar uma imagem de “cidade cultural,” tendo o turismo como fator-chave para a atração de novos investimentos e geração de emprego e renda.

A maior parte dos projetos de regeneração urbana tem como objetivo transformar áreas decadentes de centros urbanos em locais privilegiados para atividades de consumo, lazer e diversão e também pontos de interesse turístico.

A revitalização de The Rocks, o primeiro assentamento europeu na Austrália, a poucos quilômetros do atual centro financeiro e de negócios de Sidney, transformou uma área decadente e ocupada por gente pobre na segunda atração turística mais visitada da cidade. A partir dos anos 1970, com a criação de um órgão de revitalização e administração exclusivo para a área, as edificações antigas foram recuperadas e adaptadas para abrigar estabelecimentos comerciais como bares, restaurantes, meios de acomodação e pequenas lojas, formando um ambiente de entretenimento, compras e lazer. Os prédios antigos da área servem não apenas para atrair interessados nos bens culturais edificados, mas também como

moldura para outras atividades de lazer, dentro de uma estratégia de desenvolvimento baseada no consumo, e não mais na produção (WAITT, 2000)²⁹.

Os últimos trinta anos presenciaram a criação de novas atrações voltadas ao segmento de turismo cultural, a partir de iniciativas do poder público e de agentes privados. Vários países, regiões e cidades ao redor do mundo adotaram políticas públicas para fomentar o turismo cultural, em um mercado caracterizado pela crescente competição entre destinos. A Nova Zelândia, por exemplo, mundialmente conhecida por suas atrações naturais e esportes de aventura, elaborou um programa de fomento ao turismo cultural em diversas regiões, no final dos anos 1990, no qual o patrimônio e a cultura local atuam como complemento à principal atração turística do país, que são suas belezas naturais (COLMAR BRUNTON SOCIAL RESEARCH AGENCY, 200-?).

A criação de atrações culturais voltadas ao turismo também faz parte de estratégias nacionais de fomento. No início dos anos 1980, Singapura assistiu uma queda no número de visitantes internacionais e nas receitas advindas do turismo, componente importante do balanço de pagamentos nacional. Com o objetivo de reverter essa queda, o governo nacional elaborou um plano para fomentar o turismo no país, a partir de dois pontos principais: a criação de cinco temas turísticos – Leste exótico, Patrimônio colonial, Cidade-jardim verde e limpa, Resorts de ilhas tropicais e Eventos esportivos internacionais – e a transformação de lugares com potencial turístico em atrações, sempre a partir dos supracitados temas (TEO; YEOH, 1997).

Dentro do tema “Leste exótico,” áreas e bens culturais materiais e imateriais, que representam a herança de alguns grupos étnicos de Singapura, como os chineses, indianos e malaaios, foram transformados em atração, a partir do aproveitamento seletivo de seus elementos culturais e da “espetacularização” da cultura. Haw Par Villa, tradicional lugar de encontro e centro de referência da comunidade chinesa de Singapura, foi transformado em um parque de diversões com temática cultural, no qual antigos quadros e estátuas representativos da mitologia e cultura chinesa convivem com espetáculos de som e luz, montanhas-russas e outros equipamentos³⁰.

²⁹ O próximo capítulo é dedicado à análise das políticas públicas de regeneração urbana, formuladas e implantadas nas últimas quatro décadas; desse modo, elas ocupam um espaço reduzido aqui, para se evitar duplicações.

³⁰ “Na esperança de se atrair turistas para Haw Par Villa, Battaglia Associated Incorporated, parte da Walt Disney Productions, foi contratada para formatar o parque, a partir de um conceito e formato que

Hewison (1987) aponta o crescimento extraordinário do número de museus no Reino Unido, durante os anos 1980, principalmente museus privados; os períodos e objetos alvo desses museus são cada vez mais inusitados. A apresentação de coleções é substituída, em muitos casos, pela construção de experiências, nas quais a simulação e a dramatização são cada vez mais importantes. Junto com novos museus, são abertos também centros patrimoniais e parques temáticos com temas e atavios culturais, que utilizam a cultura e o patrimônio como bases para atividades de lazer e entretenimento. Como colocou Neil Cossons, diretor do Science Museum, “[...] Você não pode projetar esse nível de crescimento [de novos museus] por muito mais tempo antes que todo o país transforme-se em um grande museu a céu aberto, que você entre assim que desembarcar no [Aeroporto Internacional de] Heathrow” (HEWISON, 1987, p. 24).

A crescente ligação entre cultura, lazer, turismo e entretenimento, inclusive nas políticas públicas culturais, pode ser verificada na atuação do English Heritage, agência pública responsável pela listagem e salvaguarda do patrimônio cultural inglês, além da análise de todo e qualquer pedido de reforma, alteração e demolição de prédios e monumentos listados. O English Heritage também administra diretamente cerca de quatrocentos prédios e monumentos, e repassa recursos financeiros para projetos de firmas e indivíduos ligados ao patrimônio cultural inglês (HEWISON, 1987).

Um relatório do Comitê de Ambiente (*Environment Committee*) da câmara baixa britânica (*House of Commons*), publicado em 1987, é emblemático da relação entre cultura, patrimônio e turismo nas políticas públicas britânicas: “O modo mais direto e efetivo através do qual, no atual cenário econômico, o English Heritage pode promover a conservação dos prédios históricos e monumentos antigos da Inglaterra é sua promoção turística (HEWISON, 1987, p. 102).”

O trabalho de campo contemplou a visita a uma das propriedades do English Heritage: Clifford’s Tower, em York. A Foto 003 mostra o supracitado monumento:

façam com que ele atraia turistas ‘da maneira que a Disneyland e Epcot Center estão fazendo nos EUA’ (The Straits Times 1986b)” (TEO; YEOH, 1997, p. 200).

Foto 003: Clifford's Tower (I).

A visita à Clifford's Tower ilustra bem a íntima relação entre cultura, patrimônio e turismo no Reino Unido, bem como a intensa comercialização promovida pelo English Heritage dos monumentos sob sua responsabilidade. Por fora, ela é bem sinalizada, e uma placa mostra a localização de outras edificações, monumentos e áreas sob a responsabilidade da supracitada agência pública. A entrada é paga, e custa £3.50 – por volta de R\$ 10,00.

Internamente, o monumento também é bem sinalizado, com placas informativas, uma maquete e a reconstituição de um ambiente da antiga torre; há uma loja, com artigos que vão desde livros técnico-acadêmicos até fantasias “medievais,” chocolates e *souvenirs* fabricados em série, disponíveis em diversos outros museus e sítios patrimoniais ingleses. A Foto 004 mostra o piso da Clifford's Tower; a Foto 005 mostra parte da oferta de bens e serviços dessa loja:

Foto 004: Clifford's Tower (II).

Foto 005: Clifford's Tower (III).

Dado que as principais cidades patrimoniais européias – Veneza, York, Chester, Oxford, Bath, Salzburg etc. – são grandes destinos turísticos, o termo “cidade histórico-turística” ou “cidade turístico-histórica” (*tourist historic city*) já é amplamente utilizado na literatura

analítica, como mostram Bryon e Russo (2003). Dessa forma, parte-se do princípio de que a cidade é histórica e turística ao mesmo tempo, e que a história e o turismo são elementos imbricados dentro de uma oferta que instrumentaliza o primeiro em favor do segundo.

Nesse sentido, Jansen-Verbeke (1998) discute a turistificação (*tourismification*) das cidades históricas, conceito criado para retratar o processo através do qual as atividades turísticas marcam e influenciam uma cidade ou área urbana, tanto na forma quanto na função; trata-se, também, da maneira e grau pelos quais o turismo gradualmente altera as formas urbanas, redefinindo o composto de funções e atividades de uma cidade.

Urry (2002) ressalta a importância do segmento de lazer e turismo cultural no Reino Unido, visivelmente observado no crescimento e diversificação de atrações turísticas culturais, como, por exemplo, novos museus, centros de interpretação patrimonial e parques temáticos com temas e atavios culturais. Além disso, um número crescente de cidades sem tradição turística, como, por exemplo, Bradford e Lancaster, envolvem-se em estratégias de promoção do turismo. O autor também aborda a demanda, mostrando a importância das visitas ao patrimônio e equipamentos culturais por parte de turistas e residentes locais, mas o cerne da análise centra-se no crescimento da oferta de atrações culturais. Esse crescimento pode ser explicado por uma série de fatores:

- a) a abertura de novos empreendimentos comerciais pela iniciativa privada voltados ao mercado, como, por exemplo, o Jorvik Cultural Centre, em York;
- b) o precoce processo de desindustrialização do Reino Unido, que gerou um senso de perda na população (indústrias e modo de vida) e um estoque de edificações vitorianas ociosas, de arquitetura atrativa e muitas vezes localizadas no centro das cidades;
- c) o novo papel dos governos locais em relação ao desenvolvimento econômico, com a assunção dessa função, a partir dos anos 1980;
- d) o crescimento da abertura de pequenas e médias firmas, inclusive em virtude de estímulos governamentais, muitas delas localizadas no mercado de lazer e turismo;
- e) a posição e imagem do Reino Unido dentro do sistema global de turismo – especialização em história, cultura e patrimônio;
- f) em muitos casos, o poder local possuía um estoque de terrenos e edificações degradadas e sem utilização, cujo aproveitamento para o lazer e turismo foi visto como a única saída aparente para o desenvolvimento da localidade.

O resultado desse crescimento é colocado de forma sucinta por Urry (2002, p. 5-6):

No Reino Unido, serviços relacionados ao turismo empregam atualmente cerca de 1,8 milhão de pessoas; esse tipo de emprego aumentou 40% desde 1980, enquanto o emprego geral na economia aumentou apenas marginalmente (Dept of Culture, Media and Sport website). [...] Havia 800 atrações em 1960, 2.300 em 1983 e 6.100 em 2000 (Cabinet Office, 1983; Dept of Culture, Media and Sport website; Hanna, 2000). Em 1987, 233 milhões de visitas foram feitas a essas atrações; em 1998, esse número tinha subido para 395 milhões (The *Guardian*, 12 December 1988; Dept of Culture, Media and Sport website). [...] Entretanto, a proliferação de novas atrações significou que muitas têm dificuldades para atrair um número suficiente de visitantes pagantes, e tem havido o fechamento de algumas atrações recém abertas (Hanna, 2000: A79-88).

Cabe destacar que o crescimento do turismo em cidades patrimoniais européias não conseguiu ainda fazer com que os poderes públicos locais tenham colocado em prática políticas públicas que não se restrinjam à promoção da atividade. O International Center of Studies on the Tourism Economy da Universidade de Veneza pesquisou as políticas públicas de administração do turismo de sete cidades patrimoniais européias, a saber: Aix-en-Provence, Amsterdão, Bruges, Florença, Oxford, Salzburg e Veneza. Com exceção de Salzburg, essas políticas públicas resumem-se à promoção turística, mesmo nas cidades nas quais o número de turistas e excursionistas já ultrapassou a sua capacidade de carga, tornando-se insustentável o turismo em virtude de problemas de congestionamento de tráfego, poluição sonora e visual, excesso de lixo, deterioração de monumentos etc. (BORG; COSTA; GOTTI, 1996). Os casos de York e Cambridge, nas quais as políticas públicas têm continuidade administrativa, e o poder local exerce forte controle sobre os negócios e atrações turísticas, são exceções à regra (MEETHAN, 1996; MAITLAND, 2006).

Richards (1996) reconhece que variáveis sociais e econômicas, como, por exemplo, educação, renda, ocupação e idade, correlacionam-se positivamente com o consumo de cultura. Por sua vez, Bourdieu (1974) avançou na compreensão das relações entre o sistema educacional e a reprodução dos esquemas de percepção e de gosto que terminam por definir quem tem ou não tem repertório necessário à decifração de produtos da cultura erudita. Tomando as idéias desses autores, é lícito dizer que indivíduos com nível educacional mais elevado têm maior propensão a consumir novos produtos e experiências culturais, pois possuem o repertório necessário a sua decifração, interpretação e apreciação.

A emergência de atrações culturais voltadas às necessidades de mercado, pautadas no apelo à paródia e ao pastiche, à apresentação seletiva de elementos históricos e culturais e o apelo a narrativas turísticas, promovem o turismo cultural junto a grupos sem repertório cultural muito legítimo (ou exigente). Apesar disso, existe um amplo conjunto de bens culturais materiais e imateriais que não conseguem ser devidamente aproveitados sem que o turista ou visitante disponha de um mínimo de conhecimento prévio acerca de suas características mais elementares.

As pesquisas de Schuster³¹ (1993 apud RICHARDS, 1996) a respeito do padrão de visitas a museus europeus e de Heilbrun e Gray (1993) sobre a participação da população em atividades artísticas nos EUA mostram que a educação é a variável que mais determina o consumo cultural. No caso norte-americano, a diferença de participação em atividades artísticas entre níveis educacionais é cinco vezes maior do que entre faixas de renda.

A renda também é um fator importante para o desfrute cultural. A disponibilidade de renda pessoal discricionária é um pré-requisito ao engajamento em viagens e consumo de atrações culturais, em um mercado no qual até os grandes museus nacionais buscam novas fontes de receita através da cobrança de ingressos e da prestação de serviços complementares (lanchonetes, lojas de lembranças etc.).

De acordo com Bevers³² (1993 apud RICHARDS, 1996), 50% dos visitantes do Museu Stedelijk, em Amsterdão, são artistas, enquanto que 70% de todos os visitantes de galerias de arte moderna nos EUA possuem algum interesse profissional no campo artístico, o que mostra que os produtores de arte também são, de forma geral, grandes consumidores de arte.

O afã do artista em reconhecer como receptor ideal de suas obras outros criadores de bens culturais na mesma área de atuação faz com que ele busque, no conjunto de produtores, a crítica e cumplicidade que seu trabalho merece³³. Isso leva a uma situação na qual o artista

³¹ SCHUSTER, J. M. D. The public interest in the art museum's public. In: GUBBELS, T.; VAN HEMEL, A. (Eds.). **Art museums and the price of success: an international comparison**. Amsterdam: Boekmanstichting, 1993. p. 45-60.

³² BEVERS, Ton. **Georganiseerd cultuur**. Bussum: Dick Coutinho, 1993.

³³ Essa lógica está presente no campo da cultura erudita, apresentando outras características na produção popular e no mercado da indústria cultural.

depende, para a formação de sua identidade e encaminhamento de sua carreira, daquilo que outros artistas, seus concorrentes, pensam a seu respeito (BOURDIEU, 1974). O consumo de produtos culturais, principalmente de sua área de atuação, permite ao artista acompanhar as últimas tendências da produção contemporânea, conhecer e revisitar os cânones artísticos, marcar posição, e prover meios e informações à socialização com seus pares.

Finalmente, com Merriman³⁴ (1991 apud RICHARDS, 1996), o aprendizado é, a um tempo, requisito e motivo para visitas a museus e sítios e monumentos históricos. Bourdieu (1974) argumenta que a acumulação de capital cultural, na forma de informações e repertórios capazes de decodificar o significado da produção artística em diversas áreas culturais, é o resultado entrelaçado de elementos como formação educacional, origem familiar e consumo de experiências e objetos culturais.

A entrega a experiências culturais específicas e valorizantes é uma das formas de as pessoas reafirmarem seu pertencimento a determinados grupos sociais, acumulando o que, no repertório de Pierre Bourdieu, se chama de “capital cultural.” O consumo de atrações culturais na experiência de turismo não pode assim, sob pena de ingenuidade, ser reduzido a uma questão de preferências e motivações pessoais.

A necessidade de afirmar o pertencimento a determinado segmento social pode levar um turista a embarcar em atividades culturais que demonstrem sua capacidade de decifrar os códigos da produção cultural alcançando a inteligibilidade daquilo que lhe está sendo mostrado. Trata-se, em grande parte, de um consumo provocado pela necessidade de ingressar em uma classe social, ou receber a aprovação de seus pares.

3.3 Importância, características e nichos de mercado do segmento de turismo cultural.

Segundo a OMT, o segmento de turismo cultural já representava 37% do mercado turístico internacional no início dos anos 1990, com crescimento médio anual de 15%, apesar de não haver informações precisas sobre como se chegou a essa estimativa (RICHARDS, 1996).

³⁴ MERRIMAN, Nick. **Beyond the glass case: the past, the heritage and the public in Britain.** Leicester: Leicester University Press, 1991.

Diversos estudos demonstram a importância do patrimônio cultural, na forma de bens materiais e imateriais, como motivação de viagem e objeto de consumo por parte do fluxo turístico internacional. Por exemplo, o sítio histórico de The Rocks, em Sydney, Austrália, foi visitado por mais de 1,2 milhão de turistas estrangeiros, em 1996. Trata-se da segunda atração cultural mais importante do país, atrás apenas da Sydney Opera House, com 1,7 milhão de visitas no mesmo ano (WAITT, 2000).

De acordo com Urry (2002), o Reino Unido especializou-se, dentro do mercado turístico mundial, na promoção de elementos que celebram o histórico, pitoresco e antiquado, ou seja, elementos representativos do passado. Nesse sentido, o patrimônio transformou-se em um dos principais chamarizes do país para atrair turistas internacionais. Londres, por exemplo, depende de seu extenso acervo cultural material e imaterial, composto por prédios históricos, museus, peças de teatro, exposições e eventos culturais diversos, para continuar sendo uma das cidades mais visitadas do Mundo. De acordo com Foley (1996), mais de dois terços dos visitantes de propriedades históricas na cidade são turistas ou excursionistas de um dia domésticos e internacionais.

O desenvolvimento do turismo na Espanha, a partir dos anos 1960, foi baseado na promoção do composto sol, mar e praia, o que fomentou a construção de grandes complexos hoteleiros no litoral e a inclusão de diversas regiões do país – Costa Brava, Costa Dorada e Costa del Sol, principalmente – na oferta de operadoras de turismo sediadas no norte da Europa.

Apesar de o país ter se transformado em um dos principais destinos turísticos do Mundo, a ênfase no composto sol, mar e praia gerou, nas cidades e regiões alvo dessa exploração, problemas de desemprego sazonal, deterioração do patrimônio edificado e natural, perda de valores culturais etc. (DODD, 1999). Talvez o maior exemplo de perda de patrimônio edificado tenha sido o caso de Tarragona, que destruiu as muralhas romanas que cercavam parte da cidade para prover mais espaços à construção de hotéis, nos anos 1980. Nos anos 1990, a cidade reconstruiu as muralhas.

No final dos anos 1980, a Espanha começou a desenvolver iniciativas para atrair maior número de turistas culturais ao país, com a finalidade de redirecionar parte do fluxo turístico do litoral para o interior, e minorar os problemas advindos da sazonalidade turística. Nesse

sentido, a Espanha mudou o seu tradicional *slogan* turístico em 1992, de “Espanha, tudo sob o sol” para “Espanha, paixão pela vida” (BOISSEVAIN, 1996).

Such e Zamora (2006) descrevem o turismo receptivo na Espanha em dois momentos diferentes, amparadas por análise quantitativa. Entre 1955 e 1985, inclusive, o crescimento do produto, emprego e produtividade na indústria da hospitalidade espanhola ocorreu principalmente nos destinos baseados no composto sol, mar e praia, com destaque para os dois arquipélagos espanhóis. Entre 1985 e 1993, inclusive, esses mesmos destinos apresentaram resultados abaixo da média nacional; o crescimento acima da média nesses três indicadores ocorreu em destinos como Estremadura, La Rioja, Cantabria e Andalusia – a primeira região, por exemplo, não possui litoral. As autoras creditam esse fenômeno ao crescimento do turismo cultural e do turismo rural em Espanha, e à consolidação e estagnação dos destinos baseados no composto sol, mar e praia, como os arquipélagos e a Costa Brava.

McKercher (2002), baseado em pesquisa na qual se entrevistaram 2.066 turistas internacionais em Hong Kong, concluiu que 33% dos entrevistados participaram de atividades de turismo cultural durante sua estadia no arquipélago, número similar à estimativa da OMT para a participação do segmento cultural no fluxo turístico mundial. A exploração turística de atrações culturais reforça a noção, presente em autores como Boissevain (1996), Dahles (1996), Richards (1996), Hovinen (1995), Russo (2002) e Borg, Costa e Gotti (1996), de que o turismo cultural deixou de ser um nicho de mercado, voltado a uma minoria rica e educada, e se caracteriza atualmente como um segmento do turismo de massa.

O desenvolvimento de atrações culturais em diversas cidades e regiões da Europa, ávidas por promover a cultura local como atração turística, provocou uma situação na qual a oferta de atrações culturais cresceu mais de o que a demanda (RICHARDS, 1996), tornando o mercado crescentemente competitivo³⁵.

Além disso, em muitas ocasiões, o desenvolvimento de atrações culturais não leva em conta considerações sobre a demanda, em virtude de autoridades e investidores locais considerarem

³⁵ A partir do banco de dados da ATLAS, Richards (1996) mostra que o fluxo de turistas culturais estabilizou-se na Europa entre 1998 e 2003, inclusive, enquanto o número de atrações não parou de crescer.

que a cultura local é única, e que o segmento de turismo cultural é à prova de crises (RICHARDS, 1996; PRIDEAUX, 2002).

A ATLAS realizou uma pesquisa com 6.300 visitantes de 26 atrações culturais da União Européia, distribuídas entre nove países (RICHARDS, 1996)³⁶. Os resultados apontaram que os turistas culturais têm alto índice de escolaridade, sendo 20% deles pós-graduados. A faixa etária mais presente entre os entrevistados foi a entre 20 e 29 anos, inclusive, em parte pelo fato de a maior parte do fluxo turístico ser composta pelos mais jovens.

Aproximadamente 60% dos turistas classificaram as atrações que estavam visitando como importantes ou muito importantes para a decisão de visitar o destino turístico. Atrações que representam símbolos culturais europeus, como o Palácio dos Doges, em Veneza, ou que consistem praticamente no único motivo para se visitar o lugar, como Ávila, têm maior peso na escolha do destino. Atrações localizadas em grandes cidades, como a Torre dos Clérigos (Porto) e a St Paul's Cathedral (Londres), não são individualmente muito importantes para a seleção, mas fazem parte do conjunto de atrações que mobiliza turistas para essas cidades.

Richards (1996) aponta, também, que há uma continuidade dos hábitos normais de consumo cultural das pessoas em suas experiências turísticas, e que parte significativa dos turistas culturais é composta por pessoas que trabalham na indústria cultural.

Essa mesma pesquisa dividiu o mercado de turismo cultural em dois grupos, a saber: turistas culturais gerais (*general cultural tourists*) (43%) e turistas culturais específicos (*specific cultural tourists*) (57%). Os turistas culturais gerais visitam atrações culturais dentro de sua experiência de viagem, mas essas atrações não são importantes na escolha do destino turístico. Já os turistas culturais específicos viajam para conhecer atrações culturais, sendo essas atrações importantes na escolha do destino turístico.

Segundo Richards (1996), 29% de todos os turistas culturais específicos trabalham em setores da indústria cultural, enquanto que essa percentagem é de apenas 13% para o outro grupo. O turista cultural específico, em relação ao turista cultural geral, tem nível educacional mais

³⁶ A pesquisa entrevistou residentes, visitantes e turistas em atrações culturais como a Torre dos Clérigos (Porto), o Museu do Prado (Madri) e a Neue Pinakothek (Munique). Em virtude disso, não foi feita uma comparação direta entre turistas que consomem e que não consomem atrações culturais em suas experiências de viagens. Ser turista cultural foi um pré-requisito para participar da pesquisa.

alto, viaja mais, e tem maior propensão a escolher o destino em virtude da importância da atração cultural que estava sendo visitada, quando ele foi entrevistado.

McKercher e Du Cros (2003), baseados em pesquisa que entrevistou 1.153 turistas culturais³⁷, identificaram cinco nichos de mercado no segmento de turismo cultural, a partir de dois parâmetros de classificação: nível de envolvimento do turista com o patrimônio visitado (profundo – superficial) e importância das atrações visitadas na escolha de Hong Kong como destino turístico (alta – baixa).

O turista cultural intencional (*purposeful cultural tourist*) possui alto envolvimento com as atrações culturais visitadas, e considera o patrimônio cultural como muito importante ou motivo principal na decisão de visitar Hong Kong. Ele representa 13,4% do segmento de turismo cultural, e é o maior consumidor de experiências culturais “desafiadoras,” freqüentando museus e galerias de arte e artesanato, sítios históricos e templos religiosos, entre outros. Compra passeios organizados por agências de receptivo locais, e se interessa pelo patrimônio cultural chinês e pela herança da colonização britânica.

O turista cultural observador (*sightseeing cultural tourist*) possui baixo envolvimento com as atrações culturais visitadas, e considera o patrimônio cultural como muito importante ou motivo principal na decisão de visitar Hong Kong. Ele representa 32% do segmento de turismo cultural, e prefere consumir uma miríade de experiências culturais, ao invés de se envolver com alguma atração de maneira mais profunda. Costuma viajar por todo o arquipélago, inclusive ilhas remotas, e prefere demorar-se em sítios históricos ligados à herança colonial britânica e à região de Kowloon.

O turista cultural ocasional (*incidental cultural tourist*) possui baixo envolvimento com as atrações culturais visitadas, e considera o patrimônio cultural como elemento não importante na decisão de visitar Hong Kong. Ele representa 20,9% do segmento de turismo cultural, e é grande consumidor de atrações localizadas em zonas turísticas, perto de seu hotel, fáceis de “desfrutar” e não “desafiadoras” do ponto de vista emocional ou intelectual, como o Hong

³⁷ Deste total, apenas 760 entrevistas foram validadas para a análise. Mais de 330 entrevistados foram excluídos, pois, apesar de se classificarem como turistas culturais, não conseguiram apontar uma única atração visitada de uma extensa lista de bens materiais e imateriais classificados como culturais.

Kong Space Museum e parques temáticos “culturais.” O motivo de visita a atrações culturais é a “busca da recreação,” sem dar importância ao aprendizado da cultura ou história local.

O turista cultural fortuito (*casual cultural tourist*) possui baixo envolvimento com as atrações culturais visitadas, e considera o patrimônio cultural como elemento pouco importante na decisão de visitar Hong Kong. Ele representa 26,7% do segmento de turismo cultural, e, em muitos aspectos, apresenta comportamento similar ao do turista cultural ocasional. Atrações acessíveis, de pouco envolvimento emocional ou intelectual e voltadas à recreação dos visitantes dominam o consumo desse nicho de mercado. Apesar disso, o turista cultural fortuito também costuma visitar templos religiosos, e explorar mais a região.

O turista cultural orientado para surpresas (*serendipitous cultural tourist*) possui alto envolvimento com as atrações culturais visitadas, e considera o patrimônio cultural como elemento não importante na decisão de visitar Hong Kong. Ele representa 7% do segmento de turismo cultural, e se trata de uma anomalia, pois desconsidera o patrimônio cultural de Hong Kong quando da seleção do destino, mas, quando no arquipélago, acaba tendo experiências culturais profundas. Não há um padrão de consumo de atrações nesse nicho de mercado; esse grupo de turistas é marcado por experiências pessoais, sem um padrão claro de comportamento dentro do nicho.

Os integrantes dos cinco nichos de mercado apresentam motivações, experiências e padrões de consumo do patrimônio cultural de Hong Kong muito diferentes entre si, mas há um elemento comum entre esses grupos: todos visitam os principais ícones culturais do país, como The Peak, Big Buddha e Hong Kong Cultural Center (MCKERCHER, 2002).

Urry (2002) argumenta que a visita a lugares e objetos tidos como únicos e não reproduzíveis, como, por exemplo, a Torre Eiffel, o Grand Canyon e o lugar onde o presidente norte-americano John Kennedy foi assassinado, é uma das formas de se consumir experiências turísticas que contrastam com o dia-a-dia das pessoas. Conhecer esses objetos é um sonho de consumo de grande parte das pessoas que vivem no Mundo ocidental, e a experiência de viagem transforma-se em uma espécie de peregrinação a um centro sagrado de devoção.

Isso explica, em grande parte, o investimento feito por países, regiões e cidades ao redor do mundo para criar grandes atrações culturais destinadas ao consumo turístico, com o objetivo

de promover a cultura local, e capturar parte do rendimento econômico do segmento de turismo cultural (HARVEY, 2003; BIANCHINI, 1999; RICHARDS, 1996; URRY, 2002; RUSSO; BORG, 2002; MACCANNELL, 1999; RITCHIE, 2008).

A classificação dos turistas culturais em cinco nichos de mercado, feita por McKercher e Du Cros (2003), baseia-se nos benefícios e motivações advindos do consumo de atrações culturais, a partir da importância dada ao patrimônio cultural na decisão de se visitar Hong Kong e do nível de envolvimento com os bens culturais visitados. Segundo os autores, não há diferença significativa entre os cinco nichos em nenhuma das variáveis demográficas pesquisadas, com exceção da idade; os turistas culturais observadores e intencionais tendem a ser mais velhos, enquanto que os turistas culturais fortuitos e orientados para surpresas tendem a ser mais novos.

Diferenças significativas também não foram encontradas nas características da viagem: tempo de permanência do turista no destino, tempo total da viagem (Hong Kong e outros possíveis destinos), número de vezes que o turista já tenha visitado anteriormente Hong Kong, importância de Hong Kong entre os diversos destinos visitados na experiência de viagem e gasto total do turista (MCKERCHER; DU CROS, 2003). Os autores observaram que 22,1% do segmento de turismo cultural é composto por viajantes profissionais ou de eventos, concentrados em dois nichos de mercado, a saber: turistas culturais fortuitos e turistas culturais ocasionais.

3.4 Autenticidade em turismo: textos seminais, perspectivas e correntes na literatura analítica.

O conceito de autenticidade é presença constante em trabalhos que tenham como objeto de estudo as políticas públicas de regeneração urbana e/ou conjuntos arquitetônicos e paisagísticos tombados pelo IPHAN. Seja esse conceito utilizado para medir a autenticidade de construções restauradas, seja para avaliar novos espaços urbanos criados ou modificados pela ação pública, a discussão sobre a autenticidade de espaços urbanos, edificações e experiências é geralmente utilizada para se avaliar a “realidade,” a “qualidade” e a “verdade” de vários tipos de intervenção pública, privada e público-privada, bem como seus resultados.

Isso não é diferente na área de arquitetura e urbanismo, na qual muitos pesquisadores avaliam que as políticas públicas de regeneração urbana criam espaços “irreais” e apartados do restante da cidade, sendo excessivamente voltados ao lazer, turismo e entretenimento, ou seja, ao atendimento de turistas e visitantes, em detrimento dos residentes locais. Ou, então, que conjuntos arquitetônicos e urbanísticos sofreram uma “intervenção de fachada,” transformando-se em uma espécie de cidade cenográfica voltada ao consumo turístico. Em relação ao turismo, não é raro que o próprio fenômeno seja considerado portador de uma miríade de males, sendo por si só considerado inautêntico e gerador da “irrealidade,” “falsidade” e “inautenticidade” no espaço urbano e edificações patrimoniais.

O problema dessas posturas é que, muitas vezes, elas são defendidas apenas a partir da opinião do autor, ou, quando muito, utilizando-se de uma ou outra referência bibliográfica. Por exemplo, Vieira (2008) avalia os programas de revitalização do Bairro do Recife e Cidade de São Luís, preocupando-se com a transformação dos valores culturais em valores econômicos. Ela afirma que o conceito de autenticidade é distorcido por autores que trabalham com o turismo cultural, inclusive apresentando antagonismos com a questão dos sentidos e significados do patrimônio. Contudo, toda a revisão de literatura analítica feita pela autora resume-se a Drummond e Yeoman (2004), que trazem uma clara posição pós-modernista sobre a autenticidade no turismo cultural.

Não é possível reduzir um campo de conhecimento vasto e diversificado como o turismo ao posicionamento de um ou outro autor. Seria o mesmo que afirmar que o supracitado campo é inimigo do patrimônio histórico e artístico, através da citação de McKercher e Du Cros (2002, p. 106), que, apesar de se constituir em um dos manuais mais populares sobre o turismo cultural, é apenas uma entre diversas posturas possíveis em relação a esse segmento:

Pode parecer crasso propor-se isso, mas os bens culturais não deveriam ser tratados diferentemente de o que pasta-de-dente, quando se considera como efetivar seu potencial turístico. O turismo é o exemplo mais requintado de um setor que precisa adotar uma visão de *marketing* para seus produtos; por sua própria natureza, ele vende sonhos e experiências que satisfazem as necessidades e desejos dos consumidores.

Para se evitar simplificações grosseiras e posicionamentos “fortes,” optou-se por discutir o conceito de autenticidade aplicada ao turismo, dado que, desde 1969, os programas e projetos de regeneração urbana que contemplaram o Pátio de São Pedro sempre se preocuparam em transformá-lo em um centro de turismo.

A autenticidade é um conceito recorrente na literatura analítica do turismo, pelo menos desde o início dos anos 1960, quando Boorstin (1992) analisa e avalia as experiências de viagem dos turistas internacionais norte-americanos. Há dois pontos principais presentes, implícita ou explicitamente, nos trabalhos sobre autenticidade em turismo, sejam eles teóricos ou estudos de caso. O primeiro ponto refere-se ao objeto de estudo, ou, em outras palavras, ao quê é avaliado como “autêntico” ou “inautêntico.” Esse primeiro ponto pode ser apresentado através da seguinte questão básica: em qual lugar desse complexo e multifacetado conjunto de fenômenos e interrelações encontra-se a autenticidade em turismo?

O estudo da autenticidade em turismo pode contemplar diversos recortes e objetos de estudo, entre os quais:

- a) o padrão de interação entre turistas, residentes locais e intermediários turísticos, através da análise de como a cultura e as tradições locais são apreendidas e consumidas pelo turista, assim como de qual forma elas são reformuladas e apropriadas pela comunidade local, a partir do contato entre esses três elementos;
- b) os principais impactos sociais, econômicos e culturais gerados pelo turismo na região receptora; por exemplo, através da análise de como as mudanças na organização econômica local provocam alterações na estrutura social do destino;
- c) a qualidade e o tipo de atração cultural apresentada ao turista, seja avaliando-se a qualidade da atração turística por si só, seja comparando-a com elementos culturais locais ainda não apropriados pelo consumo turístico, ou se examinando as relações de poder presentes na construção e na apresentação de atrações culturais para os turistas;
- d) o próprio turista, avaliando-se sua motivação de viagem, suas imagens e pré-concepções do destino, seu padrão de consumo e sua maneira de avaliar e interpretar o quê lhe é apresentado no destino, inclusive o papel de intermediários turísticos;
- e) o destino turístico, incluindo-se suas atrações, seus ambientes natural e construído, e a forma como ele é moldado para o turismo;

- f) o turismo em si, avaliado desde como uma simples atividade econômica, portadora de processos de modernização – ela própria é considerada um deles –, até como uma superestrutura da modernidade, com profundos valores simbólicos por si só.

O segundo ponto refere-se à avaliação da autenticidade em turismo, ou seja, de qual forma avalia-se algo ou alguém como “autêntico” ou “inautêntico.” Esse segundo ponto também pode ser apresentado como questão básica: quem está capacitado e legitimado a julgar e avaliar o que é e o que não é autêntico, caso isso seja mesmo possível? E quais são as metodologias e os padrões adequados para a medição da autenticidade em turismo? Dentre as perspectivas encontradas na literatura analítica, três são as mais comuns:

- a) a perspectiva do turista, que considera o destino e suas atrações autênticas ou inautênticas a partir de expectativas e pré-concepções, formadas pela mídia e literatura promocional, através do contato com outros turistas e de acordo com seu nível educacional, motivação de viagem e repertório cultural, entre outros fatores;
- b) a perspectiva do residente local, que possui interesses econômicos, políticos e simbólicos em pontos como a imagem turística do destino, a transformação de elementos culturais em atrações e a distribuição das receitas geradas pelo turismo;
- c) a perspectiva dos intelectuais e pesquisadores acadêmicos, formada a partir de variados objetos de estudo e metodologias de pesquisa.

A revisão de literatura sobre a autenticidade em turismo divide-se em três subitens. Primeiro, avaliam-se os textos seminais, que adotam teorias e perspectivas inovadoras, inauguram linhas de pesquisa, e têm grande influência na literatura analítica, tendo sido publicados nos anos 1950, 1960 e 1970. Segundo, aborda-se a corrente construtivista, que traz o relativismo cultural e as múltiplas perspectivas para a avaliação da autenticidade em turismo, que é considerado um fenômeno socialmente construído, sendo o resultado de uma construção mental e de uma linguagem simbólica empregada pelo homem. Terceiro, entra-se na corrente pós-modernista, que considera a autenticidade em turismo apenas mais um atributo mercadejável de destinos, objetos, edificações e experiências turísticas, isso quando o conceito não é considerado sem sentido nem valor.

3.4.1 Avaliação dos textos seminais sobre a autenticidade em turismo.

Os primeiros trabalhos que abordam a autenticidade em turismo seguem duas linhas principais, a saber: a) o estudo dos turistas e da natureza do turismo, muitas vezes através de teorias de larga escala – metateorias; e b) o estudo dos impactos sociais, econômicos e culturais do turismo no destino, inclusive através do padrão de interação entre turistas, residentes locais e intermediários turísticos; a revisão de literatura (textos seminais) contempla textos dessas duas linhas. Optou-se por apresentar os trabalhos em ordem cronológica, e por focar sete autores de maneira aprofundada, em virtude da originalidade de suas idéias e da repercussão de seus trabalhos³⁸.

Os textos seminais revisados apresentam, via de regra, muitas características em comum; trabalhos recentes – por exemplo, Wang (1999) e Reisinger e Steiner (2006) – agrupam autores como Boorstin (1992) e MacCannell (1999) dentro de uma linha objetivista/realista/modernista. Cohen (1988), por sua vez, enquadra esses dois autores, junto com Greenwood (1989), dentro da literatura contemporânea que analisa o turismo moderno e seus impactos, à qual ele contrapõe sua própria teoria de autenticidade em turismo.

Podem-se citar, com algumas exceções, características e críticas comuns a esses textos seminais. Em primeiro lugar, a avaliação da autenticidade é feita através da comparação entre espaços e atrações turísticas e elementos considerados originais ou tradicionais, seja através de crítica cultural ou história da arte, seja via conhecimento das tradições e dos costumes locais existentes antes do turismo. A maioria dos trabalhos utiliza critérios absolutos e autoritários, que contrastam a qualidade do ambiente e das atrações turísticas a uma realidade não turística, vista como original, independente e superior.

³⁸ O **APÊNDICE H** traz as contribuições de sete autores, que produziram textos seminais para o estudo da autenticidade em turismo, a saber: a) Roland Barthes; b) Daniel Boorstin; c) Gordon Lewis; d) Davydd Greenwood; e) John Turner e Louis Ash; f) Dean MacCannell; e g) Nelson Graburn. A data da publicação da primeira edição dos textos seminais sobre autenticidade em turismo, bem como de outros trabalhos importantes citados nesse subitem, encontra-se entre colchetes, antes de a data da edição consultada: Barthes ([1957]1972), Boorstin ([1961]1992), Greenwood ([1977]1989), Turner e Ash ([1975]1976), MacCannell ([1976]1999), Graburn ([1977]1989), Goffman ([1959]2007), Nash ([1977]1989) e Urry ([1990]2002). Não há alterações significativas entre as edições em nenhum dos trabalhos supracitados, com exceção de Greenwood (1989), que acrescenta um epílogo ao seu texto original; isso está devidamente comentado no texto.

Segundo, os autores propõem teorias de larga escala – metateorias, no dizer de Harvey (2005a) –, que buscam verdades eternas e universais, mas que tendem a desconsiderar contextos e particularidades importantes do objeto de estudo. Muitos textos tentam encontrar a “verdadeira” natureza do turismo, como parte da superestrutura da modernidade, reflexo de outros desenvolvimentos da sociedade – por exemplo, a expansão do sistema capitalista –, ou como geradora de inevitáveis impactos políticos, econômicos e sociais no destino turístico.

Muitos textos baseiam-se em pesquisas assistemáticas, ou são ensaios, a exemplo de Boorstin (1992). A tentativa de compreender o turismo parte de diversas disciplinas e campos de conhecimento, mas os textos seminais notabilizam-se pela falta de preocupação em definir o que é turismo, e também em determinar quem é o turista. Parece que a atividade é de tão simples apreensão que não é preciso definir e delimitar o fenômeno estudado.

De forma geral, as análises privilegiam o turista como objeto de estudo, avaliando a autenticidade de suas experiências e dos espaços e objetos consumidos durante a viagem. Entretanto, a perspectiva empregada não é a do turista – não se aborda o que ele pensa de suas próprias experiências. A perspectiva empregada é a do próprio autor, que aponta normativamente o que é e o que não é autêntico, através de seu próprio julgamento. Nesse sentido, o turista pode até estar satisfeito com sua experiência turística, considerando-a autêntica, mas ela será considerada “irreal” e falsa, caso seja essa a avaliação do autor.

As perspectivas das firmas turísticas, dos governos receptores e emissores e dos residentes locais não são consideradas na análise da autenticidade; os textos preocupam-se apenas com a experiência dos turistas. Talvez o trabalho de Boissevain (1979) seja o primeiro a se basear primordialmente na percepção dos residentes locais acerca do turismo, para avaliar seus principais impactos sobre o destino turístico.

Muitos textos expressam profundo pessimismo em relação ao desenvolvimento do turismo, inclusive por meio de uma visão fatalista, casos de Turner e Ash (1976), Boorstin (1992) e Greenwood (1972, 1976, 1989).

Os textos seminais foram alvo de diversas críticas nos anos 1990 e 2000, tendo sido considerados elitistas, superficiais e profundamente pessimistas acerca do turismo; não é raro, por exemplo, ver Barthes (1972) e Boorstin (1992) serem considerados simples detratores do

turismo, sem maiores explicações. A maior parte das críticas centra-se nos mesmos pontos, e não consegue situar as posições e os conceitos citados dentro da teoria proposta pelo autor em questão; ironicamente, a crítica à superficialidade é feita de forma superficial.

Por fim, esses textos seminais permitem travar-se contato com um método moderno de teorização, baseado em explicações teóricas de larga escala, que buscam verdades eternas e universais sobre o objeto estudado. Eles provêm um contraste interessante com o modo pós-moderno de teorização, que enfatiza a multiplicidade e a flexibilidade das experiências turísticas, rejeitando a visão de sociedade como uma totalidade, e privilegiando estudos de caso centrados no contexto e nas particularidades do destino e do tipo de turismo.

3.4.2 A corrente construtivista: relativismo cultural e múltiplas perspectivas sobre a autenticidade em turismo.

A partir do final dos anos 1970, muitos autores começaram a elaborar conceitos de autenticidade em turismo que negavam a possibilidade de a autenticidade de um elemento turístico – destino, objeto, atração ou experiência – poder ser empiricamente distinguida e medida, tomando-se como base de comparação uma realidade neutra e estável.

Esses autores, posteriormente identificados como parte da corrente construtivista (*constructivists*), consideram que toda e qualquer “realidade” é construída socialmente, sendo o resultado de uma construção mental e de uma linguagem simbólica empregada pelo homem. Ou seja, a autenticidade de todo e qualquer elemento turístico nada mais é de o que uma interpretação socialmente construída.

Wang (1999) identifica cinco características essenciais da autenticidade em turismo, seguindo-se a corrente construtivista. Primeiro, não existe um elemento original que sirva de parâmetro para a medição da autenticidade. Segundo Moscardo e Pearce³⁹ (1999 apud REISINGER; STEINER, 2006), a autenticidade não é uma propriedade real ou tangível do elemento turístico, mas sim o julgamento ou valor atribuído a ele pelo observador. Isso quebra

³⁹ MOSCARDI, Gianna; PEARCE, Philip L. Understanding ethnic tourists. **Annals of tourism research**, v. 26, n. 2, p. 416-434, 1999.

a noção de que algumas atrações turísticas são mais autênticas do que outras, como, por exemplo, MacCannell (1999) afirma em passagem transcrita anteriormente nessa tese.

Segundo, as tradições e origens de um povo ou lugar foram inventadas em algum momento, a partir das necessidades então presentes e do contexto social, político e econômico – desse modo, elas também refletem a estrutura do poder local. Jeong e Santos (2004) mostram como a resistência à introdução de elementos externos e à promoção turística do Festival de Kangnung Dano, Coréia do Sul, parte da elite econômica da região. Esse pequeno grupo, ligado por traços familiares, utiliza o festival como instrumento de controle social, excluindo grupos sociais e elementos culturais da política de representação da cultura local.

A pressão pela transformação desse festival em atração turística não tem origem em atores externos, mas sim em grupos sociais marginalizados nas representações culturais do evento, por motivos de religião, renda, origem social e gênero. Representantes desses grupos alegam que o fomento turístico e a introdução de elementos globais, como, por exemplo, apresentações de música *hip-hop* norte-americana, tornariam o evento mais inclusivo e, sobretudo, autêntico.

Terceiro, a autenticidade ou inautenticidade de uma experiência turística depende da interpretação e das perspectivas de cada um; elas são válidas por si só, pelo que cada um acredita ser autêntico ou inautêntico. Trata-se, dessa forma, de uma relativização do conceito de autenticidade, muitas vezes dando-se ênfase à interpretação dada pelo próprio turista.

Quarto, a autenticidade em turismo liga-se às crenças, projeções, pré-conceitos e expectativas dos turistas em relação ao destino, objeto, experiência e informação que espera encontrar em sua viagem; sendo assim, a autenticidade em turismo é mediada pela mídia, pela promoção turística e pelos intermediários turísticos.

Quinto, a corrente construtivista considera que o que é “fabricado,” encenado e promovido para os turistas é autêntico por si só, sem haver a necessidade de compará-lo com partes da cultura local que não são consumidas pelos turistas e visitantes. A corrente construtivista “tolera” simulações e cópias, sempre a partir do ponto de vista do produtor e do turista. Ao contrário da corrente pós-modernista, que descarta o conceito, pelo menos como algo sério, os construtivistas acreditam que as cópias e simulações podem alcançar o *status* de “autênticas.”

Sem dúvida, o texto mais influente na literatura analítica dessa corrente é Cohen (1988). A autenticidade não é mais um conceito absoluto, cujos valores podem ser estabelecidos por antropólogos, etnógrafos ou críticos da arte, mas um conceito socialmente construído, negociado entre os diversos atores envolvidos no processo turístico; nota-se que a primazia na definição dos parâmetros acerca da autenticidade em turismo é atribuída aos turistas, principalmente a partir de sua percepção e motivação de viagem (COHEN, 1988).

A defesa do relativismo na construção e aplicação desse conceito gera análises e argumentações interessantes por parte de Cohen (1988), com destaque para dois deles. Em primeiro lugar, fica implícito que tudo é passível de ser considerado autêntico, já que os parâmetros de avaliação não se ligam mais a atributos intrínsecos, mas sim à motivação e à percepção do turista sobre o elemento cultural. Turistas culturais “sérios,” muito preocupados com a questão da autenticidade em sua experiência de viagem, podem inclusive gerar uma “mumificação” dos nativos e de seu ambiente construído, já que percebem todo e qualquer indício de modernização em vilas e aldeias tradicionais como algo inautêntico, por mais que esses novos elementos já estejam incorporados ao dia-a-dia dos residentes locais. Em segundo lugar, Cohen (1988) desenvolve o conceito de autenticidade emergente.

A construção da autenticidade emergente, em conjunto com a relativização desse conceito, prenuncia a noção de que o turismo é um fenômeno autêntico por si só, bem como os objetos e experiências “fabricados” para ele; essa noção alastra-se pela literatura analítica nos anos 1990, principalmente a partir das idéias defendidas por Urry (2002), inclusive a posição de que o turismo é parte fundamental da cultura contemporânea. Mais do que uma autenticidade que “emerge,” ou uma relativização desse conceito, os produtos turístico-culturais passam a ser considerados autênticos por seus próprios méritos, seguindo-se uma tendência apontada por Jameson (2006a) na pós-modernidade: a quebra do modelo existencialista da autenticidade e inautenticidade, baseado na oposição alienação e desalienação.

Cabe notar que Cohen (1988), junto com a corrente construtivista, representa uma transição na análise da autenticidade em turismo, entre os textos seminais, muito preocupados com a questão, cuja noção de autenticidade prende-se a valores absolutos, e autores que desenvolvem o conceito a partir de visões pós-modernistas, nas quais o conceito de autenticidade perde força, e é colocado em questão. Cohen (1988) relativiza o conceito, e

deixa aberta a possibilidade de qualquer elemento turístico-cultural alcançar a autenticidade um dia, mas ainda se prende à noção de que existem experiências autênticas e inautênticas, o que é questionado por autores da corrente pós-modernista, vista a seguir.

3.4.3 A corrente pós-modernista: autenticidade como atributo de produto e a supremacia do mercado.

A ascensão do pós-modernismo como novo paradigma cultural já foi descrita e analisada anteriormente; sendo assim, cabe ver como autores com visões pós-modernistas tratam a autenticidade em turismo, isso quando ainda se considera ser essa uma questão válida para discussão. É importante frisar que as visões pós-modernistas tornaram-se majoritárias na literatura analítica de turismo ao longo dos anos 1990 e 2000, mas apresentam algumas diferenças entre si.

Alguns autores consideram a autenticidade simplesmente mais um atributo mercadável de um destino, objeto, edificação ou experiência turística. Isso se apóia no fato de o conceito não fazer mais sentido, mas de a literatura promocional ainda recorrer ao termo “autêntico” na descrição de seus produtos, principalmente os voltados ao segmento de turismo cultural. Sendo assim, a questão da autenticidade é abordada tanto em relação ao turismo cultural como um todo quanto para a análise e avaliação de uma atração cultural específica, seja um parque temático, evento cultural ou museu, no que tange o seu posicionamento de mercado e a avaliação da visita pelos turistas.

McKercher e Du Cros (2002) lançam um apelo para que os bens patrimoniais sejam tratados como um produto inserido em um mercado crescentemente competitivo, da mesma forma que um bem como pasta-de-dente – a passagem já foi transcrita nessa tese. Sem recorrer a subterfúgios, os autores defendem claramente que os bens patrimoniais com apelo ao mercado turístico, e apenas os que conseguirem serem “geradores de demanda,” sejam tratados como produtos comerciais, sendo *commodified*, formatados (*packaged*), *standardized* e promovidos para o mercado turístico.

Na mesma linha, Apostolakis (2003) vê a autenticidade pura e simplesmente como um instrumento de *marketing* dentro do segmento de turismo cultural, no qual o patrimônio cultural tem como principal função a satisfação do consumo de turistas, visitantes e residentes locais. Fica clara a caracterização da autenticidade como um atributo facilmente manipulável segundo a demanda de mercado, que pode e deve ser utilizada para melhorar a posição de um bem turístico-patrimonial no crescentemente competitivo segmento de turismo cultural:

Após uma grande campanha de redesenvolvimento de produto na Atração B, especificamente projetada para mudar os (sic) níveis de autenticidade (e com qualquer outra variável, como, por exemplo, a estabilidade de preços ou da renda dos turistas), essa atração é consumida atualmente em virtude de mudanças nas percepções das pessoas em relação a um de seus atributos, mais especificamente a autenticidade. (APOSTOLAKIS, 2003, p. 808)

Outro posicionamento em relação à autenticidade em turismo é afirmar que o conceito não faz mais sentido; ele perdeu a sua validade, e não merece mais sequer ser discutido. Como visto anteriormente, as representações e simulações adquirem um *status* de hiper-realidade (*hyperreality*), ou seja, parecem-se mais “reais” de o que o lugar, objeto ou experiência a que se referem (ECO, 1986). Outro caso emblemático da perda de sentido do supracitado conceito é o Walt Disney World; dado que o parque temático inspira-se em pura fantasia e imaginação, não é possível julgá-lo como autêntico ou inautêntico, verdadeiro ou falso, real ou irreal, pois não há referência que sirvam de base para a comparação⁴⁰.

3.5 Segregação social e espacial e lógica circular: “completude” e tautologia no turismo contemporâneo.

O turismo contemporâneo é marcado por algumas características gerais, que não se restringem a determinado segmento de mercado, destino turístico ou público-alvo. São características que não apenas são mencionadas e analisadas pela literatura analítica, mas também aparecem no discurso de entrevistados-chave quando o tema é o turismo cultural, e mesmo na própria fala dos turistas mais cultivados.

⁴⁰ Um posicionamento recente é o desenvolvimento do conceito de autenticidade existencial, às vezes inspirado pela obra do filósofo Martin Heidegger. O **APÊNDICE I** trata sucintamente desse ponto.

A primeira delas é a crescente “institucionalização” do turismo contemporâneo, no que se refere a destinos, segmentos de mercado, atrações e experiências. Novos destinos turísticos são rapidamente apropriados pelo mercado, através de pacotes de viagem, abertura de hotéis de redes internacionais, profissionalização do serviço local de guias de turismo etc.

Parece não existir mais um destino ou segmento de mercado que consiga resistir a sua “institucionalização” no sistema global do turismo; não por acaso, viajantes mais experientes sempre reclamam que o destino turístico “X” já não é mais a mesma coisa, em virtude de sua comercialização e massificação no mercado. Isso ocorre em velocidades cada vez maiores; por exemplo, Crystal (1989) mostra que Tana Toraja, Indonésia, passou de um destino turístico marginal em 1971 (aproximadamente cinquenta pessoas) para um dos principais destinos de turismo cultural do país, recebendo em torno de 12.000 turistas internacionais em 1976, com a decisiva contribuição de operadoras de turismo estrangeiras.

A segunda característica é a segregação social e espacial – pode-se também colocar aqui a cultural – dos turistas e visitantes em relação aos residentes locais. Isso ocorre seja através da hospedagem e confinamento da experiência turística em um estabelecimento hermeticamente fechado – a Costa do Sauípe vem à mente no caso brasileiro –, seja através da restrição da experiência aos principais pontos turísticos da cidade: seguros, bem sinalizados e, de preferência, repletos de outros turistas e visitantes.

Isso pode ser explicado tanto através da demanda quanto através da oferta – as perspectivas não são mutuamente excludentes; muito pelo contrário, reforçam-se. No primeiro caso, considera-se que os turistas segregam-se, preferindo a companhia de outros turistas e visitantes em detrimento dos residentes locais. Por exemplo, Farrell (1979) desenvolve o conceito de fronteira do ego (*ego boundary*), que faz com que o turista defina limites para andar, experimentar, aprender e se relacionar no destino. Nettekoven (1979, p. 138) sintetiza brilhantemente os dois lados da segregação:

A insegurança dos estrangeiros [turistas internacionais] produz problemas, e problemas são algo altamente indesejado durante as férias. Dessa maneira, os turistas aglutinam-se como uma defesa ao ambiente não familiar e talvez perigoso. Eles formam uma sociedade protetora própria, deixando-a muito raramente. Dentro da segurança do gueto turístico, é possível manter uma

segurança e confiança que impedem que o turista estrangeiro saia do enclave [turístico]. Uma das razões da popularidade das viagens em grupo é que, ao comprar um pacote de viagem, o turista adquire o direito de ficar em companhia de companheiros de viagem.

Turner e Ash (1976) mostram como o fenômeno de os turistas e visitantes restringirem-se a poucos pontos de um destino não é algo recente. Durante a segunda fase do Grand Tour, a partir da segunda metade do Século XVIII, cidades como Roma foram tomadas por uma indústria da prostituição para o atendimento aos viajantes; a concentração de prostitutas, garotos de programa e bordéis dava-se em zonas freqüentadas por eles, como a região da Scalinata della Trinità dei Monti. Surgiu também uma indústria do *souvenir*: pintores locais e estrangeiros ofereciam retratos com fundos apropriados aos viajantes, como o Coliseu.

É durante a segunda fase do Grand Tour que se desenvolve, em algumas cidades italianas freqüentadas pelos viajantes, uma bolha ambiental (*environmental bubble*) em torno deles. Na região da Scalinata della Trinità dei Monti, o viajante inglês podia encontrar pensões “inglesas,” restaurantes “ingleses” e cafés “ingleses,” o que, na acepção de Turner e Ash (1976), permitia que esse viajante, nos séculos XVIII e XIX pudesse visitar e se hospedar em Roma sem realmente conhecer bem a cidade.

A terceira característica é a padronização e conformação dos destinos turísticos para se atender a demanda de mercado, cujo ponto mais levantado é a reprodução do ambiente e amenidades encontrados em “casa,” tanto na questão de equipamentos turísticos específicos quanto no destino turístico como um todo. Boorstin (1992, p. 98) já apontava para a padronização dos hotéis de grandes cadeias internacionais, nos anos 1950, que davam a sensação de não se ter viajado para o destino turístico: “Eu já estive tanto no Hilton Caribe quanto no Hilton Istambul, e posso testificar que ambos são modelos da modernidade e assepsia norte-americanas. [...] Com exceção das vistas da janela, você não sabe onde está. Você tem o sentimento reconfortante de não ter estado lá.”

Junto com a especialização da cidade em um segmento ou nicho de mercado, através de elementos singulares, ou que pelo menos sejam vistos dessa maneira, Russo e Borg (2002) apontam outro pré-requisito para a sua transformação em importante destino turístico: a existência de uma infra-estrutura e superestrutura turísticas de padrão internacional, altamente previsíveis e capazes de atrair firmar internacionais. A idéia é que os destinos turísticos

disponham de uma oferta turística “similar” para atrair investimentos e firmas globais de turismo, que controlam grande parte desse fluxo.

Pensando nessas características gerais do turismo contemporâneo, conjuntamente com a discussão feita sobre a autenticidade em turismo, cabe desenvolver aqui três conceitos ligados ao turismo, a saber: a bolha ambiental (*environmental bubble*), o precinto urbano-turístico (*urban tourism precinct*) e a tautologia e reflexividade turística.

O conceito de bolha ambiental não está fixado em um enunciado; ele vem sendo usado, há mais de trinta anos, de forma livre na literatura analítica, sendo aplicado diretamente a espaços, produtos e equipamentos turísticos avaliados como promotores da segregação social, espacial e/ou cultural entre turistas e visitantes de um lado e residentes locais do outro.

Pode-se conceituar a bolha ambiental como o conjunto de espaços, produtos e equipamentos turísticos que criam um ambiente espacial, social e cultural destinado especificamente aos turistas e visitantes, e que, ao mesmo tempo, impeça ou restrinja o contato desses últimos com os residentes locais e o dia-a-dia do destino turístico visitado.

A primeira utilização desse conceito foi feita para se descrever os grandes complexos hoteleiros baseados no composto sexo, sol, mar e praia, que isolam os turistas do cotidiano e dos residentes locais. Não por acaso, a coletânea organizada por De Kadt (1979) é pródiga em descrições e avaliações dos resultados da implantação desse tipo de empreendimento em países em desenvolvimento, cujos clientes provêm, em sua maior parte, de países desenvolvidos. A formação de uma bolha ambiental por esses grandes complexos hoteleiros é vista através de quatro pontos principais, a saber:

- a) ambiente irreal, que isola os turistas da realidade local, e replica as amenidades encontradas no ambiente de origem, melhoradas em virtude de as férias serem um período de exceção (DE KADT, 1979);
- b) enclave turístico, apartado do destino turístico. Como De Kadt (1979, p. 52) coloca: “Os enclaves minimizam as adaptações que o turista precisa fazer, mas eles aumentam as dificuldades de adaptação para os residentes locais que trabalham neles. No limite, o processo torna a área do resort em ‘um anexo dos países emissores de turistas’”;

- c) descrição dos grandes complexos hoteleiros, que provêem acomodação, alimentação, compras e entretenimento, como uma instituição total (*total institution*), seguindo a linha de Goffman (1961) (MANNING, 1979);
- d) o ambiente turístico conforma-se às expectativas dos turistas, influenciadas pela promoção turística feita pelos intermediários turísticos e, em alguns casos, pelos próprios órgãos oficiais de turismo (Malta, por exemplo). Em suma, o turista de massa quer ter suas expectativas e pré-conceitos confirmados em sua experiência de viagem (BOISSEVAIN; INGLOTT, 1979; SAGLIO, 1979).

O melhor exemplo de insulamento dos turistas em grandes complexos hoteleiros vem também da coletânea organizada por De Kadt (1979), com o estudo de caso sobre o desenvolvimento do turismo em Sousse, Tunísia (GROUPE HUIT, 1979). Nos anos 1970, os turistas viajavam à Tunísia através de vôos *charter*, eram transferidos do aeroporto para complexos hoteleiros através de ônibus de excursão, e lá permaneciam a quase totalidade do tempo de férias. Segundo pesquisa feita pela firma de consultoria, o tempo médio de estadia em Sousse era de nove dias; por dia, 22 das 24 horas eram gastas dentro do complexo hoteleiro – quatro na praia, três na piscina e quinze dentro do hotel em si. Além disso, 65% dos turistas não chegavam a sair desse complexo, ficando ignorantes a respeito de o que era Sousse⁴¹.

Ainda nos anos 1970, Turner e Ash (1976) enriquecem a descrição da bolha ambiental com a idéia de “parentes substitutos,” vista anteriormente nessa tese. Eles também expandem o conceito para o passeio de receptivo cultural (*cultural coach tour*), no qual os turistas embarcam em ônibus de excursão para visitar os principais monumentos históricos da região. No ônibus, o turista está isolado do ambiente junto com seus correligionários de viagem, geralmente da mesma nacionalidade, e o contato com o que está do lado de fora é puramente visual.

Ao contrário da maior parte da literatura analítica, McKercher e Du Cros (2002) têm uma visão extremamente positiva acerca da formação de bolhas ambientais, enxergando-as como produtos que possibilitam tornar o patrimônio cultural mais acessível aos turistas e visitantes, criando ligações entre o conteúdo da atração e o quadro de referência dos consumidores. No

⁴¹ Os grandes *resorts* de praia da Região Nordeste enquadram-se em muitos pontos levantados pela coletânea organizada por De Kadt (1979), principalmente de balneários como Porto de Galinhas, Pipa e Porto Seguro.

caso do segmento de turismo cultural, a formação de bolhas ambientais destina-se a diminuir problemas intelectuais e sentimentais, tornando inteligível a atração cultural visitada pelos turistas e visitantes; passeios de receptivo, precintos culturais e parques temáticos são formas válidas de se formar essa bolha ambiental.

Não obstante a importância alcançada pelo turismo rural e ecológico, bem como o expressivo crescimento dos mercados de cruzeiros marítimos e *resorts all inclusive*, verificado inclusive no Brasil, desde meados dos anos 1990, o turismo urbano representa uma parcela considerável do mercado turístico mundial. Desde grandes metrópoles globais, a exemplo de Nova Iorque e Paris, até antigas cidades industriais, como Manchester e Sheffield, Reino Unido, passando por cidades patrimoniais ou turístico-históricas, casos de York e Chester, as cidades recebem grande parcela do gasto turístico mundial, sendo, inclusive, o único destino de muitos turistas.

Contudo, a literatura analítica ainda é relativamente pobre em relação ao turismo urbano em si; geralmente, as cidades aparecem como simples panos-de-fundo para o estudo de outros objetos, temas e questões, e mesmo destinos importantes, como, por exemplo, Paris, Nova Iorque e Berlim, são contemplados por poucos estudos de caso.

O turismo não se desenvolve de forma homogênea dentro das cidades; ele concentra-se em determinados espaços urbanos – geralmente poucos –, e a experiência turística consiste no deslocamento entre esse reduzido número de áreas que concentram as principais atrações turísticas, comércio especializado e serviços de hospedagem e alimentação, além da presença de outros turistas e visitantes. Se o turismo urbano já é pouco estudado, mais raras ainda são as referências que tratam especificamente desses espaços urbanos, procurando desvendar seus tipos, funções e significados para a cidade e para os turistas e visitantes.

Utiliza-se aqui o volume organizado por Hayllar, Griffin e Edwards (2008a), para se trabalhar o conceito de precinto urbano-turístico (*urban tourism precinct*), inclusive por se considerar que os programas e projetos de regeneração urbana do Pátio de São Pedro sempre objetivaram transformá-lo, na prática, em um precinto urbano-turístico cultural, mesmo que esse termo nunca tenha sido usado oficialmente⁴². Além disso, a combinação de experiência pessoal com a revisão de literatura analítica e trabalho de campo reforça a noção de que, para grande parte

⁴² E que esse objetivo nunca tenha sido efetivamente atingido, pelo menos no médio e longo prazo.

.dos turistas, sejam eles culturais ou não, a experiência turística nas cidades consiste na visita e deslocamento entre precintos urbano-turísticos⁴³.

Griffin, Hayllar e Edwards (2008) citam o conceito de distrito de negócios recreacional (*recreational business district*), desenvolvido na primeira metade dos anos 1970, como precursor da definição de precinto urbano-turístico. Esse último é:

Uma área geográfica distinta dentro de uma área urbana maior, caracterizada por uma concentração de usos do solo, atividades e visitação relacionados ao turismo, dentro de fronteiras razoavelmente bem definidas. Esses precintos geralmente têm personalidades distintas em virtude de seu composto de atividades e usos do solo, como restaurantes, atrações e vida noturna, seu acervo físico ou arquitetônico, especialmente a predominância de edificações históricas, e sua conexão com uma cultura ou grupo étnico particular dentro da cidade. Essas características também existem em conjunto. Hayllar e Griffin, 2005: 517. (HAYLLAR; GRIFFIN; EDWARDS, 2008b, p. 9)

Em suma, tratam-se de espaços urbanos razoavelmente bem definidos dentro da cidade, que contam com um ou mais dos seguintes elementos, a saber: a) atrações turísticas, sejam elas monumentos, casario histórico, museus, centros de interpretação patrimonial, praças e parques etc.; b) comércio varejista especializado; c) serviços turísticos, entre os quais alimentação, hospedagem e entretenimento; e d) centrais de informação turística, transportes turísticos, complexos poli-esportivos etc.

O precinto urbano-turístico cultural de Plaka, localizado no sopé da elevação onde fica a Acrópole (Atenas, Grécia), ilustra o composto de negócios que tende a se instalar nesse tipo de espaço urbano: lojas de antiguidades, joalherias, lojas de *souvenirs* e presentes, boutiques, tabernas, restaurantes, pousadas, hotéis etc. (SPIROU, 2008). A presença de um comércio

⁴³ Hayllar, Griffin e Edwards (2008a) apresentam um sério problema de “endogenia,” pois os três organizadores assinam, separada ou conjuntamente, sete dos dezoito capítulos do volume. Nesse, muitos temas são abordados, mas a gestão e promoção dos precintos urbano-turísticos predominam; há um claro viés administrativo em quase todos os capítulos. A maior parte dos estudos de caso vem do Reino Unido e Austrália, e alguns, como Darling Harbour (Sydney, Austrália) e o “Coração da Cidade” (Sheffield, Reino Unido), pendem para o propagandístico. Outro ponto fraco é que os precintos urbano-turísticos são julgados e avaliados por si só – a relação e ligação com o restante da cidade são sumariamente ignoradas em boa parte dos estudos de caso, quando não ficam em um discurso de boa vontade administrativa.

Mesmo assim, o volume é útil para se adentrar na questão dos precintos urbano-turísticos, e foi vital para a organização do trabalho de campo no Reino Unido, mais especificamente nos casos de Sheffield, Manchester, Salfords Quays e Liverpool.

varejista especializado diversificado é vital, dada a importância que as compras têm na experiência turística. Por exemplo, Gentry⁴⁴ (2001 apud RITCHIE, 2008) coloca que a Travel Industry Association of America afirma que 63% de todos os viajantes fizeram compras durante o período de turismo em 2000; assume-se que o simples ato de sair para fazer compras é o passatempo preferido dos britânicos (LITTLEFIELD, 2009). O expressivo aumento dos gastos dos brasileiros no exterior nos últimos três anos mostra a importância das compras na experiência de viagem também de turistas dos países em desenvolvimento.

É importante notar que os precintos urbano-turísticos possibilitam economias de aglomeração para alguns negócios. Em Amsterdão, o “distrito da *cannabis*,” no centro da cidade, concentra centenas de lojas que vendem maconha e estúdios de tatuagem e *piercings* – estima-se que 50% das chamadas drogas leves (*soft drugs*) são vendidas para turistas e visitantes estrangeiros (RITCHIE, 2008).

Os precintos urbano-turísticos exercem uma série de funções para os turistas e visitantes; Griffin, Hayllar e Edwards (2008) destacam três delas, a saber:

- a) a função de facilitação: trata-se de prover ao turista recém-chegado um lugar preparado para recebê-lo, com informações turísticas, serviços básicos e presença de outros turistas. Alguns precintos podem tornar-se um ponto de referência para a cidade, de onde os turistas e visitantes consigam conhecer outros espaços urbanos. Os precintos também possibilitam ao turista e visitante com pouco tempo disponível na cidade uma experiência “comprimada,” ou seja, conhecer atrações e participar de atividades que tornem proveitosa a rápida passagem do turista no local;
- b) a função de ligação externa: trata-se de ajudar o turista a compreender, apreciar e se interessar em conhecer o restante da cidade, ou, mais especificamente, outros precintos urbano-turísticos. Nesse sentido, muitas vezes o precinto torna-se uma caricatura, sendo construído em cima da imagem turística que o destino apresenta;
- c) a função de turistificação: trata-se de fazer com que o turista sinta-se, digamos assim, mais turista. Sendo um viajante em busca de novas experiências prazerosas e voltado ao entretenimento, é importante que o precinto urbano-turístico estabeleça um contraste com o restante da cidade. Os turistas não se interessam em conhecer

⁴⁴ GENTRY, C. The sport of shopping. **Chain store age**, v. 77, n. 9, p. 137-138, 2001.

profundamente a cidade em que chegaram, mas sim “submergir” no destino imaginado pelo qual viajaram e gastaram tanto para chegar lá. Atrações turísticas, atividades, ritmos mais lentos de caminhar e apreciar a paisagem e presença de outros turistas e visitantes; em suma, o precinto urbano-turístico deve possibilitar que o turista afirmasse como turista.

Por fim, cabe destacar que muitas cidades, regiões e até mesmo países promovem ativamente a transformação de espaços urbanos específicos em precintos urbano-turísticos, direcionando seu uso, função e composto comercial para os turistas e visitantes. Teo e Huang (1995) mostram como os novos usos e a divisão de funções propostos para o Distrito Cívico e Cultural de Singapura levam em consideração quase que única e exclusivamente a demanda dos turistas, sem se preocupar com as necessidades, opiniões e sentimentos da população local. Isso será mais bem visto no próximo capítulo da tese.

Presente em parte da literatura analítica de turismo, implícita ou explicitamente, a noção de que o fenômeno do turismo apresenta uma lógica circular remete às noções de tautologia e reflexividade turística. Excepcionalmente, cabe transcrever novamente a idéia de Daniel Boorstin de que as viagens transformam-se em tautologias:

Como o restante de nossa experiência, a viagem transforma-se em uma tautologia. Quanto mais árdua e conscientemente nós trabalhamos para ampliar nossa experiência, mais penetrante a tautologia torna-se. Quer nós procuremos modelos de grandeza, quer busquemos experiências em outros lugares da Terra, nós olhamos para um espelho, ao invés de olhar através de uma janela, e nós vemos apenas nós mesmos. (BOORSTIN, 1992, p. 117)

Ou seja, assume-se que nenhum turista viaja livre de uma gama de imagens, pré-concepções, pré-conceitos, desejos e expectativas em relação ao destino turístico escolhido, pois ele sofre influências da televisão, revistas e sítios de Internet, opiniões de familiares, amigos e colegas, promoção turística oficial e de intermediários turísticos etc. Com raras exceções, o turista não parte em busca do desconhecido, mas sim atrás de atrações turísticas, sensações, bens e serviços e experiências esperadas, que toda a gama de influências supracitadas fizeram-no esperar. Mais uma vez, recorre-se a Boorstin (1992, p. 106-109) para ilustrar essa posição:

O turista procura por caricaturas; agentes de viagem e órgãos oficiais de turismo são rápidos em atendê-lo. O turista raramente gosta do autêntico (para ele, quase sempre incompreensível) produto de uma cultura estrangeira; ele prefere suas próprias expectativas provincianas. [...] Ele [turista norte-americano] quer acreditar que as queixas são simplesmente prostitutas orientais singulares; é quase impossível para ele imaginar que elas podem ser qualquer outra coisa. Até porque ele não gastou todo esse dinheiro e viajou todo o caminho para ser feito de bobo. [...] Pela lei do efeito-espelho dos pseudo-eventos, eles tendem a se tornar reproduções brandas e previsíveis de o que o turista submerso em imagens sabia que estava lá o tempo inteiro. O apetite do turista por estranheza parece ser mais bem satisfeito quando as imagens em sua própria mente são verificadas em algum país distante.

Não são poucas as referências bibliográficas que descrevem os turistas, ou pelo menos parte deles, de forma parecida a Boorstin (1992). Redfoot (1984), por exemplo, ao propor uma tipologia de turistas, classifica o turista de primeira ordem – o menos “heróico de todos” – como alguém que tem sua experiência de férias moldada pela promoção turística, mídia e influências de outros turistas; ou seja, ele carrega um “passado” para o destino turístico. Ao mesmo tempo, ele parte para um “futuro”: ao tirar fotografias, imagens e experiências são guardadas para referência futura, além de provar para conhecidos e si próprio que as férias foram aproveitadas ao máximo.

Salazar (2005, 2006) aponta a lógica circular do turismo em dois estudos de caso, centrados no papel e atuação dos guias de turismo. O autor coloca que os turistas que visitam Yogyakarta, Indonésia, buscam uma “cultura tradicional autêntica,” muito difícil de ser encontrada em uma cidade em franco processo de modernização. Dessa maneira, cumpre aos guias de turismo criar essa cultura para o consumo turístico. Segundo Salazar (2005), o conteúdo e os discursos presentes em um passeio de receptivo mediado por guias de turismo é o resultado da seguinte equação:

- a) audiência: global – turistas internacionais provenientes de países desenvolvidos, principalmente europeus;
- b) busca na viagem: o “local” – romântico, primitivo, exótico, tradicional e autêntico; ou seja, elementos muito diferentes de o que eles encontram em seus países de origem;
- c) guia de turismo: *glocal* – possui hábitos globais, principalmente no que tange ao uso do tempo livre, ao consumo de bens culturais e à propriedade de equipamentos eletroeletrônicos, ao mesmo tempo em que aderem, ou pelo menos têm conhecimento, aos

valores tradicionais de Yogyakarta. Em virtude do trabalho e do curso de um mês na Europa, os guias de turismo possuem conhecimento da demanda dos turistas internacionais por passeios, informações e experiências na cidade;

- d) resultado: construção do *glocal* (inclusive a si próprio) através da seleção e interpretação de elementos locais segundo a demanda de turistas internacionais (global): produtos turísticos “locais” fantasiados, simplificados e exotizados, ou seja, turistificados. Isso se reflete tanto na narrativa turística até na maneira como os guias de turismo apresentam-se aos turistas – modos, roupas, proficiência lingüística e informações repassadas.

Enquanto Salazar (2005) centra-se na conjunção do local e global (*glocal*) no papel e atuação dos guias de turismo, o estudo de caso da Tanzânia aborda a construção de narrativas turísticas sobre o local a partir de fontes internacionais, que passam por um processo de reinterpretação e modificação por parte dos guias de turismo (SALAZAR, 2006).

O objeto de estudo é uma pequena agência de turismo receptivo da Tanzânia, que “importa” o conhecimento, as imagens turísticas e a imaginária global sobre o patrimônio cultural e natural do país, que é turistificado e comercializado para os turistas internacionais – tem-se a instrumentalização do patrimônio local para consumo global, a partir de fontes de consulta externa: livros, revistas, vídeos etc. Dentro desse processo, os guias de turismo são responsáveis pela apreensão dos discursos globais sobre a Tanzânia, e também pela seleção, interpretação e particularização dos elementos locais para consumo turístico. Salazar (2006) aponta, entretanto, que os guias de turismo também interpretam e modificam as narrativas globais, de acordo com o contexto social, econômico e político em que vivem, com sua própria agenda pessoal e com os interesses particulares dos diferentes tipos de turistas.

Salazar (2006) enfatiza dois pontos principais no trabalho dos guias de turismo da Tanzânia, a saber: a) as fontes de conhecimento são globais, sendo produzidas por indivíduos e organizações provenientes dos países emissores; e b) os guias de turismo são ensinados a enxergar e a pensar a realidade local com os “olhos” e a “cabeça” dos turistas – cabe interpretar os passeios, as atrações e as informações de acordo com o sistema de valores dos turistas, dentro do qual as imagens pré-concebidas da Tanzânia ocupam lugar de destaque. Abre-se mão, dessa forma, de imprimir uma interpretação própria da realidade local para os turistas; a tautologia afirma-se, e os objetivos econômicos impõem-se.

A lógica circular do turismo pode ser vista também do lado da oferta; Urry (2002), por exemplo, trabalha muito rapidamente com o conceito de reflexividade turística (*tourism reflexivity*), que, para ele, é o conjunto de disciplinas, procedimentos e critérios que permitem a todo e qualquer lugar monitorar, avaliar e desenvolver seu potencial turístico, dadas as mudanças constantes no sistema global do turismo. Contudo, os estudos de caso sobre políticas públicas de turismo mostram que a ação pública ainda não chegou ao refinamento e efetividade já observados do lado do atendimento da demanda por parte de intermediários turísticos, com raras exceções.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE REGENERAÇÃO URBANA: CULTURA, PATRIMÔNIO E TURISMO “AOS PEDAÇOS.”

A revisão feita adiante da literatura analítica, acerca das políticas públicas de regeneração urbana, abrange desde os seus antecedentes, a partir do período pós-Segunda Guerra Mundial, até a análise e avaliação desse tipo de política pública.

A principal referência bibliográfica do presente item é Barnekov, Boyle e Rich (1989), pois esse volume apresenta uma excelente reconstrução histórica das políticas públicas urbanas do período pós-Segunda Guerra Mundial, em países-chave para se compreender a questão na atualidade: os EUA e o Reino Unido. Além disso, salvo em pontos específicos, concorda-se com o posicionamento geral desses autores, no que tange a lógica de funcionamento, a abordagem/visão de cidade e os principais resultados efetivos das políticas públicas de regeneração urbana.

A análise e avaliação de Barnekov, Boyle e Rich (1989) são particularmente ricas em relação aos períodos que representam pontos de inflexão na gestão pública dos EUA e Reino Unido, com a tentativa de desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social e a ascensão do Estado regulador. Desse modo, a compreensão das políticas públicas de regeneração urbana passa necessariamente pelas medidas tomadas pela gestão Margaret Thatcher (1979-1990), no Reino Unido e pela gestão Ronald Reagan (1981-1989) nos EUA, apesar de que, no segundo caso, não se pode menosprezar o papel fundamental da gestão Jimmy Carter (1977-1981).

4.1 “Antecedentes” das políticas públicas de regeneração urbana: o crescimento e adensamento das cidades nos séculos XIX e XX e o planejamento urbano modernista⁴⁵.

⁴⁵ Segundo Benevolo (1979), as experiências que deram origem ao urbanismo moderno originaram-se no início do Século XIX, em virtude dos seguintes pontos, interligados entre si: a) as transformações sociais e econômicas do supracitado período, que produziram problemas como a concentração de renda, condições insalubres de habitação etc.; e b) as mudanças na ciência política e na opinião pública, que os denunciavam e buscavam soluções para a cidade e sua população urbana. Foge aos propósitos da tese abordar as origens do urbanismo moderno; para mais informações, ver Benevolo (1979).

Os séculos XIX e XX assistiram o crescimento acelerado da população mundial e das cidades. Atualmente, mais da metade dessa população é urbana; há mais de trezentas cidades com população residente superior a um milhão de habitantes. Por exemplo, a RMSP, composta pela capital de estado e outros trinta e oito municípios, conta com quase vinte milhões de habitantes, o equivalente, grosso modo, à população da Austrália. A Região Metropolitana do Recife (RMR), onde se localiza o Pátio de São Pedro, conta com mais habitantes de o que o Uruguai, a Lituânia ou a Libéria.

O crescimento acelerado das cidades, tanto nos EUA quanto na Europa Ocidental, deu-se a partir de meados do Século XIX, sendo uma das principais conseqüências da Revolução Industrial (TUNG, 2001). Essa última permitiu não apenas o crescimento e adensamento de grandes cidades já existentes, como, por exemplo, Londres, Paris e Nova Iorque, mas até mesmo a criação das chamadas cidades industriais especializadas (*specialist industrial towns*) do nada, como visto para o caso da Greater Manchester (MCNEIL; NEVELL, 2000).

Barnekov, Boyle e Rich (1989) apontam o urbanismo e a gestão das cidades dos EUA, do Século XIX aos anos 1920, e do Reino Unido da Era Vitoriana (1837-1901) como legítimos representantes do *laissez-faire*, que dominava a economia e a visão do papel de Estado nesses dois períodos⁴⁶. Com algumas diferenças entre os dois países, as cidades industriais dos EUA e do Reino Unido foram testemunhas de um desenvolvimento urbano capitaneado pelo mercado, com um mínimo de controle e normatização públicos, no qual a busca pelo lucro gerou problemas que o urbanismo do período pós-Segunda Guerra Mundial – particularmente no caso britânico – tentou resolver: a falta de infra-estrutura urbana, a concentração de pessoas em reduzido espaço, a ausência de áreas públicas etc. No caso norte-americano, a caracterização da cidade como unidade de negócios e objeto de manipulação livre por interesses privados sempre foi mais pronunciada, segundo Barnekov, Boyle e Rich (1989).

Judd (1995) mostra como as cidades norte-americanas portavam-se como unidades de negócio, já na segunda metade do Século XIX, competindo entre si pelas ligações ferroviárias, vistas então como essenciais à atração de novos empreendimentos e, conseqüentemente, crescimento e desenvolvimento urbano. Os instrumentos eram variados:

⁴⁶ A expressão *laissez-faire* é um dos símbolos do liberalismo econômico, e significa “que se deixe fazer,” ou “deixai fazer.” A teoria macroeconômica proposta por John Maynard Keynes opõe-se à teoria macroeconômica empregada pelo liberalismo econômico.

cessão gratuita de terras, compra de debêntures das firmas ferroviárias, subsídios públicos etc. Em 1861, o conjunto de cidades norte-americanas já tinha gasto US\$ 300 milhões para a atração de ferrovias através de transferências diretas e indiretas às firmas privadas, enquanto que os gastos dos governos federal e estaduais somados atingiam apenas US\$ 294 milhões.

O crescimento e adensamento urbano, ao longo do Século XIX, geraram problemas para as cidades em si e seus habitantes. A falta de controle e regulação públicos gerou, entre outros pontos, a ausência de áreas públicas de descanso e recreação, condições insalubres de habitação, com os conseqüentes problemas de saúde pública, falta de infra-estrutura urbana, inclusive saneamento básico, iluminação e vias de circulação, violência e criminalidade, distúrbios sociais etc. Tendo como único critério o lucro e, conseqüentemente, o máximo aproveitamento da terra, partes das cidades transformaram-se em verdadeiros amontoados de casas com condições mínimas de salubridade⁴⁷. Por exemplo, em 1887, 35% da população londrina viva em condições miseráveis de habitação; não era incomum o fato de várias edificações compartilharem apenas uma fonte de água (TUNG, 2001).

Para suportar o crescimento e adensamento resultantes da Revolução Industrial, as cidades foram alvo de grandes obras de infra-estrutura e novos tipos de equipamento, resumidos aqui a partir de Tung (2001), Hewison (1987) e Leme (2005a), principalmente. É importante destacar que esse conjunto de obras e equipamentos foi criado nas grandes e médias cidades dos países desenvolvidos, e foi, ou deveria ter sido feito, também no caso dos países em desenvolvimento, muitas vezes com décadas de atraso:

- a) saneamento básico: barragens, aquedutos, adutoras e sistemas de distribuição e tratamento de água e esgoto;
- b) sistemas de iluminação a gás, substituídos posteriormente por energia elétrica, o que fez com que as grandes metrópoles desenvolvessem uma vida noturna ativa – ver, por exemplo, o caso de Paris, chamada de “A Cidade-Luz,” a partir do Século XIX;
- c) sistemas ferroviários, com a implantação de caminhos-de-ferro, armazéns e pátios de manobra e manutenção, que provocaram o surgimento de áreas industriais;

⁴⁷ O People's History Museum de Manchester, Reino Unido, tem como um dos temas de exposição e interpretação os problemas habitacionais enfrentados pelos trabalhadores britânicos ao longo do Século XIX e primeira metade do Século XX. Segundo os objetos em exposição e painéis com informações, tem-se a impressão de que as condições atuais de habitação dos favelados brasileiros não ficam devendo em nada em comparação ao padrão de alguns operários ingleses do Século XIX.

- d) terminais ferroviários, parques públicos, escolas e faculdades, hospitais e leprosários, museus, casas de ópera etc.;
- e) lojas de departamento, prédios comerciais e residenciais e grandes hotéis;
- f) sistemas de circulação: abertura de novas avenidas e bulevares, alargamento de ruas, implantação de avenidas radiais e perimetrais e de anéis metropolitanos de tráfego e integração da cidade a uma rede nacional/internacional de vias rápidas;
- g) popularização dos automóveis e adaptação da cidade a esse novo meio de transporte individual;
- h) sistemas de transporte coletivo: bondes, ônibus e metropolitanos (metrô);
- i) expansão da cidade para os subúrbios, com a migração das classes altas e médias do centro;
- j) saída da indústria do centro das cidades em direção à periferia e outras regiões e países;
- k) formação de distritos centrais de negócios (*central business districts*) verticalizados, com o predomínio de funções públicas administrativas, prédios de escritórios e comércio varejista e atacadista;
- l) implantação de redes de comunicação – telégrafos, telefones etc.;
- m) implantação de aeroportos na periferia das cidades;
- n) outras obras e equipamentos⁴⁸.

O período pós-Segunda Guerra Mundial assistiu a ascensão e consolidação do planejamento urbano modernista, tanto nos países desenvolvidos quanto em parte dos países em desenvolvimento; inclusive, Brasília é um dos símbolos mais emblemáticos e duradouros dos planos urbanos de larga escala, formulados e implantados nos anos 1950, 1960 e 1970 em diversas cidades do Mundo, sendo considerada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO.

⁴⁸ Muitas políticas públicas de regeneração urbana têm como objeto de intervenção áreas e edificações redundantes implantadas ao longo do Século XIX e início do Século XX, como, por exemplo, Albert Dock, em Liverpool, Reino Unido. Um problema que assola muitas cidades atualmente é a deterioração da infra-estrutura implantada no supracitado período, que ainda se revela fundamental para o “funcionamento” municipal. O abastecimento de água da Cidade de Nova Iorque, EUA, por exemplo, depende quase que totalmente de um sistema de aquedutos implantado na primeira metade do Século XX, cuja utilização e falta de manutenção preventiva ameaçam o funcionamento do sistema no médio prazo. Entretanto, isso não será abordado nesse trabalho, pois foge ao objeto de estudo. Cabe apenas destacar que uma das críticas às supracitadas políticas públicas, e, por consequência, aos projetos urbanos que contemplam partes isoladas da cidade, é o fato de elas desviarem a atenção das políticas públicas urbanas de temas e problemas que são importantes para a cidade como um todo, como, por exemplo, o abastecimento e tratamento de água e esgoto.

A recuperação de centros urbanos degradados, a construção de novas cidades planejadas e o planejamento urbano, nos anos 1950, 1960 e 1970 preocuparam-se em pensar a metrópole e cidade como “totalidades” integradas através de planos urbanos metropolitanos de larga escala. Esses planos eram tecnologicamente racionais e eficientes, sendo sustentados por modelos computadorizados e apoiados por uma arquitetura simples e funcionalista, que desprezava todo e qualquer tipo de ornamentação. Na arquitetura modernista, a forma segue a função, através de formas “puras” e simples; o ornamento é visto como crime, o individualismo como sentimentalismo e o romantismo como *kitsch*, no domínio da linha reta na arquitetura e da racionalização nos projetos urbanos e nas construções (HARVEY, 2005a).

Os planos urbanos de larga escala apoiavam-se no zoneamento funcional de atividades e em estudos de tempos e movimentos, e se ligavam a propósitos sociais, nos quais o espaço era subserviente a um projeto social (HARVEY, 2005a). Werna (1996, p. 11) sintetiza bem as políticas públicas urbanas predominantes nos anos 1950, 1960 e 1970, ao relatar a orientação de organizações de cooperação internacional – UNDP, Banco Mundial, Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos etc. – para países em desenvolvimento:

Assim, os princípios que guiavam as políticas urbanas para países em desenvolvimento durante esse período foram: (a) produção (de inspiração fordista) em massa, padronizada e em larga escala de serviços urbanos como habitação, água, esgoto etc.; (b) remoção de assentamentos como favelas e cortiços, que não se adequavam ao conceito de cidade preconizado pelas escolas da modernização e do modernismo; (c) *design* urbano e arquitetônico baseados no “estilo (modernista) internacional”; (d) urbanismo baseado em uma rígida divisão da cidade em setores homogêneos (isto é, setores estanques para residências, comércio, lazer etc.); (e) crescimento urbano guiado por macroplanos diretores que tinham uma conceituação rígida de como a cidade seria no futuro; (f) intervenção direta e ampla do Estado no desenvolvimento urbano (como acontecia na acumulação e produção fordista).

Como resultado do crescimento e adensamento das cidades, com a conseqüente valorização do fator de produção terra, especulação imobiliária e redundância⁴⁹ de antigas estruturas, e das

⁴⁹ Considera-se **redundante** uma estrutura arquitetônica que não consegue mais exercer ou suportar as funções e atividades para as quais foi projetada. Por exemplo, cais e docas projetados para receber barcos à vela de carga encontram-se atualmente redundantes, pois não conseguem suportar a movimentação de cargas de grandes navios. Ou, então, prédios fabris cuja estrutura não suporta a

guerras e conflitos mundiais, regionais e locais, a segunda metade do Século XIX e todo o Século XX assistiram a destruição em massa da arquitetura e urbanismo dos séculos passados; Tung (2001), por exemplo, define o Século XX como o “Século da Destruição.”

Nos anos 1990, muitos planejadores urbanos europeus já avaliavam que os danos provocados ao patrimônio cultural material do continente, durante a Segunda Guerra Mundial, tinham sido menores de o que os causados pelas remodelações urbanas das últimas décadas, principalmente pelos planos metropolitanos de larga escala (TUNG, 2001). Essa opinião adquire mais força, quando ela é compartilhada por grande parte dos planejadores urbanos alemães, e também quando já se avalia, atualmente, que muitas perdas patrimoniais significativas poderiam ter sido evitadas.

No caso da destruição do patrimônio cultural britânico, merecem destaque a alteração da paisagem londrina, com a construção de arranha-céus, inclusive hotéis, a partir da suspensão da regulamentação vitoriana nos anos 1950, e a destruição de bairros inteiros de cidades para a construção de sistemas de tráfego e habitações populares, sob a alegação de remoção de favelas e cortiços. Segundo dados do Department of Environment, oito mil edificações listadas como patrimônio cultural britânico foram destruídas entre 1957 e 1977, inclusive, o que representa uma taxa média de mais de uma por dia (HEWISON, 1987). Após analisar as perdas patrimoniais de trinta cidades britânicas, Amery e Cruickshank⁵⁰ (1975 apud HEWISON, 1987) concluem: “A destruição verificada durante o Século XIX é insignificante quando comparada ao vandalismo permitido entre 1950 e 1975, inclusive.”

O restante desse item aborda o planejamento urbano e regional dos EUA nos anos 1950, 1960 e 1970. A referência utilizada é Barnekov, Boyle e Rich (1989); desse modo, esses autores não serão citados, para se evitar repetições enfadonhas. Acredita-se que as atuais políticas públicas de regeneração urbana são “descendentes” diretas de dois programas norte-americanos desse período, a saber: o Urban Renewal Program, derivado do Housing Act de 1949, e o conjunto de políticas públicas implantadas na gestão Lyndon Johnson (1963-1969). Em virtude disso, eles serão vistos detalhadamente a seguir.

instalação de modernas máquinas e equipamentos. O termo ainda é pouco utilizado no Brasil, e, no Reino Unido, também é usado para descrever áreas urbanas abandonadas e deterioradas.

⁵⁰ AMERY, Colin; CRUICKSHANK, Dan. **The rape of Britain**. Paul Elek, 1975.

O forte controle urbano exercido pelo Estado britânico, no período pós-Segunda Guerra Mundial, com a provisão direta de bens e serviços, a criação de novas cidades planejadas, a correção de desequilíbrios regionais (tentativa) e a rígida regulação urbanística, forma um interessante contraste com o caso norte-americano, no qual o principal sistema de planejamento urbano sempre foi o privado, já que o setor público exerceu um papel secundário (auxiliar) no desenvolvimento das cidades.

Nos EUA, seria impensável se adotar uma legislação similar ao Town and Country Planning Act de 1947, que, direta ou indiretamente, passou a controlar e regular todo e qualquer desenvolvimento urbano no Reino Unido, ao submetê-lo à permissão pública. Ou, então, um programa como o de criação de novas cidades, derivado do New Towns Act de 1945, que, em 1980, já tinha criado vinte e oito delas, com população total de dois milhões de habitantes.

O governo federal norte-americano aumentou gradativamente a sua presença nas políticas públicas urbanas, ao longo dos anos 1950, 1960 e 1970, mas sem que isso tenha tirado a primazia do setor privado como principal responsável – pelo menos esperado – pela superação dos problemas urbanos das grandes cidades norte-americanas.

O Urban Renewal Program foi instituído pelo Housing Act de 1949, sendo formulado para funcionar através de parcerias pontuais entre o governo federal, autoridades públicas locais e iniciativa privada. A formulação do programa privilegiou a renovação urbana de áreas centrais, daí a utilização da expressão “escavadora federal” (*federal bulldozer*); acreditava-se que o arrasamento e a renovação física (infra-estrutura e edificações) de áreas centrais deterioradas e abandonadas – e única e tão somente a recuperação de sua estrutura física – trariam novamente a vitalidade e dinamismo econômico, não só para a área objeto da intervenção, mas também para a cidade como um todo.

O Urban Renewal Program financiava projetos propostos por autoridades públicas locais. Essas escolhiam uma determinada área da cidade – deteriorada, redundante e/ou abandonada –, declarando-a em seguida malograda (*blighted*). Utilizando-se do instrumento de domínio eminente (*eminent domain*), o poder público local desapropriava a supracitada área, arrasando-a completamente. Concomitantemente a isso, a autoridade pública local formulava um projeto urbano para a área “limpa,” vendendo-a para a iniciativa privada por um preço inferior ao que prevaleceria no livre mercado – em suma, subsidiando o setor privado.

O papel do governo federal era subsidiar a autoridade pública local – transferência financeira direta –, o que o fazia arcar, na prática, com o custo do programa. A iniciativa privada comprava a área e desenvolvia o projeto elaborado pela autoridade pública local. Teoricamente, a iniciativa privada tinha o papel de implantar os projetos formulados pelas autoridades públicas locais, que contavam com subsídios do governo federal. Em suma, o Urban Renewal Program poderia ser retratado através de uma equação simples: autoridade pública local (formulação) + governo federal (financiamento) + iniciativa privada (implantação).

Inicialmente, o objetivo central do Urban Renewal Program era prover habitação de baixo custo nas áreas centrais das cidades norte-americanas, mas esse objetivo foi complementado por outros, para se adequar às solicitações da iniciativa privada. Sendo assim, a maior parte dos projetos acabou privilegiando a criação de prédios comerciais e centros empresariais e desenvolvimentos voltados ao comércio varejista e atacadista, tornando a função habitacional um componente secundário.

A influência do setor privado nos projetos apoiados pelo Urban Renewal Program fez-se sentir através da atuação de associações e grupos empresariais e patronais, principalmente na esfera local: associações de centro (*downtown associations*), câmaras de comércio e, principalmente, comitês de desenvolvimento de negócios (*business development committees*).

A criação desses grupos e associações acabou por criar novos *locus* de poder nas cidades, cuja influência estendeu-se muito além do projeto de renovação urbana em si. As parcerias entre o setor público e esses comitês privados criaram um bloco político-econômico em muitas cidades norte-americanas, composto por líderes empresariais, especialistas (técnicos) e elites políticas, que conseguiram colocar os interesses do setor privado acima dos outros, através dos seguintes pontos: a) formação da agenda pública; b) planejamento do desenvolvimento da cidade como um todo; c) limitação das áreas de atuação e objetos legítimos de conflito na esfera pública; e d) seleção das alternativas de políticas públicas consideradas legítimas de merecer atenção e análise. Barnekov, Boyle e Rich (1989, p. 46) colocam: “O que é impressionante, e ao mesmo tempo desconcertante, é a aceitação rápida e generalizada desses governos privados como os legítimos agentes do redesenvolvimento urbano.”

A partir de Barnekov, Boyle e Rich (1989), é possível compilar os quatro pontos positivos do Urban Renewal Program, a saber:

- a) permitiu o redesenvolvimento de larga escala do centro de grandes cidades norte-americanas, como, por exemplo, Nova Iorque, Baltimore (Charles Center) e Pittsburgh (Gateway Center), conseguindo reverter, em alguns casos, o processo de deterioração e esvaziamento de áreas centrais, que remontavam aos anos 1930 e 1940, como no caso de Pittsburgh;
- b) promoveu a recuperação econômica do centro de várias grandes cidades; por exemplo, o valor imobiliário das áreas de todos os projetos, que já tinham concluído a aquisição da terra, passou de US\$ 464 milhões para US\$ 1,675 bilhão, em 1971;
- c) melhoria da imagem, tanto da cidade em si quanto de suas elites empresariais e políticas (dinamismo e luta pela cidade);
- d) alavancou o investimento privado nas áreas centrais alvo do programa, mesmo que esse não tenha sido um objetivo declarado do programa. Segundo dados do Senado Federal, o investimento público total (federal e local) feito através do Urban Renewal Program foi de US\$ 9,03 bilhões até 30/06/1971, sendo complementado por US\$ 9,15 bilhões de investimento privado, o que dá, grosso modo, uma relação de um para um.

Também a partir de Barnekov, Boyle e Rich (1989), compilam-se os três principais pontos negativos do Urban Renewal Program:

- a) promoveu, direta e indiretamente, o deslocamento das comunidades até então residentes nas áreas malogradas;
- b) houve a redução efetiva da oferta habitacional de baixo custo, mesmo isso tendo ido contra o objetivo central do programa: prover habitação de baixo custo no centro das cidades norte-americanas. Por exemplo, entre 1967 e 1971, inclusive, 538.000 unidades habitacionais foram destruídas, ao passo que apenas 201.000 foram repostas;
- c) imbricamento do poder público e setor privado no redesenvolvimento das cidades através da formação de vários grupos e associações empresariais e patronais: planejamento urbano privado institucionalizado como público.

Antes de 1961, as únicas políticas públicas urbanas relevantes do governo federal eram o Urban Renewal Program (mais importante) e a provisão de habitação pública (bem menos

importante). A gestão John Fitzgerald Kennedy (1961-1963), com a emergência dos temas de combate à pobreza, a questão da raça e o reconhecimento de que havia problemas sociais e econômicos gravíssimos no centro das grandes cidades, esboçou aumentar a ajuda federal para áreas urbanas; contudo, até pela falta de tempo, essa nova abordagem deu-se mais no plano conceitual do que prático.

A gestão Lyndon Johnson (1963-1969) promoveu o alargamento e efetivação das políticas públicas destinadas a combater a pobreza, desemprego, segregação racial e outros problemas, vistos como crônicos no centro das grandes cidades. Essa gestão formulou e implantou três linhas de políticas públicas, que, acreditava-se, transformariam os EUA na “The Great Society,” a saber: a) o Economic Opportunity Act, composto pelo Job Corps, Head Start, Neighborhood Youth Corps e assistência a pequenas firmas, além do mais controverso dentre todos eles – o Community Action Program –, que ligava as comunidades pobres diretamente ao governo federal, sem a intermediação do poder público local; b) a criação do Department of Housing and Urban Development; e c) a criação do Model Cities Program.

Os autores não analisam mais a fundo os diversos programas e projetos da gestão Lyndon Johnson (1963-1969); contudo, apresentam as três principais críticas feitas pela literatura analítica as suas políticas públicas, a saber: a) críticas à burocracia e insuficiência de fundos para o combate aos problemas urbanos; b) emergência de ações radicais de grupos de minorias (distúrbios urbanos, atentados etc.); e c) violência e protestos crescentes nas cidades, cujo ápice foi o verão de 1967, tendo mais de cento e cinquenta cidades reportado distúrbios públicos. Harvey (2005a) traz uma boa análise sobre o clima de agitação social da segunda metade dos anos 1960.

O diagnóstico da solução para esse conjunto de problemas mais uma vez apoiou-se na iniciativa privada: necessidade de parcerias público-privadas e responsabilidade social corporativa (*corporate social responsibility*); uma das consequências desse diagnóstico foi a criação de programas corporativos de assuntos urbanos (*private urban affairs programs*) para o combate à decadência física, desemprego e pobreza urbanos. Em 1967 e 1968, houve a criação generalizada de órgãos ou departamentos de questões urbanas nas grandes firmas privadas norte-americanas, que trabalharam com os seguintes pontos e instrumentos: doação de dinheiro, funcionários (tempo) e/ou espaço físico; oferta de emprego para minorias;

treinamento e capacitação para o trabalho; e assistência a grupos marginalizados específicos (minorias e pobres urbanos).

Os autores não analisam mais a fundo o envolvimento direto das firmas norte-americanas e suas associações – por exemplo, a National Alliance of Businessmen – no combate ao desemprego, pobreza e marginalização concentrados no centro das grandes cidades; Barnekov, Boyle e Rich (1989) afirmam que foi uma “onda,” que surgiu em meados dos anos 1960, em resposta aos problemas sociais da época, e que já tinha perdido o seu vigor, em 1970-1971. Isso aconteceu em virtude das condições macroeconômicas dos EUA, no início dos anos 1970, que inviabilizaram muitas das iniciativas empresariais, e também pela insegurança e descrença dos líderes empresariais na efetividade e mesmo no sentido de seus órgãos ou departamentos de questões urbanas.

As políticas públicas urbanas que privilegiaram o lado social da deterioração e dos problemas urbanos foram uma exceção à regra na recente história norte-americana, e se concentraram (importância dentro da agenda e gasto público) apenas em parte da gestão Lyndon Johnson (1963-1969). Os projetos de renovação urbana também foram gradativamente saindo da agenda pública e privada norte-americana, apesar de o Housing Act de 1949 ter continuado em vigor durante os anos 1970.

Com o esgotamento desses dois tipos de intervenção pública e público-privada, mais a continuidade do interesse da iniciativa privada em investir no centro das cidades norte-americanas acopladas às mudanças sociais, políticas e econômicas dos anos 1960 e 1970, as políticas públicas de regeneração urbana ascenderam ao topo da agenda pública urbana, ao longo dos anos 1970; as gestões Jimmy Carter (1977-1981) e Ronald Reagan (1981-1989) consolidaram esse processo, que depois, a partir dos EUA e Reino Unido, espalhar-se-iam por outras cidades de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

4.2 Políticas públicas de regeneração urbana: ascensão, lógica de atuação e principais resultados sobre as cidades.

As políticas públicas de regeneração urbana ascenderam ao topo da agenda pública de muitas cidades ao redor do mundo, nas últimas quatro décadas. Elas apareceram em planos estratégicos municipais como a solução para toda sorte de problemas urbanos, fossem eles físicos, econômicos ou sociais. Áreas industriais abandonadas, núcleos antigos deteriorados e esvaziados como consequência da migração prolongada de residentes e firmas para outras partes da cidade, áreas portuárias subutilizadas, edificações monumentais redundantes, muitas vezes em estágio de ruína ou pré-ruína, pátios de igreja e parques públicos, vilas operárias, vazios urbanos – tudo isso veio a ser objeto de projetos públicos de regeneração urbana.

O trabalho de campo, realizado no Reino Unido em janeiro e fevereiro de 2011, revelou, entre outros pontos, que literalmente nenhuma cidade britânica com mais de 100.000 habitantes deixou de formular e implantar políticas públicas de regeneração urbana, nos anos 1990 e 2000, no mais das vezes voltadas inclusive para o fomento do lazer, turismo e entretenimento. Fez-se questão de visitar Kingston upon Hull, cidade considerada por recente pesquisa de opinião pública nacional como o pior e mais tedioso lugar para se viver em todo o Reino Unido. Nos últimos anos, a cidade foi alvo de diversos projetos de regeneração urbana, e tenta vender-se como lugar para se visitar, fazer compras e se divertir, através de um pacote de remodelações urbanas, atrações turísticas e equipamentos, que reforça a noção de que as políticas públicas de regeneração urbana adotam a mesma “receita de bolo,” independentemente de onde são implantadas⁵¹.

O contexto social, econômico, político e social, no qual as políticas públicas de regeneração urbana ascenderam na agenda pública, ao longo dos anos 1970 e 1980, e se consolidaram, nos anos 1990 e 2000, já foi parcialmente vista nessa tese. Como breve resumo, antes de se entrar nas gestões Jimmy Carter (1977-1981) e Ronald Reagan (1981-1989) nos EUA e Margaret Thatcher (1979-1990), no Reino Unido, cabe atentar para cinco pontos gerais, a saber:

- a) a mudança urbana – principalmente a gestão pública urbana – precisa ser relacionada às mudanças mais gerais na macroeconomia e às transformações sócio-culturais, para

⁵¹ A idéia de passar um dia inteiro em Kingston upon Hull proporcionou alguns dos melhores diálogos com os ingleses no trabalho de campo, durante a estadia em York; as quatro pessoas com as quais eu falei sobre a supracitada idéia – dono de pousada, atendente de albergue e duas funcionárias do Yorkshire Museum – foram unânimes ao afirmar que a cidade era horrível, e eu passaria o dia inteiro sem ter muita coisa a fazer. Como sugestão de um agradável *day-out*, foram-me propostos cinco outros passeios diferentes.

se avaliar o quadro geral no qual as cidades assumem comportamentos empresariais. É necessário abordar a cidade tanto como um receptáculo de influências externas, que se adapta constantemente às transformações sociais, econômicas, culturais e políticas mais amplas, quanto como um espaço com poder de reificação, capaz de influenciar as mudanças mais profundas pelas quais passa a sociedade. Dessa maneira, as formas construídas, a configuração dos espaços urbanos, os arranjos institucionais, as formas legais e os sistemas políticos são tanto resultados de desenvolvimentos passados quanto determinantes das mudanças presentes na própria cidade e sociedade como um todo (HARVEY, 1996);

- b) o crescente processo de globalização, com o crescimento dos fluxos transnacionais de mão-de-obra qualificada e não qualificada, transferência de tecnologias, capital especulativo e investimento estrangeiro direto, promove a competição entre cidades e territórios por mão-de-obra especializada, firmas de setores econômicos dinâmicos e investimentos externos. Em suma, há a formação de uma competição interurbana em escala crescentemente global pela atração de firmas, residentes e turistas e visitantes com alta mobilidade geográfica;
- c) a ascensão do Estado regulador em detrimento do Estado de Bem-Estar Social, que teve como uma de suas conseqüências na esfera local a ascensão da função de promoção do desenvolvimento econômico na agenda pública municipal. No Reino Unido, essa função assume importância vital em decorrência do corte de repasses do governo central aos conselhos locais já nos anos 1980, dentro das políticas públicas implantadas pela gestão Margaret Thatcher (1979-1990) (MEETHAN, 1996; URRY, 2002; BARNEKOV; BOYLE; RICH, 1989). No Brasil, a supracitada ascensão foi mais notada ao longo dos anos 1990 e 2000;
- d) a reestruturação econômica, o novo papel da cultura na sociedade e mercado e o crescimento do turismo internacional;
- e) as críticas às propostas de remodelação urbana de larga escala, consubstanciadas nos anos 1960 e 1970 na literatura analítica, documentos governamentais e demonstrações públicas. Criticava-se o deslocamento da população da área atingida para habitações públicas de baixa qualidade e distantes do centro das cidades, a especulação e apropriação privada dos ganhos financeiros dos projetos, a destruição do patrimônio cultural, o sentimento de perda e alienação com o arrasamento da arquitetura e configuração urbana etc. (HEWISON, 1987; URRY, 2002; BARNEKOV; BOYLE; RICH, 1989; HARVEY, 2005a; NOBRE, 1994; VAZ; JACQUES, 2003). Junte-se a

isso o estoque de áreas e construções redundantes, muitas delas localizadas no centro das cidades ou em locais propícios a novos desenvolvimentos, como, por exemplo, em áreas portuárias abandonadas.

Dentro desse quadro geral, Harvey (1996) aponta que surgem quatro opções para se promover o desenvolvimento de uma cidade – longe de serem mutuamente exclusivas, elas reforçam-se, pois se voltam ao capital especulativo e usuários solventes. Primeiro, tem-se a especialização na produção de bens e serviços para exportação: informática, consultoria, *call center* etc. Segundo, a especialização no consumo, dentro de uma estratégia que vai muito além do turismo e do mercado para idosos. Trata-se de promover eventos e festivais culturais, novos equipamentos culturais e esportivos, e prezar a qualidade do meio urbano – principalmente as fachadas; ou seja, fazer do meio urbano espetáculo e mercadoria para os usuários solventes.

Terceiro, atrair funções de comando e controle ligadas ao governo, serviços financeiros, ONGs e organismos internacionais e sedes de firmas multinacionais e transnacionais, a partir do investimento em infra-estrutura (transportes, comunicações e suporte de atividades) e da provisão de serviços de apoio. Quarto, buscar financiamentos e transferências governamentais.

4.2.1 Ascensão e consolidação das políticas públicas de regeneração urbana: a transformação da agenda pública nos EUA e Reino Unido⁵².

A partir de meados dos anos 1970, as políticas públicas nacionais e locais, já tendo abandonado muitos dos conceitos de “The Great Society,” da gestão Lyndon Johnson (1963-1969), centraram-se crescentemente na questão do desenvolvimento econômico das cidades norte-americanas. Junto com isso, as velhas cidades industriais do Nordeste e Meio Oeste continuaram a sofrer a perda de residentes e atividade econômica, colocando em xeque a própria viabilidade do poder público local em alguns casos, em virtude da diminuição de receitas e do aumento da necessidade de gastos (carências sociais).

⁵² Esse subitem está baseado em Barnekov, Boyle e Rich (1989).

É dentro desse contexto que a gestão Jimmy Carter (1977-1981) propôs um amplo conjunto de medidas, cujo objeto de intervenção era o centro das grandes cidades, agora reconhecidas como de fundamental importância para o país. Essa ampla e coesa – pelo menos na proposta – nova política pública urbana federal aprofundou o reconhecimento da iniciativa privada como o principal agente promotor da recuperação das cidades, reconhecendo o seu papel de protagonista na mudança urbana.

A consequência mais duradoura dessa gestão foi a ligação explícita e direta entre a questão do desenvolvimento econômico e o centro das políticas públicas urbanas, tanto nacionais quanto locais. Essa nova ligação contou com cinco bases, a saber:

- a) as políticas públicas urbanas precisam promover uma nova base econômica para as cidades, orientada ao comércio e serviços;
- b) é necessário se buscar novos residentes e firmas para a cidade, competindo-se com outras localidades por esses importantes “ativos”;
- c) cumprir alavancar (*to leverage*) ao máximo possível o investimento privado, através do investimento público, dada a escassez de recursos públicos para se investir nas cidades;
- d) o desenvolvimento econômico, por si só, gera desenvolvimento social, pois ele combate o principal problema urbano: o desemprego;
- e) boas políticas públicas urbanas são também boas políticas públicas econômicas, pois a economia norte-americana depende de cidades fortes economicamente.

Contudo, a proposta de criação dessa ampla e estruturada política pública urbana nacional não se materializou; o National Development Bank, apelidado de Urbank, não saiu do papel, e não se conseguiu transformar-se a Economic Development Administration em uma agência urbana federal com recursos humanos e financeiros para capitaneá-la. A única peça de política pública relevante formulada e implantada pela gestão Jimmy Carter (1977-1981) foi a Urban Development Action Grant (UDAG).

A UDAG funcionava como um subsídio direto ou indireto de recursos financeiros para um projeto, que contava necessariamente com a participação da autoridade pública local e uma ou mais firmas privadas. Para receber os recursos do governo federal, essa autoridade precisava demonstrar que a área objeto de intervenção enfrentava problemas econômicos, sociais e/ou

de deterioração física, e que havia firmas e/ou investidores comprometidos com a realização desse projeto⁵³.

A UDAG era bem mais flexível de o que o Urban Renewal Program, no que concerne a participação da iniciativa privada; o projeto poderia envolver o financiamento de garagens públicas, ruas e avenidas e praças e parques, a compra e locação de armazéns, prédios e lojas para a firma privada, a reestruturação econômico-financeira de firmas em dificuldades econômicas, tanto através da participação acionária da autoridade local pública na firma quanto do refinanciamento da dívida do negócio etc.

Dada essa flexibilidade e a participação direta na formulação dos projetos, a iniciativa privada aderiu em massa à UDAG, inclusive proporcionando uma das maiores alavancagens da história das políticas públicas norte-americanas. Enquanto que o Urban Renewal Program, como visto anteriormente, proporcionou, grosso modo, US\$ 1.00 de investimento privado para cada US\$ 1.00 público, a relação na UDAG foi de pouco mais de US\$ 6.00 privados para cada US\$ 1.00 de investimento público.

Em suma, as políticas públicas da gestão Jimmy Carter (1977-1981) tiveram como foco o aumento da eficiência econômica, centrando-se em áreas com problemas sociais e econômicos, e consideraram que a geração de emprego era a melhor política social existente.

A gestão Ronald Reagan (1981-1989) notabilizou-se pela tentativa de desestruturar não apenas as políticas públicas urbanas federais, mas também por fazer com que o governo federal não tivesse mais algo que pudesse ser identificado com uma política pública urbana definida e estruturada. Pela primeira vez, desde os anos 1930, houve a desvinculação entre o crescimento econômico nacional e a situação de cidades particulares, principalmente os centros urbanos decadentes das antigas cidades industriais.

Dentro de uma postura econômica (neo)liberal⁵⁴, o crescimento econômico nacional foi vinculado estritamente ao aumento da eficiência econômica, que requer a máxima liberdade

⁵³ Ou seja, havia o pré-requisito do empenho da firma privada para a UDAG ser aceita pelo governo federal, mesmo no caso de investimentos em infra-estrutura urbana, trazendo-se diretamente e sem rodeios o setor privado para a formulação e implantação das políticas públicas urbanas.

⁵⁴ A apresentação de Mankiw (2006) é particularmente instrutiva dessa postura, quando aplicada a problemas urbanos e regionais.

possível para que o setor privado decidir o que, como, para quem e onde produzir; as influências de Milton Friedman e Friedrich Hayek são visíveis nessa posição. Ou seja, não caberia ao governo federal influir sobre o que e onde as firmas privadas deveriam instalar-se, ou mesmo se manterem instaladas.

Nesse sentido, a gestão Ronald Reagan (1981-1989) avaliou que o repasse de verbas federais para estados e cidades causava três problemas à economia nacional, a saber: a) a retirada de recursos de aplicações mais eficientes, inclusive do próprio setor privado, através da tributação; b) a interferência nas decisões locacionais e de investimento das firmas privadas, ao alterar os custos e benefícios de suas decisões; e c) a redução da eficiência econômica dos investimentos feitos, ao atrelá-los a projetos e localidades com menor previsão de retorno econômico.

Em suma, essa gestão passou a encarar as cidades como unidades econômicas, de forma mais radical do que suas predecessoras. Não cabia mais ao governo federal socorrer as cidades que apresentassem problemas sócio-econômicos graves. As menos eficientes economicamente deveriam entrar em decadência para o bem da economia nacional; a perda de residentes e firmas para cidades mais bem preparadas foi avaliada como positiva à economia nacional..

Um ponto vital para se compreender as atuais políticas públicas de regeneração urbana refere-se ao novo papel exercido pelas cidades, na visão da gestão Ronald Reagan (1981-1989). Dentro de uma economia nacional que prega o livre comércio e a livre iniciativa, e que as reconhecem primordialmente como unidades econômicas, as cidades precisam competir ativamente entre si por residentes, firmas e investimentos privados, tornando-se atrativas ao capital privado. Contudo, elas precisariam contar, cada vez mais, com seus próprios recursos⁵⁵. Pela primeira vez, o governo federal fomentou ativamente a entrada das cidades norte-americanas em jogos locacionais em prol da iniciativa privada.

Pode-se inferir que a gestão Ronald Reagan (1981-1989) conseguiu atingir seus dois principais objetivos relacionados à política pública urbana do governo federal, a saber: a) não ter uma bem definida e estruturada política pública urbana, tendo reduzido o gasto do governo

⁵⁵ Essa gestão conseguiu reduzir o orçamento e o quadro de pessoal do Department of Housing and Urban Development, reduzir as aplicações públicas nos programas de Assisted Housing e Community Development Block Grant, e extinguir a UDAG.

federal nessa área, ao longo de toda a gestão; e b) fazer com que as cidades entrassem em jogos locais com seus próprios recursos, competindo avidamente por firmas, usuários solventes e investimentos externos.

No Reino Unido, a redefinição da questão urbana aconteceu nas gestões Harold Wilson II (1974-1976) e James Callaghan (1976-1979) – ambas trabalhistas. Até então, o problema dos centros das grandes cidades era visto como preponderantemente social; a partir de meados dos anos 1970, esses problemas foram descritos como eminentemente econômicos: perda de atividade econômica, alto desemprego, baixa renda *per capita*, redundâncias de estruturas e de habilidades da mão-de-obra local, migração de residentes locais etc. Além disso, o governo central instituiu – pelo menos na teoria – a iniciativa privada como a principal responsável pela recuperação das cidades britânicas, em substituição ao Estado – este passou a ter um papel de suporte ao setor privado, pelo menos conceitualmente.

Apesar dos objetivos grandiosos, os resultados das novas políticas públicas urbanas dessas duas gestões foram tímidos, em virtude da falta de recursos financeiros e de experiência organizacional, para se tratar a questão do desenvolvimento econômico local. Em virtude disso, continuou-se a financiar a construção de infra-estrutura urbana e projetos de renovação urbana, esses já muito criticados pela opinião pública britânica, nos anos 1970.

Ao contrário do senso comum, a gestão Margaret Thatcher (1979-1990) não implantou políticas públicas urbanas revolucionárias; por mais estranho que possa parecer, as duas gestões trabalhistas anteriores “prepararam o terreno” para as medidas tomadas pela gestão conservadora. O que ocorreu no período 1979-1990 foi a implantação do aparato institucional formulado no período 1974-1979, dentro de uma postura (neo)liberal pró-mercado, que objetivou reduzir substancialmente os poderes de regulação do uso e ocupação do solo por parte dos conselhos locais (*local councils*) britânicos, submetendo-os ao controle do governo central. O supracitado aparato institucional trabalhista foi facilmente adaptado ao *thatcherism*, cujas principais características já foram vistas nessa tese.

A parceria governo central – conselhos locais das gestões anteriores foi substituída pela ligação direta entre o governo central e a iniciativa privada, com a perda progressiva de poder e autonomia dos conselhos locais frente aos outros dois atores. Além disso, houve a redução das transferências diretas do governo central para os conselhos locais, além da tentativa de se

controlar o gasto e a receita dessas autoridades (limitação do gasto público e discrição de tributar).

As políticas públicas urbanas da gestão Margaret Thatcher (1979-1990) foram implantadas em um contexto de recessão econômica, aumento do desemprego e ocorrência de distúrbios sociais em algumas das principais cidades do país (Liverpool, Londres etc.). O aumento do envolvimento da iniciativa privada nessas políticas foi seguido pela formação de grupos empresariais e patronais voltados para a nova economia urbana, como, por exemplo, o Financial Institutions Group; inclusive, comitês de avaliação criados pelo governo central passaram a ter a participação decisiva de membros provenientes da iniciativa privada.

Essa gestão também se notabilizou pela emulação direta e explícita de programas e projetos urbanos norte-americanos, principalmente os formulados pela gestão Jimmy Carter (1977-1981), muitas vezes sem a devida avaliação de seus problemas. É durante os anos 1980 que se intensificou o tráfego de consultores e dirigentes e funcionários públicos entre os EUA e o Reino Unido (idéias, projetos e consultores). A criação da Urban Development Grant, transformada em Urban Regeneration Grant e, posteriormente, em City Grant, foi baseada na UDAG norte-americana, e tinha a mesma lógica de funcionamento.

Segundo Barnekov, Boyle e Rich (1989), as políticas públicas urbanas dessa gestão apresentavam três contradições, a saber: a) elas não reduziram, e sim ampliaram o papel do investimento público na regeneração de centros urbanos, agora como suporte à iniciativa privada; b) o resultado líquido não foi de regeneração, mas sim de desinvestimento urbano líquido, já que o aumento de recursos proveniente dessas novas políticas, principalmente via Urban Development Grant, foi inferior à redução das transferências diretas do governo central para os conselhos locais; e c) houve a centralização das políticas públicas urbanas dentro de um discurso de defesa da concorrência, protagonismo do mercado e livre iniciativa.

Ao diminuir as transferências diretas para os conselhos locais, e se aprovar projetos de regeneração urbana em parceria com a iniciativa privada para partes selecionadas da cidade, as políticas públicas da gestão Margaret Thatcher (1979-1990) notabilizaram-se pelo conseqüente abandono de bairros e cidades britânicas com baixa atratividade de mercado. Além de Barnekov, Boyle e Rich (1989), Bianchini (1999) traz excelentes exemplos do

desinvestimento público em bairros periféricos e os problemas sociais decorrentes disso, no Reino Unido.

4.2.2 Parcerias público-privadas, novos modelos de governança pública e Estado empresarial: a economia política das políticas públicas de regeneração urbana.

A literatura analítica traz dois conceitos principais para analisar a economia política das políticas públicas de regeneração urbana das últimas quatro décadas, a saber: as coalizações de crescimento e os regimes urbanos. As primeiras consistem em uma parceria entre as elites políticas e econômicas locais, que tem como seu objetivo básico promover o uso intensivo da terra urbana. O principal problema desse conceito é seu foco excessivo nas firmas e indivíduos que possuem a propriedade direta da terra urbana, menosprezando o papel exercido por outros atores e interesses na mudança urbana (MCCARTHY, 2002; SEARLE, 2008).

Os regimes urbanos consistem em grupos formais e informais – públicos, privados e do terceiro setor – que cooperam e competem entre si através de alianças locais, cujo móvel de disputa é a mobilização dos recursos legais, humanos e financeiros da cidade para a consecução de uma determinada agenda urbana comum (MCCARTHY, 2002; SEARLE, 2008). Apesar de o conceito de regime urbano ser localista, ao centrar-se no nível local, desprezando as influências nacionais e internacionais sobre as cidades, ele fornece uma linha de análise útil para se avaliar a economia política das supracitadas políticas públicas.

Podem-se identificar seis atores-chave para a compreensão das políticas públicas de regeneração urbana. Primeiro, temos as elites político-econômicas locais, que formam a base dessas políticas, já que seus ativos urbanos dependem da expansão econômica contínua da cidade; há, aqui, a forte presença do setor imobiliário, tanto para a expansão urbana para novas áreas quanto para o adensamento e reaproveitamento do solo urbano já ocupado. Essas elites formam parcerias com interesses externos – mercado financeiro, firmas transnacionais, investidores individuais etc. –, capturando o setor público através de meios legais e ilegais.

Segundo, há uma ampla gama de interesses privados externos na cidade, representados por grandes investidores individuais, mercado financeiro em busca de ganhos especulativos e

grandes firmas imobiliárias – no Brasil, a entrada dessas últimas deu-se apenas nos anos 1990 e 2000, muitas vezes através de parcerias com empresas nacionais.

Terceiro, há o poder público local, que concentra formalmente o poder de regular o uso e ocupação do solo da cidade, bem como outras questões importantes: códigos de obras e posturas, tributação sobre a terra etc. Fernandes (2001), seguindo uma linha (neo)marxista de interpretação das novas políticas públicas urbanas, não se aprofunda nesse ator-chave, não o vendo como capaz de qualquer tipo de autonomia, através de uma tecnoburocracia profissional, o que não corresponde à realidade do Século XXI, nem para o Caso do Recife, que é uma metrópole regional de um país em desenvolvimento. O ponto principal da análise dessa autora é que a utilização dos recursos públicos privilegia um padrão de política pública, que concentra seus ganhos para as elites locais e firmas transnacionais, retirando verbas de outras funções públicas, a exemplo de saúde, educação e segurança pública.

Uma das características marcantes do poder público local, não só em relação às novas políticas públicas urbanas, mas também a outras funções, como, por exemplo, desenvolvimento local, é a sua fragmentação em órgãos e departamentos voltados à administração exclusiva de espaços urbanos delimitados, gestão de programas e projetos e de fundos públicos específicos e fomento e administração de parcerias público-privadas; em muitos casos, a iniciativa privada e organizações não governamentais participam formal e diretamente da formulação e implantação dessas políticas públicas.

McCarthy (2002) e Barnekov, Boyle e Rich (1989) apontam para os casos das cidades norte-americanas de Detroit e Baltimore, respectivamente, mostrando como o redesenvolvimento urbano, dos anos 1970 e 1980, foi guiado por uma miríade de órgãos e agências públicas e público-privadas, com diferentes graus de autonomia em relação ao poder público local. Harvey (1996) fala da reprodução em série de órgãos e agências públicas e público-privadas destinadas à função de desenvolvimento econômico local. Em 1980, já havia em torno de 15.000 agências e corporações públicas e público-privadas voltadas ao desenvolvimento econômico e regeneração urbana nos EUA, que:

Elas podiam contornar restrições e procedimentos que previniam o governo de entrar em parcerias e acordos com a iniciativa privada; elas podiam fazer empréstimos diretos para firmas privadas; comprar, desenvolver e fazer

leasing de propriedades sem a consulta e aprovação públicas; emitir títulos financeiros [negociáveis]; e entrar em projetos através de participação acionária. De fato, a cidade, através das agências e corporações de desenvolvimento, podia agir como um investidor e tomador de risco em conjunto com a iniciativa privada (Kysiak 1983: 20). (BARNEKOV; BOYLE; RICH, 1989, p. 76)

Além de se constituírem como uma inovação institucional, essas agências e órgãos públicos e público-privados propiciaram também a profissionalização de funcionários públicos em questões importantes para a competição interurbana, a saber: utilização das fontes de recursos do governo central para regeneração urbana e desenvolvimento econômico local, criação de legislação municipal própria, formatação de pacotes de subsídios e incentivos à iniciativa privada, promoção externa da cidade etc.⁵⁶.

Em conjunto, trata-se de uma mudança nas competências exigidas do funcionário público (administração, finanças e *marketing*), agenda pública (desenvolvimento econômico torna-se a prioridade número um) e mentalidade (empreendedorismo público).

Quarto, temos a população local, geralmente vista como um elemento passivo nas novas políticas públicas urbanas; contudo, ela precisa ser convencida a apoiá-las, inclusive as que vão contra o seu próprio interesse. Os argumentos de defesa da cidade, patriotismo local e geração de emprego e renda – o uso dos multiplicadores econômicos é regra aqui – são comumente utilizados pelo setor público e elites político-econômicas locais nesse sentido.

Quinto, alguns autores e comentadores citam os organismos multilaterais de cooperação econômica como promotores das políticas públicas de regeneração urbana, a exemplo de Fernandes (2001), que menciona o Banco Mundial.

Por fim, temos a presença de atores-chave individuais, sejam firmas ou indivíduos. Harvey (1996) aponta que, dada a dificuldade e complexidade inerentes à formação de alianças e coalizões na cidade, a figura de alguém forte e carismático, que imprima sua marca pessoal aos projetos, e que também direcione e comande os outros atores-chave, é vital para o sucesso de políticas públicas de regeneração urbana. A opinião é compartilhada por Barnekov, Boyle

⁵⁶ Borja e Forn (1996) apontam a necessidade de criação de novos cursos de gestão urbana para se formar gestores públicos com vieses empresariais, inclusive através do ensino superior, capazes de completar a transição do Estado de Bem-Estar Social para o novo modelo de gestão do Estado regulador nas gestões municipais.

e Rich (1989) e Searle (2008), para quem os estudos de caso mostram que a figura do prefeito é vital para a efetivação de grandes projetos urbanos.

Firmas de consultoria, grupos patronais e empresariais e mesmo consultores individuais, como, por exemplo, James Rouse, também são capazes de liderar projetos de regeneração urbana, em virtude da experiência acumulada, carisma pessoal e fama de saberem o que estão fazendo na cidade. Inclusive, James Rouse é visto como um dos principais responsáveis pela reprodução serial de espaços e equipamentos urbanos resultante dos projetos de regeneração urbana, ao empregar conceitos e soluções semelhantes em lugares tão distintos como Baltimore (Harborplace), Boston (Faneuil Hall) e Sydney (Darling Harbour).

Em suma, as políticas públicas de regeneração urbana, a ascensão do desenvolvimento econômico na agenda pública local e a crescente competição intermunicipal em nível global alteraram profundamente os padrões de gestão pública local. O crescente imbricamento entre o setor público e a iniciativa privada em parcerias público-privadas ameaça reduzir a noção de governo como resultado de disputas políticas e campo de confrontação de interesses públicos e privados conflitantes e discrepantes para um simples agente responsável pela manutenção de um ambiente propício aos negócios; não é raro se assumir que o que é bom para a iniciativa privada é bom para a cidade como um todo, já que todos se beneficiam do crescimento econômico através da valorização da terra urbana, do aumento do nível geral de negócios e da geração de emprego e renda.

4.2.3 Políticas públicas de regeneração urbana: lógica de atuação e concepção de cidade.

As políticas públicas de regeneração urbana não consistem apenas de um conjunto de novos instrumentos fiscais, administrativos e legais, nem de um arrazoado de termos e expressões contundentes, dentro do qual se banalizou a utilização de palavras como, por exemplo, “revitalização,” “regeneração” e “estratégico(a).”

Essas políticas trouxeram mudanças mais profundas e estruturais para a gestão pública municipal, ao influenciar dois pontos fundamentais, a saber: a) a concepção de cidade, ou seja, o que a cidade representa, e em o que ela constitui-se; e b) a lógica de

atuação/intervenção pública sobre a cidade, no que tange tanto as políticas públicas urbanas quanto as políticas públicas de desenvolvimento econômico.

Cabe destacar para esses pontos a enorme influência da aplicação do conceito de planejamento estratégico para as cidades, comum nos EUA, a partir dos anos 1980, e que chegou ao Brasil, ainda nos anos 1990. O planejamento estratégico é definido como um instrumento de gestão empresarial e processo gerencial que permite à firma coletar, sistematizar e utilizar um conjunto de informações que lhe propiciem vantagens competitivas nos mercados em que atua, dando-lhe condições para antecipar e se aproveitar das mudanças que ocorrem nesse mercado.

Segundo Andion e Fava (2002), o planejamento estratégico é composto por cinco etapas, a saber:

- a) a análise externa, compreendendo tanto o macroambiente, que é composto por variáveis mais gerais, como, por exemplo, a inflação, variação do Produto Interno Bruto e taxa de desemprego, quanto o microambiente ou ambiente da indústria, formado pelo grupo de firmas com composto similar de produtos, que competem entre si. No caso do microambiente, cabe atentar para as cinco forças competitivas formuladas por Porter (2005), a saber: a rivalidade entre firmas concorrentes, a existência de produtos substitutos para esse mercado, o potencial de entrada de novas firmas concorrentes nesse mercado, o poder de barganha dos fornecedores e o poder de barganha dos compradores. A síntese da análise externa mostrará para a firma suas principais ameaças e oportunidades de mercado;
- b) a análise interna, identificando os principais pontos fortes e pontos fracos da firma, para que o gestor saiba tanto com quais recursos ela pode contar para desenvolver sua estratégia quanto quais são os pontos vulneráveis à concorrência com outras empresas;
- c) as diretrizes organizacionais, definindo os rumos da firma através da formulação de uma missão empresarial, de uma visão empresarial e dos seus objetivos;
- d) a estratégia, estabelecendo os métodos e processos necessários para o alcance das diretrizes organizacionais da firma;
- e) a implantação da estratégia formulada.

A transplantação do conceito de planejamento estratégico para as cidades nitidamente privilegiou a identificação das ameaças e oportunidades de mercado (análise externa) e dos pontos fortes e pontos fracos da própria cidade (análise interna), ou seja, a parte conhecida pela sigla SWOT – *Strenghts* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças). A técnica é utilizada desde pelo menos os anos 1960 no mundo empresarial, e sua origem é contestada: alguns a creditam à Harvard Business School, enquanto outros apontam a Stanford University como seu início. No Brasil, os denominados planos estratégicos também se concentram em análises SWOT com diferentes graus de profundidade.

Borja e Forn (1996) sintetizam o (novo) papel que as grandes cidades precisam ocupar no Mundo atual. Pensando especificamente no caso europeu, os autores defendem que as grandes cidades européias precisam atingir um *status* político mais importante dentro da União Européia, ao lado dos países e estados, províncias e regiões; ou seja, elas precisam ser atores políticos importantes por si só, e não apenas parte de outras instâncias governamentais.

Para isso, Borja e Forn (1996) defendem a descentralização de funções governamentais para as cidades, para que elas tenham mais controle sobre as políticas públicas que as afetam, e a formação de redes nacionais e internacionais de cidades, que façam com que elas consigam agir em bloco, elaborando estratégias de desenvolvimento econômico e promoção externa em conjunto. Nesse último caso, os autores dão destaque ao Movimento das Eurocidades, que rompe as fronteiras nacionais – a argumentação lembra Ohmae (1996) sobre as economias regionais.

As cidades também precisam portar-se como grandes firmas – multinacionais, sugere a leitura do artigo –, que competem e cooperam entre si a partir de duas linhas gerais, a saber: a) a atração de investimentos produtivos e de pessoal qualificado; e b) a promoção da cidade no exterior, não apenas turística, mas também voltada à formação de uma imagem positiva e de local propício aos negócios. Inclusive, elas fazem parte dos objetivos de formação de redes de cidades, e de a nova gestão pública municipal contemplar a função de relações internacionais (BORJA; FORN, 1996).

Vainer (2007a) identifica, na adoção do planejamento estratégico, a origem de uma mudança de definição da cidade, que deixa de ser a *polis* para se transformar em *city*. O autor conceitua a cidade planejada estrategicamente de três formas simultâneas, a saber:

- a) a cidade é uma mercadoria inserida dentro de um mercado concorrido, no qual ela precisa competir com outras cidades, as suas concorrentes;
- b) a cidade é uma firma, logo é transformada de objeto complexo – social, econômica, cultural e politicamente – em sujeito coeso e homogêneo. Trata-se, então, de uma unidade de gestão e negócios, apta a ser gerida com um instrumental e *expertise* similar ao desenvolvido para as firmas privadas;
- a) a cidade é uma pátria, dentro de um movimento de civismo que leva a apropriação da cidade, na forma de instrumentos e estâncias do poder público, por grupos empresariais privados, no que Vainer (2007a) provoca como o surgimento de uma “democracia direta da burguesia.” Paradoxalmente, o autor aponta que a descentralização do poder, que, *ceteris paribus*, dá maior autonomia às cidades, levou à eliminação da esfera política local – democrática, pode-se complementá-lo⁵⁷.

Cara à compreensão da nova concepção de cidade e de sua lógica de atuação é o conceito de *privatism*, trabalhado por Barnekov, Boyle e Rich (1989) na descrição, análise e avaliação das políticas públicas urbanas dos EUA e Reino Unido, no período pós-Segunda Guerra Mundial. Esse conceito é definido da seguinte forma: “O *privatism* significa uma confiança subjacente na capacidade de a iniciativa privada criar as condições para a prosperidade pessoal e comunitária. Ele também indica a crença na legitimidade dos valores de mercado como o padrão apropriado para a escolha pública (BARNEKOV; BOYLE; RICH, 1989, p. vii).”

Contudo, cabe-se esclarecer que o conceito de *privatism* não traz nada de muito novo; trata-se da aplicação dos conceitos de eficiência econômica e bem-estar social da escola neoclássica

⁵⁷ É interessante notar que Borja e Forn advogam o fomento de um patriotismo de cidade, neles visto como algo positivo, sendo inclusive um pré-requisito necessário para que a cidade una forças na crescente competição intermunicipal em nível global: “c. geração de um patriotismo da cidade que permita a seus líderes, atores e conjunto de cidadania assumirem com orgulho seu passado e seu futuro e, especialmente, sua atividade presente em todos os campos (desde a presença internacional até a luta contra a pobreza, desde a estética até a iniciativa econômica). Este patriotismo de cidade se inscreve na assunção plena do papel de capital de Catalúnia (e segunda capital da Espanha) e na firme vocação de centralidade no sistema europeu de cidades (BORJA; FORN, 1996, p. 46).”

às cidades e políticas públicas urbanas. Desse modo, o *privatism* combina uma série de elementos (neo)liberais e históricos, a saber:

- a) é uma tradição cultural das políticas públicas urbanas norte-americanas, remontando pelo menos ao Século XIX – ou seja, é o retorno de uma tradição para o presente, ou a sua transplantação para outros contextos sociais, econômicos, culturais e políticos;
- b) a iniciativa privada é vista como o principal agente responsável pela mudança urbana, inclusive por ser considerada dinâmica, mais produtiva e intrinsecamente superior ao setor público para a oferta de bens e serviços;
- c) o bem-estar das pessoas e comunidades é julgado através do mercado – nível de sucesso das famílias e firmas privadas;
- d) a comunidade nada mais é do que o somatório de todos os seus indivíduos.

Assim, o *privatism* deixa claros os papéis ocupados pelas firmas privadas e pelo setor público nas políticas públicas urbanas, com a primazia das primeiras em detrimento do segundo, e seus dois valores básicos, a saber: a) o individualismo como base de ação e avaliação; e b) a eficiência econômica como melhor critério para se medir o bem-estar em todas as esferas de avaliação de toda e qualquer comunidade.

Frisa-se que as mudanças no papel do Estado são muito mais profundas de o que a venda de ativos públicos; o mais importante é o setor público estar progressivamente adotando a iniciativa privada (objetivos, técnicas e critérios de avaliação) como modelo de atuação (eficiência econômica, eficiência econômica e eficiência econômica).

Retornando a Barnekov, Boyle e Rich (1989), os autores apontam as três dimensões do *privatism*, a saber:

- a) política pública urbana: promove um maior envolvimento do setor privado na formulação e implantação de políticas públicas urbanas. Pode-se destacar que isso se torna cada vez mais explícito e formalmente desejável, já que a iniciativa privada deixa de ser um problema – planos de larga escala dos anos 1960 e 1970 – para se transformar em solução – planos estratégicos dos anos 1990 e 2000 –, o que se verifica, por exemplo, no caso da Cidade do Recife;

- b) estratégia de regeneração urbana: liga a existência e viabilidade das cidades ao sucesso de seu setor privado, tornando a questão do desenvolvimento econômico e fomento ao investimento privado em prioridade número um da agenda pública local;
- c) padrão de desenvolvimento social: a eficiência econômica transforma-se no principal critério através do qual é julgada toda e qualquer ação, seja ela pública ou privada.

Seguindo sua comparação das cidades a grandes firmas (multinacionais), Borja e Forn (1996) recomendam três mudanças de paradigma na gestão pública municipal, que parecem ter sido pensadas com o conceito de *privatism* em mente. A primeira mudança é a articulação público-privada, que pode ser implantada através de uma parceria público-privada (PPP) e de conselhos e agências com representação mista.

A segunda é a desregulamentação e privatização de áreas de atuação pública, como, por exemplo, a substituição das escolas públicas por um sistema de *vouchers* de educação, como já foi testado em Ohio e Nova Inglaterra, nos EUA. A terceira é a organização mais empresarial do setor público.

Essa nova liderança pública local precisa buscar três posturas municipais, a saber: a) a ação pública integral, que busca concomitantemente objetivos urbanísticos, sociais, econômicos, culturais, de racionalização administrativa e de participação dos cidadãos; b) a definição de um projeto de cidade – ao que parece, trata-se de um ideal a ser seguido por todos; e c) a geração de um patriotismo de cidade – unificação de todos os atores. Borja e Forn (1996) apenas não colocam ao redor de quem ou de o que se daria isso.

Em suma, Borja e Forn (1996) aplicam o modelo de Estado regulador e empresário, a partir dos paradigmas da nova gestão pública, para a discussão das cidades, seja seu papel político dentro do Estado Nacional e União Européia, sejam suas novas “formas de funcionamento” e objetivos; os autores têm sempre em mente o sucesso econômico e de imagem de Barcelona e o Movimento de Eurocidades. As políticas sociais, periferias urbanas, grupos marginalizados e imigrantes não são esquecidos, mas ocupam apenas um espaço de “apêndice” dentro da atuação das cidades em um mundo crescentemente globalizado e competitivo. Essas questões

e temas são anunciados como importantes, mas eles não se encaixam na discussão promovida no texto, que se refere essencialmente à competitividade, eficiência e *city marketing*.⁵⁸

Judd (1995) aponta a padronização das políticas públicas de desenvolvimento econômico das cidades norte-americanas a partir dos anos 1980, que têm como objeto a promoção do lazer, turismo e entretenimento, e como implantação a junção de duas ações, a saber: a) a formação de uma nova imagem (e sentimento?) para a cidade; e b) a criação de um “pacote” de infraestrutura e equipamentos – estádios esportivos, *shopping centers*, centros de convenção, cassinos etc. – atrativo para os turistas. O autor aponta também para a primazia das cidades no fomento ao turismo nos EUA, em comparação com a atuação do governo federal e estados.

Por fim, cabe destacar que as políticas públicas de regeneração urbana não têm como objeto a cidade como um todo, a exemplo do planejamento urbano modernista; a cidade agora é pensada “aos pedaços,” através de intervenções pontuais em trechos do tecido urbano. Harvey (2005a) apresenta uma boa crítica a isso, ao descrever e avaliar os projetos urbanos pós-modernos.

De forma geral, esse tipo de projeto não atinge a cidade como um todo, concentrando-se em trechos do tecido urbano, muitas vezes em centros históricos degradados ou espaços portuários subutilizados. Eles contemplam a reabilitação de paisagens urbanas, muitas vezes com a recuperação do patrimônio edificado ou a reprodução de antigos estilos arquitetônicos como pastiche, e a recuperação da história local, seja ela real ou imaginária (HARVEY, 2005a).

A arquitetura pós-moderna desenvolvida nesses espaços urbanos é uma arquitetura do espetáculo, de brilho, exibição, participação e efemeridade. Muitos desses espaços assumem a função de um mundo de fantasia, fazendo com que os turistas e visitantes possam fugir da realidade, conhecendo outros tempos e lugares através da imaginação. A recuperação do passado, na forma do patrimônio edificado, e o resgate de manifestações e práticas culturais baseiam-se na utilização seletiva de elementos do passado, de acordo com a conveniência do presente. A organização e controle do espetáculo urbano, a citação histórica, a ornamentação

⁵⁸ O texto é panfletário e sem referências bibliográficas, mas muito bem escrito – a argumentação é levada a cabo com competência. Ele foi e continua sendo muito influente entre gestores públicos interessados em pensar sua cidade de forma estratégica.

e o ecletismo de estilos, e a mensagem de lugar propício aos negócios, centro de entretenimento e consumo, são patentes nesse tipo de empreendimento público-privado (HARVEY, 2005a).

A principal crítica de Harvey (2005a) a esse tipo de projeto urbano reside em sua excessiva orientação ao mercado, elemento comum nos diversos desenvolvimentos pós-modernos. Apesar de ter o potencial de gerar o tipo de pluralismo e “alteridade” tão caros aos teóricos pós-modernos no curto prazo, com a atenção aos determinismos locais e aos desejos e necessidades das pessoas, a primazia do mercado gera a mesma repetição serial e recursiva tão combatida nos planos urbanos modernistas.

O projeto urbano pós-moderno volta-se à capacidade de pagar e ao poder político diferenciados de determinados segmentos sociais, levando à *gentrification* e à segregação social do ambiente desenvolvido. O “populismo de livre mercado,” como Harvey (2005a, p. 79) define essa tendência, acaba por enclausurar as classes mais abastadas em ambientes fechados, como os *shopping centers* e ruas fechadas, excluindo as populações mais pobres desses lugares, através da falta de capacidade de pagar.

4.2.4 Políticas públicas de regeneração urbana e o “pacote” de infra-estrutura e equipamentos urbanos.

O presente subitem não contempla as informações e observações reunidas durante o trabalho de campo internacional; os estudos de caso e exemplos britânicos estão reunidos em capítulo específico dessa tese. Optou-se aqui por rever principalmente o caso norte-americano, já que tanto Urry (2002) quanto Barnekov, Boyle e Rich (1989) apontam que as políticas públicas urbanas e as experiências de remodelação e de criação de novos espaços públicos e equipamentos culturais dos EUA influenciaram desenvolvimentos subsequentes no Reino Unido – e, posteriormente, em outros países.

Judd (1995) é muito citado pela literatura analítica por sua idéia de padronização das soluções e equipamentos criados nas grandes cidades norte-americanas para se atrair turistas, até mesmo pela falta de elementos e características marcantes na maior parte delas – Nova Iorque

e Phoenix, por exemplo, são exceções à regra. É nesse sentido que há a criação de um “pacote” de infra-estrutura e equipamentos, nas últimas décadas, como visto anteriormente.

Esse “pacote” é avaliado como a coleção de troféus (*trophy collection*) do prefeito municipal, que, apoiado pelas elites políticas e econômicas locais, apresenta um conjunto de obras monumentais que atesta seu comprometimento, trabalho e visão de futuro para a cidade, composto por: hotéis renovados e/ou de grande porte, *shopping centers*, centros de convenções, áreas históricas preservadas, estádios esportivos (*baseball, football* etc.), aquários, torres de escritórios, áreas portuárias recuperadas e convertidas para novos usos etc. Dessa forma, tem-se o que Harvey (1996) classifica como a criação de espaços urbanos “padrões” em ampla gama de cidades ao redor do mundo.

Muitos elementos desse “pacote” são implantados com o objetivo de se tornarem grandes atrações turísticas da cidade, chamadas pela literatura analítica de *flagship attractions*. Kelly (2008) aponta que muitas cidades estruturam precintos urbano-turísticos a partir de grandes atrações turísticas; a importância desses elementos já foi vista na discussão sobre o turismo cultural, inclusive pelo fato de que todos os cinco nichos de mercado desse segmento consomem essas atrações durante sua experiência de viagem.

Por exemplo, a Tate Modern Art Gallery, instalada no prédio de uma estação de força desativada, em Londres, recebeu 5,25 milhões de visitantes durante seu primeiro ano de operação, atraindo para seu entorno hotéis de redes internacionais, galerias de arte e outros negócios turísticos, formando um novo precinto urbano-turístico na cidade (RITCHIE, 2008).

Outra maneira de se avaliar esse “pacote” é vê-lo como um modelo virtual (*virtual template*) para a regeneração urbana e econômica das cidades, através do fomento ao lazer, turismo e entretenimento (JUDD, 1995). Um dos elementos que não pode faltar são os *shopping centers*, que, assim como acontecia com a indústria de transformação, nos anos 1950, 1960 e 1970, contam crescentemente com incentivos e subsídios fiscais para sua implantação. O caso dos MMMs, visto anteriormente, ilustra bem esse fato. Judd (1995) aponta que pelo menos a abertura de um *shopping center* no centro da cidade passou a ter que fazer parte da coleção de troféus dos prefeitos norte-americanos já nos anos 1980. Há duas variações aqui, a saber:

- a) os *shopping centers* festivos (*festival malls*), voltados ao entretenimento e compras recreacionais, cujo modelo é o Faneuil Hall Marketplace, de James Rouse. Eles tentam criar um clima “carnavalesco,” através de um composto de lojas que inclui varejistas especializados, lojas de roupas e acessórios e restaurantes, com apresentações de músicos, artistas, acrobatas e mímicos nas áreas comuns, entre outros;
- b) os *shopping centers* integrados de grande porte, que são acompanhados por hotéis, torres de escritório e equipamentos culturais, entre outros. O modelo aqui é o Peachtree Center, de John Portman, que também conta com o Renaissance Center (Detroit) e Bonaventure Hotel (Los Angeles) em seu portfólio. Trata-se de grandes empreendimentos que, no dizer de muitos comentadores, são cidades dentro da cidade.

Outro elemento desse “pacote” são os centros de convenções, pré-requisitos para que a cidade consiga capturar uma parcela relevante do crescente segmento de turismo de negócios e eventos. Judd (1995) coloca que, entre 1980 e 1987, inclusive, o número de centros de convenções nos EUA aumentou 37%, enquanto que a área de exibição aumentou 60%, devido à construção de equipamentos cada vez maiores. No final dos anos 1980, 331 centros de convenção estavam em operação no país, o que representava um aumento de 50% em uma década; previa-se que 434 centros de convenção estariam funcionando, em 1995.

A abertura de grandes equipamentos culturais também é um dos resultados desse modelo virtual; Borja e Forn (1996), por exemplo, ao tratar das políticas sociais e culturais adequadas às grandes cidades européias, dão a entender que todas elas deveriam tentar atrair um equipamento cultural como o Museu Guggenheim de Bilbao. No Reino Unido, as franquias de museus importantes nacionalmente multiplicaram-se nos últimos anos.

Nos EUA, a abertura de cassinos tem sido vista não apenas como uma maneira de regenerar uma parte da cidade, mas também de aumentar a sua arrecadação através da venda de licenças para operação (JUDD, 1995). Muitas cidades têm construído estádios esportivos sem ter nenhuma franquia profissional de *baseball*, *football* ou basquete, na esperança de que o equipamento consiga atrair uma equipe profissional de outra cidade norte-americana, junto com um pacote de isenções e benefícios fiscais.

A renovação de hotéis tradicionais da cidade, bem como a instalação de grandes hotéis, também é objeto das políticas públicas de regeneração urbana. Em 1987, a maior Urban

Development Grant do Reino Unido foi utilizada para a construção de um hotel de alto luxo com 314 quartos em Birmingham, no valor de £ 6 milhões. A companhia beneficiada foi a Hyatt-Regency, que já tinha se beneficiado da UDAG nos EUA.

Mais do que equipamentos específicos, as políticas públicas de regeneração urbana promoveram, nessas últimas quatro décadas o redesenvolvimento de espaços urbanos inteiros das cidades; os estudos de caso de HarborPlace (Baltimore, EUA), Darling Harbour e The Rocks (Sydney, Austrália) e Albert Dock (Liverpool, Reino Unido) ilustram o completo redesenvolvimento de áreas deterioradas e abandonadas em espaços privilegiados para o lazer, turismo e entretenimento, mesmo que os projetos em si e seus resultados contem com diferenças significativas⁵⁹.

4.2.5 Políticas públicas de regeneração urbana: críticas e problemas à cidade.

Ao proceder-se a qualquer tipo de avaliação crítica das políticas públicas de regeneração urbana, é necessário tomar cuidado com duas posturas que, apesar de fazerem muito sucesso com o grande público e mesmo parte dos pesquisadores e profissionais técnico-acadêmicos, retratam certa ingenuidade e recorrência a críticas “fáceis” e superficiais a elas.

A primeira postura é cair em um maniqueísmo imobilizante; ou seja, ou classificar essas políticas públicas como a salvação da cidade, como o conjunto de instrumentos que facilmente resolverão seus problemas de deterioração física, perda populacional e baixo dinamismo econômico, ou como uma conspiração público-privada, que se abate sobre a cidade, meticulosamente formulada e implantada para trazer segregação social e captura do setor público pela iniciativa privada. Partindo-se de posturas radicais – sejam propagandísticas do livre mercado, sejam contra qualquer tipo de mudança urbana que conte com a participação ativa da iniciativa privada –, não é possível ponderar os seus pontos negativos e positivos.

⁵⁹ Para obter informações sobre HarborPlace, ver Harvey (2005a), Krolikowski e Brown (2008), Ritchie (2008) e Barnekov, Boyle e Rich (1989). Sobre Darling Harbour, ver Griffin, Hayllar e Edwards (2008) e Edwards, Griffin e Hayllar (2008). Por fim, McCarthy (2002) traz o exemplo de Foxtown (2002), dentro da estratégia geral da Cidade de Detroit de criar espaços urbanos voltados ao lazer, turismo e entretenimento.

Assim como o turismo, não se deve enxergar essas políticas públicas como um fenômeno que traz consequências positivas e negativas para a cidade por si só; elas adaptam-se ao contexto social, econômico, político e cultural mais amplo presente na cidade, país e Mundo, e as questões de sua formulação, implantação e distribuição de custos e benefícios precisam, para sua correta avaliação, de uma análise econômica e de economia política. Isso não significa que uma análise geral do fenômeno, como faz Harvey (2005a), seja algo irresponsável ou espúrio; o que é inadmissível é se considerar, como o fazem muitos comentadores, que as políticas públicas de regeneração urbana possam ter só, e somente só, um tipo de resultado, seja ele proveitoso ou deletério à cidade.

Colocam-se aqui algumas críticas às supracitadas políticas, bem como os principais problemas causados às cidades; contudo, evita-se repetir pontos já colocados anteriormente nesse capítulo, para se evitar duplicações. Considera-se que os pontos positivos das supracitadas políticas já foram vistos ao longo da tese, sendo retomados no capítulo sobre o Reino Unido.

A principal crítica às políticas públicas de regeneração urbana centra-se na falta de avaliações precisas e confiáveis sobre seus resultados líquidos à cidade, nos três planos interligados de análise, a saber: a) o impacto sobre as finanças públicas locais – custo-benefício; b) os efeitos mais gerais sobre a economia local e regional – multiplicadores econômicos; e c) o impacto sobre a cidade em si e seus habitantes – aspectos sociais e culturais do desenvolvimento.

Mesmo essas políticas públicas já tendo sido empregadas, desde os anos 1970, e sendo atualmente apoiadas por um conjunto de firmas de consultoria, arquitetos e urbanistas (consultores individuais) e agências multilaterais de cooperação, é raro se deparar com estudos sérios e confiáveis sobre os resultados efetivamente alcançados por projetos de regeneração urbana.

McCarthy (2002) aponta a falta de avaliações objetivas sobre os resultados de projetos de regeneração urbana já implantados, inclusive a construção de novos estádios esportivos – no Brasil, estão em construção mais de uma dezena de novos estádios, sem que esteja claro seus custos reais efetivos e os eventuais benefícios que trarão para as cidades-sede da Copa do Mundo 2014. Judd (1995) também traz um bom exemplo ligado à falta de avaliações

objetivas, dando também como exemplo estádios esportivos e a competição por equipes profissionais de *baseball*, *football* e basquete entre as cidades norte-americanas.

Outra crítica pertinente é a falta de divulgação de projetos de regeneração urbana que não deram certo; tanto a literatura técnico-analítica quanto a literatura promocional centram-se em estudos de caso e exemplos de sucesso, pelo menos a partir de seus próprios objetivos. Mesmo autores críticos, como Harvey (2005a), recorrem a experiências consideradas bem-sucedidas pela literatura promocional – por exemplo, o caso de HarborPlace, nos EUA –, tentando apontar os efeitos colaterais desse tipo de desenvolvimento.

Muitos projetos de regeneração urbana, formulados e implantados nas últimas quatro décadas, não foram bem-sucedidos em seus próprios objetivos; em alguns casos, o alto comprometimento público em benefícios e isenções fiscais e inversões diretas no projeto – e a conseqüente falta de retorno dos investimentos feitos – colocou em xeque a posição fiscal de algumas cidades. Um dos casos emblemáticos é Montreal, que demorou mais de três décadas para saldar as dívidas contraídas para a realização das Olimpíadas de 1976, em valor superior a US\$ 2 bilhões – não por acaso, a literatura técnico-analítica é mais “afeita” a Barcelona.

A tentativa de se implantar um precinto urbano-turístico em Birmingham, a partir de joalherias – Birmingham Jewellery Quarter –, não foi bem sucedida, fazendo com que ela perdesse mais de £ 1 milhão em investimentos feitos (RITCHIE, 2008); a quantia foi bem menor em comparação ao que foi gasto pela cidade para tentar atrair as Olimpíadas de 1992 ao “Coração da Inglaterra” (BARNEKOV; BOYLE; RICH, 1989). A Expo 1992 de Sevilha foi considerada um fracasso; muitas das edificações encontram-se deterioradas atualmente; o exemplo de Barcelona impõe-se na divulgação da “experiência espanhola” de regeneração urbana, na literatura técnico-analítica e promocional.

O caso mais emblemático de fracasso de políticas públicas de regeneração urbana é Flint, Michigan, terra natal do cineasta Michael Moore e objeto de seu primeiro documentário – *Roger and Me* –, no qual já se aponta para a deterioração urbana, perda de residentes e baixo dinamismo econômico da cidade. Vale a pena citar a longa passagem de Judd (1995, p. 185-186, grifo nosso), pois ela retrata o que pode dar totalmente errado em projetos de regeneração urbana que não façam um estudo atento da demanda de mercado:

Após o encerramento da planta industrial da General Motors ter devastado a economia local, a gestão pública de Flint lançou um projeto de regeneração urbana com o seguinte lema, ‘Nossa Nova Centelha Surpreenderá Você’. A cidade comprometeu US\$ 13 milhões em subsídios para a construção de um hotel de luxo, o Hyatt Regency⁶⁰. Dentro de apenas um ano, ele fechou as portas. Aproximadamente US\$ 100 milhões de dinheiro público foram usados para se construir o AutoWorld, um museu que continha, entre outros itens, o maior motor de carro do mundo e uma maquete que exibia o centro de Flint em seus dias mais prósperos. Dentro de seis meses, o AutoWorld fechou. Mais subsídios públicos foram comprometidos para a construção do Water Street Pavilion, um misto de parque temático e shopping center construído pelo responsável por South Street Seaport, em Nova Iorque. A maioria de suas lojas fechou dentro de um ano. Comentando sobre o fracasso de Flint em se tornar um magneto para o turismo, o ex-diretor da AutoWorld disse, ‘Você não pode fazer Palm Beach do (sic) Bowery. Se você quiser fazer Palm Beach, você precisa ir até Palm Beach’.

Outra crítica pertinente às políticas públicas de regeneração urbana refere-se à competição predatória entre as cidades por firmas, mão-de-obra qualificada e solvente, investimentos externos e turistas e visitantes – nos dois primeiros casos, não apenas para atrair novas empresas e residentes, mas também para manter a base já existente, cobiçada por outras cidades. Tendo que competir em escala crescentemente global por esses elementos – todos eles altamente móveis e sensíveis a vantagens oferecidas por um amplo conjunto de lugares –, a cidade vê-se obrigada a participar de verdadeiros torneios locais, tendo de recorrer a toda sorte de incentivos e isenções para atrair e manter os supracitados elementos necessários ao seu desenvolvimento.

Judd (1995), Scott et al. (2001) e Barnekov, Boyle e Rich (1989) apontam à ocorrência dessa concorrência predatória entre as cidades, principalmente nos EUA. Harvey (1996) define a nova competição interurbana como consequência de um poder coercitivo externo, que impele as cidades a adotarem políticas públicas favoráveis ao sistema de acumulação capitalista, em detrimento das políticas sociais. Segundo ele, trata-se de um jogo de soma zero, já que a atração de capital e emprego por uma cidade ocorre sempre em detrimento de outro lugar.

Esse argumento não se sustenta economicamente, pois é de se esperar que a redução generalizada de tributos e gastos sociais, somada às políticas de desenvolvimento econômico, pelo menos aumentem o total do investimento privado, *ceteris paribus* – a curva de oferta do investimento desloca-se para a direita. Entretanto, a situação de corrida ao fundo do poço

⁶⁰ Trata-se da mesma firma que se beneficiou da UDAG (EUA) e da Urban Development Grant (Reino Unido).

(*race to the bottom*) confirma-se: a competição interurbana por investimentos, turistas e firmas leva à redução ao mínimo de vários serviços sociais municipais, junto com a elaboração de pacotes de vantagens locais cada vez mais elaborados.

A teoria dos jogos – parte da economia que estuda situações de interação estratégica – apontaria esses torneios locais como um jogo do tipo “dilema dos prisioneiros.” Se, e somente se, toda e qualquer cidade relevante ao capital, ou pelo menos a maioria majoritária delas, não concedesse qualquer tipo de vantagem local, todas as cidades sairiam ganhando, na comparação com um cenário no qual todas as cidades, ou a maioria majoritária delas, concedessem vantagens locais à iniciativa privada.

Entretanto, caso nenhuma cidade conceda vantagens locais, a primeira delas que passar a conceder terá uma enorme vantagem de mercado na hora de atrair investimentos externos, firmas, mão-de-obra qualificada e solvente e turistas e visitantes, pois nenhuma outra concede. Dessa forma, dentro de uma situação na qual é possível conceder vantagens locais, é racional para toda e qualquer cidade fazer essa concessão, mesmo que, no final do processo, todas saiam perdendo em relação à iniciativa privada.

Tem-se, dessa forma, um “dilema dos prisioneiros”: a ação racional dos jogadores (concessão de vantagens locais pelas cidades à iniciativa privada) não leva ao melhor resultado possível para eles; o Equilíbrio de Nash não é um Ótimo de Pareto⁶¹. Em suma, a ação individual racional – conceder vantagens locais à iniciativa privada – leva às cidades a um resultado pior de o que seria conseguido se nenhuma concedesse essas vantagens.

Por fim, outra crítica recorrente a essas políticas diz respeito à formação de uma “cidade dual”; ou seja, a construção de equipamentos e espaços urbanos segregados, a partir da capacidade de pagar das pessoas, e a deterioração das partes da cidade ocupadas pela população “não estratégica,” pobre e dependente de transferências governamentais. Mesmo Borja e Forn (1996) apontam para esse fenômeno, vendo-o como um risco à cidade global.

⁶¹ Para a explicação do jogo “Dilema dos Prisioneiros,” bem como uma introdução geral à teoria dos jogos e aos conceitos de “Equilíbrio de Nash” e “Ótimo de Pareto,” ver Fiani (2006), Dixit e Nalebuff (1991) e Dixit e Skeath (2004).

Ferreira (2000) traz excelentes dados sobre as habitações subnormais – descrição e magnitude – em vários países em desenvolvimento. Vainer (2007a) mostra como o Plano Estratégico do Rio de Janeiro transformou a miséria em um problema paisagístico, seguindo-se a cartilha de consultores catalães. Harvey (2005a, p. 78-79, grifo do autor) sintetiza melhor do que ninguém a formação de uma cidade dual pelos projetos de regeneração urbana:

Para começar, ela [resposta cortês ao domínio do poder do mercado] tem muita probabilidade de substituir o zoneamento do planejador por um zoneamento de mercado baseado na capacidade de pagar, por uma alocação de terra a usos baseados antes nos princípios do aluguel de terra do que no tipo de princípios de projeto urbano que alguém como Krier claramente defendia. A curto prazo, uma transição de mecanismos planejados para mecanismos de mercado pode combinar temporariamente usos distintos em interessantes configurações, mas a velocidade da gentrificação e a monotonia do resultado (ver ilustração 1.15) sugerem que, em muitos casos, o curto prazo é na verdade bem curto. [...] O populismo do livre mercado, por exemplo, encerra as classes médias nos espaços fechados e protegidos dos *shoppings* (ilustração 1.16) e átrios (ilustração 1.17), mas nada faz pelos pobres, exceto ejetá-los para uma nova e bem tenebrosa paisagem pós-moderna de falta de habitação (ver ilustração 1.18).

Contudo, cabe não exagerar os efeitos dos projetos de regeneração urbana na pobreza e miséria urbana. O fenômeno da concentração de renda é mundial, sendo o Brasil atualmente uma das exceções nesse processo. Harvey (2005b) mostra como a reestruturação econômica, as mudanças políticas e a assunção de novo papel pelo Estado provocaram a (re)concentração de renda de vários países desenvolvidos e em desenvolvimento nas últimas três décadas; não foram as políticas públicas que criaram “cidades duais,” como parecem acreditar alguns comentadores, mas as mudanças políticas e macroeconômicas mais profundas. As políticas públicas de regeneração urbana apenas podem ter reforçado esse movimento, como, seguindo-se parte da literatura analítica revisada nessa tese, verificou-se em alguns casos.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS DE REGENERAÇÃO URBANA NA INGLATERRA: REMODELAÇÕES EM LARGA ESCALA, PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E TURISTIFICAÇÃO COMO PRIORIDADES NA AGENDA PÚBLICA.

Em capítulos anteriores, a tese abordou o caso do Reino Unido, em pontos como as políticas públicas urbanas do período pós-Segunda Guerra Mundial (formação e trajetória), o fascínio pelo patrimônio cultural e pelo passado nacional, a importância do turismo cultural e a ascensão das políticas de regeneração urbana na agenda pública nacional, regional e local, nas últimas três décadas. Logo, a revisão de literatura “encaminhou” para esse país o trabalho de campo, levado a efeito nos meses de janeiro e fevereiro de 2011.

Há cinco pontos principais que justificam a realização do trabalho de campo internacional no Reino Unido, ao invés, por exemplo, dos EUA, a outra opção considerada. Primeiro, a maior parte das cidades britânicas tem enfrentado, nas últimas décadas, a combinação de regiões centrais deterioradas (física, social e economicamente) com a perda de população residente (centro e cidade como um todo) e a desindustrialização. Como já colocado anteriormente, houve a perda de 1,94 milhão de empregos na indústria de transformação britânica, entre 1979 e 1986, inclusive (BARNEKOV; BOYLE; RICH, 1989). Parkinson et al. (2006) aponta que, das vinte e quatro maiores cidades inglesas, apenas Kingston upon Hull apresentou crescimento do emprego na indústria de transformação, no período 1991-2003, de 7,0%, frente à taxa negativa de 20,8% para a Inglaterra.

Segundo, o Reino Unido é um dos quatro países da União Européia, ao lado de França, Holanda e Bélgica, que possui políticas públicas urbanas nacionais abrangentes e estruturadas (PARKINSON ET AL., 2006)⁶². Já na gestão Margaret Thatcher (1979-1990), a criação de duas *urban development corporations* (Albert Dock, em Liverpool, e London Docklands) não apenas sinalizou a aplicação do *thatcherism* na gestão urbana, mas também mostrou que as políticas públicas de regeneração urbana teriam como elemento fundamental um forte comprometimento do governo central com a iniciativa privada, através de parcerias público-privadas. Em 1993, foi criada a Urban Regeneration Agency, que, em conjunto com a

⁶² Para reforçar essa argumentação, os autores listam dezessete entidades públicas, planos, programas e projetos, grupos de trabalho, relatórios e parcerias público-privadas implantadas pelo governo central, no período 1997-2006, referentes às políticas públicas urbanas inglesas.

Commission for New Towns, formava a English Partnerships. Em 2008, suas responsabilidades foram transferidas para a Homes & Communities Agency, que conta, atualmente, com um orçamento para investimentos da ordem de £ 7,000,000,000.00⁶³.

Terceiro, o fascínio e a valorização do patrimônio cultural e do passado nacional – resultantes da nostalgia, no conceito de Hewison (1987) –, em conjunto com a especialização, dentro do mercado turístico mundial, na promoção de elementos que celebram o histórico, pitoresco e antiquado, fizeram do fomento ao turismo cultural um ponto importante na agenda pública nacional, regional e local britânica. Inclusive, muitos projetos de regeneração urbana ligam-se ao lazer, turismo e entretenimento, através da criação de novas atrações turístico-culturais, do restauro e adaptação de bens culturais materiais, da sinalização e interpretação de monumentos e sítios históricos, da tematização de cidades, bairros e logradouros etc.

Quarto, inclusive como decorrência da reestruturação econômica pela qual vem passando o Reino Unido, nas últimas quatro décadas, muitas cidades contam com um estoque de construções redundantes e ociosas, que não se prestam mais aos seus fins originais. Algumas delas são particularmente atrativas, por estarem localizadas em ambiências cênicas, ou pelo valor artístico e histórico da edificação em si. Foram visitadas dezenas de edificações reaproveitadas para as mais diversas utilidades – residências, escritórios comerciais, parque temático, bares e restaurantes, museus e centros patrimoniais, centros comunitários etc. –, ou ainda aguardando a sua restauração e adaptação ou destruição.

Dado que o supracitado estoque existe, e que as políticas públicas urbanas nacionais têm priorizado a reutilização do acervo edificado existente (*brownfield*), em detrimento de novos empreendimentos imobiliários (*greenfield*), seria de se estranhar se não houvesse o seu reaproveitamento para outros fins⁶⁴.

Quinto, muitas cidades britânicas utilizam a criação de precintos urbano-turísticos com duas finalidades, interligadas entre si, a saber: a) a regeneração urbana de partes selecionadas da cidade; e b) a promoção turística da cidade, indicando aos turistas e visitantes o que vale a pena ver e experimentar.

⁶³ Informações retiradas do sítio eletrônico <http://www.homesandcommunities.co.uk/>. O acesso foi feito em 01/10/2011.

⁶⁴ O **APÊNDICE J** traz fotos comentadas de quatro edificações redundantes, que foram restauradas e adaptadas para novos usos, em York, Sheffield, Wigan e Liverpool.

5.1 York: a transformação da cidade intramuros em paisagem controlada de consumo e de espetáculo permanente para turistas e visitantes.

York localiza-se no Condado de Yorkshire, norte da Inglaterra, cujas principais cidades são Leeds, Bradford e Kingston upon Hull, e fica a aproximadamente 02hs00 de trem de Londres, o que a torna um dos passeios “bate-e-volta” mais populares para os turistas que passam pela capital britânica. Em 2001, York contava com uma população de 181.131 habitantes; ao contrário de o que vem ocorrendo com outras cidades inglesas de porte similar, a população vem crescendo ininterruptamente, desde o início do Século XIX, o que reflete a prosperidade econômica local. Dentre as cinquenta e seis maiores cidades inglesas, York apresentou o décimo maior crescimento demográfico médio anual, no período 1991-2001, igual a 0,51% (PARKINSON ET AL., 2006).

Tomando como referência esse grupo de cidades, York apresentou também a décima maior renda familiar efetiva (2003) e o quarto menor índice de pobreza (aproximadamente 15% da população total), em 2004 (PARKINSON ET AL., 2006), o que a torna a cidade mais próspera dentre todas as visitadas.

York é um dos mais importantes destinos turísticos do Reino Unido, tendo sido considerado também um dos mais competitivos pela Touche Ross Management Consultants, em virtude da presença de *flagships attractions*, da importância e integridade patrimonial da cidade intramuros, da existência de grandes atrações turístico-culturais e de comércio varejista diversificado e sofisticado (SNAITH; HALEY, 1999; MEETHAN, 1996; MAITLAND, 2006). Apesar de a indústria de transformação ainda responder por cerca de 20% do Produto Interno Bruto municipal, a decadência dos setores de bens de capital e de confeitos, doces e chocolates, acentuada nos anos 1990, faz com que a cidade dependa crescentemente do lazer e turismo para a geração de emprego e renda e de receitas públicas municipais.

York destaca-se por possuir o mais completo, íntegro e extenso conjunto de muralhas e fortificações do Reino Unido, o que, por si só, é uma importante atração turística. Além disso, conta com a York Minster, a maior catedral gótica do norte da Europa, e um conjunto arquitetônico e paisagístico inigualável no Reino Unido. A cidade divide-se em duas partes

distintas, no que concerne o turismo e o patrimônio cultural edificado, a saber: a) a cidade intramuros, que caracteriza a York pré-industrial, e forma um grande precinto urbano-turístico, turistificado e altamente controlado pelo poder público local, concentrando os principais negócios e atrações turísticas; e b) o restante da cidade. Nessa parte, contornando as muralhas, há alguns negócios turísticos, principalmente hotéis e pousadas mais baratos, em virtude do menor custo da terra. As fotos 006 e 007 retratam a cidade intramuros de York:

Foto 006: Cidade intramuros de York, Reino Unido (I). Fonte: Visit York (201-?a). A maior parte dos negócios turísticos concentra-se na área pedestrianizada, marcada em roxo no mapa; de acordo com alguns funcionários de lojas localizadas na cidade intramuros, os logradouros mais valorizados são The Shambles, que mantém grande parte do casario civil medieval, e Stonegate, onde estão as lojas mais sofisticadas (joalherias, cristais, cosméticos de luxo etc.). Do outro lado do Rio Ouse, localizam-se os negócios voltados a um público jovem e de menor poder aquisitivo; a maior parte das pousadas

de York fica na região de Micklegate e Bridge Street, assim como seus bares e restaurantes mais baratos.

Foto 007: Cidade intramuros de York, Reino Unido (II). Fonte: autor. A foto é de janeiro de 2011. Uma das entradas da cidade intramuros, por Petergate. Podem-se ver as torres da York Minster, principal *flagship attraction* da cidade, acima do portão da cidade intramuros. A central de informações turísticas localiza-se perto dessa entrada, quase defronte à York Minster.

Nos anos 1950 e 1960, a cidade intramuros foi perdendo progressivamente a sua população residente; encerraram-se também pequenas indústrias, armazéns, ateliês e parte do comércio varejista de conveniência. Ao mesmo tempo, o turismo transformou-se em um fenômeno cada vez mais presente e constante; em 1965, estima-se que quinhentos mil turistas e visitantes tenham passado pela cidade, número que se elevou para um milhão e meio, em 1976, e para três milhões, em 1993 (MEETHAN, 1996). Em 2006, York foi a décima primeira cidade inglesa mais visitada por turistas internacionais (253.000), e a York Minster foi a oitava atração turístico-cultural com o maior número de pagantes (797.100) (BREMNER, 2007; ASSOCIATION OF LEADING VISITOR ATTRACTIONS, 2011).

Segundo Meethan (1996), a designação da cidade intramuros de York como patrimônio cultural inglês, em 1968, e a sua extensão poucos anos depois, em 1975, ligaram-se, em parte, ao fato de ela ser vital para a atração de turistas e visitantes. Em 1969, o governo central comissionou o Esther Report, um estudo sobre cinco cidades patrimoniais britânicas, cujas recomendações para York (cidade intramuros) foram adotadas pelo *local council*, e ainda hoje formam a base para a intervenção pública. Essas recomendações ligavam-se à transformação da cidade intramuros em um importante destino turístico nacional, e propunham os seguintes pontos: a) o incentivo à função habitacional, em algumas partes selecionadas; b) a eliminação da deterioração física e da poluição sonora e ambiental; c) a eliminação de usos que prejudicassem o patrimônio cultural material da área, inclusive o seu desfrute; d) a permanência e a melhoria do caráter histórico-cultural; e e) a aprovação apenas de novas construções de alto valor arquitetônico (MEETHAN, 1996).

Desde os anos 1970, as políticas públicas de turismo do *local council* apresentam três elementos em comum, a saber: a) a continuidade administrativa, nítida na formulação e implantação de projetos cuja validade ultrapassa gestões particulares; b) a expansão e melhoria da oferta turístico-cultural, através da criação de novas atrações, da promoção de eventos turísticos etc.; e c) o amplo e efetivo controle e regulação sobre o que ocorre na cidade intramuros, desde a preservação das vitrines de lojas até o controle do comércio de rua. Cabe, agora, aprofundar esses itens.

Da mesma forma que em Cambridge, o planejamento turístico e as políticas públicas de regeneração urbana não se atêm a apenas uma gestão, em York. As recomendações do Esther Report guiaram a ação pública municipal na cidade intramuros por pelo menos vinte e cinco anos. O planejamento municipal efetivamente revisa os desenvolvimentos passados, é aberto à consulta pública, e conta com uma burocracia pública relativamente estável (MEETHAN, 1996; MAITLAND, 2006; CITY OF YORK, 2011). Dessa forma, a análise e avaliação da gestão pública na cidade intramuros apontam uma sequência lógica e de complementação, e não abruptas mudanças de prioridade e descontinuidades, como visto para a Cidade do Recife.

Desde os anos 1970, o *local council* vem estimulando a abertura de novas atrações turístico-culturais pagas em York, desde museus até parques temáticos com temas ou atavios culturais. O National Rail Museum, um dos maiores a versar sobre o patrimônio ferroviário britânico, foi um dos primeiros a contar com o apoio do *local council*. Contudo, o Jorvik Viking Centre,

aberto em meados dos anos 1980, é o mais emblemático da promoção turística de York. Resultado das escavações realizadas em Coppergate, que descobriram os resquícios arqueológicos de um antigo acampamento viking, o Jorvik Viking Centre é um misto de museu, parque temático e centro de *souvenirs*; o equipamento cultural é muito citado, na literatura analítica, como um dos melhores exemplos de pós-modernismo ou pós-turismo (turismo na pós-modernidade).

O equipamento está instalado no subsolo de um prédio que reúne residências de alto padrão, escritórios comerciais e comércio varejista no térreo, inclusive a loja de *souvenirs* do Jorvik Viking Centre. A entrada do equipamento cultural é marcada pela reconstrução do campo de escavações arqueológicas do acampamento viking, com o destaque de alguns dos objetos encontrados, e a exposição de artefatos, similar à encontrada em um museu “tradicional.” Após a entrada, surge a grande surpresa; o cliente – explicitamente tratado dessa forma, mesmo o centro sendo administrado por uma organização não governamental – embarca em um carro automático, que o leva para a reconstrução de um acampamento viking, de modo similar ao que ocorre na atração Piratas do Caribe, do Walt Disney World. Como coloca Hewison (1987), tudo é feito para parecer o mais real e crível possível – sons, cheiros, iluminação –, mas tudo, tudo mesmo, é falso. O dia-a-dia do acampamento viking é retratado nos mínimos detalhes; a visita interrompe um viking defecando, que, em um dialeto incompreensível, reclama da impertinência; uma gravação traduz para os turistas e visitantes o que esses “habitantes locais” falam.

O empreendimento é de propriedade do York Archaeological Trust, que mantém mais três outros empreendimentos turístico-culturais: Jorvik Dig, Barley Hall e Micklegate Bar, esse último instalado em uma das torres das muralhas de York. Em todos eles, a cultura e o patrimônio misturam-se com o entretenimento e a diversão na experiência de visita, e objetos culturais autênticos convivem, lado a lado, com simulações, jogos e réplicas. Eles retratam a abertura de uma grande quantidade de museus e centros culturais em York, nos últimos quarenta anos, desde equipamentos importantes até o Richard III Museum, cuja única sala de exibição é ocupada por cartazes e um boneco do rei condenado à morte; de tempos em tempos, ele “fala,” defendendo-se das acusações.

As fotos 008, 009, 010 e 011 mostram o Jorvik Viking Centre e o The York Dungeon:

Foto 008: Jorvik Viking Centre (I). Fonte: autor. A foto é de janeiro de 2011. Entrada do Jorvik Viking Centre (entrada mais loja de *souvenirs*). O Jorvik Viking Centre ilustra um ponto comum a quase totalidade dos museus, centros culturais e mesmo catedrais visitadas no Reino Unido: o desenvolvimento de lojas de *souvenirs*, cafeterias e restaurantes, para abocanhar uma maior parcela dos gastos de turistas e visitantes. Atualmente, compra-se de tudo nessas lojas: chocolate viking, canetas celtas, chapéus medievais, lápis e canetas produzidas em série etc.

Foto 009: Jorvik Viking Centre (II). A foto retrata parte de um panfleto do Jorvik Viking Centre (YORK ARCHAEOLOGICAL TRUST, 201-?b). Os Piratas do Caribe são aqui: um grupo de turistas visita o acampamento viking simulado. A chamada faz o turista imaginar que conseguirá ver uma “verdadeira” simulação, ao “ver dentro das casas e dos quintais,” “sentir a fumaça vinda da fornalha do ferreiro,” e “sentir o cheiro de carne ensopada caseira.”

Foto 010: Jorvik Viking Centre (III). Fonte: autor. A foto é de janeiro de 2011. A foto retrata a primeira sala do Jorvik Viking Centre.

Foto 011: Material promocional do The York Dungeon e do The London Dungeon (MERLIN ENTERTAINMENTS GROUP, 201-?a, 201-?b). As experiências encontradas no Jorvik Viking Centre já estão disponíveis em outros museus, centros culturais e parques temáticos no Reino Unido, inclusive por terem sido desenvolvidas por uma firma de York, que busca vender esse conceito para outras atrações. No caso de The York Dungeon, a transferência do conceito e do tema é mais nítida, já que ele é de propriedade da Merlin Entertainments Group, responsável pelo The London Dungeon e outras atrações similares no Reino Unido – os panfletos usam a mesma diagramação e descrição para ambos. Essa transferência de conceitos e a formação de firmas proprietárias de atrações similares são

apontadas como os principais fatores que estão levando a certa homogeneização da oferta turístico-cultural em muitos destinos britânicos.

O *local council* exerce um forte controle e regulação pública sobre a cidade intramuros, principalmente sobre a parte pedestrianizada, que concentra o comércio varejista sofisticado e o fluxo de turistas e visitantes. A vitrine das lojas, o comércio de rua, as apresentações de artistas e artesãos – tudo é sujeito à aprovação do *local council*, cujo principal critério é a manutenção do caráter patrimonial da área e o atendimento da demanda dos turistas e visitantes.

Outros elementos enriquecem a oferta turístico-cultural de York. Em fevereiro, ocorre o Jorvik Viking Festival, que chegou à sua vigésima sexta edição, em 2011. Composto por simulações de batalhas, cursos, palestras e caminhadas, o ápice do festival ocorre com a queima de uma reconstrução de um barco viking, em pleno Rio Ouse. Ele é organizado pelo York Archaeological Trust, com o apoio do *local council* (YORK ARCHAEOLOGICAL TRUST, 2011; MEETHAN, 1996). Há três passeios noturnos guiados (e pagos) pela cidade intramuros, que exploram as lendas, fantasmas e crueldades de tempos passados (*ghost tours*). O Rio Ouse é usado para passeios de barco. No National Railway Museum, é possível pegar um trem para a cidade intramuros; no passeio, são vistos os principais monumentos da cidade. Ou seja, parece não haver uma única oportunidade perdida para se explorar turisticamente a cidade intramuros.

A própria York Minster, *flagship attraction* municipal, não deixa escapar nenhuma oportunidade de faturar. A entrada custa £ 9.00, o que dá direito de visitar a igreja e a cripta; para subir à torre, que permite vistas de toda a cidade intramuros, paga-se mais £ 5.50. O centro de visitantes localiza-se fora da igreja, e, assim como o do Jorvik Viking Centre, vende uma série de itens relacionados à York Minster.

A Stonegate concentra o comércio mais sofisticado de York; é nela que se percebe mais nitidamente o imbricamento do patrimônio cultural com o turismo e o consumo (compras) na cidade. Ou, como coloca Meethan (1996), é onde as narrativas espaciais (*spatial narratives*), maneiras de se compreender e interpretar a paisagem urbana como o repositório de um determinado conjunto de valores, mostram-se mais claras, para o caso de York.

Em York, a produção física do ambiente urbano liga-se à produção cultural do valor simbólico do lugar, já que esse último é necessário para dotar a cidade de capital cultural, e, conseqüentemente, de vantagem competitiva sobre lugares concorrentes, na busca de oportunidades de investimento e de atividades de lazer, turismo e entretenimento. O *local council* sempre se preocupou em reforçar o caráter histórico, cultural e patrimonial da cidade intramuros, mantendo, por exemplo, a escala humana e a aparência histórica de edificações isoladas e do casario civil de logradouros inteiros, mesmo tendo que recorrer ao pastiche, em alguns casos.

A presença de grandes monumentos, de um conjunto arquitetônico e paisagístico singular no Reino Unido, de grandes atrações turístico-culturais e de um comércio varejista sofisticado e variado, aliada ao forte controle e regulação pública, permite que York adéqüe-se a novos padrões de turismo e consumo pós-modernos; na experiência de turistas e visitantes, o patrimônio cultural, o consumo e o lazer, turismo e entretenimento estão indissolivelmente amalgamados. As fotos 012, 013 e 014 ilustram essa argumentação:

Foto 012: Stonegate (I). Fonte: autor. A foto é de janeiro de 2011. Trata-se de um dos dois principais logradouros turístico-comerciais da cidade intramuros de York. A quase totalidade do casario civil encontra-se em excelente estado de conservação, tendo sido adaptada para o comércio varejista de luxo.

Foto 013: Stonegate (II). Fonte: autor. A foto é de janeiro de 2011. As vitrines de algumas lojas instaladas na Stonegate mostram um dos tipos de turista e visitante que conhece York; para os estudantes e pessoas de menor poder aquisitivo, cabe fazer as compras fora da área pedestrianizada.

Foto 014: Swinegate. Fonte: autor. A foto é de janeiro de 2011. O logradouro funciona como uma continuação do comércio de Stonegate. Para manter a aparência histórica da área, os armazéns e ateliês que funcionavam no local foram substituídos por pastiches históricos, que imitam a arquitetura encontrada em Stonegate. O calçamento também é feito do mesmo material encontrado em outros logradouros, e o mobiliário urbano remete a tempos passados.

Por fim, pode-se dizer que a cidade intramuros de York é turistificada ao extremo, seguindo-se o conceito de Jansen-Verbeke (1998); ou seja, as atividades turísticas moldam tanto a forma quanto a função urbana. No primeiro caso, através da sua manutenção, inclusive com o uso do pastiche histórico. No segundo caso, com o predomínio de negócios turísticos e do comércio varejista sofisticado. Em suma, a cidade intramuros de York é, antes de tudo, uma paisagem de consumo (sofisticado) para os turistas e visitantes, na qual o lazer e turismo são crescentemente ocupados pelo ato de caminhar e fazer compras.

5.2 Kingston upon Hull: modelo virtual de renovação urbana e a reprodução em série de espaços e atrações turísticas.

Kingston upon Hull localiza-se no Condado de Yorkshire, norte da Inglaterra; o trabalho de campo não contemplou a estadia na cidade, pois ela fica a apenas 01hs00 de York, por trem. Em 2001, Kingston upon Hull contava com uma população de 243.595 habitantes; desde os anos 1930, ela vem sofrendo perdas populacionais. Dentre as cinquenta e seis maiores cidades inglesas, Kingston upon Hull apresentou o maior crescimento demográfico negativo médio anual, no período 1991-2001, igual a 0,51% (PARKINSON ET AL., 2006).

Tomando como referência esse grupo de cidades, Kingston upon Hull também apresentou o segundo maior índice de pobreza, da ordem de 42% do total de habitantes, sendo “superada” apenas por Liverpool (PARKINSON ET AL., 2006).

As cidades de Kingston upon Hull, Humber e Grimsby formam um dos mais importantes complexos industriais e portuários do Reino Unido. As atividades portuárias respondem por 23.000 empregos diretos e indiretos em Kingston upon Hull; esse número sobe para 47.000 pessoas na região, o que equivale a 12% da sua força de trabalho (BONDHOLDERS, 201-?a). Além disso, a cidade destaca-se na produção de medicamentos, cosméticos, produtos químicos, petróleo e gás (armazenamento e refino), produtos alimentícios etc. (BONDHOLDERS, 201-?b). Ao contrário de outras cidades industriais britânicas, ela continua a receber investimentos e a expandir a sua base industrial, inclusive em setores promissores, como, por exemplo, o de equipamentos para geração de energia (WEBB, 2011).

Não por acaso, ela foi a única cidade, dentre as vinte e quatro maiores da Inglaterra, a apresentar um crescimento positivo do emprego na indústria de transformação (5,9%), no período 1991-2003, frente a uma redução de 20,8% para o país como um todo (PARKINSON ET AL., 2006). Contudo, isso não possibilitou que a cidade tivesse um bom crescimento do emprego total, já que o emprego em serviços públicos, em serviços financeiros e em outros setores apresentou um desempenho abaixo da média nacional. Para a Inglaterra como um

todo, o crescimento do emprego, no período 1991-2003, foi de 15,7%, frente a apenas 7,0% em Kingston upon Hull.

Ela apresenta mais quatro particularidades. Primeiro, fora de Londres, considera-se que Kingston upon Hull foi a que sofreu os maiores danos causados por bombardeios durante a Segunda Guerra Mundial. Praticamente toda a área central foi destruída ou danificada; extensas partes do centro foram reconstruídas, sem se aproveitar as construções arruinadas. Segundo, a reconstrução do período pós-Segunda Guerra Mundial privilegiou a renovação urbana (*urban renewal*) de partes inteiras da área central, através da construção de grandes blocos de apartamentos e escritórios e da expansão e melhoria do sistema viário municipal. Terceiro, em recente pesquisa de opinião pública, Kingston upon Hull foi considerada o pior e mais tedioso lugar para se morar no Reino Unido: feia, *boring* e sem nada para fazer. Quarto, uma visita à cidade foi desaconselhada por várias pessoas em York, como visto anteriormente, sob o mesmo argumento: “Você fará o que em Hull?”

A partir disso, ela foi contemplada pelo trabalho de campo, buscando-se responder as seguintes perguntas: a) a cidade vem passando por processos de regeneração urbana voltados ao lazer, turismo e entretenimento?; e b) será encontrado, em Kingston upon Hull, o mesmo *virtual template* empregado nas principais cidades norte-americanas e inglesas? Ou, em outras palavras, a reprodução em série de espaços urbanos e atrações turístico-culturais também já se faz presente em uma cidade pouco propícia ao desenvolvimento turístico?

Kingston upon Hull não faz parte do conjunto de cidades pioneiras a formular e implantar políticas públicas estruturadas e abrangentes de regeneração urbana, voltadas ao lazer, turismo e entretenimento, casos de Liverpool e Wigan, cujos primeiros projetos relevantes datam dos anos 1980. Apenas a partir dos anos 2000, o poder público local começou a implantar uma série de projetos e de parcerias público-privadas, para remodelar a área central da cidade, inaugurando os espaços urbanos e equipamentos que fazem parte do “receituário” do planejamento estratégico. O mais interessante é que não parece faltar nada aqui; toda a *trophy collection* está presente, mesmo que, em conjunto, ela não consiga tornar a cidade um destino turístico muito interessante. A Foto 015 mostra a área central de Kingston upon Hull, com a marcação das principais atrações turísticas:

Foto 015: Mapa da área central de Kingston upon Hull (HULL CITY COUNCIL, 200-?). O panfleto é particularmente interessante, pois prevê a conclusão de algumas obras que a crise econômico-financeira de 2008 não permitiu realizar; a ponte sobre o Rio Hull seria principal delas (indicada com seta vermelha). Isso coloca sérios problemas de mobilidade para o turista e visitante, bem como isola o principal hotel da área central (Premier Inn) do quarteirão de museus, tornando o acesso do turista lá hospedado mais complicado para todas as outras atrações e *shopping centers* da cidade.

Nos últimos dez anos, as políticas públicas de regeneração urbana legaram a Kingston upon Hull os espaços urbanos e equipamentos “padrões” do receituário do planejamento estratégico. Primeiro, foi criada uma *flagship attraction*, The Deep, um dos maiores aquários do mundo, que conta com praça de alimentação e brinquedos de parque temático. Segundo, criou-se um quarteirão de museus (*museum quarter*), concentrando quatro instituições; ao contrário de o que ocorre na maioria das cidades, todos os museus têm entrada gratuita, inclusive os localizados fora dessa área. Terceiro, o poder público local subsidiou a implantação de três *shopping centers* na área central, além de um retail park. O St Stephen's Shopping Centre substituiu um conjunto de blocos de escritórios, representativo do tipo de

desenvolvimento ocorrido no centro da cidade, nos anos 1950 e 1960. O Princess Quay Shopping Centre foi construído sobre uma doca redundante.

Quarto, o poder público local, em conjunto com a iniciativa privada, reformou parte do cais da cidade, tornado redundante há alguns anos. Anunciado como o novo *waterfront* de Kingston upon Hull, ele contempla passeios, um cais para pesca e novos empreendimentos imobiliários. Quinto, a “new Hull” promove-se como o lugar das experiências de verdade: “Real Attractions,” “Real Shopping,” “Real Sport,” “Real Waterfront” etc. As fotos 016, 017, 018 e 019 mostram parte da *trophy collection* da cidade:

Foto 016: New Hull (promoção turística). A transformação de Kingston upon Hull em um destino turístico importante passa pela construção de uma nova imagem à cidade; vida noturna, compras, atrações culturais – o composto de sempre, para atrair usuários solventes, é usado pela cidade portuário-industrial. Isso não consegue esconder os problemas de limpeza e manutenção urbana, mais visíveis do que nas outras cidades visitadas, inclusive na própria promoção oficial da cidade.

Foto 017: Princes Quay Shopping Centre.

Foto 018: Queens Gardens.

O Queens Gardens e o Princes Quay Shopping Centre localizam-se em docas redundantes. Nos anos 1950, a Queens Dock foi aterrada, e transformada em um jardim público; o conjunto de armazéns e

fábricas foi transformado em prédios comerciais e residenciais, de arquitetura modernista. Nos anos 2000, a Princes Dock, já redundante, foi aproveitada para a construção do Princes Quay Shopping Centre, terceiro equipamento desse tipo na área central, voltado a um público mais sofisticado. Sua entrada principal parte da Queen Victoria Square, a principal da cidade; a seta vermelha mostra o prédio do Maritime Museum, um dos marcos da cidade. Em virtude da concorrência, aproximadamente um terço das lojas do Prospect Shopping Center, o primeiro a ser aberto no centro de Kingston upon Hull, e do Princes Quay Shopping Centre encontram-se fechadas.

Foto 019: Museum Quarter. Aberto em 2001, o Museum Quarter concentra quatro museus de Kingston upon Hull. Apesar de o material promocional listar dezessete atrações turísticas e turístico-culturais, apenas The Deep revela-se como algo fora do comum, capaz valer a pena ter-se escolhido ir para Hull. Os museus e centros patrimoniais possuem temas e acervos de importância regional; não há nada de excepcional para se ver ou fazer neles. Por exemplo, o Artic Corsair, uma das atrações do Museum Quarter, é um navio baleeiro dos anos 1960, cujo acervo remete a um episódio muito específico da história da cidade.

As políticas públicas de regeneração urbana começaram a enfrentar sérios problemas, a partir de 2008, em virtude do agravamento da crise econômico-financeira global. Muitos projetos foram suspensos ou adiados, tanto pelo corte do orçamento da agência Hull Forward, principal responsável pelas supracitadas políticas, quanto pela incapacidade de os parceiros privados manterem os investimentos previstos. A ampliação do Princes Quay Shopping Centre, orçada em £ 200 milhões e já aprovada pelo *local council*, foi cancelada; a queda no movimento do *shopping center* tornou-o deficitário. A segunda etapa de Humber Quays, que prevê a formação de um quarteirão de negócios em parte do cais da cidade, foi adiada; os dois prédios de escritório já concluídos sofrem com uma alta taxa de vacância. A ponte sobre o Rio Hull, prevista para 2010, encontra-se inconclusa, junto com o passeio entre o Museum Quarter e a Dry Dock. Isso torna a mobilidade complicada entre o Museum Quarter, The Deep e o hotel Premier Inn, como mostram as fotos 020 e 021:

Foto 020: *Boardwalk* na margem direita do Rio Hull. O caminho encontra-se fechado desde 2009, por falta de verbas para a sua reforma.

Foto 021: Trajeto entre o Museum Quarter e The Deep. Não é o tipo de caminho que um turista ou visitante espera percorrer em um “destino turístico.”

O corte de verbas da agência Hull Forward, junto com a extinção das agências de desenvolvimento regional (Yorkshire Forward, no caso), em 2010, interrompeu obras vitais para a regeneração urbana da cidade. No caso, o trajeto entre o Museum Quarter e The Deep foi prejudicado pela paralisação das obras da ponte e do passeio na margem do Rio Hull. O Premier Inn, maior investimento hoteleiro da cidade, ficou isolado da área central; nesse caso, não foi o parceiro privado que não cumpriu com seus investimentos.

O trabalho de campo revelou uma cidade que, nos últimos dez anos, implantou o *virtual template* para a regeneração urbana e econômica, para se utilizar do termo proposto por Judd (1995). Tudo está feito lá, na área central. Há três *shopping centers* e um *retail park*. Novas atrações turístico-culturais foram abertas, e quatro foram concentradas no *Museum Quarter*. A cidade conta com uma *flagship attraction*, The Deep. Parte do cais foi remodelada; em Humber Quays, novos prédios de escritório foram construídos. Prédios residenciais foram construídos ao redor da marina, tendo sido um sucesso de vendas. A campanha promocional tenta convencer o turista ou visitante de que está nascendo uma nova Kingston upon Hull.

Contudo, uma análise e avaliação mais elaboradas apontam indícios de que a cidade pode tornar-se a Flint do Reino Unido, mas apenas no tocante às tentativas de regeneração urbana; a indústria de transformação ainda cresce em Kingston upon Hull. Os dois funcionários públicos do posto de informações turísticas apontam que poucos turistas e visitantes vêm para a cidade, inclusive devido à sua (má) fama. Muitos projetos previstos e em curso encontram-se paralisados; não é raro andar pela cidade, e encontrar “quebras” na infra-estrutura e mobiliário urbano. As placas de “for sale” e “to let” abundam, inclusive em Humber Quays, cujo objetivo era inserir Kingston upon Hull no maravilhoso mundo dos serviços financeiros e de consultoria e das sedes e escritórios de grandes firmas nacionais e multinacionais. As últimas notícias de jornal, lidas já no Brasil, apontam para o corte generalizado de serviços públicos e iniciativas de regeneração urbana, em uma cidade na qual o índice de pobreza atinge por volta de 42% da população.

5.3 Sheffield: *flagship attractions* na transformação da área central em precinto urbano-turístico.

A Cidade de Sheffield localiza-se no Condado de South Yorkshire, ao noroeste de Londres, e fica a aproximadamente 02hs15 de trem da capital britânica. Em 2001, Sheffield contava com uma população de 513.234 habitantes, tornando-a a sexta cidade mais populosa da Inglaterra. Desde os anos 1980, a população tem permanecido relativamente estável. Dentre as cinquenta e seis maiores cidades inglesas, Sheffield apresentou a trigésima terceira maior renda familiar; contudo, seu índice de pobreza, na faixa dos 28% da população total, é inferior ao encontrado nas outras cidades de porte igual ou semelhante – Liverpool, Newcastle, Birmingham e Manchester –, com exceção de Londres e Leeds (PARKINSON ET AL., 2006).

Sheffield é uma cidade industrial tradicional do Reino Unido; no início do Século XX, sua população já tinha ultrapassado a marca dos 400.000 habitantes. Ela especializou-se nos setores de siderurgia, metalurgia e cutelaria; algumas fábricas tornaram-se sinônimos de excelência, como, por exemplo, a Sheffield Forgemasters, ainda hoje em funcionamento. O encerramento de várias unidades fabris, processo acentuado a partir dos anos 1980, não impediu que a indústria de transformação continuasse importante à economia local; contudo, no período 1991-2003, o emprego ligado aos serviços financeiros cresceu 42,2%, ao passo que o emprego na indústria de transformação teve uma queda de 16,9%. O crescimento do emprego total para a cidade foi de 11,2%, frente à taxa de 15,7% para a Inglaterra (PARKINSON ET AL., 2006).

A escolha de Sheffield para a visita e estadia respondeu a três pontos. Primeiro, ela é considerada nacionalmente um exemplo a ser seguido, no que concerne às políticas públicas de regeneração urbana formuladas e implantadas nos últimos quinze anos e à reestruturação do poder público local, tanto em relação à gestão dos espaços urbanos regenerados quanto à busca de maior eficiência na administração pública (PARKINSON ET AL., 2006; HOLMES; BEEBEEJAUN, 2008). Segundo, essas políticas públicas objetivaram a transformação da área central em um grande precinto urbano-turístico, compreendendo todos os pré-requisitos necessários para o seu sucesso (mobilidade, *flagship attractions*, variedade de usos e funções urbanas etc.). Terceiro, admite-se certo fascínio pessoal pela história e transformação recente da Solingen britânica.

Em meados dos anos 1990, a área central de Sheffield apresentava uma série de problemas comuns ao centro de muitas outras cidades britânicas. Ela tinha-se transformado em um lugar perigoso à noite, inclusive devido à perda de população residente e à escalada na utilização de

entorpecentes; depois das 20hs00, não se viam mais pessoas nos logradouros públicos. A área central não era alvo de novos empreendimentos imobiliários há décadas; havia muitas edificações desocupadas, e os principais espaços públicos encontravam-se deteriorados. A abertura do Meadowhall, um *shopping center* regional, em 1990, “apressou” indiretamente a decadência da área central, ao atrair parte do comércio varejista lá localizado, bem como muitos consumidores (HOLMES; BEEBEEJAUN, 2008)⁶⁵.

Em 1996, o Sheffield City Council começou a formular as políticas públicas de regeneração urbana da área central, que deveriam basear-se nos seguintes pontos: a) o tratamento da área central como um precinto urbano-turístico, ou seja, uma área destacada do restante da cidade, que deveria contar com uma ou mais *flagship attractions*, excelente mobilidade para o pedestre, uma administração pública exclusiva e incentivos ao investimento privado; b) a formação de organizações públicas e público-privadas, para somar esforços à regeneração urbana da área central, e para promover parcerias público-privadas; e c) a busca por fontes externas de financiamento, especialmente os programas do governo central, que fornecem contrapartidas a projetos específicos dos *local councils* britânicos, através da concorrência entre projetos (HOLMES; BEEBEEJAUN, 2008).

Segundo os funcionários do City Centre Management Team e do Sheffield City Council, o pragmatismo e a modernização da gestão pública do *local council*, em conjunto com a parceria junto à iniciativa privada, permitiram que à cidade fosse muito bem sucedida na busca de recursos públicos do governo central, com destaque para o Millennium Commission Lottery Project, que financiou uma série de projetos no Reino Unido, para marcar a passagem do Século XX ao Século XXI.

O Heart of the City Precinct é composto por um conjunto de ruas pedestrianizadas, interligadas entre si por praças, jardins e galerias, que, além de proverem espaços públicos de

⁶⁵ O trabalho de campo contemplou a estadia em Sheffield por cinco noites; Manchester, Salford e Bury foram visitadas a partir dessa cidade. Os funcionários públicos de Sheffield mostraram-se muito receptivos ao diálogo. Isso permitiu o contato com quatro funcionários públicos – central de informações turísticas, City Centre Management Team, City Centre Ambassadors e Sheffield City Council. Dessa forma, puderam-se checar as informações fornecidas por Holmes e Beebejaun (2008) e pelo material promocional recolhido, bem como levantar questões importantes à tese. De forma geral, o conteúdo do presente item enriquece-se desses contatos; as contribuições mais expressivas estão citadas individualmente.

descanso e contemplação, constituem-se em atrações turísticas por si só. A Foto 022 mostram o Heart of the City Precinct:

Foto 022: Heart of the City Precinct (SHEFFIELD CITY COUNCIL (2009).

Em 1998, foi criado o City Centre Management Team, grupo de trabalho exclusivo para a área central. Ele conta com recursos do Sheffield City Council e com receitas próprias, advindas da venda de espaços publicitários e da permissão e organização de eventos no Heart of the City Precinct. É responsável por uma série de funções, a saber: a) a promoção e organização de eventos e festas cíclicas e regulares; b) a administração e venda de espaços publicitários; c) a limpeza urbana; d) a iluminação, inclusive de eventos especiais, como o Natal; e e) a coordenação da segurança na área, apoiando a South Yorkshire Police (SHEFFIELD CITY COUNCIL, 2009a; SHEFFIELD CITY COUNCIL, 2009b; HOLMES; BEEBEEJAUN, 2008).

O City Centre Management Team tem relativo grau de autonomia na gestão do dia-a-dia do Heart of the City Precinct, inclusive por contar com receitas próprias. O seu elemento mais

visível são os city centre ambassadors, que cuidam da manutenção dos espaços públicos, organizam visitas guiadas pelo precinto urbano-turístico, e colaboram com a South Yorkshire Police. Segundo relatou um funcionário do Sheffield City Council, duas de suas principais funções são evitar que os espaços públicos do precinto, principalmente o Winter Garden, a Millennium Square e o Peace Gardens, sofram atos de vandalismo, e impedir que o espaço público seja ocupado por pedintes e arruaceiros. Caro ao Heart of the City Precinct é a manutenção dos principais espaços públicos em estado impecável de conservação, dentro da lógica de a população local, os turistas e visitantes sentirem orgulho da cidade, e ficarem à vontade para caminhar, conhecer as principais atrações, e realizar compras em um ambiente seguro, limpo e agradável.

Em 2000, foi criada a Sheffield One, a agência municipal responsável pelas políticas públicas de regeneração urbana, que atuava em parceria com a Yorkshire Forward, agência de desenvolvimento regional, e a English Partnerships, agência de regeneração urbana do governo central; as duas últimas foram extintas, no final dos anos 2000. Enquanto o City Centre Management Team cuida do dia-a-dia, a agência é a responsável pela formulação e implantação do *masterplan* do Heart of the City Precinct; em suma, trata-se da entidade responsável pelos projetos individuais de regeneração urbana, dentro de um plano mais abrangente, pela formação de parcerias público-privadas e pela captação de recursos do governo central, através da participação em concorrências abertas às cidades britânicas, como, por exemplo, o Millennium Commission Lottery Project (HOLMES; BEEBEEJAUN, 2008).

Ela atua em parceria com a Sheffield First, fórum que congrega o poder público local, a iniciativa privada, uma série de associações e organizações não governamentais e entidades confessionais da cidade; dois membros da Sheffield One participam do conselho da Sheffield First, e a agência municipal de regeneração urbana tem suas metas e raio de atuação definidos pela Sheffield First (HOLMES; BEEBEEJAUN, 2008). Isso faz com que as políticas públicas de regeneração urbana sejam fortemente influenciadas pelo setor privado, com destaque para o mercado imobiliário e os negócios turísticos, dentro de uma agenda pró-crescimento.

A criação do Heart of the City Precinct proporcionou uma ampla remodelação de parte da área central de Sheffield. Os logradouros pedestrianizados são impecáveis, em termos de limpeza e conservação urbana. A começar pela Sheaf Square, logo na saída da estação ferroviária, as praças são atrações turísticas por si só, contando com esculturas e fontes d'água

que remetem à tradição industrial de Sheffield. O Winter Garden e a Millennium Galleries formam a *flagship attraction* da cidade; ambos já ganharam vários prêmios nacionais. Através de logradouros bem cuidados e seguros, os turistas, visitantes e residentes locais têm acesso aos seguintes logradouros, atrações e elementos, a saber: a) à Tudor Square, que reúne os principais teatros da cidade; b) à Fargate, Chapel Walk e Norfolk Row, os mais importantes logradouros comerciais; c) à parada dos bondes; e d) às principais atrações turísticas de Sheffield localizadas na área central - Millennium Galleries, Winter Garden, Peace Gardens e Cathedral Church of St Peter & St Paul. As fotos 023, 024, 025 e 026 mostram alguns desses elementos:

Foto 023: Sheaf Square. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. O precinto urbano-turístico começa logo após a saída do turista, visitante ou residente local da estação ferroviária; a remodelação da Sheaf Square e da Howard Street recebeu o Great Place Award 2010 de The Academy of Urbanism, como é anunciado pelo *city council*. A escultura em aço ilumina-se à noite, e remete à tradição industrial de Sheffield, assim como parte do mobiliário urbano do logradouro;

Foto 024: Winter Garden (I). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. A foto mostra o Winter Garden, a partir da fronteira entre a Millennium Square e o Peace Gardens. A foto retrata outros quatro elementos importantes, a saber: (1) o Novotel; (2) o Mercure St Paul's Hotel; (3) a Millennium Square; e (4) um dos vários prédios comerciais construídos nesse último logradouro. Contando com o alto investimento público na regeneração urbana do precinto, junto com incentivos fiscais, a iniciativa privada investiu pesadamente no Heart of the City Precinct, na forma de hotéis e prédios comerciais. Os funcionários do Sheffield City Council e do City Management Team afirmaram que a especulação

imobiliária na Millennium Square foi um dos indicadores que apontaram o sucesso do precinto urbano-turístico, na visão do *local council*;

Foto 025: Winter Garden (II). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. Além de ser a *flagship attraction*, o Winter Garden provê acesso à Millennium Galleries, Tudor Square e Millennium Square; vital para o investimento do Mercure St Paul's Hotel em Sheffield foi a garantia de o hotel ter acesso direto ao Winter Gardens, como mostra a seta vermelha. Isso lhe permite cobrar uma diária acima do padrão para a rede Mercure de hotéis;

Foto 026: To let. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. Nos anos 2000, Sheffield subiu nos *rankings* de melhores cidades para se investir, trabalhar e realocar negócios, de acordo com várias fontes britânicas. A cidade sofreu uma onda de especulação imobiliária, inclusive no Heart of the City Precinct, principalmente em espaço para o comércio varejista e escritórios comerciais. Em 2008, com a crise econômico-financeira, houve o estouro da “bolha especulativa”; o trabalho de campo contou mais de uma centena de placas de “for sale” e “to let” na área central da cidade, e muitas lojas fechadas. O espaço urbano emblemático do estouro da “bolha” é a Millennium Square, cujos edifícios comerciais, construídos nos anos 2000, apresentam alta taxa de vacância. Quase todos os espaços para bares, restaurantes e comércio varejista estão para alugar, alguns há mais de um ano, conforme relatado pela funcionária pública da central de informações turísticas.

O Heart of the City Precinct foi bem sucedido em seus termos; o *masterplan*, formulado em 2000, previa a conclusão da regeneração urbana em 2010, o que efetivamente ocorreu, salvo projetos e ações específicas (HOLMES; BEEBEEJAUN, 2008). Atualmente, Sheffield é considerada uma das melhores cidades para se fazer negócios no Reino Unido (CUSHMAN & WAKEFIELD, 2008); nos últimos dez anos, vários hotéis instalaram-se na área central, fora e dentro do precinto urbano-turístico. Outros projetos de regeneração urbana foram implantados, com maior ou menor grau de sucesso. Como todos os funcionários públicos apontaram, a imagem da cidade transformou-se; de cidade industrial decadente para uma metrópole terciária, apta a receber investimentos do setor financeiro, varejista e turístico.

Contudo, é inegável também que o Heart of the City Precinct transformou-se em um espaço urbano de exclusão social, por duas vias complementares. Primeiro, através da (falta de) capacidade de pagar por bens e serviços sofisticados, já que tudo é mais caro nos espaços urbanos regenerados, com exceção de Fargate, o principal logradouro comercial. Segundo, a ação dos city centre ambassadors representa uma mensagem clara: os elementos indesejados serão removidos, por bem (convencimento) ou por mal (South Yorkshire Police). Há o sentimento de que você está sendo sempre monitorado, vigiado; são espaços públicos que, às vezes, não se parecem com espaços públicos.

Outro ponto importante é que as decisões referentes à transformação de parte da área central de Sheffield “saíram” do Sheffield City Council, tendo sido transferidas à Sheffield One, à

Sheffield First e ao City Centre Management Team; isso tornou à ação pública permeável às influências do setor privado, com destaque para o mercado imobiliário. Sheffield é a cidade coberta pelo trabalho de campo onde o *privatism* ficou mais nítido; o discurso dos entrevistados reflete a valoração do Heart of the City Precinct pela ótica do setor privado; a especulação imobiliária é vista como sinal de que as coisas estão no caminho certo.

Em 2008, a crise econômico-financeira promoveu o estouro da “bolha imobiliária” de Sheffield, como colocado anteriormente; as placas de “To let” e “For sale” abundam na cidade. O Sheffield City Council postergou alguns projetos de regeneração urbana na área central, fora do Heart of the City Precinct, que está praticamente concluso. O sucesso do precinto urbano-turístico, em seus próprios termos, e a capacidade de Sheffield consolidar-se como importante destino turístico no Reino Unido são bons objetos para uma futura viagem ao Reino Unido, em 2015 ou 2016.

5.4 Manchester e Salford: docas, esportes e precintos urbano-turísticos para a regeneração urbana da antiga capital do algodão.

Manchester localiza-se no noroeste da Inglaterra, a aproximadamente 02hs10 de trem de Londres. Em 2001, a cidade contava com uma população de 441.200 habitantes. Dentre as cinquenta e seis maiores cidades inglesas, Manchester apresentou uma das dez menores taxas de crescimento demográfico médio anual, tanto para o período 1981-1991 (- 0,3%) quanto para o período 1991-2000 (- 0,2%) (PARKINSON ET AL., 2006).

Nesse período, Manchester apresentou um nível de pobreza equivalente a aproximadamente um terço da população total, similar ao verificado em outros centros de condados metropolitanos, como Newcastle e Birmingham. Apesar de ser uma cidade industrial tradicional, como visto anteriormente, a indústria de transformação vem perdendo importância nas últimas décadas, inclusive em virtude do encerramento de setores inteiros, com destaque para o têxtil e carvoeiro. No período 1991-2003, o emprego na indústria de transformação recuou 30,9%, um dos piores resultados para as vinte e quatro maiores cidades britânicas, ao passo que o emprego em serviços financeiros aumentou 59,5%; no total, o emprego aumentou 14,1%, frente à taxa nacional de 15,7% (PARKINSON ET AL., 2006).

Manchester é a principal cidade da Greater Manchester, um condado metropolitano, formado por tradicionais cidades industriais, e que conta com uma população de 2.482.352, em 2001. Visitaram-se Salford (Salford Quays), Bury e Wigan, pertencentes à Greater Manchester.

Manchester foi escolhida em virtude de cinco pontos principais. Primeiro, apesar de ser a terceira maior cidade e centro do terceiro maior condado metropolitano da Inglaterra, as pesquisas de opinião, nos últimos dez anos, têm apontado que os ingleses consideram-na a segunda cidade mais importante do país, a frente de Birmingham. Isso se deve não apenas ao sucesso das políticas públicas de regeneração urbana em Manchester, a partir de seus próprios conceitos, mas também ao relativo fracasso de iniciativas semelhantes em Birmingham, como, por exemplo, o Jewellery Quarter Action Project e a tentativa frustrada de atrair as Olimpíadas de Verão de 1992 ao “coração da Inglaterra” (RITCHIE, 2008). O caso de Manchester pode ser descrito como de sucesso de imagem, independentemente dos resultados efetivos dos vários processos de regeneração urbana lá implantados.

Segundo, Manchester recebeu uma *urban development corporation*, a exemplo de London Docklands e de Albert Dock, em Liverpool, dentro da primeira expansão desse tipo de corporação, ainda na gestão Margaret Thatcher (1979-1990). Isso fez com que cento e oitenta e sete hectares da área central fossem retirados do controle e regulação do poder público local (Partido Trabalhista) e entregues à Central Manchester Development Corporation. Entre junho de 1988 e março de 1996, inclusive, a área foi redesenvolvida, em conjunto com o governo central, o governo local e o amplo apoio financeiro da União Européia, dentro da tríade morar-trabalhar-recrear⁶⁶.

Terceiro, Manchester, em conjunto com Salford, candidatou-se à sede das Olimpíadas de Verão de 2000; mesmo tendo perdido, a candidatura proporcionou dois ambiciosos projetos de regeneração urbana, a saber: a) Salford Quays, que segue o modelo de HarborPlace, em Baltimore, EUA; e b) SportsCity, que busca regenerar uma parte degradada de Manchester, ao nordeste da área central, através de equipamentos esportivos. Como “prêmio de consolação,” Manchester e Salford sediaram os Commonwealth Games, em 2002 (RITCHIE, 2008).

⁶⁶ As informações recolhidas sobre a Central Manchester Development Corporation foram obtidas em The Museum of Science and Industry in Manchester, particularmente na exposição permanente Central Manchester Development Corporation.

Quarto, Manchester, a exemplo de Melbourne, na Austrália (KROLIKOWSKI; BROWN, 2008), decidiu trabalhar turisticamente a sua área central através da instituição de nove precintos urbano-turísticos, que expressam funções e ambientes diferenciados, e que, em conjunto, propiciam uma suposta experiência única aos turistas e visitantes.

Quinto, localiza-se na Greater Manchester, mais especificamente no *borough* de Trafford, o Trafford Centre, o maior *shopping center* do Reino Unido. Da mesma forma que o WEM, trata-se de um MMM, cujo investimento total, desde sua criação, já atinge a marca de um bilhão de libras esterlinas. Por ano, calcula-se que mais de trinta e cinco milhões de pessoas passam pelo equipamento, que reúne centros de compras, parques temáticos e museus.

A revisão de literatura, a pesquisa documental e o trabalho de campo em Manchester não conseguiram aprofundar-se na gestão pública local, como em York, Sheffield e Liverpool. Houve uma falha em se visitar a cidade a partir de Sheffield, pois isso impediu a visita ao Trafford Centre, bem como visitas mais demoradas a regiões abandonadas ou com alta taxa de pobreza, a exemplo de o que foi feito em Hull e Liverpool. Alguns importantes museus da cidade também não foram cobertos pelo trabalho de campo.

Dessa forma, esse item privilegia a remodelação da área central da cidade, bem como os projetos de regeneração urbana de Salford Quays e de SportsCity. Apesar de a Greater Manchester ser muito interessante para os propósitos desse trabalho, há uma relativa escassez de literatura analítica sobre ela, em comparação, por exemplo, com os casos de York, Liverpool e mesmo Sheffield.

A formação da Central Manchester Development Corporation (1988-1996) permitiu a remodelação em larga escala de cento e oitenta hectares da área central, a partir da tríade morar-trabalhar-recrear, e através do “relaxamento” da legislação urbanística, da concessão de incentivos e da transferência direta de recursos financeiros para firmas privadas e do investimento em infra-estrutura e mobiliário urbano. Como colocam Barnekov, Boyle e Rich (1989), a idéia da gestão Margaret Thatcher (1979-1990), assumida por governos posteriores, era fazer com que o mercado (re)assumesse a primazia pelo desenvolvimento urbano, ajudando a recuperar o centro das principais cidades britânicas. Como colocam os autores, e a exposição em The Museum of Science and Industry in Manchester deixa claro, a “volta” da

iniciativa privada ao centro de Manchester dependeu de elevados investimentos públicos, inclusive através da transferência de recursos da União Européia. A Foto 027 mostra o mapa da área central de Manchester, já dividida em nove distritos urbano-turísticos:

Foto 027: Área central de Manchester (NCP MANCHESTER LIMITED, 2011). A área sob a responsabilidade da Central Manchester Development Corporation cobria basicamente os atuais precintos urbano-turísticos de Castlefield, Petersfield, Chinatown, The Gay Village e Piccadilly; após a extinção da corporação, outros projetos de regeneração urbana foram desenvolvidos na área central, inclusive em outros precintos.

Nos últimos vinte anos, a área central de Manchester assistiu a abertura de novos equipamentos ligados ao lazer, turismo e entretenimento e ao comércio varejista. Parte importante da promoção turística da cidade, o Manchester Arndale é promovido como o maior *shopping center* central de todo o Reino Unido, mesmo que o seu composto de lojas e serviços não traga nada de diferente de um equipamento convencional. Há dois outros *shopping centers* perto dele, a saber: a) The Triangle; e b) The Printworks. Esse último funciona como um centro de entretenimento, com cinemas, bares e restaurantes. As fotos 028, 029 e 030 mostram os dois primeiros centros de compras e o principal centro de convenções:

Foto 028: Manchester Arndale. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. A foto foi tirada da Market Street, e mostra, ao centro, a praça de alimentação suspensa do Manchester Arndale, que pode ser acessada diretamente do logradouro. A região da Market Street foi seriamente afetada pelo atentado do Irish Republican Army, em 1996, e contou com recursos da União Européia para a sua reconstrução. O centro de compras ocupa aproximadamente um quarto da área do Central Retail District, tendo sido em parte reconstruído após o supracitado atentado. Passam pelo centro de compras quase quarenta milhões de pessoas anualmente, e ele é central na promoção turística de Manchester, mesmo tendo um composto de lojas e serviços convencional.

Foto 029: The Triangle. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. O The Triangle está instalado no prédio da antiga Corn Exchange, de 1897, classificado como patrimônio cultural inglês (*Grade II listed*). O atentado do Irish Republican Army provocou danos significativos ao imóvel, que foi restaurado e adaptado para funcionar como um *shopping center*. Isso alterou toda a sua estrutura interna original. No centro de informações turísticas, não foi recomendada a visita ao equipamento, pois o “tempo dele já passou, está defasado.” O trabalho de campo contemplou a visita a uma série de espaços urbanos e equipamentos que, poucos anos após sua inauguração, tornaram-se obsoletos, dada

a concorrência com outros lugares e empreendimentos. O Manchester Arndale, maior e mais moderno (seta vermelha), faz com que a taxa de vacância seja alta em The Triangle – aproximadamente um terço das lojas encontravam-se desocupadas, em fevereiro de 2011.

Foto 030: Manchester Central Convention Complex. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. O Manchester Central Convention Complex, aberto em 1986 e ampliado em 2001, encontra-se instalado em uma estação ferroviária redundante. A seta azul mostra a Beetham Tower, ocupada parcialmente por um Hilton Hotel, e que domina o *skyline* da área central de Manchester.

A criação de nove precintos urbano-turísticos liga-se à tentativa de convencer os turistas e visitantes de que Manchester proporciona múltiplas experiências na área central, sendo possível conhecer vários deles caminhando, pois as distâncias entre eles não são longas. Além da divisão no mapa, há o desenvolvimento de sinalização turística particular para cada um deles; alguns contam com sítios eletrônicos e/ou cartões de fidelidade, dando a impressão de que se tratam de pequenas cidades dentro de uma só: Manchester.

Cada um dos precintos tem uma identidade própria, junto com funções urbanas particulares e um composto de atrações turísticas e de bens e serviços direcionados aos turistas e visitantes. The Gay Village, por exemplo, é ocupada por bares, restaurantes, lojas e casas noturnas voltadas ao público LGBT; a sua principal praça é dedicada a Alan Mathison Turing, “pai” da ciência da computação e figura importante na Segunda Guerra Mundial, cuja opção sexual levou-o à prisão, em 1952, e ao suicídio, em 1954. As bandeiras do movimento LGBT estão estendidas por todo o precinto.

Castlefield é o precinto mais tranquilo da área central, com amplas áreas verdes, a reconstrução do forte romano e as instalações de The Museum of Science and Industry in Manchester. Já Spinningfields é “um precinto recentemente desenvolvido que combina o comércio varejista, lazer, negócios e espaços públicos,” formando a parte mais sofisticada e cara do centro (NCP MANCHESTER LIMITED, 2011). As fotos 031, 032, 033 e 034 mostram alguns desses precintos:

Foto 031: The Gay Village. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. A foto mostra um pequeno trecho da Canal Street, um dos principais pontos da vida noturna de Manchester. Os precintos urbanos-turísticos que exploram a concentração do público LGBT centram-se sempre na alegria, na vida noturna e na promoção de um clima de tolerância social. É em The Gay Village que se concentra a animação da Parada LGBT de Manchester, que, como em outras cidades Mundo afora, inclusive São Paulo, transformaram-se em importantes eventos turísticos. A seta vermelha mostra as bandeiras do movimento LGBT, onipresentes no precinto.

Foto 032: Castlefield. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. A implantação de uma sinalização turística específica, para cada um dos precintos, reforça a noção de que os turistas e visitantes têm, à sua disposição, nove destinos turísticos dentro de um só; até o *design* varia de precinto a precinto. No caso de Castlefield, privilegiam-se os monumentos históricos e os grandes equipamentos culturais.

Foto 033: Via pedestrianizada de ligação da Garside Street com a Left Bank, em Spinningfields. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. Trata-se do mais novo precinto urbano-turístico de Manchester, e também do mais sofisticado; encontram-se lá alguns dos mais caros bares e restaurantes da cidade, bem como os escritórios de grandes bancos britânicos e estrangeiros. O poder público contribui com a ocupação do lugar, através dos prédios do Civil Justice Centre (arquitetura icônica) e da Crown Court. A seta vermelha mostra parte da promoção do lugar com sua chamada – “meet me there” – e a indicação do sitio eletrônico exclusivo do precinto: www.spinningfieldsonline.com.

Foto 034: Spinningfields. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. O People’s History Museum, aberto em 2010, mostra a trajetória da classe operária inglesa e o seu longo percurso, até a conquista de uma série de direitos civis e trabalhistas. Sua narrativa elogia o Partido Trabalhista, até a gestão

James Callaghan (1976-1979), e a criação do Estado de Bem-Estar Social britânico; Clement Attlee é considerado o maior primeiro ministro de todos os tempos. Não deixa de ser irônico que ele tenha sido instalado nesse precinto, e que, da sua entrada, aviste-se uma paisagem que simboliza o poder do mercado financeiro, reforçada pelos símbolos do Royal Bank of Scotland, um dos maiores bancos britânicos.

Por fim, cabe abordar mais dois ambiciosos processos de regeneração urbana, ligados à tentativa de sediar as Olimpíadas de Verão de 2000, mas que foram à frente, mesmo não tendo Manchester e Salford conseguido a nomeação. A criação da SportsCity consistiu na retomada de quarenta hectares de terra, ao nordeste da área central, com a construção de equipamentos esportivos – Indoor Tennis Centre, Regional Athletics Arena, National Squash Centre, National Cycling Centre e City of Manchester Stadium⁶⁷. O estádio de futebol, que demandou £ 26 milhões do local council, suplementados por £ 77 milhões da agência Sport England, foi ocupado pelo Manchester City Football Club. Na área, prevê-se a construção de habitação, prédios de escritórios e hotéis, valorizados pela presença dos equipamentos esportivos, o que garantirá (previsão) o retorno econômico-financeiro ao poder público⁶⁸.

Já o projeto de regeneração urbana de Salford Quays, em Salford, fronteira com Manchester, segue o modelo de HarborPlace, em Baltimore; tudo está lá: arquitetura icônica, com projetos arquitetônicos assinados pelo *star system* mundial, grandes equipamentos culturais, *shopping center*, centro de convenções, passeios de barco pelo canal, prédios residenciais “exclusivos,” grandes firmas de comunicação, mídia e tecnologia etc. O antigo porto do Manchester Ship Canal, em sua maior parte redundante, foi transformado em um espaço urbano “espetacular,” “exclusivo,” e onde ‘os visitantes vêm [em] primeiro [lugar],’ segundo a folheteria turística e promocional. As novas linhas de bondes ligam Salford Quay ao centro de Manchester, garantindo a sua acessibilidade. As fotos 034, 035, 036 e 037 mostram os vários desenvolvimentos de Salford Quays:

⁶⁷ Sheffield incentivou a concentração de equipamentos esportivos em uma área afastada do centro da cidade, na qual havia prédios redundantes de antigas fábricas. A prática de se criar complexos esportivos tornou-se comum no Reino Unido, nos anos 2000.

⁶⁸ A construção de prédios residenciais e comerciais e de hotéis ainda está em seu início. Muitos comentadores apontam que a construção de estádios de futebol é um dos piores investimentos possíveis, dentro do objetivo de se regenerar uma determinada área; Judd (1995) aponta isso para o caso norte-americano, porém se referindo aos estádios de *baseball* e futebol americano. No Brasil, já se aponta que muitos dos novos estádios em construção para a Copa do Mundo 2014 serão verdadeiros “elefantes brancos,” com efeitos positivos reduzidos para o restante da cidade.

Foto 035: The Quays: the ideal destination for culture, sport & shopping (SALFORD TOURIST INFORMATION CENTRE, 201-?). A folheteria turística destaca as principais atrações e hotéis de Salford Quays; é interessante notar que o sul do mapa mostra uma das áreas mais pobres da Greater Manchester, o *borough* de Trafford, onde se encontra o estádio de futebol do Manchester United, uma importante atração turística por si só. O trabalho de campo contemplou a ida a Salford Quays através da Altrincham line do sistema de bondes, com a descida na Estação Trafford. O contraste entre essas duas áreas é marcante, principalmente no que se refere à conservação do espaço público;

Foto 036: Imperial War Museum e The Lowry. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. A foto mostra as duas principais atrações turístico-culturais de Salford Quays, o Imperial War Museum North

e The Lowry. O primeiro é uma das filiais do Imperial War Museum, instalado em Londres no início do Século XX. Desde os anos 1980, e com mais vigor nos últimos anos, o governo central tem instalado filiais dos principais museus nacionais em cidades alvo de projetos de regeneração urbana, com claros objetivos turísticos. O prédio do Imperial War Museum North é de autoria de Daniel Libeskind, arquiteto do *star system* mundial.

Foto 037: Salford Quays. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. A foto traz um elemento “padrão” nos projetos de regeneração urbana, que contemplam a remodelação do *waterfront*: a construção de *belvederes* impecavelmente bem cuidados, que contam com funcionários privados para sua limpeza e manutenção e mobiliário urbano diferente do restante da cidade, para marcar a área como “regenerada” (detalhe).

Foto 038: MediaCityUK. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. A MediaCityUK é um empreendimento privado, do Peel Group, que conjuga habitação com escritórios comerciais, comércio varejista e estúdios. Percebe-se o firme apoio público ao negócio de diferentes formas. A Eccles Line do sistema de bondes foi estendida até a “porta” da MediaCityUK, permitindo o rápido deslocamento ao centro de Manchester (quinze minutos). A University of Salford e a BBC North instalaram unidades no local, permitindo a sua rápida ocupação, inclusive o uso dos estúdios que dão o tema do empreendimento. Inclusive, com a transferência de alguns programas e *shows* da BBC para o local, a MediaCityUK pôde lançar a chamada “Acorde com as estrelas,” para promover os apartamentos residenciais das duas torres já concluídas.

5.5 Liverpool: *shopping center* a céu aberto, *pop culture* e formação de ilhas de excelência em um mar de miséria e redundância.

Liverpool localiza-se no noroeste da Inglaterra, e fica a aproximadamente 02hs30 de trem de Londres. Em 2001, a cidade contava com uma população de 441.900 habitantes, refletindo décadas de decréscimo demográfico. Dentre as cinquenta e seis maiores cidades inglesas, Liverpool apresentou a menor taxa de crescimento demográfico médio anual, no período 1981-1991 (-0,8%), e a segunda menor, no período 1991-2000 (-0,5%) (PARKINSON ET AL., 2006). Contudo, o “ápice” da perda populacional ocorreu nos anos 1970, quando mais de 100.000 habitantes a deixaram.

Tomando como referência esse grupo de cidades, Liverpool apresentou o maior nível de pobreza da Inglaterra, que atingiu por volta de 45% da população, em 2004. Dentre os seis centros de condados metropolitanos – Birmingham, Leeds, Liverpool, Manchester, Newcastle e Sheffield –, a cidade também apresentou o menor crescimento do emprego total (5,8%), no período 1991-2003. O emprego na indústria de transformação, em grande parte proscrita nas últimas décadas, recuou 34,8%, ao passo que o emprego nos serviços financeiros aumentou 62,9%, uma das maiores taxas para todo o país (PARKINSON ET AL., 2006).

Segundo Parkinson et al. (2006), o alto nível de pobreza de Liverpool é explicado pela falta de qualificação e capacitação da mão-de-obra local, a pior dentre as cinquenta e seis maiores cidades inglesas. Em 2002, a renda per capita foi a menor dentre sessenta e uma cidades européias, no valor de 16,466 euros, segundo pesquisa encomendada pelo Barclays Bank. Como padrão de comparação, isso significa menos de um terço da renda *per capita* de Frankfurt am Main, Karlsruhe, Munich, Düsseldorf ou Stuttgart, as cinco mais bem posicionadas cidades alemãs.

Liverpool foi escolhida em virtude de quatro pontos principais. Primeiro, ela foi sinônimo de decadência, abandono e perda populacional na Inglaterra, no período pós-Segunda Guerra Mundial. A redundância de vários cais e docas no Rio Mersey, seguida pelo abandono e deterioração de fábricas, armazéns e depósitos, formou um dos testemunhos mais visíveis da desindustrialização do Reino Unido (BARNEKOV; BOYLE; RICH, 1989). Ou, como coloca Hewison (1987, p. 99), Liverpool foi “a primeira cidade do Século XIX tornada redundante pelo Século XX.” Nos últimos trinta anos, Liverpool foi alvo de grandes projetos de regeneração urbana, dentro de políticas públicas mais amplas de transformação da base econômica da cidade (lazer, turismo, entretenimento, indústrias criativas e serviços financeiros).

Apesar de esses grandes projetos terem sido implantados – Albert Dock e Liverpool One, principalmente –, e de a literatura analítica e promocional trazer termos como “Liverpool Revival” e “Liverpool Renaissance,” a cidade continua a apresentar o pior conjunto de indicadores sociais e econômicos da Inglaterra. A excelente avaliação da remodelação do *waterfront* de Liverpool – ver, por exemplo, Darcy e Small (2008), Spirou (2008) e Littlefield (2009) – remete ao caso de Baltimore, Reino Unido, onde o sucesso de HarborPlace, segundo seus próprios conceitos, não conseguiu melhorar o conjunto de indicadores sociais e econômicos da cidade como um todo.

Segundo, optou-se por conhecer Albert Dock, docas alvo de um dos dois projetos de regeneração urbana utilizados como “vitrines” das novas políticas públicas urbanas da gestão Margaret Thatcher (1979-1990); London Docklands, o outro projeto, não era particularmente voltado ao lazer, turismo e entretenimento, mas sim à complementação do distrito financeiro de Londres. Albert Dock, sendo a maior concentração de estruturas patrimoniais protegidas

(*Grade I listed*) do Reino Unido, e tendo recebido esse projeto voltado ao lazer, turismo e entretenimento, a partir de uma combinação de museus, bares e restaurantes, comércio varejista e passeios aquáticos, não poderia ter ficado de fora do trabalho de campo.

Terceiro, em 2008, foi concluída a maior operação de renovação urbana da história de Liverpool, com exceção da reconstrução dos anos 1950 e 1960, inclusive pelo fato de ela ter sido bombardeada várias vezes pela Luftwaffe. A criação de Liverpool One representou um investimento de £ 920,000,000.00, com a obliteração de praticamente todos os prédios da área e a sua substituição por uma impressionante paisagem de consumo, a cargo do Grosvenor Group. Contando com prédios residenciais e hotéis, o cerne de Liverpool One é a extensão do Central Retail District, com a criação de um novo espaço urbano (e público?), nos moldes de um *shopping center* a céu aberto.

Quarto, Liverpool vem tentando transformar-se, há pelos menos trinta anos, em um destino turístico de importância internacional. Além da remodelação do *waterfront*, da qual Albert Dock é o projeto mais impressionante, e de Liverpool One, a cidade tem explorado diversas outras oportunidades para “vender” a cidade para turistas e visitantes, das quais o elemento mais visível é a exploração da fama da banda The Beatles – há museus, galeria, festivais, cafeterias temáticas, passeios etc.

A Foto 039 mostra parte da área central de Liverpool, com destaque para o seu *waterfront*:

Foto 039: Liverpool (THE MERSEY PARTNERSHIP, 2010).

Albert Dock foi construída em 1846, para acomodar navios à vela. No final do Século XIX, a introdução dos grandes navios a vapor colocou problemas à utilização do local. Nos anos 1920, Albert Dock já era usada apenas para o depósito das cargas que esperavam o pagamento de taxas para a sua liberação. No período pós-Segunda Guerra Mundial, Albert Dock e cais e docas adjacentes foram progressivamente abandonadas; muitas construções foram obliteradas. Em 1972, toda a área foi fechada à navegação e ao depósito de cargas (SPIROU, 2008).

Nos anos 1960 e 1970, várias propostas foram apresentadas para a reutilização de Albert Dock; geralmente, elas envolviam o aterramento das docas em si e a obliteração das construções, mesmo sendo o conjunto arquitetônico representando a maior concentração de estruturas patrimoniais protegidas (*Grade I listed*) de todo o Reino Unido. Assim como no caso do Wigan Pier, as propostas não foram implantadas, geralmente em virtude de falta de recursos financeiros. No final dos anos 1970, Albert Dock encontrava-se abandonada, e as construções em avançado estado de deterioração física.

Liverpool foi escolhida para receber uma das duas *urban development corporations* por Michael Heseltine, homem forte da gestão Margaret Thatcher (1979-1990), em virtude dos sérios problemas sociais e econômicos pelos quais a cidade passava, nos anos 1970. A escolha de Liverpool foi reforçada pelos sérios distúrbios em Toxteth, um bairro pobre da cidade. Em

1981, a implantação da Merseyside Development Corporation retirou 865 acres dos *local councils* de Liverpool e Wirral, colocando-os sob a jurisdição dessa agência executiva. Foi concedida a ela grandes poderes para o (re)desenvolvimento da área, a exemplo de o que foi feito em London Docklands, a saber: a) a aquisição compulsória de terras; b) a provisão de infra-estrutura; c) a fixação do uso e ocupação do solo; d) o controle urbano; e) a responsabilidade pela promoção turística do local; e f) outras provisões (BARNEKOV; BOYLE; RICH, 1989).

O projeto pioneiro foi a recuperação de cento e vinte e cinco acres às margens do Rio Mersey, para a realização do International Garden Festival, em 1984. Ao custo total de £ 30,000,000.00, o festival atraiu quatro milhões de turistas e visitantes a Liverpool, mas a agência executiva não conseguiu encontrar parceiros privados dispostos a bancar o parque, e a sua administração estava além das possibilidades do *local council*. O segundo projeto da Merseyside Development Corporation, em Albert Dock, visou resultados a médio e longo prazo, no sentido de criar uma grande atração turística para a cidade. Não é uma simples coincidência Albert Dock lembrar o conceito implantado em HarborPlace, Baltimore, e em Quincy Market, Boston; visando garantir o sucesso do empreendimento, os dirigentes da agência executiva e os executivos do Arrowcroft Holdings Ltd. foram conhecer esses dois projetos de regeneração urbana, para implantar algo muito parecido no Reino Unido. Inclusive, a Albert Dock Company Limited, subsidiária do Arrowcroft Holdings Ltd., utilizou essa similaridade para promover a nova atração turística para potenciais locatários: se isso deu certo em Baltimore e Boston, por que não daria em Liverpool? (BARNEKOV; BOYLE; RICH, 1989; HEWISON, 1987)

O conceito implantado em Albert Dock, ainda hoje em vigor, combina o impressionante conjunto arquitetônico e paisagístico com museus, bares e restaurantes, comércio varejista – destaca-se a venda de *souvenirs* –, residências, posto de informações turísticas e hotéis. Ao contrário de London Docklands, o investimento público sempre foi predominante em Albert Dock; foram necessários £ 100,000,000.00 para transformá-lo em atração turística, inclusive com a instalação de museus públicos, dos quais se destaca a filial do Tate Museum (Tate Liverpool). Parece tratar-se de um espaço público, mas não é; na entrada, uma placa informa que se trata de uma propriedade particular, o que não dá o direito de entrada a toda e qualquer pessoa; ou seja, elementos indesejados podem ser removidos do local à força.

Albert Dock ainda é uma das principais atrações turísticas do Reino Unido e a mais visitada de Liverpool; de três milhões de visitantes, em 1989, ela atingiu cinco milhões e setecentos mil, em 1995. Contudo, esse número passou a cair consecutivamente, até atingir quatro milhões de visitantes, em 2003, último ano para o qual se acharam dados disponíveis (SPIROU, 2008). Em fevereiro de 2011, verificou-se uma baixa frequência de turistas e visitantes, principalmente quando comparada com o movimento em Liverpool One. O museu privado BugWorld Experience fechou; havia cinco pontos comerciais desocupados, o que corrobora as principais reclamações dos turistas que visitam o local: apesar de contar com excelentes museus, a oferta de bares, restaurantes e comércio varejista são decepcionantes.

A partir de Albert Dock, o processo de regeneração urbana estendeu-se para o norte e para o sul. Ao sul, instalaram-se a Liverpool Big Wheel (roda-gigante) e o Arena & Convention Centre, ligados à Albert Dock por uma ponte de pedestres. Nos últimos dez anos, novos empreendimentos imobiliários surgiram; foi possível visitar um deles, composto por marinas e habitação de luxo, em Queens Dock. Ao norte, os cais e docas sofreram dois projetos de regeneração urbana, nos últimos dez anos, que criaram o Cruise Liner Terminal e o Mersey Ferries, os quais permitiram, respectivamente, a atração de navios de cruzeiros à área central da cidade e a saída de passeios de balsa pelo Rio Mersey. Ainda em 2011, deve ser aberto o Museum of Liverpool. As fotos 040, 041, 042 e 043 mostram Albert Dock e alguns de seus “espraiaamentos”:

Foto 040: Albert Dock (I). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. Vista a partir do Wapping Basin (olhando-se para o sul).

Foto 041: Albert Dock (II). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. Vêm-se a filial do Tate Museum (Tate Liverpool) e o seu café.

O conjunto arquitetônico e paisagístico é uma atração turística por si só; além disso, há seis museus instalados no local, a saber: a) Merseyside Maritime Museum; b) International Slavery Museum; c) The Beatles History; d) Tate Liverpool; e) Mermaid House; e f) Piermaster's House. Dependendo do turista ou visitante, isso provê uma programação para um ou dois dias exclusivos para Albert Dock. A existência de três hotéis permite que a atração turística seja também a sua hospedagem.

Foto 042: Roda gigante, centro de convenções e residências, em Liverpool. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. A transformação de Albert Dock em *flagship attraction* de Liverpool propiciou a instalação de outros empreendimentos complementares no *waterfront*; defronte à principal entrada de Albert Dock, encontram-se a Liverpool Big Wheel, o Arena & Convention Centre e prédios residenciais.

Foto 043: Queens Dock. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. A regeneração urbana do *waterfront* da área central vem permitindo a concentração de residências de alto luxo na área, em uma cidade na qual a taxa de miséria é de aproximadamente 45%. Em Queens Dock, dois elementos combinam-se, fato muito comum em outros processos de regeneração urbana similares: residências de alto padrão e marina. No Recife, isso foi proposto para o Cais de Santa Rita, tanto pelo Projeto Capital quanto pelo Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda.

Albert Dock pode ser descrito como um precinto urbano-turístico bem sucedido, concentrando atrações, bares e restaurantes e meios de hospedagem, e tendo sido gradualmente expandido e complementado ao longo do *waterfront* da área central de Liverpool. Com a conclusão de Liverpool One, o turista ou visitante tem à sua disposição um conjunto bem cuidado e vigiado de logradouros públicos, que combinam patrimônio cultural, museus, alimentação, hospedagem e entretenimento, além de passeios pelo Rio Mersey e pelas docas redundantes. O Arena & Convention Centre e os novos empreendimentos residenciais provêm um público regular a alguns negócios instalados em Albert Dock – bares, restaurantes e cafeterias. Em suma, a partir de seus próprios conceitos, o único ponto negativo de Albert Dock é a sua oferta deficiente de comércio varejista, agravada pela abertura de Liverpool One, em 2008.

Pode-se considerar Liverpool One como resultado do planejamento estratégico que remete à transformação da Merseyside Development Corporation na autoridade de planejamento para uma grande parte do centro da cidade, indo além dos cento e vinte e cinco acres às margens

do Rio Mersey, em 1988. Em 1999, a cidade criou a agência Liverpool Vision, que congregava a Northwest Regional Development Agency, o Liverpool City Council, a English Partnerships – agência de regeneração urbana do governo central – e o setor privado; desde o seu início, ela trabalhou com o conceito de criar um novo espaço urbano na área central, no qual o comércio varejista seria o principal vetor de regeneração urbana. No início dos anos 1970, Liverpool era considerada o terceiro centro varejista do Reino Unido; quase vinte anos depois, ela tinha transformado-se no décimo sétimo, algo preocupante em um país no qual o ato de fazer compras é o principal “passatempo” nacional (LITTLEFIELD, 2009).

A área em questão, tendo como logradouro de referência a Paradise Street, encontrava-se com prédios e logradouros fisicamente deteriorados; fruto do planejamento dos anos 1950 e 1960, e localizada entre Albert Dock e o Central Retail District, ela foi escolhida para o projeto de renovação urbana, que obliterou quase todas as construções e logradouros, com a finalidade de se construir um espaço totalmente novo (LITTLEFIELD, 2009).

A formulação e implantação de Liverpool One criaram um novo espaço urbano para Liverpool, que, efetivamente, estendeu o Central Retail District, além de prover escritórios comerciais, residências e hotéis. Contudo, o projeto é guiado pelo varejo; dos 234.000 metros quadrados de Liverpool One, 169.500 são ocupados pelo comércio varejista (LITTLEFIELD, 2009). De responsabilidade do Grosvenor Group, o conceito implantado é o de *shopping center* a céu aberto, cujo logradouro emblemático é a South John Street.

Como é de praxe no Reino Unido, o Liverpool One foi possível graças a uma parceria público-privada entre o *local council* e o empreendedor privado, com o apoio financeiro do governo central e da União Européia. Inaugurado em 2008, é um sucesso comercial absoluto; literalmente todas as lojas estão ocupadas, os dois hotéis estão em funcionamento – Hilton e Accor –, e as residências foram vendidas em tempo recorde. Ele foi visitado nos três dias de trabalho de campo em Liverpool; há um grande movimento nos logradouros e lojas instaladas, o que contrasta com Albert Dock, pouco freqüentada durante o inverno britânico. As fotos 044, 045, 046 e 047 mostram algumas partes de Liverpool One:

Foto 044: Liverpool One (I) (LITTLEFIELD, 2009, p. 204). A foto mostra a área de Liverpool One, em janeiro de 2007; pode-se perceber que se tratou de um abrangente projeto de renovação urbana para a área, voltado ao desenvolvimento do comércio varejista.

Foto 045: Liverpool One (II) (LITTLEFIELD, 2009, p. 84). Liverpool One, em agosto de 2008. Ela faz fronteira com uma área designada como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO e um sítio patrimonial protegido nacionalmente. A idéia do Liverpool Local Council era construir Liverpool One com uma arquitetura contemporânea de alta qualidade, mas que se integrasse à ambiência histórica da área central da cidade.

Foto 046: Liverpool One (III). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. A South John Street é a que mais bem retrata o conceito de *shopping center* a céu aberto de Liverpool One. Nas duas extremidades do logradouro, foram instaladas lojas de departamento – Debenhams e John Lewis; no térreo e primeiro andar, localizam-se lojas sofisticadas, enquanto no segundo andar funcionam bares e restaurantes. O mobiliário urbano, as escadas rolantes e os serviços de limpeza e segurança levam os clientes a se sentirem dentro de um *shopping center*. A criação de Liverpool One fez com que alguns varejistas transferissem suas lojas do Central Retail District para a área; contudo, ainda não se percebe o seu esvaziamento ou deterioração física. Pelo menos no curto prazo, a criação do Liverpool One parece ter aumentado as vendas do comércio varejista da cidade como um todo, e não apenas ter proporcionado um efeito substituição, segundo Littlefield (2009).

Foto 047: Liverpool One (IV). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. One Park West concentra a oferta habitacional de Liverpool One, além de ofertar escritórios residenciais. Por imposição da English Heritage, a estrutura da direita teve que ser reduzida, para não interferir nas vistas a partir de Albert Dock.

Liverpool tem investido particularmente alto para se transformar em um importante destino turístico internacional. Com claros objetivos turísticos, a cidade conseguiu transformar-se em Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO, em 2004. Em 2008, ela foi a Capital Européia da Cultura, em conjunto com Stavanger, na Noruega, com o tema “Liverpool 08: centre of the creative universe.” Merece destaque a utilização de The Beatles para a promoção turística da cidade, com a abertura de atrações turísticas específicas, a sua utilização como tema geral para a cidade e a venda de toda espécie de produto para os turistas, através de lojas espalhadas pela área central da cidade. Atualmente, é possível se hospedar no Hard Day’s Night Hotel, que conta com uma loja inteira dedicada aos *Fab Four*. As fotos 048 e 049 mostram o portal chinês da Chinatown de Liverpool:

Foto 048: Chinatown (I). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011.

Foto 049: Chinatown (II). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011.

Não é de estranhar a transformação da Chinatown de Liverpool em um pequeno precinto urbano-turístico; Boston, São Francisco, Nova Iorque, Sydney, Melbourne, Birmingham, Londres e Manchester fizeram o mesmo. No caso de Liverpool, o *city council* patrocinou a vinda de construtores chineses, em 2000, que fizeram o maior arco de entrada fora da China. A Foto 049 mostra um elemento sempre presente: lojas e restaurantes “chineses.”

O trabalho de campo revelou projetos de regeneração urbana bem sucedidos, nos quesitos de promoção turística e conservação patrimonial. O *waterfront* da área central foi recuperado, através de uma série de empreendimentos que combinam museus, residências de alto padrão, prédios de escritório, hotéis e *flagship attractions*. Albert Dock é a “jóia da coroa,” e, apesar de estar sofrendo com a perda de visitantes, ainda é uma atração cultural importante e o

deflagrador do processo de regeneração urbana do *waterfront*. Liverpool One renovou uma área esvaziada e deteriorada fisicamente do centro, estendendo o Central Retail City. Por enquanto, três anos após a sua inauguração, ele revela-se um sucesso comercial.

Faz-se aqui um paralelo com HarborPlace, que, em seus próprios termos, também é um sucesso comercial. Contudo, o projeto de recuperação urbana, ampliado desde a sua inauguração, não conseguiu melhorar os indicadores sociais e econômicos de Baltimore. Claro, é sempre possível afirmar que, sem HarborPlace, talvez não apenas os indicadores não tivessem melhorado, mas sim efetivamente piorado. Liverpool é um caso similar; mais de vinte anos após a inauguração de Albert Dock, e com a ampliação dos projetos de regeneração urbanan, ela continua perdendo residentes locais, e apresenta alguns dos piores indicadores sociais e econômicos da Inglaterra. A falta de qualificação profissional da mão-de-obra local destaca-se na comparação com outras grandes cidades inglesas, o que projetos magníficos, como Albert Dock e Liverpool One, não conseguem resolver.

Outro ponto é que ambos os espaços urbanos são fisicamente separados do restante da cidade. Albert Dock parece ser um espaço público, mas não é; ela é de propriedade da Albert Dock Company Limited, que se arroga o direito de impedir a entrada de elementos indesejados. Liverpool One é uma área pública; contudo, o comércio (bem) mais sofisticado, a presença de funcionários (limpeza e segurança) exclusivos para a área e o “clima” de *shopping center* a céu aberto torna-o parecido a uma área particular. Esse projeto de regeneração urbana, direcionado para o varejo, como Liverpool One autointitulou-se, criou uma paisagem de consumo sofisticado e exclusivo. O contraste com o Central Retail District é particularmente marcante, inclusive pela presença do comércio de rua e de lojas populares nesse último.

O trabalho de campo contemplou também a visita a Toxteth, cujos distúrbios, no início dos anos 1980, reforçaram a escolha de Liverpool para receber uma *urban development corporation*. A presença de muitas edificações abandonadas, com portas e janelas entaipadas, calçadas quebradas e um comércio de conveniência, com algumas lojas de imigrantes e minorias étnicas, formam um quadro muito diferente do encontrado em Liverpool One e Albert Dock. Não se encontrou em Liverpool o mesmo quadro de deterioração urbana visto em Hull, onde foi possível caminhar por algumas das piores vizinhanças da cidade, mas

também se teve, a impressão de formação de uma cidade dual, como será explorado na suma conclusiva sobre esse capítulo⁶⁹.

5.6 Suma conclusiva sobre o capítulo.

O trabalho de campo propiciou o contato com políticas públicas de regeneração urbana estruturadas e abrangentes, que contam com fontes de financiamento seguras e relevantes – União Européia e governo central e local –, o envolvimento de diversos atores-chave, as parcerias público-privadas para sua formulação, implantação e posterior administração e a formação de uma gestão pública particular para as áreas regeneradas. No Reino Unido, as supracitadas políticas públicas alcançaram o topo da agenda pública nacional; considera-se que a recuperação das áreas centrais e de partes redundantes das cidades inglesas não pode restringir-se aos esforços do poder público local, inclusive em virtude da necessidade de inversões massivas de recursos – Liverpool One, por exemplo, demandou £ 920,000,000.00 em investimentos. As cidades são consideradas elementos vitais para o crescimento econômico nacional – lazer, turismo e entretenimento, serviços financeiros, mídia etc. –, e os desafios em torno da remodelação e do redesenvolvimento de espaços urbanos deteriorados e abandonados requerem o efetivo empenho do governo central.

Observou-se a remodelação em larga escala das áreas centrais de algumas das principais cidades inglesas – Sheffield, Manchester e Liverpool –, além de *waterfronts* e de bairros industriais abandonados. Parece que a literatura analítica que trata de processos de regeneração urbana nos EUA foi escrita pensando-se no caso do Reino Unido, inclusive em virtude de projetos como, por exemplo, Albert Dock e Salford Quays, terem assumido explicitamente alguns modelos implantados naquele país. As críticas de Judd (1995) e Harvey (1996, 2005a) sobre a utilização de um modelo virtual (*virtual template*) e a criação de espaços urbanos “padrões” nos processos de regeneração urbana justificam-se nas cidades inglesas visitadas. *Flagship attractions*, marinas, *shopping centers*, precintos urbano-turísticos (criação e promoção), centros esportivos, grandes museus, empreendimentos comerciais e residenciais de alto luxo, festivais: (quase) tudo se encontra à disposição do turista ou

⁶⁹ O APÊNDICE K traz o caso do Wigan Pier, com o declínio e queda do projeto pioneiro de regeneração urbana para o lazer, turismo e entretenimento na Inglaterra.

visitante, nos diversos destinos turísticos contemplados pelo trabalho de campo. Claro, as cidades não competem em pé de igualdade – apenas Liverpool conta com o impressionante conjunto arquitetônico e paisagístico de Albert Dock, o que relega Wigan e Hull a destinos turísticos regionais apenas, quando muito.

No Reino Unido, as políticas públicas de regeneração urbana unem a oferta à demanda. O mercado de turismo doméstico é relevante à economia britânica, sendo facilitado pelas curtas distâncias e pela ligação ferroviária existente entre todas as principais cidades inglesas. Liverpool, Manchester, Sheffield e Kingston upon Hull também competem para atrair as famílias de classe média e média alta, cuja residência tem saído das grandes cidades, nas últimas décadas, em direção às pequenas vilas, freguesias e ao “idílio inglês com o campo.” Muitas dessas famílias tornam-se turistas ou visitantes nessas cidades, em busca de diversão, boas compras e bares e restaurantes mais sofisticados. Com a perda de residentes locais e de base de arrecadação fiscal, as políticas públicas de regeneração urbana são consideradas uma das poucas oportunidades de se atrair “dinheiro novo” para as cidades.

Além disso, no caso dos principais destinos turísticos, busca-se prover aquilo que os turistas estrangeiros esperam encontrar no Reino Unido: patrimônio cultural material, festivais “tradicionais”, o berço da Revolução Industrial etc. A visita a York e Chester, duas das principais cidades patrimoniais européias, mostraram que não há tanto exagero assim na ironia de Neil Cossons, diretor do Science Museum; como já colocado nesse trabalho, ele afirma que “[...] Você não pode projetar esse nível de crescimento [de novos museus] por muito mais tempo antes que todo o país transforme-se em um grande museu a céu aberto, que você entre assim que desembarcar no [Aeroporto Internacional de] Heathrow” (HEWISON, 1987, p. 24). O trabalho de campo mostrou também que, corroborando Urry (2002), é possível criar um museu em algum lugar sobre praticamente qualquer coisa; o Richard III Museum, em York, é a prova cabal disso.

O fascínio e a admiração pelo patrimônio cultural e pelo passado nacional, por parte dos britânicos, juntam-se à demanda dos turistas internacionais por história, patrimônio e tradição; a combinação disso propiciou a criação de milhares de centros patrimoniais, museus e parques temáticos com atavios culturais, no Reino Unido. O patrimônio cultural britânico é sinalizado, interpretado e, acima de tudo, comercializado no mercado de lazer e turismo, a começar pela English Heritage, agência pública patrimonial. O Jorvik Cultural Centre representa uma das

tendências nessa área; misto de centro de compras, museu, centro cultural e parque temático, seus quase vinte e cinco anos de sucesso comercial tornaram-no um *benchmarking* (padrão de comparação) do setor. As grandes catedrais – York Minster, Chester Cathedral e Liverpool Cathedral (anglicana), principalmente – parecem ser administradas como um grande negócio, contando com bares e restaurantes, amplas lojas de *souvenirs* e artigos religiosos, entrada paga e taxa adicional para se subir à torre. Para os críticos do crescente entrelace entre cultura e patrimônio e mercado, pode-se dizer que há uma completa *commodification*, acompanhada pela turistificação de centros históricos inteiros, a exemplo das cidades intramuros de York e Chester. A Foto 050 mostra um dos aspectos dessa completa *commodification*:

Foto 050: *Souvenirs*. Fonte: autor. A foto é de novembro de 2011. A multiplicação de museus, centros patrimoniais e parques temáticos com atavios culturais trouxe um fenômeno curioso, que reforça a noção de que o turismo cultural transformou-se em um segmento do mercado de turismo de massa: a formação de firmas especializadas na provisão de bens para as lojas dessas atrações. A principal parece ser a Westair Reproductions Ltd., que supre aproximadamente vinte atrações turísticas contempladas pelo trabalho de campo internacional. Há vários itens que são encontrados em praticamente todo e qualquer lugar, como os três mostrados na foto. Na figura romana de metal, lê-se embaixo da embalagem: “Westair Reproductions Ltd. [...] FORNECEDORES DE PRODUTOS PATRIMONIAIS PARA SÍTIOS PATRIMONIAIS.” E alguns turistas brasileiros ainda reclamam que o artesanato encontrado nas principais capitais da Região Nordeste é todo igual...

Outra crítica muito presente na literatura analítica é a formação da cidade “dual,” seja como crítica ao planejamento estratégico, seja como um ponto a se reconhecer e combater dentro dele. A análise e avaliação disso precisariam envolver um estudo de finanças públicas e dos indicadores sociais e econômicos das cidades visitadas, o que, para esse trabalho, impede observações conclusivas. O nível de miséria de Liverpool, da ordem de 45% para uma cidade repleta de projetos de regeneração urbana bem-sucedidos, surpreende. Assim como a existência de vizinhanças miseráveis nos arredores da área central de Hull, com problemas de

limpeza urbana semelhantes ao centro do Recife e diversos imóveis entaipados e deteriorados. Contudo, não se pode exagerar no efeito ou na primazia das políticas públicas de regeneração urbana sobre a miséria e a distribuição de renda no Reino Unido; há fatores claramente mais importantes sobre isso, como, por exemplo, as políticas macroeconômicas, o recuo do Estado de Bem-Estar Social e a globalização, com a inserção dos países em uma escala de competição global. Reconhece-se, entretanto, que essas políticas públicas resultam, em parte, no reconhecimento de que as cidades precisam competir entre si nesse mundo em transformação.

Por fim, o trabalho de campo internacional constatou certo ar de tautologia turística e de reflexividade turística, principalmente nas cidades de York e Chester. A Inglaterra da promoção turística, dos filmes de época de Hollywood, dos arquétipos, da tradição encontra-se lá; o que não pôde ser preservado “ressurge” como pastiche histórico. O patrimônio cultural, desfrutado por pessoas de bom gosto e refinadas, liga-se ao comércio varejista sofisticado, dentro de um “casamento” avidamente promovido pelos *local councils*. A prioridade dada ao lazer, turismo e entretenimento na agenda pública local faz com que o turista ou visitante possa estar certo de uma coisa: ele encontrará nas cidades intramuros de York e Chester exatamente (e apenas) o que ele espera lá encontrar.

6. CULTURA, PATRIMÔNIO E IDENTIDADE NACIONAL E AS GRAMÁTICAS POLÍTICAS DO BRASIL: CONDICIONANTES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE REGENERAÇÃO URBANA NO PÁTIO DE SÃO PEDRO.

Antes de se adentrar no caso da Cidade do Recife, cabe revisar dois pontos fundamentais, que formam o contexto mais amplo das políticas públicas de regeneração urbana que tiveram como objeto o Pátio de São Pedro, e como objetivo principal, desde 1969, a promoção do lazer, turismo e entretenimento nesse espaço urbano.

Trata-se de verificar duas particularidades brasileiras, que conformaram as supracitadas políticas públicas, e influenciaram as transformações no pátio, a saber: a) a formação, sentido e apropriação do PHAN, inclusive as principais características das políticas públicas patrimoniais; e b) as tradições e gramáticas políticas brasileiras, com a sua aplicação específica nas políticas públicas patrimoniais.

O presente trabalho já procedeu à revisão de literatura analítica sobre as políticas públicas, mostrando várias definições possíveis, bem como em o que elas consistem. Cabe, agora, apresentar e discutir as políticas públicas patrimoniais em si, bem como analisar e avaliar como se deu a formação e a construção do conceito de PHAN no Brasil.

Ortiz (2006) defende que não existe uma identidade nacional autêntica e verdadeira; ela é sempre um discurso de segunda ordem, cujo objeto de seleção e interpretação é a cultura popular, múltipla e particularizada. Ou seja, a construção de uma identidade nacional única requer a reunião, seleção e interpretação de memórias e culturas populares diversas e particularizadas espalhadas por vários grupos sociais; a identidade nacional não é apenas um conjunto dessas culturas populares, mas uma construção que as une e as transcendem como ideologia de Estado.

A construção da identidade nacional requer um trabalho de mediação – daí a importância dos intelectuais nesse processo –, que impõe definições, fronteiras e discursos para os diversos grupos sociais que formam a sociedade, e que permite que políticas públicas de cultura apresentem-se como hegemônicas e legítimas. O que se considera como cultura brasileira e identidade nacional não é o simples acúmulo de valores espirituais e materiais do país, mas

uma construção que oculta as relações de poder entre os grupos sociais e a sua relação com o Estado.

Fonseca (2005, p. 21) faz uma excelente síntese do processo de formação de um PHAN pelos Estados:

A constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados modernos que, através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando à sua transmissão para as gerações futuras. Nesse sentido, as políticas de preservação se propõem a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos. Esse é, pelo menos, o discurso que costuma justificar a constituição desses patrimônios e o desenvolvimento de políticas públicas de preservação.

Podemos compreender a identidade, cultura, patrimônio e memória nacionais como construções simbólicas; ou seja, discursos e conceitos de segunda ordem. Ao valor, significado, função e representatividade que um elemento cultural possui para um grupo social particular em determinado momento, é acrescentado um conjunto de valores, relações e significados, que prioriza e/ou cria uma determinada leitura e interpretações sobre o elemento cultural em questão.

A intermediação do Estado, através do trabalho dos intelectuais, que assumem a função de mediadores simbólicos (FONSECA, 2005), transforma o popular em brasileiro e nacional, utilizando-se os termos de Ortiz (2006); os bens culturais transformam-se em bens patrimoniais, tornando-se objetos legítimos de políticas públicas de salvaguarda, preservação e educação por parte do Estado (FONSECA, 2005).

Desse modo, a questão não é saber se a cultura brasileira é autêntica ou não; todo discurso e conceito de segunda ordem são frutos de algum tipo de arbitrariedade, já que o trabalho dos intelectuais como mediadores simbólicos parte de uma posição social, e se liga aos interesses de determinados grupos sociais, políticos e econômicos.

Afinal de contas, como respondeu Lord Charteris, presidente do National Heritage Memorial Fund britânico e ex-secretário pessoal da Rainha Elizabeth II, ao ser questionado sobre o que significa a palavra “patrimônio,” “[patrimônio é] qualquer coisa que você queira (HEWISON, 1987, p. 32).”

6.1 Antecedentes e primórdios das políticas públicas patrimoniais no Brasil.

No início do Século XX, não havia um órgão voltado à salvaguarda do PHAN no Brasil (COSTA, 1986). A antiga Inspetoria de Monumentos, órgão de proteção surgido na República Velha (1889-1930), funcionava precariamente, com alcance praticamente restrito aos monumentos e museus da Cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. Protegendo bens esparsos sem uma legislação específica, com um reduzido corpo técnico e carência crônica de recursos, esse órgão resumia a atuação do governo federal na área de cultura. Além, é claro, da manutenção de alguns museus, como, por exemplo, o da Quinta da Boa Vista, e de instituições como, por exemplo, a Biblioteca Nacional e a Escola Nacional de Belas Artes.

Nas esferas subnacionais, alguns estados possuíam órgãos de conservação de bens culturais edificados. Era o caso do Estado de Pernambuco, com sua Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais, da qual se chegou a recolher um singelo documento durante o trabalho de campo, que consistia de um breve relato da visita de um técnico ou dirigente ao Conjunto Franciscano do Recife. Não é possível fazer uma análise mais detalhada da atuação desses órgãos, em virtude da escassez de fontes documentais e literatura analítica a respeito.

A partir dos anos 1910, alguns arquitetos cariocas, em particular Lúcio Costa, começaram a chamar a atenção para a necessidade de valorização da arquitetura barroca de origem luso-brasileira, dos séculos XVI, XVII e XVIII. Essa postura fazia a crítica de estilos arquitetônicos importados, vistos como ecléticos e artificiais, e valorizava a funcionalidade da arquitetura colonial brasileira (DURAND, 1991). A “redescoberta” do Brasil Colônia reforçou-se pela mesma época com a incursão de modernistas abastados de São Paulo a sítios históricos brasileiros e com as manifestações de alguns intelectuais proeminentes em favor da proteção de acervos coloniais locais, como Ricardo Severo (São Paulo), José Mariano Filho (Rio de Janeiro) e Pernambuco (Gilberto Freyre) (DURAND, 1989).

A República Velha (1889-1930) assistiu a destruição de importantes monumentos e conjuntos arquitetônicos do Brasil Colônia (1500-1822). A demolição do conjunto arquitetônico de igreja e colégio no Morro do Castelo, nos anos 1920, no Rio de Janeiro – inclusive, com a supressão desse acidente geográfico –, e a destruição da Sé Primacial do Brasil em 1933, em Salvador, são exemplos ilustrativos desse processo (TIRAPELI, 1999). O volume organizado por Leme (2005a) contempla as reformas urbanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Porto Alegre, Niterói e Vitória, mostrando não apenas a perda de construções monumentais importantes, mas também o arrasamento de trechos inteiros de arquitetura e urbanismo colonial.

Cabe-se destacar que a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 1891, teve um caráter fortemente descentralizador, refletindo uma reação à ação centralizadora do Império do Brasil (1822-1889). Essa constituição concedeu uma grande autonomia e poder de decisão aos estados, que puderam, entre outras coisas, endividarem-se no exterior sem ao menos relatar essas operações ao governo federal. Os estados tinham jurisdição exclusiva para tributar as exportações, as propriedades imobiliárias e as atividades industriais, cabendo ao governo federal apenas a tributação da importação de bens e serviços.

Alguns estados possuíam polícias estaduais com poder de fogo semelhante ao exército nacional; a Força Pública do Estado de São Paulo é emblemática disso. A Constituição de 1891, de orientação liberal, resguardava os direitos de propriedade individuais, tornando muito complicada a implantação de uma política pública patrimonial que concedesse direitos de salvaguarda ao Estado, em detrimento do proprietário do bem salvaguardado.

6.2 A formação do Estado Moderno brasileiro: bases das políticas públicas patrimoniais no primeiro período Vargas (1930-1945).

Com a Revolução de 1930, que depôs o então presidente Washington Luís, e impediu a posse do candidato eleito Júlio Prestes, iniciou-se uma fase de transformações marcantes para o Estado, sociedade e economia brasileiros. O primeiro período Vargas (1930-1945), com destaque para o Estado Novo (1937-1945), foi responsável pelo fortalecimento do Estado

brasileiro, por mudanças estruturais na economia nacional e por transformações nas relações entre Estado e sociedade no Brasil, com a introdução de três novas gramáticas políticas, a saber: o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo de procedimentos – além da manutenção do clientelismo (NUNES, 2010).

Não por acaso, o conjunto de contribuições do volume organizado por Szmrecsányi e Granziera (2004) considera Getúlio Vargas como o grande estadista brasileiro, que tinha uma visão de conjunto para o país. Por exemplo, Weffort (2004) deixa claro que o Estado Moderno (Estado Nacional) surge no Brasil apenas nos anos 1930, já que o Estado da República Velha (1889-1930) era um estado de tipo oligárquico e patrimonialista.

Para efeito de análise e organização, podem-se separar as transformações causadas pelo primeiro período Vargas (1930-1945) sobre o Estado, sociedade e economia do país em cinco pontos. Primeiro, houve a passagem de uma sociedade agroexportadora para uma sociedade agroindustrial, com o advento do processo de industrialização brasileira e o aumento de importância dos interesses ligados à produção para o mercado interno em detrimento dos interesses ligados ao pólo agroexportador (BELOCH, 2004; DINIZ, 2004). Entre 1929 e 1939, inclusive, a indústria de transformação cresceu, em média, 8,4% ao ano, enquanto a agricultura teve, para o mesmo período, apenas 2,2% de crescimento médio anual.

Segundo, o primeiro período Vargas (1930-1945) conseguiu superar o federalismo fragmentado da República Velha (1889-1930), fortalecendo o poder do Estado frente às oligarquias regionais. Além de ter subordinado os governos estaduais ao governo federal, ainda reservou a esse último o poder de decisão sobre todas as questões relevantes ao desenvolvimento do país (DINIZ, 2004).

Terceiro, o Estado passou a intervir ativamente na economia, com o propósito de desenvolver economicamente o país através da criação e fortalecimento de uma base industrial, e, para isso, desenvolveu estruturas centralizadas de planejamento voltadas aos setores-chave da economia⁷⁰. Teve-se, pela primeira vez desde a República Velha (1889-1930), uma visão de conjunto da economia brasileira. A Companhia Siderúrgica Nacional tornou-se um símbolo

⁷⁰ Na República Velha, o Estado também intervinha na economia, mas de forma a proteger os interesses do setor agroexportador; o Convênio de Taubaté, em 1906, foi um marco na defesa dos interesses dos cafeicultores brasileiros.

da industrialização do país e da intervenção estatal na economia, inclusive como provedora direta de bens e serviços (IGLÉSIAS, 2004; GORENDER, 2004). O Estado assumiu-se como desenvolvimentista, ou seja, considerou-se o principal agente, adotando como principal função, o desenvolvimento econômico do país (FONSECA, 2004).

É no primeiro período Vargas (1930-1945) que o Estado adquiriu as capacidades de organização e de regulação e controle do funcionamento da sociedade em escala nacional. Houve a formação de um núcleo soberano de comando, articulação, regulamentação e controle da sociedade em todo o território nacional. O Estado Nacional passou a ter o direito exclusivo do uso legítimo da violência, através de restrições às polícias estaduais. Criou-se também um sistema partidário nacional, em substituição aos partidos regionais e estaduais da República Velha (1889-1930). O Estado passou a estruturar racionalmente suas próprias funções administrativas, com a criação do Departamento de Administração e Serviço Público (DASP) (WEFFORT, 2004). Em suma, como colocado anteriormente, houve a criação do Estado Moderno (Estado Nacional) no Brasil.

É somente a partir do primeiro período Vargas (1930-1945) que o Estado começou a ter condições de formular e implantar um conjunto de políticas públicas efetivamente nacionais em diversas áreas de atuação, como, por exemplo, educação e saúde pública. O supracitado período foi marcado pela preocupação e trato de questões nacionais, em detrimento das regionais e locais. O Artigo 2. da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 1937, suprime os símbolos, bandeiras, brasões e símbolos de todas as unidades da federação: “A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o País. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos símbolos nacionais (BRASIL, 2011a).”

É nesse período também que são criados o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – encarregado de difundir informações fornecidas pelo governo central para todo o país – e A Voz do Brasil, programa radiofônico que tratava de temas nacionais, cuja retransmissão era obrigatória para todas as estações de rádio (PEREIRA, 2010).

Por fim, antes de entrar nas políticas patrimoniais em si, cabe atentar para o fato de que a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 1934, reconhece a função social da propriedade, restringindo os direitos da propriedade privada. Isso foi de

fundamental importância para a instituição do tombamento alguns anos depois, pois evitava a necessidade de o Estado desapropriar um bem cultural material para preservá-lo: “É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar (BRASIL, 2011b).”

Ao se iniciar o primeiro período Vargas (1930-1945), em 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública (MES) tentou promover uma ampla reestruturação dos departamentos e órgãos da cultura do governo federal, ação da qual participou Rodrigo Melo Franco de Andrade, futuro diretor do IPHAN (COSTA, 1986). Tendo a reforma fracassado, a área cultural do Estado terminou ficando na mesma situação instável e indefinida da República Velha (1889-1930), até que ocorreu a nomeação de Gustavo Capanema para Ministro da Educação e Saúde Pública, em 1934, cargo no qual ele permaneceria até o fim do Estado Novo, em 1945.

Ao assumir o MES, em 26/07/1934, Gustavo Capanema promoveu uma verdadeira revolução nos conceitos vigentes nas áreas de educação e cultura. Vinculando educação à segurança nacional – com a conseqüente nacionalização do ensino –, e estabelecendo a cultura como campo de “construção da alma nacional,” o MES passou a ter entre os seus objetivos a produção dos símbolos do Estado Novo, em substituição à iconografia da República Velha (1889-1930) e à do próprio Império do Brasil (1822-1889), e a valorização das letras, das artes e do patrimônio nacional (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000).

O mecenato cultural por parte do Estado, a recuperação e preservação dos monumentos do passado e a glorificação da memória nacional, com ênfase na mitificação dos grandes vultos históricos, foram a tônica da atuação do MES durante a gestão Capanema. Ao analisá-la, é possível observar uma série de pontos que influenciaram a formação e atuação do IPHAN, e que continuaram a influenciar o órgão federal de preservação, nas décadas seguintes.

A ação do MES no primeiro período Vargas (1930-1945) foi marcada por três características principais na área da cultura (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000). A primeira foi a criação de um serviço (IPHAN) com o objetivo de salvaguardar o PHAN, representado prioritariamente pelos monumentos de pedra e cal, como será visto adiante.

A segunda foi a defesa da nacionalidade brasileira, que, segundo Gustavo Capanema, estaria ainda em fase incipiente. O desenvolvimento da cultura do país passava, portanto, não apenas

pelo incentivo à arte, à música e às letras nacionais, como também pela contenção e eliminação de agentes de culturas e nações estrangeiras, donde a repressão aos núcleos de colonização européia no Sul do Brasil, então sentidos como perturbadores focos de apoio ao nazi-fascismo.

A terceira foi uma ação cultural direcionada à afirmação do catolicismo tradicional como religião nacional, o culto aos símbolos e aos vultos históricos mitificados, bem como a proteção aos monumentos históricos e artísticos nacionais, em detrimento das manifestações populares e das raízes culturais mais profundas da população. A classificação de um determinado conjunto de bens culturais como monumentos históricos e artísticos nacionais – ou PHAN, em outras palavras – respondeu a uma escolha ideológica do IPHAN, como será visto adiante.

6.3 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: formação do conceito de PHAN e bases da ação do Estado na área patrimonial.

Dentro da política de Gustavo Capanema à frente do MES, a criação do IPHAN inseriu-se na tentativa de restaurar, conservar e proteger o PHAN, representado principalmente na forma de monumentos de pedra e cal remanescentes do Brasil Colônia (1500-1822).

O Decreto-Lei Nº 25, de 30/11/1937 é ainda hoje a peça de legislação básica para a salvaguarda do PHAN no Brasil. Sua preocupação principal é garantir ao IPHAN os meios legais para exercer a salvaguarda de bens culturais materiais, sejam eles móveis ou imóveis, permitindo-lhe restringir os direitos de propriedade dos proprietários de bens culturais classificados como PHAN através do tombamento.

Essa peça de legislação não fornece uma definição precisa de o que é passível de ser classificado como PHAN, deixando ao órgão federal de conservação um grande poder discricionário na identificação, seleção e classificação de elementos culturais, como pode ser notado já em seu Artigo 1º.:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (FONSECA, 2005, p. 245)

Cabe destacar quatro pontos interessantes da formulação do conceito de PHAN, consolidado na direção do IPHAN por Rodrigo Melo Franco de Andrade por trinta anos ininterruptos (1937-1967) e na escolha, por parte dele, de seu sucessor, Renato Soeiro (1967-1979).

Primeiro, ao se rotular a arquitetura colonial como histórica e inscrita no passado, criou-se uma forte justificativa para sua recuperação e preservação. No caso específico do IPHAN, o patrimônio cultural a ser recuperado e preservado pelo órgão consistia nos bens móveis e imóveis considerados de valor histórico ou de grande valor arquitetônico e/ou escultórico, os chamados monumentos de pedra e cal do Brasil Colônia (MAGALHÃES, 1997). Isso levou a uma valorização, mais que de um estilo de arquitetura, de todo o acervo de objetos domésticos ou de trabalho, sacros ou leigos, de núcleos coloniais brasileiros, como Ouro Preto, pertencente aos séculos XVI, XVII e XVIII. No limite, isso acabou gerando um fluxo de procura por objetos de época e a transferência de muitos deles para coleções privadas nacionais e internacionais (DURAND, 1989).

Segundo, a justificativa para a recuperação e conservação de monumentos históricos relacionou as técnicas construtivas presentes no Brasil Colônia à arquitetura moderna de influência corbusiana (LONDRES, 2001). Não por acaso, a incorporação do modernismo na área de arquitetura foi feita pelo mesmo grupo preocupado em resguardar os bens culturais representativos do Brasil Colônia (1500-1822), fato raro na história mundial (DURAND, 1989). Em virtude de a arquitetura moderna de influência corbusiana ser tida por muitos como universal, sem laços com a identidade brasileira, a proteção do PHAN acabou por ser uma forma de dar legitimidade à proposta modernista ligada a essa influência internacional, e de desqualificar estilos arquitetônicos importados durante a República Velha (1889-1930), através de revistas de decoração e do repertório eclético que vários mestres-de-obra de origem imigrante introduziam no Brasil, e que eram desprezados pelos modernistas.

Terceiro, o conceito de PHAN, consolidado ainda no Estado Novo (1937-1945), não conseguiu incorporar a diversidade cultural do Brasil, utilizando-se de critérios de seleção

restritivos e uma noção limitada a respeito da formação histórica brasileira e da história da arquitetura nacional (LONDRES, 2001). Com isso, foram focalizados apenas os monumentos de pedra e cal representativos da etnia branca e de sua elite militar, eclesiástica e civil (FALCÃO, 1997), com a marginalização das manifestações populares, do legado das etnias negra e indígena e de estilos arquitetônicos incluídos no ecletismo e no classicismo imperial.

Quarto, a criação de uma “tradição brasileira autêntica” permitiria que o quê estivesse sendo criado de novo no país, rompendo com o passado (por exemplo, com o ecletismo arquitetônico), não descaracterizasse “a produção artística no que ela teria de particular – o seu caráter nacional –, perdendo assim também o seu valor universal, enquanto arte (FONSECA, 2005, p. 90).”

Cabe também destacar que a atuação e ideologia do IPHAN foram fortemente marcadas pelos preceitos da Carta de Atenas do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, de 1933. Ela estabelece formalmente como objetos legítimos do patrimônio histórico das cidades o edifício isolado (monumento) e o conjunto urbano, mas o foco principal de sua preocupação é mesmo o primeiro deles.

O monumento, afirma a supracitada carta, é o que melhor representa a “alma” da cidade, suas características particulares e “personalidade própria,” e sua função urbana é corporificar a identidade e memória urbanas:

69 – A destruição de cortiços ao redor dos monumentos históricos dará a ocasião para criar superfícies verdes. É possível que, em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum monumento de valor histórico destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável, mas inevitável. Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. Os vestígios do passado mergulharão em uma ambiência nova, inesperada talvez, mas certamente tolerável, e da qual, em todo caso, os bairros vizinhos se beneficiarão amplamente. (CURY, 2004, p. 53-54, grifo do autor)

O processo de criação do IPHAN estabeleceu as bases de atuação do órgão, e formou também um conceito de PHAN que conseguiu perpassar todas as mudanças políticas, econômicas e sociais enfrentadas pelo Brasil, ao longo do Século XX, ainda influenciando o órgão de maneira decisiva, em pleno Século XXI. Fato ilustrativo disso, as gestões de Rodrigo Melo Franco de Andrade e de seu assessor direto, Renato Soeiro, talvez marquem a mais longa

continuidade administrativa presente no Brasil desde o descobrimento, em 1500. Outro exemplo é o caso de Ayrton da Costa Carvalho, que foi superintendente regional do IPHAN em Pernambuco por mais de quarenta anos consecutivos, até 1998, quando faleceu.

Os trinta anos da gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade foram marcados pelo novo conceito em relação ao PHAN. Grande número de bens culturais foi tombado, passando a ser protegido por leis federais – 716 monumentos e obras, 28 conjuntos arquitetônicos parciais e 12 conjuntos arquitetônicos de cidades. Foram empreendidas pelo IPHAN pesquisas, decifrações e restaurações de documentos de arquivos civis e eclesiásticos de vários estados, elevação à categoria de monumento nacional das cidades de Parati, Mariana e Alcântara, e criação e fomento de novos museus, a exemplo dos museus regionais do Diamante (Diamantina, MG), da Inconfidência (Ouro Preto, MG), da Imigração e Colonização (Joinville, SC), além das casas de Vitor Meireles (Florianópolis, SC) e Otoni (Serra, MG), entre diversas outras ações (ANDRADE, 1986). Trata-se dos “anos de ouro” do patrimônio brasileiro (MARINHO, 1986), ou da chamada “fase heróica.”

Apesar dos avanços obtidos, a atuação do IPHAN, centrada em monumentos representativos da religião católica, da etnia branca e dos vencedores da história oficial, tornou a política do órgão altamente elitista, excluindo os artefatos produzidos pelas classes populares e as heranças das etnias africanas e nativas. A falta de representatividade da política empreendida pelo IPHAN é considerada como fator de isolamento do órgão dentro do governo federal e da própria sociedade, levando ao seu esvaziamento político, a dotações decrescentes de recursos e a sua incapacidade operacional (FALCÃO, 1984).

O domínio da corporação de arquitetos na sistemática de tombamento e intervenção fez com que esses processos adquirissem diretrizes de caráter estritamente técnico (no sentido arquitetônico), ignorando aspectos sociais e econômicos (FALCÃO, 1984). Ou seja, o tombamento passou a ser, no Brasil, um processo cujos interessados mais diretos – proprietários e governos subnacionais, entre outros – nunca conseguiram participar de maneira efetiva, no que Joaquim Arruda Falcão denominou de “monólogo dos arquitetos.”

De acordo com essa visão, preservar um bem cultural edificado significa restaurá-lo arquitetonicamente, a partir de uma visão de viés museológico (FALCÃO, 1984). Isso ajudou a perpetuar séria indefinição quanto aos usos a dar ao acervo de bens tombados, e a nutrir um

enorme distanciamento, dificuldade de contato e incapacidade de negociação entre os técnicos do órgão e os proprietários dos bens, fossem eles pessoas físicas, firmas, igreja católica e mesmo entidades do governo.

Dada a hegemonia da corporação de arquitetos e a presença de um processo centralizador de decisão, a atuação do IPHAN nunca foi integrada aos numerosos órgãos estaduais e municipais de preservação patrimonial (LONDRES, 2001). Isso reforçou o seu esvaziamento, e impossibilitou a criação de um sistema articulado nacionalmente de proteção patrimonial; não é à toa que até hoje não exista uma divisão clara de tarefas entre as diversas instâncias governamentais.

Fonseca (2005) aponta que, de modo geral, a população foi vista como “massa” pelo IPHAN durante a fase heróica, pois era considerada incapaz de compreender o valor e sentido do PHAN. Nota-se a ausência de ações de educação patrimonial, inclusive através do ensino público formal, mesmo o IPHAN tendo permanecido por quase cinquenta anos no MES, depois Ministério da Educação e Cultura. Além disso, há uma diferença muito grande nos critérios de valorização dos bens tombados; enquanto o órgão federal de preservação sempre privilegiou o valor artístico (estético) em detrimento do valor histórico, a população, de modo geral, valoriza mais a antiguidade, beleza e riqueza desses bens.

Isso faz com que o PHAN seja pesado e mudo, pesado porque mudo:

Valioso, trata-se, porém, de um patrimônio pesado e mudo. Pesado, não só por sua monumentalidade, pela solidez dos materiais e pelo lugar que ocupa no espaço público. Pesado porque mudo, na medida em que, ao funcionar apenas como símbolo abstrato e distante da nacionalidade, em que um grupo muito reduzido se reconhece, e referido a valores estranhos ao imaginário da grande maioria da população brasileira, o ônus de sua proteção e conservação acaba sendo considerado como um fardo por mentes mais pragmáticas. [...] esses bens [patrimoniais] parecem guardar a sete chaves, para a grande maioria da população, as informações, sentidos e valores que teriam justificado sua inclusão no patrimônio histórico e artístico nacional. (FONSECA, 2005, p. 26-27)

É importante frisar que, na pós-modernidade, à medida que o recurso à nacionalidade como cultura, identidade e patrimônio oficiais perde progressivamente sua legitimidade e autoridade para o conjunto da sociedade, em virtude da ascensão de identidades coletivas particulares,

regionalismos, narrativas paralelas e relativismo cultural, esse patrimônio tombado tende a se tornar mais mudo e pesado ainda.

Em suma, fica claro que as primeiras medidas efetivas de preservação patrimonial surgiram em um Estado forte, expansionista e autoritário (Estado Novo), a partir de um pequeno grupo formado principalmente por intelectuais e arquitetos, interessado em criar uma legislação, localizar e tombar bens materiais de pedra e cal remanescentes do Brasil Colônia (1500-1822). Ao mesmo tempo em que se criou um consenso dentro desse grupo de que a salvaguarda, recuperação e conservação desse patrimônio deveria ser primordialmente tarefa do Estado, não houve uma reflexão quanto aos usos possíveis desses monumentos, nem à apropriação do patrimônio cultural pela população em geral, tendo sido sua preservação estabelecida sob uma ótica estritamente “cultural.”

6.4 As gramáticas políticas brasileiras: clientelismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos no caso do Pátio de São Pedro.

Nunes (2010) analisa o processo de construção institucional do Estado brasileiro, a partir dos anos 1930, com a emergência do Estado Nacional e de uma economia moderna capitalista; o autor constrói um excelente arcabouço teórico interpretativo para se mais bem compreender as relações entre a sociedade e instituições políticas formais no país.

Para esse autor, aqui endossado, o relacionamento e convívio de quatro gramáticas políticas diferentes – clientelismo, insulamento burocrático, universalismo de procedimentos e corporativismo – permitiram a construção de um Estado Nacional e o processo de industrialização do Brasil. A partir dos anos 1930, o Brasil assistiu dois movimentos aparentemente contraditórios, mas que se complementaram em diversos momentos, a saber: a) a institucionalização de três novas gramáticas políticas no país – corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos; e b) a manutenção do clientelismo. Essas gramáticas evoluíram de maneira desigual ao longo do tempo, ganhando e perdendo fôlego de acordo com o momento político. Para os propósitos desse trabalho, não cabe analisar a gramática política do corporativismo, pois ela não teve nenhuma influência nas políticas públicas de regeneração urbana no Pátio de São Pedro.

O clientelismo é um termo empregado de maneira frouxa, inclusive sendo confundido por alguns comentadores com os conceitos de coronelismo e patrimonialismo. O clientelismo denota um tipo de relação entre atores políticos que envolve a troca de recursos, sejam eles políticos e/ou econômicos. Geralmente, um ator político cede empregos, isenções e benefícios fiscais, cargos públicos e símbolos de status em troca de apoio político, na maior parte das vezes o voto (CARVALHO, 1997).

O clientelismo depende de um conjunto de redes personalistas, dos recursos materiais do Estado e do envolvimento tanto dos partidos políticos quanto da burocracia de Estado (NUNES, 2010). Trata-se, grosso modo, de um sistema de troca de favores entre pessoas. O clientelismo tem mais força na escala local, na qual o insulamento burocrático, corporativismo e universalismo de procedimentos não conseguem enfraquecer a sua lógica de troca de favores entre políticos individuais, partidos políticos e eleitorado.

Trata-se da gramática política mais importante para se entender as políticas públicas de regeneração urbana no Pátio de São Pedro nas últimas quatro décadas. Mesmo muitos programas e projetos terem contado com alto grau de formalização, na forma de documentos e inserção em planos municipais mais abrangentes, seu estudo revela que a troca de favores e as relações pessoais são vitais para se compreender o que aconteceu nesse espaço urbano, desde os anos 1970.

O insulamento burocrático é a forma através da qual as elites econômicas e tecnoburocráticas promoveram a industrialização e o desenvolvimento econômico, a partir dos anos 1930; trata-se de um insulamento (isolamento) de partes do núcleo técnico do Estado dos partidos políticos e de órgãos encarregados de atender demandas políticas; em suma, é a forma de se proteger essas partes do reino do clientelismo. Nunes (2010, p. 54-55) sintetiza o conceito e a lógica de funcionamento do insulamento burocrático:

Na linguagem da teoria organizacional contemporânea, o insulamento burocrático é o processo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência oriunda do público ou de outras organizações intermediárias. Ao núcleo técnico é atribuída a realização de objetivos específicos. O insulamento burocrático significa a redução do escopo da arena em que interesses e demandas populares podem desempenhar um papel. Esta redução da arena é efetivada pela retirada de organizações cruciais do

conjunto da burocracia tradicional e do espaço político governado pelo Congresso e pelos partidos políticos, resguardando estas organizações contra tradicionais demandas burocráticas ou redistributivas. [...] a coalização formada com atores externos selecionados é vital para garantir tanto os recursos adicionais para a realização das metas como para solidificar a proteção do núcleo técnico contra ruídos originados no mundo exterior.

Considera-se que o IPHAN é um caso emblemático de insulamento burocrático no Brasil, apesar de esse conceito ter sido utilizado para a descrição de conselhos, órgãos e autarquias vinculadas à promoção do desenvolvimento econômico nacional. Fonseca (2005) já trabalha com a questão do isolamento do órgão federal de preservação, tanto dentro do próprio governo quanto de determinados setores da intelectualidade brasileira, principalmente os que exibiam qualquer tipo de contestação ao padrão de atuação do IPHAN.

Cabe-se destacar que foi um insulamento burocrático sem alianças com atores-chave internos ou externos, principalmente políticos, ao contrário de o que aconteceu com as equipes pró-industrialização e pró-desenvolvimento da gestão Getúlio Vargas (1951-1954) e da gestão Juscelino Kubitschek (1956-1961). Isso reforçou e foi reforçado pela baixa importância concedida às políticas patrimoniais no Brasil, e explica em boa parte a falta de recursos humanos e materiais do IPHAN, já a partir dos 1950.

Fica clara a caracterização das políticas públicas patrimoniais com o instrumento do tombamento e, na prática, a sua restrição a isso, além de atividades de restauração e conservação não sistematizadas, em virtude da falta de recursos humanos e financeiros. A coalizão com atores externos é vital para a sobrevivência do insulamento burocrático, pois, em última análise, é preciso de apoio dentro do governo e sistema político-partidário (recursos). Isso sempre faltou ao IPHAN, e o condenou ao ostracismo político e orçamentário ainda nos anos 1950 e 1960.

O universalismo de procedimentos consiste em um sistema que reconhece a igualdade de todos perante a lei, garantindo-se a cidadania plena dos cidadãos. É a gramática política que defende regras e procedimentos claros e universalísticos para a alocação de benefícios e encargos públicos (NUNES, 2010). Formalmente, o Centro Permanente de Turismo do Recife, com suas licitações, comissão executiva independente e reconhecimento de mérito dos participantes, poderia ser descrito como universalista em seus procedimentos. A gestão Roberto Magalhães (1997-2000) também formalizou um projeto baseado no universalismo de

procedimentos para a recuperação do Pátio de São Pedro. Contudo, em ambas as oportunidades, uma análise mais profunda mostra que o universalismo de procedimentos proposto não conseguiu resistir à lógica do clientelismo por muito tempo.

7. A MODERNIZAÇÃO DO RECIFE E O TURISMO NA PRESERVAÇÃO DO PÁTIO DE SÃO PEDRO, 1909-1969.

Antes de se adentrar nas políticas públicas de regeneração urbana que tiveram como objeto o Pátio de São Pedro entre 1969 e 2008, inclusive, a partir da criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, cabe contextualizar o desenvolvimento das supracitadas políticas na estrutura e transformações pelas quais passou a Cidade do Recife. O presente capítulo apresenta e discute os antecedentes e o quadro mais geral no qual se desenvolveram os esforços para se transformar o pátio em um espaço urbano privilegiado para o lazer, turismo e entretenimento.

Primeiro, apresenta-se a Cidade do Recife, principal município da RMR e capital do Estado de Pernambuco. Segundo, mostra-se o pátio, com uma breve descrição de sua importância artística e histórica, principais elementos constituintes e papel ocupado no imaginário de importantes intelectuais recifenses. Terceiro, descreve-se o Recife no início do Século XX, analisando-se as reformas e remodelações urbanas e processos de modernização que objetivaram transformar a antiga cidade colonial em uma metrópole regional moderna, eficiente e bonita.

Quarto, assinalam-se algumas transformações ocorridas no Recife, nos anos 1940, 1950 e 1960, particularmente importantes para se compreender as mudanças e permanências sofridas pelo núcleo antigo da cidade e pelo Pátio de São Pedro em particular. Quinto, aprofundam-se a descrição, análise e avaliação das permanências e mudanças sofridas pelo pátio entre os anos 1910 e 1960, inclusive; trata-se de compreender os antecedentes da criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, na gestão Geraldo Magalhães (1969-1971).

7.1 O Recife: descrição geográfica, social e econômica e caracterização do núcleo antigo.

A Cidade do Recife é capital do Estado de Pernambuco e uma das três metrópoles regionais brasileiras localizadas na Região Nordeste, ao lado de Salvador e Fortaleza. Localiza-se na Zona Fisiográfica do Litoral e Mata do Estado de Pernambuco, limitando-se ao norte com

Olinda e Paulista, ao sul com Jaboatão dos Guararapes, a oeste com Camaragibe e São Lourenço da Mata e a leste com o Oceano Atlântico. Possui área de 218,498 quilômetros quadrados, composta apenas pelo distrito-sede.

Segundo o Censo Demográfico 2010, a população residente é cerca de 1.537.704 habitantes, o que resulta em uma densidade demográfica de 7.037,61 habitantes por quilômetro quadrado, número maior de o que encontrado para a Cidade do Rio de Janeiro (5.265,81) e similar ao verificado na Cidade de São Paulo (7.387,69) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011b). Atualmente, o Recife forma uma conurbação com os municípios de Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Paulista e Camaragibe, espalhando-se a mancha urbana pelas principais vias de ligação rodoviária da RMR. Em conjunto, os catorze municípios da RMR contam com uma população de 3.690.547 habitantes⁷¹.

Pode-se dividir a cidade em cinco partes geográficas distintas, a saber: a) a unidade litorânea, cuja estreita faixa arenosa estende-se por apenas nove quilômetros; b) o baixo estuário, cujos manguezais ainda hoje ocupam em torno de 430 hectares, ou seja, quase 2% da área total da cidade; c) a planície aluvional de origem flúvio-marinha, que recebeu a maior parte dos engenhos no Recife durante o Brasil Colônia (1500-1822); e d) os morros, que ocupam 58% da área total do Recife, localizando-se no oeste, norte e sudoeste da cidade. Não há elevações de destaque; todos os morros têm menos de 100 metros de altitude (MESQUITA, 2004; FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA, 1968).

O Recife alcançou um Produto Interno Bruto de R\$ 22.452.492.000,00, em 2008, a preços correntes, o que resultou em uma renda per capita igual a R\$ 14.485,67, a maior dentre as das metrópoles regionais da Região Nordeste – Salvador (R\$ 10.061,42) e Fortaleza (R\$ 11.461,22); entretanto, está bem abaixo das rendas per capita das metrópoles nacionais: São Paulo (R\$ 32.493,96) e Rio de Janeiro (R\$ 25.121,92) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a). Foi também o vigésimo maior Produto Interno Bruto Municipal, em 2008, representando, sozinha, 0,74% do total nacional. Já a RMR apresentou um Produto Interno Bruto de R\$ 45.715.012.000,00 em 2008, a preços correntes, o

⁷¹ A RMR é formada por Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata.

que resultou em uma renda per capita igual a R\$ 12.250,39 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a).

O Recife tem sua economia baseada no comércio e serviços, apesar de a indústria da construção civil e de transformação ainda serem relevantes à economia municipal, importância que deve aumentar nos próximos anos, à medida que o Complexo Industrial e Portuário de Suape, localizado em Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, continue a se consolidar como principal pólo industrial e logístico das regiões Norte e Nordeste, e muitas indústrias têm decidido localizarem-se em Igarassu, Paulista, Vitória de Santo Antão e Goiana⁷².

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) da RMR foi de 0,715, em 1991, passando para 0,780, em 2000; isso faz com que ela esteja no vigésimo oitavo lugar entre trinta e três regiões metropolitanas, núcleos metropolitanos, áreas de expansão metropolitana e colares metropolitanos (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003).

O Recife é um dos principais destinos de turismo receptivo do Brasil, tanto doméstico quanto (ainda) internacional. Para os padrões brasileiros, ela conta com uma boa infra-estrutura urbana e turística, apta a receber os turistas brasileiros e estrangeiros. Provê uma boa acessibilidade externa, através de rodovias federais e estaduais – de forma geral, bem conservadas e duplicadas –, do Porto do Recife, que recebe regularmente navios de cruzeiro, e do Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes-Gilberto Freyre, um dos únicos com previsão de estarem totalmente aptos para a Copa do Mundo 2014 e o maior e mais moderno da Região Nordeste. Também conta com um centro de convenções, tornando-o um dos principais destinos de turismo de negócios do país.

A superestrutura turística é formada por uma ampla rede de hotéis, pousadas e albergues, bares, restaurantes, boates e sorveterias, agências de turismo receptivo, *shopping centers*,

⁷² O Recife ficou tanto tempo sem receber uma grande unidade fabril que, quando o grupo Schincariol anunciou a instalação de uma fábrica na cidade, no início dos anos 2000, não havia nenhum órgão ou funcionário da PCR apto a conhecer ao menos o que era preciso fazer em termos de licenciamento e fiscalização das obras por parte da prefeitura municipal. A negociação tinha sido feita com a Prefeitura Municipal de Camaragibe; após o início das obras, descobriu-se que o terreno localizava-se no Recife.

comércio varejista especializado, inclusive lojas de artesanato, casas de *shows*, parque temático, teatros e cinemas etc. É considerado um dos maiores pólos gastronômicos do país, ao lado de São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, cabe apresentar um “porém”: a crise pela qual passou o turismo na cidade nos anos 1990 e 2000, bem como a valorização imobiliária do Bairro de Boa Viagem, causou uma redução do número de hotéis, inclusive com o encerramento de vários hotéis tradicionais – e a conseqüente demolição das edificações⁷³.

O Recife possui também um numeroso e diversificado conjunto de atrações turísticas, apto ao desenvolvimento do turismo cultural, turismo de compras e composto sol, mar e praia, entre outros. A cidade conta com dezenas de monumentos e dois conjuntos arquitetônicos e urbanísticos tombados pelo IPHAN, com maior presença em seu núcleo antigo. É sede do maior *shopping center* da Região Nordeste – o Shopping Center Recife –, além de dois grandes centros de venda de arte e artesanato – Mercado de São José e Casa da Cultura.

A Praia de Boa Viagem, perto da qual se concentram os hotéis e pousadas, é considerada uma das mais bonitas praias urbanas do Brasil. Além disso, há destinos turísticos importantes perto da cidade, que podem ser visitados através de passeios de um dia, a saber: a) Olinda, Patrimônio Mundial da Humanidade; b) Porto de Galinhas; c) Igarassu; d) Caruaru; e e) outros destinos.

Em 2007, as atividades características de turismo, cujo consumo seria sensivelmente reduzido na ausência de turistas, geraram um valor adicionado de R\$ 82,7 bilhões no país, o equivalente a 5,4% de todo o setor de serviços e a 3,6% do valor adicionado total da economia brasileira (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010b).

Em 2001, o mercado doméstico de turismo no Brasil foi composto de 41.350.000 turistas, que geraram um gasto total de R\$ 48,4 bilhões. O Produto Interno Bruto do turismo foi de R\$ 29,525 bilhões, o equivalente a 2,5% do total nacional. O emprego em atividades turísticas foi de 1.304.453 pessoas, correspondendo a 4,83% do emprego nacional (INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, 2002). A Região Nordeste teve um Produto Interno Bruto turístico de R\$ 9,773 bilhões, em 2001, o equivalente a 6,5% do total regional.

⁷³ O **APÊNDICE L** traz dois gráficos úteis à caracterização do Recife, com a formação do Produto Interno Bruto municipal, em 2008, e o IDH-M de cidades selecionadas.

A Cidade do Recife é o décimo terceiro destino turístico mais visitado do país, sendo responsável por 1,1% do total das viagens domésticas (turismo receptivo). Ela é também o sexto destino mais desejado pelos turistas domésticos (3,5% do total), estando atrás apenas de Fernando de Noronha (PE), Fortaleza (CE), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ) e Natal (RN) (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS; BRASIL, 2009).

No turismo internacional, Pernambuco respondeu por apenas 1,85% e 1,65% das chegadas de turistas ao Brasil, em 2009 e 2010, respectivamente (BRASIL, 2011c); em 2004, o Recife foi o quinto destino turístico mais visitado por turistas estrangeiros no país, respondendo por 7,5% do fluxo total (INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO, 2004), o que dá uma idéia da recente perda de importância relativa da cidade no turismo internacional receptivo.

O núcleo antigo do Recife é composto por quatro bairros, a saber: a) o Bairro do Recife; b) o Bairro de Santo Antonio; c) o Bairro de São José; e d) o Bairro da Boa Vista. Ele é mais comumente conhecido como o centro da cidade, ou simplesmente “a cidade,” como quando a recifense fala que vai para “a cidade” fazer compras, ou quando o ajudante de van alardeia quando chega a um ponto de espera de passageiros – “Cidade, cidade, cidade!!!” A Foto 051⁷⁴ traz uma vista aérea da Cidade do Recife:

⁷⁴ O **APÊNDICE M** traz 131 fotos, mapas e desenhos do núcleo antigo do Recife e do Pátio de São Pedro e arredores. Excepcionalmente, a Foto 051 reproduz a Foto 083 do supracitado apêndice.

Foto 051: Vista aérea das cidades do Recife e Olinda. Fonte: Google Earth. Foto tirada em 18.06.2009. A foto foi tirada de uma altitude de 12.000 metros, e possui as seguintes coordenadas: 8 01'50.34" S 34 53'34.68" O.

Legenda: (1) Bairro do Recife; (2) Bairro de Santo Antonio; (3) Bairro de São José; (4) Bairro da Boa Vista; (5) Olinda; e (6) colina histórica de Olinda.

O núcleo antigo do Recife só teve sua área totalmente definida apenas nos anos 1960, quando foram feitos os últimos aterros no Bairro do Recife, mais especificamente no Cais do Apolo. A área desse núcleo sempre esteve exposta à influência das águas dos rios, com vários charcos, mangues e alagados a cobrir vastas extensões de terra, o que foi solucionado definitivamente apenas durante o Século XX.

Junto com Santo Amaro, Cabanga, Ilha do Leite, Paissandu, Soledade, Coelhoos e Ilha Joana Bezerra, o núcleo antigo forma a Região Político-Administrativa 1 (RPA-1), também

conhecida como o centro expandido do Recife. Trata-se de uma região que vem sofrendo tanto com a perda de residentes locais quanto com a saída de firmas e atividades econômicas para outras partes da cidade⁷⁵. Por exemplo, enquanto a população do Recife aumentou 9,6% entre 1991 e 2000, inclusive, o número de residentes da RPA-1 passou de 83.010 para 78.098, o que representa uma diminuição de 5,92%⁷⁶ (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2007a).

O Bairro do Recife, localizado na ilha de mesmo nome, foi o núcleo primitivo de ocupação da cidade. Como afirmava Josué de Castro, o Recife surgiu como porto e a serviço de seu porto. Mesmo com a consolidação do Complexo Industrial e Portuário de Suape, o Porto do Recife manteve sua importância regional, e o governo estadual tem investido para que ele continue a operar como porto, a despeito de projetos de regeneração urbana formulados nos anos 2000 terem previsto o encerramento de suas atividades.

Recentemente, com a transferência do Moinho Recife para Suape, apenas uma grande indústria permanece no Bairro: a Pilar – Produtos Alimentícios. Ele concentra grandes prédios públicos, inclusive o prédio-sede da PCR, bares, restaurantes e casas de *show*, o Paço Alfândega, *shopping center*, instalado nos anos 2000, no prédio da antiga alfândega, galerias de arte, centros culturais etc. Destacam-se no Bairro do Recife as firmas de tecnologia da informação, instaladas a partir da experiência pioneira e exitosa do Porto Digital.

Em 2000, a população residente no Bairro do Recife – 925 pessoas no total – vivia, de forma geral, em condições miseráveis, principalmente na Favela do Rato. O bairro apresentava o terceiro menor rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, no valor de R\$ 48,84, à frente apenas da Ilha Joana

⁷⁵ É importante frisar que algumas áreas da RPA-1 estão entre as mais dinâmicas economicamente da Cidade do Recife, como, por exemplo, a Ilha do Leite, que concentra muitos hospitais, clínicas e consultórios médicos particulares, e trechos do Bairro do Recife, com destaque para o Porto Digital. Contudo, elas não conseguem reverter a situação geral de esvaziamento econômico e perda populacional do núcleo antigo do Recife e RPA-1.

⁷⁶ Os dois únicos bairros que apresentaram crescimento populacional nesse período foram a Ilha Joana Bezerra, cuja população vive em grande parte em habitações subnormais, e o Bairro do Recife, cuja população residente é uma das mais miseráveis da cidade, como será visto adiante.

Bezerra (R\$ 47,20) e Passarinho (R\$ 47,63) (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2007a)⁷⁷.

O Bairro de Santo Antonio localiza-se no nordeste da Ilha de Antonio Vaz, e se distingue dos demais por ser o mais verticalizado do núcleo antigo. Trata-se do local onde foi construída a Cidade Maurícia durante a ocupação holandesa (1630-1654), inclusive com a construção do famoso Palácio de Friburgo e a implantação do Parque de Friburgo. Encontram-se nesse bairro a sede do governo estadual, o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, vários órgãos públicos estaduais e municipais e cartórios; o comércio mais sofisticado do núcleo antigo desenvolve-se no chamado “Corredor do Comércio,” cuja maior parte encontra-se em logradouros do Bairro de Santo Antonio – apenas a Rua da Imperatriz fica no Bairro da Boa Vista. Atualmente, os prédios comerciais apresentam alta taxa de vacância, como, por exemplo, o Edifício Santo Antonio (50%), projetado por Acácio Gil Borsoi.

A baixa população residente no Bairro de Santo Antonio – 539 pessoas no total – resulta das reformas e processos de remodelação sofridos por seu território, nos anos 1930 e 1940, com a expulsão de grande parte dos seus então moradores, cujas casas e sobrados foram substituídos por prédios comerciais. O rendimento nominal médio mensal é de R\$ 247,01 – todos os dados referem-se ao ano 2000 (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2007a).

O Bairro de São José, onde se encontra o Pátio de São Pedro, localiza-se na Ilha de Antonio Vaz, à sudoeste do Bairro de Santo Antonio; é o que mais manteve a configuração urbana do Brasil Colônia (1500-1822), pois não sofreu reformas e remodelações urbanas do mesmo porte pelos quais passaram os bairros de Santo Antonio e do Recife, com exceção da conclusão da Avenida Dantas Barreto. Também sofreu influências do urbanismo holandês, porém menos profundas de o que o Bairro de Santo Antonio. Ainda cumpre função habitacional importante dentro da RPA-1, e seu casario histórico é predominantemente ocupado por comércio popular: armarinhos, miudezas, sucataria, drogarias, perfumarias, produtos alimentícios, roupas etc. O bairro é pouco verticalizado, e mantém um importante mercado popular: o Mercado de São José, tombado pelo IPHAN. Conta também com forte comércio informal de produtos alimentícios, miudezas e produtos de segunda mão.

⁷⁷ Para efeito de comparação, esse rendimento é superior a R\$ 1.000,00 em quatro bairros: Jaqueira (R\$ 1.333,89), Casa Forte (R\$ 1.111,78), Aflitos (R\$ 1.077,00) e Graças (R\$ 1.066,87). Em Boa Viagem, ele é de R\$ 866,13.

A população residente no Bairro de São José – 8.653 pessoas no total – apresentou uma queda expressiva nos anos 1990: 19,6%, tendo como base os 10.762 residentes em 1991. O bairro vem perdendo população, desde os anos 1970, quando a conclusão da Avenida Dantas Barreto expulsou centenas de famílias do casario civil demolido para esse fim. O rendimento nominal médio mensal era de R\$ 69,43, um dos mais baixos do Recife – todos os dados referem-se ao ano 2000 (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2000a).

O Bairro da Boa Vista originou-se no continente, apesar de a abertura do Canal Derby-Tacaruna ter transformado a área em ilha, já na primeira metade do Século XX. Sempre foi considerado o bairro mais “aristocrático” do núcleo antigo, com trechos ocupados por população de classe média. Encontram-se nele entidades e órgãos públicos, muitas escolas, cursinhos e universidades privadas e confessionais, comércio varejista, o Shopping Center Boa Vista, alguns hotéis e pousadas, lojas de departamento na Avenida Conde da Boa Vista, centros culturais etc. A Rua da Aurora possui prédios ainda ocupados e desejados pela classe média recifense.

A população residente desse bairro – 14.033 pessoas no total – também apresentou uma queda expressiva nos anos 1990, da mesma forma que no Bairro de São José: 17,74%, tendo como base os 17.059, em 1991. Essa perda de população está sendo mais sentida desde os anos 1980; os primeiros projetos da PCR para recuperar a função habitacional do bairro datam do início dos anos 1980, mas, como colocaram alguns funcionários da Empresa de Urbanização do Recife (URB-Recife), nenhum deles jamais saiu do papel. O rendimento nominal médio mensal é de R\$ 579,11, alto para a RPA-1. Todos os dados referem-se ao ano 2000 (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2000a)⁷⁸.

7.2 Pátio de São Pedro e Igreja de São Pedro dos Clérigos: descrição e caracterização.

⁷⁸ Para se ter idéia da pouca importância do valor total do rendimento nominal mensal do núcleo antigo do Recife, a RPA-1 representa apenas 5,17% do total da cidade, ao passo que, isoladamente, o Bairro de Boa Viagem responde por 25,26% dele.

A Igreja de São Pedro dos Clérigos foi tombada pelo IPHAN, em 1938 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1994). A igreja foi projetada no início do Século XVIII – sua construção estendeu-se de 1728 a 1782 –, tendo sofrido algumas reformas, ao longo do Século XIX, com a manutenção do estilo barroco. Trata-se da única igreja de partido poligonal da Região Nordeste, apresentando uma portada de excepcional beleza (TIRAPELI, 1999)⁷⁹.

O conjunto arquitetônico e paisagístico do Pátio de São Pedro foi tombado pelo IPHAN apenas em 1967; ele foi o primeiro a ser protegido pela legislação federal no Estado de Pernambuco (ROCHA, 2004). O polígono de tombamento federal engloba a Igreja de São Pedro dos Clérigos, trinta e um imóveis no pátio, dos quais vinte e um pertencem à PCR e IPHAN, e outros imóveis localizados fora do pátio, mas dentro de seu perímetro de influência – Rua das Águas Verdes, Rua Tobias Barreto, Rua Felipe Camarão e Travessa de São Pedro⁸⁰.

O Pátio de São Pedro é considerado um conjunto urbano notável, por permitir a fruição da Igreja de São Pedro dos Clérigos, uma das mais expressivas estruturas arquitetônicas do Brasil, em uma escala que a aproxima daquela presente nas igrejas medievais (ROCHA, 2004).

Atualmente, o casario civil do pátio apresenta-se em bom estado de conservação, com baixo grau de descaracterização. Funcionam no local alguns bares e restaurantes populares, além de nove museus, memoriais e centros culturais mantidos pela PCR, dentro da proposta, aceita pela gestão João Paulo (2001-2008), de ali concentrar equipamentos culturais. A Igreja de São Pedro dos Clérigos enfrenta sérios problemas de conservação, tanto em sua estrutura quanto em diversos elementos artísticos. A parte mais bem conservada é seu frontispício, que dá para o referido pátio. Em 2010, ela foi fechada para restauração, sob a supervisão do IPHAN.

⁷⁹ Foge ao objeto de estudo do presente trabalho uma descrição mais detalhada da Igreja de São Pedro dos Clérigos; contudo, recomenda-se Pio (1942) para a leitora interessada tanto na história do templo religioso quanto na descrição artística da edificação e acervo.

⁸⁰ O Pátio de São Pedro é também protegido por legislação municipal, fazendo parte do Setor de Preservação Rigorosa 4, da Zona Especial de Preservação 10, dos bairros de Santo Antônio e São José (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1981a). Como já visto, os dois bairros fazem parte do núcleo antigo, e concentram a maior parte dos processos de tombamento do IPHAN no Recife.

O casario civil tombado localizado nos arredores do pátio – Rua das Águas Verdes, Rua Tobias Barreto, Rua Felipe Camarão e Travessa de São Pedro – encontra-se em péssimo estado de conservação, enfrentando toda sorte de descaracterizações e mutilações: abertura de portas largas, colocação de toldos e placas comerciais, aumento da altura das edificações, presença de portas e janelas entaipadas etc. Muitas casas sediam ferros-velhos e oficinas de reciclagem de metais, além de amoladores de facas, tesouras e alicates, depósitos, representações comerciais etc.

Os pátios de igreja, espécie de largo fronteiro, cercados de casas muitas vezes de propriedade de ordens religiosas e irmandades, eram comuns no Recife, tendo função religiosa marcante. Deles saíam as procissões, e neles ocorriam as festas em homenagem ao santo padroeiro do templo. A partir de meados do Século XIX, festas e manifestações profanas, antes restritas, passaram a ser celebradas nesses pátios, inclusive o Carnaval, costume que se mantém até hoje.

Na Cidade do Recife, muitos pátios foram destruídos – casos do da Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo e o da Igreja de Nossa Senhora do Paraíso – ou descaracterizados – como o da Igreja de São José do Ribamar –, em virtude da abertura de vias de circulação ou simples substituição das edificações coloniais. O Pátio de São Pedro mantém não apenas sua configuração urbana original, mas também sua igreja e casario civil, preservando sua forma do Século XIX, em pleno Século XXI. Rocha (1959, p. 59-61) coloca:

Esta pequena praça era um importante logradouro do centro da cidade, quando em sua igreja pregou o Pe. Miguelinho, em 1804, ou o grande Bispo D. Vital, em 1876, ao voltar da prisão. Há muito, porém, que o comércio e a indústria foram ocupando as suas antigas casas de família e chegaram até a prejudicar a própria “casa de Deus.” Foi a velha igreja que salvou o Pátio de S. Pedro das sucessivas devastações urbanísticas, iniciadas em 1850 com a demolição do Arco do Bom Jesus. E nestes meados do século XX, ainda é a igreja de S. Pedro dos Clérigos, agora também Concatedral Arquidiocesana, que vai livrar o pátio fronteiro das ameaças do comércio e da indústria, que até racharam a sua alvenaria e enegreceram a sua imponente fachada.

Pelo menos desde os anos 1930, o pátio, junto com a Igreja de São Pedro dos Clérigos, é citado como uma das atrações mais importantes do Recife, por textos preocupados em descrever para o residente ou visitante os lugares, objetos, pessoas e construções mais

interessantes da cidade. Freyre (1968, p. 27) guia o visitante interessado nos monumentos históricos da cidade:

O turista saia da Praça da Independência e tome a Rua Larga do Rosário, ao lado da Igreja do Rosário, largue-se pela Rua do Fogo adentro, até o pátio de São Pedro; aí o espera uma das igrejas mais românticas do Brasil; a de São Pedro dos Clérigos. [...] Logo a porta de São Pedro, de motivo barroco, é uma delícia. Suas torres, das mais bonitas que tem a cidade. Cada uma, com quatro tochas. De cada lado da igreja, um desses lampiões bem recifenses, pegados à parede. No interior, altares entalhados, retábulos de talha dourada, jacarandás pretos, púlpitos bem trabalhados; uma pia de pedra portuguesa. Merece bem uma demorada visita a Igreja de São Pedro.

A Foto 052 permite à leitora visualizar a inserção do Pátio de São Pedro no antigo Bairro de São José, ainda hoje pouco verticalizado⁸¹:

Foto 052: Vista aérea parcial do Bairro de São José, tendo ao centro a Igreja de São Pedro dos Clérigos. Fonte: arquivos da 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN. A foto não é datada. A foto é provavelmente de meados dos anos 1970, e mostra o Bairro de São José ainda não verticalizado, mas já com a Av. Dantas Barreto concluída. A Igreja de São Pedro dos Clérigos, em conjunto com a Basílica da Penha (indicada com seta vermelha), domina a paisagem do histórico bairro. Notam-se também duas outras estruturas arquitetônicas tombadas pelo IPHAN: o Mercado de

⁸¹ Excepcionalmente, a Foto 052 reproduz a Foto 098 do **APÊNDICE M**.

São José (indicado com seta verde) e a Igreja de São José do Ribamar (indicada com seta azul). Nos anos 1970, o bairro ainda contava com expressiva população residencial; os altos sobrados do bairro combinavam o comércio varejista no térreo com a função habitacional nos pisos superiores. No canto inferior direito da foto, verifica-se trecho da última etapa da Av. Dantas Barreto, concluída no início dos anos 1970; representativa do planejamento urbano do alto modernismo, sua conclusão resultou na demolição de mais de uma centena de edificações remanescentes dos séculos XVII, XVIII e XIX, e estabelece um forte contraste com a disposição urbana e a fisionomia do conjunto arquitetônico do Pátio de São Pedro, remanescentes dos séculos XVIII e XIX, respectivamente.

7.3 A Cidade do Recife após a “modernização”: crescimento urbano, metropolização e planejamento urbanístico, anos 1950 e 1960⁸².

Antes de se adentrar na trajetória do Pátio de São Pedro, até a gestão Augusto Lucena II (1964-1969), cumpre-se destacar alguns pontos para a compreensão das transformações pelas quais passou o Recife nos anos 1950 e 1960, que marcaram a estrutura urbana e o planejamento urbanístico da cidade, ambos com reflexos sobre o pátio.

Primeiro, houve uma reorientação dos planos urbanísticos formulados e/ou implantados na cidade, já a partir dos anos 1950. Enquanto o Centro-Sul do país experimentou um crescimento econômico acelerado, nos anos 1950 e 1960, a Região Nordeste sofreu uma queda considerável em sua participação relativa na formação do Produto Interno Bruto brasileiro.

A incapacidade de se industrializar na mesma velocidade do Centro-Sul, em virtude de mercado consumidor incipiente, carência de matérias-primas e mão-de-obra especializada, e, assim, desinteresse de investidores, aliada ao baixo dinamismo do setor primário, explica a estagnação econômica da Região Nordeste, nos anos 1950 e 1960.

Dessa forma, o planejamento urbano, sem ter abandonado a preocupação com o desenho urbano, o zoneamento funcional e a correção e ampliação do sistema viário municipal, voltou-se para questões ligadas ao desenvolvimento econômico regional, superação dos problemas sociais e industrialização; trata-se de um período (anos 1950 e 1960) que “preparou o terreno”

⁸² O **APÊNDICE N** traz a descrição da Cidade do Recife, no início do Século XX, bem como a modernização do núcleo antigo e de outras partes da cidade – Derby e Avenida Boa Viagem –, na primeira metade desse século.

para o alargamento das funções exercidas pela PCR, alargamento esse consolidado nos anos 1970 e 1980, do qual o Centro Permanente de Turismo do Recife, no pátio, é o exemplo pioneiro na questão do desenvolvimento econômico através do fomento ao turismo.

A Política de Desenvolvimento do Recife Metropolitano, documento-chave da gestão Miguel Arraes (1959-1962), é emblemática dessa nova orientação do planejamento urbanístico da cidade. Ela caracteriza o Recife como o principal pólo regional de uma região estagnada, que apresenta um modelo de desenvolvimento socialmente injusto e economicamente esgotado. Na visão da equipe dessa gestão, a cidade precisava deixar de ser um centro terciário especializado em servir à agroindústria exportadora de derivados da cana-de-açúcar, para se transformar em uma cidade industrial; conjuntamente a isso, era necessário aumentar a produtividade no campo, e diversificar suas culturas (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983a).

É interessante notar que a gestão Miguel Arraes (1959-1962) tinha uma política de governo, cujas linhas de ação extrapolavam em muito as atribuições e capacidade técnico-financeira da PCR, mas não contava com um plano de ação formalmente definido. Enquanto a política de governo extrapolava o âmbito municipal, revelando claras preocupações metropolitanas e regionais, a supracitada gestão manteve no topo da agenda pública muitas preocupações corriqueiras pelo menos desde os anos 1930, como, por exemplo, a ampliação do sistema viário do Recife, inclusive para a melhor utilização do automóvel de passeio. Cabe destacar, entretanto, que o sistema de transportes coletivos foi uma das prioridades dessa gestão.

As preocupações com o núcleo antigo relacionavam-se aos fluxos de pedestres e veículos – e ao conflito existente entre eles – e à falta de espaços de descanso e estacionamento. É interessante notar que essas preocupações “ressurgem” na agenda pública da gestão Antonio Farias (1975-1979), como será visto no próximo capítulo.

Em segundo lugar, houve a consolidação do sistema viário radial-perimetral, projetado nos anos 1930 e 1940, através da conclusão ou avanço das obras de duas importantes vias da cidade, a saber: a) a Avenida Agamenon Magalhães, considerada a primeira perimetral do Recife, que atualmente delimita o centro expandido do restante da cidade, inclusive permitindo a ligação entre as cidades de Olinda e Jaboatão dos Guararapes; e b) a Avenida Conde da Boa Vista, que forma uma das radiais da Cidade do Recife. Essa última, cujos

trabalhos de alargamento começaram ainda em 1946, foi concluída apenas em 1960-1961, quando a última casa foi desapropriada para a conclusão dos trabalhos.

A Avenida Dantas Barreto, cuja abertura já fazia parte de propostas elaboradas ainda no Século XIX, só foi concluída nos anos 1970, na gestão Augusto Lucena II (1971-1975). Iniciada na gestão Novais Filho (1937-1945), ela chegou ao Pátio do Carmo na gestão Pelópidas Silveira II (1955-1959), obliterando no processo o Pátio do Paraíso e seu conjunto arquitetônico: Igreja do Paraíso, Hospital São João de Deus e Quartel do Regimento de Artilharia, onde eclodiu a Insurreição Pernambucana de 1817 (OUTTES, 1997).

Sua conclusão já era uma prioridade da gestão Augusto Lucena II (1964-1969); entretanto, os trabalhos pouco avançaram, em virtude de uma das maiores cheias já registradas na cidade, que paralisou os dois últimos anos dessa gestão. A Foto 053 mostra as três avenidas supracitadas, a partir de uma vista aérea do Recife:

Foto 053: Principais vias do sistema viário radial-perimetral no núcleo antigo do Recife. Fonte: Google Earth. Foto tirada em 23.10.2011. A foto foi tirada de uma altitude de 4.700 metros, e possui as seguintes coordenadas: 8 03'07.42" S 34 52'28.34" O.

Legenda: (1) Avenida Agamenon Magalhães; (2) Avenida Dantas Barreto; e (3) Avenida Conde da Boa Vista.

A partir dos anos 1940, houve o início do processo de ocupação dos espaços urbanos intratentaculares, ou seja, localizados entre as vias carroçáveis que ligavam os núcleos periféricos e povoados ao centro do Recife, no início do Século XX. Parte dessa ocupação foi feita através de construções precárias, sendo os mangues e alagados aterrados. Os anos 1950 e 1960 assistiram o crescimento rápido da mancha urbana, inclusive com a ocupação dos morros no norte, oeste e sudoeste da cidade. Começaram a se formar núcleos comerciais periféricos em Afogados, Madalena, Pina, Casa Amarela e Encruzilhada (MOREIRA, 2005a; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983a), ainda muito incipientes, mesmo nos anos 1970.

No núcleo antigo, os bairros do Recife e Santo Antonio continuaram a sofrer a perda de residentes locais; o Bairro de São José continuou a ganhar residentes, nos anos 1950 e 1960, movimento que seria revertido, a partir dos anos 1970. É assim que a Fundação Instituto Brasileiro de Estatística (1968, p. 39) descreve o núcleo antigo, no final dos anos 1960:

O rio e o mar determinam três partes distintas: a península (bairro portuário), a ilha (bairros de Santo Antônio e São José) e o continente (bairro da Boa Vista e os demais que se estendem em forma de leque, a partir do centro). A cada uma dessas áreas corresponde uma função urbana específica. Na península, onde fica a zona portuária, funcionam o alto comércio, os bancos, as companhias de navegação. Na extremidade norte da ilha de Santo Antônio [antiga Ilha de Antonio Vaz] está o centro político-administrativo do Recife: a Praça da República, com o Palácio da Fazenda, o Palácio da Justiça, o Teatro Santa Isabel e o Palácio do Governo. No centro de Santo Antônio, o Recife moderno fervilha nas largas avenidas e nos grandes edifícios. No bairro contíguo de São José, entretanto, ainda se podem surpreender os aspectos antigos da Cidade, com sobrados típicos, nos quais subsiste a herança do conquistador flamengo. A zona residencial da Cidade se estende no continente, através de numerosos bairros, alguns de construção recente, outros antigos, com velhas e fidalgas mansões.

Por fim, cumpre destacar que, a partir dos anos 1950, o Recife cresce na direção do litoral sul, com a implantação dos primeiros edifícios na Avenida Boa Viagem (MARQUES; NASLAVSKY, 2004). Contudo, o adensamento do bairro litorâneo teria que esperar até os anos 1970, quando grandes projetos de infra-estrutura criaram as condições para a ocupação de seu interior, para além da faixa lindeira à Avenida Boa Viagem.

7.4 Pátio de São Pedro: valorização patrimonial e tombamento, tentativas de remodelação e antecedentes do Centro Permanente de Turismo do Recife.

Os dois próximos capítulos debruçam-se sobre o Pátio de São Pedro, desde a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, em 1969, até a sua transformação em “ilha” de museus, centros culturais e memoriais, ao longo da gestão João Paulo (2001-2008). Entretanto, as bases para as diversas propostas e tentativas de se transformar o pátio em espaço privilegiado para o desenvolvimento do lazer, turismo e entretenimento não surgiram

durante a gestão Geraldo Magalhães (1969-1971), que teria escolhido ao acaso esse local, para o primeiro projeto de regeneração urbana do Recife, segundo alguns entrevistados.

Outros “mitos” também rondam a história do pátio, relativos à sua utilização e valorização, no início do Século XX, e às tentativas de destruição do casario civil. Muitas entrevistas realizadas no Recife apontam a cristalização de mitos e inverdades sobre a Igreja de São Pedro dos Clérigos e Pátio de São Pedro; felizmente, a pesquisa documental e informações dadas por alguns entrevistados permitiram elucidar a trajetória desse espaço urbano, ao longo do Século XX.

O presente item está dividido em cinco subitens. Primeiro, há a descrição e análise da valorização patrimonial da Igreja de São Pedro dos Clérigos, no início do Século XX, com seu tombamento pelo IPHAN, em 1938. Segundo, segue-se o processo de tombamento do Pátio de São Pedro, aberto em 1958 e concluído em 1967, com o contraste entre a lógica do tombamento da igreja e do conjunto arquitetônico e paisagístico do pátio.

Terceiro, é revista a regulação e intervenção no pátio, entre os anos 1940 e 1960, inclusive, por parte dos dois principais atores-chave, a saber: o IPHAN e a PCR. Quarto, há a descrição, análise e avaliação das inter-relações entre cultura, patrimônio e turismo nas primeiras propostas de aproveitamento turístico do pátio, nos anos 1950 e 1960. Quinto, é vista a situação do pátio nos anos imediatamente anteriores à criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, e as pressões existentes para que a PCR fizesse algo no local.

7.4.1 Valorização patrimonial e tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos e do Pátio de São Pedro: o patrimônio monumental e a proteção de sua visibilidade e ambiência.

É dado como certo, por muitos comentadores, que o Pátio de São Pedro e a Igreja de São Pedro dos Clérigos eram desprezados e mesmo desconhecidos pela maior parte da população recifense, nas primeiras décadas do Século XX; esse mito é reforçado pela ausência de fotografias e cartões postais da supracitada igreja, até meados dos anos 1930, já que outros templos religiosos do núcleo antigo do Recife já tinham sido alvo de fotógrafos e artistas recifenses e estrangeiros, em passagem pela cidade.

Relacionado a isso, acredita-se que a “descoberta” da Igreja de São Pedro dos Clérigos e Pátio de São Pedro tenha sido obra do escritor Gilberto Freyre, que assumiu praticamente todo o mérito pela valorização e tombamento do supracitado templo religioso. Nessa linha de interpretação, Pontual et al. (2009) frisam a importância de Gilberto Freyre e seu Movimento Regionalista de 1926 para a descoberta do pátio, bem como a publicação do Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife, em 1934 (primeira edição), que teria “inaugurado” um novo sentido para o pátio.

Nos anos 1920, Gilberto Freyre publicou artigos de jornal, nos quais valorizava a arquitetura e os aspectos tradicionais do Recife. Assim, ele deplora as reformas que tinham recentemente descaracterizado a Igreja Matriz de São José, a Igreja Matriz de Casa Forte e a Sé de Olinda, bem como a destruição dos arcos do Recife (FREYRE, 1925). Em outro artigo, escrito sob o pseudônimo de Raul dos Passos, ele tece comentários elogiosos às antigas igrejas do Recife, inclusive à localizada no Pátio de São Pedro: “E a Igreja de São Pedro dos Clérigos à noite, com um lampeão de braço de cada lado e o seu ar acolhedor de cathedral? É decerto uma das sensações mais preciosas do Recife, a da boa Igreja de São Pedro à noite, dominando o pátio tranqüillo com a sua grande sombra mystica (PASSOS, 1929, p. 3).” O próprio escritor contribuiu para essa valorização, ao arrogar-se o direito da supracitada “descoberta” em um artigo muito conhecido e citado na Cidade do Recife (FREYRE, 1960), que trata da visita da igreja pelos Wallingers.

Sem menosprezar o importante papel assumido por Gilberto Freyre, a valorização da Igreja de São Pedro dos Clérigos – e, quase sempre, única e exclusivamente da igreja – foi o resultado do trabalho e opinião de vários intelectuais, tanto locais quanto nacionais. O folclorista Luís da Câmara Cascudo teceu comentários elogiosos à igreja – há uma curta passagem copiada na epígrafe desse trabalho –, e o historiador Pedro Calmon teria dito que a Igreja de São Pedro dos Clérigos “[...] é uma das mais lindas igrejas do Brasil (PIO, 1942, p. 113).”

O trabalho de Fernando Pio, publicado em 1942 e ainda referência obrigatória para o seu estudo, foi o resultado de anos de trabalho e pesquisas em arquivos, e tornou essa igreja conhecida pelo público mais cultivado do Recife (PIO, 1942). Destaca-se também a atuação de Aníbal Fernandes em defesa do patrimônio cultural recifense, nas primeiras décadas do Século XX, inclusive da Igreja de São Pedro dos Clérigos.

A Comissão do Plano da Cidade (1931) contou com uma subcomissão de história, tradição e monumentos da cidade, formada por pessoas ligadas ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, que classificou os monumentos recifenses em duas categorias, a saber: os de preservação rigorosa e os que só poderiam ser destruídos em último caso; a Igreja de São Pedro dos Clérigos fez parte do primeiro grupo (OUTTES, 1997).

A razão de o Pátio de São Pedro ter sido pouco freqüentado pela população recifense, nas primeiras décadas do Século XX, ligava-se, provavelmente, ao fato de não passar por ali o bonde, que saía do Pátio do Livramento e seguia diretamente pela Rua Direita, até chegar ao Pátio do Terço (OUTTES, 1997). Isso não impedia que ele fosse freqüentado em ocasiões especiais, como aponta um antigo freqüentador do logradouro, afirmando que o pátio recebia de oito a nove bandas na anual Festa da Penha, nos anos 1920 (D'OLIVEIRA, 1983).

Além disso, a Igreja de São Pedro dos Clérigos foi elevada à Concatedral do Arcebispado de Olinda e Recife, em 26/06/1918, o que, já na inauguração solene, em 06/09/1919, fez com que ela recebesse maior número de fiéis (PIO, 1942). Uma das explicações para a igreja não ter sido retratada até os anos 1930, com raras exceções, foi o estado arruinado de sua fachada; Pio (1942) afirma que a igreja enfrentava sérios problemas de conservação, no final dos anos 1920, inclusive sofrendo risco de desabamento.

A Igreja de São Pedro dos Clérigos foi tombada em 20/07/1938, dentro da primeira leva de tombamentos no Recife; ela não foi uma exceção à regra dos primeiros tombamentos na cidade, compostos majoritariamente pelos monumentos de pedra e cal (arquitetura religiosa e militar) do Brasil Colônia.

O IPHAN restaurou a Igreja de São Pedro dos Clérigos pela primeira vez durante os anos 1950, entregando-a para a Irmandade de São Pedro dos Clérigos, em 1957 (CARVALHO, 1967a).

A valorização patrimonial do conjunto arquitetônico e paisagístico do Pátio de São Pedro, além da igreja em si, foi bem mais lenta, não contando com o apoio de tantos intelectuais. O tombamento desse conjunto, em 1967, foi justificado pela preocupação com a visibilidade da

Igreja de São Pedro dos Clérigos, então em risco, e não pelo valor atribuído ao casario civil em si.

É possível encontrar relatos que enaltecem o aspecto colonial do pátio, que citam o aspecto tradicional desse espaço urbano e a singeleza do casario civil, ao lado de elogios à Igreja de São Pedro dos Clérigos (FERNANDES, 1956; ROCHA, 1956). Entretanto, a preocupação com o pátio e seu casario ligava-se primordialmente à manutenção da visibilidade da Igreja de São Pedro dos Clérigos, então sentida em risco pelo IPHAN, devido à especulação imobiliária no Bairro de São José. Em ofício dirigido ao superintendente regional do IPHAN em Pernambuco, Rodrigo Melo Franco de Andrade comenta com preocupação a questão da visibilidade da igreja, e o problema de se tombar o casario civil do pátio para esse fim:

Uma vez que a pressão dos interesses econômicos, tendentes a alterar o gabarito ou a largura, pelo menos, das construções atuais do aludido logradouro, se vai tornando cada dia maior, especialmente em consequência do prosseguimento da abertura da Avenida Dantas Barreto, assinalado no ofício de V.S^a, receio que a intervenção pessoal dessa Chefia junto às autoridades municipais, tal como a sugere o arquiteto Lúcio Costa, não consiga induzir aquelas autoridades a adotar medidas suficientes para conter o interesse especulativo dos corretores de imóveis e dos proprietários. Em tais condições, o tombamento do antigo Pátio de São Pedro talvez constitua, em verdade, a única solução satisfatória para o assunto [visibilidade da Igreja de São Pedro dos Clérigos], assim como pondera a Diretoria de Planejamento e Urbanismo do Recife. **Entretanto, à vista da desvalia arquitetônica das edificações situadas no logradouro em questão, a D.E.T. tem escrúpulo de tomar iniciativa de tal tombamento.** [...] venho perguntar-lhe se, para solução adequada do problema, será conveniente uma proposta formal e fundamentada dessa Chefia com o objetivo da Praça de São Pedro ser inscrita nos Livros do Tombo. (ANDRADE, 1958a, p. 1, grifo nosso)

A preocupação com a visibilidade da igreja e outros monumentos tombados no núcleo antigo do Recife data pelo menos de 1953, quando o IPHAN sugeriu à PCR restringir os gabaritos das quadras adjacentes ao Conjunto Carmelita do Recife e Igreja de São Pedro dos Clérigos (CARVALHO, 1964a); contudo, a Planta de Gabaritos e Urbanização dos Bairros de Santo Antonio e de São José entrou em vigor apenas em 1965.

Em 1966, o tombamento do pátio ainda era defendido dentro do IPHAN para se proteger a ambiência da Igreja de São Pedro dos Clérigos: “[...] ficamos convencidos da vantagem que advirá para a ambientação da Igreja de São Pedro dos Clérigos, o tombamento do conjunto

arquitetônico do Pátio de São Pedro [...] (TELLES, 1966, p. 1).” O conjunto arquitetônico e paisagístico do Pátio de São Pedro foi tombado em 12/03/1967⁸³, tendo sido aprovado de forma unânime pelo Conselho Consultivo do IPHAN (SOEIRO, 1967a)⁸⁴. Enquanto que a igreja foi tombada como parte integrante de nossa memória e identidade nacional, o pátio constituía-se apenas em mero suporte de proteção, ao que era visto como algo realmente de valor pelo IPHAN⁸⁵.

7.4.2 A intervenção e regulação do Pátio de São Pedro: riscos, propostas e projetos, anos 1940, 1950 e 1960.

Em 1940, com a Igreja de São Pedro dos Clérigos já tombada, o pátio tinha ainda uma função urbana que os planos e projetos de reforma e remodelação já tinham “expulsado” quase por completo do Bairro de Santo Antonio e parte do Bairro do Recife, a saber: centro de produção, armazenamento e distribuição de produtos. A pesquisa documental recolheu ofícios e petições, datados de 1953 e 1958, que retratam o pátio em si sendo usado para depósito de lenha, carvão e artigos diversos. O casario civil suportava o funcionamento de duas marmorarias, uma torrefação e moagem de milho, uma trituradora de adubo e uma amoladora de facas e tesouras, dentre outras não citadas (CARVALHO, 1953a, 1958a; PAULO XAVIER & CIA, 1958).

A primeira intervenção do IPHAN no pátio ocorreu entre 1940 e 1943, inclusive, quando o órgão federal de preservação abriu um processo contra a Sociedade de Moagens do Recife Ltda., que mantinha uma unidade fabril ao lado da Igreja de São Pedro dos Clérigos, na Rua Felipe Camarão. Em 1940, a Irmandade de São Pedro dos Clérigos denunciou a supracitada firma à PCR, alegando que ela tinha começado a gerar fumaça com a torrefação de café em

⁸³ A Foto 91 do **APÊNDICE M** mostra o polígono de tombamento do Pátio de São Pedro, instituído pelo IPHAN, em 1967.

⁸⁴ Fonseca (2005) discute o processo de tombamento do imóvel n. 482 da Avenida Nazareth, em Belém, que também foi justificado pela proteção da ambiência do conjunto arquitetônico tombado na Avenida Governador José Malcher – esse processo foi posterior ao caso do pátio. Não se achou qualquer caso que retire o pioneirismo do pátio nesse tipo de tombamento (preservação da visibilidade/ambiência de outro bem tombado).

⁸⁵ A Carta de Veneza “lê” a importância do patrimônio histórico de forma similar à Carta de Atenas de 1933, mas alarga o conceito de o que é passível de receber tal classificação (CURY, 2004); entretanto, não há nenhum indício de que essa carta patrimonial tenha influenciado o tombamento do pátio.

sua fábrica, e que a fumaça, entrando no templo religioso, estava prejudicando a sua talha e obras de arte (IRMANDADE DE SÃO PEDRO DOS CLÉRIGOS, 1940)⁸⁶.

Em 1944, a ordem religiosa reproduziu uma carta supostamente recebida da PCR ainda em 1940, garantindo-lhe que já tinha entrado em contato com a firma sob reclamação, e que o problema logo seria resolvido. Como nada aconteceu, a Irmandade de São Pedro dos Clérigos passou a apoiar o processo movido pelo IPHAN contra a Sociedade de Moagens do Recife Ltda. (CAVALCANTI, 1943, 1944). É curioso que a primeira ação do IPHAN no Pátio de São Pedro é prevista pela Carta de Atenas de 1931, que, em seu terceiro tópico – “III. A VALORIZAÇÃO DOS MONUMENTOS” –, recomenda a retirada de toda e qualquer “indústria ruidosa” do entorno de monumentos protegidos (CURY, 2004, p. 14).

Entretanto, a Sociedade de Moagens do Recife Ltda. continuava moendo milho normalmente em 1958, não obstante o processo ainda estar correndo na justiça. Carvalho (1958a) aponta que a PCR continuava a permitir o funcionamento de novas fabriquetas no Pátio de São Pedro, contra os pedidos do IPHAN. Os documentos recolhidos mostram que o pátio sediou fabriquetas até 1969, quando a PCR desapropriou dezoito casas no pátio para criar o Centro Permanente de Turismo do Recife. De certo modo, o pátio ainda retratava o núcleo antigo do Recife dos anos 1900 e 1910, que a modernização, nos anos 1930 e 1940, tinha procurado extirpar.

Em 1943, o urbanista Ulhôa Cintra sugeriu a implantação de um perímetro de irradiação no núcleo antigo do Recife, do qual partiriam as radiais da cidade, evitando-se a concentração do tráfego de veículos na Praça da Independência, em solução similar à feita pelo supracitado urbanista para a Cidade de São Paulo, em 1924 (OUTTES, 1937).

Esse perímetro de irradiação obliteraria duas quadras do Pátio de São Pedro – a defronte à igreja e a delimitada pela Rua das Águas Verdes –, mesmo tendo Ulhôa Cintra se preocupado com o caráter histórico da cidade, propondo a delimitação do gabarito do casario (remanescente) do pátio, e defendendo sua reconstrução, a partir da arquitetura colonial então presente (OUTTES, 1997).

⁸⁶ As fotos 114 e 115 do **APÊNDICE M** revelam um Pátio de São Pedro “fabril,” algo impensável para quem o vê nos dias atuais.

Em 1950, o traçado do perímetro de irradiação foi alterado, “salvando-se” o Pátio de São Pedro em detrimento de parte do Pátio do Livramento, cujo casario civil era composto majoritariamente por sobrados de até cinco pavimentos. No início dos anos 1950, a abertura da Avenida Nossa Senhora do Carmo ligou a Praça do Carmo, atualmente Avenida Dantas Barreto, ao Cais Martins de Barros, entre o Grande Hotel – já demolido – e o Edifício Inconfidência (1942).

Carvalho (1952a, p. 1) já aponta à necessidade de se prover a restauração do casario civil do Pátio de São Pedro, dada à sua preservação pela Comissão do Plano da Cidade:

3. A Comissão do Plano da Cidade conservou não só o pátio, como as duas ruas que correm ao longo das fachadas laterais do templo, procurando assim conservar a feição primitiva do local, para o que será necessária efetivar restaurações de várias fachadas de edifícios ali localizados.

Ao longo dos anos 1950 e 1960, o IPHAN exerceu forte controle e regulação sobre toda e qualquer tentativa de reforma, alteração e construção de edificações no Pátio de São Pedro e arredores, inclusive indo além de sua autoridade legal em alguns casos. A primeira intervenção ocorreu em 1952, quando a Irmandade de São Pedro dos Clérigos pediu autorização ao IPHAN para reformar a antiga casa do sacristão, localizada na Rua das Águas Verdes, implantando portas de aço para tornar a propriedade mais atrativa ao aluguel. O pedido foi negado, mesmo o IPHAN não tendo formalmente competência legal para proibir tal reforma (CARVALHO, 1952a; SOEIRO, 1952).

Apesar de a Superintendência Nacional do IPHAN ter-se preocupado apenas com o gabarito das edificações do Pátio de São Pedro e arredores – ver, por exemplo, Reis (1952) –, a Superintendência Regional do IPHAN em Pernambuco também proibia reformas que prejudicassem o seu aspecto; destacam-se na documentação recolhida as propostas para implantação de portas largas de aço, úteis para o funcionamento do comércio varejista no casario civil – para isso, ver Carvalho (1958b).

Dois casos específicos merecem destaque aqui. Primeiro, a PCR propôs o arrasamento da quadra defronte à Igreja de São Pedro dos Clérigos, para a construção de um bloco comercial com sete pavimentos, projeto de Delfim Fernandes Amorim, arquiteto modernista que, junto

com Acácio Gil Borsoi, foi o principal responsável pela criação da Escola Pernambucana de arquitetura modernista. Em 1958, a Superintendência Regional em Pernambuco enviou o supracitado projeto ao Rio de Janeiro; ele foi rejeitado pela Superintendência Nacional, com pareceres contrários dados e apoiados por Lúcio Costa, José Sousa Reis e Renato Soeiro, então os principais dirigentes do órgão federal de preservação (CARVALHO, 1958c; REIS, 1958). Segundo José Sousa Reis, o projeto não se adequava ao interesse histórico e artístico do Pátio de São Pedro.

Segundo, os projetos de reforma da casa n. 64, que se estenderam por quase uma década, revelam os conceitos de “boa arquitetura” e “não arquitetura” trabalhados por Fonseca (2005), com o desprezo do ecletismo por parte do órgão federal de preservação, durante a fase “heróica” (1937-1967).

O primeiro pedido de reconstrução da casa n. 64 foi feito em 1952, tendo sido encaminhado pela Superintendência do IPHAN em Pernambuco ao Rio de Janeiro. A preocupação principal era com a visibilidade da Igreja de São Pedro dos Clérigos: “3 Sucede, entretanto, a existência da Igreja de São Pedro dos Clérigos, monumento nacional tombado e de maior interêsse para a documentação da arquitetura tradicional brasileira [...] (CARVALHO, 1952b, p. 1).” O prédio, de estilo eclético, foi classificado pelo IPHAN como desprovido de valor arquitetônico, como coloca Carvalho (1952c, p. 1): “[...] o tratamento existente no prédio n. 64, é deveras impróprio ao local destoando, fortemente, do espírito das construções da praça. Há, portanto, vantagens em que sejam removidos todos os enfeites com que o adornaram na última reforma.”

Ou então, como afirma Carvalho (1953b, p. 1, grifo nosso), ao comentar a aprovação do projeto de reconstrução: “2 Vale ressaltar que o prédio em aprêço [casa n. 64], está descaracterizado; passou por sucessivas reformas, **não tendo valor como arquitetura.**”

Mesmo o projeto tendo sido aprovado em 1952, a casa n. 64 não foi reconstruída por seus proprietários; após a rejeição, por parte do IPHAN, do supracitado projeto de Delfim Fernandes Amorim, ela foi vendida à firma Telecomunicação de Pernambuco (TELPE). Em 1961, essa firma teve seu projeto de reconstrução da casa n. 64 aprovado, que resultou na

destruição do prédio de estilo eclético, e na construção de uma edificação que supostamente se harmoniza com a arquitetura do pátio (CARVALHO, 1961; ANDRADE, 1961)⁸⁷.

7.4.3 Cultura, patrimônio e turismo: as primeiras propostas de aproveitamento turístico do Pátio de São Pedro, anos 1950 e 1960.

Sabe-se que a gestão Novais Filho (1937-1945) criou a Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo, responsável pela edição da revista Arquivos, na qual Pio (1942) publicou seu artigo tão citado e comentado sobre a Igreja de São Pedro dos Clérigos. Não foi possível recolher qualquer outra informação sobre essa diretoria, com exceção de um ofício remetido ao IPHAN, no qual Souza Barros, seu diretor, envia ao órgão federal de preservação uma coletânea de comentários publicados na imprensa local, a respeito da igreja (BARROS, 1944).

Em 1956, durante a gestão Pelópidas Silveira II (1955-1959), a proposta de PCR de se criar um centro de turismo no Pátio de São Pedro foi muito comentada pela imprensa local, além de ser discutida entre a prefeitura municipal e o IPHAN, no que se referia às reformas propostas para o casario civil⁸⁸.

Como o Pátio de São Pedro tinha sido “salvo” pela mudança do perímetro de irradiação, em 1950, já se discutia, no início dos anos 1950, a restauração de seu casario civil, que se apresentava em péssimo estado de conservação, com toda sorte de mutilações e descaracterizações. O Engenheiro Edgar Amorim, que, segundo todos os relatos, entrevistas e documentos recolhidos, tinha grande influência dentro da PCR, e particular ascendência sobre o seu corpo de engenheiros, propôs a transformação do pátio em centro de turismo. O mais interessante é que a proposta tem vários pontos que seriam, mais tarde, efetivamente aplicados na criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, em 1969-1970, e mesmo na transformação da Rua do Bom Jesus em pólo de lazer, turismo e entretenimento do Bairro do Recife (Recife Antigo), nos anos 1990.

⁸⁷ As fotos 116 e 117 do **APÊNDICE M** mostram a casa n. 64, em 1960 e nos anos 1970 ou 1980, respectivamente.

⁸⁸ Cabe lembrar que a Igreja de São Pedro dos Clérigos sofreu um amplo processo de restauração – edificação e acervo – entre 1953 e 1957, inclusive.

Em 08/07/1956, Rocha (1956) noticia que a PCR, em conjunto com o IPHAN, preservará a feição tradicional do Pátio de São Pedro, restaurando o casario colonial. Em 15/12/1956, Fernandes (1956, p. 4), referindo-se a outras matérias e notícias de jornal, apóia o aproveitamento turístico do pátio, a ser promovido pela PCR, pois: “Em cidades antigas, como o Recife e Olinda, todo o empenho deve ser no sentido de conservar o mais possível o aspecto tradicional, inclusive a fim de estimular o interesse turístico.”

Edgar Amorim, então Diretor de Urbanismo da PCR, e que já vinha tratando da reforma do casario civil do pátio com o IPHAN, há alguns anos, apresenta a proposta da prefeitura municipal ao Diário de Pernambuco (1956), discutindo as alternativas para transformar o local em um centro de turismo. Segundo ele, “Há poucos dias, o Conselho Municipal de Turismo⁸⁹ considerou a questão, apresentando sugestões para melhorar as condições materiais do pátio, oferecendo aos que o procuram um ambiente de maior interesse turístico (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1956).”

Falando ao Diário de Pernambuco (1956), Edgar Amorim apresenta as três opções de reforma/reconstrução para o casario civil do Pátio de São Pedro, a saber:

- a) conservar o atual aspecto arquitetônico: foi descartada por Edgar Amorim, pois, em suas palavras, a arquitetura retratava apenas “o mau gosto dos mestres de obra do início do Século [XX] (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1956).” Isso refletia as descaracterizações e mutilações pelas quais tinham passado o casario civil;
- b) reformar os prédios, dando-lhes a feição arquitetônica da época da Igreja de São Pedro dos Clérigos: era a opção preferida pela PCR, já tendo sido defendida por Edgar Amorim em correspondência trocada com o IPHAN, há poucos anos atrás. Alguns arquitetos, destacando-se Acácio Gil Borsoi, tinham sido contra essa proposta, alegando que ela criaria um falso passado;
- c) reedificar todo o pátio na arquitetura contemporânea, devendo os blocos edificados obedecer à forma atual do pátio, inclusive o gabarito, estabelecendo com o monumento vivo contraste. Trava-se da opção preferida pelo IPHAN.

Conclui Edgar Amorim:

⁸⁹ Com exceção dessa entrada, a primeira menção a um conselho municipal de turismo recolhida pela pesquisa documental refere-se à Lei n. 9.927, de 03/06/1968.

Ao lado de arquitetos de valor, somos pela segunda solução, que, sem desambientar o templo, confere-lhe a primazia de expressar com a imponência de seu vulto arquitetônico, o transcurso de uma época. Contudo, não nos insurgimos, inteiramente, contra um projeto em linhas modernas, contanto que venha provocar forte confronto com a feição antiga da igreja. Vemos nisto, também, uma maneira de melhor aproveitar o espaço ocupado pela atual edificação, sem criar, com a sua conservação e reconstituição, uma solução arquitetônica de caráter falso. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1956)

A proposta de Edgar Amorim contemplava a desapropriação de todo o casario civil do Pátio de São Pedro pela PCR, com a sua conseqüente reforma ou reconstrução, e “estabelecer no local, o tipo de comércio condizente com o objetivo de atrair o turista fomentando a criação de restaurantes que ofereçam comidas regionais, lojas que exibam objetos nordestinos, frutas, etc. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1956).”

Os documentos recolhidos pela pesquisa documental mostram que esse projeto não saiu do papel, não se destacando nenhum projeto ou ação de fomento ao turismo durante a gestão Pelópidas Silveira II (1955-1959). Entretanto, a proposta de Edgar Amorim já “trazia” dois pontos básicos para a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, a saber: a) a desapropriação do casario civil pela PCR, para que ela tornasse-se “dona” da área, e pudesse impor sua vontade; e b) o incentivo à instalação de comércio especializado, voltado à oferta de produtos típicos de interesse turístico.

A gestão Miguel Arraes (1959-1962) objetivou criar uma entidade municipal para promover o turismo no Recife, além de prever a manutenção de áreas de interesse paisagístico, turístico e recreativo na cidade, inclusive os sítios históricos, as praias e as margens dos rios Capibaribe e Beberibe (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983a). Não foi possível avaliar o que efetivamente foi feito, mas a pesquisa documental conseguiu recolher mapas, folhetos e guias turísticos publicados pelo Serviço de Recreação e Turismo da PCR, a partir de 1960.

Em 1963, Gilberto Freyre publicou um famoso editorial no Diário de Pernambuco, defendendo a transformação do Pátio de São Pedro em centro de turismo recifense. O escritor defendia a instalação de negócios voltados ao atendimento dos turistas no casario civil do pátio, como, por exemplo, restaurantes típicos, antiquários, ateliês de artistas e lojas de artesanato, devendo-se cuidar para que o logradouro não se transformasse “num palco de

teatro ou de museu” (FREYRE, 1963, p. 4). É a partir desse editorial que alguns comentadores afirmam que foi Gilberto Freyre o “inspirador” do Centro Permanente de Turismo do Recife, o que não condiz com a documentação da época, nem com o pioneirismo de Edgar Amorim.

No Recife, o período 1964-1969 foi marcado por uma gestão personalista e centralizada na figura do próprio prefeito municipal, Augusto Lucena. Tratou-se de um prefeito biônico, já que Pelópidas Silveira foi afastado de seu cargo pelo regime militar, em 1964. Essa gestão enfrentou uma das piores enchentes da história da cidade, o que a fez ter que paralisar muitos projetos no final do supracitado período, inclusive a conclusão da Avenida Dantas Barreto, como citado anteriormente.

A gestão Augusto Lucena I (1964-1969) anunciou a criação de dois centros de turismo no Recife, um no Pátio de São Pedro e outro no Sítio da Trindade. No caso do pátio, ele foi anunciado ainda em 1965, e incluía a desapropriação das casas, a instalação de dois equipamentos culturais – Museu Popular e Galeria de Arte do Recife –, e a montagem de uma loja destinada à venda de *souvenirs* para os turistas (JORNAL DO COMÉRCIO, 1965a).

Em 1967, um novo projeto foi anunciado, sendo dado como certo por Mendonça (1967). O projeto previa a transformação do pátio em um centro de atividades sociais, culturais e artísticas, com a instalação de hotéis, lojas de artesanato, casas de diversão e sedes de entidades culturais e artísticas⁹⁰.

Nenhum centro de turismo foi criado na gestão Augusto Lucena I (1964-1969), seja no Pátio de São Pedro ou Sítio da Trindade. Contudo, essas propostas já refletem a idéia de se desenvolver centros específicos para o desenvolvimento do turismo no Recife, sempre com o fomento à instalação de negócios turísticos dentro de uma valorização do típico e regional – as lojas de artesanato eram presença obrigatória nas propostas.

Outro ponto importante é que a gestão Augusto Lucena I (1964-1969) já refletiu a nacionalização das políticas públicas promovida pelo regime militar (1964-1985), no que Nunes (2010) define como a implantação de um “sistema nacional de planejamento,”

⁹⁰ É difícil de se imaginar como se instalariam hotéis no local, mas era o que a proposta previa.

inclusive com o aumento da importância dos ministérios nacionais vis-à-vis os governos estaduais.

Através do Decreto-Lei N. 55, de 18/11/1966, o governo federal criou a Política Nacional de Turismo, o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), essa última ligada ao Ministério da Indústria e do Comércio, em substituição à Divisão de Turismo e Certames do Departamento Nacional do Comércio da Secretária do Comércio (BRASIL, 2011d). Essa peça de legislação criou o Sistema Nacional de Turismo, formalizando uma política pública nacional que deveria guiar a atuação dos estados e municípios brasileiros, durante os anos 1960 e 1970⁹¹.

A contrapartida municipal a esse Decreto-Lei foi a Lei N. 9.927, de 03/06/1968, que, seguindo a legislação federal, criou a Política Municipal do Turismo, o Conselho Municipal de Turismo e a Empresa Metropolitana de Turismo da Cidade do Recife (EMETUR). Essa última contava com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, assim como a EMBRATUR (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1968).

A peça de legislação municipal também previa incentivos fiscais a firmas de interesse turístico, a saber: a) a redução de 50% de impostos e taxas para as agências de viagem reconhecidas pela EMBRATUR; b) a dedução de 50% dos impostos e taxas de turismo para os novos hotéis abertos na Cidade do Recife; e c) outras deduções propostas ao Conselho Municipal de Turismo (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1968). Dessa forma, o turismo não se constituiu em uma exceção ao quadro de generosos incentivos fiscais, concedidos às firmas que desejassem se instalar na Região Nordeste do Brasil, notadamente nos anos 1960 e 1970.

Por fim, os artigos 18 e 34 abriram caminho para a identificação, seleção e desapropriação de áreas de potencial turístico no Recife. O Artigo 18 estabeleceu que o Conselho Municipal de Turismo devesse efetuar o zoneamento turístico da cidade, inclusive para a política de

⁹¹ Um ponto vital do Decreto-Lei N. 55, de 18/11/1966, foi equiparar a construção, ampliação e reforma de hotéis, entre outras atividades turísticas, à instalação e ampliação de indústrias básicas, no que se refere à classificação como atividades econômicas de interesse nacional; inclusive, isso abrangia às regras para concessão de isenções e incentivos fiscais (BRASIL, 2011c).

concessão de incentivos fiscais. O Artigo 34 abriu o caminho para a desapropriação do casario civil do Pátio de São Pedro, ocorrida alguns meses depois, ao colocar:

ART. 34 – O Poder Executivo poderá desapropriar áreas desde que seja verificado o interesse delas para o desenvolvimento das atividades turísticas obedecendo no entanto a tramitação legislativa necessária para tais casos. (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1968, p. 4.861).

Por fim, cabe fazer algumas observações sobre a folheteria turística produzida pela PCR, nos anos 1960; a pesquisa documental recolheu apenas quatro materiais, tendo sido dois deles publicados antes do regime militar (1964-1985)⁹². Pode-se perceber um conjunto de pontos em comum na folheteria turística da PCR durante os anos 1960, a saber:

- a) o composto sol, mar e praia é secundário no material produzido; no caso do Mapa Turístico da Cidade do Recife, 1966/67 (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1966), ele não chega nem mesmo a ser citado;
- b) o casario civil do núcleo antigo é solenemente ignorado – há espaço apenas para os grandes monumentos e prédios de arquitetura modernista de destaque;
- c) as firmas turísticas concentravam-se no núcleo antigo – a posição do Bairro de Boa Viagem era marginal;
- d) a Igreja de São Pedro dos Clérigos, e o Pátio de São Pedro como suporte, já era destaque na promoção turística do Recife;
- e) o turista cultural intencional (*purposeful cultural tourist*), o turista cultural observador (*sightseeing cultural tourist*) e o turista cultural orientado para surpresas (*serendipitous cultural tourist*) são muito melhor servidos com a folheteria turística dos anos 1960 de o que com o material produzido nas décadas subsequentes⁹³.

7.4.4 Pátio de São Pedro: a convergência para a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, anos 1950 e 1960.

⁹² Foi recolhido também um panfleto da EMPETUR, que apresenta as deduções para investimento e incentivos fiscais disponíveis às firmas que investissem em projetos turísticos no Estado de Pernambuco (EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO, 196-?). Ou seja, no final dos anos 1960, um investidor tinha à sua disposição um amplo leque de isenções, incentivos e deduções municipais, estaduais e federais, para investir em negócios ligados ao turismo no Recife.

⁹³ O **APÊNDICE O** complementa a análise da folheteria turística publicada pela PCR, nos anos 1960.

Como esse capítulo deixou claro, a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, na gestão Geraldo Magalhães (1969-1971), não foi consequência apenas de idéias dessa gestão, do papel destacado de Gilberto Freyre ou de qualquer outra explicação simplista; ela respondeu a uma série de fatores, que já estavam conformando a trajetória do Pátio de São Pedro desde o início dos anos 1950, quando ele foi “salvo” pela mudança no perímetro de irradiação do núcleo antigo do Recife.

Fazendo uma breve suma, podem-se destacar os seguintes pontos como principais, dentro da tentativa de se compreender a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, em 1969:

- a) há muitos mitos em volta da trajetória da Igreja de São Pedro dos Clérigos e do Pátio de São Pedro, inclusive referentes ao seu aproveitamento turístico, que a pesquisa documental e revisão de literatura permitiram elucidar;
- b) a valorização patrimonial restringia-se à Igreja de São Pedro dos Clérigos; o Pátio de São Pedro era considerado meramente a sua ambiência, tanto que o IPHAN chegou a apoiar, em 1956, a demolição do casario civil, e sua substituição por novas edificações que respeitariam a forma e gabarito existentes;
- c) o pátio era representativo de um tipo de cidade (colonial) que os planos e projetos de reforma e remodelação urbana da primeira metade do Século XX tinham procurado acabar no núcleo antigo; no caso do pátio, isso se refere à sua configuração urbana e arquitetura, mas também ao seu papel de centro de produção, depósito e distribuição de produtos em pleno centro do Recife, com suas oficinas, depósitos e fabriquetas;
- d) as três propostas de se transformar o pátio em centro de turismo – 1956, 1965 e 1967 – já ilustram o alargamento de funções da PCR nos anos 1950 e 1960, mesmo que timidamente. Entretanto, elas não se consolidaram, inclusive pelo fato de a agenda pública estadual e municipal ligada ao desenvolvimento econômico privilegiar a industrialização, haja vista a importância que adquiriu o projeto do Distrito Industrial do Curado, implantado ainda durante os anos 1960;
- e) a criação do Sistema Nacional de Turismo, em 1966, classificou os negócios turísticos, destacando a construção, ampliação e reforma de hotéis, como atividades econômicas de interesse nacional, além de guiar as políticas públicas estaduais e municipais nessa área.

Em suma, a agenda pública estava montada para a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife pela gestão Geraldo Magalhães (1969-1971).

Há um ponto que ainda não foi abordado nesse capítulo, e merece uma menção especial. A partir dos anos 1960, com maior intensidade na segunda metade dessa década, proliferaram-se as matérias e artigos assinados de jornal que clamavam a tomada de providências da PCR em relação ao Pátio de São Pedro. O pátio e seus acessos são descritos como entulhados de lixo, onde predominava a sujeira (JORNAL DO COMÉRCIO, 1962a; JORNAL DO COMÉRCIO, 1962b; BARBOSA, 1965; CARVALHO, 1965a, 1965b); ele ainda era constantemente utilizado como depósito de madeira e estacionamento de carroças e caminhões (JORNAL DO COMÉRCIO, 1962a; JORNAL DO COMÉRCIO, 1962b); e acabou por ser transformado em uma verdadeira feira livre, com a invasão de ambulantes e camelôs (JORNAL DO COMÉRCIO, 1965; DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1967).

Em 1967, os comerciantes estabelecidos no pátio, Travessa de São Pedro e Rua das Hortas fizeram um abaixo-assinado à PCR, enviando depois uma cópia do documento ao IPHAN. Nele, reclamava-se da invasão de vendedores ambulantes nesses logradouros, apontavam-se os problemas gerados, e se pediam providências (MELO, 1967). Segundo os comerciantes, os vendedores ambulantes tinham tomado “posse” das calçadas, afastando os fregueses das casas comerciais, e deixando uma má impressão para os turistas, principalmente os estrangeiros. O problema dos caminhões estacionados no pátio permanecia, a Rua Felipe Camarão tinha virado sanitário público, e a Rua das Águas Verdes uma “lavanderia de batatas podres e cebolas.” Dessa forma, pediam-se providências à PCR e ao IPHAN. Elas foram tomadas dois anos depois, e, ironicamente, começaram com a desapropriação das casas e a conseqüente expulsão de quase todos os comerciantes estabelecidos no pátio, como será visto no próximo capítulo⁹⁴.

⁹⁴ A pesquisa documental recolheu duas peças de legislação interessantes. O Decreto N. 6.558, de 13/12/1963, assinado pelo Presidente da Câmara Municipal e prefeito em exercício, Liberato Costa Junior, declara de utilidade pública para fim de desapropriação dezoito casas no Pátio de São Pedro (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1963b). Já o Decreto N. 6.697, de 05/02/1964, revoga o Decreto N. 6.558, de 13/12/1963, cancelando a declaração de utilidade pública (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1964). Infelizmente, a pesquisa documental e as entrevistas feitas não conseguiram contextualizar essas duas peças de legislação, nem compreender o porquê da declaração de utilidade pública no final de 1963, com sua revogação menos de um mês depois.

8. CRIAÇÃO, DECLÍNIO E FIM DO CENTRO PERMANENTE DE TURISMO DO RECIFE: A TRAJETÓRIA DO PÁTIO DE SÃO PEDRO, 1969-1985.

O presente capítulo traz a trajetória do Pátio de São Pedro, no período 1969-1985, que correspondeu a cinco gestões públicas municipais. A criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, na gestão Geraldo Magalhães (1969-1971), bem como a intervenção pública no pátio, até 1985, não se ligaram a planos abrangentes de regeneração urbana do núcleo antigo, o que distingue esse período do que começa na gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988), indo até a gestão João Paulo (2001-2008).

A experiência de regeneração urbana do pátio, no período 1969-1985, já reflete pontos importantes das políticas públicas de regeneração urbana formuladas e implantadas nos anos 1980, 1990 e 2000, desde as localizadas no próprio logradouro até ambiciosos planos estratégicos, passando pelo Bairro do Recife. A ascensão das funções de preservação patrimonial e turismo na agenda pública municipal (contraste entre formalização, discurso e prática), a expansão para novas áreas da cidade e a popularização do centro, as tentativas de se transformar o Recife em uma metrópole terciária (pós-)moderna, a baixa capacidade institucional da PCR para a gestão e administração de projetos de regeneração urbana; tudo isso já se encontra no período 1969-1985, como será visto a seguir.

8.1 Cultura, patrimônio e turismo como prioridade de governo: a criação do Centro (não tão) Permanente de Turismo do Recife na gestão Geraldo Magalhães (1969-1971).

No final dos anos 1960, o Recife era a quarta cidade mais populosa do Brasil, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, com uma população total de 1.060.701 habitantes. A Cidade do Recife era o principal centro econômico e a primeira praça comercial das regiões Norte e Nordeste, funcionando como centro regional de distribuição de produtos, e atraindo, conseqüentemente, fluxos migratórios do interior de Pernambuco e também de estados vizinhos. Por exemplo, do crescimento demográfico verificado nos anos 1950, apenas 24% corresponderam ao crescimento vegetativo da população, sendo responsáveis pelos outros 76% as migrações (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA,

1968; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983a; SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970).

A partir do núcleo antigo, a cidade desenvolvia-se em cinco direções principais, a saber: a) seguindo o Rio Capibaribe, tanto pela margem esquerda (Graças, Aflitos, Casa Amarela, Casa Forte, Apipucos etc.) quanto pela margem direita (Madalena, Torre, Iputinga, Caxangá, Várzea etc.); b) seguindo o Rio Beberibe (Espinheiro, Encruzilhada, Água Fria, Beberibe etc.); c) à sudoeste (Afogados, Areias, Tejipió etc.); d) avançando para o norte, próximo da costa litorânea (Santo Amaro, Campo Grande, Peixinhos, Tacaruna e Cidade de Olinda); e e) avançando para o sul, próximo da costa litorânea (Pina, Boa Viagem e Cidade de Jaboatão dos Guararapes). Inclusive, o espraiamento da mancha urbana dava-se pela ocupação de áreas inadequadas, como ilhas, mangues, alagados e braços de rio – por exemplo, os últimos aterros no núcleo antigo datam dos anos 1960. O processo de metropolização, iniciado nos anos 1940, já tinha consolidado-se nos anos 1950 e 1960 (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983a; SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970).

O Recife apresentou um crescimento econômico satisfatório, nos anos 1960, após décadas de estagnação, fruto da incapacidade de a Região Nordeste acompanhar o processo de industrialização verificado no Centro-Sul do país, desde os anos 1930. O setor primário da economia recifense tornou-se irrelevante, ao longo dos anos 1960; os setores secundário e terciário tornaram-se hegemônicos na economia municipal, respondendo o último pelo grosso do crescimento do número de empregos. A indústria de transformação, concentrada nas áreas industriais da Imbiribeira e Várzea e no Distrito Industrial do Curado, apresentou um crescimento médio anual de 9,8% entre 1960 e 1965, inclusive, ante 4,4% no período 1950-1960 (SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970).

Entretanto, esse crescimento econômico não foi suficiente para absorver a população economicamente ativa da cidade, nem para prover uma equilibrada distribuição da renda municipal. Em 1970, a população economicamente ativa era de 324.000 pessoas, das quais 108.500 viviam em estado de desemprego ou subemprego, ou seja, 33,5% do total. Do total

de empregados, 50,2% recebiam menos de o que o salário mínimo regional⁹⁵. Havia alta concentração de renda na Cidade do Recife, o que vinha aumentando ao longo dos anos 1960, de forma similar ao que ocorreu em todo Brasil nesse período (SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970; CACCIAMALI, 2004).

O alto crescimento demográfico e a urbanização acelerada criavam sérios problemas ao Recife, dos quais os referentes à habitação e à educação eram os mais perceptíveis. Em 1961, estimava-se que metade da população residia nos chamados mocambos, habitações precárias e insalubres; em 1966, 32% das habitações eram ainda feitas de taipa. Para esse mesmo ano, apenas 57,7% das habitações eram servidas com água encanada, e somente 12% delas ligavam-se à rede coletora de águas servidas (SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970). De forma geral, os serviços públicos municipais eram precários. Além de a população apresentar baixos índices de escolaridade, a rede de ensino primário e secundário, tanto municipal quanto estadual, era insuficiente para o atendimento da população em idade escolar.

O núcleo antigo do Recife ainda tinha uma função residencial importante. Em 1960, ele contava com 66.012 habitantes, divididos pelos bairros da Boa Vista (30.646), São José (27.298), Santo Antonio (4.794) e Recife (3.274) – 8,3% da população total da cidade. Contando com algumas poucas fábricas, principalmente no Bairro do Recife, o núcleo antigo formava a principal zona de comércio varejista e atacadista e de serviços da cidade; a expansão da área comercial dava-se, então, no Bairro da Boa Vista. Além disso, os anos 1960 assistiram a formação de núcleos comerciais em alguns bairros, como, por exemplo, Encruzilhada e Afogados (Largo da Paz) – nos anos 1970, eles ainda seriam muito incipientes (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA, 1968; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983a; SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970).

O núcleo antigo concentrava a maior parte dos equipamentos de lazer e recreação da cidade, como cinemas e teatros. Até o final dos anos 1980, ir ao cinema envolvia obrigatoriamente o deslocamento aos bairros de Santo Antonio, São José ou Boa Vista.

⁹⁵ Em 1970, o salário mínimo no Brasil ainda era regional, herança da legislação criada no primeiro período Vargas (1930-1945).

8.1.1 Composição, agenda pública e lógica de atuação da gestão Geraldo Magalhães (1969-1971).

Geraldo Magalhães Melo, engenheiro civil, assumiu a PCR no início de 1969, substituindo Augusto Lucena, à revelia deste. Era sobrinho de Agamenon Magalhães, ex-interventor e ex-governador do Estado de Pernambuco, além de Ministro do Trabalho em parte do primeiro período Vargas (1930-1945). Fazia parte de uma das mais tradicionais famílias políticas estaduais, a dos Magalhães, apesar de nunca ter disputado sequer uma eleição.

Foi indicado para o cargo de prefeito do Recife pelo então governador Nilo Coelho, sendo seu homem de confiança na cidade, inclusive para retirar do poder municipal Augusto Lucena, cuja gestão fora personalista e centralizadora. Ocorreu, com Geraldo Magalhães, uma descontinuidade administrativa perceptível, com a interrupção de projetos da antiga gestão, a troca de dirigentes em posições-chave da PCR, e a imposição de um novo estilo de governar. Waldecy Fernandes Pinto, Assessor de Planejamento dessa gestão, resume bem a supracitada descontinuidade:

Houve ali [1969] uma coisa muito interessante em termos de, eu não posso chamar de vaidade humana, mas em termos de choque de interesses pessoais. Geraldo [Magalhães] tomou duas atitudes públicas, em função do erário público e também do patrimônio. [...] O primeiro problema de Geraldo [Magalhães] com [Augusto] Lucena foi paralisar as obras da Avenida Dantas Barreto. O segundo foi paralisar a construção do prédio do edifício-sede, porque a prefeitura estava muito endividada para fazer as obras do sistema viário [...] Então, foi quando surgiu algum dinheiro para a gente desapropriar o Pátio de São Pedro; foi dinheiro que estava no patrimônio da prefeitura para a construção da sede, e esse, então, a gente remanejou a verba para fazer exatamente a desapropriação do Pátio de São Pedro. (Entrevista na Cidade do Recife, 21/11/2010)

Essa gestão retomou o planejamento de longo prazo na PCR, e renovou os quadros funcionais da prefeitura, buscando formar uma tecnocracia profissional, que pudesse pensar a cidade tecnicamente, imparcialmente e com um horizonte de médio e longo prazo. Não houve processos participativos, nem mesmo através de consultas amplas à população; rompeu-se radicalmente com o personalismo e o protopopulismo da gestão Augusto Lucena I (1964-

1969), em prol de novos métodos e técnicas de se administrar (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983a; SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970).

A gestão Geraldo Magalhães (1969-1971) elaborou, em conjunto com o SERFHAU, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), seguindo-se o conceito de planejamento local integrado (social, econômico, físico-territorial e institucional) instaurado pelo Ministério do Interior no regime militar (1964-1985). Na parte econômica, procurou-se posicionar a PCR como indutora do desenvolvimento do Recife, através da instituição de grandes linhas de uma política econômica municipal, função até então a cargo dos governos estadual e federal, além, é claro, do setor privado (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983a; SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970)⁹⁶.

Essa gestão ficou marcada pelo investimento na expansão do sistema viário do Recife, além de ter inaugurado obras públicas ainda hoje marcantes. Com menos de dois anos de duração, ela é lembrada como uma administração eficiente, correta, que melhorou a Cidade do Recife; a celeridade na formulação e implantação de grandes projetos foi muito citada por diversos entrevistados, além de ter sido lembrada por reportagens na imprensa local, publicadas nos anos 1980, 1990 e 2000.

A gestão estabeleceu como prioridades de governo algumas obras e intervenções públicas, inclusive com a participação direta do prefeito no dia-a-dia de sua formulação e implantação e uma ampla publicidade nos jornais locais. Em comum, todas essas realizações destacavam-se na paisagem urbana do Recife. Os principais projetos implantados foram:

- a) a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife no Pátio de São Pedro, que será vista em detalhes adiante;

⁹⁶ A PCR contou com um financiamento de NCr\$ 2.083.250,00 do Fundo de Financiamento de Plano de Desenvolvimento Local Integrado para o Estudo Preliminar do PDLI, e também para o cadastramento das propriedades imobiliárias do Recife (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1969a). Entretanto, apesar de o plano ter sido uma das prioridades da gestão, inclusive tendo sido citado no discurso de posse do prefeito, apenas seu estudo preliminar foi publicado, tendo ficado o PDLI inconcluso (DIÁRIO DA NOITE, 1970a). O supracitado valor corresponde a R\$ 100.100,25 a preços de julho de 2011, com a utilização pelo IGP-DI da Fundação Getulio Vargas.

- b) a construção do Ginásio de Esportes, atual Geraldão, voltado aos esportes amadores e grandes apresentações artísticas, cívicas e culturais (DIÁRIO DA NOITE, 1970b);
- c) a construção do Centro da Juventude, que simbolizava as preocupações sociais da gestão municipal. Implantado no Bairro do Beberibe, um dos mais pobres e populosos do Recife, provia espaço para apresentações cívicas, esportivas e culturais, além de diversos serviços sociais à população carente (SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970);
- d) diversos projetos de embelezamento urbano, destacando-se na propaganda oficial a remodelação do Cais da Aurora, transformado em um parque, e a construção dos três primeiros jardins de Boa Viagem, além da remodelação da orla marítima.

Cabe-se destacar mais dois pontos e uma curiosidade dessa gestão e do Recife no início dos anos 1970, antes de se passar para o próximo subitem. Primeiro, os bairros de Boa Viagem e Pina concentravam aproximadamente metade da área de alagados da cidade (DIÁRIO DA NOITE, 1970c); o Bairro de Boa Viagem começava a se adensar, com a construção de grandes edifícios residenciais na Avenida Boa Viagem e adjacências, como, por exemplo, o Edifício Normandie.

A gestão Geraldo Magalhães (1969-1971) urbanizou a faixa de praia do Bairro de Boa Viagem, inclusive construindo os três primeiros jardins, que se tornaram pontos de referência para o bairro. Além disso, elaborou planos setoriais – não implantados – para os bairros de Boa Viagem e Pina, além de Brasília Teimosa (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983a; SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970). Entretanto, o adensamento do Bairro de Boa Viagem não foi acompanhado por obras de infra-estrutura urbana que sustentassem tal ocupação; apenas na gestão Antonio Farias (1975-1979) isso ocorreria, como será visto adiante.

Segundo, começou a se tornar comum a publicação de notícias e reportagens na imprensa local, que apontavam a perda de costumes, tradições e elementos históricos e folclóricos no núcleo antigo, em virtude da “modernização” e “progresso” da cidade. As dificuldades do comércio de produtos usados no Mercado de São José (DIÁRIO DA NOITE, 1970d) e o fim das festas populares de rua (DIÁRIO DA NOITE, 1970e) são emblemáticos de um Recife que ia cada vez mais ficando apenas na memória.

Por fim, é curioso notar que a Rua do Bom Jesus, principal foco de animação e entretenimento do Recife em meados dos anos 1990, servia como depósito de contrabando (DIÁRIO DA NOITE, 1970f) e ponto de comércio de entorpecentes (DIÁRIO DA NOITE, 1970p) no início dos anos 1970.

8.1.2 O contexto político-cultural da criação do Centro Permanente de Turismo do Recife.

No final de 1967, a Organização dos Estados Americanos (OEA) publicou as Normas de Quito – Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico (CURY, 2004). Trata-se da carta patrimonial que mais bem expressa uma visão “terceiro mundista” sobre a questão do patrimônio cultural, por ter sido desenvolvida por técnicos e dirigentes de países em desenvolvimento. É também a primeira que vincula diretamente o patrimônio monumental ao desenvolvimento econômico, através do turismo.

O cerne das preocupações das Normas de Quito deixa de ser a significação do patrimônio monumental ou questões técnicas de restauração e preservação, presentes em cartas patrimoniais anteriores. As Normas de Quito centram-se na utilização desse patrimônio monumental, mais especificamente em sua utilização como instrumento de desenvolvimento econômico. Elas referendam o alargamento do conceito de patrimônio monumental presente na Carta de Veneza, e também apontam a necessidade de se integrar o patrimônio histórico ao planejamento físico-territorial.

Outro ponto importante é que as Normas de Quito são a primeira carta patrimonial que, de maneira direta e explícita, deixa de considerar a iniciativa privada como um obstáculo ao desenvolvimento racional e harmonioso da cidade, reclassificando-a como uma parceira na tarefa de se utilizar economicamente o patrimônio monumental. Trata-se, inclusive, de tornar esse patrimônio acessível a um público amplo, e não apenas a uma minoria privilegiada:

3. Em outras palavras, trata-se de incorporar a um potencial econômico um valor atual; de pôr em produtividade uma riqueza inexplorada, mediante um processo de revalorização que, longe de diminuir sua significação puramente histórica ou artística, a enriquece, **passando-a do domínio exclusivo de**

minorias eruditas ao conhecimento e fruição de maiorias populares.
(CURY, 2004, p. 111, grifo nosso)

É importante destacar que as Normas de Quito resumem a vinculação econômica do patrimônio monumental ao turismo; trata-se da única vinculação feita ao longo de todo o documento, inclusive através da citação do bem-sucedido caso europeu. Cabe lembrar que 1967 foi o Ano Internacional do Turismo pela ONU.

Em 1970, houve a publicação do Compromisso de Brasília – 1. Encontro dos governadores de Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais (CURY, 2004). Entre suas propostas, destacam-se a estadualização (efetivada) e a municipalização (não efetivada) das políticas públicas patrimoniais brasileiras e a vinculação da educação patrimonial (“culto ao passado”) ao ensino formal, principalmente através de matérias específicas (Educação Moral e Cívica e Estudos Brasileiros).

Fechando o contexto mais amplo no qual se deu a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, em 1969, cabe-se destacar a formação do Sistema Nacional de Turismo, em 1966, e do Sistema Municipal de Turismo, em 1968, como visto no capítulo anterior⁹⁷. Por mais que esse último tenha sido apenas formalizado na gestão Augusto Lucena I (1964-1969), a nova gestão já encontrou uma legislação e uma estrutura administrativa prontas para o fomento ao turismo na Cidade do Recife, em conformidade com as políticas públicas federais e estaduais para a área⁹⁸.

⁹⁷ Em 1967, houve a criação do Sistema Estadual de Turismo, seguindo-se, da mesma forma que ocorreu para o Recife, a estrutura proposta pela legislação federal. Da mesma forma que a legislação federal e municipal, o governo estadual proveu também incentivos fiscais às atividades ligadas ao turismo.

⁹⁸ Ortiz (2006) aponta que o Estado, durante o regime militar (1964-1985), apresentou-se como defensor da memória nacional contra as influências externas e os discursos deviantes, e que as políticas de cultura assumiram o *status* de assunto de segurança nacional. Entretanto, o discurso dos intelectuais tradicionais, transformado em oficial pelo Estado, não se traduziu em políticas públicas efetivas, inclusive em virtude de o Conselho Federal de Cultura ter caráter normativo, e contar com poucos recursos financeiros. Isso explicaria as tentativas frustradas de se implantar um Sistema Nacional de Cultura, ao passo que sistemas semelhantes foram criados para o turismo e as telecomunicações.

8.1.3 Políticas públicas de patrimônio e turismo: pioneirismo e instrumentalização da cultura na gestão Geraldo Magalhães (1969-1971).

Na gestão Geraldo Magalhães (1969-1971), não é possível identificar nenhum órgão ou entidade efetivamente interessada na preservação do patrimônio cultural material recifense. Já o fomento ao turismo ficou sob a responsabilidade direta da EMETUR, além de contar com o envolvimento pessoal do prefeito municipal em uma série de projetos e propostas.

Dentro da política de desenvolvimento econômico municipal preconizada pelo PDLI, o turismo ocupava lugar de destaque, inclusive com algumas propostas bastante inovadoras e ambiciosas (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983a). Apontando para o sucesso do Centro Permanente de Turismo do Recife, o PDLI defende a destinação de Brasília Teimosa, então já ocupada por habitações subnormais, para ser uma futura área hoteleira da cidade, inclusive contando com um tratamento paisagístico diferenciado. Como complemento ao Pátio de São Pedro, o plano defende uma reestruturação profunda do Mercado de São José, ainda hoje o principal centro de abastecimento do núcleo antigo:

Mostra-se urgente a reestruturação do Mercado de São José. Conforme idéias da própria secretaria de Abastecimento, poderá ser conservado o setor de carnes, bem organizado em pequena parte do mercado, destinando, entretanto, cerca de 70% dos seus boxes ao comércio de produtos artesanais, sob a supervisão da EMETUR (Empresa Metropolitana de Turismo). [...] a proximidade do pátio de São Pedro, recentemente organizado para o turismo pela Prefeitura, reforça a idéia de reestruturar este mercado [de] São José. (SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970, p. 6 – 3)⁹⁹

Ao longo da gestão, muitas propostas e projetos foram formulados para a promoção do turismo na cidade; seguem os principais:

- a) a criação de novos eventos turísticos e apoio à realização de eventos nacionais no Recife: pela EMETUR, que possuía uma diretoria de certames turísticos, e pela EMPETUR. Pelo menos três eventos turísticos foram criados ou apoiados, a saber: o

⁹⁹ Em suma, o PDLI apresentava propostas que substituíam as habitações, atividades e negócios voltados para os habitantes locais por congêneres ligados ao turismo (Mercado de São José e Brasília Teimosa); entretanto, nenhuma delas saiu do papel.

Festival da Primavera, o Festival do Mar e a Micareme, o carnaval fora de época da cidade (DIÁRIO DA NOITE, 1970g; DIÁRIO DA NOITE, 1970h; EMPRESA METROPOLITANA DE TURISMO, 1971a);

- b) a criação de *slogan*, calendário e símbolo turístico para a Cidade do Recife;
- c) a compra de duas lanchas, com a organização de passeios turísticos (DIÁRIO DA NOITE, 1970i);
- d) a construção de um restaurante panorâmico e de um hotel defronte ao Cais da Aurora, em pleno Rio Capibaribe (DIÁRIO DA NOITE, 1970j; DIÁRIO DA NOITE, 1970k): não implantados;
- e) a construção de um hotel na Praia de Boa Viagem, em pleno mar (DIÁRIO DA NOITE, 1970k): não implantado.

Em suma, o Centro Permanente de Turismo do Recife não foi uma ação isolada dessa gestão na área de turismo, apesar de ser a mais importante e bem-sucedida de todas. Ela já reflete, de forma pioneira, três pontos principais, a saber: a) a criação do Sistema Nacional de Turismo, que classificou as atividades turísticas como atividades econômicas de interesse nacional; b) a crescente inter-relação entre cultura, patrimônio e turismo, na agenda de organizações como, por exemplo, a ONU e a OEA; e c) o alargamento de funções da esfera municipal no Brasil, com sua preocupação com a questão do desenvolvimento econômico local, que, no Recife, alçou o turismo para o topo da agenda pública.

8.1.4 Centro Permanente de Turismo do Recife: criação, administração e principais resultados atingidos pela gestão Geraldo Magalhães (1969-1971).

A criação e administração do Centro Permanente de Turismo do Recife foi uma prioridade dessa gestão, desde seu início, contando sempre com o apoio e participação direta do prefeito, da desapropriação de dezoito casas do casario civil do pátio até a preocupação com alguns problemas enfrentados pelo espaço urbano, no final de 1970, a poucos meses do fim da gestão.

O decreto de desapropriação do casario civil foi assinado em 12/03/1969, no início da gestão, em pleno Pátio de São Pedro (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1969b). O projeto

sempre contou com a participação direta do prefeito, sendo assumido como prioridade de governo, e foi suportado por ampla publicidade na imprensa local¹⁰⁰. A Foto 054 reproduz um dos vários anúncios do Centro Permanente de Turismo do Recife, apresentando as linhas mestras do projeto:

¹⁰⁰ Até em virtude de a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife ter sido sempre considerada um sucesso, há várias versões sobre como se deu sua idéia original. O trabalho conseguiu recolher cinco delas, a saber: a) tratou-se de um projeto cujas idéias básicas já estavam presentes na PCR, cabendo à gestão Geraldo Magalhães (1969-1971) apenas o implantar – contribuem para essa versão os projetos feitos em 1956 e durante a gestão Augusto Lucena I (1964-1969); b) foi idéia de Eraldo Almeida, advogado da PCR, apoiada e levada ao prefeito por Waldecy Fernandes Pinto; c) foi idéia do próprio prefeito, que buscou emular um centro de turismo já em funcionamento em Porto Alegre, baseado nas tradições do extremo sul do país; d) o Pátio de São Pedro foi sugerido pelo IPHAN, quando de uma reunião com a PCR para se tratar da instalação do Centro Permanente de Turismo do Recife, em um espaço urbano do núcleo antigo; e e) foi uma idéia de Waldemar de Oliveira, intelectual recifense, e Luís de Castro e Castro, um dos primeiros locatários do Centro Permanente de Turismo do Recife. Não é possível dizer, ao certo, qual delas corresponde à realidade, se é que alguma corresponde.

SÃO PEDRO NUNCA PENSOU em ser tão badalado. O Pátio de São Pedro tinha uma feira durante o dia e um escuro enorme durante a noite. Hoje, o Pátio é o ponto de encontro de todos os recifenses que gostam de arte e de um bom lugar onde passar a noite conversando com os amigos e provando um bom prato regional. Já são famosas as festas populares que a Prefeitura promove no Pátio. Tem bumba-meu-boi, maracatu, tem frevo, ciranda, tem tudo que o Recife gosta de mostrar.

A Equipe Geraldo Magalhães promove o Pátio de São Pedro, pensando nas vantagens que o turismo traz para a cidade. Mas, antes de tudo, ela pensa em você.

**o nosso trabalho
é uma mensagem
de amor pela cidade**

Foto 054: Anúncio do Pátio de São Pedro, publicado em 13/09/1970. Notar a contraposição entre o Pátio de São Pedro “antes” e “depois,” com a transformação completa do espaço urbano na gestão Geraldo Magalhães (1969-1971). O composto comercial e animação cultural já estão bem definidos nesse anúncio – arte e artesanato, comidas típicas e regionais e manifestações culturais populares – que dariam a nova “vocalização” do supracitado logradouro público.

Como visto no capítulo anterior, o Pátio de São Pedro encontrava-se muito deteriorado no final dos anos 1960; entulhado de lixo, utilizado como depósito de madeira e estacionamento de carroças e caminhões e transformado em uma verdadeira feira-livre, com a invasão de ambulantes e camelôs. A Rua Felipe Camarão tinha virado sanitário público, e a Rua das Águas Verdes uma “lavanderia de batatas podres e cebolas.”

Além disso, o pátio era um lugar estigmatizado socialmente. Não sendo corriqueiramente freqüentado pela população, por não ter mais a função residencial nem um comércio varejista forte, a exemplo da Rua Direita e do Pátio do Livramento, ele era descrito como um lugar noturno e mal iluminado, “esquecido, escuro e ponto para encontros suspeitos,” “antro de (sic) bichas” e “prostíbulo pela noite” (DIÁRIO DA NOITE, 1970l; DIÁRIO DA NOITE, 1970m). Havia problemas sérios de esgotamento sanitário, além de as casas estarem infestadas de ratos e baratas, como relataram os primeiros locatários do centro de turismo (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970a).

A criação do Centro Permanente de Turismo do Recife recebeu apoio da quase totalidade da imprensa e da intelectualidade pernambucana, fosse pela recuperação do patrimônio cultural, fosse pelo fomento ao turismo; na maior parte das vezes, por uma combinação desses dois pontos. É no mínimo curioso não ter sido possível achar qualquer tipo de manifestação de proprietários ou funcionários de firmas ligadas ao turismo nem de suas associações patronais, quando já havia algumas dezenas de hotéis, pousadas, bares, restaurantes e casas noturnas em funcionamento no Recife. De certo modo, isso inaugurou uma característica de todos os projetos de regeneração urbana do pátio: a ausência e silêncio do *trade* turístico na formulação, implantação e avaliação desses projetos, no período 1969-2008.

Por exemplo, Gilberto Freyre deu total apoio à criação do centro de turismo, dentro de um posicionamento comum para a época, por mais que hoje se pareça contraditório. Ele defendia que o pátio tornasse-se representativo do “[...] Recife superior aos tempos, aos progressos, às modernices. O Recife constante. O Recife irreduzível. [...] tornar o seu velho pátio de São Pedro a mais castiça expressão de espírito, de tradição e de constância recifense [...] (FREYRE, 1969, p. 4)”; para isso, propunha-se o fomento ao turismo, atividade dinâmica e transformadora (LEWIS, 1972; TURNER; ASH, 1976), que supostamente manteria a tradição e autenticidade desse espaço urbano.

A PCR declarou de utilidade e necessidade pública para fins de desapropriação vinte e quatro imóveis localizados no Pátio de São Pedro, através do Decreto N. 9383, de 12/03/1969, assinado no próprio pátio (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1969b). A prefeitura municipal apresentou quatro justificativas para a supracitada desapropriação, a saber:

CONSIDERANDO – A elevada significação cultural como elemento histórico-tradicional da cidade do Recife representado pelo logradouro público denominado Pátio de São Pedro; CONSIDERANDO – A necessidade de dotar a cidade do Recife de um Centro de Turismo, estimulando essas atividades em consonância, inclusive, com as diretrizes do Governo Federal; CONSIDERANDO – Competir, no âmbito do Município, à Empresa Metropolitana de Turismo – EMETUR o desenvolvimento das atividades específicas de turismo; CONSIDERANDO – Por fim, a necessidade de zelar pela preservação dos aludidos aspectos tradicionais, colaborando o Município com os Órgãos competentes para a conservação e restauração dos bens tombados pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; [...] (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1969b, p. 2.081)

Em suma, reconhece-se o próprio pátio, e não mais apenas a Igreja de São Pedro dos Clérigos, como patrimônio cultural material valioso à Cidade do Recife, conjugando-se cultura, patrimônio e turismo sob as diretrizes do governo federal (Sistema Nacional de Turismo).

A desapropriação do casario civil do pátio contou com o apoio e o entusiasmo do IPHAN, tanto da superintendência regional quanto do Rio de Janeiro (CARVALHO, 1969a; CARVALHO, 1969b). Renato Soeiro, então diretor do IPHAN, comunicou assim ao superintendente regional em Pernambuco suas expectativas em relação à transformação do pátio em centro de turismo: “Acusando o recebimento do Ofício [...] [que] comunica a criação do Centro de Turismo do Recife pela Prefeitura Municipal, tenho o prazer de expressar a minha satisfação por esse ato do Executivo Municipal que vira de muito valorizar o Pátio e a Igreja de São Pedro dos Clérigos (SOEIRO, 1969, p. 1)¹⁰¹.”

O processo de desapropriação foi combatido por quase todos os proprietários do pátio; apenas um ou dois chegaram a um acordo amigável com a PCR sobre a questão. Um conjunto de proprietários entrou na justiça contra a prefeitura municipal, além de ter pago notas contra a desapropriação nos principais jornais locais. Em uma sociedade conservadora e religiosa

¹⁰¹ Isso sustenta a opinião de muitos comentadores de que não é que o IPHAN seja propriamente contra a utilização econômica do PHAN, ele apenas não se preocupa com essa utilização, ou não pode preocupar-se, dado a insuficiência de recursos humanos e materiais para atuar nesse sentido.

como a recifense da época, o cerne da argumentação era que se pretendia transformar o pátio, onde se encontrava a Igreja de São Pedro dos Clérigos, em um antro de prostituição, marginalidade e homossexualismo, como alguns trechos da supracitada nota enfatizam:

c) pretende-se substituir tais homens honrados e que mourejam nos seus balcões, por pessoas que, vez por outra, aparecem nas seções policiais dos jornais, envolvidas em casos escabrosos e, até, por senhoras proprietárias de casas de prostituição, disfarçada sob o nome simpático de “boite”; d) como católicos e cristãos, os comerciantes não permitirão que o pátio de uma igreja, da devoção do Príncipe dos Apóstolos, transforme-se num antro, a exemplo do mercado da Ribeira, de tão triste lembrança para as famílias de Olinda, e, ainda, sob o disfarce de atração turística; [...] h) os comerciantes do pátio de São Pedro querem denunciar publicamente as negociatas que estão sendo arquitetadas e a transformação do Pátio em concentração de marginais; i) [...] [os comerciantes] são obrigados a reconhecer a força poderosa dessa hipocrisia e o indiscutível prestígio dos marginais que pretendem instalar suas boutiques, boites e lojas galantes no Pátio de São Pedro¹⁰². (JORNAL DO COMÉRCIO, 1969a)

Os dois primeiros despejos ocorreram em 16/05/1969, tendo a PCR rapidamente instalado a sede da EMETUR em uma das casas recém-desocupadas do pátio, em 17/05/1969. Logo depois, a prefeitura municipal promoveu uma exposição de pintura com o acervo da PCR e de artistas convidados, utilizando para isso a outra casa já desapropriada (18/05/2011) (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1969a; JORNAL DO COMÉRCIO, 1969b). A PCR conseguiu desapropriar mais dezesseis casas em fevereiro de 1970, quando os proprietários perderam a ação judicial (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1970a).

A criação do Centro Permanente de Turismo do Recife contou com uma estrutura legal e administrativa (regras e entidades) com alto grau de formalização, não visto nem ao menos durante a gestão Roberto Magalhães (1997-2000) ou a gestão João Paulo (2001-2008), quando o logradouro voltou ao centro das atenções públicas no Recife. Tudo foi muito bem feito e organizado, até pelo pouco tempo disponível para executar todas as obras e licitações necessárias à “inauguração” do centro de turismo, no final da gestão municipal.

¹⁰² A ação judicial traz uma passagem ilustrativa sobre o temor da “invasão” de homossexuais no Pátio de São Pedro: “Apesar da crise da Igreja Católica, não é possível que se desloque comerciantes honestos e laboriosos, instalados há mais de 20 anos no Pátio da Igreja de S. Pedro, que se lhes tomem os imóveis, para se **transformar o mencionado Pátio na maior concentração de homossexualismo da América Latina**, talvez somente superado pela aglomeração de Cuernavaca no México (GLÁUCIO VEIGA PALHARES MOREIRA REIS ADVOGADOS, 1969, p. 32, grifo nosso).”

O Decreto N. 9383, de 12/03/1969, já visto anteriormente, destinava as casas do Pátio de São Pedro à EMETUR, que se tornaria responsável por sua administração (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1969b). Além disso, elas foram integradas ao patrimônio da EMETUR, fazendo com que ela pudesse auferir renda através da locação dos imóveis, e, eventualmente, utilizar-se dessa receita para fazer a manutenção do pátio em si e seu casario civil. Como a EMETUR foi instalada no pátio, garantiu-se a sua presença constante no logradouro, tanto para a fiscalização das firmas instaladas quanto para a identificação de eventuais problemas em sua infra-estrutura e serviços públicos.

Foram criadas duas comissões exclusivas para o pátio, dentro do novo conceito de Centro Permanente de Turismo do Recife. A primeira, criada pelo Decreto N. 9409, de 14/04/1969, era formada por vinte e um membros, sendo destinada “a sugerir medidas e a supervisionar os trabalhos de valorização do Pátio de São Pedro como centro de atração turística do Recife (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1969c, p. 94).” Seus membros incluíam Gilberto Freyre, Mauro Mota, Lula Cardoso Ayres e Marcos Vinícius Vilaça, entre outros intelectuais, artistas e bacharéis. Entretanto, tudo indica que ela nunca chegou a se reunir.

A segunda comissão foi criada pelo Decreto N. 9470, de 13/06/1969, apesar de sua primeira reunião ter ocorrido em 20/05/1969. A Comissão Executiva do Pátio de São Pedro (CEPSP) era formada por cinco membros titulares, a saber: a) um assessor jurídico; b) Waldecy Fernandes Pinto, Assessor de Planejamento na Gestão Geraldo Magalhães (1969-1971) e Secretário de Planejamento na Gestão Antonio Farias (1975-1979); c) Waldemar de Oliveira, professor, jornalista, músico e destacado intelectual recifense; d) José Luiz da Mota Menezes, arquiteto e urbanista indicado pelo IPHAN, que se tornaria referência em restauro e preservação patrimonial nas décadas seguintes; e e) Cussy de Almeida Neto, maestro, que voltaria a ocupar outros cargos públicos na PCR, ao longo dos anos 1970, 1980 e 1990. A comissão contava com um regimento interno, com razoável grau de detalhamento de suas finalidades, organização, competências e atribuições dos membros (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1969d; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1969e).

A leitura da documentação recolhida mostra que a CEPSP foi muito ativa durante toda a gestão, reunindo-se, de forma geral, semanalmente para tratar de toda sorte de questões relativas ao pátio. Suas principais atribuições – legais e práticas – foram:

- a) estabelecer o composto de lojas e serviços do Centro Permanente de Turismo do Recife: optou-se pelo típico e regional, na forma de bares, restaurantes e lojas de arte e artesanato, entre outros. Preocupou-se em não dotar o pátio de apenas um ou dois tipos de estabelecimento, tendo sido algumas propostas de bares e lojas de artesanato desqualificadas, por já contar o centro de turismo com muitos desses negócios;
- b) elaborar editais de licitação para a locação dos imóveis do pátio, dentro do composto de lojas e serviços pretendidos;
- c) escolher entre as eventuais propostas concorrentes para ocupação das casas, dando ampla publicidade aos resultados;
- d) discutir o “funcionamento” do centro de turismo, apontando eventuais problemas referentes aos locatários, infra-estrutura e serviços públicos no logradouro, a partir de condições de locação e de funcionamento pré-estabelecidas pela própria CEPSP;
- e) outras atribuições gerais.

A formalização estendeu-se a outros pontos do funcionamento do Centro Permanente de Turismo do Recife. Os projetos de reforma interna das casas, a cargo dos locatários, precisavam ser aprovados pela CEPSP e IPHAN; a comissão controlava também a decoração das casas, privilegiando o rústico e o “colonial” (DIÁRIO DA NOITE, 1970l). Foi elaborada uma minuta das obrigações dos locatários, transformada depois nas “Condições de locação” do Pátio de São Pedro (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1969f; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970b). Todo o processo de concorrência era formalizado e padronizado, desde a publicação de notas-convite na imprensa até a divulgação dos resultados dentro de oito dias, no máximo, a partir do término do prazo para a entrega das propostas.

Isso não impedia, contudo, que as relações pessoais e de poder burlassem toda essa formalização de regras e procedimentos, em alguns momentos. O primeiro locatário do Centro Permanente de Turismo do Recife, e também o único que lá se encontra ainda hoje, além do Bar e Restaurante Aroeira, orgulha-se de dizer que conseguiu a casa por ser parente, na época, de um vereador e de um deputado estadual, que arrumaram o imóvel para ele. Lívio Xavier Júnior, proprietário de O Azulão, loja de artes e artesanato que marcou época no Recife, aponta a necessidade de indicação política para conseguir ter-se instalado no pátio: “[Eu] pedi interferência [política], não me lembro mais de quem não, de gente que estava no governo, não é? [...] Tinha uma comissão, mas era com gente com quem eu não me dava” (Entrevista na Cidade do Recife, 20/03/2010).

A CEPSP instituiu um composto de lojas e serviços para o Centro Permanente de Turismo do Recife que privilegiava o típico e regional. Além disso, cuidou-se para que o pátio não se tornasse monofuncional, recebendo apenas um ou outro tipo de negócios. A concorrência não foi alta – três casas ainda estavam desocupadas no final da gestão, e muitos imóveis receberam apenas uma proposta.

Cabe-se destacar mais dois pontos, antes de se passar para a avaliação dos resultados concretos do Centro Permanente de Turismo do Recife. Primeiro, a implantação do centro turístico foi feita em “regime de urgência,” pois a desapropriação das casas deu-se apenas em fevereiro de 1970, e Geraldo Magalhães deixou o cargo de prefeito municipal no início de 1971. A celeridade nas obras dessa gestão verificou-se também no pátio; por exemplo, a CEPSP reuniu-se em 26/12/1969 e 29/12/1969 a pedido do próprio prefeito, preocupado com a implantação do centro turístico.

Segundo, o prefeito municipal participou diretamente da implantação do Centro Permanente de Turismo do Recife, fosse comparecendo às reuniões da CEPSP, fosse orientando expressamente algumas de suas decisões. Como melhor exemplo disso, Geraldo Magalhães ordenou que a CEPSP cedesse uma das casas do pátio ao seresteiro Silvio Caldas, dentro do desejo de “consagrar” o Centro Permanente de Turismo do Recife nacionalmente, mesmo isso indo contra o regulamento da comissão e o posicionamento de dois de seus membros (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970c; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970d). A leitura da documentação recolhida deixa claro que o centro turístico não foi apenas uma prioridade de governo; foi também uma prioridade pessoal do prefeito municipal¹⁰³.

São essas obras marcantes – Pátio de São Pedro, Geraldão, Centro da Juventude etc. – que garantem a Geraldo Magalhães a posição de grande prefeito que o Recife já teve, tanto por parte de intelectuais quanto por parte do público em geral. Nesse sentido, coloca Leonardo

¹⁰³ Cabe aqui uma breve menção honrosa a Waldemar de Oliveira, que, dentre os membros da CEPSP, EMETUR e locatários, foi o único que discordava abertamente do prefeito municipal, inclusive fazendo questão de que essas discordâncias constassem das atas da supracitada comissão. Em 1969-1970, isso não era pouca coisa. Ele defendia sempre a impessoalidade e universalismo de procedimentos do regulamento da CEPSP, que, em alguns casos, era “esquecido,” para se atender as solicitações do prefeito.

Dantas Silva, escritor e primeiro diretor da Fundação de Cultura Cidade do Recife (FCCR), que trabalhava na imprensa local, em 1969-1971: “A administração de Geraldo [Magalhães] foi uma administração brilhante. Foi brilhante. [...] Uma administração brilhante, você veja: deixou o Geraldão aí, deixou o Pátio de São Pedro, deixou os primeiros viadutos” (Entrevista na Cidade do Recife, 17/12/2010).

O Pátio de São Pedro foi “inaugurado” como Centro Permanente de Turismo do Recife, em 09/10/1970, contando com apresentações de músicos de renome nacional, como, por exemplo, Orlando Silva e Sílvia Caldas (JOSÉ, 1970). Entretanto, ele vinha sendo muito freqüentado pelo menos dois meses antes, em virtude da abertura gradual de bares, restaurantes, lojas de arte e artesanato, livrarias etc¹⁰⁴.

O pátio tinha “entrado na moda,” atraindo muitos freqüentadores tanto no período vespertino quanto no período noturno (RICARDO, 1970). A PCR, em conjunto com os novos comerciantes, proveu uma programação cultural semanal, que contava com apresentações de seresteiros, manifestações culturais populares, exposições de artistas plásticos etc. Antes da inauguração, Geraldo Magalhães demonstrava preocupação com o excesso de freqüentadores no pátio, já que ele tinha virado “parada obrigatória” na vida noturna recifense:

O Pátio de São Pedro, antes mesmo de sua inauguração oficial, vem preocupando o prefeito Geraldo de Magalhães Melo que se acha temeroso diante da grande afluência que o local vem recebendo. Muitas pessoas têm reclamado o fato de já terem comparecido várias vezes ao Pátio e ficarem sem condições de se acomodar. (DIÁRIO DA NOITE, 1970o)

Lívio Xavier Júnior afirma que ter se instalado no Pátio de São Pedro foi um grande negócio: “Eu (sic) estourei no Pátio de São Pedro, foi realmente um estouro [...] Nós tivemos muita sorte, os (sic) primitivos [locatários], porque ganhamos dinheiro. [...] Deu para ganhar muito dinheiro, eu fui para a Europa!!!” (Entrevista na Cidade do Recife, 20/03/2010).

Entretanto, o Centro Permanente de Turismo do Recife já enfrentava sérios problemas antes mesmo de sua inauguração oficial, em 09/10/1970, e parecia estar entrando em uma situação

¹⁰⁴ As propostas de locação das casas desapropriadas pela PCR no pátio partiram de pequenos empresários, que tinham outras lojas no núcleo antigo, e de jovens sem nenhuma experiência comercial anterior (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970e).

fora do controle, por parte da CEPSP e mesmo da PCR como um todo. Além disso, em uma cidade que era muito mais pobre de o que o Recife de hoje, ele constituía-se em uma “ilha da fantasia,” principalmente quando se olha a proposta da prefeitura municipal para a área.

A intervenção e regulação do CEPSP restringiam-se única e exclusivamente ao pátio; não há registros de nenhuma ação efetiva nem mesmo sobre as suas vias de acesso, apesar de membros da comissão terem proposto a expansão geográfica do Centro Permanente de Turismo do Recife, sem sucesso (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970a; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970f).

A criação do Centro Permanente de Turismo do Recife apartou o pátio do restante do núcleo antigo, extirpando-o de elementos presentes nele e em seu entorno. Em primeiro lugar, todos os empresários e comerciantes foram expulsos do pátio, independentemente de o que faziam, ou há quanto tempo estavam por lá, por mais que a CEPSP tenha, formalmente, dado prioridade às propostas de locação vindas dos antigos proprietários ou inquilinos do pátio (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970g)¹⁰⁵. A única exceção à regra foi o bar e restaurante Aroeira, que precisou remodelar e adaptar seu negócio às exigências da CEPSP, a começar por não utilizar parte do imóvel para a função residencial (DIÁRIO DA NOITE, 1970o; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970).

Preocupava-se sempre com a exclusão de elementos considerados inadequados ao Centro Permanente de Turismo do Recife, inclusive para não se atrapalhar e afastar a “frequência selecionada” (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970d) e “pessoas de elite” (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970h) que o pátio tinha conseguido atrair, e que era o objetivo da CEPSP. A trigésima primeira reunião dessa comissão foi convocada para discutir a questão: “O dr. Waldecy Pinto informou que o motivo da convocação para a presente reunião, foi a de expor à Comissão as recomendações do Exmo. Sr. Prefeito, que presenciou a invasão do Pátio por mendigos de idade avançada, e meninos (sic) vadios, todos em torno das mesas pedindo esmolas (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970d)”.

¹⁰⁵ O caso mais emblemático disso foi o despejo da Funilaria Bandeira, última fabriqueta em funcionamento no Pátio de São Pedro, instalada na casa n. 4 desde 1918; inconformado com a transformação do lugar, o proprietário diz: “Lutei a vida inteira dentro dessa casinha, tombada pelo Patrimônio Artístico Nacional, onde com grandes dificuldades consegui o necessário para sustentar a família [...] Agora pedem-me a casa para conservá-la e transformá-la em Casa de Turismo. Quem melhor do que eu conservou esta casinha durante êstes 50 anos que aqui vivo?” (CONSTANTINO, 1969).

O próprio Waldecy Fernandes Pinto coloca isso com muita clareza: “Aquele pátio ali tinha ambulante em todo canto, não é? A gente limpou toda aquela área dos ambulantes, e ficou uma coisa agradável” (Entrevista na Cidade do Recife, 21/11/2010). José Luiz da Mota Menezes, outro membro da CEPSP, coloca a questão sob outra perspectiva:

O lado que eu considere negativo, desde aquela ocasião, mas que foi impossível de ser modificado pelas condições naturais da sociedade [...] era a ausência da mulher comum, da prostituta, do homem comum, daquela gente que vivia no pátio. E que, por essa circunstância da presença dos intelectuais, ficavam na porta, ficavam olhando o espetáculo. E me lembrou muito, assim, de certa maneira, a França pré-revolucionária, quando o povo ficava a ver a diversão da Côte. [...] [A prostituição] não saía da Rua do Fogo, mas não entrava no pátio. [...] **O pátio era uma coisa curiosa, porque era um espetáculo à parte.** (Entrevista na Cidade do Recife, 04/01/2011, grifo nosso)

Não demorou muito para que a CEPSP encontrasse-se em dificuldades para manter as “condições de funcionamento” do Centro Permanente de Turismo do Recife. Não se conseguiu evitar o estacionamento de veículos no pátio, problema crônico que seria resolvido apenas na Gestão Roberto Magalhães (1997-2000), apesar de isso ter sido tentado por outras gestões municipais.

Além disso, começaram a ocorrer, com frequência crescente, confusões, brigas e bebedeiras no pátio, à noite, avaliado como resultado do consumo de bebidas alcoólicas. Por mais que a CEPSP tivesse proibido a venda de bebidas alcoólicas no pátio, tendo sido realizadas várias reuniões com os locatários sobre isso, inclusive com a ameaça de despejo, o problema persistiu até o final da gestão municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970d; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970i). Menos de uma semana após a inauguração formal do Centro Permanente de Turismo do Recife, a CEPSP já apontava o não cumprimento do contrato de locação por parte de diversos comerciantes, inclusive com a venda de bebidas alcoólicas; apesar de isso ter gerado muita discussão, não se conseguiu tomar nenhuma ação prática.

Antes de se passar a análise da folheteria turística da gestão Geraldo Magalhães (1969-1971), cabe ater-se às atas das duas últimas reuniões da CEPSP, bem como a última notícia de jornal recolhida sobre o Pátio de São Pedro nessa gestão. Em 01/12/1970, noticiou-se que o pátio

tinha virado ponto de consumo de entorpecentes, retomando-se, dessa forma, uma das funções desse espaço urbano, antes de ser transformado em centro de turismo:

Para comprovar as denúncias de que no Pátio de São Pedro existem muitos toxicômanos, um agente da delegacia de Costumes resolveu em fins da semana passada, acompanhar um elemento (sic) visiado detido em uma canoa policial, até aquele local. Ali, para surpresa do policial, o viciado apontou quase duas dezenas de toxicômanos, todos bem vestidos. (DIÁRIO DA NOITE, 1970q)

Junto a isso, os membros da CEPSP reconheciam os sérios problemas pelos quais já estava passando o centro de turismo, citados anteriormente, bem como a incapacidade de a supracitada comissão resolvê-los, até porque não estavam no rol de competências de pessoas vindas da área artística e cultural. As últimas reuniões já contaram com a participação de dirigentes da EMETUR e da Secretaria de Assuntos Jurídicos da PCR, e era avaliada como fundamental a participação também dos locatários, prevendo-se, inclusive, a realização de uma reunião mensal com uma pauta conjunta (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1970h; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1971a). Apontando a queda no movimento do centro de turismo – quantitativa e qualitativa –, um dos locatários resume o sentimento frente ao futuro do Pátio de São Pedro:

Tendo sido permitida a palavra ao Sr. Eduardo Guennes Tavares de Lima, êste apresentou várias sugestões que foram aceitas pela Comissão, sugestões, que podem ser postas em prática de imediato, para um **soerguimento da vida do Centro de Turismo do Recife**. (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1971a,)

Era o “apagar das luzes” da gestão Geraldo Magalhães (1969-1971). Em poucas semanas, a postura da PCR em relação ao Pátio de São Pedro e ao Bairro de São José como um todo mudaria radicalmente, como será visto no próximo item.

8.1.5 Pátio de São Pedro, Bairro de Boa Viagem e novos eventos turísticos: promoção turística e propaganda política na folheteria da gestão Geraldo Magalhães (1969-1971).

A gestão Geraldo Magalhães (1969-1971) produziu ao menos cinco materiais ligados à promoção turística do Recife, mais de o que tudo que se tinha sido produzido até aquele momento, considerando-se apenas a folheteria recolhida pela pesquisa documental. Grosso modo, essa gestão publicou e distribuiu um mapa, calendário ou brochura para cada quatro meses de governo, número que não foi ultrapassado por nenhuma outra, no período 1969-2008.

O Pátio de São Pedro foi o espaço urbano privilegiado pela folheteria turística dessa gestão, tendo recebido destaque em todos os materiais produzidos, sem exceção. Ele contou com um material exclusivo, que formaria a Coleção EMETUR, sendo seu número 1. Contudo, a pesquisa documental não conseguiu levantar outros números dessa coleção.

Trata-se de um material de autoria de Fernando Pio, baseado em Pio (1942). A brochura é muito interessante, assim como o texto original na qual se baseia; contudo, ela pode ser tudo, menos um roteiro turístico, como seu subtítulo indica. Trata-se de um trabalho sobre a história e valor artístico da Igreja de São Pedro dos Clérigos, escrito em linguagem acadêmica e repleta de termos técnicos (PIO; EMPRESA METROPOLITANA DE TURISMO, 1969). É o material que mais bem ilustra os fatos de o Centro Permanente de Turismo do Recife, assim como a promoção turística da cidade como todo, ter sido pensado por e para intelectuais e um público mais cultivado.

A folheteria turística também confirma o fato de o pátio ter-se transformado no principal espaço de eventos do Recife, concorrendo com o Sítio da Trindade na realização das manifestações folclóricas pernambucanas – pastoril, ciranda, maracatu etc. – e dos grandes ciclos anuais – Carnaval, Natal e São João (EMPRESA METROPOLITANA DE TURISMO, 1970a; EMPRESA METROPOLITANA DE TURISMO, 1971a). Nos dois primeiros calendários turísticos, que se tornaram comuns em várias cidades brasileiras, ao longo dos anos 1970, seguindo-se diretrizes da EMBRATUR, surgem também novos eventos criados especificamente para o fomento ao turismo, a saber: I e II Festival do Mar/Nordeste e MICARÊME, um carnaval fora de época, realizado em abril.

Dado que o número de turistas e visitantes no Recife ainda era relativamente baixo, no período 1969-1971, tem-se a clara impressão de que a folheteria turística tinha como principal público-alvo o residente local. Os textos dos dois guias turísticos publicados pela EMETUR –

o terceiro ficou a cargo de uma firma privada – contêm apresentações sobre o Recife que mais se parecem com uma suma de dados estatísticos sobre a cidade, provavelmente retiradas do PDLI (EMPRESA METROPOLITANA DE TURISMO, 1970b; EMPRESA METROPOLITANA DE TURISMO, 1970c). O primeiro material citado preocupa-se em retratar o progresso da capital do “novo Nordeste,” mostrando e descrevendo as principais realizações da gestão municipal, com destaque para o Centro Permanente de Turismo do Recife (preservação, passado, tradição e turismo), o Centro da Juventude de Beberibe (educação, esporte e assistência social) e o Ginásio Municipal de Esportes (modernidade, arrojo, apresentações e esportes).

Apesar de o principal objeto de promoção turística ainda ser o núcleo antigo, a Praia de Boa Viagem surge com força como uma grande atração do Recife na folheteria turística, inclusive através da descrição dos melhoramentos promovidos na orla marítima (EMPRESA METROPOLITANA DE TURISMO, 1971a; EMPRESA PROMOCIONAL DE TURISMO, 1970). Antes um detalhe na folheteria turística pré-1969, a Praia de Boa Viagem chega a ocupar a capa do calendário turístico de 1971.

A maior parte das firmas ligadas ao turismo concentrava-se ainda no núcleo antigo, principalmente nos bairros de Santo Antonio, São José e Boa Vista, mas já crescia a proporção dos negócios instalados nos bairros de Pina, Piedade (Jaboatão dos Guararapes) e Boa Viagem sobre o total (EMPRESA METROPOLITANA DE TURISMO, 1970b; EMPRESA METROPOLITANA DE TURISMO, 1970c). Esses dois materiais privilegiam também os negócios instalados no Centro Permanente de Turismo do Recife, tendo o primeiro deles listado todas as casas do Pátio de São Pedro, com os bens e serviços oferecidos por cada uma delas. No Mini Guia Recife, há dois anúncios padronizados de estabelecimentos do centro de turismo¹⁰⁶.

8.1.6 Suma conclusiva sobre a gestão Geraldo Magalhães (1969-1971).

¹⁰⁶ O **APÊNDICE P** traz fotos da folheteria turística da Cidade do Recife, publicada no período 1969-2008, de autoria da PCR e outros atores públicos e privados; essa gestão é contemplada com a reprodução de dois materiais no supracitado apêndice.

A criação do Centro Permanente de Turismo do Recife no Pátio de São Pedro foi a principal e mais visível realização da primeira gestão que adotou o fomento ao turismo como função legítima e prioritária da PCR, em um período no qual o desenvolvimento econômico ainda não tinha entrado na agenda pública dos municípios brasileiros, de forma geral. A transformação do supracitado espaço urbano foi uma “marca” da gestão municipal, contando com ampla publicidade na imprensa local. Ela contou com o apoio e intervenção direta do prefeito municipal, que transformou a criação do centro de turismo em um projeto pessoal dentro da PCR.

Braga (2008) aponta que o primeiro projeto para o Pelourinho, em Salvador, Bahia, é datado de 1969, mas não há registros de que ele tenha sido implantado. Uma das versões para a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife diz que Geraldo Magalhães pretendeu emular um conceito já aplicado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, como visto anteriormente, mas não há evidências que confirmem essa versão. Desse modo, ressalta-se o pioneirismo do projeto para o pátio, considerando-se que intervenções desse tipo, no resto do mundo surgiram também apenas no final dos anos 1960, como, por exemplo, em York, Reino Unido, e Sydney (The Rocks), Austrália.

A criação do Centro Permanente de Turismo do Recife ligou-se a uma postura nacional-desenvolvimentista da PCR, na qual se combinaram o “nacional” com o “desenvolvimentismo,” de forma mais profunda de o que no processo de industrialização brasileira, no período 1930-1980, mesmo que em escala muito menor. Tratou-se de uma postura desenvolvimentista, pois a PCR assumiu o papel de principal promotora do turismo na Cidade do Recife. Não apenas se criou o Sistema Municipal de Turismo, como ainda se fez uma estrutura independente para tratar exclusivamente da “jóia da coroa” da oferta turística municipal: o Pátio de São Pedro.

Na prática, a EMETUR, criada na gestão anterior, transformou-se em uma firma estatal responsável pela promoção turística da cidade; a propriedade das casas dava-lhe amplos poderes sobre o pátio, além de receita própria derivada das locações. Contudo, tanto a EMETUR quanto a CEPSP sofreram com a falta de conhecimento e *expertise* sobre o turismo, bem como com a falta de experiência sobre o que fazer para sanar os diversos problemas que foram surgindo no Centro Permanente de Turismo do Recife.

Além disso, esse desenvolvimentismo não se ligava a um “nacional” meramente pragmático, como se depreende da leitura da coletânea organizada por Szmrecsányi e Granziera (2004). O projeto no pátio é o exemplo pioneiro da preocupação da PCR em salvaguardar e utilizar o PHAN localizado na Cidade do Recife, em uma época na qual esse tipo de preocupação sequer ocupava espaços relevantes na agenda pública estadual brasileira, muito menos na municipal. No final dos anos 1960, a questão do patrimônio cultural ainda era uma preocupação restrita ao IPHAN, cujo objeto privilegiado de ação e atenção era o monumento isolado. Isso começou a mudar apenas em 1970, com a publicação do Compromisso de Brasília.

Contudo, a recuperação do conjunto arquitetônico e paisagístico do Pátio de São Pedro, tombado pelo IPHAN, em 1967, e sua utilização para fins turísticos não foram acompanhados por ações de educação patrimonial; não há registros de ações tomadas pela PCR ou CEPSP nesse sentido, com exceção de uma única excursão ao pátio feita para alunos da rede pública municipal de ensino. Dessa forma, repetiu-se, na esfera municipal, o tratamento dado ao grande público pelo IPHAN, utilizando-se Fonseca (2005): “massa.”

A criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, e a sua conseqüente regulação, através da CEPSP, contou com uma alta formalização, através de legislação e procedimentos formais. O fato de ter havido espaço para práticas clientelistas e informais, inclusive por parte do próprio prefeito municipal, não desmerece a postura da comissão de forma geral, que, em grande parte dos casos, agiu com transparência e dentro dos critérios estabelecidos. É constrangedor constatar que, dentre todas as gestões pesquisadas no período 1969-2008, a gestão Geraldo Magalhães (1969-1971) apresentou a estrutura (legislação e entidades) mais formalizada, transparente e organizada na formulação, implantação e avaliação de projetos de regeneração urbana no Pátio de São Pedro. A trajetória da ação da PCR sobre esse espaço urbano mostra uma involução dos projetos, pelo menos no que tange a parte administrativa.

Nota-se também, desde logo, a ausência de grandes interesses econômicos por trás da criação e funcionamento do centro de turismo. A combinação do tombamento federal do conjunto arquitetônico e paisagístico, em 1967, com a desapropriação de dezoito casas, em 1969 e 1970, inviabilizou toda e qualquer especulação imobiliária no pátio e arredores, que tinha sido a grande preocupação do IPHAN na área, até meados dos anos 1960. O *trade* turístico

recifense também não “aparece” para participar do projeto de regeneração urbana – ele continuou ausente e mudo nas décadas seguintes, como será visto no restante dessa tese.

O Centro Permanente de Turismo do Recife foi pensado para funcionar como um precinto urbano-turístico, de forma similar a The Rocks, Sydney, no final dos anos 1960, mesmo que em uma escala muito menor. O espaço urbano foi pensado de forma “estanque” – não houve nenhuma ação sobre seus arredores, nem mesmo sobre suas principais vias de acesso. Isso foi combinado com uma segregação social planejada pela PCR e CEPSP, com a exclusão dos antigos proprietários do projeto e de elementos vistos como indesejados para a atração de uma “frequência selecionada” e de “pessoas de elite.” Contudo, eles permaneceram nos arredores do pátio, e voltaram a “invadir” esse espaço urbano, poucos meses depois de sua inauguração formal como centro de turismo.

Dentro do conceito pretendido, o Centro Permanente de Turismo do Recife teve um enorme sucesso inicial; contudo, a crença de que foi a gestão Augusto Lucena II (1971-1975) que “acabou” com o pátio, presente no discurso de muitos entrevistados e também em notícias e artigos assinados na imprensa local, precisa ser contextualizada. Como o próximo item mostra, houve sim uma descontinuidade administrativa em 1971, inclusive com a extinção da CEPSP, mas os problemas no pátio começaram a surgir poucas semanas depois de sua inauguração formal; a documentação recolhida aponta que o centro de turismo já estava em risco, no final de 1970, pelo menos dentro dos conceitos dessa comissão.

Teria sido o sucesso inicial do centro de turismo apenas uma questão de moda, presente ainda hoje na dinâmica da vida noturna recifense? Ou ele derivou do mérito do projeto, que dotou o núcleo antigo de um espaço urbano aprazível e voltado ao lazer, turismo e entretenimento, em uma época na qual o Bairro da Boa Vista era ocupado por pessoas de classe média, faltavam outras opções na cidade, e não havia ainda nenhum *shopping center* nem galeria? Não há elementos que permitam se escolher com certeza uma das opções, mas se assume como a mais provável a segunda, com base nas entrevistas realizadas e nos diversos documentos recolhidos.

Contudo, é preciso quebrar o mito de que o Pátio de São Pedro era quase perfeito na gestão Geraldo Magalhães (1969-1971), presente ao longo do trabalho de campo. Muitos problemas crônicos enfrentados pelos projetos de regeneração já se configuravam no período 1969-1971,

destacando-se a questão do estacionamento de veículos no pátio e a falta de controle efetivo da PCR sobre os locatários.

Percebe-se também que o centro de turismo não contava com muitos turistas; mesmo com a justificativa turística, apenas 925 turistas (190 estrangeiros e 735 nacionais) foram atendidos na sede da EMETUR no Pátio de São Pedro, que também funcionava como centro de informações turísticas, entre abril de 1969 e abril de 1970, inclusive, o que dá uma média inferior a três turistas por dia.

O Centro Permanente de Turismo do Recife foi alvo de uma das primeiras políticas públicas (de regeneração) urbanas que “voltaram” ao núcleo antigo, após o relativo “abandono” dos anos 1950 e 1960, quando o planejamento urbano municipal voltou-se para as questões de planejamento regional e mudanças na base econômica (industrialização), relegando a segundo plano esse núcleo como objeto de intervenções urbanas. Ele também é o primeiro resultado concreto da mudança de sensibilidade do recifense e da PCR em relação ao casario civil, remanescente dos séculos XVII, XVIII e XIX, dos bairros de Santo Antonio e São José, visto, pelo menos até o início dos anos 1960, como algo atrasado, sujo e desprovido de valor.

A celeridade nas obras públicas, o conceito de prefeito honesto, trabalhador e inteligente, a busca pelo novo, o fato de nunca ter disputado sequer uma eleição, dando um caráter técnico às suas passagens pelo serviço público, as obras grandiosas; tudo isso colabora para a criação e manutenção de uma aura sobre a gestão Geraldo Magalhães (1969-1971). Mesmo tendo durado menos de dois anos, não é raro se referir a essa gestão como os “tempos de Geraldo Magalhães” ou a “era de Geraldo Magalhães” na PCR, visível em diversas notícias publicadas na imprensa pernambucana, relatando a opinião de pessoas sobre o Pátio de São Pedro. No caso do pátio, o período 1969-1971 assumiu o papel dos “Anos Dourados,” uma época para a qual, infelizmente, não é mais possível regressar.

8.2 A morte e a morte do Centro Permanente de Turismo do Recife: descontinuidade administrativa e “progresso” na gestão Augusto Lucena II (1971-1975).

No início de 1971, Augusto Lucena assumiu o cargo de prefeito municipal do Recife pela segunda vez, substituindo Geraldo Magalhães. Isso refletiu a troca de poder na esfera estadual, com a ascensão de Eraldo Gueiros ao Governo do Estado de Pernambuco. Houve um entrosamento das gestões municipal e estadual no período 1971-1975; muitos documentos publicados nessa gestão, inclusive a folheteria turística, trazem a expressão “integração administrativa,” ao lado dos nomes dos dois governantes.

Ao contrário do período 1964-1969, no qual a administração municipal não se preocupou com a formulação de planos e projetos para o Recife, tendo a sua ação centrada na figura pessoal do prefeito, a gestão Augusto Lucena II (1971-1975) instaurou um processo de planejamento a médio e longo prazo, formalizado no Plano de Organização Territorial (POT) (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983a). O PDLI foi interrompido, tendo sido publicado apenas seu estudo preliminar, em 1970. Dessa forma, inaugurou-se um fato comum na Cidade do Recife, a partir dos anos 1970: a interrupção abrupta do planejamento de médio e longo prazo feito pela gestão imediatamente anterior.

Essa gestão foi a primeira que não mais enfrentou o problema das cheias periódicas do Rio Capibaribe; em 1971, o governo estadual concluiu a Barragem de Tapacurá (DIÁRIO DA NOITE, 1971a).

8.2.1 Composição, agenda pública e lógica de atuação da gestão Augusto Lucena II (1971-1975).

A abrupta descontinuidade administrativa, em relação à gestão anterior, manifestou-se principalmente no que se refere a seus principais projetos e obras públicas: o Centro da Juventude de Tejipió, em fase final de implantação, teve suas obras interrompidas (JORNAL DO COMÉRCIO, 1971a); o Cais da Rua da Aurora, recém-inaugurado como parque público, foi quebrado e reformado novamente; o Centro Permanente de Turismo do Recife saiu da agenda pública municipal. Waldecy Fernandes Pinto, questionado em entrevista sobre essa abrupta paralisação de projetos, confirma-a:

Sim, ocorreu [a descontinuidade de projetos – Cais da Aurora e Centro Permanente de Turismo do Recife], ocorreu, não foi folclore não. [...] Quase que o pátio (sic) morreu praticamente na administração Lucena. E a Rua da Aurora também. [...] Ali, foi o sentido político-partidário, porque Geraldo [Magalhães] mostrou interesse – dos Magalhães, não é? Era sobrinho ou neto de Agamenon [Magalhães] –, ele fez uma administração muito boa, e pleiteou ser indicado governador. [...] Lucena também tinha o interesse político de ser governador ou qualquer outra coisa, e encontrava Geraldo [Magalhães] como adversário. [...] Essas duas obras [Rua da Aurora e Pátio de São Pedro] deram muito conceito para Geraldo [Magalhães]¹⁰⁷. (Entrevista na Cidade do Recife, 21/11/2010)

Como já foi dito, essa gestão elaborou o POT, plano que pretendia conjugar um zoneamento geral para o Recife com um novo projeto para o sistema viário, ambos resultando em uma estrutura polarizada, na qual os setores secundário e terciário estariam dispostos segundo uma hierarquização dos espaços urbanos (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983a; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 197-?a)¹⁰⁸.

Também se propôs uma reforma administrativa da PCR, seguindo as diretrizes do governo federal para os estados e municípios. Isso foi justificado por duas razões, a saber: a) a criação da RMR, com a emergência do conceito de administração intermunicipal; e b) o envelhecimento e a inadequação da estrutura administrativa da PCR (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1974). Esse último ponto era considerado o resultado do crescimento da demanda de serviços públicos municipais, tanto devido ao aumento do tamanho e da população da cidade quanto resultado da expansão das funções de competência da PCR, como, por exemplo, promover o desenvolvimento econômico.

A Secretaria de Planejamento da PCR formulou o Plano de Valorização Urbana, tendo selecionado os bairros de Boa Viagem e Casa Forte, atualmente entre os melhores para se morar no Recife. O plano previa a recuperação de logradouros, pavimentação e desenvolvimento do turismo (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983a). Entretanto,

¹⁰⁷ No caso particular do pátio, a gestão Geraldo Magalhães (1969-1971) executou a desapropriação de dezoito casas, mas deixou a maior parte da conta para o sucessor pagar. Em 1971, o Conselho Municipal de Turismo solicitou à PCR um crédito especial de Cr\$ 628.000,00 para terminar de pagar as indenizações aos antigos proprietários. O supracitado valor corresponde a R\$ 1.943.388,15 a preços de julho de 2011, com a utilização pelo IGP-DI da Fundação Getulio Vargas. Trata-se de um valor muito alto, entretanto; é provável que ele tenha sido pedido para outros pontos, além do pagamento dessas desapropriações.

¹⁰⁸ A documentação da gestão Augusto Lucena II (1971-1975) é escassa nos arquivos da PCR; tudo o que foi encontrado foi a minuta do Código de Urbanismo do POT e o documento da reforma administrativa proposta pela gestão.

o trabalho de campo não encontrou nada efetivado a esse respeito; inclusive, as entradas de jornal e os entrevistados apontam que as obras dessa gestão no Bairro de Boa Viagem resumiram-se praticamente à conclusão e expansão da remodelação da orla marítima iniciada na gestão anterior.

O conjunto de obras da gestão Augusto Lucena II (1971-1975) indica que a PCR teve como prioridade a expansão e melhoramento do sistema viário municipal – dinâmico e estático. As poucas entradas relativas ao núcleo antigo referem-se aos problemas de circulação e estacionamento; as palavras “revitalização,” “reabilitação” e “recuperação” ainda não tinham entrado na agenda pública. Inclusive, a gestão contou com vultosos recursos financeiros para a expansão e melhoramento do sistema viário, como a conclusão da Avenida Dantas Barreto, no período 1971-1973, tão bem ilustra.

Ao que tudo indica, a reforma administrativa não se concretizou, pelo menos da forma como foi proposta; foi possível detectar que muitos pontos não saíram do papel, e ela foi publicada apenas em 1974, já perto do fim da gestão. O POT foi substituído, na gestão Antonio Farias (1975-1979) pelo documento “Estrutura urbana do Recife,” tendo muitas de suas propostas perdido a validade, inclusive para o núcleo antigo da cidade.

8.2.2 Políticas públicas de patrimônio e turismo: o agudo contraste entre retórica e prática na gestão Augusto Lucena II (1971-1975).

No início dos anos 1970, o país começou a colher os frutos da criação do Sistema Nacional de Turismo, que elevou as atividades turísticas à classificação de atividade econômica de interesse nacional, como visto anteriormente. Um marco simbólico foi a instituição de 1973 como o Ano Nacional do Turismo pela gestão Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). A EMBRATUR era a responsável pela formulação e implantação de políticas públicas nacionais de turismo; outras entidades governamentais também atuavam na área, como, por exemplo, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Entre outros pontos, a

SUDENE começou a financiar a implantação de grandes hotéis nas principais capitais do Nordeste, geralmente vinculados ao composto sol, mar e praia¹⁰⁹.

A gestão Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) formulou e implantou uma série de medidas para fomentar o turismo doméstico e internacional (receptivo) no Brasil; o Gráfico 003 mostra a trajetória das chegadas de turistas internacionais no Brasil, no período 1970-1980:

Gráfico 003 – Trajetória das chegadas de turistas internacionais no Brasil, no período 1970-1980. Fonte: (BRASIL, 2010b).

Em 1973, foi criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para fins turísticos (PCH). O programa resultou de uma proposta conjunta da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan/PR) e do Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 1973). Posteriormente, incorporou-se o Ministério do Interior e o Ministério da Indústria e Comércio ao programa, esse último através da EMBRATUR.

¹⁰⁹ Por exemplo, a 135ª reunião do Conselho Diretor da SUDENE apreciou um projeto de implantação (Nordeste Turismo S/A – Hotel Tropicana) e outro de ampliação (Pontes S/A – Hotéis e Turismo) de hotéis nas cidades de João Pessoa e Recife, respectivamente, no valor total de Cr\$ 3.350.000,00 (JORNAL DO COMÉRCIO, 1971c). O supracitado valor corresponde a R\$ 10.366.799,86 a preços de julho de 2011, com a utilização pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Cumpre destacar, entretanto, que os projetos ligados à indústria da transformação e à agropecuária dominaram a pauta da supracitada reunião, assim como a liberação de recursos da SUDENE, nos anos 1960 e 1970.

O grupo de trabalho interministerial que propôs o PCH avaliava que as cidades históricas da Região Nordeste possuíam um vasto e rico acervo histórico, artístico e cultural, que se encontrava sem uso e em estado de conservação insatisfatório (BRASIL, 1973).

Desvinculado da orientação museológica do IPHAN, o PCH tinha como principal objetivo o desenvolvimento econômico e social de localidades pobres da Região Nordeste, que, de forma geral, tinham grande parte de seu patrimônio cultural preservado em função da estagnação econômica pela qual tinham passado. Ao invés de recuperar o patrimônio cultural levando-se em conta apenas o valor histórico e artístico dos monumentos e conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, o programa considerava o seu potencial turístico, através dos bens culturais como instrumentos de geração de emprego e renda na comunidade (MICELI, 1984)¹¹⁰.

O PCH tentou conjugar a preservação patrimonial com o fomento ao turismo na Região Nordeste; para isso, previam-se aplicações em poucos municípios selecionados, inclusive em pontos como, por exemplo, infra-estrutura básica e implantação de meios de hospedagem. No Estado de Pernambuco, a Cidade de Olinda recebeu a maior parte dos projetos, secundada por Igarassu e Recife (BRASIL, 1973)¹¹¹.

Outros objetivos do PCH eram difundir o conhecimento e o respeito ao PHAN, formar mão-de-obra capacitada para serviços de restauro e conservação, e descentralizar as políticas públicas patrimoniais (BRASIL, 1973; MICELI, 1984; GASTAL, 2003). Enquanto que a estadualização foi conseguida, não se concretizou a municipalização dessas políticas públicas, salvo raras exceções, como o caso da Cidade do Recife, como será visto no próximo item¹¹².

¹¹⁰ Segundo a exposição de motivos do PCH, a prioridade na aplicação dos investimentos do programa seria dada a bens culturais passíveis de imediata exploração turística: “12. A recuperação dos monumentos históricos passíveis de imediata integração na atividade turística da área, receberá tratamento prioritário de modo a permitir sua inclusão em roteiro turístico ainda no corrente exercício (BRASIL, 1973, p. 8).”

¹¹¹ O programa previa a aplicação de Cr\$ 119.170.000,00 em obras de restauração e Cr\$ 74.717.000,00 em estradas, energia, saneamento básico e estudos e planos, em um total de Cr\$ 193.887.000,00 (BRASIL, 1973). Esse último valor corresponde a R\$ 475.119.329,84 a preços de julho de 2011, com a utilização pelo IGP-DI da Fundação Getulio Vargas.

¹¹² A Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) foi criada em 17/07/1973, inicialmente ligada ao banco estadual. Os trabalhos de campo da dissertação de mestrado e tese de doutorado apontam que, na prática, ela foi criada para gerenciar os recursos do PCH – era uma exigência do governo federal que os estados possuíssem uma entidade voltada à questão da preservação patrimonial, além de participar financeiramente do projeto. Do custo total de cada projeto, o governo federal arcava com 80% e o governo estadual com os outros 20% (BRASIL, 1976). O PCH será retomado nesse trabalho no item relativo à gestão Antonio Farias (1975-1979).

Em 1971, dentro desse contexto mais geral, a gestão Augusto Lucena II (1971-1975) anunciou planos grandiosos para o fomento ao turismo na cidade, que foram complementados por outros projetos e propostas ao longo da gestão. Primeiro, anunciou-se o Plano Global de Turismo, aprovado pelo Conselho Municipal de Turismo como Plano de Desenvolvimento do Turismo, no que seria o primeiro plano abrangente voltado ao desenvolvimento turístico municipal.

Segundo, projetou-se o Centro Municipal de Campismo, que foi formalizado por ato legislativo municipal. Terceiro, anunciou-se a criação de um conjunto de novos centros de turismo, a saber: a) Centro Cívico-Folclórico do Arraial do Bom Jesus (Sítio da Trindade), que contaria com o Museu da Insurreição; b) Morro da Conceição; e c) Parque Histórico Nacional dos Guararapes, que, mesmo não sendo localizado no Recife, teria seu plano de turismo a cargo da EMETUR. A criação do Centro Cívico-Folclórico do Arraial do Bom Jesus foi formalizada por decreto municipal.

Quarto, propôs-se a criação de três equipamentos voltados ao turismo, a saber: a) o Albergue da Juventude; b) o Aquário Público; e c) o Planetário do Recife. A Comissão Executiva do Planetário do Recife chegou a ser formalizada por ato legislativo municipal. Quinto, formulou-se um projeto para reimplantar o Centro de Turismo do Pátio de São Pedro, que contaria com pesquisas de avaliação de seu potencial turístico. Sexto, anunciou-se a criação do Sistema de Transporte Fluvial na Bacia do Capibaribe (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1971a; DIÁRIO DA NOITE, 1971b; DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1971b; JORNAL DO COMÉRCIO, 1971d; DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1971c; DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1971d; EMPRESA METROPOLITANA DE TURISMO, 197-?).

Apesar de todos esses projetos e propostas terem sido apresentados ainda em 1971, no primeiro ano de gestão, com exceção do Aquário Público (data incerta), e de terem sido, em sua maioria, classificados como ações de curto prazo, praticamente nada foi implantado. O Plano de Desenvolvimento do Turismo não foi publicado, e o Centro Municipal de Campismo ficou apenas no papel. Nenhum centro de turismo ou novo equipamento foi efetivado por essa gestão. O Sistema de Transporte Fluvial na Bacia do Capibaribe resumiu-se às lanchas compradas na gestão Geraldo Magalhães (1969-1971); quando elas deterioraram-se, não foram repostas.

A minuta do novo Código de Urbanismo, parte do POT, previa a criação de duas áreas de interesse turístico, uma no Poço da Panela e outra no Horto de Dois Irmãos (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 197-?), o que demonstra sua desarticulação com as propostas da Comissão Municipal de Turismo e da EMETUR. Elas também não foram implantadas.

O Centro Permanente de Turismo do Recife sofreu uma interrupção abrupta, com a mudança na gestão municipal. Segundo os dois ex-membros entrevistados, a CEPSP foi extinta imediatamente, como resume José Luiz da Mota Menezes, professor da Universidade Federal de Pernambuco: “[A Comissão acabou] De imediato, não há dúvidas” (Entrevista na Cidade do Recife, 04/01/2011).

As notícias publicadas na imprensa local sobre o pátio classificavam o local como decadente, desprovido de uma programação cultural que conseguisse ainda atrair turistas e residentes locais. Os funcionários das lojas entrevistadas apontavam que os turistas não freqüentavam mais o pátio – o movimento tinha restringido-se aos residentes locais. O curioso é que os comerciantes, na tentativa de reverter o quadro de abandono do pátio pela PCR, contrataram por si sós uma banda para tocar no local, às sextas-feiras, além de, eventualmente, organizarem cirandas aos sábados (DANTAS, 1972; FERRAZ, 1972; DIÁRIO DA NOITE, 1974). Nos anos 1990 e 2000, tentativas semelhantes a essas não conseguiram ser realizadas, em virtude da desunião entre os locatários.

A falta de efetividade das políticas públicas de turismo foi resumida na proposta de reforma administrativa, publicada em 1974: propunha-se a extinção da EMETUR e do Conselho Municipal de Turismo (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1974).

No campo das políticas públicas patrimoniais, a atuação dessa gestão restringiu-se à obediência à Planta de Gabaritos e Urbanização dos Bairros de Santo Antonio e de São José, em vigor desde 1965. Contudo, ao contrário de o que se possa imaginar, essa planta foi usada para se justificar a obliteração da Igreja dos Martírios e de mais de trezentos imóveis dos séculos XVII, XVIII e XIX do Bairro de São José, como será visto a seguir.

8.2.3 As idéias fora do tempo e do lugar: a conclusão da Avenida Dantas Barreto.

Como visto anteriormente, essa gestão teve como grande prioridade a expansão e melhoramento do sistema viário municipal – dinâmico e estático. No núcleo antigo, a principal obra foi a conclusão da Avenida Dantas Barreto, logradouro cujo desenho urbano já estava previsto desde o Século XIX, tendo sido mantido, em suas linhas gerais, pelas sugestões de Ulhôa Cintra para a Comissão do Plano da Cidade, em 1943 (MOREIRA, 2005a; OUTTES, 1997). Além disso, ela já tinha sido uma obra prioritária da gestão Augusto Lucena I (1964-1969), que não pôde concluí-la por falta de verbas.

Em 1971, a PCR conseguiu um empréstimo de US\$ 3,000,000.00 para concluir a Avenida Dantas Barreto, graças à interferência do governo estadual. A primeira ação foi a desapropriação e conseqüente demolição de 117 casas entre a Rua Tobias Barreto e a Rua São João (JORNAL DO COMÉRCIO, 1971e). O único monumento existente no trajeto entre a Avenida Nossa Senhora do Carmo e a Praça Sérgio Loreto, era a Igreja dos Martírios, cuja preservação não era prevista na Planta de Gabaritos e Urbanização dos Bairros de Santo Antonio e de São José.

Contudo, a ameaça de destruição fez o IPHAN tombá-la provisoriamente, ainda em 1971. Para suprir alguns mitos que existem em torno dessa questão, passa-se a palavra para José Luís da Mota Menezes, que prestava serviços para o órgão federal de preservação nessa época:

Em relação a Dantas Barreto, sem dúvida, era do conhecimento do IPHAN o projeto da avenida, desde a primeira gestão de Lucena. [...] Entre a primeira gestão de Lucena e a segunda, esteve aqui Robert [Chester] Smith. Ele visitou a Igreja dos Martírios, e disse que ela tinha sua importância [...] Foi feito então, como uma das últimas ações de Geraldo [Magalhães], um projeto, a pedido de Ayrton Carvalho, de [autoria de] Delfim Amorim, que se incorporou ao planejamento [urbano da cidade]. [...] Amorim fez a proposta de retirar uma grande casa que existia nos fundos da igreja, e criar uma ilha para garantir os sobradões belíssimos que existiam ao lado da Igreja [dos Martírios], na Rua Augusta. [...] A idéia foi absorvida perfeitamente bem por Edgar Amorim, por Geraldo Magalhães e por nosso Waldecy Pinto, que era (sic) secretário de planejamento. Só que não houve tempo. [...] O projeto era exequível, mas aí foi que a posição de Lucena era contrária; teria que ser feito aquilo que ele queria. [...] Entrou o personalismo, exatamente, nessa posição entrou o personalismo. Personalismo que seria patente durante toda a luta [para destombar a igreja]. [...] Nós não estávamos levando só em conta a idéia de que ali, no Bairro de

São José, havia um parcelamento que vinha do período de Nassau, e, portanto, era um (ênfase na voz) grande acervo arqueológico que estava se destruindo; havia [também] alguns excelentes prédios que estavam ao lado da igreja, na Rua Augusta. (Entrevista na Cidade do Recife, 04/01/2011)

A polêmica envolvendo a preservação ou destruição da Igreja de Nossa Senhora dos Martírios teve ampla repercussão na imprensa, na intelectualidade e na população de forma geral, principalmente nos residentes do Bairro de São José. O prefeito municipal tomou a destruição da igreja como meta pessoal, tendo inclusive viajado para o Rio de Janeiro e Brasília para tratar pessoalmente da questão.

Apesar de o tombamento da Igreja de Nossa Senhora dos Martírios ter sido aceito pela Câmara do Patrimônio e, subseqüentemente, pelo Conselho Federal de Cultura, a gestão Augusto Lucena (1971-1975) conseguiu destombá-la, através da intervenção do Presidente da República, o General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici. Em 1973, a Avenida Dantas Barreto foi concluída, com direito à impressão de um panfleto para sua comemoração, como mostram as fotos 055 e 056:

Foto 055: O Recife recebe mais nove milhões e duzentos mil cruzeiros de progresso (I) (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1973). É possível ver a perspectiva da Igreja de Nossa Senhora dos Martírios, obliterada para a conclusão da Avenida Dantas Barreto.

Foto 056: O Recife recebe mais nove milhões e duzentos mil cruzeiros de progresso (II) (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1973). A gestão Augusto Lucena II (1971-1975) colocou como uma “questão de honra” a conclusão da Avenida Dantas Barreto; no panfleto, vêem-se termos como “coragem administrativa,” “arrojo administrativo” e “senhora avenida.”

A conclusão da Avenida Dantas Barreto resultou na destruição de mais de três centenas de imóveis dos séculos XVII, XVIII, XIX e início do XX, dos quais o principal era a Igreja de

Nossa Senhora dos Martírios. Mais de trezentas famílias foram expulsas do Bairro de São José, deslocando-se para a periferia do Recife. A utilidade dessa avenida já era questionada antes mesmo de sua conclusão. O baixo tráfego de veículos fez com que a gestão Antonio Farias (1975-1979) propusesse sua transformação em um boulevard cultural pedestrianizado, poucos anos após sua conclusão (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1976a). Na gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996), grande parte do leito da avenida foi ocupado pelos camelódromos, centros de comércio popular, sem maiores inconvenientes ao tráfego de veículos.

A proximidade entre o Pátio de São Pedro e a Avenida Dantas Barreto forma um contraste interessante no Bairro de São José, com as diferenças de escala, função e fisionomia presentes, como mostra a foto 057:

Foto 057: A Avenida Dantas Barreto, trecho entre a Rua da Indústria e o 1. Módulo do Camelódromo. Fonte: autor. A foto é de janeiro de 2011. Na foto, vêem-se em destaque o 1. Módulo do Camelódromo (indicado com seta vermelha), o Pátio de São Pedro (indicado com seta azul) e a Praça do Carmo (indicada com seta verde), atualmente tomada pelo comércio informal.

Mesmo durante um dia de semana, o movimento de veículos e ônibus, no trecho que vai da Av. Nossa Senhora do Carmo à Praça Sérgio Loreto, no Bairro de São José, é muito pequeno, levando-se em consideração as dimensões da avenida. Não por acaso, mais de trinta e cinco anos após sua conclusão, a Dantas Barreto é ainda referida pelos recifenses como a avenida que liga o nada a lugar nenhum.

Avaliada como uma avenida que destruiu o Bairro de São José, além de ter, ainda hoje, pouca utilidade ao trânsito recifense, a Dantas Barreto é criticada por arquitetos e urbanistas, técnicos da PCR e pelo povo de forma geral. É o que fez Augusto Lucena ter passado à história como um prefeito “louco,” “velho gagá,” que nada de bom fez à Cidade do Recife no conceito da população.

8.2.4 A polarização entre o Pátio de São Pedro e a Praia de Boa Viagem: a folheteria turística da gestão Augusto Lucena II (1971-1975).

O conjunto da folheteria turística produzida por essa gestão – foram recolhidos doze documentos no trabalho de campo, sendo três deles de autoria da EMPETUR – revela uma polarização entre dois espaços da cidade, a saber: a Praia de Boa Viagem e o Pátio de São Pedro. Os grandes mapas detalhados do núcleo antigo do Recife, com a listagem de dezenas de monumentos e grandes prédios públicos, cederam espaço para materiais mais “enxutos,” focados em um pequeno conjunto de atrações e espaços urbanos.

A Praia de Boa Viagem, antes secundária na promoção turística, passou a ter lugar de destaque em praticamente todos os materiais produzidos. Mesmo tendo acabado com o Centro Permanente de Turismo do Recife, a folheteria turística dessa gestão continuou a privilegiar o pátio em seus materiais, inclusive o denominando de “Centro de Turismo Pátio de São Pedro,” e o indicando como palco de manifestações culturais populares e excelente ponto de venda de artesanato.

A ascensão do composto sol, mar e praia na folheteria turística da PCR não era apenas o reflexo da remodelação urbana da orla marítima; era também o resultado da abertura de novos hotéis nos bairros de Boa Viagem e Pina. Dos vinte e nove hotéis listados pelo Guia do Motorista Profissional 74, doze deles já se encontravam nesses dois bairros (EMPRESA METROPOLITANA DE TURISMO, 1974b).

Nos anos 1980, a quase totalidade dos hotéis da Cidade do Recife já se encontrava nos bairros de Boa Viagem e Pina, resultado não apenas da abertura de novos hotéis, mas também do encerramento da maioria das unidades localizadas no núcleo antigo; os turistas foram ficando cada vez mais distantes do Pátio de São Pedro¹¹³.

8.2.5 Suma da gestão Augusto Lucena II (1971-1975).

Para os propósitos desse trabalho, essa marca a reversão do primeiro projeto de regeneração urbana do Pátio de São Pedro, com o desmantelamento da CEPSP e o “abandono” proposital do pátio, inclusive com a transferência da sede da EMETUR para o Cais do Apolo.

A conclusão da Avenida Dantas Barreto literalmente suprimiu a vizinhança residencial do pátio, substituindo-a por uma grande via de circulação cuja utilidade já foi questionada na gestão Antonio Farias (1975-1979)¹¹⁴. Sem se consolidar efetivamente como um centro de turismo, nem contar com uma área residencial próxima, o futuro do pátio estava em risco. em meados dos anos 1970; os próximos itens mostram como esse espaço urbano deteriorou-se fisicamente. ao longo da segunda metade dos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980, sem que nenhuma ação efetiva tivesse sido tomada por nenhuma gestão municipal.

Por fim, as políticas públicas de turismo propostas e formuladas nessa gestão não conseguiram se materializar; ficaram apenas no discurso, não obstante a existência de um contexto nacional favorável ao investimento público em turismo e patrimônio, dentro de propostas de fomento ao turismo cultural. Provavelmente, a prioridade dada à expansão e ao melhoramento do sistema viário municipal – não apenas do núcleo antigo, mas da cidade como um todo – impediu a materialização dos planos grandiosos para o turismo no Recife.

A conclusão da Avenida Dantas Barreto não deixou espaços para a preocupação com a “revitalização,” “reabilitação” ou “recuperação” do núcleo antigo do Recife. Foi somente com

¹¹³ O **APÊNDICE P** traz a reprodução de um material da folheteria turística dessa gestão.

¹¹⁴ O **ANEXO A** traz um trecho de Prefeitura da Cidade do Recife (1993c, p. 8-9), que resume os problemas causados pela conclusão da Avenida Dantas Barreto ao Bairro de São José.

a gestão Antonio Farias (1975-1979) que se inaugurou a preocupação da PCR em regenerar o núcleo antigo do Recife como um todo, como será visto no próximo item.

8.3 Patrimônio cultural, lazer e turismo e planejamento urbano: a convergência de ações e projetos na gestão Antonio Farias (1975-1979).

Em 1973, a Lei Complementar n. 14, de 08/06/1973, criou a RMR, em conjunto com outras regiões metropolitanas. Tratou-se do reconhecimento e institucionalização do processo de metropolização das grandes cidades brasileiras, que, no caso do Recife, remontava aos anos 1940 (PERNAMBUCO, 1976).

Em meados dos anos 1970, a RMR era a maior região metropolitana da Região Nordeste, sendo essa última então classificada como “região problema” pelo governo federal, em virtude de seus indicadores sociais e econômicos encontrarem-se sistematicamente abaixo da média nacional.

No período 1960-1970, o Recife apresentou um crescimento demográfico anual médio de 2,7%, enquanto que para sua região metropolitana foi verificado o índice de 3,9%. Mais da metade desse último crescimento era devido às migrações, o que caracterizava a RMR como uma região “inchada,” na qual as oportunidades de trabalho e emprego não conseguiam acompanhar o crescimento da população (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1976a)¹¹⁵.

O período 1930-1980 foi caracterizado como o auge do nacional-desenvolvimentismo brasileiro, no qual o país teve o segundo maior crescimento econômico *per capita*, atrás apenas do Japão (MANKIW, 2006). Nesses cinquenta anos, destacou-se o período 1968-1973, no qual houve a “multiplicação” do país em termos econômicos, no que se convencionou chamar de “milagre brasileiro.”

¹¹⁵ Em 1970, o desemprego aberto e disfarçado na RMR era de 29,9%, resultado da presença de 29.600 desempregados e 120.500 subempregados. Em meados dos anos 1970, calculava-se que a demanda por matrículas de primeiro e segundo grau seria de 587.300 alunos, ao passo que o sistema de educação estadual e municipal suportava apenas 288.000 matrículas (PERNAMBUCO, 1976).

O primeiro choque do petróleo, em 1973, reduziu o crescimento econômico mundial ao longo da segunda metade dos anos 1970; ele também teve reflexos no Brasil, com a redução no ritmo de crescimento da economia nacional. O Gráfico 004 traz o crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro para o período 1968-1979:

Gráfico 004 – Variação percentual do Produto Interno Bruto brasileiro, em relação ao ano anterior, no período 1968-1979. Fonte: (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2002).

Contudo, a Região Nordeste não percebeu a diminuição desse ritmo de crescimento, da mesma forma que outras regiões do país; no período 1974-1979, a política econômica do governo federal foi balizada pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, que privilegiou a dispersão geográfica da atividade econômica, inclusive para a Região Nordeste. Provavelmente, o período 1974-1985 foi o único no qual essa região teve um crescimento econômico acima da média nacional, ao longo de todo o Século XX.

Na esfera estadual, foi publicado o I Plano de Desenvolvimento do Estado, que tinha como objetivo principal estabelecer um modelo sócio-econômico, através da definição de um conjunto de políticas públicas e diretrizes. Esse plano foi acompanhado por dois outros, dentro do objetivo de se distribuir o crescimento econômico de forma equilibrada entre as diversas regiões pernambucanas, a saber: a) o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife (PDI/RMR); e b) Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (PERNAMBUCO, 1976).

O PDI/RMR classificava os centros comerciais e de serviços em três categorias distintas, a saber: a) o núcleo metropolitano; b) os subcentros principais; e c) os subcentros secundários. O primeiro era formado pelos bairros do Recife, Santo Antonio, São José, Boa Vista (núcleo antigo) e Santo Amaro, formando o centro da cidade. Ele concentrava as funções político-administrativas e econômico-financeiras – comércio varejista e atacadista e serviços –, inibindo o desenvolvimento dos subcentros principais (Afogados, Beberibe, Boa Viagem, Casa Amarela, Encruzilhada e Madalena) (PERNAMBUCO, 1976). Além disso, essa concentração provocava deseconomias de escala, das quais a mais visível eram os congestionamentos de tráfego, a presença de atividades econômicas incompatíveis entre si, como, por exemplo, armazéns de material de construção, indústrias e estabelecimentos de ensino, e a necessidade de deslocamento da população até ele para trabalhar ou comprar itens simples.

Para sanar esse problema, o PDI/RMR tinha como um de seus objetivos a formação e criação de quatro núcleos metropolitanos, a saber: a) a área central do Recife, que necessitava da descompressão de atividades incompatíveis com seu espaço urbano e de uma redefinição de funções; b) o Complexo Industrial e Portuário de Suape, na nucleação sul da RMR; c) parte da nucleação norte da RMR, formada pelas cidades de Paulista e Igarassu; e d) o II Núcleo Metropolitano, a ser criado do nada, através, inclusive, da implantação do centro administrativo do governo estadual – esse núcleo nunca saiu do papel (PERNAMBUCO, 1976)¹¹⁶.

Seguindo o I Plano de Desenvolvimento do Estado, o PDI/RMR teve como principal estratégia de fortalecimento da base econômica metropolitana a industrialização da RMR, com destaque para a implantação do Complexo Industrial e Portuário de Suape (PERNAMBUCO, 1976, 1978a). O Programa de Expansão das Atividades de Turismo fazia parte da estratégia de integração social, da mesma forma que, por exemplo, o Programa de Implantação de Centros Sociais Urbanos; apontava-se, no caso do primeiro, o baixo custo por emprego criado, mas também a sua incapacidade de, por si só, prover um desenvolvimento econômico relevante para o conjunto da região metropolitana (PERNAMBUCO, 1976). O

¹¹⁶ É interessante notar que o PDI/RMR não conseguiu prever a transformação do Bairro de Boa Viagem no principal núcleo metropolitano de comércio e serviços, a partir dos anos 1980. A área central do Recife – núcleo antigo e Santo Amaro – passou por um intenso processo de deterioração físico-ambiental e esvaziamento econômico, na primeira metade dos anos 1980, o que fez a PCR ter lançado, já em 1986, o Programa de Recuperação da Área Central, como será visto adiante.

PDI/RMR reconhecia a fragilidade institucional dos órgãos responsáveis por promover o turismo na RMR – EMPETUR e EMETUR –, avaliando que isso tinha sido responsável pelo baixo dinamismo da atividade até então.

Os planos de desenvolvimento turístico de larga escala nunca saíram do papel, assim como a maior parte das propostas do PDI/RMR para o turismo. Contudo, dois projetos importantes foram implantados, na segunda metade dos anos 1970. Primeiro, o governo estadual converteu a Casa de Detenção, unidade prisional localizada no Bairro de Santo Antonio, na Casa da Cultura, na qual as antigas celas dos presos foram transformadas em pontos de venda de arte e artesanato. Segundo, foi construído o Centro de Convenções, então o maior equipamento para eventos e convenções das regiões Norte e Nordeste do Brasil, na região da Tacaruna, fronteira entre as cidades do Recife e Olinda (PERNAMBUCO, 1976, 1978a).

Antes de se analisar e avaliar a gestão Antonio Farias (1975-1979) em si, cabe ater-se à avaliação e às proposições do PDI/RMR relacionadas às políticas públicas patrimoniais, que resultaram no Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR) (PERNAMBUCO, 1978b). Esse plano é vital para se compreender a institucionalização da função de preservação patrimonial na gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983), assim como a formulação dos projetos de regeneração urbana para o Pátio de São Pedro e para o Bairro do Recife, na gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988).

Em relação ao potencial turístico da região metropolitana, o PDI/RMR avaliava que um dos problemas que concorriam para a sua redução era a perda progressiva do patrimônio histórico e artístico metropolitano; para isso, apontava-se tanto a inefetividade do IPHAN e da FUNDARPE, em se fazer cumprir a legislação de preservação patrimonial quanto o crescimento desordenado pelo qual estava passando a RMR, com a conseqüente especulação imobiliária e a destruição de monumentos e ambientes urbanos (PERNAMBUCO, 1976).

O PDI/RMR propôs o Programa de Preservação de Ambientes Urbanos, que tinha como objetivo “Preservar o patrimônio cultural e histórico das cidades da RMR, pela conservação dos conjuntos urbanos mais representativos de épocas determinadas” (PERNAMBUCO, 1976, p. 218-219). Buscava-se também ampliar o conceito tradicional de patrimônio histórico e artístico no Brasil, incluindo-se aí monumentos e sítios históricos de importância estadual e

metropolitana, inclusive do Século XIX e início do Século XX. A influência do PCH é clara e explícita na vinculação entre preservação patrimonial e fomento ao turismo:

A necessidade de se preservar a arquitetura e ambientes urbanos de interesse histórico e cultural da RMR, além dos objetivos culturais de preservação da história e do acervo artístico, visa, também, à utilização social e econômica deste patrimônio para fins de lazer e de turismo, razão da recente preocupação do Governo Federal, como bem demonstra o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste [PCH]. (PERNAMBUCO, 1976, p.219)

Em 1978, o PPSH/RMR foi publicado como um dos programas do PDI/RMR. A celeridade dos trabalhos decorreu da percepção de que o acervo patrimonial da RMR estava correndo sério risco nos anos 1970, com a perda de exemplares e sítios históricos significativos desse acervo (PERNAMBUCO, 1978). Esse plano marcou o comprometimento formal do Governo do Estado de Pernambuco com a salvaguarda do patrimônio histórico e artístico estadual e metropolitano, seguindo-se as assinaturas do Compromisso de Brasília, em 1970, e do Compromisso de Salvador, em 1971.

Participaram do PPSH/RMR a Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), ligada à Secretaria de Planejamento, o IPHAN, a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana, a SUDENE e a Seplan/PR (PERNAMBUCO, 1978) – contudo, a EMPETUR estava ausente (como sempre). Isso já indicava a nova abordagem a ser dada à questão da preservação patrimonial na RMR: ligada ao planejamento urbano metropolitano e voltada para o desenvolvimento econômico, através da exploração turística de monumentos e sítios históricos.

A publicação do PPSH/RMR já contou com o inventário completo dos sítios históricos da RMR; foi feita a identificação, classificação e delimitação para cada um deles, junto com proposições normativas e intervencionistas – projetos técnicos e intervenção física (PERNAMBUCO, 1978). Esse inventário seria a base para a formulação e implantação de projetos de revitalização para cada um dos sítios históricos selecionados, a começar pelos Montes Guararapes e pelo Pátio de Santa Cruz, no Recife, considerados de prioridade máxima. O Pátio de São Pedro ficou em uma posição intermediária nessa classificação.

Até hoje, o PPSH/RMR é elogiado como um plano inovador e bem formulado por comentadores. Os trabalhos de campo (dissertação e tese) entrevistaram historiadores, arquitetos e urbanistas e funcionários e dirigentes da PCR, FUNDARPE e IPHAN; há quase unanimidade em sua boa avaliação. Contudo, a sua efetiva implantação resumiu-se praticamente ao inventário publicado em 1978, salvo algumas restaurações pontuais, feitas pelo governo estadual nos anos seguintes, como, por exemplo, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem (Pasmado), em Igarassu.

Isso se deveu a uma série de fatores, que também afetaram as políticas públicas patrimoniais do Recife. Primeiro, o PPSH/RMR foi publicado apenas dois anos antes de 1980, quando o modelo nacional-desenvolvimentista entrou definitivamente em crise no Brasil; o baixo crescimento econômico dos anos 1980, acompanhado por uma profunda crise fiscal do Estado, fez da área patrimonial um alvo fácil para cortes orçamentários. Não é coincidência o fato de o PCH ter sido extinto no início dos anos 1980, poucos anos depois de sua expansão para o Rio de Janeiro, o Espírito Santo e Minas Gerais.

Segundo, com o aprofundamento do processo de redemocratização, no início dos anos 1980, a questão do PHAN foi relegada ao segundo plano das políticas públicas de cultura, inclusive com a ascensão de Aloísio Magalhães à Secretaria de Cultura do Ministério de Educação e Cultura. Como denuncia Machado (1984):

De qualquer maneira, com a permanência do processo de abertura, tenho para mim que uma política cultural centrada no conceito de patrimônio histórico tenderia a esgotar-se rapidamente. É que a clientela da outra vertente, a da criação do bem cultural (cinema, teatro, música popular, etc.), é muito mais dinâmica, organizada e politicamente ativa, razão pela qual suas demandas terão maior peso no processo de decisão sobre a alocação de recursos das agências que atuam na área cultural. (MACHADO, 1984, p. 13).

Terceiro, a área patrimonial nunca conseguiu formar uma coalizão articulada e estável em defesa de seus interesses, tendo se mantido restrita aos arquitetos e urbanistas, historiadores e alguns outros poucos interessados. Com baixo grau de mobilização, parte da vertente patrimonialista mal consegue posicionar-se a respeito de meios e projetos necessários à reversão do esvaziamento da questão do patrimônio cultural no Brasil, atendo-se, via de regra, a questões técnicas de restauro, conservação e interpretação.

Contudo, o PPSH/RMR foi diretamente responsável pela institucionalização da função de preservação patrimonial, na gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983), e também, mesmo que indiretamente, pela formulação dos projetos de regeneração urbana para o Pátio de São Pedro e para o Bairro do Recife na gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988).

8.3.1 A Estrutura urbana do Recife: planejamento urbanístico municipal de larga escala e a “inauguração” da revitalização da área central.

A gestão Antonio Farias (1975-1979) formulou e implantou um plano urbanístico de larga escala para a cidade, denominado “Estrutura urbana do Recife” e publicado em 1976. Waldecy Fernandes Pinto, Secretário de Planejamento da gestão, fala sobre a sua criação:

Quando Antonio Farias chegou [à PCR], esse documento [Diretrizes para o Desenvolvimento Físico da Cidade do Recife, remanescente da gestão Pelópidas Silveira II (1955-1959)] já estava esvaziado. Então, foi quando a gente voltou ao PDLI, que Geraldo [Magalhães] tinha feito; desse documento, nós tiramos um documento, um plano estratégico. Por quê? Porque eram quatro anos de governo; se a gente fosse fazer um plano diretor, iriam se passar os quatro anos. Nós pegamos do PDLI tudo o que se tinha de planejamento. [...] tudo o que nós tínhamos de projeto nós juntamos, levamos para uma mesa com Jaime Lerner, e, com a experiência dele, nós montamos aquele documento [Estrutura urbana do Recife]¹¹⁷. (Entrevista na Cidade do Recife, 21/11/2010)

A Estrutura urbana do Recife foi o plano urbanístico de larga escala que guiou a ação pública da gestão Antonio Farias (1975-1979) nas áreas de habitação, circulação e revitalização do centro da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1976a). Ele continha seis linhas principais de atuação, a saber:

- a) a expansão e melhoria do sistema viário municipal, acompanhadas pelo aumento da eficiência do sistema de transporte de massa, visto como inadiável;

¹¹⁷ Cabe notar que o PDI/RMR foi feito para a RMR, ao passo que a Estrutura urbana do Recife restringia-se à cidade. Contudo, pela leitura de ambos os documentos, tem-se a clara impressão de que foi o primeiro que se adaptou ao segundo, e não o contrário. Apenas na área de preservação patrimonial, nota-se uma decisiva influência da FIDEM e dos planos metropolitanos sobre a ação da PCR durante essa gestão, como será visto adiante.

- b) a revitalização da área central da cidade: “A revitalização da área central, procurando assegurar ao homem a perenidade das tradições do povo e, ao mesmo tempo, lhe devolver áreas em que possa caminhar tranqüilo e encontrar lazer repousante, necessariamente, teve enfoque prioritário (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1976a, p. v);
- c) a descentralização da cultura e o desenvolvimento das artes e da criatividade;
- d) o Programa Integrado do Capibaribe;
- e) o problema habitacional – provisão de habitação para diversas faixas de renda;
- f) o fortalecimento institucional da PCR.

Trata-se também do primeiro plano urbanístico de larga escala que aponta a destruição do patrimônio cultural como um dos grandes problemas municipais, ao lado da proliferação de habitações subnormais, dos deslocamentos improdutivos, do desemprego e subemprego, da especulação imobiliária e da poluição ambiental (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1976a); ele foi contemplado pelo Programa Integrado do Capibaribe e pelo Programa de Revitalização da Área Central.

A estimativa de investimentos da Estrutura urbana do Recife deixa claro quais eram as verdadeiras prioridades do programa. O investimento total de Cr\$ 6.209.000.000,00 era dividido em quatro rubricas, a saber: a) Circulação – Cr\$ 452.500.000,00 (7,3%); b) Programa Integrado do Capibaribe – Cr\$ 304.000.000,00 (4,9%); c) Programa Revitalização (área central) – Cr\$ 50.500.000,00 (0,8%); e d) Programa Habitacional – Cr\$ 5.402.000.000,00 (87%) (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1976a)¹¹⁸.

Antes de entrar no Programa de Revitalização da Área Central, cabe destacar alguns pontos dessa gestão. Primeiro, a preocupação com a expansão e melhoria do sistema viário do Recife, acompanhada pelo aumento da eficiência do sistema de transporte de massa, tornou os deslocamentos de e para o núcleo antigo mais fáceis e rápidos.

¹¹⁸ O investimento total corresponde a R\$ 7.193.413.208,36 a preços de julho de 2011, com a utilização do IGP-DI da Fundação Getulio Vargas. O valor desproporcionalmente alto pode ser explicado pelo plano ter previsto uma aplicação ideal, para resolver os problemas da cidade, por algum erro de cálculo, e/ou por problemas de atualização de grandes somas por longos períodos de tempo, que tende a aumentar o valor atual. Fazendo-se a supracitada atualização, o Programa Revitalização previa investimentos de R\$ 58.506.581,90, o que não corresponde às ações do projeto.

Segundo, o sistema viário do núcleo antigo do Recife foi reformulado, com a implantação de três anéis viários – Bairro do Recife, bairros de Santo Antonio e São José e Bairro da Boa Vista –, que permitiram a retirada da circulação de veículos do interior desses quatro bairros. Mesmo sendo muito criticados hoje em dia, eles ainda formam basicamente o esquema de circulação do núcleo antigo.

Terceiro, o programa habitacional, responsável por 87% dos investimentos totais da Estrutura urbana do Recife (estimativa), dividia-se em aglomerados subnormais, COHAB, INOCOOP e Projeto CURA (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1976a; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1983a).

Com o apoio decisivo do governo federal, houve um investimento massivo em habitação, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, que proveu habitação popular na periferia do Recife, bem como em outras cidades da RMR, como, por exemplo, Paulista, Igarassu, Olinda e Jaboatão dos Guararapes. Isso e o alto crescimento demográfico dos anos 1970 e 1980 promoveram uma dispersão da população na cidade e região metropolitana, que, entretanto, contava com um sistema coletivo de transporte mais eficiente para os deslocamentos de e para o núcleo antigo do Recife.

Quarto, ocorreu o início da consolidação da ocupação do Bairro de Boa Viagem, para além da Avenida Boa Viagem e adjacências. A gestão Antonio Farias (1975-1979) propôs, como estrutura básica do Recife dois eixos, a saber: a) o Eixo da habitação e seus serviços, composto pelas vias litorâneas do Bairro de Boa Viagem (avenidas Boa Viagem, Conselheiro Aguiar, Domingos Ferreira etc.), pela Avenida Agamenon Magalhães, já tratada como a primeira perimetral da cidade, e pela Avenida Norte; e b) o Eixo de empregos, formado pela Avenida Mal. Mascarenhas de Moraes, pela Estrada dos Remédios e pela Avenida Caxangá ((PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1976a; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1983a). O eixo da habitação e seus serviços sofreu um forte processo de adensamento e valorização imobiliária nos anos 1970, 1980 e 1990, principalmente no Bairro de Boa Viagem e na Avenida Agamenon Magalhães.

Essa gestão também formulou e implantou o Projeto CURA Piloto – Boa Viagem, que teve, como objeto de intervenção, uma área de 167 hectares na região do Canal do Setúbal, que passava então por um rápido adensamento populacional. Três quartos das famílias residiam na

área há menos de seis anos. As perspectivas de rápida expansão e de valorização imobiliária combinavam-se a uma população residente de boa escolaridade e alta renda, que morava, via de regra, em prédios de alto padrão. Contudo, havia sérios problemas e carências de infraestrutura; por exemplo, a maior parte das ruas não era sequer asfaltada (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1976c). Na gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983), o Projeto CURA Boa Viagem expandiu a provisão de infra-estrutura no bairro, como será visto no próximo item¹¹⁹.

A gestão Antonio Farias (1975-1979) foi a primeira a formular um programa de revitalização para o núcleo antigo, classificando-o como deteriorado. A base desse programa foi a reformulação de seu esquema de circulação, com a criação de três anéis viários – bairros do Recife, da Boa Vista e de Santo Antonio e São José¹²⁰. Isso permitiu a pedestrianização de uma série de ruas, que formaram o resultado mais visível do supracitado programa:

É nesse sentido que se propõe a expulsão gradual do automóvel da área central da cidade, criando condições para a circulação livre de pedestres em amplos calçadões; a implantação de iluminação adequada, a restauração e preservação de setores tradicionais, valorizando seus monumentos, praças e edificações; o incentivo à ocupação de locais abandonados; a montagem de um esquema de animação; enfim, devolvendo à comunidade o seu *habitat* quase esquecido, revitalizando seus vínculos culturais, humanizando a cidade. (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1976b, p. 29, grifo do autor)

Em suma, o programa partia da pedestrianização de uma série de ruas nos bairros de Santo Antonio, São José e Boa Vista – o Bairro do Recife não foi contemplado pela proposta. O trajeto do passeio para pedestres deveria combinar a ligação de ruas de comércio ao patrimônio cultural do núcleo antigo, tanto na forma de grandes monumentos quanto de conjuntos arquitetônicos e paisagísticos. Previam-se a concessão de incentivos fiscais e prioridade de financiamento para reformas e adaptações que fortalecessem a função residencial no núcleo antigo, principalmente nos andares superiores dos sobrados, cumprindo-

¹¹⁹ A PCR fez um levantamento dos locais onde os residentes dessa área-piloto faziam suas compras. Em 1976, eles ainda precisavam se deslocar ao núcleo antigo para encontrar uma série de estabelecimentos de comércio e serviços, como, por exemplo, bancos, médicos, dentistas, utensílios domésticos e vestuário (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1976c).

¹²⁰ O **APÊNDICE Q** conta duas ilustrações da Estrutura urbana do Recife (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1976b), que trazem os anéis viários do núcleo antigo e os dois eixos propostos – de habitação e seus serviços e de emprego.

se também o objetivo declarado de preservação do patrimônio cultural (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1976a).

Prevvia-se também a implantação de mobiliário urbano, iluminação e paisagismo diferenciados nos novos calçadões, bem como de um esquema de recreação e animação cultural, de modo que alguns pontos do passeio de pedestres conseguissem se transformar em “pontos de encontro” (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1976a). Waldecy Fernandes Pinto garante que a “âncora” do passeio proposto foi o Pátio de São Pedro, seguindo-se o exemplo de Curitiba:

Baseando-se nas ruas de pedestres, nós pensamos em fazer um passeio [...] foi a experiência de Curitiba, e nós levamos em consideração o seguinte: o sucesso que a gente teve do Pátio de São Pedro [Centro Permanente de Turismo do Recife] [...] então, a gente saía do Pátio de São Pedro com ruas, pois ele já estava consagrado; a âncora foi o pátio. O passeio foi feito em função das igrejas e da escala humana das ruas: Rua Nova, Rua da Imperatriz, Rua do Imperador – tudo aquilo era residencial, por isso [há] aquele número enorme de igrejas. (Entrevista na Cidade do Recife, 21/11/2010)

A Foto 058 mostra o trajeto proposto para o passeio de pedestres no núcleo antigo do Recife:

Foto 058: Passeio de pedestres (proposta) da gestão Antonio Farias (1975-1979) (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1976b, p. 36). Cabe destacar que o passeio pedestrianizado foi parcialmente implantado nessa gestão, tendo sido expandido para outros logradouros, nos anos 1980. Infelizmente, ele nunca chegou ao Pátio de São Pedro, a “âncora” do projeto.

Pode-se avaliar o Programa de Revitalização da Área Central como a reformulação do esquema de circulação do núcleo antigo, e, conseqüentemente, a proibição do tráfego de veículos em algumas ruas dos bairros de Santo Antonio, São José e Boa Vista, junto com a implantação de um novo mobiliário urbano. A concessão de incentivos fiscais e a prioridade de financiamentos para se fortalecer o uso residencial da área não foram implantadas. O esquema de recreação e animação cultural também não saiu do papel, salvo ações pontuais; a leitura do documento não permite se compreender exatamente o que a PCR pretendia com isso, ou no que o supracitado esquema consistiria.

Apesar de seus objetivos (formalmente) culturais, o passeio de pedestres privilegiou as principais ruas de comércio dos bairros de Santo Antonio e da Boa Vista, com destaque à Rua Nova, à Rua da Imperatriz e à Rua Duque de Caxias. Eram poucos os monumentos históricos e artísticos ligados por esse trajeto; além disso, não havia nenhum equipamento cultural contemplado por ele. Não se fez, para efeito de comparação, uma experiência similar à européia, onde a pedestrianização ligou-se, em muitos casos, à animação cultural (GERMAN

COMMISSION FOR UNESCO, 1980). Atualmente, os três logradouros supracitados possuem o maior preço por metro quadrado para venda e aluguel no núcleo antigo.

Por fim, o passeio para pedestres foi expandido ao longo dos anos 1980; entretanto, ele nunca chegou em sua “âncora”: o Pátio de São Pedro.

8.3.2 Políticas públicas de patrimônio e turismo: movimentos inversos na gestão Antonio Farias (1975-1979).

Essa gestão foi marcada por dois movimentos inversos, no que diz respeito às políticas públicas de patrimônio cultural e de turismo. Enquanto a idéia de municipalização das políticas públicas patrimoniais fortaleceu-se na segunda metade dos anos 1970, o turismo foi relegado ao segundo plano na agenda pública da PCR, preparando o caminho para a sua atrofia, nos anos 1980.

Na esfera federal, o PCH disponibilizava recursos para o restauro, conservação e adaptação de bens culturais materiais, em uma escala sem precedentes na história das políticas públicas patrimoniais brasileiras. Mesmo tendo sido os recursos concentrados em Olinda e Igarassu (Estado de Pernambuco), havia a previsão de que o Recife poderia se beneficiar do programa federal, inclusive para reformar espaços urbanos inteiros, a exemplo dos pátios de igreja do núcleo antigo¹²¹.

Na esfera estadual, o PPSH/RMR conseguiu inserir a preocupação com a preservação patrimonial na agenda pública, através da Secretaria de Planejamento, pasta com peso político e poder de decisão no final dos anos 1970. Além disso, chamou-se a atenção para a importância dos sítios históricos, e não apenas para os monumentos isolados, e também para a

¹²¹ No PCH, o Recife contou com o projeto de restauração do Forte das Cinco Pontas, no Bairro de São José, para a instalação da Delegacia Regional da Seplan/PR (FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO, 1970-?). Ele acabou sediando o Museu da Cidade do Recife. A FIDEM preparou dois projetos-piloto para o Recife – Pátio do Terço e Pátio do Livramento –, mas eles não saíram do papel; ambos se vinculavam ao PPSH/RMR (plano) e ao PCH (fonte de recursos) (FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE, 1976).

utilização econômica desse acervo cultural, tanto como instrumento de desenvolvimento do lazer e turismo quanto através da função residencial.

Na esfera municipal, a formação do passeio de pedestres, em parte do núcleo antigo, teve como uma de suas justificativas a proteção do patrimônio histórico e cultural; a revitalização do centro ligava-se à humanização das ruas pedestrianizadas (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1986a).

Em suma, havia um contexto favorável à institucionalização da função de preservação patrimonial na PCR, no que tange a existência de uma fonte de financiamento, a ascensão da questão na agenda pública federal e estadual e a visibilidade do Programa de Revitalização da Área Central; essa “janela de oportunidades” foi capturada por um grupo de arquitetos e urbanistas da prefeitura municipal, liderado por Amélia Reynaldo e Teresa Uchôa de Queiroz, que também foram as principais responsáveis pela condução das políticas públicas patrimoniais no Recife, nos anos 1980 e 1990. Contribuiu para isso o fato de o PPSH/RMR prever e incentivar – mesmo que só conceitualmente – a municipalização das políticas públicas patrimoniais. Amélia Reynaldo resume a trajetória da municipalização das políticas públicas patrimoniais no Recife:

Foi um grupo de técnicos da PCR, do qual eu fiz parte [...], que, em 1976, tomou a decisão de começar a trabalhar a questão da preservação dos sítios históricos [...]. Teríamos como marco um documento elaborado pela SUDENE, que foi o PPSH/RMR [...], coordenado pelo arquiteto Geraldo Gomes, e que nos encantamos, ou seja, percebemos [...] [que ele trazia] todos os sítios históricos da RMR com uma nova abordagem, porque trazia não somente o monumento, mas também o conjunto urbano; ele exerceu uma enorme influência, uma enorme expectativa entre nós. [...] Elaboramos a legislação, e também propusemos a criação do Departamento de Preservação de Sítios Históricos da Empresa de Urbanização do Recife [DPSH/URB], que era a unidade que ia dar concretude à legislação. (Entrevista na Cidade do Recife, 21/12/2010)

A Estrutura urbana do Recife propunha também a criação de uma fundação cultural, que seria responsável pelas áreas de fomento cultural e preservação patrimonial na PCR (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1976a). O supracitado documento já trazia o anteprojeto de lei municipal para esse fim.

Os projetos de criação da Fundação de Cultura Cidade do Recife (FCCR), do DPSH/URB e da legislação de preservação dos sítios históricos da Cidade do Recife já estavam prontos, no final da gestão Antonio Farias (1975-1979). Contudo, projetos desse tipo são do tipo “início de gestão,” tendo dificuldades para serem aprovados no último ou penúltimo de governo, como alguns entrevistados confirmaram. Eles alteram a estrutura administrativa da PCR, colocam restrições ao uso e ocupação do solo urbano, e criam novas funções municipais.

Os três foram implantados logo no início da gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983), como será visto no próximo item, mas é inegável a ascensão da cultura e patrimônio na agenda pública, na segunda metade dos anos 1970, respondendo ao contexto federal, estadual e municipal.

No caso das políticas públicas de turismo, a EMETUR restringia-se à função de promoção turística, bem como ao atendimento de turistas nos postos de informações turísticas municipais. A lista das “realizações” da EMETUR nessa gestão é elucidativa de sua pouca importância, a saber: a) a divulgação do produto turístico do Recife – cartazes, panfletos, mapas etc.; e b) a confecção de pôsteres (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983a). Houve também a atualização dos incentivos fiscais concedidos à construção e funcionamento de hotéis e motéis, através da Lei N. 11864, de 23/01/1976 (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1976d)¹²².

Em suma, a EMETUR fazia uma “função” que a EMPETUR desempenhava na esfera estadual: a promoção turística, sem participar de planos, programas e projetos importantes relacionados ao turismo, como, por exemplo, o PCH e o PPSH/RMR. A falta de importância e efetividade da EMETUR resultaria em sua extinção, logo no início da gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983), como será visto no próximo item.

Foi possível se recolher apenas um material promocional da PCR, publicado no período 1975-1979; dada a precariedade na catalogação de documentos desse tipo, não é possível afirmar

¹²² Recolheu-se uma notícia de jornal relativa à proposta de criação de dois centros de turismo no Recife (Poço da Panela e Morro da Conceição) (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1978). Ambos já tinham sido propostos na gestão Augusto Lucena II (1971-1975); não há outras informações acerca dessas propostas. Contudo, cabe destacar a permanência da utilização do conceito de centro de turismo, originada com a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, em 1969.

que poucos materiais foram impressos nessa gestão, tampouco fazer uma análise e avaliação da sua folheteria turística.

O mais interessante da folheteria turística recolhida diz respeito ao material produzido por firmas privadas, no caso a Wanbel Turismo e a Agência Luck, essa última a maior agência de turismo receptivo de Pernambuco, atualmente. Elas trazem duas informações importantes, a saber: a) a pauta de passeios de um dia, que se tornaram comuns no Recife, a partir dos anos 1980; e b) propostas de passeio a pé pelo núcleo antigo, a cargo da própria turista. Nos anos 1970, a Agência Luck estava localizada no Bairro de Santo Antonio. Gustavo Luck, diretor da firma, comenta sobre a distribuição desses folhetos aos turistas, feita até os anos 1980:

Há muitos anos atrás, ainda na época de meu pai, há vinte anos atrás, ele montou um roteiro desses [bairros de Santo Antonio, São José e Boa Vista] a pé, e distribuía mapinhas, para as pessoas irem sozinhas. Depois, começou a haver problemas de segurança, com violência nas ruas, presença de muitos pedintes e outras coisas do gênero. Então, a Luck Receptivo encerrou a distribuição desses mapas. E o problema maior aqui é a questão da segurança. (Entrevista na Cidade do Recife, Dezembro de 2004)

8.3.3 Suma conclusiva sobre a gestão Antonio Farias (1975-1979).

No final dos anos 1970, o núcleo antigo passava por transformações, que iriam alterar definitivamente seu papel dentro da cidade, e que, mesmo indiretamente, abririam espaço para a formulação e implantação de programas e projetos de regeneração urbana, para o núcleo antigo como um todo e para o Pátio de São Pedro em particular.

A partir dos anos 1970, o núcleo antigo começou a perder gradativamente a função residencial, com destaque para o Bairro da Boa Vista, decorrente da expansão do comércio, e do Bairro de São José, que, junto a isso, contou ainda com a conclusão da Avenida Dantas Barreto.

Essa substituição da função residencial pelo comércio varejista teve como um dos resultados mais visíveis a crescente descaracterização e modificação dos sítios históricos do núcleo antigo, decorrentes da adaptação do casario civil às necessidades do comércio. Nóbrega

(2008a, 2008b) aponta a supressão de elementos de adorno, a modificação de aberturas (portas e janelas), a abertura de portas largas no andar térreo, a construção de marquises e o acréscimo de pavimentos como intervenções que descaracterizam esses sítios históricos. Por exemplo, a Rua das Calçadas, que desenvolveu um comércio varejista mais popular, foi quase que totalmente descaracterizada, ao longo das últimas décadas.

A expansão e melhoria do sistema viário fizeram com que houvesse maior facilidade de acesso ao núcleo antigo, através do sistema de transporte coletivo. Mesmo com o espraiamento de conjuntos habitacionais populares na periferia e municípios vizinhos, tornou-se mais fácil e rápido o transporte ao núcleo antigo. Além disso, houve a restrição à entrada do automóvel no interior dos bairros de Santo Antonio, São José e Boa Vista, tornando-se mais fácil o caminhar nessa área, através dos calçadões. Não por acaso, muitos entrevistados interpretam o esvaziamento da área central como resultado direto da combinação desses dois pontos.

Entretanto, não se pode falar de esvaziamento, mas sim da popularização do centro, com a substituição de um comércio mais sofisticado por lojas populares, e a saída progressiva do público de classe média, que se deslocava através de automóveis de passeio, para a frequência de pessoas que iam morando mais e mais longe do centro, e que usavam o transporte coletivo.

Além disso, lançaram-se as bases para a consolidação da ocupação do Bairro de Boa Viagem, em franco crescimento populacional desde o início dos anos 1970, mesmo que restrito à Avenida Boa Viagem e adjacências, e sem ter tido o investimento necessário em infraestrutura básica. A abertura do Shopping Center Recife, em 1980, pode ser considerada um marco simbólico da expansão da Cidade do Recife para novas áreas; atualmente, ele é o quarto maior centro de compras do país. Fernando Diniz Moreira, arquiteto e urbanista e professor da Universidade Federal de Pernambuco, resume bem a expansão para novas áreas, que ocorreu na Cidade do Recife durante os anos 1970:

O que ocorreu foi uma expansão da cidade [...] a questão da motorização dessa sociedade, inclusive as pessoas vinham para o centro, trabalhavam no centro, e voltavam para morar em Boa Viagem, meu pai mesmo fazia isso. Então, vão se criar novos pólos, novos negócios; o Shopping Center Recife foi um marco desse processo. Mas antes, em 1977 e 1978, você tem muitas galerias abrindo em Boa Viagem. [...] A Corta Jaca é de 1977. [...] Há várias ao longo da Avenida Conselheiro Aguiar. Então, isso fez com que os

recursos saíssem do centro. [...] Isso foi levando ao gradativo abandono [do centro]. Nos anos 1960, isso ainda era muito rico, no final dos anos 1970, começa o processo de empobrecimento, e, nos anos 1980, isso é muito rápido. (Entrevista na Cidade do Recife,

No caso do Pátio de São Pedro, a gestão transcorreu sem novidades. O logradouro não foi contemplado pelo passeio de pedestres – ficou apenas no projeto –, e não há muitas notícias sobre o centro de turismo nesse período. A única matéria de jornal recolhida pela pesquisa documental apresenta o pátio como decadente, sem frequência turística, mas ainda com um composto de lojas similar ao implantado pelo Centro Permanente de Turismo do Recife: bares, restaurantes, arte e artesanato etc. (GUIMARÃES, 1978). Algumas lojas remanescentes de 1969-1970 continuavam lá instaladas; contudo, o comércio aberto nos arredores, principalmente na Rua das Águas Verdes e na Rua Felipe Camarão, já não existia mais.

Em meados dos anos 1970, a Casa de Detenção, também localizada no núcleo antigo, foi desativada e transformada em um centro de artesanato e de manifestações culturais pernambucanas. A Casa da Cultura, ainda hoje em funcionamento, concentrou mais de uma centena de lojas de artigos diversos, voltadas aos turistas e aos visitantes do Recife, e contava com uma agenda permanente de apresentações folclóricas e shows musicais. De certa forma, esse novo equipamento turístico e cultural concorreu com as lojas do pátio pela atenção e pelo dinheiro dos turistas e visitantes.

Em meados dos anos 1980, quando o pátio voltou à agenda pública municipal, ele não guardava mais resquícios do funcionamento do Centro Permanente de Turismo do Recife nos anos 1970.

É visível a perda de importância da função turismo dentro da PCR, e a precariedade de funcionamento da EMPETUR e da EMETUR. As previsões otimistas, do início dos anos 1970, não tinham se concretizado; a atividade ainda não era muito importante para a Cidade do Recife. Assim, não foi difícil para a gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983) extinguir a EMETUR.

Por fim, percebe-se que a “revitalização” da área central da cidade acabou tornando-se sinônima da pedestrianização de algumas ruas selecionadas. Apesar de ter sido classificado como prioritário, a previsão de aplicação de recursos – 0,8% do total – deixa claro sua

importância secundária, frente aos programas de habitação e circulação. Além disso, apenas parte do passeio de pedestres saiu do papel, deixando as preocupações com a habitação e animação cultural do centro, entre outras, apenas no plano das idéias.

Sem dúvidas, o ponto mais pesaroso da análise e avaliação dessa gestão foi constatar o lento e interessante processo de formação e consolidação de políticas públicas patrimoniais, ao longo dos anos 1970. No Recife e na RMR, a área patrimonial contava com uma fonte de financiamento relevante (PCH), complementada pelo governo estadual (contrapartida), duas entidades voltadas ao novo conceito de preservação patrimonial (FUNDARPE e o grupo pioneiro do DPSH/URB) e alguns projetos muito interessantes.

Entretanto, como já colocado nesse item, esse longo período de maturação e construção institucional não conseguiu adaptar-se aos anos 1980, sofrendo a área de preservação patrimonial uma regressão abrupta, a não ser conceitualmente. O PCH foi extinto; o PPSH/URB transformou-se em uma bela peça de retórica, mas não conseguiu implantar a quase totalidade de seus projetos. No plano municipal, o DPSH/URB logo descobriria que a publicação da legislação de preservação de sítios históricos, na gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983), não representaria muita coisa por si só para os sítios históricos do núcleo antigo do Recife.

8.4 Políticas públicas sociais e complementação urbana: a gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983).

Essa gestão foi marcada por profundas transformações no contexto político-econômico nacional, que já refletia desenvolvimentos internacionais mais amplos. O modelo nacional-desenvolvimentista, que tinha proporcionado à economia brasileira, no período 1930-1980, a segunda maior taxa de crescimento econômico *per capita* do Mundo, apresentava inequívocos sinais de esgotamento, no início dos anos 1980.

O Brasil, ao lado de outros países em desenvolvimento, experimentava um quadro de aumento da taxa de inflação, de incapacidade de rolar a dívida externa e de perda de capacidade de investimento por parte do Estado; em suma, havia uma combinação de baixo crescimento

econômico, aceleração do processo inflacionário, fragilidade externa e crise fiscal do Estado (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2002). A Tabela 001 mostra a evolução do Produto Interno Bruto brasileiro e do IGP-DI, no período 1980-1990, a chamada “década perdida”:

Anos	PIB	IGP-DI
1980		110,20%
1981	-4,25%	95,20%
1982	0,92%	99,70%
1983	-2,91%	211,00%
1984	5,42%	223,80%
1985	7,93%	235,10%
1986	7,55%	65,00%
1987	3,64%	415,00%
1988	-0,05%	1037,60%
1989	3,20%	1782,90%
1990	-4,25%	1476,60%

Tabela 001 – Produto Interno Bruto e IGP-DI, no período 1980-1990. Fonte: (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2002, p. 423).

Somado a esse quadro, persistia no Brasil o processo de concentração de renda, que, nas três décadas anteriores, tinha sido acompanhado por altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto; no período 1981-1990, houve uma queda da produtividade média total da economia, de aproximadamente 12% (CACCIAMALI, 2004). Na prática, a inflação e os sistemas de indexação reforçaram a transferência de renda às famílias mais ricas; além disso, essa queda de produtividade gerou o crescimento do número de ocupados em atividades de baixa produtividade e baixos salários, inclusive trabalhando por conta própria. A crise fiscal do Estado dificultava a implantação de políticas públicas redistributivas. Em 1990, os 10% mais ricos foram responsáveis por 49,7% do rendimento nacional, ao passo que os 10% mais pobres ficaram com apenas 0,8% desse total.

No plano político, aprofundou-se o processo de redemocratização do país, que culminou nas eleições indiretas (colégio eleitoral) à Presidência da República, em 1985. Enquanto as

eleições ao governo estadual, em 1982, já tinham sido diretas, as prefeituras municipais continuaram sendo governadas por prefeitos biônicos, até o final de 1985. Entretanto, isso não impediu que muitas gestões municipais tentassem se passar por democráticas, favorecendo políticas públicas participativas e/ou direcionadas às parcelas mais carentes da população, caso dessa gestão.

No período 1930-1980, o setor secundário (indústria de transformação e construção civil) foi o principal responsável pelo crescimento econômico nacional, tendo apresentado taxas anuais sistematicamente superiores às dos outros setores da economia. Nos anos 1980, essa liderança passou ao setor terciário (comércio e serviços), cujo crescimento acumulado, no período 1980-1990, foi de 31,35%, frente a 27,25% para o setor primário e apenas 3,2% para o setor secundário. O maior dinamismo do setor terciário frente aos outros dois setores foi verificado também nos anos 1990 e 2000, refletindo-se na agenda pública das três esferas de governo. Dada a incapacidade de atrair ou mesmo manter a indústria de transformação em seu território, a preocupação em formular e implantar políticas públicas de desenvolvimento econômico, que privilegiassem o setor terciário, foram mais visíveis nas grandes cidades brasileiras, incluindo-se o Recife, que, já em 1980, tentava vender-se como uma metrópole terciária (pós-)moderna.

8.4.1 Composição, agenda pública e lógica de atuação da gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983).

Em 1979, Gustavo Krause substituiu Antonio Farias na PCR, tendo sido uma indicação direta do governador do Estado de Pernambuco, Marco Maciel. Ele já tinha ocupado cargos na gestão Moura Cavalcanti (1975-1979) à frente do governo estadual, sendo considerado um dos políticos mais “à esquerda” da Aliança Renovadora Nacional em Pernambuco.

Essa gestão partiu de duas constatações básicas, que guiaram sua agenda pública e lógica de atuação. A primeira era que a Cidade do Recife era uma metrópole, antes de qualquer outra coisa, pobre e carente; os problemas municipais não tinham sido solucionados pelo crescimento acelerado dos anos 1960 e 1970; em alguns aspectos, eles tinham até piorado, fruto das migrações e do crescimento urbano desordenado (CAVALCANTI, 1981). O

indicador-chave usado por essa gestão era que, de uma população total de 1.250.000 habitantes, cerca de 500.000 eram favelados, ou seja, 40% do total – “Pobre entre as metrópoles brasileiras, poucas têm população mais pobre [do] que o Recife (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1980a, p. 19).”

Segundo, foram feitas críticas contundentes ao planejamento urbano e às políticas públicas sociais e econômicas da PCR, dos anos 1960 e 1970; apontava-se que o planejamento urbano municipal era distanciado da ação cotidiana, ignorando a realidade local em favor de uma visão do Recife. O Plano de Desenvolvimento do Recife, documento-chave da gestão, reconhecia que a ação da PCR – gastos públicos e investimentos – era um instrumento de concentração de renda e injustiça social, ao ser concentrada espacial e setorialmente, servindo, de acordo com ele, para atender preferencialmente os grupos sociais com maior nível de renda e, conseqüentemente, de consumo (CAVALCANTI, 1981; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1980a). Houve, talvez pela primeira vez, o reconhecimento formal de que, já na etapa de formulação, os planos anteriores tinham favorecido o atendimento prioritário aos grupos sociais de maior renda da cidade¹²³.

É dentro desse quadro de pobreza e de carência generalizadas, e do reconhecimento de que a ação da PCR tinha sido regressiva e socialmente injusta, que a gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983) promoveu um redirecionamento das políticas públicas municipais. Foram publicados quatro documentos-chave, que orientaram a ação pública municipal, a saber: “Projeto Recife,” “Recife, uma proposta política,” “Plano de Desenvolvimento do Recife” e “Diretrizes para o governo da Cidade do Recife.” Juntos, eles não apenas apresentam coerência conceitual e metodológica, como também refletem as novas prioridades e ações práticas da PCR. Cabe destacar quatro pontos importantes dessa gestão, antes de se adentrar na questão da revitalização do núcleo antigo de forma geral e do Pátio de São Pedro em particular, além de se revisar as políticas públicas de patrimônio cultural e de turismo.

Primeiro, a gestão colocou, como um de seus principais objetivos, a democratização das políticas públicas municipais, notadamente as sociais, democratização essa entendida como a

¹²³ A leitura do conjunto da documentação produzida por essa gestão, bem como a implantação de muitos projetos e ações, leva a crer que esse comportamento regressivo da PCR relacionava-se à prioridade dada à expansão e melhoria do sistema viário municipal, em detrimento das políticas públicas sociais, nos anos 1960 e 1970. No início dos anos 1970, por exemplo, a Secretaria de Viação e Obras era responsável por mais de 90% do investimento público municipal.

consulta à população, para detectar prioridades de investimento, e a formulação de políticas públicas particularmente direcionadas às camadas mais pobres e carentes da sociedade. No primeiro caso, a PCR realizou 1.258 entrevistas em 51 comunidades pobres, para elencar os principais problemas sentidos e possíveis soluções. Como tentativa de tornar a administração pública mais ágil e próxima da comunidade, foi criado o Sistema de Ações Comunitárias (formalizado por decreto municipal), e se implantaram os Núcleos de Planejamento Comunitário, vulgo “barracões,” que marcavam a presença efetiva da PCR nas comunidades, tornando-se um dos símbolos da gestão municipal (CAVALCANTI, 1981; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1980a)¹²⁴.

Segundo, houve a tentativa de se aumentar os gastos públicos municipais em políticas sociais, tanto no aumento da provisão de serviços sociais básicos em comunidades carentes – creches, escolas, núcleos comunitários etc. – quanto no apoio às atividades produtivas e ao setor informal da economia. O Plano de Desenvolvimento do Recife, formalizado através da Lei N. 14.110, de 28/12/1979, transforma o setor informal de problema em solução, para o combate ao desemprego na Cidade do Recife, algo inédito até então: “ART. 2º – São objetivos do Plano: [...] III – Estimular as atividades produtivas, sobretudo as relacionadas com o setor informal e a prestação de serviços técnicos especializados, de modo a dinamizar a base econômica do Recife (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1980a, p. 7).” Resumem-se, abaixo, alguns dos projetos e ações da gestão nessa questão:

- a) criação de centros/núcleos de prestação de serviços – marcenarias, lavanderias etc. – em bairros pobres;
- b) reconhecimento de associações representativas do setor informal – por exemplo, comércio ambulante – como legítimas interlocutoras da classe;
- c) aumento das áreas permitidas à ocupação pelo comércio informal de rua, como, por exemplo, os pátios de feiras, os centros secundários e partes do núcleo antigo;
- d) treinamento e capacitação – realização de cursos e oficinas;
- e) criação de banco de dados – oferta e demanda por empregos e serviços específicos;
- f) outras ações e projetos (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983a; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1980a; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1979a).

¹²⁴ A participação da população na formulação e implantação de políticas públicas, principalmente as sociais, era contraposta às soluções tecno-burocráticas do planejamento de larga escala dos anos 1970.

Terceiro, classificou-se o Recife como uma metrópole terciária (pós-)moderna, cujo futuro estaria ligado a três vocações básicas, a saber: a) à vocação comercial – prestação de serviços médicos e de consultoria, além da presença de comércio varejista e atacadista de importância regional; b) à vocação cultural – centros de ensino e pesquisa em pós-graduação e indústria cultural (música, cinema, literatura etc.); e c) à vocação turística (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1979a; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1980a). Apesar de a ação municipal não ter se destacado na promoção de nenhuma dessas três vocações, no período 1979-1983 – a função de desenvolvimento ligou-se à questão social, como visto há pouco –, a PCR tinha colocado formalmente na agenda pública os três vetores identificados por gestões futuras para o desenvolvimento municipal, a saber: a) a cultura e patrimônio; b) o turismo; e c) os serviços especializados, ligados à tecnologia da informação, à consultoria, à medicina e ao ensino e pesquisa.

Quarto, a PCR conseguiu recursos do governo federal e do Banco Mundial para dois grandes programas de complementação urbana, a saber: a) o Programa CURA Litoral-Sul; e b) o Programa CURA Várzea do Capibaribe. Juntos, os dois projetos representavam uma área bruta de 3.280 hectares, da qual apenas 1.700 hectares eram urbanizados, e onde residiam 340.000 habitantes. No primeiro caso, tratava-se de uma área que passava por adensamento urbano acelerado, sem que tivesse havido a contrapartida de provisão de infra-estrutura básica. No segundo caso, a retificação do Rio Capibaribe tinha deixado áreas aptas à ocupação (vazios urbanos), e também havia a necessidade de ampliar a oferta de serviços públicos básicos (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1980?; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1980b; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1981b).

A agenda pública dessa gestão não deixou muitos espaços para maiores preocupações com o núcleo antigo, inclusive o Pátio de São Pedro, que perdeu a sua denominação de Centro Permanente de Turismo do Recife, inclusive na folheteria turística.

8.4.2 Revitalização e “humanização” da área central: palavras ao léu em um núcleo antigo crescentemente popularizado.

Em 1979, essa gestão lançou o Programa de Humanização da Área Central, que, na prática, era uma simples continuação da formação do passeio de pedestres nos bairros da Boa Vista, de São José e de Santo Antonio, iniciada pela gestão municipal anterior. Contudo, o programa era mais simplificado; não se previa mais a promoção de esquemas de animação cultural nem incentivos à habitação no núcleo antigo. Ele resumia-se, única e exclusivamente, ao fechamento de logradouros ao tráfego de veículos e à implantação de calçadas, arborização, mobiliário urbano e iluminação (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1979b)¹²⁵.

Ao fazer um balanço da atuação da PCR no período 1953-1983, a gestão Joaquim Francisco (1983-1985) identificou um Programa/Projeto de Revitalização da Área Central na gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983) (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983a); contudo, não foi possível recolher nada a esse respeito na pesquisa documental. Há apenas duas obras listadas nele – o Mercado do Sebo e a Rua do Estudante –, que se tratam de uma praça e de uma passagem para pedestres, respectivamente.

O núcleo antigo passou por um forte processo de popularização ao longo dos anos 1980, cujas bases foram vistas no item anterior. A leitura do Plano de Desenvolvimento do Recife reforçava esse conceito, mostrando que, no início dos anos 1980, a instalação de novos equipamentos estava atraindo um público de classe alta e média para fora da área central – novamente, o automóvel de passeio era determinante para a “fuga” do centro, por parte desse público de maior poder aquisitivo:

Mais recentemente, a organização de redes de supermercados pertencentes a companhias de grande poder econômico, integradas vertical e horizontalmente, tem fixado novos polos de atração comercial a princípio no âmbito dos centros secundários da cidade, e agora com a forma de “shopping center” gerando polos inteiramente novos em áreas até então desocupadas. Com um mercado de preferência situado no nível de mais altas rendas e a clientela disposta de transporte pessoal motorizado, a localização desses centros comerciais é mais ou menos independente da situação espacial das áreas residenciais e tem um raio de ação mais regional [do] que urbano. (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1981c)

¹²⁵ Prevvia-se um investimento total de Cr\$ 22.287.000,00 para a recuperação das fachadas de duas igrejas, para a “humanização” de dezoito logradouros e para a implantação de banheiros públicos (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1979b). O supracitado valor corresponde a R\$ 6.763.680,18 a preços de julho de 2011, com a atualização pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. O número atualizado é particularmente alto. Cabe destacar que nem todas as obras previstas foram implantadas nessa gestão.

Outro ponto importante para se compreender a popularização do núcleo antigo liga-se à postura dessa gestão municipal em relação ao comércio informal – ambulantes, camelôs, fiteiros etc. Até a gestão Antonio Farias (1975-1979), o comércio informal de rua era avaliado como um problema ao núcleo antigo, sendo combatido como tal, inclusive através da polícia militar.

A partir de 1979, o que era problema transformou-se em solução; essa gestão não apenas deixou de combater abertamente o comércio informal de rua, mas o fomentou, estimulando sua organização, e reconhecendo suas associações – como, por exemplo, a dos ambulantes – como interlocutoras legítimas para a PCR. Dada a preocupação em se reduzir a desigualdade social, através da geração de emprego e renda, e se dispondo de uma mão-de-obra pouco qualificada, o estímulo ao setor informal encaixava-se também no quadro macroeconômico nacional (baixo crescimento econômico), do início dos anos 1980.

Contando com a permissividade e o estímulo da PCR para a ocupação do núcleo antigo, e também com a consolidação do passeio de pedestres, que retirou o automóvel de trechos inteiros dos bairros da Boa Vista e de Santo Antonio, a gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983) assistiu a “explosão” do comércio informal de rua nessa área da cidade (MOURA et al., 1992). A ocupação massiva de importantes logradouros comerciais pelo comércio informal de rua tornaria-se um dos principais pontos de discussão e alvo de propostas de recuperação e revitalização da área central da cidade nos anos 1980, 1990 e 2000, com marcantes diferenças no tipo de solução formulada e/ou implantada pelas diversas gestões municipais.

8.4.3 Políticas públicas de patrimônio e turismo: o contraste entre a formalização e a prática na gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983).

Em 1979, essa gestão formalizou e estruturou as duas principais propostas para a área cultural da gestão Antonio Farias (1975-1979), a saber: a) a criação da FCCR; e b) a institucionalização da função de preservação patrimonial na PCR.

A Lei N. 13.535, de 26/04/1979, criou a FCCR, e autorizou o prefeito municipal a extinguir a EMETUR, o que foi feito logo em seguida, transferindo-se todo o seu patrimônio e corpo funcional para a supracitada fundação (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1979c). Apesar de uma das finalidades formais da FCCR ser “executar programas de recuperação e preservação de documentos, sítios e monumentos históricos da Cidade do Recife” (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1979c, p. 2), ela acabou sendo responsável pelas políticas públicas municipais de cultura que não envolviam monumentos e sítios históricos, que ficaram a cargo do DPSH/URB.

Há dois pontos importantes aqui. Primeiro, a FCCR não apenas cuidava dos grandes ciclos do Recife – Carnaval, Ciclo Junino e Natal –, mas também estruturava sua programação cultural permanente, na qual o Pátio de São Pedro ocupava o papel principal. Retomando uma função que já tinha exercido nos anos 1970, o pátio passou a ser palco das principais manifestações folclóricas regionais, com destaque para a ciranda. Em dezembro de 1981, por exemplo, o pátio contou com catorze dias de programação a cargo da FCCR – pastoril, bumba-meu-boi e ciranda –, mais de o que qualquer outro espaço urbano contemplado pelo Projeto Viva o Recife (FUNDAÇÃO DE CULTURA CIDADE DO RECIFE, 1981).

Segundo, essa gestão apontava a vocação turística do Recife, junto com a importância desse fenômeno para o desenvolvimento econômico municipal (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1979a; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1980a); entretanto, em 1979, a EMETUR foi extinta, tendo ficado a função de turismo sem uma definição clara dentro da estrutura da PCR, ao longo dos anos 1980¹²⁶. A pesquisa documental apontou a fragilidade da EMETUR, inclusive com sua exclusão de projetos que tinham, entre outras, finalidades turísticas. Leonardo Dantas Silva, historiador e primeiro diretor da FCCR, explica o fim da EMETUR, ao ser questionado acerca de sua extinção:

Porque existia a EMPETUR; eles entendiam que a EMPETUR deveria cuidar do turismo não somente no interior, mas também no Recife, que era o grande centro turístico. [...] Era só um turismo receptivo. [A EMETUR] não tinha umas linhas de turismo. Por exemplo, ela não tinha nenhuma ingerência sobre os hotéis, não tinha nenhuma pesquisa sobre movimento

¹²⁶ A extinção da EMETUR já se refletiu na folheteria turística do período 1979-1983; a pesquisa documental não encontrou nenhum material promocional dessa gestão. Recolheram-se apenas dois roteiros turísticos para as cidades do Recife e Olinda, ambos publicados pela EMPETUR, e um mapa do Circuito Histórico do Recife.

hoteleiro; era mais um órgão de eventos do que propriamente um órgão de turismo. Daí, ela achava que todo evento que fazia – Carnaval, São João, (sic) não sei o que – era para o turismo, quando deveria ser para a população em primeiro plano¹²⁷. (Entrevista na Cidade do Recife, 17/12/2010)

A gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983) foi a responsável pela formalização das políticas públicas patrimoniais na Cidade do Recife, tanto através da publicação de legislação pertinente à área quanto na forma da institucionalização da função de preservação patrimonial dentro da estrutura administrativa da PCR.

A Lei N. 13.957, de 26/09/1979, pode ser considerada um dos principais resultados do PPSH/RMR; inclusive, a classificação dos objetos-alvo de proteção legal segue os princípios do plano estadual – sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados. Os objetos-alvo da proteção legal foram divididos em dois tipos de zona, a saber: a) uma ou mais Zonas de Preservação Rigorosa; e b) uma Zona de Preservação Ambiental, que era alvo de padrões menos rígidos de controle urbano, e que deveria servir para atenuar as diferenças de ambiência entre a Zona de Preservação Rigorosa e o espaço urbano circundante (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1981a).

A supracitada lei foi seguida pela publicação de trinta e um decretos municipais, em 1980 e 1981. O Pátio de São Pedro foi contemplado pelo Decreto N. 11.693, de 22/09/1980 – bairros de Santo Antonio/São José (Conjuntos Antigos) –, mais especificamente na Zona de Preservação Rigorosa 4 (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1981a). Em 1979, foi criado o DPSH/URB, inserido dentro da estrutura da URB, com a vinculação entre a preservação patrimonial e o planejamento urbano.

A Lei N. 14.511, de 17/01/1983 – Lei de Uso e Ocupação do Solo –, não apenas consolida a proteção legal aos sítios históricos patrimoniais, mas também eleva essa preservação à condição de um de seus três objetivos gerais:

ART. 1º – Esta lei define a organização do espaço urbano do Município do Recife tendo em vista os objetivos: I Promover a integração da Cidade na

¹²⁷ Em 1979, as dezoito casas desapropriadas pela PCR no Pátio de São Pedro passaram a fazer parte do patrimônio da FCCR. Leonardo Dantas Silva não consegue falar nada a respeito da administração do pátio, com exceção da organização de eventos no local. Não é possível saber como se deu, se é que se deu, a administração das casas pela FCCR, no período 1979-1983.

Região Metropolitana do Recife; II Orientar a ocupação e utilização do solo quanto ao uso, quanto a distribuição da população e quanto ao desempenho das funções urbanas; III Preservar os elementos naturais de paisagem urbana e os **sítios de valor histórico e cultural**. (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983b, p. 13, grifo nosso)

Além do trabalho de “balcão,” que consistia, basicamente, no controle das alterações promovidas por proprietários e inquilinos sobre os imóveis situados em sítios históricos, o DPSH/URB formulou dois projetos nessa gestão, que expuseram a diferença entre a formalização e a efetivação das políticas públicas patrimoniais no Recife. O primeiro, chamado Circuito Histórico da Cidade do Recife, era basicamente um projeto de educação patrimonial. Implantado, apresentou rara continuidade administrativa, tendo sido interrompido apenas na gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988).

Ele consistia em passeios de ônibus pelos principais monumentos do núcleo antigo, com a visita interna a algumas edificações mais relevantes – por exemplo, o Pátio de São Pedro –, e a posterior visita a monumentos e sítios históricos espalhados pelo restante da cidade (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1982). Os roteiros foram também aproveitados na impressão de mapas e guias, intitulados “Circuito Histórico do Recife,” tanto na gestão Joaquim Francisco (1983-1985) quanto na gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988).

O segundo projeto previa a criação de um sistema municipal do patrimônio cultural, apesar de esse termo não ter sido usado, e a sua formulação e defesa foram reunidas no documento “Mecanismos necessários à preservação das estruturas urbanas de interesse histórico e cultural da Cidade do Recife” (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE; SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1981). Apesar de o projeto ter sido bem estruturado, contando com o apoio da Seplan/PR, ele não saiu do papel¹²⁸.

Percebe-se, pela leitura do documento, que se busca uma solução de mercado para a questão da preservação patrimonial no Recife – mercado imobiliário, para ser mais exato. A tentativa é de reinserção dos imóveis pertencentes a sítios históricos protegidos no mercado imobiliário, através da transferência do potencial de construção. Saem de cena o turista e visitante do Centro Permanente de Turismo do Recife e do PCH, para a entrada do investidor imobiliário – construtora e incorporadora imobiliária.

¹²⁸ O APÊNDICE R aprofunda-se no supracitado documento.

A proposta de criação de um sistema municipal do patrimônio cultural, junto com o instrumento de transferência do potencial de construção, é muito interessante e ambiciosa, tendo potencial de carrear recursos para a função de preservação patrimonial. Contudo, nada disso foi implantado na gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983), nem por qualquer outra subsequente. A proposta parece ter sofrido do mesmo “mal” do PPSH/RMR na esfera estadual: a perda de importância das políticas públicas patrimoniais na agenda pública brasileira, ao longo dos anos 1980.

Amélia Reynaldo resume a situação das políticas públicas patrimoniais nessa gestão, inclusive com o contraste entre a formalização bem-sucedida e a prática inefetiva:

Em um segundo momento, nós fizemos, internamente, uma parada e uma avaliação [no DPSH/URB]. Quais [tinham sido] os frutos que nós havíamos obtido com essa primeira prática [formalização]? [...] Mas, de fato, a preservação não havia acontecido. Esse documento [Mecanismos necessários à preservação das estruturas urbanas de interesse histórico e cultural da Cidade do Recife] foi um pouquinho depois dessa primeira reflexão, mas fez parte desse esboço. Eu lembro-me de que o título de nosso encontro interno foi “A preservação de direito e a preservação de fato.” E nós reconhecemos que sim, havia uma preservação de direito, mas que, de fato, essa preservação não acontecia. E que precisávamos de coisas mais agressivas. Ou seja, nós precisávamos sair dessa coisa de controlar se o proprietário tinha alterado uma janela. [...] Era um momento, diríamos assim, de 1980 até a posse de Jarbas Vasconcelos [em 1986], de muito recolhimento da equipe, no sentido de produzir todos esses documentos [Bairro do Recife e Pátio de São Pedro]. [...] E tivemos uma feliz oportunidade, que foi quando Jarbas assumiu, trazendo em seu programa de governo uma preocupação muito forte com o centro do Recife. (Entrevista na Cidade do Recife, 21/12/2010)

Em 1986, o Pátio de São Pedro e o Bairro do Recife voltariam à agenda pública municipal, pelo menos formalmente, através do Programa de Recuperação do Centro do Recife. Contudo, isso é um assunto para a gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988).

8.4.4 Suma conclusiva sobre a gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983).

É possível afirmar que essa gestão foi marcada pelo direcionamento da ação pública municipal para “fora” do núcleo antigo, fosse através das políticas públicas sociais (serviços básicos e geração de emprego e renda), fosse através dos financiamentos para obras de complementação urbana, no Bairro de Boa Viagem e na região da Várzea do Capibaribe.

Ao mesmo tempo, houve uma rápida popularização do núcleo antigo, cujas bases já foram discutidas no item anterior, mas que foram reforçadas pela posição dessa gestão frente ao comércio informal de rua. A ocupação massiva dos principais logradouros comerciais da área central seria um dos principais pontos de conflito e discussão nas propostas de recuperação e revitalização do centro, elaboradas a partir da gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988). A ocupação dos logradouros pelo comércio informal e os problemas de manutenção e provisão de serviços públicos básicos fizeram com que a classe média classificasse o núcleo antigo como uma área “esvaziada” e degradada, reforçando a sua migração para outras partes da cidade (residência e compras).

As políticas públicas patrimoniais e de turismo não conseguiram ocupar um papel mais relevante na agenda pública municipal, continuando a ser relegadas ao segundo plano. A função de preservação patrimonial conseguiu ser formalizada e institucionalizada dentro da estrutura administrativa da PCR; contudo, faltaram-lhe condições materiais e políticas para se conseguir materializar o que tinha sido colocado em forma de lei. As políticas públicas de turismo sofreram uma atrofia na PCR, ao longo dos anos 1980, inclusive com a falta de uma definição clara sobre quem era responsável pelo o que na promoção e fomento ao desenvolvimento do turismo.

Em relação ao Pátio de São Pedro, consolidou-se a sua utilização como “palco” das principais manifestações folclóricas pernambucanas, com destaque à ciranda; isso seria recuperado por todos os programas e projetos de regeneração urbana formulados entre a gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988) e a gestão Roberto Magalhães (1997-2000), inclusive, como será visto no próximo capítulo.

8.5 Esboços e intenções para a regeneração urbana do Pátio de São Pedro: a gestão Joaquim Francisco (1983-1985).

A gestão Joaquim Francisco (1983-1985) durou apenas vinte e dois meses incompletos, tendo sido a última gestão municipal biônica. Inclusive devido ao pouco tempo de duração, não se produziu um plano de larga escala e de longo prazo para a cidade; aproveitou-se o Plano de Desenvolvimento do Recife da gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983), e se publicaram as “Diretrizes do governo municipal para a Cidade do Recife: período 1983-1986,” um documento sucinto, que, como o próprio nome diz, trata apenas de estabelecer diretrizes gerais de atuação para a PCR (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983c). A partir dele, com raras exceções, não é possível se inferir planos, programas, projetos ou mesmo ações específicas.

A falta de capacidade de investimento da PCR perpassa uma série de documentos publicados por essa gestão. Como mostra a Tabela 001, o “milagre brasileiro” já tinha acabado; o ano de 1983 representou a “pá de cal” nas últimas esperanças de um retorno às altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, que tinham marcado o período 1930-1980. Além disso, o crescimento da carga tributária brasileira concentrava-se na União, em detrimento da esfera municipal, que, ao mesmo tempo, assistia o alargamento das áreas e funções vistas como legítimas de atuação pelas prefeituras municipais – por exemplo, promoção do desenvolvimento econômico. Tudo isso gerava a perda da capacidade de investimento público municipal e um quadro orçamentário frágil, como a passagem abaixo tão bem sintetiza:

A divulgação dos resultados das finanças municipais, relativos ao ano de 1984, mostrou que houve um decréscimo real na receita anual de 10,8%, se comparada com o ano de 1983. Tanto a receita própria como as transferências caíram. Deste modo, no confronto da receita com a despesa do exercício passado, tem-se como resultado um déficit de 25.419 milhões de cruzeiros. (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1985a)

Até pela questão dos financiamentos contraídos – governo federal e Banco Mundial –, as principais realizações da gestão Joaquim Francisco (1983-1985) foram o Programa CURA Litoral-Sul, denominado CURA-Setúbal, e o Programa CURA Várzea do Capibaribe, que tinham sido formulados pela gestão anterior. Também foi dada continuidade a uma série de políticas públicas sociais e de geração de emprego e renda, como, por exemplo, os núcleos de prestação de serviços (marcenaria, confecções, *silkscreen* etc.), capacitação profissional, apoio às microempresas, intermediação entre a oferta e a demanda por trabalho e serviços etc.

(PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983d; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1985b; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1985c).

A gestão Joaquim Francisco (1983-1985) retomou a função de promoção turística, mesmo que apenas através de uma divisão da FCCR, cuja atuação restringia-se, na prática, à organização e promoção de eventos¹²⁹. Por exemplo, a pesquisa documental não recolheu nenhuma folheteria turística publicada pela PCR no período 1983-1985. Isso foi justificado pela ineficácia da política de desenvolvimento turístico para a Cidade do Recife da EMPETUR (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1984a)¹³⁰.

Essa gestão definiu quatro linhas de ação para a FCCR, a saber: a) Difusão Cultural/patrimônio histórico, artístico e arqueológico (preservação da memória cultural); b) Difusão Cultural/incentivo à produção cultural e artística; c) Difusão cultural/incentivo às tradições culturais; e d) Formação e conservação do Museu da Cidade do Recife (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983e).

Dentro da linha “Difusão Cultural/patrimônio histórico, artístico e arqueológico (preservação da memória cultural),” a gestão estabeleceu como uma das quatro metas a “Recuperação, reanimação e revitalização do Pátio de São Pedro,” passando a idéia para a imprensa e população local de que havia um projeto de regeneração urbana para o supracitado espaço urbano. Além disso, muitos documentos da gestão referem-se à revitalização do Pátio de São Pedro como um processo estruturado e em curso (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983d; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983e; ALBERTO, 1983; VARELLA, 1984).

Contudo, a “Recuperação, reanimação e revitalização do Pátio de São Pedro” era apenas um “nome fantasia” para um arremedo de ações esparsas nesse espaço urbano. Essa gestão não

¹²⁹ O **APÊNDICE P** traz um material promocional da EMPETUR, representativo da promoção turística pernambucana nos anos 1980, que promovia o composto sexo, sol, mar e praia para turistas nacionais e estrangeiros.

¹³⁰ Nos anos 1980, a EMPETUR não gozava de grande prestígio dentro do governo estadual. Por exemplo, no Guia do Investidor em Pernambuco, edição 1985, o turismo simplesmente não aparece na pauta de opções de investimento no Estado de Pernambuco (PERNAMBUCO, 1985), ao contrário de o que acontecia em materiais similares produzidos pela gestão Moura Cavalcanti (1975-1979) e pela gestão Marco Maciel (1979-1982). Na prática, a extinção da EMPETUR fez com que a Cidade do Recife tenha praticamente ficado sem a função de promoção turística, fosse ela municipal ou estadual.

chegou a formular um projeto ou mesmo um conjunto de linhas de ação no pátio que apresentassem coerência entre si. Além disso, não havia verbas para uma ação mais profunda sobre o pátio; por exemplo, dos gastos totais previstos para a FCCR, em 1983, 78,4% eram destinados à realização de festas, eventos e apresentações culturais. A Difusão Cultural/patrimônio histórico, artístico e arqueológico (preservação da memória cultural) era contemplada com apenas 15,7% desse total (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983e).

Dessa forma, a ação da PCR no pátio ficou restrita a intervenções pontuais, sem grande impacto sobre o espaço urbano. Instalaram-se jardineiras no pátio, que, menos de um ano depois, encontravam-se depredadas. Executou-se a revisão da rede de drenagem, que, segundo constava, estava a funcionar há mais de cem anos; contudo, poucos meses depois, o pátio voltava a ficar alagado após qualquer chuva de dez ou quinze minutos. Proibiu-se o estacionamento de veículos no pátio, que não demorou muito para ser burlado. Em suma, a PCR implantou e executou uma série de pequenas ações no Pátio de São Pedro, que, antes mesmo do final da gestão, já se mostravam inócuas para a efetiva recuperação do local¹³¹.

Algumas ações simples, como, por exemplo, a pintura do casario civil do pátio, não saíram do papel, mesmo tendo sido previstas ainda no primeiro ano de gestão. O projeto de restauração da casa n.52, para a instalação da sede da Federação do Teatro de Amadores de Pernambuco, foi concluído apenas em outubro de 1985 (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1985d); a PCR recebeu a resposta negativa do IPHAN ao projeto, já na gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988).

Há dois pontos que merecem destaque, para se fechar a análise e avaliação dessa gestão. Primeiro, a FCCR continuou a apoiar e financiar as manifestações folclóricas pernambucanas, como o bumba-meu-boi, a ciranda e o maracatu, seguindo uma linha de atuação estabelecida na gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983). Contudo, as apresentações culturais foram concentradas praticamente em dois espaços urbanos: a Praça de Boa Viagem e o Pátio de São Pedro.

¹³¹ Essas ações são relatadas por uma série de documentos, no período 1983-1985; Varella (1984) traz um bom resumo de o que a gestão Joaquim Francisco (1983-1985) fez no Pátio de São Pedro.

É nessa gestão que o pátio consolidou-se como o principal local para as apresentações de manifestações folclóricas pernambucanas, tanto nos grandes ciclos anuais quanto na programação cultural permanente da PCR. Mais do que isso, começou-se a afirmar, tanto na imprensa local quanto nos documentos oficiais, que o pátio tinha a “vocação” para receber essas apresentações, e que isso tinha sido uma herança do Centro Permanente de Turismo do Recife. Apesar de a gestão Geraldo Magalhães (1969-1971) ter privilegiado grandes nomes nacionais e manifestações culturais relativamente estranhas ao Recife, como, por exemplo, a seresta, o centro de turismo foi “responsabilizado” por esse novo papel conferido ao logradouro¹³².

Segundo, havia o sentimento de que o pátio estava deteriorado e abandonado à própria sorte pela PCR. Começaram a surgir várias notícias na imprensa, apontando os problemas dos constantes alagamentos no pátio, a invasão do espaço urbano por prostitutas e comércio informal de rua, a falta de limpeza urbana, o desgaste do mobiliário urbano etc. Isso era combinado com a lembrança, geralmente em tom nostálgico, do logradouro nos “tempos” da gestão Geraldo Magalhães (1969-1971) – como visto anteriormente, tratava-se da construção de uma “época dourada” para o pátio. A festiva celebração do 14º aniversário da criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, em 12/10/1984, com direito a homenagens ao ex-prefeito Geraldo Magalhães (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1984c), é emblemática desse saudosismo por tudo que o pátio tinha sido, mesmo que por um ou dois meses, e não era mais.

¹³² Para mais informações sobre a assunção desse novo papel do pátio, inclusive com a sua identificação de espaço voltado às manifestações folclóricas pernambucanas, ver Diário de Pernambuco (1984b) e Prefeitura da Cidade do Recife (1984a). Por exemplo, o pátio recebeu trinta e quatro apresentações culturais em agosto de 1984, com destaque para as rodas de ciranda (8) e os bumbas-meu-boi (4) (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1984b).

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO**

**ANDRÉ FONTAN KÖHLER
CURSO DE DOUTORADO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

**Políticas públicas de regeneração urbana, preservação do patrimônio e lazer e turismo:
padrões de intervenção pública e avaliação de resultados no Pátio de São Pedro, Recife, 1969-
2008.**

v. 2

**SÃO PAULO
2011**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	32
1.1 Objeto de estudo e problematização	36
1.2 Justificativas	40
1.3 Objetivos	41
1.4 Hipóteses	43
1.5 Metodologia de pesquisa	45
2. ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS EM UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO	48
2.1 Globalização: integração, interconectividade e interdependência em escala mundial	51
2.2 O novo papel do Estado: declínio do Estado de Bem-Estar Social e ascensão do Estado regulador	54
2.3 A reestruturação econômica e o novo papel da cultura na sociedade e mercado atuais	67
3. PATRIMÔNIO CULTURAL, AUTENTICIDADE E TURISMO: ORIGENS, SENTIDOS E CONSEQUÊNCIAS DO TURISMO CULTURAL	84
3.1 Turismo: definições, tipologias e segmentação do mercado	84
3.2 Turismo cultural: conceitos, origens e fontes de crescimento do segmento de mercado	88
3.3 Importância, características e nichos de mercado do segmento de turismo cultural	103
3.4 Autenticidade em turismo: textos seminais, perspectivas e correntes na literatura analítica	109
3.4.1 <u>Avaliação dos textos seminais sobre a autenticidade em turismo</u>	112
3.4.2 <u>A corrente construtivista: relativismo cultural e múltiplas perspectivas sobre a autenticidade em turismo</u>	115
3.4.3 <u>A corrente pós-modernista: autenticidade como atributo de produto e a supremacia do mercado</u>	118
3.5 Segregação social e espacial e lógica circular: “completude” e tautologia no turismo contemporâneo	119

4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE REGENERAÇÃO URBANA: CULTURA, PATRIMÔNIO E TURISMO “AOS PEDAÇOS”	131
4.1 “Antecedentes” das políticas públicas de regeneração urbana: o crescimento e adensamento das cidades nos séculos XIX e XX e o planejamento urbano modernista	131
4.2 Políticas públicas de regeneração urbana: ascensão, lógica de atuação e principais resultados sobre as cidades	141
<u>4.2.1 Ascensão e consolidação das políticas públicas de regeneração urbana: a transformação da agenda pública nos EUA e Reino Unido</u>	144
<u>4.2.2 Parcerias público-privadas, novos modelos de governança pública e Estado empresarial: a economia política das políticas públicas de regeneração urbana</u>	150
<u>4.2.3 Políticas públicas de regeneração urbana: lógica de atuação e concepção de cidade</u>	153
<u>4.2.4 Políticas públicas de regeneração urbana e o “pacote” de infra-estrutura e equipamentos urbanos</u>	160
<u>4.2.5 Políticas públicas de regeneração urbana: críticas e problemas à cidade</u>	163
5. POLÍTICAS PÚBLICAS DE REGENERAÇÃO URBANA NA INGLATERRA: REMODELAÇÕES EM LARGA ESCALA, PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E TURISTIFICAÇÃO COMO PRIORIDADES NA AGENDA PÚBLICA	169
5.1 York: a transformação da cidade intramuros em paisagem controlada de consumo e de espetáculo permanente para turistas e visitantes	171
5.2 Kingston upon Hull: modelo virtual de renovação urbana e a reprodução em série de espaços e atrações turísticas	180
5.3 Sheffield: <i>flagship attractions</i> na transformação da área central em precinto urbano-turístico	185
5.4 Manchester e Salford: docas, esportes e precintos urbano-turísticos para a regeneração urbana da antiga capital do algodão	192
5.5 Liverpool: <i>shopping center</i> a céu aberto, <i>pop culture</i> e formação de ilhas de excelência em um mar de miséria e redundância	201
5.6 Suma conclusiva sobre o capítulo	212
6. CULTURA, PATRIMÔNIO E IDENTIDADE NACIONAL E AS GRAMÁTICAS POLÍTICAS DO BRASIL: CONDICIONANTES DAS	216

POLÍTICAS PÚBLICAS DE REGENERAÇÃO URBANA NO PÁTIO DE SÃO PEDRO

6.1 Antecedentes e primórdios das políticas públicas patrimoniais no Brasil	218
6.2 A formação do Estado Moderno brasileiro: bases das políticas públicas patrimoniais no primeiro período Vargas (1930-1945)	219
6.3 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: formação do conceito de PHAN e bases da ação do Estado na área patrimonial	223
6.4 As gramáticas políticas brasileiras: clientelismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos no caso do Pátio de São Pedro	228
7. A MODERNIZAÇÃO DO RECIFE E O TURISMO NA PRESERVAÇÃO DO PÁTIO DE SÃO PEDRO, 1909-1969	232
7.1 O Recife: descrição geográfica, social e econômica e caracterização do núcleo antigo	232
7.2 Pátio de São Pedro e Igreja de São Pedro dos Clérigos: descrição e caracterização	240
7.3 A Cidade do Recife após a “modernização”: crescimento urbano, metropolização e planejamento urbanístico, anos 1950 e 1960	244
7.4 Pátio de São Pedro: valorização patrimonial e tombamento, tentativas de remodelação e antecedentes do Centro Permanente de Turismo do Recife	248
<u>7.4.1 Valorização patrimonial e tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos e do Pátio de São Pedro: o patrimônio monumental e a proteção de sua visibilidade e ambiência</u>	249
<u>7.4.2 A intervenção e regulação do Pátio de São Pedro: riscos, propostas e projetos, anos 1940, 1950 e 1960</u>	253
<u>7.4.3 Cultura, patrimônio e turismo: as primeiras propostas de aproveitamento turístico do Pátio de São Pedro, anos 1950 e 1960</u>	257
<u>7.4.4 Pátio de São Pedro: a convergência para a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, anos 1950 e 1960</u>	262
8. CRIAÇÃO, DECLÍNIO E FIM DO CENTRO PERMANENTE DE TURISMO DO RECIFE: A TRAJETÓRIA DO PÁTIO DE SÃO PEDRO, 1969-1985	265
8.1 Cultura, patrimônio e turismo como prioridade de governo: a criação do	265

Centro (não tão) Permanente de Turismo do Recife na gestão Geraldo Magalhães (1969-1971)	
<u>8.1.1 Composição, agenda pública e lógica de atuação da gestão Geraldo Magalhães (1969-1971)</u>	268
<u>8.1.2 O contexto político-cultural da criação do Centro Permanente de Turismo do Recife</u>	271
<u>8.1.3 Políticas públicas de patrimônio e turismo: pioneirismo e instrumentalização da cultura na gestão Geraldo Magalhães (1969-1971)</u>	273
<u>8.1.4 Centro Permanente de Turismo do Recife: criação, administração e principais resultados atingidos pela gestão Geraldo Magalhães (1969-1971)</u>	274
<u>8.1.5 Pátio de São Pedro, Bairro de Boa Viagem e novos eventos turísticos: promoção turística e propaganda política na folheteria da gestão Geraldo Magalhães (1969-1971)</u>	286
<u>8.1.6 Suma conclusiva sobre a gestão Geraldo Magalhães (1969-1971)</u>	288
8.2 A morte e a morte do Centro Permanente de Turismo do Recife: descontinuidade administrativa e “progresso” na gestão Augusto Lucena II (1971-1975)	292
<u>8.2.1 Composição, agenda pública e lógica de atuação da gestão Augusto Lucena II (1971-1975)</u>	293
<u>8.2.2 Políticas públicas de patrimônio e turismo: o agudo contraste entre retórica e prática na gestão Augusto Lucena II (1971-1975)</u>	295
<u>8.2.3 As idéias fora do tempo e do lugar: a conclusão da Avenida Dantas Barreto</u>	299
<u>8.2.4 A polarização entre o Pátio de São Pedro e a Praia de Boa Viagem: a folheteria turística da gestão Augusto Lucena II (1971-1975)</u>	303
<u>8.2.5 Suma da gestão Augusto Lucena II (1971-1975)</u>	304
8.3 Patrimônio cultural, lazer e turismo e planejamento urbano: a convergência de ações e projetos na gestão Antonio Farias (1975-1979)	305
<u>8.3.1 A Estrutura urbana do Recife: planejamento urbanístico municipal de larga escala e a “inauguração” da revitalização da área central</u>	311
<u>8.3.2 Políticas públicas de patrimônio e turismo: movimentos inversos na gestão Antonio Farias (1975-1979)</u>	317
<u>8.3.3 Suma conclusiva sobre a gestão Antonio Farias (1975-1979)</u>	320
8.4 Políticas públicas sociais e complementação urbana: a gestão Gustavo	323

Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983)

8.4.1 Composição, agenda pública e lógica de atuação da gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983) 325

8.4.2 Revitalização e “humanização” da área central: palavras ao léu em um núcleo antigo crescentemente popularizado 328

8.4.3 Políticas públicas de patrimônio e turismo: o contraste entre a formalização e a prática na gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983) 330

8.4.4 Suma conclusiva sobre a gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983) 334

8.5 Esboços e intenções para a regeneração urbana do Pátio de São Pedro: a gestão Joaquim Francisco (1983-1985) 335

9. A REGENERAÇÃO URBANA DO PÁTIO DE SÃO PEDRO, 1986-2008: A EFEMERIDADE DOS “NOVOS” CONCEITOS E A (FALTA DE) GESTÃO DO CENTRO DE LAZER, TURISMO E ENTRETENIMENTO. 340

9.1 Processos de regeneração de papel: intervenção urbana no núcleo antigo e no Pátio de São Pedro na gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988) 340

9.1.1 O Programa de Recuperação do Centro da Cidade: um arremedo de projetos, de idéias e de boas intenções para um núcleo antigo em franco processo de deterioração e decadência 342

9.1.2 O Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro: políticas públicas patrimoniais e processo de regeneração urbana de papel 347

9.1.3 O fomento ao turismo na gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988): o “não fazer” como política pública municipal 353

9.1.4 Suma conclusiva sobre a gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988) 355

9.2 Processo de regeneração de fachada: a intervenção pública no Pátio de São Pedro na gestão Joaquim Francisco/Gilberto Marques Paulo (1989-1992) 357

9.2.1 Composição, agenda pública e lógica de atuação da gestão Joaquim Francisco/Gilberto Marques Paulo (1989-1992) 360

9.2.2 Os programas de regeneração urbana da gestão Joaquim Francisco/Gilberto Marques Paulo (1989-1992): do catálogo de projetos ao combate ao comércio informal “invasor” 363

9.2.3 O Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro: o prenúncio do 365

<u>“fachadismo” e da parceria público-privada nos processos de regeneração urbana da Cidade do Recife</u>	
<u>9.2.4 Suma conclusiva sobre a gestão Joaquim Francisco/Gilberto Marques Paulo (1989-1992)</u>	370
9.3 O Império do Lazer, Turismo e Entretenimento: projetos e ações no Bairro do Recife (Recife Antigo) e no Pátio de São Pedro na gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996)	373
<u>9.3.1 O Plano de Revitalização Bairro do Recife: mercado imobiliário e lazer, turismo e entretenimento no bairro “estratégico” para o desenvolvimento econômico do Recife</u>	376
<u>9.3.2 O Plano de Revitalização do Pátio de São Pedro: centro de turismo e praça de alimentação de Shopping Center a céu aberto, no “coração” da Ilha de Antonio Vaz</u>	383
<u>9.3.3 Suma conclusiva sobre a gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996)</u>	391
9.4 Processo de regeneração urbana (finalmente) prioridade de governo: a intervenção urbana no Pátio de São Pedro na gestão Roberto Magalhães (1997-2000)	394
<u>9.4.1 O Projeto Capital: a instituição do planejamento estratégico na Cidade do Recife por uma gestão pública empresarial</u>	396
<u>9.4.2 Lazer, turismo e entretenimento no Pólo Bom Jesus: continuidades e descontinuidades do Plano de Revitalização Bairro do Recife na gestão Roberto Magalhães (1997-2000)</u>	401
<u>9.4.3 A implantação do Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro: euforia, declínio e queda de um centro de lazer, turismo e entretenimento aplicado fora do tempo e do espaço</u>	403
<u>9.4.4 Suma conclusiva sobre a gestão Roberto Magalhães (1997-2000)</u>	413
9.5 A gestão João Paulo (2001-2008): novos conceitos e velhos problemas na “ilha” de museus, memoriais e centros culturais do Pátio de São Pedro	418
<u>9.5.1 Políticas públicas de patrimônio e turismo: o contraste entre a grandeza de intenções e a falta de gestão, coordenação e recursos materiais (humanos e financeiros)</u>	420
<u>9.5.2 O núcleo antigo do Recife ainda passa por um processo de regeneração urbana? Retórica, planejamento e ações práticas na gestão João Paulo (2001-</u>	423

2008)

<u>9.5.3 O Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda: a segunda (e última?) malfadada tentativa de planejamento estratégico na Cidade do Recife</u>	428
<u>9.5.4 Um pátio turístico-cultural no “coração” da cidade: a transformação do Pátio de São Pedro na “vitrine” do Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda</u>	434
<u>9.5.5 Suma conclusiva sobre a gestão João Paulo (2001-2008)</u>	440
10. CONCLUSÃO	444
REFERÊNCIAS	465
APÊNDICE A – As bases da teoria macroeconômica proposta por John Maynard Keynes	515
APÊNDICE B – As bases do <i>thatcherism</i>	518
APÊNDICE C – A reestruturação econômica: a questão da desindustrialização e da localização dos centros de comando e controle	521
APÊNDICE D – A reestruturação da produção, logística e cadeia de suprimentos em escala global: as principais formas de atuação das firmas	524
APÊNDICE E – Economia criativa e indústrias criativas: descrição dos setores e funções e importância econômica dos bens e serviços criativos	526
APÊNDICE F – Mega-Multi-Malls (MMMs): a importância econômica de grandes complexos integrados de compra e diversão	528
APÊNDICE G – O novo papel da cultura na sociedade e mercado atuais (complemento)	530
APÊNDICE H – Textos seminais sobre a autenticidade em turismo (complemento)	532
APÊNDICE I – A autenticidade existencial	552
APÊNDICE J – A utilização de estruturas redundantes restauradas e adaptadas para novos fins, no Reino Unido	553
APÊNDICE K – Wigan Pier: declínio e queda do projeto pioneiro de regeneração urbana para o lazer, turismo e entretenimento na Inglaterra	555
APÊNDICE L – Cidade do Recife: formação do Produto Interno Bruto municipal e IDH-M em perspectiva comparada	561
APÊNDICE M – Fotos, mapas e desenhos do núcleo antigo do Recife e do Pátio de São Pedro e arredores: patrimônio arquitetônico e urbanístico, atividades econômicas, sociais e culturais e residentes e transeuntes	563

APÊNDICE N – A modernização da Cidade do Recife na primeira metade do Século XX: permanências, transformações e legado	629
APÊNDICE O – A folheteria turística do Recife, anos 1960 – complemento	641
APÊNDICE P – A folheteria turística do Recife, 1969-2008 (complemento)	643
APÊNDICE Q – A Estrutura urbana do Recife da gestão Antonio Farias (1975-1979) – material de apoio	649
APÊNDICE R – Mecanismos necessários à preservação das estruturas urbanas de interesse histórico e cultural da Cidade do Recife	651
APÊNDICE S – O Programa de Recuperação do Centro da Cidade da gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988): projetos e ações específicos (proposta)	653
APÊNDICE T – Obras emblemáticas da gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996): o Pólo Pina e o Calçadão dos Mascates	655
APÊNDICE U – Programa Estruturador do Recife (PROEST) – complemento	657
APÊNDICE V – O Programa Revitalização do Centro: o fim melancólico da utilização do catálogo de projetos da URB para a regeneração urbana do núcleo antigo do Recife	659
APÊNDICE W – Imóveis Especiais de Preservação (IEPs) – complemento	661
APÊNDICE X – Recife 2000 – complemento	663
APÊNDICE Y – Projetos, ações e atuação da Secretaria de Turismo (e Esportes) na gestão João Paulo (2001-2008)	665
APÊNDICE Z – Propostas e ações no núcleo antigo, na gestão João Paulo (2001-2008) - complemento	668
ANEXO A – Principais conseqüências da conclusão da Avenida Dantas Barreto para o Bairro de São José (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1993c, p. 8-9)	672

9. A REGENERAÇÃO URBANA DO PÁTIO DE SÃO PEDRO, 1986-2008: A EFEMERIDADE DOS “NOVOS” CONCEITOS E A (FALTA DE) GESTÃO DO CENTRO DE LAZER, TURISMO E ENTRETENIMENTO.

O capítulo traz a trajetória do Pátio de São Pedro, no período 1986-2008, que correspondeu a cinco gestões públicas municipais. Nele, os projetos de regeneração urbana do pátio ligam-se a planos abrangentes de recuperação da área central da cidade, pelo menos formalmente, e contam com a “companhia” do Bairro do Recife, que se transforma em prioridade municipal nas políticas públicas de regeneração urbana, em 1992, relegando o pátio a uma posição secundária na agenda pública municipal.

Nesse período, o Pátio de São Pedro volta a ser transformado em um centro de lazer, turismo e entretenimento, após um longo percurso, no qual foi vítima de mudanças na agenda pública municipal e falta de verbas. Contudo, os problemas que afligiram o logradouro, a partir de 1969, continuaram presentes, como a falta de gestão pública dos projetos em si e do cotidiano do pátio, a fragilidade institucional das áreas de turismo e cultura na PCR, a inadequação dos conceitos implantados no logradouro etc.; sendo assim, a sua trajetória reflete parte dos problemas mais gerais enfrentados pelo núcleo antigo do Recife, bem como a incapacidade de se desenvolver o turismo na cidade e conservar o seu valioso acervo patrimonial. O período 1986-2008 mostra que se mudam os termos, dirigentes e projetos, mas muitos problemas e limitações das políticas públicas revelam-se como crônicos.

9.1 Processos de regeneração de papel: intervenção urbana no núcleo antigo e no Pátio de São Pedro na gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988).

Em 01/01/1986, Jarbas Vasconcelos assumiu o cargo de prefeito municipal, após mais de vinte anos de gestões biônicas no Recife. Tendo exercido mandatos de deputado estadual (1971-1975) e de deputado federal (1975-1979 e 1983-1985) pelo Movimento Democrático Brasileiro, depois Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Jarbas Vasconcelos era um político identificado com o combate à corrupção e ao autoritarismo do regime militar (1964-1985), tendo destacado-se também no movimento pelas “Diretas Já,” em 1985.

Desse modo, essa gestão destacou-se pela tentativa de implantar processos participativos na ação pública da PCR, fosse através da formalização de comissões, ou então através de consultas e pesquisas de opinião, que teriam como finalidade informar ao gestor público a opinião da população sobre determinada questão ou problema. Inclusive, a instituição de processos participativos foi tentada em alguns programas e projetos que deveriam ser marcos do governo, como, por exemplo, o Programa de Recuperação do Centro da Cidade, o Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro e o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife¹³³.

O período 1986-1988 foi marcado não apenas pelas baixas taxas de crescimento econômico, mas também pela escalada da inflação, que não conseguia ser contida pelos planos econômicos heterodoxos do governo federal. A combinação de baixo crescimento econômico e de altas taxas de inflação, com a continuação do processo de concentração de renda na economia brasileira, teve como principal resultado a pauperização de amplas parcelas da população, o que era particularmente grave na RMR e no Recife.

Esse contexto político-econômico refletia-se na perda progressiva da capacidade de investimento da PCR, que dependia crescentemente de fontes de financiamento externas, para conseguir cumprir sua agenda de obras públicas. Por exemplo, o Projeto Recife, formulado e aprovado na Gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983), foi ainda o responsável por grande parte das principais obras públicas, no período 1986-1988.

O Plano de Ação 1987 expõe de forma emblemática essa perda de capacidade própria de investimento e, conseqüentemente, a necessidade de fontes externas de financiamento. Por exemplo, o programa de trabalho da URB necessitava de recursos da ordem de Cz\$ 1.187,6 milhões, dos quais apenas Cz\$ 69,7 milhões eram da própria PCR, ou seja, algo em torno de 6% do total (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1987a).

A falta de fontes de financiamento externas foi uma das principais causas da incapacidade de a PCR implantar os dois principais projetos de regeneração urbana para o núcleo antigo – Pátio de São Pedro e Bairro do Recife. Além do Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro e do Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, a prefeitura municipal formulou

¹³³ O *slogan* da gestão era “É povo de novo,” que, nas ações voltadas ao núcleo antigo, assumia a forma de “É povo no centro.”

também outros dois projetos ligados à preservação patrimonial, para o Matadouro de Peixinhos e para o Sítio da Trindade. Nos quatro casos, buscaram-se recursos do IPHAN, que já enfrentava crônicos problemas de falta de verbas (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1988a).

Tudo isso fez com que os projetos de regeneração urbana e de conservação patrimonial da PCR, no período 1986-1988, transformassem-se apenas em “processos de papel.”

9.1.1 O Programa de Recuperação do Centro da Cidade: um arremedo de projetos, de idéias e de boas intenções para um núcleo antigo em franco processo de deterioração e decadência.

Essa gestão foi a primeira a formular um plano global de regeneração urbana para o centro expandido do Recife, formado pelos bairros do Recife, Santo Antonio, São José, Boa Vista e Santo Amaro; ou seja, para a área delimitada pelo Oceano Atlântico e pela Avenida Agamenon Magalhães, incluindo todo o núcleo antigo. Para isso, a PCR publicou três documentos-chave, a saber: a) o Programa Recuperação do Centro da Cidade (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986a); b) Uma Estratégia para Revitalizar o Centro do Recife (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986b); e c) o Programa Revitalização do Centro do Recife (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986c)¹³⁴.

Em 1986, a URB estruturou um catálogo de projetos para o Recife, cujo principal objetivo era a captação de recursos financeiros para sua implantação. Esse catálogo era dividido em quatro partes, a saber: a) a recuperação do centro da cidade; b) o atendimento das comunidades carentes; c) a melhoria da infra-estrutura e dos equipamentos urbanos; e d) a regulamentação e o controle do uso e ocupação do solo urbano. Apesar de ter recebido esse nome, o Programa de Recuperação do Centro da Cidade nada mais era de o que uma simples seleção do

¹³⁴ Nessa e em outras gestões municipais, não há um critério bem definido na utilização de termos como plano, programa e projeto; inclusive, o **Plano** de Reabilitação do Bairro do Recife estava inserido no **Programa** de Recuperação do Centro da Cidade, o que não faz sentido à administração pública. Além disso, os termos **revitalização**, **recuperação** e **reabilitação** são muitas vezes trocados uns pelos outros, inclusive dentro de uma mesma gestão, sem que isso signifique mudanças relevantes para o plano, programa ou projeto em questão. Nesse item, será utilizada a denominação “Programa de Recuperação do Centro da Cidade,” presente na maior parte da documentação da PCR, no período 1986-1988 (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986d).

supracitado catálogo, mais especificamente dos projetos ligados à recuperação do centro (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986a).

Sendo assim, não se trata de um documento estruturado, que apresenta metas e linhas de ação bem definidas para o centro expandido. O que temos nele é um catálogo de projetos, sem que haja uma estratégia coerente por trás, ou mesmo uma priorização dos investimentos. Os diversos projetos também não estão interligados entre si, tendo sido apresentados de forma “estanque” no programa. Contudo, ele oferece uma introdução que sintetiza o que a PCR pretendia fazer no centro expandido, com destaque para o núcleo antigo:

a) recuperar o centro da cidade, reintegrando ao convívio da população áreas deterioradas pelas transformações de uso ao longo do tempo. Os projetos procuram revitalizar casarios e arruados históricos, recuperando e reciclando o uso de velhas edificações; objetivam a renovação urbana em áreas decadentes; propõem a fixação do uso habitacional em áreas escolhidas; melhoram a (sic) infraestrutura urbana; restauram edificações de valor histórico; propõem políticas de ordenamento dos camelôs e ambulantes; disciplinam o mobiliário urbano; objetivam a melhoria de pátios e praças. (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986a, grifo do autor)

O documento “Uma Estratégia para Revitalizar o Centro do Recife” traz um diagnóstico do centro expandido, junto com um conjunto de metas, de objetivos gerais e de idéias de ação (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986b); contudo, não há um bom detalhamento das propostas feitas – tudo é apresentado e discutido de modo genérico e superficial.

Ele descreve um centro expandido no qual ainda residiam cerca de 90.000 habitantes, e que, apesar de a base física encontrar-se em um quadro de abandono e deterioração geral, inclusive em pontos como limpeza e manutenção urbana, ainda era o principal centro de negócios e de funções públicas da cidade. O centro expandido concentrava as matrizes dos principais bancos nacionais e regionais, sedes de órgãos públicos e de entidades civis, comércio varejista e serviços diversos e as mais tradicionais instituições de ensino do Recife (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986b).

A PCR reconhecia e adotava como objetivo geral a manutenção da superposição funcional e integrada de usos no espaço urbano, apontando, por exemplo, que a perda da função habitacional – que já se fazia sentir no núcleo antigo – poderia comprometer todo o processo

de recuperação/revitalização do centro expandido do Recife. Dentro dessa lógica de atuação, a regeneração urbana da área central não poderia mais ser restrita a apenas um tipo de intervenção, como, por exemplo, tinha sido feito na gestão Antonio Farias (1975-1979), cujo Programa de Revitalização da Área Central consistiu praticamente na formação do passeio de pedestres nos bairros da Boa Vista e de Santo Antonio.

Apesar dos méritos concernentes ao diagnóstico do centro expandido e da visão geral sobre a regeneração urbana dessa área, o documento “Uma Estratégia para Revitalizar o Centro do Recife” não apresenta um conjunto claro, estruturado e coerente de estratégias, projetos e linhas de ação para o núcleo antigo. Logo após o objetivo geral, o documento traz oito objetivos estratégicos, todos difusos e genéricos, que, em alguns casos, são de difícil interpretação, como, por exemplo, o quinto: “5 – Animar a convivência, gerando oportunidades de utilização criativa dos espaços centrais;” (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1988c, p. 39, grifo do autor).

As propostas de ação a curto prazo também não são bem estruturadas e detalhadas no documento. Mesmo sendo **propostas de ação**, elas são difusas e genéricas, não estando vinculadas a trechos ou áreas do centro expandido. A lista dessas propostas mistura o “Limpar muros, retirar cartazes, faixas, etc., existentes de acontecimentos passados e localizados indevidamente” ao “Melhorar o abastecimento d’água, revendo a rede existente” (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986b); no segundo caso, tem-se um projeto de grande porte por si só, mesmo que confinado ao centro expandido. No primeiro, trata-se apenas de uma ação corriqueira de limpeza e manutenção urbana.

Um ponto inovador desse documento era a proposta de criação de um mecanismo de gerenciamento das ações e projetos da PCR no centro expandido. Ele assumiria a forma de uma comissão executiva (curto prazo) e de um escritório gerencial (médio prazo), que seriam formados por um representante de cada um dos órgãos e entidades da administração direta e indireta da PCR, e que coordenariam a ação da prefeitura municipal na área (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986b). Além disso, a comissão executiva marcaria também a presença simbólica da PCR no centro expandido, dando credibilidade ao processo de regeneração urbana.

Por fim, o documento “Programa Revitalização do Centro do Recife,” publicado em julho de 1986, estabelece as ações prioritárias de curto prazo; elas consistiram em pequenas ações de limpeza e manutenção urbana, de promoção e animação cultural e de cumprimento da legislação vigente (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986c). O problema, como será aprofundado adiante, é que essas pequenas ações, que deveriam marcar o início do processo de regeneração do núcleo antigo do Recife, acabaram por se constituir na quase totalidade da ação da PCR nessa gestão. Mais uma vez, o documento não detalha muita coisa; não se apresenta como está a situação do centro expandido para cada uma das ações, nem qual será a diferença qualitativa ou quantitativa na ação – homens, recursos, fiscalização intensiva etc. –, tampouco as metas a se atingir.

Pela leitura da documentação recolhida, além da entrevista feita com Amélia Reynaldo, que coordenou a implantação do Programa de Recuperação do Centro da Cidade na gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988), podem-se destacar algumas ações e projetos específicos, a saber: a) o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife; b) o Projeto de renovação urbana da Praça Machado de Assis; c) a construção do Centro de Criatividade na Praça da República, Bairro de Santo Antonio; d) a recuperação de dois dos principais logradouros comerciais do núcleo antigo do Recife: a Rua Nova e a Rua da Imperatriz; e) o ordenamento espacial dos camelôs e ambulantes; f) Projeto de Fixação Habitacional no Bairro da Boa Vista; e g) outros projetos e ações (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986a; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986b; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986c)¹³⁵.

Na área de administração pública e governo, diz-se freqüentemente que o grande problema não é a formulação de planos, programas e projetos em si – afinal de conta, o papel tudo aceita –, mas sim a sua implantação, controle e avaliação, inclusive pela falta de recursos humanos e materiais. Não é o caso do Programa de Recuperação do Centro da Cidade; o conjunto de documentos-chave que lança as suas bases é deficiente, não conseguindo informar um elenco de projetos, linhas de ação, objetivos e metas interligadas entre si e coerentes, como visto há pouco. Houve um problema na formulação de políticas públicas para o centro expandido e, conseqüentemente, para o núcleo antigo; é como se a PCR acreditasse que um arremedo de projetos e ações pudesse informar ao gestor público o melhor caminho a se seguir nesse espaço urbano da cidade.

¹³⁵ O **APÊNDICE S** traz observações sucintas sobre cada um desses projetos e ações.

Além disso, a análise e avaliação do Programa de Recuperação do Centro da Cidade revelam que a quase totalidade dos projetos e das propostas não foi implantada; muitos não chegaram nem a ser detalhados, permanecendo como fichas do catálogo da URB. Mesmo o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, defendido como o modelo de atuação para o restante do centro expandido (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1987c), não teve praticamente nenhum projeto implantado. O projeto de renovação urbana da Praça Machado de Assis não foi implantado; seguiram o mesmo caminho a construção do Centro de Criatividade, o Projeto de Fixação Habitacional no Bairro da Boa Vista e a recuperação da Rua Nova e da Rua da Imperatriz. Muitas ações de médio prazo, como, por exemplo, a recuperação de largos e pátios, não chegaram nem a se materializar como fichas do catálogo de projetos da URB.

Com raras exceções, o Programa de Recuperação do Centro da Cidade consistiu na organização e intensificação da provisão de serviços públicos no núcleo antigo, junto com pequenas ações de manutenção urbana. Esse conjunto de pequenas ações e intervenções beneficiou-se da implantação da comissão, depois escritório, do centro do Recife, tendo à frente Amélia Reynaldo:

Para [a] implantação das ações de forma ágil, foi criado um mecanismo gerencial: um grupo executivo composto de: 01 gerente de planejamento; 01 gerente de operações; e representantes dos diversos setores da Prefeitura, envolvidos no trato do espaço coletivo urbano: - iluminação; - paisagismo; - saúde; - comércio de rua; - animação cultural; - guarda municipal; - limpeza urbana; - pavimentação; - controle das posturas municipais; - transporte/circulação. (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1987c)

A própria Amélia Reynaldo admite que esse programa, junto com a criação da comissão, proporcionou um aumento nas ações de limpeza, manutenção, segurança e ordenamento do comércio informal, mas foi inócuo, no que se referiu à implantação dos projetos e obras propostos: “Confere, acho que sim, temos essa visão [de que os projetos não saíram do papel]. [...] A expectativa do DPSH/URB era que nós pudéssemos dar um salto maior com os projetos e tal” (Entrevista na Cidade do Recife, 21/12/2010).

Como visto anteriormente, o período 1986-1988 foi marcado pela baixa capacidade de investimento próprio da PCR; o Programa de Recuperação do Centro da Cidade não conseguiu atrair recursos externos, nem ser uma prioridade de fato no orçamento municipal.

Por exemplo, o Plano de Ação 1987 mostra que o Programa Integrado 2 – Revitalização do Centro era responsável por apenas 3,71% do investimento previsto para a URB nesse ano; 91,4% desse total referiam-se ao Programa Integrado 3 – Serviços Urbanos Básicos, que se ligava prioritariamente à complementação urbana de áreas de expansão da cidade e à habitação popular, e tinha como principais fontes de recursos o Projeto Recife e o PROMORAR (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1987a).

Um ponto interessante foi o protagonismo do DPSH/URB para a formulação e gestão do Programa de Recuperação do Centro da Cidade. Trata-se de um fato singular na história das políticas públicas municipais: um departamento pequeno e sem verbas acabou sendo o principal responsável pela formulação de um plano supostamente global para o centro expandido, e Amélia Reynaldo, uma de suas líderes, ficou à frente da comissão do centro da cidade. Com a perda de importância da função de preservação patrimonial na PCR e o redirecionamento conceitual dos planos de regeneração urbana do núcleo antigo, nas gestões municipais seguintes, o papel do DPSH/URB foi “encolhendo” aos poucos, tornando-se irrelevante já nos anos 1990.

9.1.2 O Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro: políticas públicas patrimoniais e processo de regeneração urbana de papel.

Em 1986, o Pátio de São Pedro não lembrava mais o Centro Permanente de Turismo do Recife, na gestão Geraldo Magalhães (1969-1971), salvo a permanência de algumas lojas de artesanato, que encontravam dificuldades para competir com as dezenas de *boxes* instalados na Casa da Cultura, onde inclusive paravam os ônibus de turismo.

O pátio enfrentava sérios problemas de infra-estrutura e controle urbano. Havia um fluxo constante de dejetos líquidos domésticos que corria a céu aberto, dando uma aparência e um cheiro infectos ao local. Apesar da drenagem feita pela gestão anterior, ele ainda sofria alagamentos periódicos, que penetravam na quase totalidade do casario civil. As instalações elétricas e hidráulicas necessitavam de reformas. Havia também a falta de controle urbano sobre o pátio, pois, apesar da proibição formal, eram comuns a passagem e o estacionamento

de caminhões e motos no logradouro (BRITTO, 1986; SOUZA, 1986; ALBUQUERQUE, 1987; BARROS, 1988).

O conjunto arquitetônico do pátio apresentava sérios problemas de deterioração física e de utilização inadequada, como a passagem abaixo tão bem sintetiza:

O conjunto apresenta uma progressiva degradação em função das deteriorações físicas dos prédios e espaço público, pela ausência de preservação após a execução da restauração pela SPHAN, manutenção de usos inexpressivos, redução das atividades culturais e sociais da área capazes de exercer atrativo sobre a população local e flutuante (a própria igreja não funciona com maior frequência) e introdução de elementos descaracterizantes (iluminação, coretos, etc.). (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986e)

Esse diagnóstico mostrava que a propriedade direta da maior parte do casario civil do pátio pela PCR não tinha conseguido preservar o PHAN. Nas fichas individuais, mesmo os imóveis ocupados pela FCCR encontravam-se em condições precárias de conservação, fruto da total ausência de ações de conservação após os trabalhos de restauro, em 1969 e 1970. No tocante à utilização, os pequenos negócios lá instalados não geravam receitas suficientes para a manutenção do acervo tombado; além disso, os locatários não se responsabilizavam pela manutenção dos imóveis, esperando sempre que a PCR executasse todas as reformas e consertos necessários (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986e).

Uma das casas da PCR estava fechada, e “não existem, no andar de cima, portas e janelas, estando os vãos fechados por tapumes” (PRADO, 1988, p. A-10). Outra das casas era utilizada pela FCCR como depósito, encontrando-se vazia. Desse modo, apontava-se o “lastimável estado de degradação do casario do Pátio de São Pedro” (SANTOS, 1986, p. 1).

Além de tudo isso, não estava claro de quem era a responsabilidade de gerir o pátio e seu casario civil desapropriado, mesmo que, legalmente, ele pertencesse à FCCR, que mantinha um funcionário para administrar o local; Rúbia Campelo, que coordenou o Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro, resume esse problema, que atravessou gestões municipais, nos anos 1980 e 1990, sem solução: “Não existia uma gestão do pátio; a FCCR usava a casa n. 10 como uma sede, mas, na verdade, não tinha essa preocupação, não. [...] Tinha até um administrador [do pátio], mas não era uma pessoa que tivesse uma envergadura

a ponto de dar aquela [ênfase na voz] carga que o pátio precisava” (Entrevista na Cidade do Recife, 12/01/2011).

O Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro estava formalmente vinculado ao Programa de Recuperação do Centro da Cidade, mas, na prática, ele surgiu de um acordo entre a FCCR, preocupada com o avançado estado de deterioração do casario civil, e o DPSH/URB, que tinha como principal função a proteção dos sítios históricos do Recife. Entretanto, não é possível perceber o envolvimento da supracitada fundação no projeto, salvo os primeiros contatos dentro da própria PCR.

A primeira versão desse projeto contemplava apenas as cobertas dos dezoito imóveis desapropriados pela PCR; previa-se também, em uma etapa posterior, a restauração integral do casario civil do pátio (trinta casas), a redefinição de usos para os imóveis de propriedade da prefeitura municipal e a implantação de um programa de reanimação social e cultural na área (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986e).

A “redução” do projeto adequava-se aos recursos formalmente disponibilizados pelo IPHAN para ele, no caso, Cz\$ 2.000.000,00 dos Cz\$ 7.034.000,00 pretendidos (GUSMÃO FILHO, 1986). O convênio formal foi assinado em 13/11/1986, tendo se comprometido a PCR a montar também uma exposição permanente e didática sobre a importância do conjunto arquitetônico e paisagístico do Pátio de São Pedro (FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986a; FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986b)¹³⁶.

Conjuntamente ao apoio financeiro dado ao Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro, o IPHAN também disponibilizou recursos para que a PCR desapropriasse mais três casas no logradouro – casas n. 25, 33 e 35 –, tornando-se proprietária de quase todos os lá imóveis localizados. Esses três imóveis estavam contemplados no processo de desapropriação para a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, ainda em 1969, mas tinham permanecido com seus proprietários. A contrapartida da liberação de novos recursos foi a Lei N. 14.931, de 24/04/1987, que deu o direito real de uso desses imóveis ao IPHAN, por um

¹³⁶ O valor formalmente disponibilizado pelo IPHAN corresponde a R\$ 1.228.895,18 a preços de julho de 2011, com a utilização do IGP-DI da Fundação Getulio Vargas.

prazo de noventa anos (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986f; FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1987)¹³⁷.

Há três pontos que precisam ser destacados no Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro. Primeiro, essa gestão foi a única que fez uma pesquisa de opinião com os locatários e os freqüentadores do pátio (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1987); infelizmente, não há indícios de que ela tenha sido efetivamente usada para qualquer fim. Mesmo assim, ela retrata algumas características importantes do pátio nesse período, a saber:

- a) o pátio contava com cinco bares, um restaurante, quatro bares e restaurantes e cinco lojas de artesanato, além de livraria, relojoaria, casa lotérica, agência de turismo, loja de confecção, depósito (FCCR), antiquário e loja de sapatos. Ou seja, os negócios “turísticos” conviviam com estabelecimentos voltados ao atendimento de quem morava e trabalhava no núcleo antigo – a maioria dos bares e restaurantes eram populares;
- b) de forma geral, os imóveis eram ocupados por pequenos empresários, que tinham como única fonte de renda o empreendimento no pátio – muitos eram analfabetos, ou tinham apenas o primeiro grau completo. Cinco casas encontravam-se desocupadas, em virtude do péssimo estado de conservação;
- c) para os locatários, os principais problemas do logradouro eram a falta de policiamento diurno e noturno, ausência de uma programação cultural e constantes alagamentos;
- d) em sua maioria, os freqüentadores eram recifenses. Do total, 26% provinham da Zona Sul, cujo principal bairro é Boa Viagem¹³⁸. O público freqüentador tinha uma escolaridade acima da média – 49,7% tinham curso superior e 29,3% o segundo grau completo. De um total de cinquenta e oito entrevistados, três eram turistas internacionais europeus. Ao contrário de o que passou a acontecer, a partir dos anos 1990, metade dos freqüentadores visitava o pátio nos fins-de-semana;
- e) para os freqüentadores, os principais problemas do logradouro eram a falta de conservação do casario civil e a ausência de segurança dentro e fora do pátio;

¹³⁷ A PCR elaborou também uma proposta para a utilização dessas três casas – restaurante popular (2) e Casa do Povo (1) –, mas ela não teve maiores repercussões, nem mesmo na documentação produzida pelo IPHAN (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986f).

¹³⁸ Nos anos 1980, ainda era muito comum para residentes do Bairro de Boa Viagem terem que se deslocar ao núcleo antigo para trabalhar.

- f) no que tange as sugestões feitas pelos frequentadores do pátio, destacam-se as que propunham a implantação de uma programação folclórica (mamulengo, bumba-meu-boi, ciranda etc.) e a apresentação de peças regionais (teatro popular) (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1987d).

Segundo, de 1986 a 1987, o Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro foi ampliado consideravelmente, deixando de contemplar apenas as cobertas dos dezoito imóveis desapropriados pela PCR para se transformar em um projeto de regeneração urbana voltado ao fomento do lazer, turismo e entretenimento.

Na última e mais completa versão do projeto, enviada como proposta ao IPHAN para análise e aprovação, em dezembro de 1987, o DPSH/URB propunha quatro linhas de ação, a saber:

- a) infra-estrutura: drenagem, pavimentação, iluminação, sonorização, mobiliário móvel (tablado/palanque) e mobiliário fixo (lixeiras, sinalização, correntes etc.);
- b) casario civil: restauração integral de todas as casas de propriedade da PCR, com exceção das casas n. 25, 33 e 35 (direito real de uso cedido ao IPHAN);
- c) utilização do casario civil: diversificação dos usos das casas desapropriadas, de modo a tornar o espaço urbano atrativo para os turistas e os residentes locais, bem como compatibilizar os usos com a estrutura de cada imóvel;
- d) eventos sociais e culturais: prover uma programação cultural permanente ao logradouro, com *shows* folclóricos, exposições de arte, recreação infantil etc. (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1987e).

Apesar de abrangente, esse projeto, assim como as versões anteriores, era detalhado apenas na parte arquitetônica; cada casa continha uma ficha detalhada, com a situação presente e as diversas obras necessárias para o seu restauro. A utilização do casario civil e a criação de novos eventos sociais e culturais entravam sempre na forma de citação, sem o menor aprofundamento das propostas.

O DPSH/URB elaborou também propostas para casas específicas do pátio. Por exemplo, a casa n. 45 seria destinada ao Museu Popular Liêdo Maranhão, na proposta mais detalhada de todas, pois contou com o entusiasmo do escritor, que pretendia lá instalar seu vasto acervo

sobre a cultura popular consumida e produzida no Bairro de São José (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1987f).

Com uma equipe técnica formada exclusivamente por arquitetos e urbanistas ligados à preservação patrimonial, além de desenhistas, os projetos e propostas giravam sempre em torno da recuperação física do casario civil, detalhando-se casa a casa as ações de restauro necessárias. O restante das propostas aparecia sempre na forma de citação.

Terceiro, em marcante contraste com o segundo ponto, o Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro não avançou por falta de recursos financeiros, tanto da PCR quanto do IPHAN. Em alguns casos, o mesmo documento que alarga o projeto aponta para o atraso na liberação de recursos por parte do órgão federal de preservação, o que fazia com que as obras não avançassem – ver, por exemplo, Prefeitura da Cidade do Recife (1987e). Há um nítido descompasso entre a formulação do plano, que previa a solução de todos os problemas do pátio até 1989, e a implantação, que não consegue cumprir praticamente nada do planejado.

Dos recursos formalmente disponibilizados pelo IPHAN ao projeto, apenas 12% foram efetivamente liberados à PCR. Com recursos próprios, a prefeitura municipal chegou a executar parte da drenagem do logradouro, além de restaurar a casa n. 48; contudo, com o não repasse de recursos pelo órgão federal de preservação, o DPSH/URB viu-se sem contar também com os recursos da própria prefeitura municipal (GALVÃO, 1988; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1988c; MARTINS JÚNIOR, 1988).

O projeto, cujas novas versões iam alargando-o, transformando-o em um projeto de regeneração urbana, restringiu-se a apenas duas obras; no caso da drenagem, mal feita, pois o pátio voltaria a alagar em questão de poucos anos. Rúbia Campelo sintetiza os poucos resultados alcançados pela gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988) no Pátio de São Pedro:

Na verdade, a gente trabalhou essa questão do alagamento, que era a principal. A gente tentou fazer uma iluminação – não conseguiu –, e trabalhou alguns projetos pontuais, mas não se trabalhou o todo, não se tinha essa determinação [...]. Não se tinha dinheiro para fazer um [ênfase na voz] grande investimento, e o que se fez foi uma coisa que ficou enterrada, pois trabalhar a drenagem não é uma coisa que dê muita visibilidade. [...] A gente trabalhou a Casa do Carnaval, que era projeto meu, [...] o Liêdo Maranhão, e tinha uma terceira [casa], que eu não me lembro. Três projetos foram feitos,

e nenhum deles [foi] implantado. (Entrevista na Cidade do Recife, 12/01/2011)

9.1.3 O fomento ao turismo na gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988): o “não fazer” como política pública municipal.

Essa gestão restringiu a função de fomento ao turismo à Coordenadoria de Eventos, Turismo e Animação Cultural da FCCR, seguindo-se o que tinha sido proposto pela gestão anterior. O turismo aparece em alguns planos e projetos da PCR nesse período, como, por exemplo, o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife e o Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro; contudo, ele é apenas citado nos documentos, sem haver uma clara responsabilização pela função.

A folheteria turística recolhida durante o trabalho de campo não traz nenhuma publicação da PCR, no período 1986-1988. Todos os materiais, sem exceção, foram publicados pelo governo estadual. Eles não são numerosos: recolheram-se apenas três materiais de promoção turística publicados nesse período.

Neles, o composto sol, mar e praia já domina a promoção turística do Recife e do Estado de Pernambuco como um todo. A vinculação da sensualidade e da sexualidade da mulher recifense/pernambucana ao destino turístico é aberta; algo raro de se ver no Brasil, o Mapa Turístico do Recife e Olinda traz uma mulher de *top less* em uma praia não identificada (PERNAMBUCO, 198-?b). Mesmo a Cidade de Olinda, Patrimônio Mundial da Humanidade, não consegue escapar dessa vinculação; a mesma mulher domina uma vista do sítio histórico de Olinda – afinal de contas, “Olinda é de dar água na boca” (PERNAMBUCO, 198-?c). As fotos 059 e 060 mostram a supracitada vinculação:

Foto 059: Capa do material “Mapa Turístico do Recife e Olinda: com sugestões de compras e passeios” (PERNAMBUCO, 198-?b). Nos anos 1980 e 1990, houve uma forte vinculação entre a sensualidade e sexualidade da mulher recifense/ pernambucana e o destino turístico Recife/Pernambuco. O Pátio de São Pedro continuava a ser indicado como ponto de venda de artesanato, junto com a Casa da Cultura e o Mercado de São José. O material é patrocinado pelo Shopping Center Recife; esse equipamento domina aproximadamente 40% do material promocional – isso aconteceria outras vezes, nos anos 1980, 1990 e 2000, geralmente em virtude da falta de verba da PCR para imprimir a folheteria turística da cidade.

Foto 060: Cartão postal “Encontre-se em Pernambuco: Olinda é de dar água na boca” (PERNAMBUCO, 198-?c).

Cumprе destacar que essa gestão formulou o CURA Beira Mar, que visava recuperar a faixa de praia do Recife (Boa Viagem e Pina), tendo várias de suas propostas implantadas. Ao contrário dos projetos no núcleo antigo, houve aqui a participação dos hoteleiros, na consulta feita pela URB junto à população sobre esse projeto (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1987g). Ele foi justificado pela importância da orla marítima como área de lazer para os residentes locais (social), além de ela ser uma das principais atrações turísticas da cidade (econômica). Do custo total de Cz\$ 112.084.031,86, previa-se a participação da Caixa Econômica Federal (89,2% do total) e da própria PCR (10,8% do total)¹³⁹.

¹³⁹ O custo total do projeto corresponde a R\$ 35.396.320,39 a preços de julho de 2011, com a utilização do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

9.1.4 Suma conclusiva sobre a gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988).

Há uma coisa em comum entre o Programa de Recuperação do Centro da Cidade, o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife e o Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro: eles transformaram-se em processos de regeneração urbana “de papel,” face o baixo grau de implantação das propostas neles contidas.

Além disso, a própria formulação dos planos, programas e projetos era muito deficiente, não conseguindo informar efetivamente projetos, metas e linhas de ação à PCR sobre o núcleo antigo. O Programa de Recuperação do Centro da Cidade, mesmo contando com três documentos-chave, não passava de um arremedo de projetos, idéias e objetivos difusos e genéricos; emblemático disso é o fato de o primeiro documento publicado, intitulado “Programa Recuperação do Centro da Cidade,” ter sido apenas um catálogo de projetos.

Em dezembro de 1988, último mês da gestão, a PCR publicou um balanço do Programa de Recuperação do Centro da Cidade. Em síntese, o supracitado programa acabou constituindo-se na criação de um grupo executivo, que deveria coordenar as ações da PCR e, em alguns casos, as ações de outras esferas governamentais no centro expandido (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1988d). Na prestação de contas de tudo o que tinha sido feito de julho de 1986 a novembro de 1988, predominaram as ações de manutenção, de conservação e de controle urbano; quase não havia obras físicas importantes para se mostrar.

A maior parte das ações é apresentada de forma genérica. Em nenhum momento, é apresentado o custo, gasto ou investimento de qualquer atividade, muito menos de forma agregada. Não é possível saber ou estimar o comprometimento de recursos da PCR com o Programa de Recuperação do Centro da Cidade, que não parece ter sido alto.

Não foi apresentado um diagnóstico do centro expandido, nem feita qualquer espécie de comparação com a situação e as realizações da gestão anterior. A maior parte das atividades desenvolvidas pelo grupo executivo eram ações regulares e rotineiras de qualquer prefeitura municipal; não é possível, através da leitura do documento, saber qual era a diferença de isso estar sendo tratado por uma comissão executiva.

Contudo, há três pontos vitais nessa gestão, no que se refere à análise e avaliação dos projetos de regeneração urbana no Pátio de São Pedro e no núcleo antigo, de forma geral. Primeiro, essa gestão “pôs na mesa” os dois espaços urbanos que seriam alvo da maior parte dos projetos de regeneração urbana formulados e/ou implantados pelas gestões municipais seguintes, a saber: a) o Bairro do Recife (espaço urbano principal); e b) o Pátio de São Pedro (espaço urbano secundário). Claro que há diferenças significativas entre os dois. Trata-se de um bairro (Recife) e de um pequeno logradouro (pátio), o que gera uma enorme diferença de escala. Além disso, o envolvimento da PCR dava-se de forma distinta; enquanto o Bairro do Recife contava com um grupo técnico e o envolvimento de uma miríade de órgãos e entidades municipais, o pátio era objeto de um pequeno departamento da URB – o DPSH/URB.

A partir dos anos 1990, o Bairro do Recife começou a contar com fontes de financiamento nacionais e internacionais para a implantação de uma série de projetos e ações. O Pátio de São Pedro precisou quase sempre contar apenas com os recursos da própria PCR, quando muito de firmas privadas e fundações, o que representou uma escala muito menor de aplicação de recursos humanos e financeiros.

Segundo, a gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988) trouxe à tona uma pergunta que também seria feita pelas gestões municipais subseqüentes: “- Afinal de contas, o que dá para fazer com as casas da PCR no pátio?” Ao invés de se constituírem em uma fonte de recursos financeiros, ou representarem a capacidade de a prefeitura municipal adequar o pátio aos seus propósitos, as casas desapropriadas parecem ter sido sempre um “peso” à ação municipal. A incapacidade de administrar vinte e uma casas localizadas em um pequeno logradouro tornou-se o exemplo mais emblemático da incapacidade de a PCR gerir os diversos projetos de regeneração urbana no núcleo antigo – Bairro do Recife e Pátio de São Pedro.

Terceiro, o Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro mostrou os limites de um projeto de regeneração urbana capitaneado por um órgão público de preservação patrimonial, no caso o DPSH/URB.

A dependência de recursos financeiros do IPHAN, que, nos anos 1980, já estava perdendo o protagonismo nas políticas públicas patrimoniais, e sofria de uma carência crônica de recursos para investimento, efetivamente impediu que o projeto fosse implantado, salvo duas

intervenções pontuais – a drenagem do pátio e o restauro da casa n. 48. A falta de fontes alternativas de recursos para serviços de conservação patrimonial ou para projetos de regeneração urbana em núcleos antigos de grandes cidades, bem como o não envolvimento de outros órgãos e entidades da PCR, mostrou a incapacidade de o DPSH/URB liderar o Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro. Isso foi ainda mais visível para o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife. Não por acaso, o DPSH/URB passou de protagonista para órgão de apoio técnico nos projetos de regeneração urbana no núcleo antigo, nos anos 1990 e 2000.

Por fim, cabe destacar que a PCR produziu um pequeno panfleto sobre o Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro, distribuindo-o no logradouro já no final da gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988); a descrição dos “equipamentos urbanos” é ilustrativa da situação do pátio, em 1988, e o longo caminho que seria percorrido pelo projeto de regeneração urbana:

- No tocante aos equipamentos urbanos, a exemplo das lixeiras, placas de sinalização e identificação do sítio histórico, correntes de fechamento, tablado e palanque para as apresentações culturais, **tudo isto é inexistente ou deficiente** e a prefeitura da cidade juntamente com a SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA está se empenhando para dotar o Pátio de São Pedro destes equipamentos.

- Assim, **aos poucos**, o Pátio de São Pedro reconquistará seu importante papel na vida da cidade. (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1988d, grifos nossos)

9.2 Processo de regeneração de fachada: a intervenção pública no Pátio de São Pedro na gestão Joaquim Francisco/Gilberto Marques Paulo (1989-1992).

Em 1989, Joaquim Francisco, político do Partido da Frente Liberal, retornou à PCR. Ele permaneceu menos de dois anos à frente da prefeitura municipal, pois se candidatou ao governo estadual, em 1990. Eleito, passou o cargo a seu vice-prefeito, Gilberto Marques Paulo, que concluiu o mandato.

Nos anos 1990, a função de desenvolvimento turístico adquiriu um novo *status* nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal –, com destaque para os principais destinos turísticos da Região Nordeste. Na esfera federal, ele voltou a ser identificado como uma das atividades com maior potencial para o desenvolvimento econômico de algumas regiões, notadamente a Região Nordeste. Em 1994, por exemplo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou o Programa Nordeste Competitivo, que ofertava R\$ 1.000.000.000,00 em financiamentos para hortifrutigranjeiros, agricultura irrigada, têxteis e confecções, pedras ornamentais e turismo, com taxas diferenciadas.

Dentro do Programa Nordeste Competitivo, o governo federal, em conjunto com os estados da região, e contando com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), lançou o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), que foi responsável por investimentos de US\$ 625,966 milhões entre 1994 e 2005, inclusive (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2005)¹⁴⁰. Ou seja, o turismo saía do discurso, e efetivamente entrava na agenda pública federal de desenvolvimento econômico, mesmo que ainda de forma tímida, se comparado a outros setores-chave da economia brasileira.

Na esfera estadual, a ascensão do turismo na agenda pública consolidou-se na gestão Joaquim Francisco (1991-1994), que efetivamente alçou a atividade a uma das prioridades para o desenvolvimento econômico pernambucano. No material promocional destinado a eventuais investidores, o turismo aparecia sempre ao lado do Complexo Industrial e Portuário de Suape e da agricultura irrigada e agroindústria, como uma das três áreas fundamentais para a economia estadual, que prometiam excelentes oportunidades de investimento (PERNAMBUCO, 199-?a, 199-?b, 199-?c). Além disso, o governo estadual criou e apoiou grandes projetos de desenvolvimento turístico, como, por exemplo, o Plano de Revitalização do Bairro do Recife e o Projeto Costa Dourada.

Nos anos 1990, houve também a formação e/ou consolidação dos grandes balneários turísticos da Região Nordeste, a exemplo de Porto Seguro, Bahia, e Porto de Galinhas, Pernambuco; o crescimento vertiginoso dos cruzeiros marítimos e dos chamados *resorts* – complexos

¹⁴⁰ A Bahia e o Ceará responderam por 57% do total de investimentos do PRODETUR/NE; o Estado de Pernambuco foi apenas o quarto em volume de aplicações, tendo respondido por 6,7% do total. Inclusive, esse é um dos pontos que explicam o maior volume de obras no Pelourinho, em Salvador, em relação ao Bairro do Recife, nos anos 1990 (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2005).

hoteleiros integrados – foi também responsável por parte do crescimento do turismo na Região Nordeste, nos anos 1990 e 2000.

Nos anos 1990, ressurgiu com força a idéia de se aproveitar turisticamente os sítios históricos, conjugando a restauração de grandes monumentos e do casario civil com a abertura de empreendimentos turísticos, como, por exemplo, lojas de artesanato, bares, restaurantes, pousadas e galerias de arte. O sítio histórico de Olinda, o Pelourinho (Salvador, Bahia) e o Bairro do Recife foram as áreas que receberam a maior parte das verbas que pretendiam conjugar preservação patrimonial e desenvolvimento turístico na Região Nordeste, inclusive através do PRODETUR/NE.

Nesse período, iniciou-se também o processo de transição do Estado Nacional-Desenvolvimentista para o Estado regulador no Brasil, como visto conceitualmente no **Capítulo 2**, junto com os casos dos EUA e do Reino Unido. As mudanças na política comercial brasileira, que tiveram como principal resultado o processo de abertura comercial, e o programa de privatização, consolidado através do Programa Nacional de Desestatização do BNDES, na gestão Collor de Mello (1990-1992), são emblemáticos da tentativa de se desmontar as bases do nacional-desenvolvimentismo brasileiro (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2002).

Dentro desse contexto mais amplo de privatização de firmas estatais, de controle fiscal, de abertura comercial e de desregulação de vários setores da economia, um ponto destaca-se na esfera municipal, considerando-se os propósitos dessa tese. A iniciativa privada transformou-se de ameaça e obstáculo ao crescimento e desenvolvimento ordenado, equilibrado e socialmente justo da cidade, presente nos planos urbanísticos de larga escala dos anos 1970, para um parceiro vital ao poder público, inclusive nos projetos de regeneração urbana do núcleo antigo. No caso do Recife, o Pátio de São Pedro já refletia essa mudança de percepção, logo no início dos anos 1990.

Por fim, cabe fazer mais três observações sobre o contexto político-econômico dos anos 1990. Primeiro, a área de preservação patrimonial enfrentava uma carência crônica de verbas, bem representada pela perda de capacidade de investimento do IPHAN, ao longo desse período (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2005). Os investimentos em serviços de restauro e preservação patrimonial precisaram ser cada vez mais

justificados através de outras funções, como, por exemplo, fomento ao turismo, caso do PRODETUR/NE, e desenvolvimento econômico, caso do Programa MONUMENTA. Isso fez com que houvesse uma crescente pressão para que os bens patrimoniais edificados fossem utilizados como instrumentos de desenvolvimento econômico, pelo menos na justificativa de investimento. Ou, como colocam muitos comentadores, houvesse uma crescente instrumentalização da cultura, uma das marcas da ascensão do pós-modernismo como novo paradigma cultural.

Segundo, apesar de o país ter voltado a experimentar taxas razoáveis de crescimento econômico, no período 1993-1997 (acumulado de 22,8%), houve uma redução na capacidade de investimento do Estado brasileiro, inclusive na esfera municipal, ao longo dos anos 1990. Isso decorria, principalmente, dos esforços feitos para o ajuste fiscal do Estado. Particularmente, a gestão Joaquim Francisco/Gilberto Marques Paulo (1989-1992) enfrentou uma combinação de crise fiscal, baixo crescimento econômico e altas taxas de inflação, aliada à instabilidade político-econômica da gestão Collor de Mello (1990-1992).

Terceiro, o sítio histórico de Olinda tinha se consolidado, ao longo dos anos 1980, como sede de residências de artistas e intelectuais e de galerias de arte, restaurantes sofisticados, lojas de artesanato e outros estabelecimentos voltados ao lazer, turismo e entretenimento, passando a ser o principal destino dos passeios das agências de turismo receptivo. Ou seja, o sítio histórico de Olinda tinha passado pelo mesmo processo que Durand (1989) descreve para Paraty, nos anos 1950. Isso colocava um sério “concorrente” ao Pátio de São Pedro, no que tange a visita de residentes locais e turistas, e fez esse espaço urbano ser quase que definitivamente excluído dos supracitados passeios.

Com a implantação parcial do Plano de Revitalização do Bairro do Recife, a partir da gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996), o pátio via-se com concorrentes mais bem preparados e situados para receber os turistas e residentes locais, a saber: a) a Casa da Cultura; b) o Bairro do Recife, principalmente a Rua do Bom Jesus e adjacências; e c) o sítio histórico de Olinda.

9.2.1 Composição, agenda pública e lógica de atuação da gestão Joaquim Francisco/Gilberto Marques Paulo (1989-1992).

Essa gestão não apresentava o mesmo discurso e preocupação com o núcleo antigo da gestão anterior. Saíram de pauta os projetos de cunho social, a preocupação com processos participativos e o ordenamento do comércio informal, que cederam espaço para uma interpretação muito peculiar dos problemas do núcleo antigo do Recife.

Nessa interpretação, o ambulante e o camelô transformaram-se em “invasores” do núcleo antigo, tendo sido considerados quase que os únicos responsáveis por sua deterioração e perda de atividades econômicas para outras partes da cidade. A análise de quarenta e três atas das reuniões promovidas pela Assessoria Especial do Gabinete do Prefeito, entre 18/04/1991 e 13/01/1992, inclusive, mostra que, na prática, o combate ao comércio informal de rua dominava a pauta, mesmo que outras questões também fossem tratadas (MOURA et al., 1992).

A pesquisa documental e alguns comentadores apontam que essa gestão tinha como um de seus objetivos atrair a classe média e média alta de volta ao núcleo antigo; Vieira (2008) aponta que ela tinha um compromisso evidente com os setores empresariais da sociedade. É nítida a influência da Câmara de Dirigentes Lojistas do Recife (CDL Recife), principalmente no combate ao comércio informal de rua.

De forma similar ao que ocorreu nas esferas federal e estadual, o turismo também ascendeu formalmente na agenda pública municipal. Em 1989, foi criado o Departamento de Turismo, dentro da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo da PCR; inclusive, foi nessa gestão que a PCR voltou a produzir regularmente materiais promocionais da cidade, após ter deixado a EMPETUR como a única responsável por isso, ao longo dos anos 1980.

Entretanto, não é possível perceber a atuação do Departamento de Turismo em alguns projetos que tinham, entre seus objetivos, o fomento ao turismo, casos do Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro e do Plano de Reabilitação do Bairro do Recife. Pelo que se pode notar do trabalho da Secretaria de Turismo, mesmo na gestão João Paulo (2001-2008), estima-se que esse departamento cuidava, única e exclusivamente, da promoção turística da cidade.

Mais dois pontos merecem ser destacados nessa gestão. Primeiro, Joaquim Francisco assumiu o cargo de prefeito municipal já pensando nas eleições para o governo estadual, em 1990. Dispondo de menos de dois anos à frente da PCR, houve a preocupação de marcar a sua gestão com obras e realizações expressivas, mas contando com pouco tempo e recursos financeiros para isso. No núcleo antigo, o Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro era o que mais se encaixava nesse propósito, pois a maior parte dos projetos arquitetônicos e de infra-estrutura já estava pronta; podia-se, mesmo que superficialmente, ligar a conservação patrimonial ao fomento ao lazer, turismo e entretenimento, o que foi feito no segundo semestre de 1990, época das eleições.

Quando Joaquim Francisco tomou posse no governo estadual, em 1991, o Plano de Revitalização do Bairro do Recife assumiu o *status* de prioridade na agenda pública estadual de desenvolvimento econômico; o pátio não possuía a escala e os interesses por trás do processo de regeneração urbana do Bairro do Recife, tendo sido ignorado. Contudo, ainda como prefeito municipal, era o pátio que parecia o lugar mais adequado para um projeto que marcasse a gestão, e foi lá que se implantou o único processo de regeneração urbana do período 1989-1992, pelo menos no que diz respeito às obras físicas e à animação turístico-cultural. Ou seja, se, no período 1989-1990, todas as atenções voltaram-se ao pátio, a partir de 1991, ele assume o papel de linha auxiliar do Processo de Revitalização do Bairro do Recife, e apenas na esfera municipal.

Segundo, através da Lei N. 15.547/91, essa gestão formalizou o Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife (PDCR/PCR) (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1991a). Nele, mantém-se a preocupação formal da PCR em preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural da Cidade do Recife, como já acontecia desde a Lei de Uso e Ocupação do Solo, em 1983 (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983b).

O Art. 4º traz, talvez pela primeira vez, “VII – a revitalização de áreas não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas com a instalação de usos indutores de desenvolvimento; [...]” (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1991a) como uma das atividades de interesse urbano para a função social da cidade e para o bem-estar coletivo. Há a criação de três programas de urbanização para o município, a saber: a) o Programa de Reestruturação e Renovação Urbana; b) o Programa de Estruturação Urbana; e c) o Programa de Dinamização Urbana. O primeiro consistia em:

Art. 46. O Programa de Reestruturação e Renovação Urbana será implantado em áreas sujeitas à redefinição das condições de uso e ocupação do solo, exigindo operações urbanísticas que promovam: I – a revitalização do espaço urbano; II – a criação de áreas de equipamentos de uso público; III – a restauração de edificações e sítios de valor histórico; IV – o incentivo do uso habitacional; V – o ordenamento do sistema local de transportes; e VI – os espaços para estacionamento de veículos; VII – o desenvolvimento do potencial turístico. (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1991a)

Dentro desse programa, previam-se quatro projetos, dentre eles o Projeto de Revitalização do Centro Histórico e Zonas de Preservação de Sítios e Monumentos Históricos e o Projeto de Renovação do Centro Expandido (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1991a). Dessa forma, o PDCR/PCR formalizou os processos de regeneração urbana como política pública de Estado, indicando, entre as áreas prioritárias para esses processos, o núcleo antigo do Recife e seu centro expandido.

Por fim, cumpre destacar que o PDCR/PCR reconhecia a cidade como uma metrópole terciária (pós-)moderna, formalizando como política municipal de desenvolvimento econômico o incentivo às atividades ligadas às três vocações básicas do Recife – comercial, cultural e turística – já identificadas pela gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983) (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1979a; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1980a).

9.2.2 Os programas de regeneração urbana da gestão Joaquim Francisco/Gilberto Marques Paulo (1989-1992): do catálogo de projetos ao combate ao comércio informal “invasor.”

Em 1989, a PCR publicou o Programa Recuperação do Centro, que, a exemplo de o que tinha acontecido na gestão anterior, consistia em um catálogo de projetos (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1989a). O documento aproveita partes inteiras do Programa Recuperação do Centro da Cidade da gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988) (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986a), sendo, da mesma forma, apenas uma seleção do catálogo de projetos da URB para o Recife, mais especificamente dos projetos ligados à recuperação do centro (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1989a).

Contudo, esse catálogo de projetos não foi seguido por outros documentos-chave relacionados à regeneração urbana do núcleo antigo, como tinha acontecido em 1986.

Reproduzem-se aqui as críticas feitas ao Programa Recuperação do Centro da Cidade, dessa vez para o Programa Recuperação do Centro da gestão Joaquim Francisco/Gilberto Marques Paulo (1989-1992): não é um documento estruturado, que apresenta metas e linhas de ação bem definidas para o centro expandido. Não há uma estratégia coerente por trás dele, ou mesmo uma priorização dos investimentos.

Formalmente, o Bairro do Recife “dominava” o Programa Recuperação do Centro, através de projetos que mantinham o seu cunho social, como, por exemplo, a implantação de habitações coletivas, de um restaurante popular e de uma creche em imóveis restaurados (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1989a; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1990a). Contudo, esses projetos não se materializaram, pois já tinha saído da agenda pública municipal essa preocupação com o social no Plano de Reabilitação do Bairro do Recife. Foi criado o Escritório Técnico de Reabilitação do Bairro do Recife, que realizava levantamentos sobre a área e alguns projetos específicos, como, por exemplo, o Núcleo de Vida Cooperativa no Edifício Chantecler (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1990b)¹⁴¹. Contudo, a sua atuação nessa gestão foi muito pouco além do meramente propositivo.

A quase totalidade dos projetos inseridos dentro do Programa Recuperação do Centro não saiu do papel, em virtude da falta generalizada de recursos da PCR para o núcleo antigo, além do foco dessa gestão no combate ao comércio informal de rua. Um dos projetos previa a implantação de um sistema de gerenciamento direto dos sítios históricos, inspirado ainda nas recomendações do PPSH/RMR – as áreas-piloto seriam os bairros da Boa Vista e de Santo Antonio e São José (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1989a). Isso também nunca saiu do papel.

Em 1991, já com Gilberto Marques Paulo à frente da PCR, foi publicado um documento intitulado Revitalização do Centro do Recife, cuja coordenadoria estava ligada diretamente ao gabinete do prefeito municipal (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1991b). É nesse

¹⁴¹ “A partir do momento em que se deu início a confecção do Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, a preocupação com a integração social dos seus habitantes através de vários projetos/programas, tornou-se a diretriz das ações a serem desenvolvidas, priorizando, sempre, a comunidade do bairro (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1990b).”

documento que se deixa explícita a crença de que a revitalização do centro é praticamente igual ao combate ao comércio informal de rua, como se ele fosse responsável por todos os males do núcleo antigo. Inclusive, o Bairro do Recife deixava de ser objeto do processo de revitalização; supõe-se que pelo fato de praticamente não existir camelôs e ambulantes por lá, no início dos anos 1990. Em suma, dar-se-ia a regeneração urbana do núcleo antigo pura e simplesmente através de ações contra o comércio informal de rua.

A passagem transcrita a seguir é emblemática do teor desse documento; o camelô era um “invasor” e um “problema” – em suma, era o inimigo número 1 do núcleo antigo: “Um dos problemas mais graves do Centro é a questão do camelô. E a PCR não poderia, através do seu Programa de Revitalização do Centro, implantar nenhuma das ações propostas no projeto sem antes tentar (sic) “limpar” a cidade em relação a essa problemática (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1991b, p. 2).”

9.2.3 O Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro: o prenúncio do “fachadismo” e da parceria público-privada nos processos de regeneração urbana da Cidade do Recife.

Em 1989, o Pátio de São Pedro enfrentava um quadro generalizado de deterioração física, tanto de sua infra-estrutura urbana quanto de seu casario civil, inclusive o de uso por parte da FCCR. O calçamento e a pavimentação estavam deteriorados, com trechos totalmente danificados (ausência de paralelepípedos, buracos etc.). A iluminação quanto a sonorização do pátio eram consideradas inadequadas e deficientes. As redes elétricas e hidráulicas encontravam-se em estado precário de funcionamento, inclusive com risco de acidentes graves, no primeiro caso. O logradouro não contava com placas de sinalização, obstáculos para se impedir a entrada e estacionamento de veículos ou lixeiras (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1989b; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1990c).

De forma geral, o casario civil encontrava-se em péssimo estado de conservação; inclusive, cinco imóveis da PCR estavam desocupados, por se encontrarem em estado de pré-ruína, ou serem insalubres à ocupação humana (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1989b). A casa n. 10, que sediava o escritório de eventos da FCCR, apresentava também insalubridade à ocupação humana, mas continuava sendo utilizada normalmente.

O Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro estava inserido formalmente no Programa Recuperação do Centro; ele era uma ação do Projeto Reabilitação do Conjunto Histórico de Santo Antonio/São José (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1989a), que se constituiu apenas em mais um nome fantasia, não avançando nem ao menos como projeto. Em fevereiro de 1989, além de recuperar o projeto elaborado pela gestão anterior, já se previa a abertura de três equipamentos culturais no logradouro. Instituído como uma prioridade da gestão Joaquim Francisco/Gilberto Marques Paulo (1989-1992), a coordenação do projeto foi transferida do DPSH/URB para a FCCR, mais especificamente para seu Diretor Executivo, Roberto Pereira, homem de confiança do prefeito municipal.

Esboçou-se a criação da Comissão de Revitalização do Pátio de São Pedro, mas não há notícias de que ela tenha sido efetivamente constituída (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1989c). Ao contrário de o que aconteceu na criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, não houve uma divisão clara de funções no supracitado projeto, inclusive na questão da gestão/administração do logradouro.

Essa gestão recuperou a última e mais ambiciosa versão do Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro da gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988), aprofundando-se e detalhando alguns de seus principais pontos. O novo projeto consistia basicamente em cinco linhas de ação, que previam a transformação completa do lugar, a saber:

- a) a restauração integral de todos os imóveis individuais de propriedade da PCR no pátio, com exceção da casa n. 48, já restaurada;
- b) a reabilitação da infra-estrutura e do mobiliário urbano do Pátio de São Pedro: calçadas e pavimentação, placas de sinalização, lixeiras, obstáculos (veículos), tablado e palanque, iluminação e fiação elétrica¹⁴²;

¹⁴² A maior parte das ações previstas (restauração do casario civil e obras de infra-estrutura e mobiliário urbano) já estava com os projetos executivos prontos. Em março de 1989, estimou-se que o custo total do projeto – infra-estrutura e mobiliário urbano mais o restauro individual de cada imóvel de propriedade da PCR – era de aproximadamente NCz\$ 2.462.892,80 (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1989c). O custo total do projeto corresponde a R\$ 15.325.860,66 a preços de julho de 2011, com a utilização do IGP-DI da Fundação Getulio Vargas. O número é desproporcionadamente alto. Foi feita a correção monetária para alguns itens individuais do projeto, que confirma a majoração desse número.

- c) a readequação dos usos dados aos imóveis, inclusive com a possibilidade de troca de inquilinos entre as casas e mesmo o despejo de inquilinos indesejáveis. Pretendia-se, com isso, evitar que empreendimentos instalados dentro do pátio representassem riscos ao PHAN, como já tinha acontecido, nos anos 1970 e 1980;
- d) a melhoria na provisão de serviços públicos: varrição, coleta de lixo, controle urbano e policiamento;
- e) a implantação de três equipamentos culturais: Galeria de Carnaval, Museu Popular (Liêdo Maranhão) e Livraria da FCCR (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1989b; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1989d).

O Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro previa a captação de recursos externos para todas as obras de restauro e de infra-estrutura e mobiliário urbano. Entretanto, não se chegou mais a considerar a participação do IPHAN; o saldo do convênio, firmado em 1986, também não foi mais reclamado pela PCR, que simplesmente desistiu de ir atrás dos recursos não liberados. Houve uma tentativa de se conseguir recursos da Fundação Banco do Brasil (FBB), não concretizada. Discutiu-se a venda do projeto a firmas privadas, através da Lei Sarney (incentivo à cultura), que não saiu da proposta. A Fundação Roberto Marinho interessou-se pelo projeto, mas dele também não participou, pelo menos nessa gestão (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1989c; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1989e; JORNAL DO COMÉRCIO, 1989).

Esse projeto foi implantado através de duas linhas de ação. Primeiro, a PCR restaurou integralmente três casas com recursos próprios, instalando nelas o Museu de Arte Popular do Recife (casa n. 11), a Galeria Lula Cardoso Ayres (casa n. 45) e a Casa do Carnaval (casa n. 52)¹⁴³. De acordo com a documentação recolhida, era idéia da PCR restaurar integralmente de três a seis casas por vez, deixando todo o casario civil restaurado ainda nessa gestão. O restauro das três primeiras casas foi concluído em abril de 1990, tendo sido os equipamentos culturais instalados logo em seguida (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1989; DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1990a; DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1990b; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1990d).

¹⁴³ O Museu de Cultura Popular (Liêdo Maranhão) foi substituído pelo Museu de Arte Popular do Recife, apesar dos técnicos do DPSH/URB e da FCCR terem insistido na implantação do primeiro no pátio (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1989d). Como o próprio Liêdo Maranhão apontou em entrevista, a sua não ida ao pátio deveu-se à identificação que tinha com a figura do ex-prefeito Jarbas Vasconcelos.

Segundo, a PCR conseguiu celebrar uma parceria com a Glasurit do Brasil, através de sua marca Tintas Suvinil. Pelo acordo, a firma ficava responsável por 90% dos custos do Projeto Suvinil Cor, Arquitetura & Memória, que pretendia pintar todas as fachadas do casario civil do pátio e da Igreja de São Pedro dos Clérigos. A PCR seria responsável apenas pela provisão da mão-de-obra. O projeto acabou extrapolando o seu objetivo inicial, havendo também uma completa restauração das fachadas (rebocos, gradis, cantarias, adornos e calhas), embutimento da fiação elétrica, implantação de sinalização turística e iluminação do pátio e da Igreja de São Pedro dos Clérigos (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1990d).

Roberto Pereira, Diretor Executivo da FCCR, assinou um editorial no Diário de Pernambuco, anunciando a grande transformação pela qual tinha passado o pátio. Era como se a recuperação das fachadas do logradouro transformasse-o automaticamente em uma das principais atrações turísticas da Região Nordeste:

Avulta, dentre tantas iniciativas culturais a que o Recife assiste, o convênio assinado entre a Prefeitura da Cidade do Recife e a Glassurit, empresa do Grupo Basf, para através do Projeto Suvinil Cor, Arquitetura & Memória, recuperar plenamente as fachadas de todas as casas e sobrados do Pátio de São Pedro, considerado o maior centro folclorista do Estado. [...] Uma vez **recuperada a sua fisionomia**, hoje bastante desgastada e desbotada, ele [Pátio de São Pedro] será – e duvidar quem há de? – **o maior e mais belo recanto turístico do Nordeste brasileiro**. [...] A Prefeitura da Cidade do Recife, movendo-se com seus próprios pés, já havia restaurado 03 casas daquele conjunto do século XVIII, reabrindo, em cada uma delas, respectivamente, a Galeria Lula Cardoso Ayres, o Museu de Arte Popular e a Casa do Carnaval, todas com propósitos culturais diferenciados e com **motivações turísticas bem definidas**. (PEREIRA, 1990, grifo nosso)

Assim como em 1970, o pátio foi “inaugurado” como um novo espaço público do Recife. Ou, melhor dizendo, foi “reinaugurado,” pois ainda havia a lembrança da inauguração do Centro Permanente de Turismo do Recife, em 1970 (JORNAL DO COMÉRCIO, 1990a). Sandra Revoredo, coordenadora de eventos da FCCR, afirmava que “Dentro de toda a campanha de revitalização que a Prefeitura, através da Fundação, vem implementando no Pátio de São Pedro, essas obras representam **o início de tudo**. E é do interesse de todos que a restauração (sic) invada o casario (JORNAL DO COMÉRCIO, 1990b, p. 3, grifo nosso).”

A “reinauguração” do Pátio de São Pedro, em 14/12/1990, lembrou a inauguração do Centro Permanente de Turismo do Recife, com *shows* de grandes músicos nacionais – Gonzaguinha e Dominguinhos, por exemplo – e ampla cobertura da imprensa local (JORNAL DO COMÉRCIO, 1990a).

Contudo, o que era para ter sido “o início de tudo” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1990b, p. 3) tornou-se o “fim de tudo”; não há registros de outras intervenções da PCR nessa gestão, provavelmente em virtude da combinação de falta de recursos públicos para o núcleo antigo com a concentração da agenda pública municipal no combate ao comércio informal de rua nessa parte da cidade.

Em 1992, já no “apagar das luzes” da gestão, a FCCR tentou restaurar a casa n. 49, para a instalação de “uma casa de Show e Restaurante de bom nível, como existem alguns no Pelourinho, Salvador” (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1992a). O projeto convergia com a postura da PCR em relação ao núcleo antigo, que pretendia trazer de volta os consumidores de classe média e média alta à área; inclusive, isso explica, em parte, o combate ao comércio informal de rua. A justificativa para a instalação dessa casa de shows e restaurante era “dotar o Sítio Histórico [Pátio de São Pedro] que o mesmo conforma, de um toque de requinte, trazendo público diferenciado do atual que frequenta aquele logradouro (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1992b).” A não aprovação desse projeto pelo IPHAN trouxe o fim ao Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro; ironicamente, isso se deu de forma similar ao que tinha acontecido na gestão Joaquim Francisco (1983-1985).

O Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro conseguiu mudar a aparência do pátio em pouco tempo; tudo ficou **parecendo** novo, consertado e bem pintado. O pátio foi alvo de notícias favoráveis na imprensa local, e a nova programação cultural da FCCR conseguiu atrair novamente muitos recifenses para a área.

Contudo, assim como a “recuperação” desse espaço urbano foi muito rápida – menos de dois anos –, um novo processo de decadência e deterioração física não tardou a acontecer. A responsabilização pela gestão e administração do espaço urbano não ficou clara; há muitas notícias e relatos que apontavam para a volta da falta de controle urbano e de serviços públicos de segurança e limpeza, poucos meses depois da “reinauguração” do pátio – ver, por exemplo, Souza (1990) e Silveira (1990). Com raras exceções, a exemplo da fiação elétrica,

os problemas de infra-estrutura e de mobiliário urbano não foram sanados. Não houve também a readequação dos usos dados aos imóveis, apesar de ter havido algumas discussões sobre isso na PCR.

Com exceção das casas n. 11, 45 e 52, o restauro do casario civil e da Igreja de São Pedro dos Clérigos contemplou apenas as fachadas. Grande parte do casario civil encontrava-se em péssimo estado de conservação, inclusive com alguns exemplares já em pré-ruína. Paulo Correa, contratado pela Glasurit do Brasil para supervisionar as obras do Projeto Suvinil Cor, Arquitetura & Memória, admitiu que “Algumas delas [casas] apresentam grandes perigos [de vida aos usuários] e existem mesmo aquelas em que as vigas do teto estão sendo seguras por barbantes” (JORNAL DO COMMÉRCIO, 1990b, p. 3). Um antigo freqüentador do pátio, cliente habitual do Restaurante Aroeira, diz:

Era engraçado freqüentar o [Restaurante] Aroeira nessa época; a fachada estava lindíssima, toda recuperada, mas uma das paredes laterais do restaurante estava escorada por cinco estacas. Quando chovia no pátio, pingava dentro. E havia outra casa que a parte de trás havia cedido, o dono não tinha lugar nem para guardar os mantimentos do restaurante, mas a fachada estava na mesma situação: parecia nova, toda pintada. (Entrevista na Cidade do Recife, 22/01/2008)

9.2.4 Suma conclusiva sobre a gestão Joaquim Francisco/Gilberto Marques Paulo (1989-1992).

O Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro renunciou muitas características e linhas de ação presentes em outros processos de regeneração urbana, formulados e implantados no Brasil, como, por exemplo, o Bairro do Recife e o Pelourinho, nos anos 1990. Entre o planejamento feito pela PCR e os resultados efetivamente atingidos, trata-se de um processo de regeneração urbana caricato, noção essa reforçada pela passagem transcrita de Pereira (1990). Oferece-se, agora, a suma de alguns pontos importantes desse projeto, que seriam, poucos anos mais tarde, encontrados em outros sítios históricos da Região Nordeste.

Primeiro, o Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro inaugurou um novo tipo de parceria público-privada, no tocante à regeneração urbana do núcleo antigo, que seria

intensificado no Plano de Revitalização do Bairro do Recife, na gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996). A perda gradativa de capacidade de investimento próprio da PCR e o “sucateamento” do IPHAN, nos anos 1990, não permitiam mais uma intervenção do porte do Centro Permanente de Turismo do Recife, onde a desapropriação e o restauro das casas tinham sido feitos com recursos do orçamento federal e municipal. O fracasso do projeto na gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988) já indicava os limites desse caminho.

O projeto representou o início da dependência crescente da PCR de firmas privadas e agências multilaterais de cooperação, mesmo para a implantação de ações tímidas no núcleo antigo. E, muitas vezes, tendo que seguir a agenda/cartilha do parceiro. No caso do pátio, a restauração das fachadas ligou-se à atividade da firma parceira: produção e comercialização de tintas e vernizes. A restauração das fachadas foi conseguida em troca da cessão de uso da imagem do Pátio de São Pedro à Glasurit do Brasil, por tempo indeterminado¹⁴⁴.

Segundo, a intervenção pública no pátio já refletia o que seria “consagrado” nos processos de regeneração urbana do Bairro do Recife e do Pelourinho: a criação de um ambiente propício aos turistas e aos residentes locais, que não moravam nem trabalhavam perto do espaço urbano alvo da intervenção. Em suma, tratava-se de um público-alvo que morava e trabalhava longe do espaço urbano, em detrimento dos usuários e moradores que se encontravam lá¹⁴⁵. No caso do pátio, refletiu-se também a tentativa de a gestão Joaquim Francisco/Gilberto Marques Paulo (1989-1992) trazer de volta o público de classe média e média alta para o núcleo antigo – como consumidores do comércio formal de rua; a tentativa de se elitizar o Pátio de São Pedro foi clara e mal sucedida.

Terceiro, a gestão já retratava uma profunda contradição dentro da PCR. Por um lado, o turismo ascendeu na agenda pública municipal, ao longo dos anos 1990, e através de movimentos com sinais trocados, na gestão João Paulo (2001-2008). Os projetos de regeneração do Pátio de São Pedro e do Bairro de Recife privilegiaram o turismo em suas justificativas e ações; foram propostos diversos projetos voltados ao desenvolvimento da atividade, como será visto nos próximos itens. Entretanto, essa ascensão na agenda pública

¹⁴⁴ Cabe reconhecer que a Glasurit do Brasil foi além de suas obrigações de pintura, ao restaurar as fachadas do Pátio de São Pedro. Caso raro em parcerias público-privadas, fica aqui o reconhecimento à supracitada firma privada.

¹⁴⁵ No caso do pátio, praticamente não havia moradores, ao contrário de o que acontecia no Bairro do Recife e no Pelourinho.

não foi acompanhada pela montagem de uma estrutura de turismo dentro da PCR apta a pensar, desenvolver e participar desses projetos.

Basicamente, o Departamento de Turismo cuidava da promoção turística da cidade (folheteria turística, publicidade e propaganda, eventos etc.), situação que não foi muito alterada com o passar das gestões municipais, mesmo com a criação da Secretaria de Turismo, na gestão João Paulo (2001-2008). Ou seja, a ascensão do turismo na agenda pública municipal não foi acompanhada pela participação de profissionais especializados na questão do desenvolvimento do turismo; em alguns casos, como será visto adiante, o lugar menos propício para se obter informações sobre o turismo no Recife era a Secretaria de Turismo – não cabe qualquer tipo de ironia na observação. Tanto no Pátio de São Pedro quanto no Bairro do Recife, coube a arquitetos e urbanistas e funcionários da FCCR trabalhar a questão do turismo no espaço urbano alvo da intervenção pública.

Quarto, os resultados práticos desse projeto renunciaram o “fachadismo” de muitos processos de regeneração urbana, inclusive no Bairro do Recife. Apesar de o projeto prever a restauração integral de todos os imóveis da PCR, tendo sido restauradas três casas dessa forma, a sua grande marca acabou sendo o restauro apenas das fachadas do casario civil e da Igreja de São Pedro dos Clérigos. Junto com a nova iluminação do pátio, percebe-se claramente o privilégio dado pelo projeto aos “efeitos cênicos” da intervenção.

Quinto, nota-se uma involução na administração do pátio, quando se compara a atuação dessa gestão com a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife. Não estava clara a divisão de funções e responsabilizações sobre o pátio na estrutura da PCR. Não é de se estranhar que, poucos meses após a sua “reinauguração,” o Pátio de São Pedro já sofresse com problemas de falta de controle urbano, limpeza e segurança.

Em 1989, a PCR celebrou novos contratos de locação com todos os locatários do pátio; muitos estavam sem contrato firmado, desde o início dos anos 1980, tendo, dessa forma, contratos por tempo indeterminado. Os contratos foram firmados com vencimento em 1990, mas não foram renovados, fazendo com que, mais uma vez, todos os locatários passassem a ter contratos por tempo indeterminado (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1995a). Além disso, alguns locatários “optaram” por não mais pagar o aluguel devido à PCR, não sofrendo nenhum tipo de punição decorrente disso.

Por último, essa gestão marcou o fim da prioridade dada ao Pátio de São Pedro nos processos de regeneração urbana no núcleo antigo. A gestão Joaquim Francisco (1991-1994) (governo estadual) e a gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996) “migraram” suas prioridades de regeneração urbana para o Bairro do Recife, deixando o pátio em uma posição secundária na agenda pública. Um logradouro no Bairro de São José, cercado de miséria, de conjuntos arquitetônicos mutilados e descaracterizados e de um comércio de rua formal e informal popular, não conseguiria “competir” com um bairro relativamente pouco ocupado, apto a intervenções de maior escala e à especulação imobiliária. É o que mostrará o próximo item.

9.3 O Império do Lazer, Turismo e Entretenimento: projetos e ações no Bairro do Recife (Recife Antigo) e no Pátio de São Pedro na gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996).

Em 1993, Jarbas Vasconcelos retornou à PCR, após haver perdido as eleições para o governo estadual, em 1990. Contudo, a sua segunda passagem pela prefeitura municipal não foi marcada pela continuidade da postura e das políticas públicas municipais do período 1986-1988; mesmo dirigentes e funcionários públicos que participaram tanto da gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988) quanto da gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996) afirmam que houve diferenças significativas entre elas, mesmo o prefeito municipal e parte da equipe de governo tendo sido os mesmos.

A gestão notabilizou-se pela tentativa de transformar o Recife no principal destino turístico da Região Nordeste. O secretário municipal de desenvolvimento econômico e turismo, Carlos Eduardo Cadoca, vulgo “Festoca,” foi um ator-chave à gestão municipal. No período 1993-1996, foram criados vários eventos e festas turísticas, a exemplo de o que já tinha sido feito, nos anos 1970. Os principais eventos e festas criados foram o Recifolia, Carnaval fora de época nos moldes soteropolitanos, o Verão Vivo, que contava com transmissão televisiva nacional, e o Recife Alto Astral (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1994a).

Além disso, os grandes ciclos anuais – Carnaval, Páscoa, São João e Natal – foram trabalhados turisticamente pela PCR, que também montou um calendário de eventos para a cidade, privilegiando os períodos de baixa estação. Nas listagens anuais das realizações

municipais, a PCR sempre apresentava o apoio a dezenas de eventos e festas. Foi também nessa gestão que a prefeitura municipal intensificou a sua participação em feiras, congressos e *workshops*, voltados à promoção turística do Recife, sempre privilegiando os intermediários turísticos (operadoras de turismo e agências de viagem) em detrimento do consumidor final (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1994a; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1995b). A Cidade do Recife voltou a ter um *slogan* (Recife Alto Astral) e uma marca turística, na forma de um coco-da-baía.

Além da criação e promoção de festas e eventos, a PCR também incentivou a formação de pólos de turismo, que, quando formalizados, receberiam o *status* de Zona Especial Turística (ZET). Tratava-se de um conceito já utilizado na cidade, haja vista a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife e as propostas de formação de centros de turismo no Morro da Conceição e no Poço da Panela, entre outros locais, nos anos 1970. É curioso notar que a ascensão do turismo na agenda pública municipal, nos anos 1990, resultou em políticas públicas semelhantes às implantadas e/ou propostas nos anos 1970, mesmo que isso não tenha sido formalmente reconhecido, ou mesmo que não haja evidências de que as experiências passadas fossem do conhecimento dos então atuais gestores públicos.

A gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996) instituiu três pólos de turismo, a saber: a) o Bairro do Recife (Rua do Bom Jesus e adjacências); b) o Pátio de São Pedro; e c) o Pólo Pina. Contudo, cabe destacar que a aplicação do termo “pólo de turismo” não seguiu critérios bem definidos, nem resultou em propostas ou ações estruturadoras para todas as áreas¹⁴⁶. No caso do Pólo Pina, por exemplo, houve apenas a colocação de um totem e de um portal nas entradas da Rua Herculano Bandeira, bem como a reforma das calçadas e do mobiliário urbano do logradouro.

¹⁴⁶ Comum à idéia de pólo de turismo é a criação de uma área segregada do restante da cidade, voltada para o lazer, turismo e entretenimento de turistas, visitantes e residentes locais de classe média e alta. A idéia de criação de pólos de turismo também dominou a agenda pública estadual de desenvolvimento econômico, tanto da gestão Joaquim Francisco (1991-1994) quanto da gestão Miguel Arraes (1995-1998), com destaque para a tentativa malograda de criação do Centro Turístico de Guadalupe, no litoral sul pernambucano. Para a criação do “Caribe brasileiro,” pretendia-se, entre outros pontos, remover toda a população local da área, com a implantação de *resorts*, hotéis, marinas e condomínios de alto luxo. Para mais informações sobre o Centro Turístico de Guadalupe, que consumiu mais de US\$ 10,000,000.00 de recursos públicos para apresentar resultados pífios, ver Pernambuco (199-?d, 199-?e) e Köhler (2005).

Outro ponto importante dessa gestão foi a tentativa de ordenar e retirar o comércio informal de rua dos principais logradouros comerciais e das praças e pátios de igreja do núcleo antigo, confinando-o a espaços e equipamentos destinados única e exclusivamente a esse fim – Calçadão dos Mascates (Camelódromo), Shopping Santa Rita e Mercado das Flores. A justificativa inicial para isso era a criação de um roteiro turístico no núcleo antigo, como aponta Zeca Brandão, arquiteto e urbanista responsável pela construção dos três supracitados elementos:

Na verdade, [a retirada/ordenação] fazia parte de um plano ainda maior de turismo; a idéia era se criar uma trilha conectando os grandes monumentos turísticos daqui do Recife, principalmente do centro da cidade. Então, um deles era o Pátio de São Pedro. Aí, começaram a perceber que a primeira coisa que teriam que resolver era a questão do comércio informal, porque eles impediam o turista até de chegar ao local. Tinham as igrejas [ênfase na voz] lotadas de gente na frente. [...] O foco da proposta, da demanda, na verdade, era tirar o camelô, era melhorar a situação para o turista. Quando a demanda veio, e a gente propôs uma mudança nesse paradigma, de tentar utilizar essa dinâmica [do comércio informal de rua] para o bem do espaço urbano, é que mudou um pouco [o projeto]. [...] junto com esse projeto dos grandes equipamentos do comércio informal, havia um projeto de gestão e de choque do controle urbano, para que outras áreas não fossem invadidas pelo comércio informal. (Entrevista na Cidade do Recife, 06/01/2011)

Apesar de esse roteiro turístico não ter saído do plano das idéias, os três espaços e equipamentos, destinados única e exclusivamente ao comércio informal de rua, foram implantados nessa gestão. O Calçadão dos Mascates virou uma das marcas da gestão, tendo custado US\$ 2,6 milhões aos cofres públicos municipais. Estimava-se que ele, em conjunto com o Shopping Santa Rita e o Mercado das Flores, tinha sido responsável pela realocação de três quartos de todos os camelôs e ambulantes do núcleo antigo. É importante frisar que a CDL Recife, a exemplo de o que já tinha ocorrido na gestão Joaquim Francisco/Gilberto Marques Paulo (1989-1992), apoiou fortemente a PCR nessa retirada e reordenamento do comércio informal de rua (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1993a; JORNAL DO COMÉRCIO, 1994a; JORNAL DO COMÉRCIO, 1995a)¹⁴⁷.

Em 1993, a PCR lançou o Programa Estruturador do Recife (PROEST), que apontava a necessidade de um planejamento municipal de longo prazo, que priorizasse claramente o núcleo antigo do Recife. O conteúdo desse programa é elucidativo da mudança de postura

¹⁴⁷ O APÊNDICE T traz fotos e informações complementares sobre o Pólo Pina e o Calçadão dos Mascates.

pretendida para a PCR, principalmente em seu relacionamento com a iniciativa privada, e de uma série de propostas para o núcleo antigo, que seriam aproveitadas e mais bem formuladas na gestão Roberto Magalhães (1997-2000) e na gestão João Paulo (2001-2008)¹⁴⁸.

Não se pode exagerar a influência do PROEST em si sobre a gestão Roberto Magalhães (1997-2000) e a gestão João Paulo (2001-2008). O próprio programa não é um planejamento de longo prazo, mas sim um documento que aponta a necessidade de um planejamento municipal de longo prazo, que priorize claramente o seu núcleo antigo. O PROEST é apresentado na forma de diretrizes gerais, não tendo suas principais propostas detalhadas. Por exemplo, não fica muito claro como se daria a parceria entre o setor público e o setor privado.

Dessa forma, a importância analítica desse programa reside no fato de ele refletir uma nova postura da PCR, em relação ao desenvolvimento urbano e econômico, e também prenunciar uma série de pontos e posturas – lazer e turismo, incentivos ao mercado imobiliário *upmarket*, fator água, parceria público-privada etc – que seriam encontrados nos planos estratégicos posteriores: Recife 2000, Projeto Capital e Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda¹⁴⁹. O Plano de Revitalização do Bairro do Recife e o Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro refletem essa mudança de postura da PCR, no que toca os processos de regeneração urbana do núcleo antigo, como será visto ainda nesse item.

9.3.1 O Plano de Revitalização Bairro do Recife: mercado imobiliário e lazer, turismo e entretenimento no bairro “estratégico” para o desenvolvimento econômico do Recife¹⁵⁰.

¹⁴⁸ O PROEST acabou não sendo implantado na gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996), inclusive por ter dependido de um demorado processo de negociação e adequação junto ao BID. Em 1996, a proposta da PCR para a supracitada agência multilateral de cooperação consistia apenas na recuperação urbana e ambiental da Bacia do Rio Tejiú (esgotamento sanitário, coleta de lixo, limpeza urbana, urbanização e educação ambiental) (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1996a). Em 2010, havia uma placa do PROEST II no Bairro da Imbiribeira, perto da área objeto da intervenção do PROEST. Para os propósitos desse trabalho, cabe analisar e avaliar o conteúdo da proposta do PROEST, mesmo que os resultados efetivos tenham-se dado fora do núcleo antigo. Tudo indica que o supracitado programa transformou-se de uma proposta global para a Cidade do Recife para um programa de complementação urbana.

¹⁴⁹ O APÊNDICE U traz uma breve descrição do PROEST.

¹⁵⁰ O APÊNDICE V traz uma breve descrição e avaliação do Programa Revitalização do Centro dessa gestão, que, formulado pelo DPSH/URB, foi irrelevante; a gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996) guiou os seus processos de regeneração urbana através de propostas localizadas, uma para o Bairro do Recife e outra para o Pátio de São Pedro.

Em 1992, a Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD/DIPER) publicou o Plano de Revitalização Bairro do Recife (PERNAMBUCO, 1992). Apesar de a AD/DIPER estar subordinada à Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo do governo estadual, esse plano acabaria por guiar a postura e as ações da PCR no bairro, no período 1993-2000. O plano da AD/DIPER marcava uma alteração radical em relação às propostas contidas no Plano de Reabilitação do Bairro do Recife (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1987b), cujos principais projetos ainda tinham sido incluídos no Programa Revitalização do Centro da gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996), que, como visto anteriormente, não surtiu efeito. Amélia Reynaldo sintetiza a mudança de postura em relação ao Bairro do Recife, nessa última gestão:

A questão social, a questão da Obra Escola, que era a recuperação do [Edifício] Chantecler com a capacitação das mulheres, a enorme participação popular etc.; perde-se completamente essa dimensão social nesse segundo momento [período 1993-1996]. [...] No governo de Jarbas [1993-1996] ainda, essa conotação de turismo surge com Sydia [Maranhão], que vem dessa história aqui [(PERNAMBUCO, 1992)], e Cadoca, do turismo. [...] o Bairro do Recife virou o palco dos grandes acontecimentos, apoiado com a estrutura de restaurantes [...]. Esse grupo [equipe do Plano de Reabilitação do Bairro do Recife] passou a ser completamente esquecido dentro do Plano [de Revitalização Bairro do Recife]. A Favela do Rato [projetos de habitação popular] [...] o restaurante popular [...] estava tudo articulado; a identidade do território levou a uma série de propostas que praticamente foram desconhecidas no segundo momento [1993-1996] do próprio governo Jarbas, lamentavelmente. Foi muito mais o apelo externo de uma população que vinha se distrair no bairro, e no Pátio de São Pedro também. (Entrevista na Cidade do Recife, 21/12/2010)

O Plano de Revitalização Bairro do Recife recebeu o *status* de projeto estruturador para o desenvolvimento estadual. Pode-se considerá-lo como a primeira tentativa estruturada de se formular um planejamento estratégico para a cidade, mesmo que restrito a apenas um bairro. O plano não apenas se preocupou em formular uma visão de futuro para o Bairro do Recife, detalhando uma série de estratégias e linhas de ação, voltadas a objetivos gerais e específicos bem definidos. Ele também reconheceu que o Recife encontrava-se em um mercado crescentemente competitivo, formado por cidades em busca de firmas, residentes solventes, investimentos e turistas, como a passagem abaixo tão bem sintetiza:

Nos próximos anos, com a retomada do crescimento econômico, a alocação de investimentos produtivos encontrará um “clima” competitivo entre as principais cidades para recebê-los. Neste clima concorrencial, **as cidades mais beneficiadas serão aquelas que fornecerem maiores vantagens locacionais às empresas.** [...] A imagem das cidades e os atributos de modernidade poderão ser fatores decisivos nas decisões de localização. Entre estes atributos destacam-se a qualidade do ambiente urbano, o clima empresarial da cidade, a sua estrutura educacional, as facilidades culturais, a oferta de habitações de qualidade, a infra estrutura de comunicações e a existência de pessoal qualificado de nível intermediário e superior. A estratégia de articulação e gerenciamento do Plano, procura, portanto, projetar uma imagem do Centro (sic) de Recife que possua esses atributos de modernidade. (PERNAMBUCO, 1992, p. 69, grifo nosso)

O plano também é apresentado como um negócio em si. Para um custo total estimado de US\$ 132,110,610.00, a preços de dezembro de 1992, previa-se um valor presente líquido igual a US\$ 19,500,000.00, com uma taxa interna de retorno de 18,6% (PERNAMBUCO, 1992). Esse negócio deveria ser implantado em conjunto com a iniciativa privada; inclusive, indicava-se a necessidade de se alterar a legislação de preservação patrimonial do bairro, introduzindo mecanismos mais adequados ao mercado imobiliário, e aumentando o seu potencial construtivo – a parte sul da Ilha do Recife tinha sido indicada como setor de renovação urbana para tais fins.

Sem utilizar esses termos, o plano reconhecia a incapacidade do modelo nacional-desenvolvimentista, do período 1930-1980 em produzir as mudanças necessárias ao Bairro do Recife, inclusive pela perda de capacidade de investimento próprio, tanto da PCR quanto do governo estadual, defendendo a parceria público-privada e certa privatização da gestão do Bairro do Recife:

A revitalização do Bairro do Recife ocorrerá numa conjuntura onde as tradicionais funções de condução do processo de desenvolvimento pelo Estado não são mais eficazes. Será necessário que a implantação deste Plano parta, de início, com uma gerência compartilhada entre setores público e privado. A implantação do Plano dependerá, fundamentalmente, de acordos com agentes econômicos privados que possuam capacidade de investimento e com os proprietários dos imóveis do Bairro. [...] Faz parte da componente institucional da estratégia a criação de uma empresa privada, uma sociedade anônima – *Companhia Bairro do Recife*. (PERNAMBUCO, 1992, p. 68-70, grifo do autor)

O plano tinha três objetivos, a saber: a) a transformação do Bairro do Recife em um centro de comércio e serviços modernos, de importância regional; b) a transformação do Bairro do

Recife em um espaço urbano de lazer e entretenimento para os residentes locais, criando-se, para isso, um “espetáculo urbano” – o documento usa essa expressão –, através da concentração de pessoas em áreas públicas; e c) constituir, no Bairro do Recife, o segundo centro turístico mais importante da cidade, atrás apenas da Praia de Boa Viagem. Tudo isso seria acompanhado pela formação de uma “*imagem de espaço central e nobre da cidade* (PERNAMBUCO, 1992, p. 41, grifo do autor).”

Apesar de listar e descrever nove projetos estruturadores, o plano de revitalização indicava a necessidade de se concentrar o esforço inicial de implantação em apenas dois “projetos de impacto,” que demonstrariam à iniciativa privada o comprometimento do setor público com o plano, e chamariam a atenção da população e da imprensa local ao Bairro do Recife, a saber:

- a) Projeto de Impacto 1: criação da principal área turística do Bairro do Recife (Rua do Bom Jesus e adjacências), através do restauro de edificações históricas, da reforma da Praça Arsenal da Marinha e da Praça do Marco Zero, da transformação da Torre Malakoff em Centro do Frevo e da criação de um terminal marítimo de passageiros. O Projeto de Impacto 1 marcaria a transformação funcional do Bairro do Recife – lazer, turismo e entretenimento;
- b) Projeto de Impacto 2: recuperação das quadras do Pilar para a implantação de centro comercial, abertura e revitalização da Avenida Alfredo Lisboa e implantação das habitações coletivas I e II e do restaurante popular. O Projeto de Impacto 2 representaria o compromisso do Plano de Revitalização Bairro do Recife com os residentes do bairro e com os projetos sociais, formulados no período 1986-1988 (PERNAMBUCO, 1992).

Cabe destacar apenas mais dois pontos do Plano de Revitalização Bairro do Recife. Primeiro, ele tratava única e exclusivamente desse bairro, a não ser em pontos que dependiam do restante da cidade, como água e energia elétrica. Na prática, o bairro é tratado e planejado como um espaço apartado do restante da cidade – o fato de ocupar toda a Ilha do Recife ajudava nisso. Segundo, não se esqueceu da recomendação de se conceder generosos incentivos e isenções fiscais ao setor privado, mesmo que, na argumentação básica do plano, justificasse-se o envolvimento do setor público através do retorno econômico-financeiro que ele teria, principalmente através do aumento dos tributos recolhidos no bairro.

O Plano de Revitalização Bairro do Recife liga-se à mudança de definição da cidade formulada por Vainer (2007a) – no caso, de parte da cidade. Fica clara no supracitado documento a conceituação do Bairro do Recife como uma mercadoria inserida em um mercado, no qual ele precisará competir com outras (partes de) cidades concorrentes, na busca por investimentos, turistas e visitantes, firmas e residentes solventes. As parcerias público-privadas e a Companhia Bairro do Recife (proposta) transformariam o bairro em uma pequena *city*, que agiria como uma unidade de gestão e negócios; ou seja, como um sujeito coeso e homogêneo. Apenas ainda não se observava a idéia de cidade como pátria, que seria mais bem desenvolvida na gestão Roberto Magalhães (1997-2000).

O plano marca também o advento do *privatism* nos processos de regeneração urbana na cidade, seguindo-se conceitualmente Barnekov, Boyle e Rich (1989). Credita-se à iniciativa privada o papel de principal agente responsável pela mudança urbana, envolvendo-a já na formulação e implantação das políticas públicas urbanas. A viabilidade do Bairro do Recife liga-se ao sucesso do setor privado, tornando a questão do desenvolvimento econômico e atração do setor privado na prioridade número um da agenda pública municipal.

Ao mesmo tempo, o próprio setor público adotou parte da agenda da iniciativa privada como modelo; ilustrativo disso é o plano ter sido apresentado como um (bom) negócio, contando com o cálculo do valor presente líquido e da taxa interna de retorno, inclusive para se justificar o envolvimento do Estado. Em suma, o Plano de Revitalização Bairro do Recife é um marco da mudança de visão da PCR sobre a iniciativa privada – principalmente o mercado imobiliário –, no que tange o desenvolvimento urbano: de problema para solução.

O plano transformou-se em uma prioridade dessa gestão, pelo menos no discurso, tendo contado com o entusiasmo e o envolvimento pessoal do próprio prefeito municipal; até hoje, o que foi feito na Rua do Bom Jesus e adjacências (Recife Antigo) é ligado ao trabalho de Jarbas Vasconcelos. Inclusive, ele preocupava-se sempre com o ritmo de obras e intervenções públicas no bairro, comparando-o à revitalização do Pelourinho, que contava com a participação ativa do Governo do Estado da Bahia e um volume de recursos superior ao disponibilizado para o Bairro do Recife.

O primeiro ponto a se destacar é que a implantação do plano não contou com um volume expressivo de recursos, fossem eles públicos ou privados. A PCR não tinha capacidade de

investimento próprio para fazer muita coisa. O governo estadual também não, o que fez com que Pernambuco recebesse relativamente poucos recursos do PRODETUR/NE, como visto anteriormente, dada à incapacidade de efetuar todas as contrapartidas exigidas pelo BID. Além disso, dentro do PRODETUR/NE, o governo estadual privilegiou o Centro Turístico de Guadalupe (composto sol, mar e praia), no litoral sul pernambucano, em detrimento do Bairro do Recife (lazer e turismo cultural).

Sendo assim, a PCR concentrou todos os seus esforços na viabilização do Projeto de Impacto 1, “esquecendo-se” do Projeto de Impacto 2, que mantinha a preocupação social do Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, e era voltado aos residentes do próprio bairro. Na prática, isso significou transformar o plano de revitalização em um projeto restrito à Rua do Bom Jesus e adjacências, voltado única e exclusivamente ao fomento do lazer, turismo e entretenimento. É dessa concentração no supracitado logradouro que se faz a crítica, presente em muitas entrevistas do trabalho de campo e em notícias e artigos de jornal, de que o plano pretendeu transformar o Bairro do Recife em um espaço urbano monofuncional, no qual haveria espaço e atenção apenas para o turismo, a diversão e uma vida noturna animada.

Além disso, a decantada parceria público-privada não funcionou da forma como era prevista pelo plano. Em parceria com a Fundação Roberto Marinho e a Tintas Ypiranga, a PCR pretendia recuperar e pintar as fachadas do casario civil da Rua do Bom Jesus, o que representava um significativo subsídio aos proprietários que reformassem a fachada de seus próprios sobrados. Entretanto, a prefeitura municipal teve muitas dificuldades para convencer alguns proprietários a receber essa forma de subsídio, já que ela necessitava de uma contrapartida privada.

Para viabilizar o Projeto de Impacto 1, a PCR declarou de utilidade pública seis imóveis e um terreno na Rua do Bom Jesus, através do Decreto N. 16.437, de 03/11/1993, arcando, desse modo, com o custo total da reforma das fachadas (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1993f). Para tornar os investimentos privados mais atrativos, a PCR formalizou a ZET do Bairro do Recife (ZET 1), que previa incentivos e isenções fiscais para a recuperação, restauração e conservação do patrimônio cultural edificado e também para a abertura de negócios voltados ao lazer, turismo e cultura, através da Lei N. 15.840, de 29/12/1993 (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1993g).

Na prática, criava-se uma espécie de “Zona Franca do Bairro do Recife,” pois praticamente todos os impostos e taxas municipais poderiam chegar à isenção fiscal total (100%) para o empresário que decidisse investir no local, tanto no estoque de edificações históricas quanto nas atividades produtivas em si (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1993g)¹⁵¹. Essa concessão “generosa” de incentivos e isenções fiscais tornava fictício o cálculo da viabilidade econômico-financeira do Plano de Revitalização Bairro do Recife, já que parte do retorno previsto aos cofres públicos municipais passava a ser incorporado pelas firmas privadas que lá investissem – não havia uma parceria no retorno dos investimentos no bairro.

Com a falta de recursos financeiros, o conjunto de obras e intervenções públicas no Bairro do Recife, na gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996), foi surpreendentemente modesto, em relação à repercussão e a fama que o plano alcançou. Ele consistiu em sete pontos, a saber: a) a reabertura da Avenida Alfredo Lisboa; b) a recuperação da Ponte Maurício de Nassau; c) a melhoria no sistema de abastecimento d’água; d) a recuperação de quatro praças – Arsenal da Marinha, Marco Zero, Brum e Tiradentes –, junto com a assinatura de parcerias com firmas privadas para a sua manutenção; e) a desapropriação de seis imóveis e um terreno na Rua do Bom Jesus¹⁵²; f) a reforma e pintura das fachadas dos sobrados da Rua do Bom Jesus, através do Projeto Cores da Cidade¹⁵³; e g) a recuperação de toda a infra-estrutura e do mobiliário urbano da Rua do Bom Jesus (VIEIRA, 2008; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1994a; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1995b).

Desse modo, o plano ficou restrito ao pólo de lazer, turismo e entretenimento da Rua do Bom Jesus. A PCR criou e fomentou a realização de muitos eventos e festas no Bairro do Recife; empresários privados demonstraram interesse em recuperar também a Rua do Apolo, próximo à Rua do Bom Jesus, contando com o apoio da prefeitura municipal no tocante às obras no espaço público (VIEIRA, 2008). Em meados dos anos 1990, o Recife Antigo tinha entrado

¹⁵¹ A peça de legislação contemplava o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, o imposto sobre serviços de qualquer natureza, o imposto sobre a transmissão de bens imóveis e as taxas de licença de localização e funcionamento.

¹⁵² Vieira (2008) aponta que apenas cinco imóveis foram desapropriados.

¹⁵³ A PCR comprometia-se a recuperar o espaço público da Rua do Bom Jesus, a Tintas Ypiranga ofertava as tintas, e os proprietários entravam com a mão-de-obra e o material necessário à reforma das fachadas.

“na moda” na vida noturna recifense, sendo também ponto de parada obrigatória para turistas, visitantes e residentes locais de mais alto poder aquisitivo¹⁵⁴.

9.3.2 O Plano de Revitalização do Pátio de São Pedro: centro de turismo e praça de alimentação de Shopping Center a céu aberto, no “coração” da Ilha de Antonio Vaz.

No núcleo antigo, a gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996) nitidamente privilegiou o Bairro do Recife (Pólo Bom Jesus), em detrimento do pátio, tanto em relação às obras físicas quanto na promoção de festas e eventos e divulgação turística. Parecia que o momento do pátio tinha ficado no passado; as últimas tentativas de regeneração urbana não tinham apresentado muitos resultados, e a experiência do Centro Permanente de Turismo do Recife era lembrada apenas pelos mais velhos. O Pólo Bom Jesus transformava-se rapidamente em referência na vida noturna recifense, enquanto o pátio era apenas um local de frequência para quem trabalhava em seus arredores.

No Projeto Reabilitação dos Pátios, ele era descrito como o mais bem conservado dos sete logradouros diagnosticados, apesar de apresentar alguns problemas pontuais (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1993d). O problema residia em seus arredores. Havia sérios problemas de (falta de) limpeza urbana, notadamente na Rua Felipe Camarão e na Rua das Águas Verdes, que eram utilizadas como mictórios públicos. A maior parte das vias de acesso era ocupada por camelôs e ambulantes; os relatos apontavam um quadro de sujeira generalizada, junto com problemas de infra-estrutura e mobiliário urbano em algumas vias de acesso ao pátio (CARVALHO, 1993; SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PERNAMBUCO, 1995a).

O pátio era considerado um lugar perigoso, principalmente nos fins-de-semana e à noite. A Rua Felipe Camarão funcionava como uma boca de fumo – situação que persiste até hoje. Desse modo, os comerciantes desse logradouro e do pátio instalaram dois portões, para impedir a entrada e saída de pessoas dessa rua à noite.

¹⁵⁴ O **APÊNDICE P** traz a reprodução de um mapa turístico publicado nessa gestão, que destaca a Rua do Bom Jesus.

A programação cultural da PCR no pátio foi reduzida sensivelmente, em virtude da concentração de festas e eventos no Bairro do Recife; ela restringia-se às sextas-feiras, transformando-o em um local secundário nos grandes ciclos anuais (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1994a; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1995b).

A situação dos locatários mostrava o descalabro administrativo da PCR para com o seu próprio patrimônio. No final de 1994, todos os locatários encontravam-se com seus contratos vencidos; no caso das casas n. 17 e 38, ambos os contratos tinham início em 01/10/1990 e término em 30/09/1990. O preço dos aluguéis variava entre R\$ 16,38 e R\$ 70,00, inclusive, tendo a maioria das casas o valor igual a R\$ 27,31. Teoricamente, a PCR arrecadaria R\$ 478,62 mensais com a locação de quinze casas no pátio¹⁵⁵; entretanto, três locatários recusavam-se a pagar, sem que sofressem qualquer tipo de sanção por causa disso (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1994c; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1995a). Contudo, o descalabro administrativo não era apenas dessa gestão:

É de se observar, outrossim, que é desconhecida desta Fundação [FCCR], a documentação que versa sobre os imóveis desapropriados, desde a Lei que os desapropriou, como escrituras e registros no Cartório de Imóveis, tanto que, alguns inquilinos que pagam IPTU recebem o formulário da PCR em nome dos primitivos proprietários. (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1994c, p. 1-2)

Em 1995, o próprio Jarbas Vasconcelos reconheceu que o pátio tinha se transformado em um “antro,” repleto de “bares imundos” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1995a). No início desse ano, alguns locatários, em conjunto com amigos e clientes do local, criaram o movimento “SOS Pátio,” apontando o seu abandono pela PCR, e reivindicando sua inclusão no processo de regeneração urbana do Bairro do Recife (CARVALHO, 1995).

O conjunto de entrevistas e de documentos recolhidos na pesquisa documental não deixa claro o porquê de isso ter ocorrido; o fato incontestável é que, em 1995, Raul Henry, então presidente da FCCR e principal herdeiro político de Jarbas Vasconcelos, decidiu “adotar” o pátio como prioridade da supracitada fundação. Isso abriu espaço para a formulação do ambicioso Projeto

¹⁵⁵ O supracitado valor corresponde a aproximadamente R\$ 675,79 a preços de julho de 2011, com a utilização do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

de Revitalização do Pátio de São Pedro, que pretendia alterar radicalmente a função do pátio dentro do núcleo antigo, transformando-o em um pólo de lazer, turismo e entretenimento comparável ao Bairro do Recife (Pólo Bom Jesus).

Em julho de 1995, foi firmado um termo de adesão ao Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro, entre a PCR (FCCR e URB) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Pernambuco (SEBRAE-PE). A FCCR responsabilizava-se pela programação cultural e pela campanha promocional do pátio “revitalizado.” Além disso, como responsável pelo casario civil desapropriado, ela comprometia-se a viabilizar quatro casas para a instalação de negócios voltados ao lazer, turismo e entretenimento, a aplicar os aluguéis recebidos no próprio pátio, e também a definir os critérios pelos quais os locatários participariam do processo de regeneração urbana (SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PERNAMBUCO, 1995b).

A URB responsabilizava-se pelo trabalho de recuperação da infra-estrutura e do mobiliário urbano do pátio, além de elaborar os projetos arquitetônicos de restauro do casario civil. O SEBRAE-PE, baseado na experiência de trabalho com a iniciativa privada, cuidaria do plano de negócios, estabelecendo um novo conceito para o pátio e um composto apropriado de lojas e serviços; previa-se também a elaboração de projetos de viabilização econômico-financeira para os novos empreendimentos que lá quisessem se instalar (SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PERNAMBUCO, 1995b).

Ao contrário de experiências anteriores, o Plano de Revitalização do Pátio de São Pedro partiu de uma responsabilização bem definida entre os três atores-chave envolvidos no processo. A participação do SEBRAE-PE é emblemática do novo conceito e função pretendidos para o local. O Centro Permanente de Turismo do Recife contou com uma comissão exclusiva para sua gestão, composta preponderantemente por intelectuais. No período 1986-1992, os processos de regeneração urbana tiveram a decisiva participação do DPSH/URB, através de arquitetos e urbanistas preocupados com a preservação patrimonial. Em 1995, o processo era claramente comandado por uma organização voltada ao atendimento de firmas e empresários privados. Isso já prenunciava alguns conceitos que seriam defendidos logo depois, como, por exemplo, regenerar o pátio tomando-se como modelo as praças de alimentação de *shopping center*, ou então de criar um condomínio para privatizar o espaço público.

Outro ponto importante é notar quem não participou do plano. O *trade* turístico local nunca foi consultado sobre o interesse ou viabilidade da proposta de se transformar o pátio em pólo de lazer, turismo e entretenimento; a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo da PCR também não. O IPHAN literalmente precisou pedir para participar do plano, em marcante contraste com o que tinha ocorrido anteriormente (ACCIOLY, 1996)¹⁵⁶.

Uma preocupação-chave do SEBRAE-PE era prover uma gestão bem definida e organizada para o projeto; a entidade diagnosticou que, em meados de 1995, não havia um cronograma para as atividades e os compromissos assumidos, nem uma data-limite para a sua “inauguração.” Não estava claro de quem era a responsabilidade pela coordenação das várias ações da PCR no pátio, assim como não havia a alocação de recursos para o início das obras (SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PERNAMBUCO, 1995a). Para suprir esses problemas, a PCR criaria o Escritório de Revitalização do Pátio de São Pedro, como será visto adiante.

Através da firma de consultoria Adão & Souza, do Rio de Janeiro, o SEBRAE-PE elaborou um diagnóstico sobre os negócios e empresários instalados no casario civil e sobre o potencial turístico do Pátio de São Pedro. O consultor contratado, Adão de Souza, não demonstrava conhecer o Recife. O trabalho inteiro foi feito a partir de duas viagens à cidade, cada uma com duração de três dias, que consistiu na visita ao logradouro e arredores, em contatos com os empresários e avaliação de seus negócios e em reuniões com dirigentes do SEBRAE-PE, FCCR e URB (SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PERNAMBUCO, 1995a, 1995b).

O supracitado diagnóstico apontava negócios mal administrados, com empresários acomodados, dentro de um composto de lojas e serviços considerado incapaz de atrair turistas e visitantes. Na descrição dos bares e restaurantes, Adão de Souza apontava à falta de limpeza dos estabelecimentos, com cozinhas pouco higiênicas e banheiros sujos. Segundo ele, as lojas de arte e artesanato apresentavam produtos de péssima qualidade, com pouca variedade. De

¹⁵⁶ Em 1969 e 1970, o órgão federal de preservação não apenas foi responsável por parte do restauro do casario civil, mas também foi convidado para participar da CEPSP. Na gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988), ele consistiu na principal fonte de financiamento do projeto de regeneração urbana, que não foi para a frente por problemas na transferência de recursos à PCR. Em 2005 e 2006, o IPHAN estava sendo solenemente ignorado pela PCR e pelo SEBRAE-PE no Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro, tendo tomado conhecimento do mesmo através da imprensa local.

forma geral, os estabelecimentos estariam operando em precárias condições, com paredes sujas, placas quebradas e atendimento desleixado ou inexistente (SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PERNAMBUCO, 1995a). Dos treze empresários visitados, Adão de Souza recomendava a continuidade de apenas cinco deles, a saída de três e a necessidade de mudanças profundas nos negócios de outros cinco.

Ainda segundo o consultor, os equipamentos culturais mantidos pela PCR no pátio – Museu de Arte Popular do Recife, Casa do Carnaval e Galeria Lula Cardoso Ayres – trabalhavam em condições precárias, com falta de funcionários e ambientes deteriorados. No caso dessa última, quando de sua visita, não havia nada para se ver; ela estava vazia, com nada exposto ao público (SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PERNAMBUCO, 1995a)¹⁵⁷.

Adão de Souza foi o grande responsável pela elaboração de um novo plano de negócios para o Pátio de São Pedro – conceito e abrangência, públicos-alvo, composto de bens e serviços e gestão e administração. O conceito pretendido para o pátio é sintetizado abaixo:

7 – CONCEITO. “O Pátio de São Pedro é o coração do Recife.” Essa frase reflete muito bem a importância e a complexidade desse projeto. Mexer no coração de uma cidade é mexer com sua vida, sua dor, sua alegria. [...] **O Pátio de São Pedro não irá concorrer com o Shopping. Mas será a melhor alternativa à mesmice daqueles espaços.** Com a força de uma personalidade própria conquistada em séculos de existência, o Pátio deverá sofrer uma reengenharia, um (sic) remarketing, na busca de um reposicionamento diante de um mercado cada vez mais exigente e mais respeitoso à seus traços culturais. (SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PERNAMBUCO, 1995a, grifo nosso)

¹⁵⁷ Entre 2008 e 2011, inclusive, visitou-se alguns equipamentos culturais no Pátio de São Pedro que apresentavam o mesmo problema – ausência de o que se ver –, com um agravante: não havia nenhum funcionário ou segurança no local. Apesar de Adão de Souza ter passado apenas alguns minutos em cada estabelecimento – comercial ou cultural –, não se pode desconsiderar seu diagnóstico da situação do pátio. Contudo, esse diagnóstico traz uma passagem que comprova o seu total desconhecimento do Recife, e o caráter “copiar e colar” de seus relatórios, mais bem percebido em suas propostas para o Pátio de São Pedro. Ao falar da Igreja de São Pedro dos Clérigos, Adão de Souza coloca: “3.4.a. Igreja São Pedro. [...] Sua capela dourada é rara e muito bonita. Tem trabalho em pedra sabão feito por Aleijadinho (SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PERNAMBUCO, 1995a).” A igreja não tem nenhum desses dois elementos.

Prevvia-se que o Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro privilegiaria as ações e iniciativas do setor privado; caberia ao Estado apenas prover as condições necessárias (infra-estrutura e regulação pública) para que as firmas privadas revitalizassem o local como um pólo turístico e de entretenimento (SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PERNAMBUCO, 1995a); ou, ainda, como um pólo gastronômico, artístico e cultural e centro de eventos (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1995c).

O turismo era uma componente-chave do projeto. Pretendia-se utilizar o pátio como base para a exploração de outros monumentos do Recife, inclusive pela proximidade geográfica, a exemplo da Igreja de Nossa Senhora do Livramento e da Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1995c). Pela primeira vez, uma proposta de recuperação urbana preocupava-se com as vias de acesso ao pátio, e colocava como ponto vital a criação de estacionamentos especificamente voltados ao público-alvo do pátio: “O estacionamento será de vital importância. Recomendo que os carros possam entrar no pátio e 2 manobristas levariam os carros para os estacionamentos disponíveis e com segurança (ADÃO & SOUZA, 1995).

Segundo Adão de Souza, o composto de lojas e serviços não precisava ser alterado devido à presença dos turistas, pois esses preferiam conhecer os lugares freqüentados pelos residentes locais; isso fazia sentido com a transformação do pátio em algo diferente da “mesmice” dos *shopping centers*, conforme passagem transcrita há pouco. Contudo, o composto de lojas e serviços do consultor ia contra esses dois conceitos, ao propor a transformação do pátio em um misto de praça de alimentação e de setor de conveniência desse tipo de equipamento. Inclusive, coloca-se no documento-chave publicado pelo SEBRAE-PE: “4.1.1. Definir padrão de mesas e cadeiras que poderão ficar na área externa. Ter como referência as praças de alimentação dos (sic) Shopping (SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PERNAMBUCO, 1995a)¹⁵⁸.

O composto de lojas e serviços era dividido em três tipos de negócios, a saber:

¹⁵⁸ Oficialmente, o composto de lojas e serviços foi baseado em uma pesquisa de opinião junto a 1.200 pessoas, que definiram o que gostariam de encontrar no pátio. Entretanto, não foi possível encontrar nenhum documento que apresentasse os seus resultados. Os entrevistados que participaram do projeto de revitalização afirmam que também não têm conhecimento da pesquisa; para eles, o composto partiu de Adão de Souza. Pela leitura da documentação, tem-se também a impressão de que o composto foi uma sugestão do próprio consultor. Adotar-se-á essa linha no presente trabalho. Para um testemunho de que essa pesquisa realmente existiu e foi utilizada, ver Diário de Pernambuco (1996).

- a) restaurantes: frutos do mar (01); comida regional (02); carnes e aves (01); pizzaria (02) – total de seis negócios;
- b) bares: uisqueria (01); choperia (02); sorveteria (01); *fast food* (01) – total de cinco negócios;
- c) cultura e serviços: loja de conveniência (01); loja de artesanato e flores (01); loja de informática (01); antiquário (01); produtos culturais (01); café expresso (01); farmácia (01) – total de sete negócios (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1995d).

Para prover espaços para os novos negócios, Adão de Souza recomendava a transferência dos três equipamentos culturais da PCR no pátio para outros locais, mesmo tendo o turista e visitante como público-alvo. Além disso, ele propôs a atração de algumas firmas e franquias específicas, que, segundo ele, poderiam atrair muitas pessoas ao local¹⁵⁹. O que é caricato no caráter “copiar e colar” de algumas recomendações do consultor é que se propõem negócios que só existem no Estado do Rio de Janeiro, como, por exemplo, a Pizza Mille (pizzaria), a Catedral do Chopp (choparia), a Caldinho e Cia. e a Casa da Cachaça (SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PERNAMBUCO, 1995a).

Ele também recomendava também a instalação de grandes “âncoras” no pátio: “[É] De fundamental importância colocar pelo menos 2 grandes nomes (*âncoras*) para gerar rápida credibilidade de mudança no perfil do público (ADÃO & SOUZA, 1995).” Para combinar com um lugar alternativo ao *shopping center*, repleto de personalidade, história e cultura e “coração” da cidade, um empreendimento era visto como imprescindível: uma unidade da rede de lanchonetes McDonald’s.

O composto proposto por Adão de Souza foi complementado por um trabalho do SEBRAE-PE, que indicava uma série de franquias para os interessados em investir no pátio, inclusive três para as lojas-âncora: McDonald’s, Big Burger e Mister Pizza (SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PERNAMBUCO, 1995c).

¹⁵⁹ Adão de Souza lista uma série de públicos-alvo para o Pátio de São Pedro, mas novamente se tem impressão de uma passagem “copiar e colar.” No almoço de segunda a sexta-feira, indicava-se o público-alvo de executivos, que se encontram cada dia mais longe do Bairro de São José. Incentivava-se a atração dos cabeleireiros, classe profissional que não tinha a mesma influência na Cidade do Recife, em relação a São Paulo ou o Rio de Janeiro.

No tocante à administração e gestão, o Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro indicava a necessidade de criação de três entidades, a saber: a) órgão, escritório, fundação ou departamento da PCR, que concentrasse todas as ações da prefeitura municipal no logradouro, administrando seu patrimônio e fiscalizando os outros dois atores-chave; b) a Associação dos Empresários do Pátio de São Pedro, formada pelos locatários, que representaria seus interesses, e compartilharia com a PCR os custos e esforços de administração e promoção turística do pátio; e c) um condomínio administrado por uma firma privada, que cuidaria do dia-a-dia no pátio (segurança particular, serviços de manobristas, limpeza e manutenção urbana etc.) (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1995c). A PCR deveria regular o pátio, instituindo normas gerais para o funcionamento dos negócios, para o uso e ocupação do solo e para todo e qualquer projeto arquitetônico ou de infra-estrutura e mobiliário urbano.

Ainda nessa gestão, foi criado o Escritório de Revitalização do Pátio de São Pedro, que consistia em um pequeno grupo dentro da FCCR, não formalizado como tal. Por iniciativa dos próprios locatários, criou-se também a Associação dos Locatários, Empresários e Amigos do Pátio de São Pedro (ASPA). Até 1996, nenhum dos dois teve uma atuação expressiva.

A PCR também começou a substituir os contratos de locação de alguns locatários por termos de permissão remunerada de uso, com valores de aluguéis reajustados. Formalmente, os termos permitiam um maior controle da PCR sobre os estabelecimentos, inclusive horário de atendimento mínimo, e uma maior facilidade de despejo de empresários indesejáveis (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1996b).

Por fim, previa-se o restauro do casario civil e a recuperação física do pátio e vias de acesso: infra-estrutura e mobiliário urbano e renovação dos serviços de água, esgotamento sanitário, drenagem, telefonia e eletricidade. Isso seria acompanhado pela intensificação dos serviços públicos de limpeza urbana e segurança, além do ordenamento da circulação e estacionamento de veículos, com a previsão de fechamento de uma série de vias à entrada de carros. O pátio e suas vias de acesso deveriam se transformar em locais sem nenhum tipo de comércio informal de rua (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1995c; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1996c; SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PERNAMBUCO, 1995a).

Contudo, o ambicioso Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro praticamente não saiu do papel nessa gestão, apesar de o início das obras ter sido anunciado diversas vezes, ao longo de 1995 e 1996. O projeto executivo de reforma do pátio e vias de acesso já tinha sido licitado, em junho de 1996. Havia sete ações de despejo, ainda sem resultado, e três termos de permissão de uso tinham sido assinados (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1996d). E apenas nisso consistiu a ação da PCR nessa gestão. Parecia que a falta de verbas não concretizaria mais um processo de regeneração urbana do Pátio de São Pedro.

Contudo, em 1996, elegeu-se prefeito municipal Roberto Magalhães, tendo como companheiro de chapa Raul Henry. Isso faria com que o Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro não fosse abandonado, já que era prioridade do vice-prefeito municipal, como será visto no próximo item.

9.3.3 Suma conclusiva sobre a gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996).

Os planos de revitalização do Bairro do Recife e do Pátio de São Pedro previam intervenções públicas grandiosas no núcleo antigo, ao promover mudanças significativas na estrutura física e na função urbana desses locais. Contudo, a implantação de obras e ações foi tímida em relação às propostas – no caso do pátio, pode-se classificá-las como irrelevantes. A falta de recursos, mesmo com o apoio financeiro do PRODETUR/NE e o entusiasmo de atores-chave da prefeitura municipal, impediu a concretização das propostas mais ambiciosas.

Mesmo assim, o Plano de Revitalização Bairro do Recife conseguiu atrair a atenção e o interesse da imprensa local, da comunidade científica, principalmente na área de arquitetura e urbanismo, e da classe média e média alta recifense, na maior parte dos casos de forma positiva. Supõe-se que havia um sentido simbólico muito forte no plano de revitalização; tratava-se do “retorno” da PCR ao núcleo antigo, já que, desde a gestão Antonio Farias (1975-1979), não havia acontecido nada que chamasse a atenção da opinião pública, no que se refere à ação da PCR nessa parte da cidade, pelo menos em termos de grandes obras.

A prioridade dada ao turismo pela gestão também contribuiu para esse sentimento positivo para com o Pólo Bom Jesus. Contudo, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e

Turismo claramente priorizava a criação e promoção de eventos turísticos, prioridade essa comprovada pelos altos gastos exigidos para eventos como o Recifolia, o Verão Vivo e o Recife Alto Astral. Inclusive, foi através desses eventos que o titular da pasta conseguiu promover-se politicamente; atualmente, ele é deputado federal por Pernambuco.

Outro ponto interessante é que a prioridade dada ao turismo recuperava duas políticas públicas já testadas, na primeira metade dos anos 1970, mesmo que os gestores públicos não estivessem cientes disso. A criação de pólos de turismo e de novos eventos e festas turísticas não era novidade no Recife. Em muitos pontos, o Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro, e mesmo a criação do Pólo Bom Jesus, apresentava muitas propostas que já tinham sido implantadas no Centro Permanente de Turismo do Recife, há mais de vinte anos. A principal delas era a alteração radical da função do espaço urbano, em favor de um público-alvo composto por turistas e residentes locais de alto poder aquisitivo, em detrimento dos freqüentadores usuais do espaço urbano (pátio) e dos moradores do lugar (Bairro do Recife). Tratava-se de uma exclusão não apenas derivada de outra ação ou escolha, mas explicitamente objetivada nos três casos.

Essa gestão marcou também o início da defesa explícita e fundamentada de um novo modelo de relacionamento entre o setor público e o setor privado. Conceitualmente, a nova parceria público-privada ainda não tinha sido muito bem definida, mas as idéias de alavancagem de investimentos e de protagonismo do setor privado no desenvolvimento urbano e econômico municipal já estavam postas, principalmente nos processos de regeneração urbana do núcleo antigo. Mesmo a especulação imobiliária, “vilã” nos anos 1970, aparecia como um ponto positivo para a recuperação de áreas degradadas – e no segmento de mercado *upmarket*.

Contudo, a transformação do Bairro do Recife em uma espécie de zona franca, através da Lei N. 15.840, de 29/12/1993, e as dificuldades de se implantar o Projeto Cores da Cidade, na Rua do Bom Jesus já prenunciavam que, pelo menos no Recife, a supracitada parceria não era muito sólida, nem tão proveitosa assim para o setor público. Na gestão Roberto Magalhães (1997-2000), isso também iria verificar-se no caso do Pátio de São Pedro.

No Bairro de São José, o Pátio de São Pedro e a Avenida Dantas Barreto formam um contraste marcante de escalas, funções, fisionomias e configurações urbanas, como visto anteriormente. A gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996) acentuaria esse contraste, no que

toca a função urbana, ao implantar o Calçadão dos Mascates na Avenida Dantas Barreto, transformando-a no maior pólo de comércio informal de rua do Recife, ao mesmo tempo em que planejava transformar o pátio em um centro de turismo, repleto de lojas e serviços mais sofisticados. Era como separar, por apenas alguns metros, o que a cidade tinha de mais popular de um espaço segregado espacialmente do restante do Bairro de São José, voltado a um público que não trabalhava nem residia no local, e que, pela proposta inicial, não precisaria nem ao menos andar até lá, pois contaria com o serviço de manobrista.

No projeto, colocava-se a população de baixa renda ao lado de uma “ilha da fantasia” apartada da realidade local. A gestão Roberto Magalhães (1997-2000) notabilizaria-se por tentar concretizar isso, como será visto no próximo item.

Mais uma vez, nota-se a presença decisiva de “padrinhos” na formulação e implantação dos processos de regeneração urbana no núcleo antigo. O Centro Permanente de Turismo do Recife contou com o envolvimento pessoal do prefeito municipal. A gestão Joaquim Francisco/Gilberto Marques Paulo (1989-1992) teve à frente do pátio Roberto Pereira, homem de confiança de Joaquim Francisco. O Pólo Bom Jesus transformou-se em uma das marcas da gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996). A eleição de Roberto Magalhães, em 1996, permitiria que Raul Henry implantasse o Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro, no período 1997-2000.

Por fim, há dois pontos que merecem ser destacados. Primeiro, o Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro previa uma organização, autonomia e poder de regulação e controle por parte da PCR, mais especificamente pelo Escritório de Revitalização do Pátio de São Pedro, sobre esse espaço urbano em uma escala sem precedentes nas políticas públicas municipais. Fica a questão: para planos tão ousados de gestão e administração, quais foram os resultados concretos?

Segundo, qual é a avaliação do Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro, no que tange à sua formulação em si? Quais eram a qualidade e adequação do projeto ao pátio? Esse item já trouxe a descrição e análise de uma série de pontos do projeto capitaneado pelo consultor Adão de Souza; seu caráter “copiar e colar,” desconectado da realidade do Bairro de São José, não deixa muita margem para avaliações positivas.

Contudo, deixam-se as respostas para essas perguntas para os próximos dois itens, já que, na gestão Roberto Magalhães (1997-2000) e na gestão João Paulo (2001-2008), as propostas e fantasias tiveram que enfrentar a dura realidade.

9.4 Processo de regeneração urbana (finalmente) prioridade de governo: a intervenção urbana no Pátio de São Pedro na gestão Roberto Magalhães (1997-2000).

Em 1996, com o apoio de Jarbas Vasconcelos, Roberto Magalhães ganhou as eleições para a prefeitura municipal. Político experiente do Partido da Frente Liberal, ele era irmão de Geraldo Magalhães e um dos políticos mais bem sucedidos de Pernambuco, já tendo sido deputado federal e governador (1983-1986). Como já visto, a aliança com Jarbas Vasconcelos permitiu a continuidade de uma série de projetos e ações na PCR, inclusive o Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro. Dado que Raul Henry elegeu-se vice-prefeito, o projeto virou prioridade de governo, pois ele queria transformá-lo em uma das marcas de sua gestão, como apontaram vários entrevistados no trabalho de campo.

Essa gestão foi a primeira a assumir formalmente a adoção de um planejamento estratégico para o Recife. Primeiro, através do documento Recife 2000; depois, com a publicação do Projeto Capital, plano estratégico que deveria guiar as ações e projetos da PCR, pelos próximos vinte anos, mas que foi arquivado em questão de meses, por ocasião do início da gestão João Paulo (2001-2008).

Contudo, antes de se entrar no planejamento estratégico da gestão Roberto Magalhães (1997-2000), cabe revisar dois pontos da Lei N. 16.176, de 09/04/1996, que trata do uso e ocupação do solo da Cidade do Recife, e que sofreu alterações introduzidas pela Lei N. 16.289, de 29/01/1997 (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1997a).

A Lei N. 16.176, de 09/04/1996, instituiu as zonas de diretrizes específicas, entre elas as zonas especiais de preservação do patrimônio histórico-cultural; essas dividiam-se em um ou mais setores de preservação rigorosa e em um setor de preservação ambiental (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1997a). Tratava-se da continuidade da proteção legal conferida a

sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados pela PCR, formalizada pela primeira vez através da Lei N. 13.957, de 26/09/1979 (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1981a).

No campo da preservação patrimonial, a inovação da Lei N. 16.176, de 09/04/1996, foi a criação da categoria de Imóvel Especial de Preservação (IEP), que se constituíam em “exemplares isolados, de arquitetura significativa para o patrimônio histórico, artístico e/ou cultural, os quais interessam à cidade preservar (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1997a, p. 23).” Havia duas inovações na instituição dos IEPs, a saber:

- a) a designação de um imóvel como IEP precisava passar pela aprovação do Conselho de Desenvolvimento Urbano e pela Câmara Municipal do Recife; além disso, antes da votação nesse conselho, a proprietária do imóvel era obrigada a se manifestar sobre a proteção legal, mediante uma audiência com técnicos e peritos. Ou seja, compartilhava-se a proteção de exemplares arquitetônicos com duas entidades fora do campo da preservação patrimonial – Conselho de Desenvolvimento Urbano e Câmara Municipal do Recife –, exigindo-se também a participação da proprietária do imóvel. O DPSH/URB continuou sendo o principal responsável pela constituição dos IEPs, contudo, ao elaborar a lista com os exemplares passíveis de classificação;
- b) previa-se, na própria Lei N. 16.176, de 09/04/1996, que a proprietária seria recompensada economicamente pela transformação de sua propriedade em IEP. Ao contrário do caso dos sítios históricos, no qual o DPSH/URB tentou prover uma legislação de transferência de direito de construir (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE; SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1981), sem sucesso, os IEPs já contavam com isso na própria lei de uso e ocupação do solo: “Art. 106 – A autorização da transferência do direito de construir será gratuita, nos casos dos Imóveis Especiais de Preservação – IEP e dos Imóveis de Proteção de Áreas Verdes – IPAV (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1997a, p. 24).”

O resultado mais visível da instituição do IEP foi o interesse do mercado imobiliário na preservação de alguns exemplares arquitetônicos isolados, principalmente em bairros de classe média alta e classe alta, a exemplo de Casa Forte, Monteiro e Apipucos. Ao contrário dos sítios históricos, o IEP não exige a manutenção de sua ambiência ou mesmo escala, o que vem permitindo, nos últimos anos, a construção de edifícios residenciais a poucos metros do

exemplar protegido. Inclusive, na Praça de Casa Forte, há um caso no qual o edifício projeta-se sobre a casa¹⁶⁰.

A questão da preservação de exemplares arquitetônicos isolados, nos termos e condições impostos pela legislação dos IEPs, ainda suscita alguns debates calorosos entre arquitetos e urbanistas; em todo caso, o reconhecimento de que a lei procura conciliar os interesses da preservação patrimonial com os do mercado imobiliário é claro. Da mesma forma que o Bairro do Recife e o Pátio de São Pedro precisariam do lazer, turismo e entretenimento para sua conservação e utilização, essa gestão reconhecia que não era viável preservar o acervo arquitetônico recifense sem levar em conta os interesses do mercado imobiliário. Nos dois casos, promovia-se a inserção do patrimônio cultural na lógica do mercado; tratá-lo como um “mundo à parte,” como o IPHAN tinha feito durante décadas, já não era mais possível nem produtivo, na visão da PCR.

9.4.1 O Projeto Capital: a instituição do planejamento estratégico na Cidade do Recife por uma gestão pública empresarial.

Em fevereiro de 1997, essa gestão publicou o documento “Recife 2000,” apresentado como o primeiro que propunha um planejamento estratégico para o Recife como um todo (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1997b). Tratava-se de um catálogo de projetos, alguns novos e outros antigos – por exemplo, a renovação urbana da Praça Machado de Assis estava lá. O documento buscava apresentar suas propostas como um todo coeso – estratégias, programas, ações e projetos –, mas o caráter de “acupuntura urbana” é nítido, com exceção da parte relacionada ao sistema viário municipal¹⁶¹.

Enquanto o Recife 2000 serviu como uma apresentação da nova gestão, tanto dos projetos em si quanto de uma nova maneira de se pensar a cidade, o Projeto Capital foi desenvolvido

¹⁶⁰ O **APÊNDICE W** traz três fotos de IEPs, bem como o depoimento de Teresa Uchôa de Queiroz sobre essa nova forma de preservação patrimonial no Recife.

¹⁶¹ O **APÊNDICE X** traz uma descrição e análise do documento “Recife 2000,” que lança as bases do Projeto Capital na gestão Roberto Magalhães (1997-2000).

como um planejamento estratégico para os próximos vinte anos¹⁶². Ele recupera e desenvolve muitos dos conceitos e projetos presentes no primeiro documento, mas é a primeira tentativa clara de prover um planejamento estratégico para toda a cidade, e não apenas um bairro, dentro dos conceitos (re)desenvolvidos por consultores catalães – Barcelona deveria ser o grande exemplo para o Recife.

A leitura do Projeto Capital remete ao volume organizado por Arantes, Vainer e Maricato (2007), principalmente Vainer (2007b), que comenta sobre o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. A visão de futuro, o processo participativo, a análise SWOT – no caso do Recife, incompleta –, o patriotismo de cidade: tudo está presente no Projeto Capital. Contudo, as “particularidades locais” e o “processo amplamente participativo” levaram às mesmas indicações presentes no Rio de Janeiro, em Barcelona e outras cidades brasileiras, européias e norte-americanas.

Em maio de 1998, a nota introdutória do Projeto Capital já sintetizava o seu objetivo geral:

A construção de um projeto voltado para **desenhar os destinos da cidade**, apoiada numa **visão de futuro**, que incorpora o **planejamento estratégico como instrumento de trabalho**, é o objetivo do processo que se instala. Para tanto, a Prefeitura do Recife, como **agente indutor, mobiliza a sociedade** no sentido de responder ao desafio de pensar coletivamente, de posicionar-se quanto ao Recife que se quer, quais os seus traços característicos e como alterar equivocadas tendências. (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1998a)

Na passagem acima, já estão presentes todos os clichês do discurso do planejamento estratégico. Como colocado anteriormente, a transplantação do conceito de planejamento estratégico para as cidades privilegiou a parte conhecida como SWOT; no Recife, a sigla foi praticamente reduzida a duas letras (SW), com a análise apenas das suas forças e fraquezas.

De forma similar ao ocorrido no Rio de Janeiro, a PCR montou uma estrutura exclusiva para formular o Projeto Capital, mesmo ela não tendo sido formalizada como tal. Criaram-se o

¹⁶² No final dos anos 1990, acreditava-se que a aliança política formada pelo Partido da Frente Liberal, Partido do Movimento Democrático Brasileiro e Partido da Social Democracia Brasileira, entre outros, permaneceria no poder pelos próximos vinte anos, tanto no Recife quanto em Pernambuco. A derrota eleitoral de Roberto Magalhães para João Paulo, em 2000, devido à ascensão do Partido dos Trabalhadores no cenário nacional, implodiu essa idéia, mas, ainda em 1998 e 1999, acreditava-se firmemente que o Projeto Capital seria válido no longo prazo.

Fórum e o Conselho Coordenador do Projeto Capital, além de uma Câmara Técnica, que, juntos com a prefeitura municipal, os ex-prefeitos e ex-secretários de planejamento, arquitetos e urbanistas locais e consultores nacionais e internacionais, ficaram responsáveis pela formulação do projeto (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1998a).

A visão do Recife como um grande negócio e firma foi preponderante no processo de formulação do Projeto Capital. Da reunião com os ex-secretários municipais de planejamento, saiu um consenso: era preciso encarar o Recife como uma oportunidade de negócios, como uma empresa que precisa tornar-se mais competitiva (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1998b). Em palestra proferida no Recife, Regina Meyer apontava a necessidade do Projeto Capital para o Recife: “Elas [metrópoles] têm que desempenhar bem certas funções que o grande capitalismo exige, pois há uma espécie de nuvem de dinheiro que anda procurando o melhor pouso (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1998c, p. 03).”

Nos conceitos, definições e posturas em relação ao planejamento estratégico, podem-se destacar alguns pontos do Projeto Capital. Primeiro, o conceito de planejamento estratégico adotado foi o de Jordi Borja, já resenhado nesse trabalho (BORJA; FORN, 1996). Inclusive, ele foi colocado à revelia como consultor do Projeto Capital, mesmo tendo vindo ao Recife apenas para dar uma palestra. Segundo, reconhecia-se que a globalização da economia e os problemas urbanos demandavam o protagonismo das cidades, com o aumento da importância da esfera local em detrimento da nacional (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1998d, 1999a, 1999b).

Terceiro, o planejamento estratégico deveria basear-se em um projeto de cidade, em uma visão de futuro do Recife. Quarto, o planejamento estratégico deveria ser participativo, com a promoção de uma cultura cívica, de um patriotismo de cidade e do consenso cidadão. Quinto, era necessário promover uma sólida articulação/parceria público-privada, inclusive para a comunicação, o *marketing* e a formação de uma imagem interna e externa atrativa (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1998d, 1999a, 1999b). Em suma, não faltou nenhum ingrediente na “receita de bolo” do planejamento estratégico recifense, como provavelmente colocariam Arantes, Vainer e Maricato (2007), que seguiu o ideário e o discurso do modelo catalão de planejamento estratégico, ainda em voga, atualmente, em várias cidades ao redor do Mundo.

O Projeto Capital foi publicado em 12/03/1999, após nove meses de formulação. Ele era composto por cinco programas, vinte e nove projetos e cento e catorze ações. Cabe analisar os cinco projetos individualmente, para se compreender o que se pretendia para o Recife.

O Programa RECIFE – CIDADE CIDADÃ representava o grande objetivo social do Projeto Capital. Parte dele captava o que estava “na moda,” no final dos anos 1990; por exemplo, propõe-se um “Programa de Tolerância Zero” para a segurança, seguindo-se o exemplo supostamente bem sucedido da Cidade de Nova Iorque (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1999a).

O Programa RECIFE – CIDADE COMPETITIVA era o que mais nitidamente mostrava a influência do modelo catalão de planejamento estratégico, em seus termos e idéias – “cidade competitiva,” “cidade-espetáculo,” “plano de *marketing*,” “*city marketing*” e “terciário moderno.” Era nesse programa que entravam os projetos de regeneração urbana do núcleo antigo, bem como a formação de um pólo de comércio e serviços no Bairro de Boa Viagem (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1999a, 1999b). Contudo, a lista de atividades ligadas ao setor terciário moderno não trazia nada de novo, em relação aos documentos-chave da gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983): turismo, saúde (privada), consultoria e sistemas de informação (informática).

O Programa RECIFE – CIDADE DAS ÁGUAS representava a volta da preocupação do Recife com os seus cursos d’água, tanto no sentido da recuperação ambiental quanto da sua utilização como instrumento de desenvolvimento econômico. É nesse programa que mais bem se percebe que o turismo é “chamado” para se justificar e adornar todo e qualquer tipo de proposta, inclusive a “Despoluição das águas do Rio Capibaribe.” Além disso, o “reencontro” da cidade com suas águas era promovido como uma excelente oportunidade imobiliária, através de marinas e vistas para o rio ou mar (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1999a, 1999b).

O Programa RECIFE – CAPITAL CULTURAL “[...] reforça a vocação de liderança regional, apropria as múltiplas expressões da alma popular e potencializa economicamente o rico e diverso patrimônio cultural (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1999a).” Em suma, esse quarto projeto buscava transformar a cultura e o patrimônio cultural recifenses em produtos econômicos.

O Programa RECIFE – CIDADE EFICIENTE buscava prover a Cidade do Recife de uma nova estrutura de gestão. A implantação do Projeto Capital resultaria em quatro pontos principais, a saber:

- a) a criação de uma estrutura administrativa/gerencial paralela à PCR, que, inclusive, controlaria e auditaria o cotidiano e a agenda pública da prefeitura municipal – poder, controle e custo;
- b) a criação de muitos núcleos gestores, vistos como imprescindíveis para a implantação dos projetos e ações;
- c) a proliferação de parcerias público-privadas, com a conseqüente necessidade de contratualização, controle e transparência;
- d) a parceria entre duas ou mais esferas de governo, organizações não governamentais, representações e associações e firmas privadas, o que implicaria a necessidade de desenvolvimento de processos de responsabilização e coordenação, entre outros (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1999a, 1999b).

Assim como o PROEST, não se deve analisar e avaliar o Projeto Capital através da implantação de seus programas, projetos e ações; o que duraria vinte anos foi arquivado com a eleição de João Paulo, em 2000. Dessa forma, o esforço de nove meses de reuniões, palestras e consultorias transformou-se em mais um de uma série de documentos que parecem ter, como grande utilidade, ocupar espaço na biblioteca da Secretaria de Controle e Desenvolvimento Urbano e Obras. Como coloca Milton Botler, arquiteto e urbanista e atual coordenador do Instituto da Cidade do Recife Engenheiro Pelópidas Silveira:

O Projeto Capital está a reboque do ideário dos planos estratégicos *a la* Barcelona, inclusive Jordi Borja veio para cá, e (sic) meteu o pau: “- Vocês não estão trabalhando o projeto de cidade, vocês estão tentando fazer alguns empreendimentos imobiliários, que possam dar em alguma coisa. Tipo uma maquiagem.” Isso [eu ouvi] numa conversa que eu tive com Borja. Ele veio para um seminário, mas ficou muito constrangido de ser colocado como um consultor desse Projeto Capital. [...] A dimensão era outra, pois, como você não tinha mais o ideário dos planos diretores, eram os planos estratégicos, desenvolveu-se aquilo. [...] Mas tinha uma intenção política muito séria; por exemplo, esvaziou-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano, e se criou uma espécie de conselho do Projeto Capital. Então, se deslocou a discussão para tentar viabilizar esses empreendimentos, que nunca saíram do papel.

Primeiro, porque não tinha infra-estrutura, não tinha recursos para fazer, então ficou nesse âmbito. (Entrevista na Cidade do Recife, 13/01/2011)

O Projeto Capital representa a consolidação de uma nova postura da PCR em relação ao desenvolvimento urbano e econômico, já prenunciada no PROEST. Por pior que ele tenha sido – colagem de programas, projetos e ações apresentada como uma vitrine de produtos em busca de financiamentos e investidores externos –, o projeto representa o avanço do *privatism* e das parcerias público-privadas no Recife. Os planos de revitalização do Bairro do Recife e do Pátio de São Pedro são os que mais bem ilustram isso; eles são os objetos de estudo dos próximos dois subitens.

9.4.2 Lazer, turismo e entretenimento no Pólo Bom Jesus: continuidades e discontinuidades do Plano de Revitalização Bairro do Recife na gestão Roberto Magalhães (1997-2000).

Como já colocado anteriormente, o Plano de Revitalização Bairro do Recife continuou sendo uma prioridade de governo nessa gestão. A Lei N. 16.176, de 09/04/1996, criou as áreas temporárias de reurbanização, “cujos atributos ambientais ou de localização sejam propícios às atividades de turismo, lazer, saúde e informática (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1997a, p. 8).” A PCR definiria, para cada uma dessas áreas, os coeficientes máximos de utilização para o emprego do solo criado e para a transferência do direito de construir. Além disso, previa-se também a concessão de “incentivos para estimular o desenvolvimento da hotelaria, empreendimentos e serviços de apoio (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1997a, p. 8).”

A Lei N. 16.290, de 29/01/1997, aprovou o Plano Específico de Revitalização da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural 09 – Sítio Histórico do Bairro do Recife, criando as primeiras áreas temporárias de reurbanização da cidade; cada setor do bairro foi transformado em uma delas. Essa peça de legislação, que revogava a Lei N. 15.840, de 29/12/1993, consistia basicamente nos seguintes pontos, a saber:

- a) previa-se a aplicação dos instrumentos de solo criado, da outorga onerosa do direito de construir e da transferência do direito de construir; inclusive, um dos setores do Bairro do Recife tinha sido transformado em Setor de Renovação Urbana;
- b) mantinha-se a concessão de incentivos fiscais à recuperação e conservação do patrimônio cultural material e à instalação ou manutenção de negócios e atividades ligados à cultura, lazer e turismo. Contudo, essa concessão foi aprofundada, tanto no que diz respeito aos incentivos em si, que chegam à isenção total da tributação municipal, quanto à amplitude dos negócios passíveis de receberem tal isenção – por exemplo, padarias, bilhares etc.;
- c) criava-se um órgão gestor para o plano de revitalização, que seria responsável, entre outras coisas, pelo Plano Anual de Gestão da Revitalização do Bairro do Recife;
- d) criava-se o Fundo de Revitalização do Bairro do Recife; contudo, a formulação da lei não fazia com que o desenvolvimento do próprio bairro gerasse-lhe recursos. Apesar do nome, ele acabaria sendo mais uma rubrica de o que um fundo em si, já que dependia de transferências externas assistemáticas para funcionar (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1997c)¹⁶³.

Formalmente, a gestão representa uma continuidade do Plano de Revitalização Bairro do Recife, pois a Lei N. 16.290, de 29/01/1997, converge com a documentação elaborada na gestão Joaquim Francisco (1991-1994) (estadual) e na gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996). Foram criados cinco pólos pela supracitada lei, recuperando-se algumas denominações criadas em 1992, a saber: a) o Pólo Bom Jesus; b) o Pólo Alfândega; c) o Pólo Arrecifes; d) o Pólo Pilar; e e) o Pólo Fluvial.

Ao mesmo tempo, concordando com Vieira (2008), essa gestão representou uma descontinuidade desse plano, ao, na prática, concentrar suas obras e ações no Projeto de Impacto 1 (Pólo Bom Jesus), “esquecendo-se” completamente do Projeto de Impacto 2 (Pólo Pilar), justamente o que concentrava os projetos de cunho social, ainda remanescentes da gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988). Foi dessa forma que, como alega Vieira (2008), a continuidade das ações e obras voltadas ao lazer, turismo e entretenimento, no Pólo Bom Jesus, teriam marcado a descontinuidade do plano de revitalização.

¹⁶³ A Lei N. 16.552, de 26/01/2000, alterou o Fundo de Revitalização do Bairro do Recife, ampliando as suas fontes de recursos, de modo a beneficiá-lo do desenvolvimento econômico e urbano do bairro (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2000b). Contudo, não se recolheu qualquer documento que demonstre que ele já tinha se tornado operacional, mesmo na gestão João Paulo (2001-2008).

O certo é que a lista de obras e ações da gestão Roberto Magalhães (1997-2000) aponta para a concentração de esforços no Pólo Bom Jesus, bem como os primeiros levantamentos e análises sobre o Pólo Alfândega, resultados da tentativa bem sucedida de se incluir a região da Igreja de Madre de Deus e do prédio da antiga alfândega no Programa MONUMENTA. Dessa forma, preparou-se o caminho para as intervenções no Pólo Alfândega, sem que se fizesse nada de concreto em relação ao Pólo Pilar.

Listam-se, a seguir, as principais realizações da PCR no Bairro do Recife, seguindo-se Vieira (2008): a) o restauro da Torre Malakoff e sua adaptação para funcionar como espaço para exposições; b) a construção do Terminal Marítimo de Passageiros; e c) a reforma da Praça do Marco Zero, transformada em um grande espaço para a realização de eventos.

No período 1997-2000, o Bairro do Recife contou com recursos do PRODETUR/NE e da segunda etapa do Projeto Cores da Cidade. Iniciaram-se os trabalhos para a captação do Programa MONUMENTA, que resultaram, inclusive, no tombamento do Bairro do Recife pelo IPHAN. A PCR continuou a manter uma intensa programação cultural no Pólo Bom Jesus. Por fim, a Rua do Bom Jesus continuou sendo o principal cartão postal da cidade, ao lado da Praia de Boa Viagem, tendo lugar de destaque na folheteria turística da gestão¹⁶⁴.

9.4.3 A implantação do Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro: euforia, declínio e queda de um centro de lazer, turismo e entretenimento aplicado fora do tempo e do espaço.

Em 2000, quase trinta anos após a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, o Pátio de São Pedro foi “inaugurado” como o novo pólo de lazer, turismo e entretenimento da cidade, dentro de um conceito similar ao encontrado no Pólo Bom Jesus, no Bairro do Recife; essa transformação devia-se, cabe recordar, ao conceito “copiar e colar” de um consultor que não fazia a menor idéia de o que o pátio representava para a cidade, nem de em qual contexto urbano ele estava inserido.

¹⁶⁴ O APÊNDICE P traz a reprodução de um material promocional da gestão Roberto Magalhães (1997-2000).

Essa “inauguração” representava o fim de um longo período de maturação do processo de regeneração urbana pelo qual passou o pátio, mesmo tendo esse processo sofrido uma série de alterações ao longo dos anos. Pode-se considerar como seu início a assinatura, em 1986, de um convênio entre a PCR e o IPHAN, ou mesmo a gestão Joaquim Francisco (1983-1985), que, mesmo tendo apresentado resultados pífios, foi a primeira a anunciar um processo de regeneração urbana para o supracitado logradouro, depois da criação do Centro Permanente de Turismo do Recife. Ou, ainda, o trabalho da equipe do DPSH/URB, no início dos anos 1980, que buscava superar um trabalho meramente de “balcão” para propor projetos mais ambiciosos de preservação patrimonial (Pátio de São Pedro e Bairro do Recife).

Contudo, esse longo tempo de maturação não impediu que o pátio tornasse-se o mais nítido e retumbante fracasso dos processos de regeneração urbana voltados ao lazer, turismo e entretenimento, no núcleo antigo, quíça de todo o Brasil. Ao contrário do Pólo Bom Jesus e do Pólo Alfândega, ou mesmo do Pelourinho, em Salvador, que experimentaram um grande sucesso de público e de crítica, antes de entrarem em decadência – considerando-se o conceito proposto –, a PCR nunca conseguiu atrair os parceiros privados ao pátio “revitalizado.” Mesmo com toda a infra-estrutura pronta e uma programação cultural permanente, de quinta-feira a domingo, onze das vinte e uma casas permaneceram fechadas por falta de interessados; apenas cinco ou seis novas firmas instalaram-se no pátio, em 2000.

Inaugurado em março de 2000, o pátio já não era mais freqüentado pelos públicos-alvo do projeto de revitalização, no último trimestre de 2000. A maior parte das novas firmas encerrou suas atividades no pátio entre o final de 2000 e o início de 2001, inclusive.

Não foram resultados estranhos, pois a (falta de) qualidade do projeto, como o item anterior da tese deixou claro. Era um projeto fadado a não dar certo, pelo seu caráter “copiar e colar,” pela desconsideração do contexto urbano e pelas funções que o pátio vinha exercendo, há muitos anos. Cabe, mesmo assim, analisar e avaliar a sua trajetória e a do projeto, para compor o quadro geral do retumbante fracasso.

Em março de 1997, logo no início da gestão, foi feito um levantamento da situação do Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro, com destaque para todas as ações tomadas pela PCR, no período 1993-1996, e tudo o que ainda precisava ser feito (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1997d). Todos os projetos de infra-estrutura física e de restauro arquitetônico já

estavam prontos; os três equipamentos culturais da PCR ainda estavam abertos ao público, mas a FCCR garantia que eles logo seriam fechados e colocados em licitação (termos de permissão remunerada de uso) – isso foi feito antes do ano 2000. Havia ainda seis ações de despejo em curso contra os locatários classificados como “indesejados,” que foram despejados no decorrer da gestão.

Ao mesmo tempo em que havia esse esforço para viabilizar o projeto de revitalização, as notícias de jornal apontam para a ausência de controle urbano e de serviços públicos básicos no pátio, inclusive limpeza; o *Jornal do Comércio* (1997a, p. 4, grifo nosso) refere-se ao pátio como “[...] um **antro** mal cheiroso, repleto de mendigos, prostitutas e desocupados [...]”. Era como se, enquanto não se viabilizassem os recursos necessários para esse projeto, o cotidiano do pátio não merecesse nenhuma atenção da PCR. O estacionamento irregular de veículos, o comércio informal desordenado, a perda progressiva da programação cultural da PCR, concentrada no Bairro do Recife, a deterioração do acervo tombado; Jerônimo (1997) sintetiza bem essa situação.

No final de 1997, a PCR e a FBB firmaram um convênio de cooperação financeira, no valor total de R\$ 567.626,33, composto por R\$ 454.101,07 da fundação e por R\$ 113.525,26 da prefeitura municipal (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1997)¹⁶⁵. É curioso notar que uma fundação cultural liberou recursos para obras civis de infra-estrutura e mobiliário urbano; a necessidade de a PCR ter recorrido à FBB ilustra a falta de verbas estaduais e federais para processos de regeneração urbana no núcleo antigo das grandes cidades brasileiras, bem como a perda de capacidade de investimento do IPHAN. Apesar de toda a documentação ter ficado pronta, no final de 1997, o convênio foi assinado apenas em 17/04/1998 (*JORNAL DO COMÉRCIO*, 1998).

Após a assinatura do convênio, previa-se o início das obras para o final de abril de 1998; esse início foi adiado sucessivas vezes, ao ponto dos trabalhos terem começado apenas no final de 1999. Dessa forma, o pátio foi “inaugurado” em 24/05/2000, a poucos meses das eleições municipais (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, 2000a). Não foi possível detectar os motivos de tal atraso na conclusão dos trabalhos de infra-estrutura e mobiliário urbano; contudo, cabe

¹⁶⁵ O supracitado valor total corresponde a R\$ 1.817.097,52 a preços de julho de 2011, com a utilização do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

frisar que não é incomum, principalmente na Região Nordeste, o represamento de obras e ações públicas, para que a sua inauguração caiam “coincidentemente” em anos eleitorais.

O projeto contemplou a reforma e implantação da infra-estrutura e do mobiliário urbano do pátio e entorno, bem como a renovação das redes de serviços públicos. Foram atingidos os seguintes logradouros: a) Pátio de São Pedro; b) Rua das Águas Verdes; c) Rua Felipe Camarão; d) Rua Tobias Barreto (trecho); d) Rua da Indústria; e) Rua do Fogo; f) Rua Direita (trecho); g) Rua/Travessa de São Pedro; e h) Travessa do Mercado (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1999).

As obras de infra-estrutura e mobiliário urbano concentraram-se na pavimentação e calçamento, sinalização com placas indicativas, iluminação, posteamento e implantação de rampas para deficientes físicos, além de outros pontos. A renovação das redes de serviços públicos envolveu a substituição e/ou a ampliação e modernização das redes de abastecimento d'água e esgoto, de águas pluviais e de energia elétrica, tanto no espaço público quanto nos imóveis da PCR. Segundo o diagnóstico da infra-estrutura do pátio e arredores, muitas dessas redes encontravam-se deterioradas, o que exigia a sua completa substituição (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1999; JME ENGENHARIA, 199-?)¹⁶⁶. Para isso, a PCR contou com o apoio de todas as concessionárias de serviços públicos envolvidas.

É interessante notar que duas intervenções da PCR foram desaprovadas pelo IPHAN – a nova iluminação do pátio e da Igreja de São Pedro dos Clérigos e a instalação de um palco para *shows* e eventos no logradouro. No primeiro caso, a PCR instalou essa nova iluminação à revelia das recomendações do órgão federal de preservação, que tinha indicado a manutenção do projeto feito em 1989 (KATZ, 2000). No segundo caso, o projeto do palco não foi aprovado pelo IPHAN, sob a alegação de interferência na ambiência do pátio (GUSMÃO, 2000; HOLLANDA, 2000); mesmo assim, ele foi instalado, permanecendo lá até hoje.

A gestão do projeto foi confiada ao Escritório de Revitalização do Pátio de São Pedro, nome fantasia em torno do qual um pequeno grupo de funcionários trabalhava exclusivamente sobre o pátio e entorno. Em consonância com o discurso da parceria público-privada e da auto-

¹⁶⁶ Da leitura do documento, depreende-se que, no período 1983-1996, não houve obras significativas para melhorar a infra-estrutura do pátio. As obras tinham mais a característica de “remendos,” principalmente na pavimentação e nas instalações elétricas.

sustentabilidade econômico-financeira do pátio, Maria Lucina Arcoverde foi indicada para a coordenação do escritório. Arquiteta e urbanista e funcionária de carreira da PCR, ela tinha experiência na busca de parcerias com firmas privadas para a manutenção de praças públicas. Além disso, tinha passado pelo Escritório de Revitalização do Bairro do Recife, conhecendo a experiência do Pólo Bom Jesus, na gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996).

Na gestão do Pátio de São Pedro, há uma contradição. Maria Arcoverde relata que não havia verbas para tocar o dia-a-dia do pátio, inclusive para incrementar a programação cultural permanente, que dependia de artistas particularmente interessados em se apresentar no local, pois os cachês eram pequenos. A equipe de trabalho era mínima também, sendo composta por ela, dois funcionários e duas ou três estagiárias. Pelo relato da entrevistada, confirmado por um funcionário do escritório, era necessário sempre haver um grande envolvimento pessoal seu, para implantar as obras e ações previstas. Ao lado dessa precariedade e falta de verbas do escritório, havia o total respaldo de Raul Henry ao seu trabalho, como ela coloca:

Raul Henry chamou-me para ser coordenadora do Pátio de São Pedro. [...] Agora, sempre por trás, eu tinha o respaldo. Você sabe que política [inaudível]. Eu dizia a Raul, “- Raul, olhe, eu tenho que fazer. Se a gente não fizer, vai ficar desmoralizado.” Aí, ele dizia, “- Pode fazer.” Aí, eu marcava, a gente ia lá, (sic) puf, e tirava tudo [refere-se às ações de controle urbano]. (Entrevista na Cidade do Recife, 29/12/2010)

O convênio entre a FBB e a PCR garantiu as obras físicas na área. Para a sua transformação em pólo de lazer, turismo e entretenimento, seria ainda preciso atrair firmas e empresários para o local, para a instalação de negócios que, segundo o projeto, conseguiriam atrair o público-alvo pretendido pela PCR, inclusive os turistas. É nesse momento que o conceito implantado no pátio revelou-se inadequado pela primeira vez; não havia muitos interessados em ir para lá. No lugar de licitações concorridas, como previa a PCR, onze casas ficaram desocupadas até o final da gestão. Maria Arcoverde comenta:

Foi difícil [trazer novos negócios], porque as pessoas não acreditavam. É o mesmo que você chegar agora para um empresário, e dizer, “- Olhe, venha para o Paço Alfândega.” [...] O McDonald’s foi um parto que não deu certo. [...] Eu acreditava que tinha mercado para um McDonald’s [...] Eles tinham tido uma experiência na Rua do Hospício [Bairro da Boa Vista], que não tinha sido viável. [...] Quando abriram na Rua do Hospício, disseram que o *ticket* médio do frequentador do centro não era compatível com o do McDonald’s. (Entrevista na Cidade do Recife, 29/12/2010)

A PCR conseguiu formalizar uma forte regulação pública sobre o funcionamento do pátio, tanto sobre o espaço público em si quanto sobre os estabelecimentos lá instalados. Todos os empresários, novos ou remanescentes, precisaram assinar um termo de permissão remunerada de uso, além de se submeter às Normas Gerais de Uso e Ocupação do Pátio de São Pedro, às Normas para Apresentação e Execução dos Projetos e ao Estatuto da ASPA. A PCR vinculou a associação à ASPA à continuidade da operação dos negócios no logradouro. Todos esses documentos permitiam à PCR formalmente regular e controlar os seguintes pontos:

- a) a correção monetária anual do valor pago pelos empresários pelo uso e ocupação dos imóveis da PCR, para que o pólo de lazer, turismo e entretenimento fosse auto-sustentável econômica e financeiramente, não dependendo de transferências assistemáticas de recursos para a sua manutenção e promoção;
- b) o nome fantasia utilizado pelos estabelecimentos;
- c) a manutenção da atividade comercial prevista em contrato, para que o composto de lojas e serviços pudesse ser mantido. Pretendia-se evitar a concentração de um ou dois usos no pátio, como, por exemplos, bares e restaurantes de comida regional;
- d) a conservação do imóvel pela firma (responsabilização), para se evitar o que já tinha acontecido, nos anos 1970 e 1980;
- e) a vestimenta dos garçons e atendentes. Junto com a obrigatoriedade de que todos os funcionários passassem periodicamente por cursos e treinamentos, isso pretendia manter uma boa qualidade no atendimento, evitando-se o clima familiar e informal presente nos bares e restaurantes populares;
- f) a abertura do estabelecimento de domingo a domingo, com horário mínimo das 13hs00 às 24hs00. Além disso, o escritório de revitalização poderia estabelecer horários extraordinários de funcionamento obrigatório. Os horários para o recebimento de mercadorias e para o despejo do lixo também seriam impostos pela PCR. Pretendia-se evitar que o pátio não “funcionasse” nos fins-de-semana, ou que os empresários encerrassem seus estabelecimentos em noites de fraco movimento;
- g) a participação obrigatória na ASPA, inclusive com o pagamento de mensalidades, o que, indiretamente, fazia com que todo e qualquer empresário compartilhasse parte dos custos de divulgação, segurança e eventos no pátio com a PCR;

- h) outros controles e regulações (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1999d, 1999e, 1999f, 1999g, 1999h).

Apesar da meticulosa regulação e controle da PCR sobre o pátio e os seus estabelecimentos, essa formalização não veio acompanhada de ações que viabilizassem a sua aplicação prática. Não houve a responsabilização clara de entidades ou departamentos da PCR para o seu cumprimento, nem a estruturação do Escritório de Revitalização do Pátio de São Pedro para esse fim. O alto nível de controle e detalhamento de tudo o que os estabelecimentos deveriam cumprir e fazer, para continuar funcionando no pátio, contrastava com a ausência quase completa de controle efetivo por parte da PCR. Esse contraste tornaria-se mais nítido e problemático na gestão João Paulo (2001-2008), como será visto no próximo item.

Em 24/05/2000, o Pátio de São Pedro foi “inaugurado” formalmente pela terceira vez. Foram espalhados *outdoors* pelo Recife e publicados anúncios na imprensa local, que buscavam chamar a atenção para o novo pólo de lazer, turismo e entretenimento da cidade, com duas chamadas, a saber: a) 217 anos e inaugura na próxima sexta; e b) Venha conhecer a nova história do pátio (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2000c). Houve a distribuição de *folders* sobre o “novo” Pátio de São Pedro, sempre se destacando sua oferta de bares, restaurantes e lojas de artesanato. As fotos 061 e 062 apresentam dois desses materiais:

Foto 061: Novo Pátio de São Pedro. Valorização da nossa cultura. Respeito pela história do Recife (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2000d). A foto mostra o *folder* distribuído na “inauguração” do Pátio de São Pedro. O material traz um conjunto de informações dividido em três tópicos, a saber: a) Lazer e ótimas compras; b) Valorização da cultura; e c) Infra estrutura. Mesmo no segundo, não há nenhuma informação sobre a importância patrimonial da Igreja de São Pedro dos Clérigos e do conjunto arquitetônico e paisagístico do Pátio de São Pedro, nem ao menos uma mera citação do tombamento pelo IPHAN. A valorização da cultura liga-se aos eventos e festas promovidos no logradouro: “Constantes shows de artistas locais e regionais, concertos públicos e exposições de

artistas já estão programadas e vão acontecer todas as semanas, de 5º a domingo (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2000d).” Trata-se de um material completamente diferente do livreto Igreja de São Pedro dos Clérigos (roteiro turístico), publicado pela EMETUR, em 1969 (PIO, 1969)

Foto 062: Projeto Pátio de São Pedro (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2000e). A foto mostra o interior de um *folder* distribuído após a “inauguração” do Pátio de São Pedro, em 2000. Nele, coloca-se que um dos objetivos do projeto de revitalização é “tornar a área um pólo turístico de referência nacional e internacional (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2000e).” De certo modo, ele tornou-se referência, mas apenas de o que não fazer em um processo de regeneração urbana.

Durante o período de inauguração, as ações da PCR durante o período de inauguração demonstravam o enorme esforço para convencer os recifenses, visitantes e turistas a freqüentar o “novo” pátio: quiosque de acesso à Internet, exposições e mostras variadas, bancas com comidas típicas regionais, pontos de venda de água de coco-da-baía e de empresas de telefonia, *stand* provisório de informações turísticas, canhões de luz iluminando o céu do Recife etc. (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2000c). Após a inauguração, a PCR intensificou a segurança no local, através de quinze guardas municipais e de uma equipe da Polícia Militar (JORNAL DO COMÉRCIO, 2000a), transformando-o em uma “ilha de segurança” dentro do Bairro de São José. Houve a volta de uma programação cultural permanente no pátio; o otimismo com o projeto foi quase generalizado na cidade (JORNAL DO COMÉRCIO, 2000b; ALBERTIM, 2000)¹⁶⁷. Maria Arcoverde sintetiza todo o seu esforço para implantar e consolidar o pátio revitalizado:

Inclusive, a gente chegou a ter manobristas no pátio. Eu cheguei a colocar manobristas, porque eu queria que o pátio virasse um *point*, como o Bairro do Recife tinha sido em outras épocas. Então, as pessoas mais reclamavam da segurança; a gente colocou segurança lá. A gente tirou os camelôs. A gente colocou empreendimentos, não é? Assim, pelo menos a gente tentou. Quando a gente inaugurou, foi feito um calendário de eventos, cada mês tinha um pátio [no caso, tema]. (Entrevista na Cidade do Recife, 29/12/2010)

O “novo e revitalizado” pátio fez um enorme sucesso, nos primeiros três ou quatro meses de funcionamento, para depois começar a perder o público-alvo pretendido pela PCR, com o encerramento de atividades de quase todos os novos estabelecimentos, ainda em 2000. Alexandre Lins, proprietário do Restaurante Banguê, instalado no pátio há quase trinta anos, relembra o fracasso de seus concorrentes mais sofisticados, quando perguntado o que aconteceu com eles:

¹⁶⁷ Destaca-se, como exceção à regra, a arquiteta e urbanista Vera Millet, que já apontava para a incapacidade de manutenção desses pólos de lazer, turismo e entretenimento no longo prazo, com a sua conseqüente reapropriação pelos antigos freqüentadores (TEJO, 2000).

Esses aí [restaurantes sofisticados] duraram apenas três meses no Pátio de São Pedro. Eles não agüentaram, disseram que o pátio não tinha público. O pátio é muito popular, não adiante colocar aqui um restaurante fino, pois não há público. Esses restaurantes acabaram fechando logo. (Entrevista na Cidade do Recife, 23/01/2007)

Os relatos de alguns freqüentadores antigos convergem com a opinião dos empresários remanescentes do pátio. Um bancário, que almoça quase que diariamente no logradouro, há mais de vinte anos, descreve o que aconteceu após a “inauguração”:

A prefeitura gastou muito dinheiro aqui. Em alguns dias, havia tantas pessoas que era difícil andar pelo pátio; havia também exposições, *shows* para crianças, era sempre festa. E vinha um pessoal diferente; outro dia, tinha um grupo do Sul [do Brasil] tirando fotos do pátio, coisa rara por aqui. E gente jovem, bem vestida, aqui do Recife mesmo, de Boa Viagem e Casa Forte, eu acho. Mas não durou muito; eu acho que foi mais a novidade, quando deixou de ser novidade, o movimento foi diminuindo, diminuindo, até voltar a ser a velha freguesia que almoça e petisca por aqui. (Entrevista na Cidade do Recife, 29/01/2008)

Há quatro fatores principais que explicam o fracasso desse projeto de revitalização. Primeiro, ele não considerou a função urbana do pátio, a de servir, salvo curtos espaços de tempo, as pessoas que moram e/ou trabalham nos bairros de Santo Antonio e de São José.

Segundo, o projeto provocou certa “monotonia” na oferta turístico-cultural do pátio. Não se conseguiu estender os dias e horários de abertura da Igreja de São Pedro dos Clérigos, que continuou a permanecer fechada nos fins-de-semana. A Galeria Lula Cardoso Ayres e o Museu de Arte Popular do Recife foram encerrados; a Casa do Carnaval continuou funcionando em outro imóvel, mas em precárias condições físicas e sem uma programação cultural permanente. Além disso, onze casas do pátio permaneceram fechadas, apenas recebendo mostras ocasionais.

Terceiro, não se conseguiu o apoio nem o entusiasmo do *trade* turístico pernambucano. Por exemplo, o logradouro continuava a não ser incluído no passeio (*city tour*) Recife e Olinda das principais agências de turismo receptivo locais, que, após uma breve parada no Bairro do Recife, levavam os turistas até Olinda, retornando depois apenas para a Casa da Cultura. Dado que ele nunca foi consultado sobre o projeto de revitalização, não se pode reclamar da sua

postura; mesmo “revitalizado,” o pátio não se adequava ao seu modelo de exploração turística.

Quarto, o pátio localiza-se no Bairro de São José, perto da fronteira com o Bairro de Santo Antonio, no que se convencionou chamar de “coração” do núcleo antigo, ou o “centrão mesmo” do Recife. Trata-se de um espaço urbano que assiste, desde os anos 1960, a perda progressiva de população residente, a saída de firmas para outras partes da cidade, a deterioração da infra-estrutura e do mobiliário urbano e a mutilação, descaracterização e demolição do patrimônio cultural edificado. Há forte presença da população de rua, do comércio informal e da venda e consumo de entorpecentes, em uma área suja e mal cuidada. Mesmo com o tratamento das vias de acesso, o projeto de revitalização atuou sobre um logradouro inserido dentro de um dos espaços urbanos mais deteriorados e estigmatizados da cidade. A questão do entorno perigoso e problemático aparece em uma série de entrevistas e observações participantes, como o principal motivo de o projeto não “ter ido à frente,” da mesma forma que em ocasiões anteriores¹⁶⁸.

Em 2001, o projeto de revitalização foi interrompido; a gestão João Paulo (2001-2008) diminuiu a sua programação cultural, não dando logo novos usos aos imóveis desocupados. Pela primeira vez, desde 1983, o pátio não estava mais formalmente passando por um processo de regeneração urbana.

Os gastos e investimentos da PCR em programação cultural, conservação patrimonial e gestão administrativa, entre 1969 e 2000, inclusive, mesmo que com intensidades diferentes ao longo desse período, não conseguiram transformar o pátio em uma atração turística importante do Recife, nem gerar recursos próprios para o restauro e manutenção do acervo tombado, tampouco prover ações de educação patrimonial para a população local. Além disso, fizeram com que o pátio tornasse-se cada vez menos presente no dia-a-dia do recifense, mesmo daquele que frequenta os bairros de Santo Antonio e São José.

¹⁶⁸ No caso do Pátio de São Pedro, destacam-se a fama e a situação de três logradouros, a saber: a) a Rua do Fogo, notório ponto de prostituição feminina e masculina; b) a Rua Felipe Camarão, boca de fumo após às 21hs00; e c) a Rua das Águas Verdes, que concentra o comércio de sucata do Bairro de São José, além de servir de ponto para lavagem e estacionamento de carrinhos de comida. Não por acaso, esse último logradouro é um dos mais sujos e mal cheirosos de todo o núcleo antigo.

9.4.4 Suma conclusiva sobre a gestão Roberto Magalhães (1997-2000).

A gestão Roberto Magalhães (1997-2000) marcou o início do planejamento estratégico para a Cidade do Recife como um todo, cujo marco principal foi a publicação do Projeto Capital. Esse processo ligava-se à conjuntura de crise fiscal do Estado e de baixo crescimento econômico, na segunda metade dos anos 1990, mas também à ascensão do modelo de Estado regulador no Brasil. A privatização de firmas estatais, a concessão de serviços públicos, a defesa das parcerias público-privadas, o *privatism*; tudo isso se refletia no Projeto Capital, cujas propostas mais ambiciosas, inclusive às relacionadas à gestão pública, encontravam-se muito além da (baixa) capacidade institucional da PCR.

Contudo, essa tentativa de implantação do planejamento estratégico resumiu-se a um arremedo de projetos, em busca de investimentos privados e financiamentos, como a leitura do Recife 2000 e do Projeto Capital atesta. Além disso, os planos foram arquivados já em 2001, com a troca de gestão municipal; a “tradição” da descontinuidade administrativa na PCR sobrepôs-se à “receita de bolo” inspirada no modelo catatão de planejamento estratégico.

O patrimônio cultural material e imaterial e o turismo alcançaram o *status* de prioridade máxima dentro dos documentos-chave da gestão, refletindo as suas trajetórias ascendentes na agenda pública municipal. O patrimônio é um elemento de destaque no planejamento estratégico recifense, pois é o que permitiria a transformação da cidade em um destino turístico de importância nacional e internacional, além de servir de base para a regeneração do núcleo antigo. O turismo é usado como justificativa para uma série de projetos, que vai da despoluição do Rio Capibaribe até a intervenção nos morros da cidade, passando, é claro, pelo núcleo antigo.

A preservação patrimonial passou a se vincular obrigatoriamente à utilização econômica. Nos sítios históricos, o fomento ao lazer, turismo e entretenimento era a regra. Nos exemplares isolados, a legislação fez com que os IEPs tornassem-se atrativos ao mercado imobiliário, mesmo com o sacrifício da ambiência do bem protegido pela legislação.

Contudo, o aumento da importância do turismo e do patrimônio cultural, no discurso público da PCR não foi acompanhado pela estruturação dessas áreas na sua estrutura administrativa,

com exceção da realização de grandes eventos turísticos. O DPSH/URB seria extinto na gestão João Paulo (2001-2008), após o seu progressivo esvaziamento, nos anos 1990; a área de turismo continuaria concentrada na função de promoção turística.

Os grandiosos planos, programas e projetos de regeneração urbana no núcleo antigo não foram acompanhados por um aumento relevante do investimento público nessa parte da cidade. O Plano de Revitalização Bairro do Recife e o Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro representaram apenas um conjunto de obras e ações concentrado em dois pequenos espaços urbanos do núcleo antigo. A esmagadora maioria das propostas previstas nunca saiu do papel; no Bairro da Boa Vista, por exemplo, nada foi feito por essa gestão municipal. Algumas funções importantes, como, por exemplo, a residencial, foram negligenciadas, mesmo se sabendo que, sem residentes locais, todo e qualquer processo de regeneração urbana não consegue manter-se, no médio e longo prazo.

O Recife 2000 e o Projeto Capital foram saudados como a entrada do Recife no Século XXI, que preparariam a cidade para se beneficiar da “nuvem de dinheiro que anda procurando o melhor pouso,” nas palavras já citadas de Regina Meyer. Contudo, o Relatório das Ações Municipais 1997/2000 aponta que todas as principais obras dessa gestão ainda se ligavam à expansão e melhoria do sistema viário municipal; das onze obras listadas, apenas uma localizava-se dentro do núcleo antigo, e mesmo assim em uma das suas “franjas”: a construção do Complexo Viário Joana Bezerra (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2000f). Um dos fatores determinantes para esse baixo investimento no núcleo antigo era a falta de recursos e de fontes de financiamento externas, inclusive das outras esferas de governo (estadual e federal). Isso fazia com que as propostas de regeneração urbana não se materializassem, por falta de recursos financeiros.

Por fim, cabe sintetizar alguns pontos importantes referentes à intervenção pública no Pátio de São Pedro. Primeiro, nota-se, mais uma vez, a presença de um “padrinho” para o processo de regeneração urbana, que o tornou prioridade de governo: Raul Henry, vice-prefeito e Secretária de Cultura e Turismo. Isso contribui para caracterizar os processos de regeneração urbana como algo vinculado diretamente a um ator-chave da gestão municipal; mais de o que políticas de governo, os processos de regeneração urbana sempre foram políticas “pessoais,” com objetivos políticos bastante claros.

Segundo, o pátio tornou-se um processo de regeneração urbana “secundário,” em virtude da ascensão do Plano de Revitalização Bairro do Recife, a partir de 1992. A gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996) elevou o Bairro do Recife ao *status* de prioridade, fazendo com que o pátio transformasse-se em apenas mais um dos incontáveis projetos para os bairros da Boa Vista, Santo Antonio e São José; Raul Henry “salvou-o” dos arquivos da PCR, ao transformá-lo em prioridade pessoal. A área do pátio é reduzida, impedindo intervenções de maior escala. Seu entorno é classificado como problemático, inclusive pela forte presença de elementos “indesejados,” como, por exemplo, prostitutas, drogados e população de rua; contudo, pela lógica dos processos de regeneração urbana, pode-se colocar também a população de mais baixa renda, de forma geral. Por fim, o tombamento federal e a propriedade direta de muitas casas no pátio impedem o desenvolvimento imobiliário do local.

Os principais indicadores disso são a Lei N. 16.290, de 29/01/1997 (Plano Específico de Revitalização da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural 09), e o Relatório das Ações Municipais 1997/2000, que mostra a concentração das ações municipais no Bairro do Recife, considerando-se todo o centro expandido (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1997c; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2000f).

Terceiro, o Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro foi apresentado como parte integrante de planos ou programas mais abrangentes, que tinham como objetivo a regeneração urbana dos bairros de Santo Antonio e São José, e/ou do núcleo antigo como um todo – isso já vinha acontecendo nas gestões municipais anteriores. Na gestão Roberto Magalhães (1997-2000), chegou-se a apresentar quatro nomes para esses processos mais amplos – Dinamização dos Bairros de Santo Antonio e São José, Reestruturação dos Bairros de Santo Antonio e São José, Ação Reabilitação Urbanística dos Bairros de Santo Antônio, São José e Boa Vista e Projeto de Revitalização e Dinamização dos Bairros de Santo Antônio e São José –, sem que nenhum deles representasse um planejamento minimamente coeso e estruturado. Por exemplo, Maria Arcoverde coloca que o pátio seria a ponta-de-lança para a recuperação dos bairros de Santo Antonio e São José, como a passagem abaixo demonstra:

A revitalização do pátio de São Pedro é parte de um projeto que será estendido a todo o bairro de São José e ao de Santo Antônio. “Queremos explorar a história da cidade, desconhecida mesmo pela maioria dos recifenses. Um exemplo, são as igrejas históricas do centro. Faremos um

circuito pelas igrejas¹⁶⁹. O pátio será o ponto de apoio para os grupos”, explicou [Maria Arcoverde]. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1998, p. 46)

Contudo, a Foto 063¹⁷⁰ é ilustrativa do caráter “estanque” dos processos de regeneração urbana do Pátio de São Pedro:

Foto 063: Página da proposta para a nova iluminação do Pátio de São Pedro – gestão Roberto Magalhães (1997-2000) (ARCOVERDE, 2000). Fonte: arquivos da 5ª Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN. O documento não está datado, mas provavelmente é de 2000. O Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro da gestão Roberto Magalhães (1997-2000) contemplou a proposta para uma nova iluminação do Pátio de São Pedro e Igreja de São Pedro dos Clérigos. A página reproduzida na foto 063 é emblemática do caráter desse processo de revitalização, que tratou o pátio como um espaço à parte do restante do Bairro de São José; enquanto esse logradouro reluz no documento, seu entorno está apagado, mesmo lúgubre, sendo pintado em um triste tom cinza.

Quarto, o apelo ao lazer, turismo e entretenimento, aliado à popularização do Bairro de São José, aumentou gradativamente o contraste entre o pátio desejado pela PCR e o contexto

¹⁶⁹ Há uma notícia de jornal que relata o interesse de criação de um circuito turístico no núcleo antigo, que teria as igrejas barrocas como a grande atração (MORAES FILHO, 1999). Propostas similares foram feitas na gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996), como visto anteriormente, e na gestão João Paulo (2000-2001). Contudo, isso nunca foi efetivamente implantado.

¹⁷⁰ Excepcionalmente, a Foto 063 reproduz a Foto 213 do **APÊNDICE M**.

urbano no qual ele estava inserido. Em 2000, houve o ápice desse processo, quando a prefeitura municipal transformou esse logradouro em uma “ilha” de segurança, limpeza e sofisticação dentro de um “mar” de pobreza, prostituição e deterioração física, ambiental e humana. Não é de se estranhar que muitos dos usuários do pátio foram transformando-se em elementos “indesejados,” ao longo dos anos; o Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro recuperou o firme desejo de se elitizar o logradouro, presente, pela primeira vez, na criação do Centro Permanente de Turismo do Recife.

Quinto, os problemas de gestão e administração do pátio contrastavam com o forte controle e regulação previstos e formalizados para o logradouro, bem como com a estrutura de gestão proposta pelo Programa RECIFE – CIDADE EFICIENTE, do Projeto Capital. Em suma, eram propostas fora da realidade do Recife, provavelmente inspiradas pelos preceitos da Nova Gestão Pública, com a sua defesa das agências executivas e agências regulatórias, da responsabilização, das parcerias público-privadas etc. No período 1997-2000, a gestão pública do pátio, concentrada na figura de uma funcionária – mesmo que particularmente competente, segundo todos os relatos –, representou um retrocesso em relação ao Centro Permanente de Turismo do Recife, que contava com uma legislação e uma comissão executiva exclusivas para a área.

Sexto, a valorização patrimonial do pátio, inclusive da Igreja de São Pedro dos Clérigos, sempre foi um elemento secundário nos processos de regeneração urbana, com a possível exceção da gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988); entretanto, a falta de recursos fez com que o processo não avançasse nesse período. A melhor comparação é o composto comercial proposto para o pátio. Em 1970, o Centro Permanente de Turismo do Recife baseava-se no típico e regional; em 2000, ele tinha transformado-se em uma praça de alimentação de *shopping center*, ocupada com franquias de marcas nacionalmente conhecidas, inclusive um McDonald’s (proposta).

Sétimo, o pátio foi “inaugurado” três vezes, em 1970 (Centro Permanente de Turismo do Recife), em 1990 (Projeto Suvnil Cor, Arquitetura & Memória) e em 2000 (Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro). Em nenhuma das três oportunidades, o conceito implantado, sempre ligado ao lazer, turismo e entretenimento e a determinados públicos-alvo, conseguiu ser bem sucedido por mais de o que um punhado de meses.

Oitavo, a influência do Plano de Revitalização Bairro do Recife, mais especificamente do Projeto de Impacto 1, é clara. O Pólo Bom Jesus “inspirou” a formulação do Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro, ainda na gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996), e a sua implantação, no período 1997-2000. Inclusive, firmou-se um convênio entre a PCR, a Fundação Roberto Marinho, a Tintas Coral e a Telemar para a pintura e reforma de 190 fachadas no Pátio de São Pedro e arredores, espécie de “desdobramento” do Projeto Cores da Cidade (BARBOSA, 1999; JORNAL DO COMÉRCIO, 1999; DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1999). O convênio não gerou muitos resultados, provavelmente pela incapacidade ou desinteresse dos proprietários em efetuar a contrapartida necessária.

Por fim, o final dos anos 1990 assistiu a criação de uma nova “época de ouro” para o Pátio de São Pedro: os anos 1980, povoados pela boemia recifense, por intelectuais e poetas, que se reuniam regularmente no Pátio de São Pedro, aproveitando-se da segurança, dos bares e restaurantes e da segurança presentes no logradouro (BARBOSA, 1999; JORNAL DO COMÉRCIO, 1997b; JORNAL DO COMÉRCIO, 2000c). Pela análise e avaliação feitas nesse trabalho, opta-se firme e seguramente pelo Centro Permanente de Turismo do Recife para assumir o papel. É preciso ter muita nostalgia e boa vontade para sentir saudades dos tempos da Geração do Pátio, como ficou conhecido o grupo de poetas que freqüentava o logradouro, nos anos 1980, dado todos os problemas que o afligiam. “Anos Dourados” por “Anos Dourados,” a gestão Geraldo Magalhães (1969-1971) pelo menos sempre terá a vantagem da busca pelo novo.

9.5 A gestão João Paulo (2001-2008): novos conceitos e velhos problemas na “ilha” de museus, memoriais e centros culturais do Pátio de São Pedro.

Em 2000, João Paulo ganhou as eleições municipais, substituindo Roberto Magalhães na PCR. Ele foi o primeiro político do Partido dos Trabalhadores a assumir a prefeitura municipal, permanecendo oito anos no cargo, já que foi reeleito, em 2004. De origem humilde, participou de vários movimentos sociais, e teve atuação destacada na Central Única dos Trabalhadores, ajudando, em 1979, a criar o Partido dos Trabalhadores em Pernambuco.

Coincidentemente, a exemplo de Augusto Lucena – também de origem humilde –, a sua gestão foi marcada pelo personalismo e autoritarismo do prefeito municipal, inclusive no que tange a implantação de projetos polêmicos; pode-se dizer que o Parque Dona Lindu, no Bairro de Boa Viagem, foi a Avenida Dantas Barreto dessa gestão, guardadas as devidas proporções. A caracterização feita por José Luiz da Mota Menezes sintetiza uma opinião presente em vários entrevistados: “Ele tinha uma visão personalíssima dele, que era a teimosia. Ele montava no cavalo, e se amarrava no estribo.” (Entrevista na Cidade do Recife, 04/01/2011)

Esse personalismo foi verificado também em algumas pastas municipais, como a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Turismo e Esportes, depois Secretaria de Turismo, na qual os projetos e ações prenderam-se à vontade pessoal dos titulares, com pouca ou nenhuma participação dos funcionários ou outros elementos, como será visto adiante. A transformação do Pátio de São Pedro, no período 2001-2008, prendeu-se às idéias de João Roberto Peixe, titular da Secretaria de Cultura, pelo recolhido na pesquisa documental e nas entrevistas com atores-chave dessa gestão.

Ela notabilizou-se pela interrupção brusca dos processos de regeneração urbana no Pólo Bom Jesus e no pátio, através do corte na programação cultural e da diminuição na limpeza, segurança e controle urbano. Assim como tinha ocorrido no pátio, os bares e restaurantes foram fechando, aos poucos, no Pólo Bom Jesus; em 2002, ele não era mais um ponto importante da vida noturna da cidade.

Considera-se que a gestão “saiu” do núcleo antigo, concentrando seus investimentos na periferia pobre da cidade, principalmente em regiões de morros, e privilegiando os investimentos em saúde, educação e assistência social. No período 2001-2008, o Brasil voltou a apresentar taxas razoáveis de crescimento econômico, acompanhadas por um processo de redistribuição de renda. Isso aumentou a capacidade de investimento da PCR, sem que se tenham observado investimentos relevantes no núcleo antigo.

Se, no discurso, o núcleo antigo foi apresentado como a grande oportunidade de desenvolvimento da cidade, através da formulação do Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda, na prática, ele ficou à margem dos grandes investimentos públicos municipais; esses priorizaram a periferia pobre da cidade, a saúde, educação e assistência social e, como

sempre, a expansão e melhoria do sistema viário municipal, inclusive através de grandes obras viárias, ponto comum a todas as gestões municipais dos últimos quarenta anos.

9.5.1 Políticas públicas de patrimônio e turismo: o contraste entre a grandeza de intenções e a falta de gestão, coordenação e recursos materiais (humanos e financeiros).

Em 2001, a cultura e o turismo foram formalmente separados dentro da PCR, através da criação da Secretaria de Cultura e da Secretaria de Turismo e Esportes. No segundo governo João Paulo (2005-2008), a função de esportes foi deslocada para outra pasta municipal, criando-se a Secretaria de Turismo. Após décadas de vinculação a outras pastas, as duas áreas finalmente conquistavam sua autonomia na PCR.

Houve uma aparente convergência de interesses entre as duas pastas. A Secretaria de Cultura elegeu como sua prioridade número um a utilização econômica do patrimônio cultural material e imaterial; para isso, o turismo cultural foi avaliado como a melhor opção para o desenvolvimento econômico, o fomento cultural e a preservação patrimonial no Recife. João Roberto Peixe tinha planos ambiciosos, para transformar o Recife em um grande centro nacional e internacional de turismo cultural:

Quando os projetos [Programa Multicultural e Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda] se consolidarem, nós esperamos que o Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda passe a ser um elemento altamente competitivo dentro do mercado turístico nacional e internacional, e faça com que nós tenhamos um maior fluxo para as duas cidades: Recife e Olinda. (Entrevista na Cidade do Recife, 11/07/2005)

Ao mesmo tempo, a Secretaria de Turismo e Esportes defendia que o composto sol, mar e praia não conseguia mais atrair o turismo de lazer à cidade, dada a concorrência com os balneários da Região Nordeste, inclusive Porto de Galinhas, e do problema do ataque de tubarões, na Praia de Boa Viagem. Entre 2001 e 2005, inclusive, vários hotéis encerraram as atividades, inclusive na Avenida Boa Viagem. Assim, a pasta municipal defendia a exploração de dois segmentos de mercado, a saber: a) o turismo de negócios, inclusive de eventos e convenções; e b) o turismo cultural. Dentro da segunda linha, trabalhou-se com

propostas de roteiros histórico-culturais, com a transformação do Carnaval em “Carnaval Multicultural,” com uma nova promoção turística etc.

Contudo, o que se percebeu, ao longo da gestão, foi a falta de diálogo e coordenação entre essas duas pastas. Nas entrevistas com dirigentes e funcionários de ambas, percebeu-se até mesmo certo clima de hostilidade entre elas. Isso fez com que as propostas e os esforços para desenvolver o turismo cultural no Recife confinassem-se, no período 2001-2008, a secretarias que trabalhavam como estruturas paralelas, sem pontos de contato ou diálogo. Carlos Lins Braga, secretário-adjunto de turismo e esportes nessa gestão, revela o caráter estanque das políticas públicas de turismo e de cultura, ao responder sobre a atuação da sua pasta no pátio de São Pedro e no Teatro Santa Isabel:

Eu prefiro deixar você obter essa resposta junto à Secretaria de Cultura, que é a responsável pelo Pátio de São Pedro. [...] É gestão da Secretaria de Cultura.

Há algum ponto de contato entre a Secretaria de Turismo e Esportes e o Pátio de São Pedro?

[Silêncio] Não, não existe. [...] a administração é toda da Secretaria de Cultura. [...] Vou ficar dizendo a mesma coisa [sobre o Teatro Santa Isabel]: é com a Secretaria de Cultura. [...] Eu lamento não poder te dar essa resposta, mas eu gostaria que você perguntasse isso na Cultura, “- Por que o teatro não é aberto?” Ele deve ter alguma explicação. Qual é o principal argumento para o Teatro de Santa Isabel não ser aberto à visitação pública? Eu não sei te informar. (Entrevista na Cidade do Recife, 07/07/2005)

Por isso, mesmo com a criação da Secretaria de Turismo, em 2005, a área de turismo continuava com uma atuação restrita à promoção e divulgação turística, apoiada pelo Recife Convention & Visitors Bureau, criado em 2001. Ou seja, tratava-se de uma pasta municipal “ausente” nos projetos e discussões relacionados ao desenvolvimento turístico da cidade, como acontecia em gestões anteriores. Isso também se verificou no Pátio de São Pedro¹⁷¹.

A Secretaria de Cultura foi ocupada por João Roberto Peixe durante toda a gestão. Havia dois grandes projetos guarda-chuvas, a saber: a) o Programa Multicultural, voltado ao fomento cultural; e b) o Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda (PREFEITURA DA CIDADE

¹⁷¹ O **APÊNDICE Y** traz uma descrição, análise e avaliação de projetos e ações formulados e/ou implantados pela Secretária de Turismo (e Esportes) na gestão João Paulo (2001-2008), bem como críticas ao seu padrão de atuação.

DO RECIFE, 2001a). Como o complexo transformou-se em uma tentativa de planejamento estratégico, extrapolando a atuação dessa pasta, ele será abordado adiante. Cabe, aqui, abordar dois pontos relativos às políticas públicas de cultura e patrimônio dessa gestão.

Primeiro, houve a tentativa de se atrair uma filial do Museu Guggenheim, sob a justificativa de fazer com que o Recife transformasse-se em um destino turístico internacional (turismo cultural). O museu seria a âncora principal do Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda; entretanto, o projeto não saiu do papel, pela incapacidade financeira da PCR para arcar com os estudos de viabilidade (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2001a), e também pela desconfiança em relação à Fundação Guggenheim, como colocou, em entrevista, Rúbia Campelo, secretária-adjunta da Secretaria de Cultura no início da gestão.

Em suma, como visto na revisão de literatura analítica, tratou-se da tentativa de se implantar uma *flagship attraction* na Cidade do Recife, como fez Bilbao com a mesma fundação; nada estranho ao receituário do planejamento estratégico, que teria seu ápice (formal), nessa gestão, com a proposta do Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda.

Segundo, a gestão João Paulo (2001-2008) foi marcada pela extinção do DPSH/URB; a reforma administrativa da URB não previa a sua manutenção. No início da gestão, uma reforma do Código Tributário Municipal praticamente inviabilizou a concessão de incentivos fiscais para os trabalhos de restauro, conservação e preservação de imóveis inseridos dentro de setores de preservação rigorosa das zonas especiais de preservação do patrimônio histórico-cultural. Em conversa reservada, um arquiteto e urbanista do DPSH/URB expôs a sua frustração, nos últimos dias do departamento:

Certo dia, um proprietário chegou à URB reclamando que o que nós tínhamos prometido não valia mais, que a lei tinha mudado, e que ele não tinha sido informado. Foi quando a gente descobriu que a Secretaria da Fazenda tinha reduzido os benefícios fiscais para as zonas especiais de preservação, sem nos consultar ou avisar. Eu fiquei impressionado, pois restringiram os benefícios de recuperação e conservação ao valor venal do imóvel. [...] Nós fizemos esta solicitação especial, em 2003, para mudar a legislação, e não recebemos até agora nenhuma resposta. Fizemos mais uma solicitação, agora em 2005, mas também não recebemos nenhuma resposta. [...] Enviamos, e nada. [...] Na prefeitura, é assim mesmo: a gente não ganha uma. (Entrevista no Recife, julho de 2005).

Por intervenção de João Roberto Peixe, foi criada a Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC), na Secretaria de Cultura, que, na prática, substituiu o DPSH/URB. Mesmo estando na pasta municipal responsável pela formulação do Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda, que formalmente colocou o patrimônio cultural material como prioridade de gestão, a DPPC ainda não conseguiu “firmar-se” na Secretaria de Cultura, como coloca Rubia Campelo, principal responsável pela proposta de criação dessa diretoria:

A URB sofreu um processo de esvaziamento muito grande na gestão João Paulo, e o DPSH/URB estava completamente alijado de tudo. [...] A idéia era, de fato, descentralizar os técnicos para as regionais, e [ênfase na voz] acabar com a equipe do DPSH/URB. [...] Contudo, o perfil da secretaria [de Cultura] é muito assim de evento, desses eventos enormes, a parte técnica é muito precária. [...] Não dá para a gente saber se seria melhor ficar esperando apagar a luz na URB, ou fazer o que foi feito [criação do DPPC]. (Entrevista na Cidade do Recife, 12/01/2011)

Em suma, mais uma vez, o *status* de prioridade dado ao turismo e ao patrimônio cultural, consubstanciado no Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda, não se refletiu na estruturação dessas áreas dentro da PCR. No turismo, continuou o foco na promoção e divulgação turística. Na cultura, os grandes eventos dominaram o dia-a-dia da pasta, resultando na falta de verba para outros projetos e funções. A classificação do patrimônio cultural material como um ativo-chave para o desenvolvimento do Recife conviveu, paradoxalmente, com o esvaziamento da função de preservação patrimonial¹⁷².

9.5.2 O núcleo antigo do Recife ainda passa por um processo de regeneração urbana? Retórica, planejamento e ações práticas na gestão João Paulo (2001-2008).

Em 2001, logo no início da gestão, a PCR assumiu o discurso de que o núcleo antigo não passava mais por um processo de regeneração urbana; indicativa dessa nova postura

¹⁷² O melhor exemplo desse contraste entre a formalização e discurso e a prática da PCR foi a proposta malograda de transformar parte do núcleo antigo em Patrimônio Cultural da Humanidade. Os trabalhos ficaram a cargo do DPSH/URB, que, na prática, já estava em processo de extinção. O prefeito municipal, que, até aquele momento, não tinha demonstrado qualquer tipo de preocupação com o acervo patrimonial protegido, declarou que esse projeto tinha virado uma prioridade pessoal. Contudo, a candidatura era inviável; por exemplo, no Pátio do Livramento, dos cinquenta imóveis levantados, apenas um estava preservado. Para mais informações, ver Prefeitura da Cidade do Recife (2004a).

municipal foi a descontinuidade das ações no Pólo Bom Jesus e no Pátio de São Pedro, que gerou o sentimento de que a prefeitura municipal tinha “saído” do núcleo antigo.

De fato, o discurso da regeneração urbana saiu das notícias da imprensa local, bem como das declarações de dirigentes e funcionários públicos municipais, salvo raras exceções. Uma gestão preocupada em promover ações de cunho social, e comprometida com a população mais pobre, não poderia continuar investindo em projetos ligados ao lazer, turismo e entretenimento, cujos principais beneficiários tinham sido um público de classe média e alta¹⁷³.

Antes de se adentrar no Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda, cabe fazer duas observações importantes. Primeiro, houve a entrada e consolidação de novos atores na questão da regeneração urbana do núcleo antigo. Em 2001 ou 2002, foi criada a Associação Centro Vivo Recife, inspirada na Associação Viva o Centro, de São Paulo. Ela tem como objetivo “[...] fomentar e articular ações voltadas ao desenvolvimento da área central do Recife em seus aspectos urbanísticos, culturais, funcionais, sociais e econômicos, de modo a fortalecê-la como um grande e eficiente centro metropolitano [...] (ASSOCIAÇÃO CENTRO VIVO RECIFE, 200-?).”

Na prática, a associação centra-se na valorização patrimonial e cultural do núcleo antigo, como relata Virgínia Pernambucano de Mello, historiadora e uma de suas integrantes:

O objetivo da Associação Centro Vivo [Recife] é alavancar ações e atividades culturais relativas ao centro da cidade: fazer debates, fóruns, discussões, e estamos partindo agora para coisas mais objetivas, tipo trilhas e cursos, para sensibilizar a população usuária do centro. (Entrevista na Cidade do Recife, 06/07/2005)

¹⁷³ Cabe destacar que a gestão João Paulo (2001-2008) anunciou, formulou e/ou implantou algumas propostas e ações no núcleo antigo, sem muitos resultados práticos. Destacam-se as seguintes: a) Plano de Revitalização do Centro Expandido; b) Bairro da Boa Vista (divisão em quatro núcleos); c) Programa Morar no Centro (Recife); d) Curso de Formação de Restauradores (Vila Velha); e) Plano de Reabilitação do Território Central; f) Bairro do Recife (conjunto de ações e projetos); e g) Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar. O **APÊNDICE Z** traz algumas observações sobre cada um desses itens.

O resultado mais visível foi o lançamento da coleção de panfletos “Roteiros do Recife: uma viagem na história e na cultura do Recife,” que contempla seis roteiros pelo núcleo antigo. As fotos 064 e 065 retratam o supracitado material:

Foto 064: Roteiros do Recife: uma viagem na história e na cultura do Recife (ASSOCIAÇÃO CENTRO VIVO RECIFE; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2007a). O Pátio de São Pedro, com destaque para a Igreja de São Pedro dos Clérigos, aparece no panfleto principal, que apresenta sucintamente os seis roteiros propostos. Em 2007, todo o casario civil já se encontrava restaurado; a maior parte dos equipamentos culturais já tinha sido implantada. A Igreja de São Pedro dos Clérigos teve que ser fechada dois anos depois para uma restauração geral, em virtude de sérios problemas em sua estrutura e em bens móveis e imóveis integrados. Os processos de regeneração urbana do Pátio de São Pedro tinham preocupado-se apenas com a fachada desse monumento; desse modo, o último restauro tinha-se encerrado em 1957.

Foto 065: Roteiro 3: revolução e fé (ASSOCIAÇÃO CENTRO VIVO RECIFE; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2007b). Os roteiros propostos não são bem roteiros; tratava-se da descrição dos principais monumentos de determinados trechos do núcleo antigo, com a sua localização em um pequeno mapa. O material foi distribuído principalmente para os residentes locais, público-alvo também dos passeios guiados.

A CDL Recife sempre foi um ator-chave para se compreender a ação da PCR no núcleo antigo, mas a sua ação restringia-se, na prática, ao combate ao comércio informal de rua. Em 2002, ela lançou o Projeto Reviver Recife Centro, que compreendia um conjunto de ações e áreas de atuação, a saber: a) limpeza e segurança; b) restauro de fachadas¹⁷⁴; c) circulação viária; d) capacitação e treinamento da mão-de-obra; e) criação de pólos comerciais; f) fomento a festas e eventos; e g) incentivo à moradia no centro (CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DO RECIFE, 200-?).

Na prática, o Projeto Reviver Recife Centro restringiu-se ao Corredor do Comércio, composto pelos três logradouros comerciais mais importantes do núcleo antigo – Rua da Imperatriz, Rua Nova e Rua Duque de Caxias – e por dois espaços de interligação – Ponte da Boa Vista e Praça do Diário. Ou, como coloca Frederico Leal, dirigente da CDL Recife, “[...] o comércio

¹⁷⁴ Contudo, até por ser uma associação de lojistas, a idéia era manter-se as portas largas no térreo, e também não adequar totalmente as edificações à legislação municipal de preservação patrimonial, no que dizia respeito a letreiros e marquises.

do Recife está nas ruas da Imperatriz, Nova e Duque de Caxias. É a alma da alma.” (Entrevista na Cidade do Recife, 11/07/2005). Privilegiaram-se, dessa forma, os logradouros que contam com o comércio mais sofisticado do núcleo antigo, de forma similar ao que foi feito na gestão Antonio Farias (1975-1979), por ocasião da implantação do passeio de pedestres (calçadas).

A intervenção no Corredor do Comércio envolveu a troca do piso de pedras portuguesas por blocos coloridos de concreto intertravado, o restauro de fachadas, a intensificação da limpeza e manutenção urbana, a proibição do comércio informal de rua e o reforço na segurança. A CDL Recife investiu R\$ 350.000,00 na compra de veículos e equipamentos para a Polícia Militar de Pernambuco; foi feito também um acordo com a corporação, que estava garantindo a presença de 754 policiais nos bairros da Boa Vista, de Santo Antonio e de São José. Frederico Leal relata o cuidado cotidiano com a segurança na área do Corredor do Comércio:

O Coronel Duarte, que veio da Polícia Militar, trabalha conosco há catorze anos, e constantemente apresenta planos à Polícia Militar, e discute questões na área. [...] Nós temos, na Rua Duque de Caxias, dez câmaras de vídeo, com uma sala de monitoramento, e, na Rua Nova, há um sistema de câmaras também. (Entrevista na Cidade do Recife, 11/07/2005)

O projeto restringiu-se ao Corredor do Comércio; a CDL Recife alegou que o movimento tinha aumentado substancialmente com a reforma (JORNAL DO COMÉRCIO, 2005b). A reforma resultou de uma parceria entre a CDL Recife, a PCR e a Associação Brasileira de Cimento Portland; como tal, o projeto foi anunciado como a principal ação da prefeitura municipal na prestação de contas do primeiro governo João Paulo (2001-2004):

Centro Revitalizado. Com o Programa Reviver Recife Centro, a Prefeitura do Recife em parceria com o (sic) Clube de Dirigentes Lojistas (CDL) trocou os pisos das ruas Nova, Imperatriz, Duque de Caxias e está em andamento a obra da Praçinha do Diário. As fachadas dos prédios também estão sendo recuperadas, numa parceria com as Tintas Coral. (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2004b)

Segundo, a gestão João Paulo (2001-2008) foi marcada pelo sentimento, evidente na opinião de setores das classes médias, de que o núcleo antigo do Recife estava “entregue” à própria sorte, mal cuidado, sujo e violento. Em 2009, uma enquete, encomendada pela PCR, comprovou isso. Milton Botler coloca:

O controle urbano foi desestruturado na gestão João Paulo, nesse sentido: a população precisa ter de o que viver, no sentido de se ter uma privatização do espaço público, no final das contas. [...] Toda vez que a gente ia tocar no assunto de reestruturar aquilo, a gente ouvia: “- Olhe, não pode se tirar [os camelôs e ambulantes], pois o importante é cuidar das pessoas; cada comerciante que está ali na rua é um pai de família, que está alimentando seus filhos.” [...] O grande vilão, mesmo na enquete – a enquete foi feita para provar aquilo que a gente já tinha nas pesquisas –, é que os camelôs tinham tomado conta do centro, e tinham tomado mesmo, não é? Você tinha 3.000 cadastrados, mas tem 12.000. (Entrevista na Cidade do Recife, 13/01/2011)

9.5.3 O Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda: a segunda (e última?) malfadada tentativa de planejamento estratégico na Cidade do Recife.

Após o arquivamento do Projeto Capital, a gestão João Paulo (2001-2008) formulou, em conjunto com o governo estadual, a Prefeitura Municipal de Olinda e o Ministério das Cidades, o Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda, que se apresentava como um planejamento estratégico para os próximos vinte anos. No Recife, a área principal de intervenção seria o núcleo antigo, apesar de o complexo contemplar também Brasília Teimosa e a região da Tacaruna (fronteira com Olinda).

Contudo, ao contrário do Projeto Capital, o complexo já tinha perdido a validade poucos meses depois de publicado; a PCR apresentou-o através de um volume ricamente ilustrado, impresso como livro de arte (BRASIL; PERNAMBUCO; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE; PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA, 2006). Alguns entrevistados vão mais além, afirmando que se tratou de um plano “natimorto,” pois, quando de seu lançamento formal, as condições necessárias ao seu sucesso não estavam mais presentes.

O complexo era o resultado da junção de dois esforços de planejamento, que tinham se desenvolvido em paralelo, no início dos anos 2000. O primeiro deles, a cargo da Secretaria de Cultura da PCR, tinha como objetivo transformar a região, que parte da colina histórica de Olinda até o núcleo antigo do Recife, em um grande destino turístico nacional e internacional. Para isso, foram levantados o patrimônio cultural material e imaterial e os principais equipamentos presentes nessa região, que foi dividida em uma rede de territórios e

núcleos (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2001a). Cumpre destacar que a Secretaria da Cultura assumiu uma função de planejamento urbano, o que gerou certo atrito com a Secretaria de Planejamento da própria PCR. Como visto anteriormente, era dentro dessa lógica que se tentou atrair uma unidade do Museu Guggenheim. E que deu nome ao planejamento estratégico: Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda.

O segundo deles foi desenvolvido pelo governo estadual, mais especificamente na FIDEM. Segundo informações repassadas por Amélia Reynaldo, arquiteta e urbanista responsável por esse processo, a idéia partiu de um programa intitulado “Pernambuco das Oportunidades,” que gerou o documento “Metrópole Estratégica,” para a RMR. Nesse último, a área que vai do manguezal do Pina até a colina histórica de Olinda foi classificada como o “Território Um das Oportunidades Metropolitanas.”

O governo estadual contratou a firma Parque Expo, de Portugal, que apresentou um plano para toda essa região, baseado na implantação de operações urbanas, que aproveitava alguns terrenos e áreas redundantes e/ou subaproveitadas nas cidades do Recife e Olinda. Os atores-chave entrevistados apresentam versões diferentes sobre esse processo, mas há uma convergência: a PCR, fosse por conservadorismo, fosse por não entender bem o que estava acontecendo, prefiriu não se envolver nesse plano de início. Inclusive, todo o custo das pesquisas preliminares e da contratação da Parque Expo couberam ao governo estadual.

Com a maturação do projeto, batizada pela Parque Expo de Frente Atlântica, a PCR tentou entrar no planejamento; afinal de contas, como justificar a sua ausência, se aproximadamente 90% da Frente Atlântica encontrava-se no Recife? Milton Botler, que fez parte da gestão João Paulo (2001-2008), reconhece que a PCR forçou a sua entrada no plano do governo estadual:

[...] a PCR foi entrando a reboque por conservadorismo, porque não acreditava em operações urbanas e uma série de coisas. [...] A PCR entrou no final, assim, para não ficar de fora, entrou meio que colocando areia, para tentar entender, e não perder o bonde. (Entrevista na Cidade do Recife, 13/01/2011)

Todos os entrevistados apontaram que o processo de negociação foi conflituoso; apesar de o governo estadual ter bancado o projeto da Parque Expo, ele localizava-se na área da Cidade do Recife, dando à PCR o direito de legislação e aprovação. Além disso, a Frente Atlântica

dependia do governo federal, inclusive para a liberação da maior parte das áreas e terrenos destinados às operações urbanas. A partir de 2003, o Partido dos Trabalhadores ocupava tanto a PCR quanto a Presidência da República, e o governo estadual, tendo à frente Jarbas Vasconcelos, tinha virado oposição política. Isso mudou o balanço de forças, e fez com que o plano adequasse-se à agenda municipal, inclusive no nome: Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda.

Em 2006, o complexo foi lançado formalmente. Em sua introdução, ele já mostrava a sua “identidade” de planejamento estratégico, inclusive tomando como inspiração as experiências positivas de Nova Iorque, Baltimore, Londres, Barcelona, Bilbao, Berlim, Hamburgo, Buenos Aires, Lisboa e Nantes, pois elas:

Utilizaram, como alicerce, planos e projetos estratégicos de gestão, monitoramento e marketing, com **perspectivas de longo prazo**, [...] [a] construção de uma **nova imagem** para nosso centro original. O **turismo cultural, recreativo e de compras** é hoje um dos principais dinamizadores socioeconômicos nos casos mundiais de reabilitação. [...] Os centros de origem e suas (sic) **fontes d’água** possuem potencialidades logísticas, simbólicas, paisagísticas e imobiliárias. [...] Porém, o **papel proativo do poder público** é fundamental para [a] atração de novos empreendimentos e o monitoramento de **atores catalisadores**. Constata-se, nos diversos planos estratégicos de vanguarda, que a desobstrução dessas áreas possibilita oportunidades de desenvolvimento e viabilização de **operações urbanas consorciadas**. (BRASIL; PERNAMBUCO; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE; PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA, 2006, p. 14, grifo nosso)

Conceitualmente, a cultura e o turismo são a parte mais importante do complexo. Contudo, a maior parte dos investimentos ligava-se às operações urbanas, que não tinham nada a ver com a proposta de desenvolvimento do turismo cultural. Além disso, o plano não era desenvolvido para a área do complexo como um todo; toda a análise era feita território por território, e, dentro desses, núcleo por núcleo. Não há muita coisa sobre questões relevantes para toda a área, como, por exemplo, o sistema viário, o transporte coletivo e o saneamento básico. A leitura deixa a clara impressão de que grande parte do documento compõe-se da junção de outros programas, projetos e ações – e, no caso, era exatamente isso que tinha ocorrido.

Até por ser resultado da junção de dois esforços distintos de planejamento, o Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda apresentava três propostas gerais, a saber: a) o

desenvolvimento do turismo em núcleos selecionados das cidades do Recife e Olinda, ligados, de forma geral, à exploração da cultura e do patrimônio; b) a formatação de operações urbanas em cinco áreas/terrenos, que, além de (re)desenvolverem áreas redundantes ou subutilizadas, ainda gerariam recursos para projetos de cunho social; e c) a formação de uma rede de refinarias culturais fora da área do complexo, que se ligava ao Programa Multicultural da Secretaria de Cultura da PCR (BRASIL; PERNAMBUCO; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE; PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA, 2006).

Isso seria acompanhada pela montagem de uma estrutura de gestão exclusiva para a área, na forma de um consórcio, com a participação do governo federal, do governo estadual e das duas prefeituras municipais (BRASIL; PERNAMBUCO; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE; PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA, 2006).

Poucos meses após o seu lançamento, o complexo saiu da agenda pública federal, estadual e municipal (Recife); não se estudou o caso de Olinda. Com exceção de Carlos César de Barros, presidente da URB na gestão João Paulo (2001-2008), todos os entrevistados afirmam que o complexo perdeu a sua validade. Para isso, houve uma somatória de problemas políticos e de gestão. Primeiro, não havia um bom relacionamento entre a PCR e o governo estadual, problema esse aprofundado com o início da gestão Eduardo Campos (2007-2014), que retirou o complexo da agenda pública estadual. O recém-formado Núcleo Técnico de Operações Urbanas, a cargo de Zeca Brandão, arquiteto e urbanista e professor da Universidade Federal de Pernambuco, não se interessou pelo complexo; a prioridade voltou-se às obras relacionadas à Copa do Mundo 2014. Inclusive, ele admite que, em virtude dos conflitos entre a PCR e o governo estadual, “[...] eu nunca acreditei muito que aquele negócio [complexo] fosse dar certo.” (Entrevista na Cidade do Recife, 06/01/2011)

Segundo, o projeto da Parque Expo foi duramente criticado pelo Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, que analisou a transferência de potencial construtivo do Setor Coqueiral para outras partes de Olinda, o modelo econômico-financeiro proposto pela firma portuguesa e a institucionalização do consórcio público do complexo, através de contrato firmado com o Ministério das Cidades. A Parque Expo não apenas tinha superestimado o potencial construtivo do projeto, como também tinha cometido erros crassos na formatação do modelo econômico-financeiro. Seguindo-se o modelo proposto, o resultado líquido para o Estado, de R\$ 85.000.000,00, era superado pelo pagamento de juros, no valor

de R\$ 122.000.000,00, dadas as taxas elevadas. Além disso, o Pólis questionava a capacidade de o complexo conseguir atrair R\$ 130.000.000,00, em virtude das características do projeto e do mercado brasileiro (PÓLIS, 2007).

O Pólis também apontava a inadequação da parceria público-privada para o complexo, recomendando a utilização de fundos de investimento imobiliário, mais adequados à realidade brasileira. O instituto chamava a atenção para dois outros pontos cruciais. Os projetos em Olinda dependiam da despoluição do Rio Beberibe, e não havia fontes seguras para isso. Outro problema é que as áreas selecionadas pelo complexo para as operações urbanas não estavam ainda garantidas. Dessa forma, afirma-se que ele tornaria-se inviável antes mesmo de começar, caso houvesse a perda dessas áreas (PÓLIS, 2007).

Terceiro, como tinha sido alertado por Pólis (2007), as áreas destinadas às operações urbanas foram “perdidas,” fruto, em alguns casos, da total e completa falta de gestão e de coordenação entre a PCR, o governo estadual e o governo federal. A gestão Eduardo Campos (2007-2014) não cedeu a área prevista no Porto do Recife, por decidir mantê-lo funcionando, em conjunto com o Complexo Industrial e Portuário de Suape. O Cais José Estelita, a “jóia da coroa,” foi leiloado pela Rede Ferroviária Federal, tendo sido comprado por uma firma privada (Grupo Moura Dubeux). Não se chegou a um acordo sobre a Vila Naval, na região da Tacaruna, mesmo ela pertencendo ao Ministério da Defesa (governo federal).

As operações urbanas seriam o “motor” do complexo, ao conseguir captar recursos da iniciativa privada, e direcionar parte dos resultados líquidos para projetos de cunho social e de desenvolvimento do turismo cultural. A impossibilidade de concretizá-las transformou o plano do complexo em apenas um belo livro de arte, vendido por R\$ 100,00 no Museu da Cidade do Recife. É por isso que alguns entrevistados afirmam que o complexo foi um plano “natimorto”; quando de seu lançamento oficial, as áreas da Vila Naval e do Porto do Recife já estavam inviabilizadas, e o Cais José Estelita preparava-se para ser leiloado.

Quarto, houve sérios problemas de gestão e de coordenação, tanto internos à PCR quanto em relação ao governo estadual e federal. A Unidade Municipal Executora do Projeto Recife-Olinda, criada em 2006, não conseguiu estabelecer contatos e apoios com as pastas e órgãos municipais. Milton Botler coloca que essa unidade perdeu legitimidade dentro da PCR, pois “[...] você colocou um técnico da cultura que não estava ligado à Secretaria de Cultura;

teoricamente, ele teria que fazer um meio-de-campo, mas não tinha interlocução, [...] idem para o turismo e para o urbanismo. Então, ela [unidade] não tinha legitimidade.” (Entrevista na Cidade do Recife, 13/01/2011) Ela foi fechada na gestão João da Costa (2009-2012).

A proposta de criação do Consórcio Público do Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda era coberta pela legislação, inclusive a transferência do poder de polícia para esse consórcio. Pólis (2007) traz três minutas para a formalização da estrutura administrativa e do compartilhamento de responsabilidades do complexo, a saber: a) a minuta do protocolo de intenções entre a União, o Estado de Pernambuco e as cidades do Recife e Olinda para a constituição do Consórcio Público de gestão compartilhada do Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda; b) a minuta do projeto de lei federal sobre a criação do Consórcio Público do Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda; e c) a minuta do Consórcio Público do Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda.

Contudo, na prática, a operacionalização desse consórcio fugia da experiência das três esferas de governo. Carlos César de Barros relata que se trabalhou muito para a sua constituição, mas a idéia acabou sendo abortada:

A idéia original era ter um conselho gestor, que seria composto pelo governo estadual, Recife, Olinda e governo federal. Isso aí teve uma dificuldade enorme, discutimos várias vezes, houve vários termos de referência, várias dificuldades. Sempre implicava, no final, na questão financeira; tinha que ser criada uma empresa [de economia] mista, como a URB, para poder viabilizar o processo licitatório. Então, a gente não chegou ao formato final. (Entrevista na Cidade do Recife, 07/01/2011)

Quinto, como sempre, houve o problema da descontinuidade administrativa. Na esfera federal, Raquel Rolnik, entusiasta do complexo, saiu do Ministério das Cidades. Na esfera estadual, a gestão Eduardo Campos (2007-2014) priorizou as obras relacionadas à Copa do Mundo 2014; inclusive, Zeca Brandão nunca se empolgou com o complexo, como visto anteriormente. Na esfera municipal, a gestão João da Costa (2009-2012) encerrou a Unidade Municipal Executora do Projeto Recife-Olinda; o complexo saiu do discurso oficial. Atualmente, ele resume-se a algumas placas de sinalização turística na Cidade do Recife.

O complexo era composto por quatro territórios – Olinda, Tacaruna, Recife e Brasília Teimosa –, que se subdividiam em dezoito núcleos. O núcleo São José, parte do Território

Recife, tinha como âncora o Pátio de São Pedro; inclusive, João Roberto Peixe teria dito, no final da gestão, que o pátio era a “grande vitrine” de todo o complexo. Cabe, dessa forma, encerrar a análise e avaliação da longa trajetória do pátio com o período 2001-2008, no qual ele transformou-se em uma “ilha” de museus, memoriais e centros culturais.

9.5.4 Um pátio turístico-cultural no “coração” da cidade: a transformação do Pátio de São Pedro na “vitrine” do Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda.

Em 2001, o Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro chegava ao fim, tendo sido cancelado pela Secretaria de Cultura, apesar de alguns documentos internos ainda se referirem ao “processo de Revitalização do Pátio de São Pedro” – ver, por exemplo, Prefeitura da Cidade do Recife (2003b). Agora, seria preciso apenas (re)ocupar o pátio, implantando nele um novo conceito que conjugasse cultura e turismo.

O Escritório de Revitalização do Pátio de São Pedro foi mantido, apenas com um novo nome: Espaço Cultural Pátio de São Pedro. No segundo governo João Paulo (2005-2008), o nome foi alterado para Complexo Cultural Pátio de São Pedro, voltando, logo depois, à primeira denominação. A lógica era a mesma da gestão passada: a manutenção de um grupo de funcionários da FCCR no pátio, que se ocupavam única e exclusivamente da sua gestão.

A programação cultural permanente sofreu um corte brusco, em 2001. O encerramento dos bares e restaurantes recém-instalados, voltados a um público de maior poder aquisitivo, bem como o desinteresse do empresariado local no Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro, legou ao pátio mais de uma dezena de casas fechadas, em 2001. Apenas dois comerciantes despejados conseguiram retornar ao logradouro, inclusive Aroeira, um dos símbolos do local.

O pátio teve os serviços de limpeza, manutenção e segurança reduzidos; a desestruturação do controle urbano, no período 2001-2008, teve como principal resultado a reocupação do entorno do pátio pelo comércio informal de rua, apesar de o logradouro ter conseguido evitar esse elemento, salvo em ocasiões específicas, como, por exemplo, o Carnaval.

Em 2002, a pesquisa encomendada ao Centro Josué de Castro mostrava que o pátio tinha voltado a ser utilizado pelos seus tradicionais frequentadores: trabalhadores dos bairros de Santo Antonio e São José e pessoas de baixa renda. Paula Peixoto, coordenadora do espaço cultural, no período 2001-2002, aponta a pouca importância do turismo no pátio: “[...] o turismo era muito pequeno. [...] Diante da frequência das pessoas locais, ele é pequeno, e não é frequente. [...] o pessoal que trabalha ali [...] não era um público de tanta renda, pelo entorno do bairro, era o trabalhador do comércio.” (Entrevista na Cidade do Recife, janeiro de 2011)

Em 2001, a Secretaria de Cultura começou a trabalhar em cima de um novo conceito para o pátio. Não é possível dizer se isso já foi feito dentro do projeto do Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda, ou se a vinculação foi feita *ad hoc*. A única certeza, derivada das entrevistas feitas com João Roberto Peixe e com outros cinco atores-chave, é que o novo conceito foi formulado pelo titular da pasta, que pretendia desenvolver o pátio como um centro de turismo cultural. O trabalho de campo e a pesquisa documental mostraram que as idéias sempre partiram de João Roberto Peixe, cabendo aos outros funcionários e dirigentes apenas a sua implantação. Outro ponto importante é que a maior parte das propostas nunca foi formalizada em documentos; elas sempre foram apresentadas pelo secretário municipal, tendo sido recolhidas nas entrevistas ou através de notícias na imprensa local.

O novo conceito envolvia dois pontos. Primeiro, pretendia-se implantar uma nova programação cultural permanente para o pátio, tornando-o referência também para os ciclos anuais. Ao lado do Sítio da Trindade, o pátio foi classificado como espaço cultural na política pública da Secretaria de Cultura (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2001a). Em 2002, a programação já estava estruturada com três eventos semanais, a saber:

- a) o “Abre Alas Cultural,” que resgatava as apresentações folclóricas no Pátio de São Pedro – maracatu, caboclinhos, pastoril, ciranda etc.;
- b) o “Dançando no Pátio,” que, às sextas-feiras, transformava o pátio em uma espécie de salão de baile, segundo alguns comerciantes entrevistados no trabalho de campo;
- c) o “Sábado Mangue,” que dava espaços para o movimento mangue *beat* e para apresentações de *rock* e outros ritmos contemporâneos (PEIXOTO, 2002).

A programação permanente foi mantida até o final da gestão, com uma exceção; o “Abre Alas Cultural” foi substituído pela “Terça Negra,” fruto das políticas afirmativas promovidas pela

PCR. Organizada pelo Movimento Negro Unificado, a Terça-Negra foi o evento de maior sucesso de público no pátio; inclusive, o espaço reduzido fez com que ele extrapolasse o logradouro, com focos informais de animação na Avenida Dantas Barreto. O “Dançando no Pátio” era o preferido dos proprietários de bares e restaurantes; o “Sábado Mangue,” até pela oportunidade dada a novos cantores e bandas, era o que recebia menos público.

Além da programação cultural permanente, o pátio voltou a receber destaque nos ciclos anuais; no Carnaval, por exemplo, ele transformou-se no Pólo de Todos os Ritmos – Pátio de São Pedro, sempre um dos mais concorridos. Além disso, retomou a sua “vocaço” de palco de eventos culturais importantes, como, por exemplo, na realizao da Semana de Artes Visuais do Recife (MEIRA, 2002). De certa forma, pode-se fazer um paralelo com a gesto Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983), quando a FCCR transformou o ptio no principal centro de eventos municipais; contudo, no perodo 2001-2008, privilegiou-se o contemporneo em detrimento do folclrico e do tradicional, e ele no era to importante quanto a Praa do Marco Zero, no Bairro do Recife, na programao cultural da PCR.

Segundo, a Secretaria de Cultura formulou um novo composto para o casario civil da PCR no ptio. Decidiu-se manter os estabelecimentos populares que j estavam funcionando, por fazerem parte do carter do ptio, ou, ento, por motivos polticos. Contudo, descartou-se a realizao de novas licitaes para as casas ociosas; elas deveriam ser transformadas em museus, memoriais ou centros culturais, ou seja, instituies abertas ao pblico, que atrassem turistas, visitantes e residentes locais ao ptio.

Em 2001, o projeto para a instalao do anexo do Museu de Arte Moderna Alosio Magalhes e do Centro de Formao em Artes Visuais, nas casas 11 e 17, j estava pronto (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2001b). Contudo, a maior parte dos equipamentos foi inaugurada apenas no final dessa gesto e no incio da gesto Joo da Costa (2009-2012). Isso decorreu, principalmente, da falta de recursos, j que o oramento da Secretaria de Cultura era dominado pela promoo de grandes eventos e festas na cidade.

A falta de verbas foi resolvida atravs de um convnio com o governo estadual; houve uma sobra de recursos da restaurao do Teatro Santa Isabel, em 2004. Esses recursos foram remanejados para o Ptio de So Pedro, no total de R\$ 591.000,00, divididos entre governo estadual (90%) e PCR (10%) (ALBERTIM, 2004). A instalao dos equipamentos culturais

demandou recursos adicionais, mas não foi possível precisar o valor total. Por exemplo, o Memorial Luiz Gonzaga custou à PCR R\$ 155.955,00, dos quais apenas R\$ 63.450,46 referiam-se ao restauro do imóvel (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 200-?c).

Além disso, a PCR enfrentou enormes dificuldades para retomar o uso dos imóveis dos empresários que tinham investido no pátio, por ocasião do projeto de revitalização, e que já tinham encerrado as suas atividades, em 2000 ou 2001. Mesmo com a falta de pagamento da locação e do termo de permissão remunerada de uso já estar expirado, a prefeitura municipal não conseguia reaver os imóveis. Em 2007, a PCR conseguiu reaver o uso das casas nessas condições; a casa n. 34, por exemplo, dependeu de “negociações” com a empresária Conceição Vasconcelos, mesmo a prefeitura municipal tendo a lei e o regimento do pátio a seu favor (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2007).

Segue, abaixo, o composto implantado no pátio; as passagens entre aspas referem-se à fala de João Roberto Peixe, entrevistado na Cidade do Recife, em 11/07/2005:

- a) Memorial Luiz Gonzaga: reunião de objetos pessoais e da obra fonográfica do cantor, eleito o pernambucano do Século XX;
- b) Memorial Chico Science: “Com isso, haveria essas duas referências do popular: Luiz Gonzaga, como pernambucano do século, e Chico Science, como algo contemporâneo, com tudo o que representa o movimento mangue para a cena cultural pernambucana”;
- c) Museu de Arte Popular do Recife: pequeno museu que reúne a produção artesanal do Recife, de caráter popular; já tinha funcionado no pátio anteriormente;
- d) sede do DPPC: não fazia parte do projeto original, mas acabou se instalando no pátio. No térreo do sobrado, há a antiga prancheta do DPSH/URB em exposição, bem como panfletos e cartazes com notícias, eventos e projetos relacionados à preservação do patrimônio cultural material;
- e) anexo do Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães e Centro de Formação em Artes Visuais: equipamentos voltados à arte contemporânea e à formação artística;
- f) Núcleo da Cultura Afro-Brasileira: componente das políticas públicas afirmativas da gestão João Paulo (2001-2008), volta-se à valorização da cultura afro-brasileira;
- g) Centro de Design do Recife: é fruto de uma parceria entre a PCR, o Curso de Design da Universidade Federal de Pernambuco e a Associação de Design de Pernambuco;

“A idéia é ter uma exposição permanente com a produção de *design* com a identidade de Pernambuco e, no térreo, um espaço para produtos comercializáveis”;

- h) Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural – Casa do Carnaval: equipamento voltado à exposição e pesquisa de temas relacionados ao Carnaval do Recife;
- i) Centro da Moda (BRASIL; PERNAMBUCO; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE; PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA, 2006; ALBERTIM, 2004).

Apesar de nenhum desses equipamentos se destacar individualmente, pelo acervo ou pela agenda de atividades oferecidas ao público, eles formam, juntos, uma interessante oferta turístico-cultural. O logradouro passou a oferecer quatro atrativos complementares. Primeiro, a Igreja de São Pedro dos Clérigos, uma das estruturas arquitetônicas mais impressionantes e interessantes do Brasil. Segundo, o conjunto arquitetônico e paisagístico do Pátio de São Pedro. Terceiro, nove equipamentos culturais abertos à visitação, com propostas e acervos diversificados. Quarto, os bares e restaurantes de comida regional, nos quais ainda é possível encontrar comida de qualidade a preços módicos.

Isso, entretanto, ainda não fez com que o pátio voltasse a ser visitado por muitos turistas e visitantes, inclusive pelo total desinteresse do *trade* turístico local pelo logradouro. Nos fins-de-semana, o movimento de pessoas na área é reduzido. Nos dias úteis, mesmo em horário comercial, o pátio é uma área relativamente “vazia” dentro do núcleo antigo, em contraste com os principais logradouros comerciais da área e com o Pátio do Livramento ou o Mercado de São José, localizados a poucos metros de distância. Com exceção da Terça-Negra e do Dançando no Pátio, o público em eventos também diminuiu muito. Na última visita feita ao pátio, em 15/01/2011 (sábado), pouco antes de um evento, o local encontrava-se com poucas pessoas. As Fotos 066 e 067 mostram o logradouro nessa data, por volta das às 20hs30:

Foto 066: Evento noturno no Pátio de São Pedro (I). Fonte: autor. A foto é de janeiro de 2011. O palco permanente, instalado em 2000, continua no Pátio de São Pedro, mesmo com a desaprovação do IPHAN.

Foto 067: Evento noturno no Pátio de São Pedro (II). Fonte: autor. A foto é de janeiro de 2011. Foi possível até mesmo contar o total de pessoas que estavam no Pátio de São Pedro, por volta das 20hs30: menos de trinta indivíduos.

As fotos não mostram o mais importante dessa última visita ao pátio. Ela foi feita com outras quatro pessoas: dois residentes locais de classe média, professores universitários, e dois turistas do Centro Sul do país, também de classe média. Não foi possível ficar mais tempo no pátio, pois os quatro começaram a ficar com medo do local, afirmando que era perigoso, que eles estavam no centro, que estavam olhando estranho etc. Não foi a primeira vez que se levou residentes locais e turistas ao pátio, que, no período noturno, foram tomados desse medo de que algo podia ocorrer, a qualquer momento.

Por fim, o pátio continuou sofrendo com os mesmos problemas “crônicos” de gestão e administração. O espaço cultural permaneceu como um nome fantasia, que identificava um pequeno grupo de funcionários da FCCR lá alocados. Ele continuou a ter uma equipe reduzida; de forma geral, ela era composta pela coordenadora, dois ou três funcionários de carreira e alguns estagiários, com pequenas variações. Entretanto, Tânia Silveira de Sá, coordenadora do espaço cultural, entre 2002 e 2008, inclusive, aponta a perda de poder do grupo sobre o pátio:

[...] eu sou a coordenadora do pátio, ocupo a mesma posição de Lola [Maria Lucina Arcoverde], na época de Roberto Magalhães, e eu sinto, pelos comentários dos locatários, de outras pessoas e mesmo de Fred Salim¹⁷⁵, que eu não tenho a décima parte da autoridade e da moral que ela tinha. Eu não consigo uma série de coisas que ela conseguia. [...] Eu não consigo que a Guarda Municipal fique à disposição quanto a gente precisa, que a Csurb tire rápido os camelôs do pátio [...] Eu já escutei, muita gente já chegou para mim e disse, “- Olhe, na época da Dra. Lola, ela chegava aqui, e fazia as coisas; você hoje fala, fala e fala, a gente reclama, e não adianta de nada.” Eu vou fazer o que? Agora, as prioridades desse governo não têm nada a ver com aquele. (Entrevista na Cidade do Recife, 18/07/2005)

Aliás, seria o pátio, segundo Peixe, a âncora [do Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda], mas... [...] Agora, eu acho que o que aconteceu é que também a grana diminuiu muito. (Entrevista na Cidade do Recife, 23/12/2010)

As três coordenadoras do espaço cultural na gestão João Paulo (2001-2008) – Rubia Campelo, Paula Peixoto e Tânia Silveira de Sá – apontam, em entrevista, que as verbas alocadas eram pequenas, às vezes não chegando a R\$ 3.000,00 mensais. Grande parte da programação

¹⁷⁵ Funcionário público municipal concursado, que cuidava da realização de eventos no Pátio de São Pedro, no período 1999-2008.

cultural permanente era paga com cachês simbólicos, para artistas interessados na visibilidade dada pelos eventos, ou então, como explicou uma das coordenadoras, para voltar a ser chamado pela PCR, para se apresentar em outros eventos.

O espaço cultural também continuou sem conseguir exercer nenhum tipo de controle ou regulação sobre os locatários. A questão do recolhimento dos aluguéis permanece labiríntica na PCR. A Secretaria de Cultura, a FCCR, o Espaço Cultural Pátio de São Pedro e a Secretaria de Assuntos Jurídicos têm um ponto em comum: a cobrança dos aluguéis, a regulação e controle dos locatários e a guarda da memória administrativa da PCR sobre o pátio são assuntos de responsabilidade de outro órgão e entidade. Tânia Silveira de Sá coloca o descalabro administrativo de forma muito sincera, inclusive quando ainda era a coordenadora do espaço cultural:

A PCR não consegue nem ao menos receber esses aluguéis. [...] ¹⁷⁶. Só que faltam funcionários mesmo, um departamento jurídico que atue e se interesse, pois essa situação já foi falada e informada, e tudo continua como está. Ninguém abraçou a briga, porque tem que chegar o dia em que alguém compre a briga. O secretário já chegou para mim, e disse: “- Isso é você quem vai fazer.” E eu mesmo não posso; não tenho dinheiro na minha mão nem advogado, sozinha, eu não posso fazer. Há falhas na burocracia da própria prefeitura. (Entrevista na Cidade do Recife, 18/07/2005)

Tem um ali que nunca nem assinou, era o melhor restaurante do pátio, que é O Buraquinho. Ela só foi assinar o contrato conosco, depois da conversa com a gente, porque antes ela dizia: “Não posso pagar o que está cobrando, não é (sic) justo, não vou pagar, e vou continuar aqui.” Tinha (sic) costa quente, continuou mesmo [...]. Essa ninguém conseguiu tirar, não. [...] Quando a gente foi ver, eles [locatários] não pagavam a água. [...] tem gente ali que nunca pagou a água e luz. [...] Puxava de algum canto, a CELPE desligava, ele ligava de novo. (Entrevista na Cidade do Recife, 23/12/2010)

9.5.5 Suma conclusiva sobre a gestão João Paulo (2001-2008).

A gestão João Paulo (2001-2008) promoveu mudanças estruturais em uma série de políticas públicas municipais; além das áreas de educação, saúde e assistência social, podem-se citar o

¹⁷⁶ Tânia Silveira de Sá foi complementada por Fred Salim, que afirmou que “Enquanto existir política nesse lugar, isso não se resolve. Se fosse uma coisa particular, isso funcionaria, mas, enquanto existir apadrinhamento [político], não adianta, não.” Ela concordou com a cabeça.

crescimento da construção de moradias populares, o trabalho nos morros (contenção de riscos), a preocupação com o saneamento básico etc. Contudo, ela não alterou a postura da PCR frente ao núcleo antigo, nem estruturou as áreas de turismo e de preservação patrimonial na estrutura administrativa da prefeitura municipal.

O Recife continuou sem contar com um plano estruturado, abrangente, de longo prazo e, acima de tudo, efetivo de regeneração urbana para o seu núcleo antigo. Questões cruciais, como, por exemplo, a habitação, ateram-se a intervenções pontuais, caso do Edifício São José. Por mais que as intenções tenham sido grandiosas – o Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda é o seu ápice –, acompanhadas por projetos ou nomes fantasia com termos pomposos, os resultados das ações sobre o núcleo antigo foram pífios.

Apesar de o turismo cultural ter-se transformado na “salvação” do Recife – o próprio João Paulo deu mais atenção ao turismo, nos dois últimos anos da gestão –, a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Turismo permaneceram pastas pouco importantes na estrutura administrativa da PCR (agenda pública e recursos materiais e humanos), sem ter nenhuma coordenação entre si. O complexo é emblemático de um problema que as duas pastas enfrentam há anos, e que malogram também os processos de regeneração urbana do núcleo antigo: planos grandiosos convivem com uma gestão inefetiva, que não consegue nem ao menos administrar o cotidiano¹⁷⁷.

O Pátio de São Pedro reflete, em menor escala, esse problema. Na gestão João Paulo (2001-2008), a sua transformação em centro turístico-cultural, com a abertura de nove novos equipamentos culturais, teve que conviver com o descalabro administrativo presente no Espaço Cultural Pátio de São Pedro e outras entidades da PCR, referente à gestão e administração do logradouro.

Voltar-se-á ao pátio e também ao Recife, de forma geral, na **Conclusão** da tese; como se estudou a trajetória desse logradouro, entre 1969 e 2008, inclusive, e a gestão João Paulo (2001-2008) marcou o fim do período, optou-se por abordar muitos de seus pontos diretamente na **Conclusão**. Por isso, essa suma é relativamente curta. Contudo, cabe fazer uma última observação aqui, desenvolvendo-a. O novo conceito implantado no pátio marca,

¹⁷⁷ O complexo é emblemático também da incapacidade de se implantar um planejamento estratégico para a Cidade do Recife, como será visto na **Conclusão**.

ao mesmo tempo, uma continuidade e uma descontinuidade em relação às intervenções públicas de gestões passadas.

Ele marca uma descontinuidade, ao propor e implantar um conceito realmente novo para o pátio, tanto em relação a projetos anteriores quanto em relação a outros centros e pólos de lazer, turismo e entretenimento. No segundo caso, incluem-se desde os centros de turismo, propostos nos anos 1970, dos quais o Centro Permanente de Turismo do Recife foi o único implantado, até os mais recentes, a saber: o Pólo Bom Jesus, o Pólo Alfândega e o Pólo Pina.

Não que propostas e projetos anteriores não tivessem incluído a abertura de equipamentos culturais. A gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988) propôs a criação do Museu de Cultura Popular (Liêdo Maranhão), e a gestão Joaquim Francisco/Gilberto Marques Paulo (1989-1992) efetivamente implantou três equipamentos culturais no pátio (Museu de Arte Popular do Recife, Galeria Lula Cardoso Ayres e Casa do Carnaval). Contudo, o cerne de todas essas propostas residia na abertura de bares, restaurantes e outros negócios voltados, pelo menos em teoria, a um público-alvo de turistas, visitantes e residentes locais de classe média e alta. Em suma, envolviam a troca do público que utilizava o pátio.

O conceito implantado por João Roberto Nascimento foi o primeiro a romper com essa orientação. Apesar de tentar transformar o pátio em um centro turístico-cultural, não se desejava a troca do público, mas sim a sua complementação. O foco era o turista cultural interessado em conhecer mais a fundo o Recife, e particularmente interessado em cultura; para isso, cumpria-se manter os tradicionais frequentadores do lugar. Os novos equipamentos culturais, que tornaram o pátio em uma “ilha” de museus, memoriais e centros culturais, conviviam com os bares e restaurantes populares.

Ao mesmo tempo, a implantação do conceito representou uma continuidade dos processos de regeneração urbana passados. O caráter *top-down* da formulação e implantação, a falta de gestão e administração, o desprezo à participação da Secretaria de Turismo e Esportes e do *trade* turístico local, a incapacidade de irradiar os seus resultados para além do pátio em si; tudo isso marcou o processo de regeneração urbana do Pátio de São Pedro, no período 2001-2008. Dado que os processos de regeneração urbana do pátio nunca conseguiram dar certo, no médio e longo prazo, a PCR também nunca conseguiu “sair” do pátio; ele sempre precisou

continuar investindo lá, até para não perder o que já se fez. Pelo que pôde ser observado no trabalho de campo, essa lógica mantém-se na gestão João da Costa (2009-2012).

Por fim, cabe destacar que a gestão João Paulo (2001-2008) manteve o contraste entre o pátio e o restante do Bairro de São José, inclusive no tocante à parte do conjunto arquitetônico e paisagístico tombado pelo IPHAN localizado na Rua das Águas Verdes, na Rua Felipe Camarão e na Travessa de São Pedro. Trata-se de um contraste entre um pátio preservado e um Bairro de São José deteriorado, com perda gradativa de elementos de seu acervo patrimonial. Entre um ambiente ainda razoavelmente controlado e uma vizinhança tomada pela prostituição, pelo consumo de drogas e pela violência.

Os sucessivos processos de regeneração urbana tiveram, como resultado mais visível, a retirada do logradouro do cotidiano dos bairros de Santo Antonio e São José, cotidiano esse marcado pela pobreza, pela deterioração física, pelo consumo de drogas e pela perda do acervo patrimonial protegido. Gradativamente, o pátio insulou-se disso tudo; para o bem e para o mal, virou um espaço urbano à parte; na sua última “versão,” uma “ilha” de museus, memoriais e centros culturais.

10. CONCLUSÃO.

Ao longo da tese, procurou-se fechar os capítulos e itens com sumas conclusivas, de modo a não deixar a avaliação dos resultados e as conclusões do trabalho exclusivamente para o seu último momento. Procurou-se, além disso, relacionar a revisão de literatura aos casos estudados, no Brasil e exterior, em especial às políticas públicas de regeneração urbana aplicadas para o Pátio de São Pedro.

Dessa forma, a **Conclusão** centra-se na confirmação ou não das duas hipóteses de trabalho, na avaliação da lógica geral e dos principais resultados das políticas públicas de regeneração urbana e na parte normativa do trabalho, nas qual se apresentam propostas referentes à intervenção pública no Pátio de São Pedro e núcleo antigo do Recife.

A primeira hipótese testada é que os projetos de regeneração urbana no Pátio de São Pedro sempre apresentaram sérias deficiências, não informando diretrizes e intervenções públicas adequadas para a sua efetiva recuperação, tanto a nível de conceito quanto a nível de operação. **Essa hipótese foi confirmada pela tese, junto com todas as suas suposições.** A transformação do pátio em um centro de lazer, turismo e entretenimento, voltado a um público-alvo de maior poder aquisitivo, inclusive turistas e visitantes, nunca conseguiu sustentar-se por mais de o que um punhado de meses, independentemente da gestão municipal em análise. Os documentos, entrevistas e observações participantes mostram que o turismo nunca foi um fenômeno importante no pátio. Por exemplo, ele nunca foi regularmente explorado pelas agências pernambucanas de turismo receptivo, que sempre preferiram levar seus clientes para o Bairro do Recife, a Casa da Cultura e o Sítio Histórico de Olinda, dentro do *city tour* Recife e Olinda.

O desenvolvimento do turismo no Recife, assim como na Região Nordeste, de uma forma geral, sempre privilegiou o composto sol, mar e praia, em detrimento da oferta de atrações culturais. Recentemente, houve o crescimento do turismo de negócios na cidade, principalmente o ligado a convenções e eventos. Apesar de contar com um amplo e diversificado acervo patrimonial e cultural, o Recife ainda não é visto como um importante destino de turismo cultural, nacional ou internacionalmente, tanto pelos turistas quanto pelos intermediários turísticos, como constatado por Köhler (2006). No mercado turístico, as

denominadas “cidades históricas” são Ouro Preto, Mariana, Tiradentes e Diamantina, entre outras cidades mineiras, localizadas mais perto dos principais centros emissores nacionais, promovidas pelas operadoras de turismo e mais bem estruturadas para receber os turistas culturais.

O próprio *trade* turístico local nunca se interessou pelo Pátio de São Pedro; a tese revelou também a constante “ausência” dos órgãos públicos de turismo, nas três esferas de governo, nos projetos de regeneração urbana no pátio. Além disso, com exceção da Casa da Cultura, os empreendimentos turísticos “saíram” do núcleo antigo há décadas: hotéis, pousadas, bares e restaurantes, locadoras de veículos, agências de turismo receptivo, lojas de arte e artesanato etc. Além disso, a RMR conta com locais mais propícios e bem preparados para a exploração turística do que o pátio, no que concerne o segmento de turismo cultural.

A Casa da Cultura, no Bairro de Santo Antonio, dispõe de infra-estrutura, eventos e negócios preparados para receber os turistas e visitantes, como estacionamento para veículos de passeio e ônibus de excursão, segurança, apresentações turístico-culturais, posto de informações turísticas etc. O Bairro do Recife foi transformado no “Recife Antigo” pela promoção turística oficial; mesmo com o declínio do Pólo Bom Jesus, ele ainda conta com museus, centros culturais e alguns bares e restaurantes, além do Paço Alfândega, da Igreja da Madre de Deus e da primeira sinagoga das Américas, atrações efetivamente abertas à visitação, ao contrário da Igreja de São Pedro dos Clérigos, que permanece a maior parte do tempo fechada. Recentemente, o governo estadual começou o restauro e reconversão dos armazéns redundantes do Porto do Recife, com o objetivo de transformá-los em um pólo de lazer, turismo e entretenimento. O Sítio Histórico de Olinda, Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO, conta com dezenas de igrejas, museus e centros culturais, além de ampla e diversificada oferta de bares e restaurantes, sorveterias, lojas de arte e artesanato, ateliês e outros negócios atrativos para turistas, visitantes e residentes locais de classe média e média alta.

As tentativas de transformar o pátio em um espaço urbano “estanque” dentro dos bairros de Santo Antonio e São José, com todos os problemas de deterioração física, insegurança e falta de limpeza urbana que o rodeiam, junto com a presença de “concorrentes” mais aptos a receber os turistas nacionais e internacionais, não partiram de um conceito viável. A intervenção pública sobre o pátio nunca foi acompanhada de políticas públicas mais amplas

para os bairros de Santo Antonio e São José, no que tange as questões da mobilidade, sinalização turística, passeios e roteiros e serviços básicos de limpeza e conservação urbana, além de segurança.

Além disso, os bairros de Santo Antonio e São José vêm perdendo população residente e trabalhadores há décadas, inclusive setores importantes inteiros, a exemplo do jurídico. Muitos prédios comerciais do Bairro de Santo Antonio enfrentam taxas de vacância da ordem de 50%. A classe média e média alta continua a migrar para áreas cada vez mais afastadas do núcleo antigo, perdendo a ligação com essa parte da cidade, seja ela funcional ou emocional. O adensamento do Bairro de Boa Viagem foi complementado, a partir dos anos 1980, pela ocupação de Piedade, na orla marítima de Jaboatão dos Guararapes. Mais recentemente, essa ocupação dirige-se ainda mais para o sul, com a consolidação do Complexo Industrial e Portuário de Suape e o lançamento de grandes empreendimentos imobiliários, como o da Reserva do Paiva, na praia de mesmo nome, no Cabo de Santo Agostinho, sob a responsabilidade da Odebrecht Realizações Imobiliárias, Grupo Cornélio Brennand e Grupo Ricardo Brennand.

É difícil de imaginar esse público-alvo de turistas, visitantes e residentes locais deslocando-se regularmente para o Pátio de São Pedro, para frequentar os bares e restaurantes populares ou o conjunto de nove museus, memoriais e centros culturais instalados pela gestão João Paulo (2001-2008). O pátio continua sendo uma excelente atração turística para o turista cultural intencional, arquitetos e urbanistas e historiadores; contudo, esses elementos formam uma pequena parcela do mercado turístico total.

Em relação à operação das políticas públicas de regeneração urbana (formulação, implantação e acompanhamento), todas as suposições também foram confirmadas, sem exceção. No que toca a formulação, verificou-se que os projetos de regeneração urbana do pátio tornaram-se cada vez mais ambiciosos, com o passar das gestões municipais, objetivando, inclusive, transformá-lo em uma referência para o turismo mundial, na gestão Roberto Magalhães (1997-2000), ou na “vitrine” do Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda, na gestão João Paulo (2001-2008). Contudo, eles sempre se ressentiram de diagnósticos, diretrizes e linhas de ação para a efetiva recuperação do logradouro, bem como de uma coordenação adequada das ações (gestão e administração), fontes seguras e relevantes de recursos financeiros, continuidade administrativa e responsabilização clara pela gestão do logradouro.

A presença de um processo de cima para baixo (*top-down*) na formulação dos projetos de regeneração urbana também foi verificada. Esses não foram formulados por uma tecnocracia profissional, nem responderam a experiências passadas; os projetos sempre obedeceram à vontade de políticas e dirigentes influentes na gestão municipal, que desejavam associar a sua imagem ao sucesso do “novo” Pátio de São Pedro. Isso sempre foi acompanhado pela ausência de memória administrativa e também pelo desconhecimento de políticas públicas similares, implantadas no Brasil e no exterior, salvo raras exceções.

Na parte da implantação e acompanhamento, verificaram-se a descontinuidade administrativa dos projetos, a exemplo de o que ocorreu no núcleo antigo como um todo, fossem os planos urbanísticos de larga escala, nos anos 1970, os catálogos de projeto, nos anos 1980 e 1990, ou os planos estratégicos (Projeto Capital e Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda), nos anos 1990 e 2000. No caso do pátio, não há, ainda hoje, uma distribuição clara de responsabilidades e funções entre funcionários e entidades municipais – por exemplo, permanece um mistério a questão da cobrança dos aluguéis das casas desapropriadas –, e sempre houve discrepâncias entre as ações propostas e as efetivamente realizadas. Como colocado anteriormente, é constrangedor constatar que, no período 1969-2008, a gestão Geraldo Magalhães (1969-1971) apresentou a estrutura (legislação e entidades) mais formalizada, transparente e organizada na formulação, implantação e avaliação de projetos de regeneração urbana no pátio. A trajetória da ação municipal sobre esse espaço urbano mostra uma involução dos projetos, pelo menos no que tange a parte administrativa.

O fracasso das experiências no pátio reflete a baixa qualidade das políticas públicas de regeneração urbana do Recife, e, pode-se argumentar, no país como um todo. Na verdade, pode-se considerá-las políticas públicas, se, e somente se, adotar-se um conceito amplo de políticas públicas, como o de Dye (2008), revisado nessa tese. Trata-se, como o trabalho deixou claro, de pouco mais do que um arremedo de projetos e propostas, que estão longe de formar um todo coerente que informe o gestor público de diretrizes e linhas de ação para regenerar a área central da cidade. Não há prazos nem a responsabilização clara pelas ações e projetos, tampouco fontes de recursos relevantes e confiáveis.

A comparação das políticas públicas de regeneração urbana do pátio e núcleo antigo do Recife, de forma geral, com a experiência inglesa, mesmo em cidades relativamente pouco

importantes, a exemplo de Kingston upon Hull e Wigan, permite verificar a fragilidade da formulação, implantação e acompanhamento dessas propostas no Brasil, ressaltando-se alguns pontos. Primeiro, não há políticas públicas abrangentes e estruturadas para o núcleo antigo do Recife, ou para qualquer uma de suas partes. O arremedo de projetos e propostas precisa transformar-se em um plano coerente, baseado em diagnósticos sérios e assumido pelo conjunto da prefeitura municipal, e não apenas por uma ou outra entidade. A exemplo de o que ocorre em Sheffield e York, para citar os casos mais emblemáticos, é necessário que essas políticas públicas tenham alguma espécie de garantia contra a descontinuidade administrativa presente na PCR, tanto na forma de legislação quanto através da criação de agências executivas ou regulatórias para a sua implantação e acompanhamento, que possam agir com relativa autonomia administrativa e financeira.

Segundo, as políticas públicas de regeneração urbana sempre foram única e exclusivamente de responsabilidade da prefeitura municipal, cuja capacidade institucional e orçamento público encontram-se aquém dos problemas e carências físicas, sociais e econômicas do núcleo antigo do Recife. Soma-se a isso a baixa prioridade dada ao núcleo antigo por todas as gestões municipais; mesmo propostas emblemáticas, como o Plano de Revitalização Bairro do Recife, nunca contaram com um volume expressivo de recursos humanos e financeiros para a sua implantação. Já na Inglaterra, as supracitadas políticas somam recursos e *expertise* do governo local, regional e nacional, além de contar com o decisivo apoio da União Européia em regiões selecionadas.

Terceiro, nota-se a ausência de outros atores-chave nas políticas públicas de regeneração urbana. A “ausência” do turismo já foi mencionada. O mercado imobiliário também não se interessa por esses projetos. O Programa Morar no Centro, lançado pelo governo federal, em 2001, conseguiu reformar e adaptar apenas um edifício em todo o centro do Recife. Ele também não conseguiu melhores resultados nacionalmente. Associações patronais, organizações não governamentais, movimentos sociais; os projetos ainda não conseguem envolver outros elementos importantes para a regeneração urbana do núcleo antigo.

Quarto, propostas grandiosas convivem com a precariedade da gestão dos planos e projetos, e também do cotidiano de espaços recuperados ou em recuperação. O pátio é exemplar disso.

A segunda hipótese testada é que as tentativas de se transformar o Pátio de São Pedro em um centro de lazer, turismo e entretenimento, e mais recentemente em uma “ilha” de museus, centros culturais e memoriais, tornaram-no um espaço urbano segregado espacial e socialmente dos históricos bairros de Santo Antonio e São José e do conjunto do núcleo antigo. **Essa hipótese não foi confirmada pela tese.** Admite-se que a sua transformação em Centro Permanente de Turismo do Recife, em 1969, mudou completamente a sua função urbana, promovendo a mudança do uso e ocupação do solo e dos frequentadores do logradouro. Além disso, alguns projetos conseguiram manter, do lado de fora, elementos classificados como indesejáveis, dentro do objetivo de atrair um público de maior poder aquisitivo. Em 2000, recorda-se aqui, o pátio chegou a contar com o serviço de manobrista.

Contudo, o próprio insucesso dos sucessivos projetos de regeneração urbana sempre fez com que o público “tradicional” consiga reapropriar-se do pátio, como um lugar para almoçar, petiscar e encerrar o dia de trabalho. Os eventos também atraem e mantêm a frequência de grupos sociais e indivíduos no pátio; por exemplo, a Terça Negra transformou o logradouro em espaço de celebração e afirmação da cultura dos afro-descendentes recifenses. A intervenção pública no pátio deixou marcas duradouras no lugar, às vezes encaradas como “vocações” do pátio por muitos comentadores: o típico e regional da gestão Geraldo Magalhães (1969-1971), o palco das manifestações folclóricas pernambucanas da gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983), a promoção da cultura contemporânea recifense da gestão João Paulo (2001-2008).

Atualmente, o pátio é um local relativamente pouco frequentado pelas pessoas que moram, trabalham e frequentam os bairros de Santo Antonio e São José, quando comparado aos principais logradouros comerciais dessa parte da cidade. Isso se dá pelo fato de ele não contar com um comércio varejista popular, na forma de confecções, armarinhos, perfumaria, cama, mesa e banho, produtos eletro-eletrônicos e fiteiros, procurados pelo público de baixa renda que se desloca ao núcleo antigo para fazer compras. Contudo, essa baixa frequência relativa não se dá através de uma segregação simbólica, coercitiva ou econômico-financeira. O pátio apenas não oferece o que grande parte dos frequentadores do núcleo antigo lá vai buscar.

Testadas as hipóteses, cabe avaliar os principais resultados gerais dessas políticas públicas, tomando-se como referência o pátio, e comparando essa experiência com casos no Brasil e exterior. O primeiro resultado diz respeito à conservação patrimonial, dado que o Conjunto

Arquitetônico e Paisagístico do Pátio de São Pedro é tombado pelo IPHAN, desde 1967 – e a Igreja de São Pedro dos Clérigos, desde 1938. Em aparente contradição, considera-se o pátio um sucesso parcial de preservação patrimonial, ao mesmo tempo em que ele é um “monumento” ao fracasso das políticas públicas patrimoniais do Recife, que reflete a situação encontrada no país.

Ele é um sucesso de preservação patrimonial, pois as sucessivas políticas públicas de regeneração urbana legaram à cidade um conjunto arquitetônico e paisagístico íntegro e bem conservado, com a sua configuração urbana do Século XVII e o seu casario civil do Século XVIII, afora a Igreja de São Pedro dos Clérigos, uma das mais expressivas estruturas arquitetônicas do Brasil. Literalmente, todo o casario civil do pátio encontra-se bem conservado, sendo ocupado por museus, memoriais, centros culturais, bares e restaurantes e órgãos públicos.

Contudo, esse sucesso é apenas parcial, pois a conservação patrimonial nunca foi conjugada com ações de educação patrimonial. O trabalho de campo mostrou que o pátio é indecifrável para a maior parte da população recifense, inclusive por indivíduos que o frequentam regularmente. Os próprios locatários não sabem o porquê de ele ser tombado. Alguns dirigentes e funcionários públicos municipais, responsáveis pelos novos equipamentos culturais lá instalados, acham que o tombamento resume-se à beleza da Igreja de São Pedro dos Clérigos, ou, então, ao fato de o pátio lembrar uma pequena cidade do interior. As políticas públicas de regeneração urbana nunca conseguiram fazer com que o pátio deixasse de ser um patrimônio pesado e mudo, recorrendo-se a Fonseca (2005). Pesado, pois ele sempre exigiu recursos públicos municipais para a sua restauração e conservação. Pesado porque mudo, já que apenas um pequeno número de pessoas reconhece esse espaço urbano como símbolo da cultura, patrimônio e identidade nacional, a exemplo de o que ocorre com outros bens tombados no Brasil.

Sendo assim, por que esse sucesso (parcial) é um “monumento” ao fracasso? Por dois pontos. Primeiro, pelo fato de contrastar com o restante do núcleo antigo, em especial os sítios históricos dos bairros de Santo Antonio e São José, que, nas últimas décadas, enfrentaram toda sorte de demolições, mutilações e descaracterizações nos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos formalmente protegidos pela PCR. A comparação é particularmente instrutiva em relação a outros pátios e largos de igreja, como, por exemplo, o Pátio de São José do

Ribamar e o Pátio do Terço. A ascensão do PHAN na agenda pública federal, estadual e municipal, nos anos 1970, e a formalização da preservação patrimonial no Recife, na gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983), não se traduziram em políticas públicas efetivas, a partir dos anos 1980. Pelo contrário, houve uma involução nas políticas públicas patrimoniais, que, no Recife, traduziu-se na perda significativa do patrimônio cultural material do núcleo antigo. As fotos 068 e 069 mostram o casario civil do Pátio do Terço, localizado no Bairro de São José, a cinco minutos de caminhada do Pátio de São Pedro:

Foto 068: Casario civil do Pátio do Terço (I).

Foto 069: Casario civil do Pátio do Terço (II).

O Pátio do Terço foi objeto da formulação de um plano de revitalização, em 1976, que nunca foi implantado; inclusive, previam-se recursos do PCH para tal ação, que o transformaria em um espaço para a venda de produtos regionais pernambucanos (FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE, 1976). Desde então, o casario civil deteriorou-se lentamente, tendo havido até mesmo o desmoronamento de um sobrado, por absoluta falta de conservação. A maior parte dos sobrados da Foto 067 manteve apenas a fachada, e mesmo assim descaracterizada. A partir dos anos 1980, o Pátio do Terço foi alvo de uma série de propostas de regeneração urbana, inclusive do Projeto Capital e do Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda, ligadas ao lazer, turismo e entretenimento; contudo, todas elas ficaram apenas no esboço.

Ou seja, o contraste entre o Pátio de São Pedro e outros conjuntos arquitetônicos e paisagísticos dos bairros de Santo Antonio, São José e Boa Vista retrata, de forma geral, o fracasso das políticas públicas patrimoniais no Recife, de forma geral, refletindo a precariedade dessas políticas públicas na esfera federal e estadual.

Segundo, a PCR nunca conseguiu “sair” do Pátio de São Pedro, tornando-o autosustentável econômica e financeiramente; ela mal consegue receber a remuneração pela locação das casas a um punhado de pequenos e médios empresários. A prefeitura municipal também nunca conseguiu estruturar uma gestão minimamente séria e organizada para a área, desde o fim da

CEPSP, com atribuições, capacidade institucional e orçamento adequados à regulação e controle do local.

Outro resultado foi a convivência de projetos ambiciosos e de uma administração inefetiva no pátio. Os bares e restaurantes populares ilustram isso da melhor maneira possível: não pagam a locação, com raras exceções, reclamam de tudo o que a PCR faz e deixa de fazer no logradouro, não conservam a edificação, evitando fazer até mesmo reparos mínimos, e, em alguns casos, mantém usos incompatíveis com o PHAN.

Além disso, a regeneração urbana nunca se espalhou para fora do pátio; o restante do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Pátio de São Pedro, localizado na Rua das Águas Verdes, Rua Felipe Camarão e Travessa do Mercado, encontra-se em péssimo estado de conservação, sendo irreconhecível como PHAN.

De certo modo, o pátio reflete a incapacidade de se inserir proveitosamente o PHAN na lógica de mercado. O PCH foi um programa que direcionou volume expressivo de recursos para serviços de restauro e conservação patrimonial, entre 1973 e 1982, inclusive; Olinda deve a esse programa o restauro de uma série de bens patrimoniais, como o Seminário de Olinda, a Igreja da Sé e o Palácio dos Governadores. Contudo, ele não conseguiu transformar as principais cidades históricas do Nordeste em importantes destinos turísticos, nem fazer com que parte dos gastos turísticos fosse canalizada para serviços de preservação patrimonial, como Köhler (2006) constata para Igarassu, em Pernambuco. O Programa MONUMENTA, cujas bases ligam-se à autosustentabilidade econômico-financeira dos bens culturais alvo do programa, também não vem sendo bem sucedido, salvo casos isolados.

O pátio não conseguiu tornar-se um caso bem sucedido de preservação patrimonial e/ou promoção do lazer, turismo e entretenimento, do tipo que poderia ser utilizado em uma agenda pública propositiva para esses fins. Ele junta-se aos casos de Olinda, Ouro Preto e Cachoeira, na Bahia; não fica claro como o turismo pode sustentar o PHAN, nem como ele pode representar uma contribuição econômica relevante à cidade ou a sua população mais carente. Nesse ponto, a experiência brasileira contrasta com a britânica, onde os bens culturais foram fortemente inseridos na lógica do mercado, nas últimas décadas, como já visto anteriormente.

Mais um resultado da tese é a ausência de grandes interesses econômicos privados por trás das políticas públicas de regeneração urbana do pátio do núcleo antigo do Recife, de forma geral, inclusive do Bairro do Recife. Não foi possível encontrar grandes investidores imobiliários na área central da cidade, a exemplo de o que ocorre no Reino Unido, onde firmas como o Grosvenor Group (Liverpool), Peel Group (Salford Quays) e Miller Homes (Bury) coordenam parte das supracitadas políticas, inclusive se apropriando de subsídios e incentivos fiscais de várias esferas de governo. No período 1969-2008, não foi possível detectar nenhum grande interesse privado no Pátio de São Pedro; mesmo o Bairro do Recife conseguiu atrair grandes investidores apenas através do Programa MONUMENTA, para o prédio da antiga alfândega e o Edifício Chantecler. No segundo caso, as obras de restauro encontram-se paradas até hoje. Nos últimos dez anos, o núcleo antigo recebeu alguns novos lançamentos imobiliários residenciais, com destaque para as “Torres Gêmeas¹⁷⁸,” mas se tratam de empreendimentos isolados.

Se a presença de grandes interesses privados é vista como sinal de captura do setor público e prenúncio de segregação espacial e social, através de empreendimentos que privilegiam firmas e usuários solventes, por parte da literatura analítica, a ausência desses interesses coloca as seguintes questões para as políticas públicas de regeneração urbana: de onde vem o dinheiro? E quem ocupará depois as áreas regeneradas? Não se descarta a apropriação do núcleo antigo por um público de menor poder aquisitivo, inclusive através de habitação de interesse social, mas, dada a falta de capacidade de investimento do poder público e a falta de prioridade dessas políticas na agenda pública municipal, estadual e federal, a ausência do setor privado coloca sérios obstáculos à implantação de propostas mais ambiciosas.

Outro ponto preocupante é que os projetos de regeneração urbana, implantados nos anos 1990 e 2000, não foram bem sucedidos no longo prazo. O Pelourinho “acabou-se,” como fazem questão de me lembrar colegas soteropolitanos que estudam Salvador. O pólo de lazer, turismo e entretenimento da Rua do Bom Jesus e adjacências também não se sustentou por muito tempo; o Paço Alfândega é um fracasso comercial, e o Edifício Chantecler ainda não saiu do papel. A revisão de literatura não revelou um único projeto de regeneração urbana comprovadamente bem sucedido no país, em seus próprios termos e no longo prazo, através de análises de custo-benefício e do impacto econômico (multiplicadores) sobre a cidade.

¹⁷⁸ Para informações sobre as “Torres Gêmeas,” ver as fotos 130, 131 e 132 do **APÊNDICE M**.

Prova cabal disso foi a incapacidade de a PCR atrair novos locatários para o pátio, no final da gestão Roberto Magalhães (1997-2000), ou de se retomar o Pólo Bom Jesus, nos anos 2000, mesmo a PCR tendo implantado, em alguns momentos, uma agenda com vários eventos e *shows* no Bairro do Recife. A sucessão de planos e projetos fracassados retira a credibilidade de novas propostas, inclusive do empenho da prefeitura municipal em fazê-los cumprir.

Outro resultado da tese é que as políticas públicas de regeneração urbana ainda não conduziram o Recife à afirmação da “cidade dual,” pelo menos como decorrência dos seus investimentos. As cidades brasileiras são um dos símbolos mais visíveis da alta concentração de renda na economia brasileira, e o Recife não é exceção à regra. Entretanto, não se deu, ou ainda não começou, um processo de gentrificação no núcleo antigo que se compare ao que ocorre em Liverpool e Salford Quays, onde as docas abandonadas vêm sendo ocupadas por empreendimentos residenciais e comerciais de alto luxo. As torres gêmeas, que (infelizmente) passaram a dominar a paisagem do núcleo antigo do Recife, são uma exceção à regra do desinteresse das classes média e média alta em voltar a morar na área central. As fotos 070, 071 e 072 mostram o tipo de empreendimento residencial encontrado em áreas regeneradas inglesas:

Foto 070: Salford Quays: empreendimentos residenciais em Huron Basin. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. A foto retrata o tipo de empreendimento residencial ofertado em áreas regeneradas: alto padrão e “exclusivo,” assim como MediaCityUK, localizada a poucos metros de Huron Basin.

Foto 071: The Rock, Bury (I). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011.

Foto 072: The Rock, Bury (II). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011.

The Rock, empreendimento imobiliário da Miller Homes, é uma área à parte da cidade, tendo sido o resultado de um processo de renovação urbana similar ao verificado em Liverpool One. Principal componente da transformação urbana de Bury, que resultou em investimentos públicos e privados superiores a £ 500,000,000.00, ele combina habitação de alto padrão com comércio varejista sofisticado. Assim como Albert Dock, o pedestre é lembrado de que está em uma área privada de uma série de maneiras: placas informam que se trata de uma área privada, e que você está sendo filmado, os serviços de limpeza e manutenção urbana são feitos por pessoal próprio, o piso e mobiliário urbano são diferentes do implantado no restante da cidade etc. Nos últimos anos, junto com a formação de *gated communities* nos arredores das principais cidades britânicas, muitos enclaves privados foram criados em áreas urbanas regeneradas, geralmente como resultado de processos de renovação urbana.

Como fecho dessa **Conclusão**, cabe explorar duas perguntas importantes, que estiveram presentes ao longo de todo o trabalho, antes de fechar a tese com a parte normativa. São elas:

- a) as políticas públicas de regeneração urbanas são feitas para quem? Em outras palavras, quem se beneficia delas?
- b) até onde é possível e desejável utilizar critérios de racionalidade econômica na preservação do PHAN, e quando vale a pena ser anti-econômico para preservá-lo? Em outras palavras, quais são os limites de se inserir os bens patrimoniais na lógica de mercado, e quando é necessário “sair” do mercado para preservar nosso rico patrimônio cultural?

A primeira pergunta demanda, para respostas conclusivas, um estudo de finanças públicas municipais e a análise de multiplicadores econômicos, o que vai além da metodologia de pesquisa dessa tese, mas já se configura como uma opção interessante para a continuidade do

trabalho sobre as políticas públicas de regeneração urbana. É possível responder essa pergunta para dois casos muito diferentes – Reino Unido e Brasil –, reconhecendo as limitações da falta de dados quantitativos sobre as finanças públicas e multiplicadores econômicos municipais.

Nas cidades inglesas selecionadas, o investimento nessas políticas públicas é significativo; como visto anteriormente, apenas Liverpool One representou investimentos da ordem de £ 920,000,000.00, enquanto que a remodelação da área central de Bury, cidade de 60.718 habitantes da Greater Manchester, contou com recursos públicos e privados da ordem de £ 500,000,000.00, principalmente em The Rock, visto nas fotos 070 e 071. O volume de aplicações faz com que essas políticas públicas possam redistribuir os recursos da sociedade, de forma a aumentar ou diminuir a concentração de renda na economia.

A revisão de literatura, pesquisa documental e trabalho de campo apontam que as políticas públicas de regeneração urbana promoveram, nas últimas décadas, a gentrificação de áreas urbanas regeneradas, bem como a transferência de recursos, via subsídios, incentivos fiscais e gastos públicos diretos em infra-estrutura, do Estado para a iniciativa privada, principalmente para grandes firmas do mercado imobiliário. Isso foi justificado através das seguintes razões: a) a geração de emprego e renda para o conjunto da população; b) o aumento da base fiscal do Estado; e c) o “espraçamento” dos benefícios para outras partes da cidade, pelo fato de a área regenerada servir como modelo e pelos ciclos de negócios (multiplicadores econômicos).

No caso de Liverpool, é difícil acreditar que essas políticas públicas tenham beneficiado o conjunto da população, principalmente a mais pobre. Como visto anteriormente, o *waterfront* da área central, onde fica Albert Dock, encontrava-se redundante, no início dos anos 1980. Nos quase trinta anos de políticas públicas de regeneração urbana, essa área foi remodelada, junto com Liverpool One, que expandiu o Central Retail District da cidade. Liverpool é considerada um dos paradigmas de políticas públicas bem sucedidas de regeneração urbana; por exemplo, ver Littlefield (2009) e o volume organizado por Hayllar, Griffin e Edwards (2008a). A regeneração urbana da área central da cidade já recebeu termos como “Liverpool Revival” e “Liverpool Renaissance.”

E, após trinta anos da criação da Merseyside Development Corporation, Liverpool continua apresentando alguns dos piores indicadores sociais do Reino Unido, lembrando o que acontece com Baltimore, nos EUA. Como visto anteriormente, tomando como referência as

cinquenta e seis maiores cidades inglesas, Liverpool apresentou a menor taxa de crescimento demográfico médio anual, no período 1981-1991 (-0,8%), e a segunda menor, no período 1991-2000 (-0,5%). A cidade apresentou também o maior nível de pobreza da Inglaterra, que atingiu por volta de 45% da população, em 2004. Dentre os seis centros de condados metropolitanos, verificou-se em Liverpool o menor crescimento do emprego total (5,8%), no período 1991-2003. O alto nível de pobreza é explicado pela falta de qualificação e capacitação da mão-de-obra local, a pior dentre as cinquenta e seis maiores cidades inglesas. Em 2002, a renda per capita foi a menor dentre sessenta e uma cidades européias, no valor de € 16,466, segundo pesquisa encomendada pelo Barclays Bank (PARKINSON ET AL., 2006).

Nas últimas décadas, todo esse *waterfront* foi ocupado por hotéis, atrações turísticas e habitação de alto luxo, a exemplo da ofertada em Queens Dock, que conta com uma marina particular, ou Liverpool One. É difícil de imaginar os residentes de Toxteth, que convivem com prédios e igrejas redundantes e entaipadas, fazendo uso de Albert Dock e Liverpool One. Pergunta-se: as oportunidades de trabalho nas áreas regeneradas – turismo, comércio varejista e escritórios – conseguem prover um conjunto de oportunidades de trabalho e remuneração suficiente para mudar o quadro de miséria e falta de qualificação e capacitação da mão-de-obra local? Visitando-se a cidade, e se verificando os baixos salários pagos nesses setores para a mão-de-obra pouco qualificada, supõe-se que a resposta seja negativa.

Liverpool é o caso mais extremo de políticas públicas de regeneração urbana voltadas à satisfação do interesse do mercado imobiliário e de grandes investidores corporativos e individuais, nas quais o lazer e turismo ocupam um espaço central, e cujos benefícios ao conjunto da população são anunciados, mas nunca provados economicamente. As visitas a Liverpool, Bury, Manchester, Salford e Kingston upon Hull apontam a formação de “cidades duais,” onde as áreas regeneradas estabelecem um forte contraste com vizinhanças empobrecidas. Cabe frisar que essas políticas públicas não são um fenômeno à parte; elas formam parte integral de desenvolvimentos políticos, econômicos e sociais, que, no Reino Unido, têm levado a uma crescente concentração de renda e à manutenção de elevados índices de miséria nas principais cidades britânicas.

No Brasil, as políticas públicas de regeneração urbana ainda não contam com investimentos elevados, já que, na prática, não são prioridade na agenda pública federal ou de estados e municípios. O conjunto de intervenções públicas no Recife – Bairro do Recife e pátio –

sempre ocupou um espaço modesto no orçamento público municipal. A maior parte dos estados brasileiros não tem políticas públicas estruturadas para a área central das suas principais cidades, e o Ministério das Cidades ainda não conseguiu efetivar políticas públicas nacionais estruturadas e relevantes.

Desse modo, independentemente dos resultados e conseqüências de projetos de regeneração urbana, eles não têm os mesmos efeitos sobre a economia e o conjunto da população, na escala encontrada no Reino Unido. Além disso, em alguns casos, é mais difícil encontrar quem se beneficia deles, por um motivo muito simples: não há grandes interesses envolvidos. Para quem foram feitas as políticas públicas de regeneração urbana do Pátio de São Pedro? É difícil responder, pensando nos seguintes públicos-alvo:

- a) grandes interesses privados: não, nunca esse tipo de interesse no pátio, desde pelo menos 1969;
- b) a população que mora e trabalha no núcleo antigo: não, ela nunca se dispôs a consumir bens e serviços mais sofisticados no pátio;
- c) os turistas e visitantes: o pátio nunca foi uma atração turística importante da cidade, com exceção do início dos anos 1970, quando o Recife não era um destino turístico importante;
- d) o *trade* turístico: não, ele nunca se pronunciou sobre o que estava acontecendo no pátio, nos últimos quarenta anos;
- e) a classe média e média alta recifense: improvável, pois ela freqüentou o pátio por poucas semanas e meses, após cada uma de suas “inaugurações.”

Como colocado anteriormente, a intervenção pública no pátio parece ter sempre se ligado aos técnicos da PCR, que trabalham na função de preservação patrimonial, e a um “padrinho” político, que sempre pretendeu ligar o sucesso do “novo” Pátio de São Pedro à sua imagem política ou pessoal. Claro, no caso do Bairro do Recife ou do Pelourinho, a análise de quem se beneficia seria mais complexa, mas a ausência de grandes interesses privados parece predominar, pelo menos nos projetos voltados ao lazer, turismo e entretenimento, por mais estranho que isso possa parecer numa análise de economia política.

Um elemento comum nessas políticas públicas voltadas ao lazer, turismo e entretenimento – pensa-se aqui nos casos do pátio, Bairro do Recife (Recife Antigo) e Pelourinho – é a

remoção e desconsideração da população que ocupava e freqüentava a área a ser regenerada. A criação do Centro Permanente de Turismo do Recife manteve apenas Aroeira no pátio. No Bairro do Recife, os residentes locais, compostos majoritariamente por habitantes da Favela do Rato, prostitutas e moradores de cortiços, viram os projetos de cunho social, publicados em 1987, terem começado a ser implantados apenas na gestão João da Costa (2009-2012). O Pelourinho é um caso bem documentado de expulsão dos habitantes locais, através do pagamento de indenizações módicas; ver, por exemplo, Braga (2008).

Para fechar a pergunta relativa a quem se beneficia das políticas públicas de regeneração urbana, os projetos no pátio, Pelourinho e Bairro do Recife deixam um ponto muito claro: no Brasil, o lazer e turismo ainda não conseguem sustentar economicamente precintos urbano-turísticos no médio e longo prazo. Isso se liga ao tipo de turismo prevalecente no país, principalmente na Região Nordeste, à (falta de) relação do brasileiro com o PHAN oficialmente constituído, à baixa qualidade das políticas públicas de turismo e também aos problemas dos projetos em si (conceito e operação). Aponta-se a falta de envolvimento do governo federal (regeneração urbana e turismo) com um dos fatores que impedem o sucesso dessas políticas públicas, principalmente pela falta de verbas para investimento.

A segunda pergunta apresenta também respostas diferentes para o Reino Unido e para o Brasil. No primeiro caso, as políticas públicas britânicas inseriram o patrimônio cultural material e imaterial firmemente na lógica de mercado, através da total *commodification* de bens e experiências. Nada parece escapar da comercialização e promoção do lazer, turismo e entretenimento: catedrais, museus, monumentos, conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, cidades patrimoniais etc. A cidade intramuros de York é um dos melhores exemplos de turistificação; ou seja, da profunda influência do lazer e turismo sobre as formas e funções urbanas. Como visto anteriormente, a inserção do patrimônio cultural inglês nessa lógica tem como um dos principais protagonistas a English Heritage, agência pública responsável por sua preservação. Além disso, todas as áreas regeneradas visitadas buscam-se vender como um local propício ao desenvolvimento do lazer, turismo e entretenimento, e, para isso, lançam mão do seu patrimônio cultural.

Como visto anteriormente, a oferta de atrações turístico-culturais atende a demanda de turistas internacionais por patrimônio, cultura e tradição, bem como o enorme interesse dos ingleses pelo seu próprio patrimônio, tanto na forma de monumentos e museus tradicionais quanto de

parques temáticos com atavios culturais, centros culturais que recorrem ao pastiche, simulação e experiências e encenações de épocas e acontecimentos passados. Isso não está isento de críticas, entretanto. Hewison (1987), por exemplo, aponta para a fabricação de um patrimônio e de uma tradição distorcidas, que impede a população inglesa de refletir sobre o seu próprio passado e formação. No turismo, não são poucos os comentadores que avaliam as experiências em parques temáticos e novos museus como espúrias e falsas, que impedem o turismo ou visitante de travar contato com a verdadeira cultura local.

No Reino Unido, foi possível visitar dezenas de estruturas arquitetônicas redundantes, que foram restauradas e adaptadas para novos usos. Por exemplo, a transformação de Albert Dock em precinto urbano-turístico salvou da obliteração o impressionante conjunto arquitetônico e paisagístico, que é a maior concentração de estruturas patrimoniais protegidas (*Grade I listed*) do Reino Unido. Armazéns verticais, cais e docas abandonadas, prédios fabris na área central de grandes cidades; a adaptação para novos usos, inclusive ligados ao lazer e turismo, impediu a destruição de um vasto acervo arquitetônico. Claro, a ligação do patrimônio cultural à lógica do mercado coloca problemas aos bens patrimoniais pouco atrativos economicamente. Mesmo assim, o trabalho de organizações não governamentais, a exemplo do National Trust e de The Churches Conservation Trust, permite que centenas de bens do patrimônio cultural e natural britânico sejam protegidas.

No Brasil, as experiências mais recentes de projetos de regeneração urbana, bem como programas que tinham, entre seus objetivos, o intuito de conjugar a preservação patrimonial com o turismo e autosustentabilidade dos bens patrimoniais, não foram bem sucedidos, em seus próprios termos, como visto anteriormente. Os casos do pátio, Bairro do Recife e Pelourinho, bem como o PCH e o Programa MONUMENTA, ilustram as dificuldades de inserir os bens patrimoniais na lógica de mercado, instrumentalizando-os, ou aproveitá-los em propostas de turismo cultural.

Junto com isso, o PHAN enfrenta outros problemas. A preservação patrimonial não ocupa um lugar importante na agenda pública brasileira, nas três esferas governamentais, tendo baixa visibilidade no conjunto de políticas públicas. Não há, como na área da saúde ou educação, uma coalizão que congregue profissionais da área de restauro, funcionários públicos federais, estaduais e municipais, e demais envolvidos com a questão do patrimônio para promover mudanças e pressionar a favor de medidas favoráveis à preservação patrimonial. O IPHAN

não conta com um orçamento público relevante, que lhe permita cuidar do vasto acervo tombado. De forma geral, a vertente patrimonial brasileira repudia as tentativas de comercialização do PHAN, inclusive a sua transformação em atrações turísticas. A normatização do restauro e conservação também desestimula o investimento, por mais que se reconheça essa formalização como necessária, para manter a integridade do acervo tombado.

Contudo, considera-se que os principais problemas ligam-se à recepção do PHAN. O acervo patrimonial ainda não é considerado uma atração importante no mercado turístico nacional. Com raras exceções, a exemplo das cidades históricas mineiras, o PHAN é um mero apêndice da oferta turística do destino, na qual se privilegiam o composto sol, mar e praia, as compras e a vida noturna. *Resorts*, cruzeiros marítimos, turismo de aventura, turismo ecológico; o crescimento e diversificação da oferta de produtos e destinos no Brasil ainda não chegaram ao segmento de turismo cultural. E, como já visto nessa **Conclusão**, para o caso específico do pátio, o PHAN continua sendo indecifrável ao conjunto da população, tornando-o pesado e mudo. Desse modo, a vinculação da preservação patrimonial à sua instrumentalização econômica, inclusive através do lazer, turismo e entretenimento, ainda não é viável no Brasil.

Normativamente, a tese apresenta três propostas para o pátio, que visam suprir carências e problemas das políticas públicas de regeneração urbana, nesse logradouro e em outros espaços urbanos do Brasil. A primeira delas consiste em estruturar uma gestão pública séria e comprometida com a recuperação urbana do núcleo antigo do Recife, que considere o pátio não apenas como um dos pontos de partida desse processo, mas também um modelo de o que deve ser feito. Essa gestão pública deve contar com os seguintes pontos:

- a) a definição clara da responsabilização pelo cotidiano e projetos no pátio entre órgãos e entidades municipais;
- b) a continuidade das políticas públicas implantadas no pátio, tornando-as de Estado, e não de governo ou meramente pessoais;
- c) a capacidade de gerar receitas próprias, principalmente derivadas da locação das casas desapropriadas, e o comprometimento desses recursos nos projetos de regeneração urbana do núcleo antigo;
- d) o espraiamento das políticas públicas de regeneração urbana, tomando como área prioritária o restante do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Pátio de São Pedro, tombado pelo IPHAN.

O pátio pode e deve ser utilizado como um projeto-piloto para aumentar a capacidade institucional da PCR, no que toca a gestão de espaços urbanos e a liderança e coordenação de políticas públicas de regeneração urbana, travando, inclusive, contato com órgãos e entidades que executam essas funções, na Europa e Estados Unidos da América. Uma das principais críticas às políticas públicas de regeneração urbana, cultura e turismo, no Estado de Pernambuco, é que os grandes projetos chegam a sair do papel, em muitos casos, mas não são seguidos por ações simples de gestão e acompanhamento. O Plano de Revitalização Bairro do Recife também sofreu com problemas similares de (falta de) gestão aos verificados no pátio, de acordo com alguns entrevistados no trabalho de campo e Vieira (2008).

Em suma, trata-se de aumentar a capacidade institucional da PCR, e também fazer com que ela use o seu próprio patrimônio para regenerar a área central do Recife; ressalta-se que isso não pode ser feito como num passe de mágica, como previram o Projeto Capital e o Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda, que pretendiam implantar rapidamente o Estado regulador no Recife, de forma complexa e elaborada, inclusive envolvendo outros entes federativos. Esse aumento de capacidade institucional precisa ser feito aos poucos, e nada melhor de o que uma área-piloto para o seu início.

A segunda proposta liga-se à educação patrimonial. Não é mais possível tratar o conjunto da população como “massa,” para usar o termo de Fonseca (2005), face as perdas significativas do acervo tombado e a sua não apropriação pela população. Em um país no qual muitos dos dirigentes não reconhecem a população como povo com direitos civis e a república como o governo para o povo, no dizer de Maria Irene de Queiroz Ferreira Szmrecsanyi, e muitos não entendem como ainda se investe em preservação patrimonial, quando pessoas morrem por falta de atendimento médico-hospitalar e não tem o que comer, a questão da educação patrimonial não pode ser mais adiada.

No caso do pátio, a educação patrimonial precisa envolver, no mínimo, a vinculação com o ensino formal público e a interpretação do patrimônio, para que seus visitantes e freqüentadores tenham noção de o que o pátio representa, e de qual é o seu valor histórico e artístico como PHAN. Nenhum dos equipamentos culturais instalados pela gestão João Paulo (2001-2008) provê qualquer tipo de interpretação ou educação patrimonial sobre o pátio e a Igreja de São Pedro dos Clérigos. Isso precisa ser mudado rapidamente.

A terceira proposta, que se baseia, em parte, nas duas primeiras, é a implantação de um novo conceito no Pátio de São Pedro, promovendo-o como atração turística do Recife, mas fazendo com que ele seja prioritariamente apropriado pelos moradores, trabalhadores e freqüentadores do núcleo antigo. É preciso transformá-lo em um centro de lazer, descanso e contemplação na área central, onde se refugiar da agitação do restante da cidade. Isso não implica desconsiderar o turismo, mas apenas reconhecer que, nas atuais circunstâncias, apenas o turista cultural intencional pode ser atraído ao espaço urbano, de forma regular.

Saindo do Pátio de São Pedro, cumpre destacar que o Brasil não pode continuar sem contar com políticas públicas nacionais e relevantes de regeneração urbana, de turismo e de preservação patrimonial. No primeiro caso, urge o reconhecimento de que os problemas e carências sociais, físicas e econômicas das áreas centrais das principais cidades brasileiras vão muito além da capacidade institucional e de investimento das prefeituras municipais. Essas áreas são vitais para as grandes cidades, que respondem por boa parte do Produto Interno Bruto nacional, e a sua recuperação já se fazem urgentes. O Ministério das Cidades não pode continuar servindo de moeda política.

Como seriam essas políticas públicas nacionais de regeneração urbana? O que elas privilegiariam? A tentativa de tornar as áreas centrais novamente no *central business district* das cidades, a exemplo de o que a Associação Viva o Centro almeja para São Paulo? Ou, então, turistificar a área central, nas cidades que contam com expressivo patrimônio cultural e/ou equipamentos culturais, a exemplo da experiência de várias cidades britânicas e norte-americanas? Ou, finalmente, reconhecer que os núcleos antigos do Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, entre outros, não foram esvaziado, mas sim popularizados, e que cabe ter como público-alvo essa população, no sentido de prover habitação de interesse social e um ambiente mais propício, agradável e bem cuidado para as atividades de fazer compras, passear, trabalhar e recrear? Não são opções mutuamente excludentes, mas se opta pela terceira como a mais acertada, inclusive como instrumento de desenvolvimento econômico e social e política habitacional, reconhecendo, entretanto, a superposição funcional desses espaços urbanos.

No que toca as políticas públicas nacionais de turismo, cabe fazer observações semelhantes. Não é possível que o fenômeno, em franco crescimento desde os anos 1950, seja relegado ao

segundo (terceiro?) plano na agenda pública federal, estando a cargo de um ministério no qual muitos diretores fazem pouca idéia de o que seja o turismo. Na área de cultura, houve muitos avanços na esfera federal, mas a área do patrimônio continua sendo relegada a segundo plano.

Nos casos das políticas públicas de regeneração urbana, assim como no turismo e patrimônio cultural, faz-se necessário criar uma coalizão que congregue os principais atores-chave interessados na recuperação das áreas centrais das principais cidades brasileiras. É preciso fazer com que essa questão ganhe visibilidade na agenda pública federal, estadual e municipal, dentro de uma proposta que evite os erros do passado, como, por exemplo, a crença de que o lazer, turismo e entretenimento, por si sós, conseguiriam sustentar áreas regeneradas no longo prazo. Caso se almeje recuperar física, social e economicamente as áreas centrais das grandes cidades brasileiras, incluindo nesse processo os atuais moradores, trabalhadores e freqüentadores dessas áreas, urge estruturar políticas públicas nacionais de regeneração urbana, inclusivas e não ao serviço apenas de grandes interesses econômicos.

Em suma, propõe-se o Pátio de São Pedro como área-piloto para a regeneração urbana do núcleo antigo do Recife, dentro de um conceito que privilegie a população que mora e freqüenta o centro como principal público-alvo, no qual o lazer, turismo e entretenimento esteja presente, mas não como o componente principal, e que a educação patrimonial seja fator vital.

REFERÊNCIAS¹⁷⁹

ACCIOLY, Abel Carnaúba da Costa. Tendo assumido recentemente a... **Ofício N. 028/96/IPHAN/5ªCR**. Recife: IPHAN, 1996.

ADÃO & SOUZA. **Relatório sintético**. Rio de Janeiro: Adão & Souza, 1995. Mimeo.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Plano de revitalização Bairro do Recife**: planejamento urbano e economia. Recife: AD/DIPER, 1992.

ALBERTIM, Bruno. O Pátio fase dois: a volta do boêmio. **Jornal do Comércio**, Recife, 18 Jun. 2000. p. 2.

ALBERTIM, Bruno. O pátio mais famoso do Recife. **Jornal do Comércio**, Recife, 28 Out. 2004. p. 1-2 (Turismo).

ALBERTO, João. Pátio de São Pedro. **Diário de Pernambuco**, Recife, 05 Abr. 1983. p. B-3.

ALBUQUERQUE, José Mário Freire de. Pátio alagado. **Diário de Pernambuco**, Recife, 07 Mar. 1987. p. A-6.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

ANDION, Maria Carolina; FAVA, Rubens. Planejamento estratégico. In: MENDES, Judas Tadeu Grassi (Org.). **Economia empresarial**. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, 2002. cap. 3, p. 27-38.

ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Lamentando a demora com que esta Diretoria... **Ofício n. 1469**. Rio de Janeiro: DPHAN, 1958a. Mimeo.

ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Edificação no terreno sito no Pátio de São Pedro 64 – Recife. **Ofício 1263**. Rio de Janeiro: DPHAN, 1961. Mimeo.

¹⁷⁹ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023. Foi utilizado o sistema autor-data.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

APOSTOLAKIS, Alexandros. The convergence process in heritage tourism. **Annals of tourism research**, v. 30, n. 4, p. 795-812, 2003.

APPADURAI, Arjun (Ed.). **The social life of things**: commodities in cultural perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

ARAÚJO, Cristiane. Revitalização tenta mudar face de ruas centrais. **Diário de Pernambuco**, Recife, 09 Jun. 2002. p. 4 (Vida Urbana).

ARCOVERDE, Maria Lucina. Dando continuidade aos trabalhos de... **Ofício N. 014/2000**. Recife: PCR, 2000. Mimeo.

ASSOCIAÇÃO CENTRO VIVO RECIFE. **Recife**: centro vivo. Recife: Associação Centro Vivo Recife, 200-?. Mimeo.

ASSOCIAÇÃO CENTRO VIVO RECIFE; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Roteiros do Recife**: uma viagem na história e na cultura do Recife. Recife: Associação Centro Vivo Recife; PCR, 2007a. Mimeo.

ASSOCIAÇÃO CENTRO VIVO RECIFE; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Roteiro 3**: revolução e fé. Recife: Associação Centro Vivo Recife; PCR, 2007b. Mimeo.

ASSOCIATION of leading visitor attractions. London: ALVA, 2011. Visits made in 2010 to visitor attractions in membership with ALVA. Disponível em: <http://www.alva.org.uk/visitor_statistics/>. Acesso em: 01 Out. 2011.

BALCAR, Mark J. O.; PEARCE, Douglas G. Heritage tourism on the West Coast of New Zealand. **Tourism management**, v. 17, n. 3, p. 201-212, 1996.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório final de projeto**: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste. Primeira fase. Fortaleza: BNB: 2005. Disponível em <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum_9_pcr_i.pdf> Acesso em: 22 Set. 2011.

BARBOSA, Diana Moura. Boêmios recebem revitalização com alegria. **Jornal do Comércio**, Recife, 28 Dez. 1999. p. 1 (Caderno C).

BARBOSA, Severino. Pateo de São Pedro. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 Fev. 1965.

BARNEKOV, Timothy; BOYLE, Robin; RICH, Daniel. **Privatism and urban policy in Britain and the United States**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

BARROS, Souza. Com os meus agradecimentos pela... **Ofício D.SE-307**. Recife: Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo, 1944. Mimeo.

BARROS, Luiz Barbosa. Acesso ao pátio. **Diário de Pernambuco**, Recife, 21 Jul. 1988. p. A-6.

BARTHES, Roland. **Mythologies**. New York: Hill and Wang, 1972.

BEEHO, Alison J.; PRENTICE, Richard C. Conceptualizing the experiences of heritage tourists: a case study of New Lanark World Heritage Village. **Tourism management**, v. 18, n. 2, p. 75-87, 1997.

BELL, Daniel. O advento da sociedade pós-industrial. **Diálogo**, v. 11, n. 2, p. 3-12, 1978.

BELOCH, Israel. Historiografia e fontes para o estudo do período 1929-1954. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui G (Orgs.). **Getúlio Vargas e a economia contemporânea**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Editora Hucitec, 2004. p. 14-24.

BENEVOLO, Leonardo. **Origenes del urbanismo moderno**. Madrid: H Blume Ediciones, 1979.

BENNETT, Oliver. Cultural policy in the United Kingdom: collapsing rationales and the end of a tradition. **Cultural policy**, v. 1, n. 2, p. 199-216, 1995.

BIANCHINI, Franco. The relationship between cultural resources and tourism policies for cities and regions. In: DOOD, Diane; HEMEL, Annemoon van. **Planning cultural tourism in Europe: a presentation of theories and cases**. Amsterdam: Boekman Foundation; Ministry of Education, Culture and Science, 1999. p. 78-90.

BOISSEVAIN, Jeremy. The impact of tourism on a dependent island: Gozo, Malta. **Annals of tourism research**, v. 6, n. 1, p. 76-90, 1979.

BOISSEVAIN, Jeremy; INGLOTT, Peter Serracino. Tourism in Malta. In: DE KADT, Emanuel Jehuda (org.). **Tourism – passport to development?:** perspectives on the social and cultural effects of tourism in developing countries. New York: Oxford University Press, 1979. cap. 15, p. 265-284.

BOISSEVAIN, Jeremy. Introduction. In: _____ (Ed.). **Coping with tourists:** European reactions to mass tourism. Providence: Berghahn Books, 1996. p. 1-26.

BONDHOLDERS. Hull: BONDHOLDERS, 201-?a. Ports & logistics. Disponível em: <<http://www.hull.co.uk/template01.asp?pageid=158>>. Acesso em: 01 Out. 2011.

BONDHOLDERS. Hull: BONDHOLDERS, 201-?b. Developing our economy. Disponível em: <<http://www.hull.co.uk/template02.asp?pageid=122>>. Acesso em: 01 Out. 2011.

BOORSTIN, Daniel J. **The image:** a guide to pseudo-events in America. New York: Vintage Books, 1992.

BORG, Jan van der; COSTA, Paolo; GOTTI, Giuseppe. Tourism in European heritage cities. **Annals of tourism research**, v. 23, n. 2, pp. 306-321, 1996.

BORJA, Jordi; FORN, Manuel de. Políticas da Europa e dos Estados para as cidades. **Espaço & debates**, v. 16, n. 39, p. 32-47, 1996.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 2, p. 73-83, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974 (org. de Sérgio Miceli).

BOYD, Stephen. Cultural and heritage tourism in Canada: opportunities, principles and challenges. **Tourism and hospitality research**, v. 3, n. 3, p. 211-233, 2002.

BRAGA, Paula Marques. O papel do turismo na requalificação do Pelourinho In: II COLÓQUIO [INTER]NACIONAL SOBRE O COMÉRCIO E CIDADE: UMA RELAÇÃO DE ORIGEM, 2., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: LAB.COM, 2008, p. 1-6.

BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Ministério da Educação e Cultura. **Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste:** exposição de motivos n. 076-B. Brasília: Seplan/PR; MEC, 1973.

BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. **Parecer da secretaria executiva do programa sobre o projeto de agenciamento da Praça Marechal Deodoro e restauração do mercado municipal, da casa nº 83 e fachadas do casario da Rua Joaquim Nabuco, em Igarassu, Estado de Pernambuco.** Recife: Seplan/PR; FUNDARPE, 1976. Mimeo.

BRASIL. Presidência da República. **Lei N. 6.513.** Brasília: Presidência da República, 1977.

BRASIL. Presidência da República. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado.** Brasília: Presidência da República, 1995. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 07 Jul. 2011.

BRASIL; PERNAMBUCO; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE; PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA. **Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda:** no território do passado, a construção do futuro. Recife: PCR, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Anuário Estatístico de turismo – 2010 – Ano base 2009.** Brasília: MTur, 2010a. Disponível em <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/anuario/downloads_anuario/Anuxrio_2010_-_Ano_Base_2009___Final_internet.pdf> Acesso em: 20 Ago. 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Estatísticas básicas de turismo:** Brasil. Brasília: MTur, 2010b. Disponível em <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/estatisticas_indicadores/downloads_estatisticas/Estatxsticas_Bxsicas_do_Turismo_-_Brasil_2004_a_2009.pdf> Acesso em: 09 Set. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de Novembro de 1937).** Brasília: Presidência da República, 2011a. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 13 Ago. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de Julho de 1934)**. Brasília: Presidência da República, 2011b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 13 Ago. 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Anuário estatístico de turismo – 2011 – Ano base 2010**. Brasília: MTur, 2011c. Disponível em <http://www.dadosfatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosfatos/anuario/downloads_anuario/Anuxrio_Estatxstico_2011_-_Ano_base_2010_-_24-05-2011.pdf> Acesso em: 19 Ago. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei N. 55, de 18 de Novembro de 1966**. Brasília: Presidência da República, 2011d. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0055.htm> Acesso em: 22 Ago. 2011.

BREMNER, Caroline. Top 150 city destinations: London leads the way. **Euromonitor international**, London, oct. 2007. Disponível em: <<http://www.euromonitor.com/top-150-city-destinations-london-leads-the-way/article>>. Acesso em: 01 Out. 2011.

BRITTO, Jomard Muniz de. Do casario localizado no Pátio... **Ofício n. 110/86-DE-FCCR**. Recife: PCR, 1986. Mimeo.

BRYDEN, John M. **Tourism and development**: a case study of the Commonwealth Caribbean. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

BRYON, Jeroen; RUSSO, Antonio Paolo. The tourist historic city. **Annals of tourism research**, v. 30, n. 2, p. 492-494, 2003.

BROOKS, Graham. Exploiting the benefits of World Heritage listing: Evora, Portugal, and Hoi Na, Vietnam. In: HAYLLAR, Bruce; GRIFFIN, Tony; EDWARDS, Deborah (Orgs.). **City spaces – tourist places**: urban tourism precincts. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2008. cap. 17, p. 341-355.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. (Orgs.). **Manual de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. cap. 21, p. 406-422.

CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DO RECIFE. **Reviver Recife Centro**: prepare-se para viver uma nova história. Recife: CDL Recife, 200-?. Mimeo.

CAMAROTTI, Marco. São João no pátio. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 Jul. 1988. p. A-6.

CARVALHO, Antônio Bezerra de. Templo, atos & adendo. **Jornal do Comércio**, Recife, 18 Abr. 1965a.

CARVALHO, Antônio Bezerra de. Fatos & falas. **Jornal do Comércio**, Recife, 09 Jul. 1965b.

CARVALHO, Antônio Bezerra de. Uma noite no velho Recife. **Jornal do Comércio**, Recife, 03 abr. 1993. p. 7.

CARVALHO, Ayrton. Reforma do prédio anexo posterior à Igreja de São Pedro dos Clérigos, Recife. **Ofício 24/52**. Recife: DPHAN, 1952a. Mimeo.

CARVALHO, Ayrton. Reforma do prédio n. 64, do Pátio de São Pedro – Recife. **Ofício 194/52**. Recife: DPHAN, 1952b. Mimeo.

CARVALHO, Ayrton. Reconstrução de edifício no Pátio de São Pedro, Recife. **Ofício 237/52**. Recife: DPHAN, 1952c. Mimeo.

CARVALHO, Ayrton. Providências sobre o Pátio de São Pedro. **Ofício 015/53**. Recife: DPHAN, 1953a. Mimeo.

CARVALHO, Ayrton. Dá parecer sobre reforma do prédio n. 64, sito à Praça de São Pedro, Recife. **Ofício 18/53**. Recife: DPHAN, 1953b. Mimeo.

CARVALHO, Ayrton. Emite parecer. **Ofício 169/58**. Recife: DPHAN, 1958a. Mimeo.

CARVALHO, Ayton. Responde consulta. **Ofício 1/58**. Recife: DPHAN, 1958b. Mimeo.

CARVALHO, Ayrton. Gabarito para novas construções no Pátio de S. Pedro. **Ofício 188/58**. Recife: DPHAN, 1958c. Mimeo.

CARVALHO, Ayrton. Presta informação. **Ofício 76/61**. Recife: DPHAN, 1961. Mimeo.

CARVALHO, Ayrton. Encaminhamos a V. S., um estudo... **Ofício 08/64**. Recife: DPHAN, 1964a. Mimeo.

CARVALHO, Ayrton. Acusamos o recebimento da comunicação... **Ofício 146/67**. Recife: DPHAN, 1967a. Mimeo.

CARVALHO, Ayrton de Almeida. Criação do “Centro de Turismo do Recife”, no Pátio de São Pedro, Recife. **Ofício n. 029**. Recife: DPHAN, 1969a. Mimeo.

CARVALHO, Ayrton de Almeida. Presta esclarecimentos sobre os aspectos legais do tombamento da Igreja e Pátio de São Pedro. **Ofício n. 029/69/D**. Recife: DPHAN, 1969b. Mimeo.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, v. 40, n. 2, 1997.

CARVALHO, José L.; GWARTNEY, James D.; STROUP, Richard L.; SOBEL, Russell S. **Fundamentos de economia**: vol. 1: macroeconomia. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

CAVALCANTI, Joaquim Elísio. Para o Serviço do Patrimônio dos Monumentos. **Carta**. Recife, 1943. Mimeo.

CAVALCANTI, J. E. Irmandade de São Pedro dos Clérigos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 08 Mar. 1944.

CAVALCANTI, Luiz Otávio de Melo. **Recife, uma proposta política**. Recife: Pool Editorial, 1981.

CHAMBERS, Erve. **Native tours**: the anthropology of travel and tourism. Long Grove: Waveland Press, 2000.

CHANG, T. C.; MILNE, Simon; FALLON, Dale; POHLMANN, Corinne. Urban heritage tourism: the global-local nexus. **Annals of tourism research**, v. 23, n. 2, p. 284-305, 1996.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CITY OF YORK. **Local development framework**: core strategy submission (publication). York: City of York Council, 2011.

COHEN, Erik. Authenticity and commoditization in tourism. **Annals of tourism research**, v. 15, p. 371-386, 1988.

COLMAR BRUNTON SOCIAL RESEARCH AGENCY. Demand for cultural tourism: summary of research findings. [S.I.], 200-?.

CONSTANTINO, Ivancil. Comerciante que turismo tirou do Pátio vai viver da pesca de marisco no mangue. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 Mai. 1969.

COOPER, Chris; FLETCHER, John; WANHILL, Stephen; GILBERT, David; SHEPHERD, Rebecca. **Turismo, princípios e práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

COSTA, Lucio. Prefácio. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. p. 5-10.

CRYSTAL, Eric. Tourism in Toraja (Sulawesi, Indonesia). In: SMITH, Valene L. (ed.). **Hosts and guests: the anthropology of tourism**. Second edition. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989. cap. 7, p. 139-168.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas patrimoniais**. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

CUSHMAN & WAKEFIELD. **UK cities monitor 2008**. London: Cushman & Wakefield, 2008. Mimeo.

D'OLIVEIRA, Fernanda. São José: um velho bairro e seus personagens integrados na história da cidade. **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 Jan. 1983,

DAHLES, Heidi. The social construction of Mokum: tourism and the quest for local identity in Amsterdam. In: BOISSEVAIN, Jeremy (Ed.). **Coping with tourists: European reactions to mass tourism**. Providence: Berghahn Books, 1996. Cap. 8, p. 227-246.

DANTAS, Anamélia. O Pátio de São Pedro está em franca decadência. **Jornal do Comércio**, Recife, 08 Out. 1972. p. 11

DARCY, Simon; SMALL, Jennie. Theorizing precincts: disciplinary perspectives. In: HAYLLAR, Bruce; GRIFFIN, Tony; EDWARDS, Deborah (Orgs.). **City spaces – tourist places: urban tourism precincts**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2008. cap. 4, p. 63-91.

DE KADT, Emanuel Jehuda. The encounter: changing values and attitudes. In: _____ (org.). **Tourism – passport to development?:** perspectives on the social and cultural effects of tourism in developing countries. New York: Oxford University Press, 1979. cap. 4, p. 50-67.

DIÁRIO DA NOITE. Plano diretor do Recife só será elaborado em outubro. **Diário da Noite**, Recife, 29 Set. 1970a.

DIÁRIO DA NOITE. Geraldo entrega hoje Ginásio de Esportes. **Diário da Noite**, Recife, 12 Nov. 1970b.

DIÁRIO DA NOITE. Em 66 prejuízo foi maior mas gerou plano de defesa. Que ninguém cumpriu. **Diário da Noite**, Recife, 25 Jul. 1970c.

DIÁRIO DA NOITE. Até o vuco-vuco o progresso está matando. **Diário da Noite**, Recife, 04 Jul. 1970d.

DIÁRIO DA NOITE. Festas de rua estão no fim. **Diário da Noite**, Recife, 18 Jul. 1970e.

DIÁRIO DA NOITE. Paraíso da muamba é no centro da cidade. **Diário da Noite**, Recife, 13 Out. 1970f.

DIÁRIO DA NOITE. EMPETUR promoverá concurso turístico de âmbito nacional. **Diário da Noite**, Recife, 03 Set. 1970g.

DIÁRIO DA NOITE. Gente de turismo debate no Recife organização do “Festival do Mar.” **Diário da Noite**, Recife, 08 Out. 1970h.

DIÁRIO DA NOITE. Transporte fluvial começa com 2 barcos no Capibaribe. **Diário da Noite**, Recife, 21 Set. 1970i.

DIÁRIO DA NOITE. Restaurante da Rua da Aurora entrará de novo em concorrência. **Diário da Noite**, Recife, 14 Out. 1970j.

DIÁRIO DA NOITE. Sonho do Prefeito é construir hotel para os turistas. **Diário da Noite**, Recife, 17 Out. 1970k.

DIÁRIO DA NOITE. O pátio renasce. Está na moda. **Diário da Noite**, Recife, 26 Set. 1970l, p. 3.

DIÁRIO DA NOITE. Geraldo vai inaugurar oficialmente amanhã o famoso Pátio de São Pedro. **Diário da Noite**, Recife, 08 Out. 1970m.

DIÁRIO DA NOITE. Grande afluência ao Pátio de São Pedro preocupa Geraldo Magalhães. **Diário da Noite**, Recife, 28 Set. 1970n.

DIÁRIO DA NOITE. No Pátio São Pedro: o mais difícil é encontrar turistas. **Diário da Noite**, Recife, 27 Jul. 1970o.

DIÁRIO DA NOITE. Drogas que vêm do exterior são negociadas na Rua do Bom Jesus. **Diário da Noite**, Recife, 01 Dez. 1970p.

DIÁRIO DA NOITE. Viciados tomam batidas com bolinha no Pátio de São Pedro. **Diário da Noite**, Recife, 01/12/1970q.

DIÁRIO DA NOITE. Tapacurá em condições para defender Recife. **Diário da Noite**, Recife, 16 Set. 1971a. p. 3.

DIÁRIO DA NOITE. Amanhã é dia de festa no Sítio. **Diário da Noite**, Recife, 24 Set. 1971b.

DIÁRIO DA NOITE. Pátio de São Pedro morre à falta de compradores. **Diário da Noite**, Recife, 12 Mar. 1974.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Restauração do Pátio: desapropriação dos imóveis e entendimentos com proprietários. **Diário de Pernambuco**, Recife, 20 Dez. 1956.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Ambulantes invadem o Pátio Histórico de São Pedro. **Diário de Pernambuco**, Recife, 02 Jul. 1967.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Prefeitura arromba e ocupa prédios do pátio. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 Mai. 1969a.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Proprietários do Pátio S. Pedro perdem na Justiça. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 Fev. 1970a.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Emetur abre os caminhos para implantar nova imagem no turismo do Nordeste. **Diário de Pernambuco**, Recife, 08 Ago. 1971a.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Sítio da Trindade é transformado em centro folclórico. **Diário de Pernambuco**, Recife, 01 Out. 1971b.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Guararapes terá plano turístico. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 Out. 1971c.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Turismo pede crédito para pagar locatários. **Diário de Pernambuco**, Recife, 22 Out. 1971d.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Pátio de São Pedro vai a debate. **Diário de Pernambuco**, Recife, 02 Set. 1984a.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Pátio de São Pedro vai ser palco de arte popular. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 Abr. 1984b, p. A-18.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Pátio festeja aniversário hoje como centro turístico. **Diário de Pernambuco**, Recife, 12 Out. 1984c, p. A-11.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Começa recuperação do Pátio de São Pedro. **Diário de Pernambuco**, Recife, 21 Nov. 1989, p. A-13.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Reformas no Pátio caminham direito por critérios tortos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 Jan. 1990a, p. A-23.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Restauradas no pátio de São Pedro casas antigas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 05 Abr. 1990b, p. A-7.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Centro revitalizado. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 Jan. 1996, p. B-2.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Pátio de São Pedro, restaurado, será entregue amanhã. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 Mai. 2000a.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Pátio de São Pedro ganha nova roupagem. **Diário de Pernambuco**, Recife, 24 Mai. 1998. p. 46.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Convênio garante reforma do pátio. **Diário de Pernambuco**, Recife, 28 Dez. 1999. p. 8 (Vida Urbana).

DINIZ, Eli. A progressiva subordinação das oligarquias regionais ao governo central. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui G (Orgs.). **Getúlio Vargas e a economia contemporânea**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Editora Hucitec, 2004. p. 38-46.

DIXIT, Avinash K.; NALEBUFF, Barry J. **Thinking strategically**: the competitive edge in business, politics, and everyday life. New York: W. W. Norton, 1991.

DIXIT, Avinash K.; SKEATH, Susan. **Games of strategy**. Second edition. New York: W. W. Norton, 2004.

DODD, Diane. Barcelona, the making of a cultural city. In: DODD, Diane; HEMEL, Annemoon van (Eds.). **Planning cultural tourism in Europe**: a presentation of theories and cases. Amsterdam: Boekman Foundation; Ministry of Education, Culture and Science, 1999. p. 53-64.

DROUIN, Jean-Claude. **Os grandes economistas**. São Paulo: Martins, 2008.

DRUMMOND, Siobhan; YEOMAN, Ian (Eds.). **Questões de qualidade nas atrações de visitaço a patrimnio**. So Paulo: Roca, 2004.

DURAND, Jos Carlos. **Arte, privilgio e distino**: artes plsticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855/1985. So Paulo: Editora Perspectiva; Editora da Universidade de So Paulo, 1989.

DURAND, Jos Carlos Garcia. Le Corbusier no Brasil: negociao poltica e renovao arquitetnica. **Revista Brasileira de Cincias Sociais**, v. 6, n. 16, p. 5-26, 1991.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall, 2008.

ECO, Umberto. **Travels in hyperreality**. San Diego: Harcourt, 1986.

EDWARDS, Deborah; GRIFFIN, Tony; HAYLLAR, Bruce. Darling Harbour: looking back and moving forward. In: HAYLLAR, Bruce; GRIFFIN, Tony; EDWARDS, Deborah (Orgs.). **City spaces – tourist places**: urban tourism precincts. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2008. cap. 14, p. 275-294.

EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO. **Você está ganhando dinheiro com turismo?** Recife: EMPETUR, 196-?.

EMPRESA METROPOLITANA DE TURISMO. **Recife**: calendário turístico 1970. Recife: EMETUR, 1970a.

EMPRESA METROPOLITANA DE TURISMO. **Mapa e guia turísticos do Recife e Olinda**. Recife: EMETUR, 1970b.

EMPRESA METROPOLITANA DE TURISMO. **Guia turístico da Cidade do Recife**: planta – parcial. Recife: EMETUR, 1970c.

EMPRESA METROPOLITANA DE TURISMO. **Bemvindo ao Recife 71**: calendário turístico. Recife: EMETUR, 1971a.

EMPRESA METROPOLITANA DE TURISMO. **Recife**. Recife: EMETUR, 1974a.

EMPRESA METROPOLITANA DE TURISMO. **Guia do motorista profissional 74**. Recife: EMETUR, 1974b.

EMPRESA METROPOLITANA DE TURISMO. **O Recife está esperando por você**. Recife: PMR, 197-?.

EMPRESA PROMOCIONAL DE TURISMO. **Mini guia Recife**. Recife: EMPROMOTUR, 1970.

EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (eds.). **Bringing the state back in**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sérgio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984. p. 21-39.

FALCÃO, Joaquim. A política cultural de Aloísio Magalhães. In: MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997. p. 17-29.

FARRELL, Bryan H. Tourism's human conflicts: cases from the Pacific. **Annals of tourism research**, v. 6, n. 2, p. 122-136, 1979.

FERNANDES, Ana Cristina. Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. **Espaço & debates**, v. 17, n. 41, p. 26-45, 2001.

FERNANDES, Aníbal. A propósito do Pátio de S. Pedro e da Rua do Amparo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 Dez. 1956. p. 4.

FERRAZ, Vera. Na igreja de São Pedro as missas são em silêncio: está faltando o sino. **Diário da Noite**, Recife, 04 Dez. 1972.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Globalização e urbanização subdesenvolvida. **Revista São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 4, p. 10-20, 2000.

FIANI, Ronaldo. **Teoria dos jogos**: para cursos de administração e economia. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FINN, Adam; ERDEM, Tulin. The economic impact of a mega-multi-mall: estimation issues in the case of West Edmonton Mall. **Tourism management**, v. 16, n. 5, p. 367-373, 1995.

FOLEY, Malcolm. Cultural tourism in the United Kingdom. In: RICHARDS, Greg (Ed.). **Cultural tourism in Europe**. Wallingford: CAB International, 1996. cap. 16, p. 206-226.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas no contexto da Primeira República. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui G (Orgs.). **Getúlio Vargas e a economia contemporânea**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Editora Hucitec, 2004. p. 171-192.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

FORSTER, John. The sociological consequences of tourism. **International journal of comparative sociology**, v. 5, n. 2, p. 217-227, 1964.

FREYRE, Gilberto. 91. **Diário de Pernambuco**, Recife, 11 Jan. 1925. p. 3.

FREYRE, Gilberto. Os Wallinger e São Pedro dos Clérigos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 24 Jan. 1960. p. 4.

FREYRE, Gilberto. A favor do Pátio de São Pedro. **Diário de Pernambuco**, Recife, 28 Abr. 1963. p. 4.

FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1968.

FREYRE, Gilberto. Em louvor da Igreja de São Pedro e do seu pátio. **Jornal do Comércio**, Recife, 25 Mai. 1969, p. 4.

FRIEDMAN, Lee S. **The microeconomics of public policy analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

FRIEDMAN, Thomas L. **The world is flat: a brief history of the twenty-first century**. New York: Picador, 2006.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Convênio de cooperação financeira que, entre si, celebram a Fundação Banco do Brasil e a Prefeitura Municipal de Recife**. Recife: PCR, 1997. Mimeo.

FUNDAÇÃO CTI/NE; COMPANHIA HIDRO-ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. **Rota 33: um destino que vale por muitos**. Recife: Fundação CTI/NE; CHESF, 200-?. Mimeo.

(FUNDAÇÃO CTI/NE; COMPANHIA HIDRO-ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 200-?)

FUNDAÇÃO DE CULTURA CIDADE DO RECIFE. **Viva o Recife**: Dez. 1981. Recife: Editora Star, 1981.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE. **Anteprojeto – revitalização do Pátio do Terço**. Recife: Seplan/PR; UFPE; IPHAN, 1976.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO. **Restauração do Forte das Cinco Pontas (instalação da Delegacia Regional da Secretaria de Planejamento da Presidência da República – Seplan-PR)**. Recife: FUNDARPE, 197-?. Mimeo.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA. **Recife, Pernambuco**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1968.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS; BRASIL. **Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2007**. Relatório executivo: principais resultados selecionados. São Paulo: Fipe; Ministério do Turismo, 2009. Disponível em <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/domestica/downloads_domestica/Relatxrio_Executivo_Tur_Dom_2007.pdf> Acesso em: 19 Ago. 2011.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Convênio que entre si fazem a Fundação Nacional Pró-Memória e a Prefeitura da Cidade do Recife, com a interveniência da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para execução da 1. etapa do Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro, no Recife – PE**. Recife: FNpM; PCR, 1986a. Mimeo.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Convênio - disposições gerais**. Recife: FNpM; PCR, 1986b. Mimeo.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Convênio que entre si celebram a Fundação Nacional Pró-Memória, com a interveniência da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e o Município do Recife**. Rio de Janeiro: FNpM; PCR, 1987. Mimeo.

GALVÃO, Fernando Jaime. Face ao cronograma de desembolso... **DPU – 207/88**. Recife: PCR, 1988. Mimeo.

GASTAL, Susana. Projeto Monumenta: filosofia e práticas em interface com o turismo. **Turismo em análise**, v. 14, n. 2, p. 77-89, 2003.

GERMAN COMMISSION FOR UNESCO. **Protection and cultural animation of monuments, sites and historic towns in Europe**: the present situation in Belgium, Bulgaria, Canada, the Federal Republic of Germany, France, Greece, Hungary, Italy, the Netherlands, Poland, the United Kingdom, and Yugoslavia. Bonn: German Commission for UNESCO, 1980.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GLÁUCIO VEIGA PALHARES MOREIRA REIS ADVOGADOS. Armazém Meirelles Comércio S/A... **Ação judicial**. Recife, 1969. Mimeo.

GOFFMAN, Erving. **Asylums**: essays on the social situation of mental patients and other inmates. New York: Anchor Books, 1961.

GOFFMAN, Erving. **Behavior in public places**: notes on the social organization of gatherings. New York: Free Press, 1963.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 14. edição. Petrópolis: Vozes, 2007.

GORENDER, Jacob. A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui G (Orgs.). **Getúlio Vargas e a economia contemporânea**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Editora Hucitec, 2004. p. 82-96.

GRABURN, Nelson H. H. The anthropology of tourism. **Annals of tourism research**, v. 10, n. 1, p. 9-33, 1983.

GRABURN, Nelson H. H. Tourism: the sacred journey. In: SMITH, Valene L. (ed.). **Hosts and guests: the anthropology of tourism**. Second edition. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989. cap. 1, p. 21-36.

GREENWOOD, Davydd J. Tourism as an agent of change: a Spanish Basque case. **Ethnology**, v. 11, n. 1, p. 80-91, 1972.

GREENWOOD, Davydd J. Tourism as an agent of change: a Spanish Basque case. **Annals of tourism research**, v. 3, n. 3, p. 128-142, 1976.

GREENWOOD, Davydd J. Culture by the pound: an anthropological perspective on tourism as cultural commoditization. In: SMITH, Valene L. (ed.). **Hosts and guests: the anthropology of tourism**. Second edition. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989. cap. 8, p. 171-185.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRIFFIN, Tony; HAYLLAR, Bruce; EDWARDS, Deborah. Places and people: a precinct typology. In: HAYLLAR, Bruce; GRIFFIN, Tony; EDWARDS, Deborah (Orgs.). **City spaces – tourist places**: urban tourism precincts. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2008. cap. 3, p. 39-61.

GROUPE HUIT. The sociocultural effects of tourism in Tunisia: a case study of Sousse. In: DE KADT, Emanuel Jehuda (org.). **Tourism – passport to development?**: perspectives on the social and cultural effects of tourism in developing countries. New York: Oxford University Press, 1979. cap. 16, p. 285-304.

GUIMARÃES, Ana Maria. Pátio de São Pedro – quase esquecido, ainda é opção de lazer dos recifenses. **Diário de Pernambuco**, Recife, 03 Dez. 1978.

GUSMÃO, Fernanda M^a Buarque de. Aprovação do projeto do palco do Pátio de São Pedro Ofício n. 155/2000. **Ofício N. 14/FG/2000**. Recife: IPHAN, 2000. Mimeo.

GUSMÃO FILHO, Jaime de Azevedo. O Pátio de São Pedro... **DP – 0605/86**. Recife: PCR, 1986. Mimeo.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & debates**, v. 16, n. 39, p. 48-64, 1996.

HARVEY, David. A arte de lucrar: globalização, monopólio e exploração da cultura. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 139-171.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2005a.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005b.

HAYLLAR, Bruce; GRIFFIN, Tony; EDWARDS, Deborah (Orgs.). **City spaces – tourist places**: urban tourism precincts. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2008a.

HAYLLAR, Bruce; GRIFFIN, Tony; EDWARDS, Deborah. Urban tourism precincts: engaging with the field. In: _____ (Orgs.). **City spaces – tourist places**: urban tourism precincts. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2008b. cap. 1, p. 3-18.

HEILBRUN, James; GRAY, Charles M. **The economics of art and culture**: an American perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HEWISON, Robert. **The heritage industry**: Britain in a climate of decline. London: Methuen, 1987.

HOLLANDA, Roberto de. Esta 5a.SR/IPHAN/MinC comunica não aprovar... **Ofício N. 140/20005a.SR/IPHAN/MinC**. Recife: IPHAN, 2000. Mimeo.

HOLMES, Kirsten; BEEBEEJAUN, Yasminah. Sheffield city centre: the Heart of the City Precinct. In: HAYLLAR, Bruce; GRIFFIN, Tony; EDWARDS, Deborah (Orgs.). **City spaces – tourist places**: urban tourism precincts. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2008. cap. 16, p. 319-339.

HOOD, Christopher; JAMES, Oliver. **“Regulation” inside British government**: the inner face of the regulatory state. London: Department of Government; London School of Economics, 1996.

HOVINEN, Gary R. Heritage issues in urban tourism: an assessment of new trends in Lancaster County. **Tourism management**, v. 16, n. 5, p. 381-388, 1995.

HUGHES, George. Authenticity in tourism. **Annals of tourism research**, v. 22, n. 4, p. 781-803, 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. Aspectos políticos e económicos do Estado Novo. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui G (Orgs.). **Getúlio Vargas e a economia contemporânea**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Editora Hucitec, 2004. p. 65-81.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios**: 2004-2008. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Economia do turismo**: uma perspectiva macroeconômica, 2003-2007. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010b. Disponível em <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/outros_estudos/estudos_ibge/downloads_estudos_pesquisas_IBGE/Economia_do_Turismo_Uma_perspectiva_macroconxmica_-_2003-2007_IBGE.pdf> Acesso em: 19 Ago. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas nacionais trimestrais**: indicadores de volume e valores correntes. Janeiro/Março 2011. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Estudo do mercado interno de turismo 2001**. Brasília: Instituto Brasileiro de Turismo; Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Anuário Estatístico EMBRATUR – 2004**. Brasília: Ministério do Turismo; Instituto Brasileiro de Turismo, 2004.

INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA. **Plano Diretor para o Turismo da Cidade do Recife**. Recife: ADM&TEC, 2002a. Mimeo.

INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA. **Estudo sobre a potencialidade turística do pólo médico da Cidade do Recife**. Recife: ADM&TEC, 2002b. Mimeo.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Bens móveis e imóveis inscritos nos livros do tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Relatório de atividades 2003/2004**. Brasília: IPHAN, 2005.

IRMANDADE DE SÃO PEDRO DOS CLÉRIGOS. A mesa regedora da Irmandade... **Carta**. Recife, 1940. Mimeo.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 2006a.

JAMESON, Fredric. **A virada cultural**: reflexões sobre o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.

JANSEN-VERBEKE, Myriam. Tourismification of historical cities. **Annals of tourism research**, v. 25, n. 3, p. 739-742, 1998.

JEONG, Sunny; SANTOS, Carla Almeida. Cultural politics and contested place identity. **Annals of tourism research**, v. 31, n. 3, p. 640-656, 2004.

JERÔNIMO, Cristiano. Pátio de São Pedro perde espaço para pólos de lazer revitalizados. **Jornal do Comércio**, Recife, 17 Dez. 1997. p. 1 (Cidades).

JME ENGENHARIA. **Revitalização do Pátio de São Pedro**: serviço de compatibilização e adequação de projetos. Recife: PCR, 199-?. Mimeo.

JORNAL DO COMÉRCIO. Instituto Arqueológico. **Jornal do Comércio**, Recife, 22 Nov. 1962a.

JORNAL DO COMÉRCIO. Caminhões no Pátio de São Pedro, motivo de séria reclamação. **Jornal do Comércio**, Recife, 28 Nov. 1962b.

JORNAL DO COMÉRCIO. Sítio da Trindade será incorporado ao turismo do Recife. **Jornal do Comércio**, Recife, 24 Set. 1965a.

JORNAL DO COMÉRCIO. Desajustados do patio São Pedro não permitem criação de feira livre. **Jornal do Comércio**, Recife, 09 Jun. 1965b.

JORNAL DO COMÉRCIO. Desapropriação do Pátio de São Pedro: nota. **Jornal do Comércio**, Recife, 17 Mai. 1969a.

JORNAL DO COMÉRCIO. Exposição no Pátio de São Pedro. **Jornal do Comércio**, Recife, 18 Mai. 1969b.

JORNAL DO COMÉRCIO. Um sonho da juventude. **Jornal do Comércio**, Recife, 29 Out. 1971a.

JORNAL DO COMÉRCIO. Conselho decidiu pela preservação da Igreja. **Jornal do Comércio**, Recife, 08 Out. 1971b. p. 12.

JORNAL DO COMÉRCIO. Conselho da Sudene reúne para apreciar 33 projetos. **Jornal do Comércio**, Recife, 24 Out. 1971c.

JORNAL DO COMMÉRCIO. Conselho de Turismo aprova iniciativa da Emetur para o plano de desenvolvimento. **Jornal do Comércio**, Recife, 06 Out. 1971d. p. 2.

JORNAL DO COMMÉRCIO. Prefeito desapropria mais de 100 casas para concluir as obras da Dantas Barreto. **Jornal do Comércio**, Recife, 19 Jun. 1971e.

JORNAL DO COMMÉRCIO. Recuperação do Pátio de São Pedro tem apoio do empresariado local. **Jornal do Comércio**, Recife, 01 Dez. 1989. p. 09.

JORNAL DO COMMÉRCIO. Pátio de São Pedro é reinaugurado hoje com shows populares. **Jornal do Comércio**, Recife, 14 Dez. 1990a. p. 4.

JORNAL DO COMMÉRCIO. Está pronto o Pátio de São Pedro. **Jornal do Comércio**, Recife, 26 Nov. 1990b. p. 3.

JORNAL DO COMMÉRCIO. Revitalização do centro vai ser ampliada. **Jornal do Comércio**, Recife, 10 Mai. 1994.

JORNAL DO COMMÉRCIO. Jarbas e o Recife real. **Jornal do Comércio**, Recife, 10 Jan. 1995.

JORNAL DO COMMÉRCIO. Esquecido pátio. **Jornal do Comércio**, Recife, 17 Dez. 1997a. p. 4 (Cidades).

JORNAL DO COMMÉRCIO. Uma turma que vivia de “poetar.” **Jornal do Comércio**, Recife, 21 Set. 1997b. p. 10 (Caderno C).

JORNAL DO COMMÉRCIO. Pátio de São Pedro passará por reforma. **Jornal do Comércio**, Recife, 17 Abr. 1998. p. 2 (Cidades).

JORNAL DO COMMÉRCIO. Casario do Pátio vai ter as fachadas realçadas. **Jornal do Comércio**, Recife, 08 Dez. 1999. p. 4 (Cidades).

JORNAL DO COMMÉRCIO. Marco Zero e Pátio de São Pedro se transformam em grandes arraiais. **Jornal do Comércio**, Recife, 08 Jun. 2000a.

JORNAL DO COMMÉRCIO. O pátio redivivo. **Jornal do Comércio**, Recife, 23 Mai. 2000b. p. 6.

JORNAL DO COMMÉRCIO. O pátio inseguro. **Jornal do Comércio**, Recife, 15 Out. 2000c. p. 8.

JORNAL DO COMMÉRCIO. Projeto prevê ações na Boa Vista. **Jornal do Comércio**, Recife, 22 Jun. 2005a. p. 2 (Cidades).

JORNAL DO COMMÉRCIO. Ruas do centro sujas e esburacadas. **Jornal do Comércio**, Recife, 23 Jun. 2005b. p. 2 (Cidades).

JOSÉ, Francisco. São Pedro, imagem do turismo. **Diário da Noite**, Recife, 10 Out. 1970.

JUDD, Dennis R. Promoting tourism in US cities. **Tourism management**, v. 16, n. 3, p. 175-187, 1995.

JUDD, Dennis R. Visitors and the spatial ecology of the city. In: HOFFMAN, Lily M; FAINSTEN, Susan S.; JUDD, Dennis R. (Eds.). **Cities and visitors: regulating people, markets, and city space**. Malden: Blackwell Publishing, 2003. cap. 1, p. 23-38.

KARA-JOSÉ, Beatriz. **Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo (1975-2000)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

KATZ, Silvia. Proposta para iluminação do Pátio de São Pedro. Referência: Ofício N. 014/2000 da Coordenação do Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro. **Informação N. 08/SK/00**. Recife: IPHAN, 2000. Mimeo.

KELLY, Ian. Precincts within the urban form: relationships with the city. In: HAYLLAR, Bruce; GRIFFIN, Tony; EDWARDS, Deborah (Orgs.). **City spaces – tourist places: urban tourism precincts**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2008. cap. 6, p. 107-126.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova cultural, 1996.

KÖHLER, André Fontan. **Antes que caia!:** patrimônio histórico e turismo em Igarassu, Pernambuco. 2005. 406 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) –

Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2006.

KROLIKOWSKI, Christopher; BROWN, Graham. The structure and form of urban tourism precincts: setting the stage for tourist performances. In: HAYLLAR, Bruce; GRIFFIN, Tony; EDWARDS, Deborah (Orgs.). **City spaces – tourist places**: urban tourism precincts. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2008. cap. 7, p. 127-149.

LAFLAMME, Alan G. The impact of tourism: a case from the Bahama islands. **Annals of tourism research**, v. 6, n. 2, p. 137-148, 1979.

LASSWELL, Harold D. **Politics**: who gets what, when, and how. Gloucester: Peter Smith Publisher, 1990.

LEITE, Rogerio Proença. Retradicionalização e gentrification. In: XXV Congreso ALAS: Asociación Latinoamericana de Sociología. Grupo de Trabajo: Consumos Culturales: practicas, mercados y políticas. Porto Alegre, 2005. p. 1-11. Mimeografado.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. 2. Ed. Salvador: EDUFBA, 2005a.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.). A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965. In: _____ (org.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. 2. Ed. Salvador: EDUFBA, 2005b.

LEWIS, Gordon K. **The Virgin Islands**: a Caribbean Lilliput. Evanston: Northwestern University Press, 1972.

LITTLEFIELD, David. **Liverpool One**: remaking a city centre. Chichester: Wiley, 2009.

LONDRES, Maria. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In: BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. cap. 4, p. 85-101.

LUNGO, Mario. As cidades e a globalização, a partir da América Central e do Caribe. **Espaço & debates**, v. 16, n. 39, p. 23-31, 1996.

MACCANNELL, Dean. **The tourist**: a new theory of the leisure class. Berkeley: University of California Press, 1999.

MACHADO, Mario Brockmann. Notas sobre política cultural no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984. p. 5-19.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MAITLAND, Robert. How can we manage the tourist-historic city? Tourism strategy in Cambridge, UK, 1978-2003. **Tourism management**, v. 27, p. 1.262-1.273, 2006.

MAJONE, Giandomenico. Do Estado positivo ao Estado regulador: causas e consequências de mudanças no modo de governança. **Revista do serviço público**, v. 50, n. 1, p. 5-36, 1999.

MANDEL, Ernest. **Late capitalism**. London: NLB, 1975.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. 3. ed. São Paulo: Thomson Learning Edições, 2006.

MANNING, Frank E. Tourism and Bermuda's black clubs: a case of cultural revitalization. In: DE KADT, Emanuel Jehuda (org.). **Tourism – passport to development?**: perspectives on the social and cultural effects of tourism in developing countries. New York: Oxford University Press, 1979. cap. 11, p. 157-176.

MARINHO, Teresinha. Notícia biográfica. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. p. 17-36.

MARQUES, Sônia; NASLAVSKY, Guilah. Arquitetura moderna. In: ROCHA, Edileusa da (Org.). **Guia do Recife**: arquitetura e paisagismo. Recife: Ed. Dos Autores, 2004. p. 60-66.

MARTINS JÚNIOR, Jorge. Em observância à Cláusula Terceira do Convênio... **Ofício n. 210/88-GAB/SPU**. Recife: PCR, 1988. Mimeo.

MCCARTHY, John. Entertainment-led regeneration: the case of Detroit. **Cities**, v. 19, n. 2, p. 105-111, 2002.

MCINTOSH; Alison J.; PRENTICE, Richard C. Affirming authenticity: consuming cultural heritage. **Annals of tourism research**, v. 26, n. 3, p. 589-612, 1999.

MCKERCHER, Bob. Towards a classification of cultural tourists. **International journal of tourism research**, v. 4, n. 1, p. 29-38, 2002.

MCKERCHER, Bob; DU CROS, Hilary. **Cultural tourism**: the partnership between tourism and cultural heritage management. Binghamton: Haworth Hospitality Press, 2002.

MCKERCHER, Bob; DU CROS, Hilary. Testing a cultural tourism typology. **International journal of tourism research**, v. 5, n. 1, p. 45-58, 2003.

MCNEIL, Robina; NEVELL, Michael. **A guide to the industrial archaeology of Greater Manchester**. Manchester: Association for industrial archaeology, 2000.

MEDEIROS, Abaeté de. Pátio de São Pedro e outros assuntos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 20 Jul. 1963, p. 4.

MEETHAN, Kevin. Consuming (in) the civilized city. **Annals of tourism research**, v. 23, n. 2, p. 322-340, 1996.

MEIRA, Tatiana. Spa para ficar de bem com as artes. **Diário de Pernambuco**, Recife, 05 Set. 2002. p. D1.

MELO, Antonio Hipólito de. Os abaixo assinados, comerciantes estabelecidos... **Carta**. Recife, 1967. Mimeo.

MENDONÇA, Aluizio Furtado de. Pátio de São Pedro. **Jornal do Comércio**, Recife, 19 Fev. 1967.

MERLIN ENTERTAINMENTS GROUP. **The York Dungeon**. Dorset: Merlin, 201-?a. Mimeo.

MERLIN ENTERTAINMENTS GROUP. **The London Dungeon**. Dorset: Merlin, 201-?b. Mimeo.

MESQUITA, Liana. A paisagem natural e o paisagismo. In: ROCHA, Edileusa da (Org.). **Guia do Recife**: arquitetura e paisagismo. Recife: Ed. Dos Autores, 2004. p. 16-21.

MICELI, Sérgio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: _____ (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984. p. 53-83.

MORAES FILHO, Ivan. Projeto incentive turismo histórico: Prefeitura do Recife vai criar um roteiro para caminhada pelas igrejas em estilo barroco do centro. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 Jan. 1999. p. 6 (Viagem).

MOREIRA, Fernando Diniz. A aventura do urbanismo moderno na Cidade do Recife, 1900-1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva (org.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. 2. Ed. Salvador: EDUFBA, 2005a.

MOREIRA, Fernando Diniz. A reforma urbana do Bairro do Recife, 1909-1913. In: LEME, Maria Cristina da Silva (org.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. 2. Ed. Salvador: EDUFBA, 2005b.

MOREIRA, Fernando Diniz. A urbanização da Campina do Derby, 1922-26. In: LEME, Maria Cristina da Silva (org.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. 2. Ed. Salvador: EDUFBA, 2005c.

MOREIRA, Fernando Diniz. A construção da Avenida Beira-Mar, 1924-26. In: LEME, Maria Cristina da Silva (org.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. 2. Ed. Salvador: EDUFBA, 2005d.

MOURA, Alexandrina Sobreira de; ARAÚJO, Maria do Socorro Pedrosa de; AMARAL, Ana Elizabeth Perruci do; LUBAMBO, Cátia Wanderley; GUIMARÃES NETO, Leonardo; NOGUEIRA, Ronidalva de Melo; BOMPASTOR, Silvia Couceito. **Centro do Recife: atores, conflitos e gestão**. Recife: Fundaj; PCR, 1992.

MULLER, Jerry Z. **The mind and the market: capitalism in Western thought**. New York: Anchor Books, 2002.

NASH, Dennison. Tourism as an anthropological subject. **Current anthropology**, v. 22, n. 5, p. 461-481, 1981.

NASH, Dennison. Tourism as a form of imperialism. In: SMITH, Valene L. (ed.). **Hosts and guests: the anthropology of tourism**. Second edition. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989. cap. 2, p. 37-52.

NETTEKOVEN, Lothar. Mechanisms of intercultural interaction. In: DE KADT, Emanuel Jehuda (org.). **Tourism – passport to development?: perspectives on the social and cultural**

effects of tourism in developing countries. New York: Oxford University Press, 1979. cap. 9, p. 135-145.

NCP MANCHESTER LIMITED. **Manchester map**. Manchester: NCP, 2011. Mimeo.

NOBRE, Eduardo Alberto Cusce. **Towards a better approach to urban regeneration: defining strategies for intervention in São Paulo Central Area**, 1994, Dissertação (Mestrado em Desenho Urbano) – Oxford Brookes University, Oxford, 1994.

NÓBREGA, Maria de Lourdes Carneiro da Cunha. **Todo caminho dá na venda: a influência do comércio de varejo nas transformações físicas do espaço urbano. Os bairros do Recife, Santo Antônio e São José, 1970-2006**. 2008. 329f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

NÓBREGA, Maria de Lourdes Carneiro da Cunha. Comércio, faca de dois gumes: dinamização e descaracterização dos sítios históricos. In: II COLÓQUIO [INTER]NACIONAL SOBRE O COMÉRCIO E CIDADE: UMA RELAÇÃO DE ORIGEM, 2., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: LAB.COM, 2008, p. 1-8.

NUNES, Edson de Oliveira. **A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OHMAE, Kenichi. **The end of the nation state: the rise of regional economies**. New York: Free Press, 1996.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. Edição. São Paulo: Brasiliense, 2006.

OOI, Can-Seng. Tourist historical products: packaged pasts of Denmark and Singapore. **Scandinavian journal of hospitality and tourism**, v. 1, n. 2, 2001.

OUTTES, Joel. **O Recife: gênese do urbanismo 1927-1943**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1997.

PARKINSON, Michael; CHAMPION, Tony; EVANS, Richard; SIMMIE, James; TUROK, Ivan; CROOKSTON, Martin; KATZ, Bruce; PARK, Alison; BERUBE, Alan; COOMBES, Mike; DORLING, Danny; GLASS, Norman; HUTCHINS, Mary; KEARNS, Ade; MARTIN, Ron; WOOD, Peter. **State of the English cities: a research study**. London: Office of the Deputy Prime Minister, 2006.

PASSOS, Raul dos. Aspectos do Recife. **A Província**, Recife, 23 Nov. 1929. p. 3.

PAULO XAVIER & CIA. Paulo Xavier & CIA, brasileiro... **Petição n. 16063**. Recife, 1958. Mimeo.

PEIXOTO, Paula. Pátio de São Pedro: novo “point” na noite recifense. **Turisnews**, mar./abr., 2002.

PELEGGI, Maurizio. National heritage and global tourism in Thailand. **Annals of tourism research**, v. 23, n. 2, p. 432-448, 1996.

PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento. Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife**. Recife: FIDEM, 1976.

PERNAMBUCO. Secretaria da Indústria e Comércio. **Pernambuco: a nova liderança**. Rio de Janeiro: Guavira, 1978a.

PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento. Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife. **Região Metropolitana do Recife: Plano de Preservação dos Sítios Históricos**. Recife: FIDEM, 1978b.

PERNAMBUCO. Secretaria da Indústria, Comércio e Minas. **Guia do investidor em Pernambuco**. Recife: Pool Editorial, 1985.

PERNAMBUCO. Secretaria da Indústria e Comércio. **Recife: como olhar e desfrutar o melhor da beleza morena**. Recife: Governo de Pernambuco, 198-?a.

PERNAMBUCO. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. **Mapa Turístico do Recife e Olinda: com sugestões de compras e passeios**. Recife: Governo de Pernambuco, 198-?b.

PERNAMBUCO. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. **Encontre-se em Pernambuco: Olinda é de dar água na boca**. Recife: Governo de Pernambuco, 198-?c.

PERNAMBUCO. Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco. **Plano de Revitalização Bairro do Recife: planejamento urbano e economia**. Vol. I. Recife: AD/DIPER, 1992. Mimeo.

PERNAMBUCO. Companhia de Desenvolvimento Industrial de Pernambuco. **Tudo o que você precisa saber para viabilizar seus investimentos.** Pernambuco: Brasil. Recife: DIPER, 199-?a.

PERNAMBUCO. Companhia de Desenvolvimento Industrial de Pernambuco. **How we can help you make your business venture a success.** Recife: DIPER, 199-?b.

PERNAMBUCO. Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco. **Um bom lugar para fazer negócios.** Recife: AD/DIPER, 199-?c.

PERNAMBUCO. Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. **Pernambuco:** um investimento estratégico. Recife: Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, 199-?d.

PERNAMBUCO. Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco. **Costa Dourada:** Centro Turístico de Guadalupe. Recife: AD/DIPER, 199-?e.

PEREIRA, Roberto. O Pátio de São Pedro. **Diário de Pernambuco**, Recife, 29 Set. 1990.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Prefácio à primeira edição: política e insulamento burocrático no Brasil. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A gramática política no Brasil:** clientelismo e insulamento burocrático. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 25-29.

PERRUCCI, Gadiel. **A Cidade do Recife (1889-1930):** o crescimento urbano, o comércio e a indústria. Belo Horizonte, 1973. Mimeo.

PIO, Fernando. Resumo histórico da Igreja de São Pedro dos Clérigos do Recife. **Arquivos**, v. 1, n. 1, p. 113-142, 1942.

PIO, Fernando; EMPRESA METROPOLITANA DE TURISMO. **Igreja de São Pedro dos Clérigos do Recife (roteiro turístico).** Recife: EMETUR, 1969.

PÓLIS. **Consultoria urbanística, econômica e jurídica ao Projeto Recife-Olinda.** Contrato N. 038/2006 – Ministério das Cidades. São Paulo: Pólis, 2007.

PONTUAL, Virgínia; MILFONT, Magna; PICCOLO, Rosane. O antigo e o moderno no Recife: as práticas e a construção de identidades urbanísticas. In: XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12, 2007, Belém. **Anais...** Belém: ANPUR, 2007, p. 1-29.

PONTUAL, Virgínia; PICCOLO, Rosane. A demolição e a conservação das áreas centrais: planos, leis e transformações morfológicas no Recife, Brasil. In: X COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10, 2008, Barcelona. **Actas electrónicas...** Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/124.htm>> Acesso em: 10. Jan. 2011.

PONTUAL, Virgínia; HARCHAMBOIS, Mônica; CABRAL, Renata; MILFONT, Magna; PICCOLO, Rosane. Divulgação e interpretação do patrimônio: o Pátio de São Pedro no Recife. In: XIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE CONSERVADORES E RESTAURADORES DE BENS CULTURAIS, 13., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ABRACOR, 2009, p. 125-130.

PORIA, Yaniv; BUTLER, Richard; AIREY, David. The core of heritage tourism. **Annals of tourism research**, v. 30, n. 1, p. 238-254, 2003.

PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. São Paulo: Campus, 2005.

PORTO DIGITAL. **Inovação, empreendedorismo e capital humano**: no Porto Digital, o setor da tecnologia da informação e comunicação é ferramenta de desenvolvimento econômico e social. Recife: Porto Digital, 201-?. Disponível em <<http://www.portodigital.org/>> Acesso em: 08 Out. 2011.

PRADO, João de Araújo. Prédios da prefeitura. **Diário de Pernambuco**, Recife, 04 Set. 1988. p. A-10.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Diretrizes para o governo da Cidade do Recife**. Recife: PCR, 1979a.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Programa de Humanização da Área Central**. Recife: PCR, 1979b. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Lei N. 13535**. Recife: Diário Oficial, 1979c.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Plano de Desenvolvimento do Recife**. Recife: PCR, 1980a.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto Recife**. Programa de complementação urbana. Projeto CURA – Caxangá. Recife: PCR, 1980b.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Preservação de sítios históricos**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1981a.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto Recife**. Apresentação. Introdução. Recife: PCR, 1981b. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Plano de Desenvolvimento do Recife**: proposta espacial. Versão preliminar. Recife: PCR, 1981c. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Circuito histórico da Cidade do Recife**. Recife: PCR, 1982. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Secretaria de Planejamento e Urbanismo. Departamento de Planejamento. **Recife**: de Pelópidas Silveira a Joaquim Francisco, 1955 # 1983. Tentativa de reconstrução histórica. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1983a. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Lei N. 14511**. Recife: PCR, 1983b.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Diretrizes do governo municipal para a Cidade do Recife**: período 1983-1986. Recife: PCR, 1983c.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Espaço urbano, espaço humano**. Recife: PCR, 1983d. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Programa de ação 1983**. Recife: PCR, 1983e. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **1983**: relatório de atividades. Recife: PCR, 1984a.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **SPAR/PCR**: agosto/84. Recife: PCR, 1984b.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **SPAR/PCR**: janeiro 1985. Recife: PCR, 1985a.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Programa de ação 1985**. Recife: PCR, 1985b.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **SPAR/PCR**: junho/1985. Recife: PCR, 1985c.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Restauração da casa n. 52 do Pátio de São Pedro**. Recife: PCR, 1985d. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Programa Recuperação do Centro da Cidade**. Recife: PCR, 1986a. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Uma estratégia para revitalizar o centro do Recife**. Recife: PCR, 1986b. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Programa Revitalização do centro do Recife**. Recife: PCR, 1986c. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Conforme esclarecimentos em nosso... **Ofício n. 216/86-DEX/FCCR**. Recife: FCCR, 1986d. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto de recuperação do Pátio de São Pedro**. Recife: PCR, 1986e. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Proposta de uso para os imóveis de n. 25, 33 e 35 desapropriados pelo SPHAN/PRO-MEMÓRIA**. Recife: PCR, 1986f. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Plano de ação 1987**. Recife: PCR, 1987a. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Reabilitação do Bairro do Recife**. Recife: PCR, 1987b. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Discussão dos instrumentos para a proteção e a revitalização dessas áreas**. Recife: PCR, 1987c. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Pesquisa de opinião com os locatários e freqüentadores do Pátio de São Pedro**. Recife: PCR, 1987d. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto de recuperação do Pátio de São Pedro:** estimativa de custos – 1988. Recife: PCR, 1987e. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Quadro síntese dos projetos em negociação com a SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA.** Recife: PCR, 1988a. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Revitalização da Rua da Imperatriz:** proposta para discussão. Recife: PCR, 1988b.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Cumprimentando V.Sa., venho... **Ofício n. 441/88 – GP.** Recife: PCR, 1988c. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Programa de Revitalização do Centro:** Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro. Recife: PCR, 1988d. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Programa Recuperação do Centro.** Recife: PCR, 1989a.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto de recuperação do Pátio de São Pedro:** viabilização de recursos. Recife: PCR, 1989b. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Memória de reunião.** Recife: PCR, 1989c. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto de recuperação do Pátio de São Pedro:** estimativa de custos/viabilização de recursos. Recife: PCR, 1989d. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Projeto de recuperação do Pátio de São Pedro. Recife: PCR, 1989e. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Reabilitação do Bairro do Recife. Restauração do Pátio de São Pedro.** Recife: PCR, 1990a.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Núcleo de vida cooperativa:** Edf. Chantecler. Recife: PCR, 1990b.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto de Revitalização Pátio de São Pedro:** pavimentação/equipamentos. Recife: PCR, 1990c. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto do Pátio de São Pedro.** Recife: PCR, 1990d. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Plano diretor de desenvolvimento da Cidade do Recife.** Recife: PCR, 1991a.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Revitalização do Centro do Recife.** Recife: PCR, 1991b.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. A Fundação de Cultura Cidade do... **Ofício n. 05/92 – CPMPAC.** Recife: PCR, 1992a. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Encaminhamos para apreciação dessa... **Memo. n. 050/92.** Recife: PCR, 1992b. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Realizações de 1993.** Recife: PCR, 1993a. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Programa Estruturador do Recife.** Recife: PCR, 1993b. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Bairros de Santo Antonio e São José – Reconhecimento da situação atual e indicações para revitalização.** Recife: PCR, 1993c. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto Reabilitação dos Pátios.** Recife: PCR, 1993d. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Programa Revitalização do Centro.** Recife: PCR, 1993e. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Decreto N. 16.437.** Recife: Diário Oficial da Cidade do Recife, 1993f.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Lei N. 15.840**. Recife: Diário Oficial da Cidade do Recife, 1993g.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Realizações de 1994**. Recife: PCR, 1994a. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto Pátio de Santa Cruz**. Recife: PCR, 1994b. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **No levantamento dos prédios...** Recife: PCR, 1994c. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Situação dos imóveis do Pátio de São Pedro e alternativas para desocupação**. Recife: PCR, 1995a. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Realizações de 1995**. Recife: PCR, 1995b. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **10.2.10**. Recife: PCR, 1995c. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro**. Recife: PCR, 1995d. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Programa Estruturador da Cidade do Recife – PROEST**. Situação atual e realizações: 1993-1996. Recife: PCR, 1996a. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Termo de permissão remunerada de uso**. Recife: PCR, 1996b. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Recuperação infra-estrutura urbana: Pátio de São Pedro e ruas de acesso/entorno**. Recife: PCR, 1996c. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Lei N. 16.176/96, de 09/04/96**: uso e ocupação do solo da Cidade do Recife (atualizada com as alterações introduzidas pela Lei N. 16.289 de 29/01/97). Recife: PCR, 1997a. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Recife 2000**: projeto de cidade. Recife: PCR, 1997b. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Lei N. 16.290**. Recife: Diário Oficial da Cidade do Recife, 1997c.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Pátio de São Pedro**: dados gerais do projeto. Recife: PCR, 1997d. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto Capital**: nota introdutória. Recife: PCR, 1998a. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Encontro com ex-secretários de planejamento. **Informe capital**, v. 1, n. 1, p. 3, 1998b.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Regina Meyer fala sobre as metrópoles contemporâneas. **Informe capital**, v. 1, n. 2, p. 3, 1998c.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto Capital**: uma proposta para o documento final. Recife: PCR, 1998d. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto Capital**. Recife: PCR, 1999a. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto Capital**. Recife: PCR, 1999b. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Revitalização do Pátio de São Pedro**. Recife: PCR, 1999c. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto Pátio de São Pedro**. Anexo I: minuta do termo de permissão remunerada de uso. Recife: PCR, 1999d. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto Pátio de São Pedro**. Anexo II: normas gerais de uso e ocupação do Pátio de São Pedro. Recife: PCR, 1999e. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto Pátio de São Pedro**. Anexo III. Caderno I: normas para apresentação e execução dos projetos. Recife: PCR, 1999f. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto Pátio de São Pedro**. Anexo IV: termo de conclusão e aprovação da reforma do imóvel. Recife: PCR, 1999g. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto Pátio de São Pedro**. Anexo V: estatuto da Associação dos Locatários, Empresários e Amigos do Pátio de São Pedro. Recife: PCR, 1999h. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Venga a Recife zambullir**. Recife: PCR, 199-?a. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Recife**: a capital do seu coração. Recife: PCR, 199-?b. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Lei N. 16.550**. Recife: Diário Oficial da Cidade do Recife, 2000a.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Lei N. 16.552**. Recife: Diário Oficial da Cidade do Recife, 2000b.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Pátio de São Pedro**: esforço de comunicação para a inauguração. Recife: PCR, 2000c. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Novo Pátio de São Pedro**. Valorização da nossa cultura. Respeito pela história do Recife. Recife: PCR, 2000d. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto Pátio de São Pedro**. Recife: PCR, 2000e. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Relatório de ações municipais 1997/2000**. Recife: PCR, 2000f. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Nova política cultural para a Cidade do Recife**. 2001. Um ano de gestão. Recife: PCR, 2001a. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Relatório de atividades**: ano de 2001. Departamento de Preservação dos Sítios Históricos. Recife: PCR, 2001b. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Segmentos culturais no centro expandido do Recife**. Recife: PCR, 2003a. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto recuperação da casa n. 08 do Pátio de São Pedro**: ZEPH – 10 conjuntos antigos. Bairros de Santo Antônio/São José. Etapa: projeto executivo. Recife: PCR, 2003b. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Pesquisa para viabilidade de candidatura do centro histórico do Recife à patrimônio da humanidade**. Recife: PCR, 2004a. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Prestação de contas**. Recife: PCR, 2004b. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Vistoria técnica sobre as instalações da casa n. 34 do Pátio de São Pedro**. Recife: PCR, 2007. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **A Cidade do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 200?a. Disponível em <<http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/inforec/>> Acesso em 17 Ago. 2011.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Programa morar no centro**. Recife: PCR, 200-?b. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto Casa Luiz Gonzaga**. Recife: PCR, 200-?c. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE; SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Mecanismos necessários à preservação das estruturas urbanas de interesse histórico e cultural da Cidade do Recife**. Recife: PCR, 1981. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE; SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PERNAMBUCO. **Roteiros de Pernambuco**: Recife e arredores. Recife: PCR; SEBRAE-PE, 2004. Mimeo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE; SHOPPING CENTER RECIFE. **Mapa turístico do Grande Recife**. Recife: TBT Publicidade, 199-?. Mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. Serviço de Recreação e Turismo. **Excursão através do Recife e arredores**. Recife: PMR: 196-?. Mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. Serviço de Recreação e Turismo. **Mapa Turístico da Cidade do Recife**. Recife: Ind. Gráf. Brasileira, 1963a.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Decreto N. 6558**. Recife: Diário Oficial, 1963b.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Decreto N. 6697**. Recife: Diário Oficial, 1964.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. Serviço de Recreação e Turismo. **Mapa Turístico da Cidade do Recife**. Recife: Ind. Gráfica Brasileira, 1966.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Lei N. 9927**. Recife: Diário Oficial, 1968.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Lei N. 10090**. Recife: Diário Oficial, 1969a.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Decreto N. 9383**. Recife: Diário Oficial, 1969b.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Decreto N. 9409**. Recife: Diário Oficial, 1969c.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Decreto N. 9470**. Recife: Diário Oficial, 1969d.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Regimento interno da Comissão Executiva do Pátio de São Pedro C.E.P.S.P.** Recife: PMR, 1969e. Mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Ata da sexta reunião da Comissão Executiva do Pátio de São Pedro**. Recife, 1969f. Mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Ata da vigésima sexta reunião da Comissão Executiva do Pátio de São Pedro**. Recife, 1970a. Mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Ata da décima nona reunião da Comissão Executiva do Pátio de São Pedro**. Recife, 1970b. Mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Ata da trigésima reunião da Comissão Executiva do Pátio de São Pedro**. Recife, 1970c. Mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Ata da trigésima primeira reunião da Comissão Executiva do Pátio de São Pedro.** Recife, 1970d. Mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Ata da vigésima primeira reunião da Comissão Executiva do Pátio de São Pedro.** Recife, 1970e. Mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Ata da vigésima nona reunião da Comissão Executiva do Pátio de São Pedro.** Recife, 1970f. Mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Ata da décima oitava reunião da Comissão Executiva do Pátio de São Pedro.** Recife, 1970g. Mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Ata da trigésima terceira reunião da Comissão Executiva do Pátio de São Pedro.** Recife, 1970h. Mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Ata da vigésima sétima reunião da Comissão Executiva do Pátio de São Pedro.** Recife, 1970i. Mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Ata da trigésima quarta reunião da Comissão Executiva do Pátio de São Pedro.** Recife, 1971a. Mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Plano de organização territorial:** código de urbanismo – minuta. Recife: PMR, 197-?a. Mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **O Recife recebe mais nove milhões e duzentos mil cruzeiros de progresso.** Recife: PMR, 1973.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Reforma administrativa:** estudo, conclusão e proposta. Recife: Secretaria de Organização e Orçamento, 1974.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Estrutura urbana do Recife.** Recife: PMR, 1976a.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Recife.** A estrutura urbana. As diretrizes de um sistema integrado de transportes. A revitalização da cidade. Recife: PMR, 1976b.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Projeto CURA piloto:** Boa Viagem. Recife: PMR, 1976c.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Lei N. 11864**. Recife: Diário Oficial, 1976d.

PRIDEAUX, Bruce. Creating rural heritage visitor attractions – the Queensland Heritage Trails project. **International journal of tourism research**, v. 4, n. 4, p. 313-323, 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. PNUD, 2003. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/instalacao/index.php>>. Acesso em: 18 Ago. 2011.

REDFOOT, Donald L. Touristic authenticity, touristic angst, and modern reality. **Qualitative sociology**, v. 7, n. 4, p. 291-309, 1984.

REIS, José Sousa. Construções no pátio de São Pedro – Recife – Pernambuco. **Informação n. 207**. Rio de Janeiro: DPHAN, 1952. Mimeo.

REIS, José Sousa. Planstas e desenhos relacionados com a questão do Pátio de São Pedro, de Recife. **Informação n. 87**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

REISINGER, Yvette; STEINER, Carol J. Reconceptualizing object authenticity. **Annals of tourism research**, v. 33, n. 1, p. 65-86, 2006.

RICARDO, [ilegível]. O velho patio está na moda. **Diário da Noite**, Recife, 26 Set. 1970. p. 3.

RICHARDS, Greg. The social context of cultural tourism. In: _____ (Ed.). **Cultural tourism in Europe**. Wallingford: CAB International, 1996. cap. 3, p. 39-54.

RITCHIE, Brent W. Contribution of urban precincts to the urban economy. In: HAYLLAR, Bruce; GRIFFIN, Tony; EDWARDS, Deborah (Orgs.). **City spaces – tourist places: urban tourism precincts**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2008. cap. 8, p. 151-182.

RITZER, George; LISKA, Allan. 'McDisneyzation' and 'post-tourism': complementary perspectives on contemporary tourism. In: ROJEK, Chris; URRY, John. **Touring cultures: transformations of travel and theory**. London: Routledge, 1997. cap. 5, p. 96-109.

ROCHA, Tadeu. Será preservado o aspecto colonial do Pátio de São Pedro dos Clérigos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 08 Jul. 1956.

ROCHA, Tadeu. **Roteiros do Recife (Olinda e Guararapes)**. Recife: Mousinho, 1959.

ROCHA, Edileusa da (Org.). **Guia do Recife: arquitetura e paisagismo**. Recife: Ed. Dos Autores, 2004.

RUSSO, Antonio Paolo. The "vicious circle" of tourism development in heritage cities. **Annals of tourism research**, v. 29, n. 1, pp. 165-182, 2002.

RUSSO, Antonio P.; BORG, Jan van der. Planning considerations for cultural tourism: a case study of four European cities. **Tourism management**, v. 23, pp. 631-637, 2002.

SAGLIO, Christian. Tourism for discovery: a project in Lower Casamance, Senegal. In: DE KADT, Emanuel Jehuda (org.). **Tourism – passport to development?: perspectives on the social and cultural effects of tourism in developing countries**. New York: Oxford University Press, 1979. cap. 18, p. 321-335.

SALAZAR, Noel B. Tourism and glocalization: "local" tour guiding. **Annals of tourism research**, v. 32, n. 3, p. 628-646, 2005.

SALAZAR, Noel B. Touristifying Tanzania: local guides, global discourse. **Annals of tourism research**, v. 33, n. 3, p. 833-852, 2006.

SALFORD TOURIST INFORMATION CENTRE. **The Quays: the ideal destination for culture, sport & shopping**. Salford: Salford Tourist Information Centre, 201-?. Mimeo.

SANTOS, Fernando Augusto Gonçalves. Atendendo solicitação verbal feita... **Ofício n. 204/86-CETAC-FCCR**. Recife: PCR, 1986. Mimeo.

SASSEN, Saskia; ROOST, Frank. A cidade: local estratégico para a indústria global do entretenimento. **Espaço & debates**, v. 17, n. 41, p. 66-74, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getulio Vargas, 2000.

SCOTT, Allen J.; AGNEW, John; SOJA, Edward W.; STORPER, Michael. Cidades-regiões globais. **Espaço & debates**, v. 17, n. 41, p. 11-25, 2001.

SEARLE, Glen. Conflicts and politics in precinct development. In: HAYLLAR, Bruce; GRIFFIN, Tony; EDWARDS, Deborah (Orgs.). **City spaces – tourist places: urban tourism precincts**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2008a. cap. 10, p. 203-222.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PERNAMBUCO. **Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro**. Recife: SEBRAE-PE, 1995a. Mimeo.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PERNAMBUCO. **Termo de adesão ao Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro que entre si celebram o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Pernambuco – SEBRAE-PE e a Prefeitura da Cidade do Recife**. Recife: SEBRAE-PE, 1995b. Mimeo.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PERNAMBUCO. **Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro: levantamento de custos de implantação sobre oportunidades de negócios**. Recife: SEBRAE-PE, 1995c. Mimeo.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PERNAMBUCO. **Civilização do açúcar: roteiro turístico-cultural. Paraíba – Pernambuco – Alagoas**. Recife: SEBRAE-PE, 200-?. Mimeo.

SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado: estudo preliminar**. Brasília: SERFHAU; PMR, 1970.

SHEFFIELD CITY COUNCIL. **Sheffield city centre: map and information**. Sheffield: Sheffield City Council, 2009.

SHOPPING RECIFE; EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO; RECIFE CONVENTION & VISITORS BUREAU; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Mapa turístico do Recife, Pernambuco**. Recife: Shopping Recife, 200-?. Mimeo.

SILBERBERG, Ted. Cultural tourism and business opportunities for museums and heritage sites. **Tourism management**, v. 16, n. 5, p. 361-365, 1995.

SILVEIRA, Maria Amália. São Pedro: reforma do pátio. **Diário de Pernambuco**, Recife, 24 Dez. 1990. p. A-7.

SMITH, Neil. New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. **Antipode**, v. 34, n. 3, p. 427-450, 2002.

SMITH, Valene L. Introduction. In: _____ (ed.). **Hosts and guests: the anthropology of tourism**. Second edition. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989. p. 1-17.

SNAITH, Tim; HALEY, Art. Resident's opinions of tourism development in the historic city of York, England. **Tourism management**, v. 20, p. 595-603, 1999.

SOEIRO, Renato de Azevedo Duarte. Com referência ao ofício n. 24/52... **Ofício 404**. Rio de Janeiro: DPHAN, 1952. Mimeo.

SOEIRO, Renato. Transmitindo-lhe junto a notificação... **Ofício 486**. Rio de Janeiro: DPHAN, 1967a. Mimeo.

SOEIRO, Renato. Agenciamento do Pátio de São Pedro dos Clérigos para criação do "Centro de Turismo do Recife". **Of. 515**. Rio de Janeiro: DPHAN, 1969. Mimeo.

SOUZA, Alcindo de. Carga pesada. **Diário de Pernambuco**, Recife, 06 Mai. 1986. p. A-6.

SOUZA, Alcindo de. Nova roupagem. **Diário de Pernambuco**, Recife, 24 Dez. 1990. p. A-6.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SPIROU, Costas. The evolution of the tourism precinct. In: HAYLLAR, Bruce; GRIFFIN, Tony; EDWARDS, Deborah (Orgs.). **City spaces – tourist places: urban tourism precincts**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2008. cap. 2, p. 19-38.

STANTON, Max E. The Polynesian Cultural Center: a multi-ethnic model of seven Pacific cultures. In: SMITH, Valene L. (ed.). **Hosts and guests: the anthropology of tourism**. Second edition. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989. cap. 13, p. 247-262.

STEBBINS, Robert A. Identity and cultural tourism. **Annals of tourism research**, v. 24, n. 2, p. 450-452, 1997.

STEINER, Carol J.; REISINGER, Yvette. Understanding existential authenticity. **Annals of tourism research**, v. 33, n. 2, p. 299-318, 2006.

STIGLITZ, Joseph E. **Globalization and its discontents**. New York: W. W. Norton, 2003.

SUCH, María Jesús; ZAMORA, María del Mar. Spanish productivity: a regional approach. **Annals of tourism research**, v. 33, n. 3, p. 666-683, 2006.

SZMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui G (Orgs.). **Getúlio Vargas e a economia contemporânea**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

TADDEI, Pedro. Os grandes projetos. In: WEFORT, Francisco; SOUZA, Márcio. **Um olhar sobre a cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da FUNARTE, 1998. p. 145-170.

TEJO, Cristiana. Pátio aberto a turistas e classe média. **Diário de Pernambuco**, Recife, 25 Mai. 2000. p. 6 (Viver).

TELLES, Augusto Carlos da Silva. Pátio de São Pedro n. 4 – Recife – PE. **Informação n. 126**. Rio de Janeiro, DPHAN, 1966. Mimeo.

TEO, Peggy; HUANG, Shirlena. Tourism and heritage conservation in Singapore. **Annals of tourism research**, v. 22, n. 3, p. 589-615, 1995.

TEO, Peggy; YEOH, Brenda S. A. Remaking local heritage for tourism. **Annals of tourism research**, v. 24, n. 1, p. 192-213, 1997.

THE CHURCHES CONSERVATION TRUST. **Church of Holy Trinity**: Goodramgate, York. London: CCT, 2010.

THE MERSEY PARTNERSHIP. **Liverpool**: visitor guide for the city region. Liverpool: The Mersey Partnership, 2010.

THORNLEY, Andy. **Urban planning under thatcherism**: the challenge of the market. Oxon: Routledge, 1993.

TINOCO, Alexandre de Carvalho. Integração ou fragmentação? O impasse gerado pelo fetichismo da desconcentração. **Espaço & debates**, v. 17, n. 41, p. 46-65, 2001.

TIRAPELI, Percival. **As mais belas igrejas do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 1999.

TOSUN, Cevat. Limits to community participation in the tourism development process in developing countries. **Tourism management**, v. 21, p. 613-633, 2000.

TOWNER, John. The grand tour: a key phase in the history of tourism. **Annals of tourism research**, v. 12, n. 3, p. 297-333, 1985.

TRIBE, John. The indiscipline of tourism. **Annals of tourism research**, v. 24, n. 3, p. 638-657, 1997.

TRIBE, John. **Economia do lazer e do turismo**. São Paulo: Manole, 2003.

TUNG, Anthony M. **Preserving the world's great cities**: the destruction and renewal of the historic metropolis. New York: Three Rivers Press, 2011.

TURNER, Louis; ASH, John. **The golden hordes**: international tourism and the pleasure periphery. New York: St. Martin's Press, 1976.

UNITED NATIONS. **Creative economy**: report 2008. The challenge of assessing the creative economy: towards informed policy-making. Geneva; New York: UNCTAD; UNDP, 2008.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. The effects of tourism on socio-cultural values. **Annals of tourism research**, v. 4, n. 2, p. 74-105, 1976.

URRY, John. **The tourist gaze**. Second edition. London: Sage, 2002.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2007a. p. 75-103.

VAINER, Carlos. Os liberais também fazem planejamento urbano?: glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.”. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2007a. p. 105-119.

VARELLA, Marcelo. Pátio de São Pedro. **Diário de Pernambuco**, Recife, 08 Dez. 1984. p. A-6.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

VAZ, Lilian Fessler; JACQUES; Paola Berenstein. A cultura na revitalização urbana – espetáculo ou participação? **Espaço & debates**, v. 23, n. 43-44, p. 129-140, 2003.

VIEIRA, Natália Miranda. **Gestão de sítios históricos**: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

VISIT YORK. **York**: welcome to a whole lot more going on. York: Visit York, 201-?. Mimeo.

VOLKERLING, Michael. Deconstructing the difference-engine: a theory of cultural policy. **Cultural policy**, v. 2, n. 2, p. 189-212, 1996.

ZARKIA, Cornélia. *Philoxenia*: receiving tourists – but not guests – on a Greek island. In: BOISSEVAIN, Jeremy (Ed.). **Coping with tourists**: European reactions to mass tourism. Providence: Berghahn Books, 1996. cap. 5, p. 143-173.

ZUKIN, Sharon. Aprendendo com Disney World. **Espaço & debates**, v. 23, n. 43-44, p. 11-27, 2003.

YORK ARCHAEOLOGICAL TRUST. **Jorvik Viking Centre**: take hold of the past. York: York Archaeological Trust, 201-?. Mimeo.

YORK ARCHAEOLOGICAL TRUST. **26th Jorvik Viking Festival**: programme. York: York Archaeological Trust, 2011. Mimeo.

YOUNG, Ruth C. The structural context of the Caribbean tourist industry: a comparative study. **Economic development and cultural change**, v. 25, n. 4, p. 657-672, 1977.

WAITT, Gordon. Consuming heritage: perceived historical authenticity. **Annals of tourism research**, v. 27, n. 4, p. 835-862, 2000.

WANG, Ning. Rethinking authenticity in tourism experience. **Annals of tourism research**, v. 26, n. 2, p. 349-370, 1999.

WEBB, Tim. Siemens chooses Hull for wind turbine plant generating 700 jobs. **The Guardian**, London, 20 Jan. 2011. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/business/2011/jan/20/siemens-associated-british-ports-wind-turbines>>. Acesso em 01 Out. 2011.

WEFFORT, Francisco. O nacionalismo, o populismo e o que restou do legado político e econômico de Vargas. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui G (Orgs.). **Getúlio Vargas e a economia contemporânea**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Editora Hucitec, 2004. p. 157-170.

WERNA, Edmundo. As políticas urbanas das agências multilaterais de cooperação internacional para países em desenvolvimento. **Espaço & debates**, v. 16, n. 39, p. 10-22, 1996.

APÊNDICE A – As bases da teoria macroeconômica proposta por John Maynard Keynes.

A teoria macroeconômica elaborada por Keynes contrapôs-se às formulações teóricas de economistas clássicos, que tinham uma visão muito particular da macroeconomia, ou seja, a parte da economia que estuda a economia como um todo. Uma das formulações mais interessantes da escola clássica é a “lei dos mercados,” de autoria do economista francês Jean-Baptiste Say.

Segundo Say, os bens e serviços são trocados, na prática, por outros bens e serviços no mercado; por exemplo, uma calça jeans é comprada por um indivíduo que, para ter o dinheiro para comprá-la, precisou produzir outros bens e serviços. Ou seja, a oferta de todo e qualquer produto gera a demanda para outros bens e serviços na economia. Não por acaso, trata-se de uma formulação teórica que privilegia a oferta na análise econômica, sendo chamada de “economia do lado da oferta,” que ressurge com força nos anos 1970 e 1980, principalmente nos EUA e Reino Unido.

Para Say, da mesma forma que para outros economistas clássicos, a moeda não interfere na economia real; a diminuição do crescimento econômico deve-se fundamentalmente a problemas na produção de bens e serviços – problemas na demanda são puros reflexos de problemas na oferta, que, como colocado anteriormente, é o cerne da análise econômica.

Antes de Keynes, a lei dos mercados de Say já tinha sido contestada por Thomas Robert Malthus, curiosamente um dos maiores representantes do pensamento econômico clássico, nos séculos XVIII e XIX, e que ficou mais conhecido por suas formulações relacionadas à questão do crescimento populacional. Contudo, é Keynes quem formula uma ampla e consistente teoria que se contrapõe a lei dos mercados de Say e, conseqüentemente, à economia do lado da oferta. Há três principais problemas a essa formulação, a saber:

- a) verifica-se que as economias capitalistas estão periodicamente sujeitas a crises de superprodução (oferta > demanda); por exemplo, a redução no preço de bens e serviços gera a diminuição dos rendimentos dos agentes econômicos, reduzindo, conseqüentemente, seu consumo e investimento;

- b) há possibilidade de encalhe de bens e serviços no mercado, o que faz com que uma parte dos produtos acabe por não ser trocada por outros produtos, reduzindo o crescimento econômico;
- c) o excesso de poupança ou excesso de investimento rompem os ciclos de negócios e o padrão de crescimento sustentado pelo aumento da oferta de bens e serviços na economia, como pressuposto por Say¹⁸⁰.

O pensamento econômico de Keynes (keynesiano) guiou a função de estabilização macroeconômica em grande número de países no período pós-Segunda Guerra Mundial; inclusive, como já citado, uma das denominações encontrada nesses países, principalmente da Europa Ocidental, nos anos 1950, 1960, 1970 e 1980 é de “Estado keynesiano.” Não é por acaso que o então presidente norte-americano Richard Nixon, frente à onda de reformas voltadas à proteção ambiental, segurança no trabalho, saúde, direitos civis e proteção ao consumidor no início dos anos 1970, afirmou que “nós somos todos keynesianos agora” (HARVEY, 2005b, p. 13). As quatro principais contribuições de Keynes à macroeconomia são:

- a) refutar a postura liberal de que a economia nacional nada mais é do que a somatória das firmas e famílias individuais, cada uma delas com seu comportamento particular de consumo, poupança, investimento e nível de produção¹⁸¹. O keynesianismo compreende o estudo dos grandes agregados econômicos nacionais – produto, emprego, renda, inflação etc. –, que transcendem a mera soma de comportamentos individuais;
- b) inverter a lei dos mercados de Say, postulando que a demanda é que cria a produção de bens e serviços, rompendo também com a idéia de que a moeda não interfere na economia real. Através do conceito de “preferência por liquidez,” Keynes mostra que a taxa de juros não é apenas o mero ponto de equilíbrio no mercado de capitais (cruzamento das curvas de oferta e demanda por crédito), mas sim uma função da preferência por liquidez dos agentes econômicos e oferta monetária estabelecida pelo

¹⁸⁰ Em economia, *poupança* significa o ato de não gastar, ou seja, postergar o consumo. Já *investimento* significa toda e qualquer aplicação que aumenta a capacidade produtiva de uma firma, região ou país.

¹⁸¹ Para ver a volta dessa postura em livros-texto atuais de economia, ver Mankiw (2006), principalmente as passagens referentes ao bem-estar

Estado Nacional. Dessa forma, a redução da taxa de juros faz com que se aumentem os investimentos e, conseqüentemente, o emprego e renda, *ceteris paribus*;

- c) defender que a demanda efetiva gera a oferta (nível de produção). Dessa forma, substitui-se a economia do lado da oferta pela economia do lado da demanda;
- d) aplicar o conceito matemático de multiplicador à análise econômica, mostrando que o estímulo ao crescimento da demanda efetiva provoca um efeito multiplicador na economia, em virtude das rodadas subseqüentes de negócios – por exemplo, o aumento da renda é proporcionalmente maior de o que o aumento da demanda efetiva.

A partir dessas contribuições, Keynes defendia a intervenção direta do Estado na economia nacional, construindo a agenda para a atuação dos governos, no período pós-Segunda Guerra Mundial. Além das formas de intervenção vistas anteriormente, podem-se citar também a manipulação das taxas de juros para fomentar o investimento, a alavancagem da atividade econômica através do aumento dos gastos públicos, o incentivo ao aumento da propensão ao consumo das famílias, reduzindo-se a poupança privada temporariamente, a produção direta de bens e serviços considerados estratégicos à economia nacional etc.

APÊNDICE B – As bases do *thatcherism*.

A gestão Margaret Thatcher (1979-1990) conseguiu, em poucos anos, reorientar o papel do Estado na sociedade e economia britânicas, principalmente no que toca a política macroeconômica. O que passou a se chamar de *thatcherism*, baseado tanto na experiência norte-americana quanto nos trabalhos acadêmicos de economistas como Milton Friedman e Friedrich Hayek, pode ser resumido em alguns pontos, interligados entre si.

Primeiro, partiu-se da premissa de que o governo britânico tinha expandido demasiadamente seu tamanho e atuação, no período pós-Segunda Guerra Mundial, tornando-se custoso à sociedade. O *thatcherism* culpou o Estado de Bem-Estar Social pelos problemas econômicos enfrentados pelo Reino Unido a partir do final dos anos 1960, que foram muito mais graves do que os ocorridos nos países desenvolvidos da Europa Ocidental e América do Norte no início dos anos 1970; a desindustrialização precoce do Reino Unido, iniciada em meados dos anos 1960, contribuiu para a gravidade dos problemas econômicos britânicos (THORNLEY, 1993)¹⁸².

Segundo, considerou-se que, em praticamente tudo, a iniciativa privada era mais eficiente do que o setor público, não apenas porque era eficiente, racional e maximizadora de utilidade, mas também porque o segundo foi classificado como inerentemente ineficiente. Como colocou Sir Keith Joseph¹⁸³, considerado o “pai” ideológico do *thatcherism*:

‘A sabedoria cega, não planejada e não coordenada do mercado é esmagadoramente superior aos planos fundamentados, racionais, sistemáticos, bem intencionados, cooperativos, científicos, progressivos e estatisticamente respeitáveis do governo, burocracias públicas e organizações internacionais’ (Joseph 1976: 17) (BARNEKOV; BOYLE; RICH, 1989, p. 143).

Terceiro, a ação do governo, dirigida ao crescimento econômico, voltou-se para o suporte à iniciativa privada, que deveria capitanear esse crescimento. O *thatcherism* rejeitou as políticas públicas keynesianas, a começar pela emissão de moeda para aumentar a atividade

¹⁸² A supracitada desindustrialização relacionava-se à superação técnica do país pela indústria de transformação dos EUA e Alemanha, visível desde o último quartel do Século XIX.

¹⁸³ Sir Keith Joseph foi colega de Margaret Thatcher no Hayekian Centre for Policy Studies, tendo sido também o primeiro *secretary of state for industry* de sua gestão.

econômica, por seu efeito inflacionário (MULLER, 2002). Também como decorrência disso, o desemprego passou a ser visto como um mal necessário a curto prazo, dentro do esforço de estabilização macroeconômica; não por mera coincidência, o desemprego no Reino Unido quase triplicou entre 1979 e 1982, inclusive.

Quarto, propagou-se que, sem o auxílio e controle do poder público, as firmas privadas, famílias e localidades poderiam “redescobrir” as virtudes do mercado e livre iniciativa (BARNEKOV; BOYLE; RICH, 1989). Isso foi reforçado pela taxaço do Estado de Bem-Estar Social de estranho à tradição político-econômica britânica; o *thatcherism* foi “vendido” como uma volta ao Estado liberal que predominara até o início do Século XX, visto como principal responsável pelo progresso técnico e material que tinha transformado o Império Britânico na potência mundial hegemônica até a Primeira Guerra Mundial.

Quinto, houve o ataque ao trabalho organizado, com medidas que restringiam os direitos de organizar greves e piquetes por parte dos sindicatos, além de responsabilizar os sindicatos nacionais de categoria pelas ações tomadas pelos sindicatos locais (MULLER, 2002).

Sexto, foi implantado um dos maiores programas – se não o maior – de privatizações e concessões de serviços públicos da história, com a venda e cessão de ativos públicos e direitos de exploração nas áreas de ferro, aço e carvão, gás, eletricidade e abastecimento d’água, ferrovias e hidrovias, aviação civil e telecomunicações (MULLER, 2002; BARNEKOV; BOYLE; RICH, 1989; THORNLEY, 1993). Seus principais objetivos foram:

- a) o aumento da eficiência econômica das firmas privatizadas e também no uso de bens e serviços públicos;
- b) a despolitização das decisões econômicas do governo;
- c) a arrecadação de recursos financeiros para o Estado através da venda e/ou concessão de ativos públicos e direitos de exploração;
- d) a redução dos gastos públicos, com o fim de subsídios e cobertura de prejuízos a firmas estatais deficitárias;
- e) a redução do poder do funcionalismo público – enfraquecimento dos sindicatos;
- f) a promoção de um “capitalismo popular,” através da dispersão da propriedade de firmas e ativos públicos no mercado (ações, debêntures etc.). No caso do Reino Unido

em particular, isso se estendeu ao mercado imobiliário, com a venda de grande parte do estoque de habitações de propriedade estatal.

O *thatcherism* também trouxe a cobrança de tributos pela utilização dos serviços públicos, a desregulação econômica e urbanística e a diminuição do imposto de renda para as famílias e da taxa sobre as firmas, inclusive as previdenciárias sobre a folha de pagamento; a gestão Margaret Thatcher (1979-1990) também se notabilizou pela criação de agências executivas e regulatórias, substituindo a intervenção direta na economia e sociedade e o poder discricionário do Estado pela intervenção indireta, através da formulação de regras e contratos.

Em suma, o *thatcherism* combateu o que Sir Keith Joseph classificava como “venenos” que impediam a prosperidade do Reino Unido, pouco antes da vitória conservadora nas eleições parlamentares de 1979:

Eu considero que há seis; seis venenos que naufragam a prosperidade e pleno emprego de um país: gasto excessivo do governo, alta taxa direta, igualitarismo, nacionalização excessiva, um movimento sindical politizado associado com o ludismo e uma cultura anti-empresendedorista [ou anti-corporativa]. Seis deles. Agora, a maioria de nossos rivais tem um desses venenos, alguns deles têm dois, nós somos o único país no mundo que tem todos os seis. E, de vez em quando, eu penso que o milagre é que, com todos esses venenos em nosso sistema, nós ainda estamos relativamente bem (Da transcrição da ‘Charlton Interview,’ 30 July 1979, BBC; citado em D. Heald 1983: 7) (BARNEKOV; BOYLE; RICH, 1989, p. 158-159).

APÊNDICE C – A reestruturação econômica: a questão da desindustrialização e da localização dos centros de comando e controle.

Cabe fazer duas advertências às idéias e à literatura analítica presentes nessa tese. A primeira diz respeito à desindustrialização, verificada nas últimas décadas nos países desenvolvidos de forma geral, com destaque para suas regiões metropolitanas, como, por exemplo, Paris, Londres e Nova Iorque. Essa trajetória de desindustrialização também é apontada para algumas regiões metropolitanas de países em desenvolvimento; no Brasil, fala-se muito da saída em massa da indústria de transformação da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), especialmente da capital e do ABCD, o que faz com que a supracitada região, em especial a capital de estado, seja classificada às vezes como “metrópole terciária.” Há aqui tanto um problema positivo quanto um problema normativo. Peguemos a Cidade de São Paulo para o primeiro problema, para depois analisarmos brevemente o caso do Reino Unido.

O problema positivo é que se adota como premissa que a Cidade de São Paulo está em franco e acelerado processo de desindustrialização, com a transferência de unidades produtivas para o interior e outras unidades da federação. Isso é quase sempre feito sem números que comprovem o fenômeno; quando muito, citam-se casos anedóticos de encerramento de uma ou outra fábrica, com a utilização do terreno para a construção de prédios residenciais ou comerciais e *shopping centers*. Tinoco (2001), através da análise dos dados da Pesquisa da Atividade Econômica Paulista da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (PAEP/SEADE) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, afirma que não houve esse processo de desindustrialização da RMSP.

As indústrias instaladas na RMSP apresentam produtividade média 60% superior em relação às instaladas no interior – a produtividade chega a ser quase o dobro na comparação entre as firmas instaladas nos anos 1980 e 1990. A RMSP concentra as firmas mais inovadoras, ligadas aos setores eletro-eletrônico, informática, instrumentos de precisão e equipamentos de comunicação, entre outros, enquanto o interior recebe as empresas ligadas à produção de insumos, complexo metal-mecânico, alimentos e bebidas etc. Cabe falar-se de desconcentração industrial apenas para esse segundo grupo de firmas. As firmas que dependem fortemente da inovação de fontes externas, tanto provenientes de economias de aglomeração quanto de economias de urbanização, permanecem concentradas na RMSP, possuem uma produtividade muito maior, e impedem que se fale de desconcentração

industrial no estado, pelo menos através do quesito “pessoal ocupado na indústria.” A RMSP concentra as firmas mais inovadoras, que mais importância relativa dão à inovação derivada de fontes externas ligadas a urbanização, como, por exemplo, faculdades e centros de pesquisa, consultorias e redes de relacionamento. O interior sedia preponderantemente firmas que dependem relativamente mais de fontes de inovação internas¹⁸⁴.

Nesse sentido, o que pode estar acontecendo em muitas regiões metropolitanas e antigas regiões industriais não é uma desindustrialização, mas uma mudança na composição da indústria de transformação da área, com a saída de firmas que buscam mão-de-obra barata, por exemplo, e a criação de empresas que buscam economias de aglomeração e economias de urbanização. Não é possível se alongar nesse ponto aqui; cabe apenas deixar a ressalva de que a desindustrialização é uma premissa sem dados nem comprovações por trás em muitos textos jornalísticos e mesmo técnico-acadêmicos.

O problema normativo é que a desindustrialização é vista por muitas fontes como algo positivo; chega-se a recomendar o desestímulo às atividades industriais em determinadas cidades e regiões, principalmente em virtude dos problemas causados pela indústria de transformação no meio urbano: poluição, barulho, congestionamento de trânsito etc. Há também a crença de que é possível ter resultados melhores com a substituição da indústria de transformação pelo comércio e serviços – muitas vezes, sem se deixar claro o porquê de essa indústria e comércio e serviços serem opções mutuamente excludentes.

Admite-se aqui que muitas indústrias causam graves inconvenientes no meio urbano. Por exemplo, a Cadbury Adams, hoje instalada em Bauru, precisava montar uma pequena operação logística para receber suas matérias-primas destinadas à fabricação de guloseimas na Cidade de São Paulo até cerca de dez anos atrás, inclusive com a inversão do trânsito no quarteirão onde estava instalada a fábrica. O caso da contaminação do ar na Vila Carioca, em 2002, supostamente causada pela Shell, ainda está na memória dos paulistanos.

¹⁸⁴ Contudo, ainda existem muitas firmas importantes na RMSP que se encaixam no modelo fordista de produção. Uma visita à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, localizada na Zona Leste da capital, permite ao interessado contemplar duas grandes firmas instaladas em suas redondezas: a Owens-Illinois (vidro) e ArcelorMittal Brasil (produtos siderúrgicos). Inclusive, a Cidade de São Paulo ainda tem produção agropecuária, como, por exemplo, a criação de porcos e plantio de hortaliças nos extremos das zonas Sul e Norte; entretanto, tanto a produção quanto o pessoal ocupado em atividades agropecuárias são inexpressivos.

Contudo, como aponta Lungo (1996), a indústria de transformação permite o crescimento do emprego e salários na cidade em escala superior ao comércio varejista e atacadista ou mesmo aos serviços, que, junto com pessoal técnico-administrativo qualificado, emprega grande quantidade de pessoal pouco qualificado e mal remunerado. Além disso, a indústria de transformação continua exercendo um papel vital às economias nacionais, mesmo que sua importância relativa tenha diminuído dentro da formação do produto nacional. A capacidade de exportar bens físicos de médio e alto valor agregado, bem como de suprir parte relevante da demanda nacional desses bens através da produção interna, é vital para o balanço de pagamentos (conta corrente) e, conseqüentemente, o equilíbrio externo de qualquer país, em especial àqueles como o Brasil, cujo crescimento ainda pode basear-se em seu próprio mercado.

Durante o trabalho de campo no Reino Unido, foi possível ler e assistir reportagens e notícias que apontavam, como um dos principais entraves à recuperação econômica britânica, após a crise econômico-financeira de 2008, a incapacidade de o país aumentar suas exportações, mesmo após a desvalorização da libra esterlina em aproximadamente 25% frente ao dólar norte-americano, ao longo de 2010. Como dois comentaristas econômicos concordaram em um programa televisivo da British Broadcasting Corporation (BBC), o problema maior do país foi ter levado muito a sério a idéia de que era realmente uma economia pós-industrial, e que poderia sobreviver e prosperar sem se preocupar com a indústria de transformação.

A segunda advertência diz respeito à consideração, por parte de autores como Harvey (2005a) e Mandel (1975), entre outros, de que os centros de comando e controle, ou seja, de que as decisões econômicas relevantes sejam tomadas apenas nos países desenvolvidos, mais especificamente por firmas e indivíduos sediados em metrópoles mundiais – Nova Iorque é sempre citada. Não se trata de um erro; trata-se de textos que precisam ser atualizados, incorporando-se o que ocorreu nos anos 1990 e 2000. A ascensão da China como potência econômica mundial, a postulação da Índia a esse título, a consolidação do Brasil como potência político-econômica regional e a importância da Rússia para a matriz energética da União Européia impedem a desconsideração da importância e poder de decisão de alguns países em desenvolvimento sobre o sistema capitalista mundial; Beijing, São Paulo, Moscovo e Rio de Janeiro podem e devem ser consideradas como importantes centros de decisões, pelo papel que esses países e governos nacionais têm no sistema capitalista mundial.

APÊNDICE D – A reestruturação da produção, logística e cadeia de suprimentos em escala global: as principais formas de atuação das firmas.

Friedman (2006) discute as principais formas através das quais firmas de diversos setores econômicos vêm reestruturando sua produção, logística e cadeia de suprimentos em escala verdadeiramente global, das quais quatro destacam-se, a saber:

- a) a subcontratação (*outsourcing*): trata-se da transferência de atividades-meio de uma firma para outras empresas; ou seja, ao invés da própria firma executar atividades de suporte, como, por exemplo, contabilidade, *call center* e *help desk*, ela contrata outras empresas para fazerem esses serviços. O caso mais citado na literatura de negócios é a transferência, por parte de firmas norte-americanas e européias, de serviços de informática para empresas indianas, que se aproveitam da mão-de-obra capacitada de baixo custo e da alta ociosidade da rede mundial de cabos de fibras óticas para oferecer um serviço de mais qualidade a menor custo. O caso dos *call centers* nas Filipinas já foi visto anteriormente; a subcontratação também já chegou até mesmo nos hospitais norte-americanos, onde as prescrições médicas são transcritas por jovens estudantes indianos a milhares de quilômetros de distância dali;
- b) a realocação de unidades produtivas (*offshoring*): trata-se da transferência integral de uma unidade produtiva de um país para outro, como, por exemplo, o desmonte de uma fábrica em Canton, Ohio, EUA, e sua remontagem na Província de Cantão (Canton em inglês), China, como colocado com certa pilhéria por Friedman (2006). O objetivo é fazer com que a unidade continue produzindo os mesmos bens e serviços, apenas contando agora com mão-de-obra mais barata, menor tributação, energia subsidiada e/ou menos gastos com a saúde dos funcionários;
- c) a administração da cadeia de suprimentos (*supply-chaining*): trata-se da programação e coordenação de toda a cadeia de suprimentos da firma, sejam insumos ou produtos para revenda; a supracitada cadeia torna-se crescentemente complexa com o alargamento dos produtos comprados e a dispersão geográfica dos fornecedores, tornando-se indispensável à firma saber responder adequadamente questões como “o que comprar?”, “quanto comprar?”, “quando comprar?” e “de quem comprar?”, analisando os custos (produto em si, transporte e total), confiabilidade do fornecedor e tempo de entrega. O exemplo paradigmático de *supply-chaining* global é o Wal-Mart, na qual todo o processo de compra e venda de mercadorias integra rede varejista e

fornecedores. Em 2004, o Wal-Mart comprou US\$ 18 bilhões em mercadorias de cinco mil firmas chinesas; caso fosse um país, seria o oitavo maior parceiro comercial da China. Friedman (2006, p. 152-153) ressalta a administração da cadeia de suprimentos como uma das principais fontes de vantagem competitiva:

[...] com a tecnologia atual, é difícil manter a propriedade intelectual secreta, sendo fácil (sic) reverter a engenharia de qualquer produto, e “fazer a coisa” em questão de dias. Entretanto, construir um processo que “entregue coisas” ao redor do mundo – envolvendo dezenas de fornecedores, distribuidores, operadores portuários, fiscais alfandegários, *forwarders* e transportadoras de uma maneira harmoniosa por uma cadeia de suprimentos – não é apenas difícil, é muito, muito difícil de se duplicar.

- d) o *insourcing*: trata-se da criação de um departamento ou setor dentro da própria organização, que funciona de forma relativamente independente ou autônoma, para produzir um conjunto pré-determinado de bens e serviços. O exemplo utilizado por Friedman (2006) é a United Parcel Service (UPS), que montou unidades para prover bens e serviços que apresentam sinergias com seu negócio principal, o transporte de mercadorias: conserto de *laptops*, administração da cadeia de suprimentos de redes de comida rápida (*fast food*) etc.

APÊNDICE E – Economia criativa e indústrias criativas: descrição dos setores e funções e importância econômica dos bens e serviços criativos.

Pela leitura do relatório, percebe-se que a ONU considera a economia criativa a reunião das indústrias criativas no mercado; segundo a organização, a economia criativa é um conceito em evolução, baseado nas indústrias criativas capazes de gerar crescimento e desenvolvimento econômico. A ONU reforça a ligação entre a economia e a cultura, apontando a relação da economia criativa com o turismo, avanços tecnológicos e direitos de propriedade intelectual. Segundo a organização, cabe aos países formular e implantar políticas públicas que possam aproveitar o potencial das indústrias criativas, visando o crescimento e desenvolvimento econômico nacional (UNITED NATIONS, 2008). Colaboraram nesse relatório cinco entidades ligadas à ONU, a saber: International Trade Centre (ITC), UNCTAD, United Nations Development Programme (UNDP), World Intellectual Property Organization (WIPO) e United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO).

Segundo a UNITED NATIONS (2008), o comércio internacional de bens e serviços criativos atingiu US\$ 424,4 bilhões, em 2005, com um crescimento médio anual de 8,7% entre 2000 e 2005, inclusive. Desse total, US\$ 335,5 bilhões referiram-se a bens, enquanto US\$ 89 bilhões foram de serviços. O Brasil não figurou entre os vinte maiores exportadores de bens criativos, em 2005, em sua maior parte países desenvolvidos, nem entre os dez maiores exportadores dentro dos países em desenvolvimento. Com exportações de US\$ 2,192 bilhões, ocupou o vigésimo nono lugar, atrás de países como, por exemplo, Malásia, Cingapura e Indonésia. Suas importações nesse ano foram de US\$ 0,745 bilhão.

Outros setores e funções “avançados” são:

- a) a logística, armazenamento e distribuição, principalmente centros de coordenação e distribuição nacional, regional e mundial de mercadorias;
- b) as funções de comando e controle de grandes firmas nacionais, multinacionais e transnacionais, na forma de sedes ou escritórios regionais, nacionais e locais;
- c) a indústria farmacêutica;
- d) os serviços jurídicos especializados, inclusive empresariais;
- e) os serviços de consultoria empresarial e governamental e firmas de pesquisa de mercado;

- f) os negócios ligados ao lazer, turismo e entretenimento: bares, restaurantes, *shopping centers*, grandes atrações turísticas, parques temáticos, cassinos, comércio varejista especializado, hotéis, *resorts* e pousadas, cruzeiros marítimos (escala) etc.;
- g) as artes, galerias, ateliês e antiquários;
- h) as firmas de informática e telecomunicações;
- i) os serviços de saúde, como, por exemplo, hospitais, laboratórios e clínicas médicas;
- j) os serviços de educação, como faculdades e centros de pesquisa;
- k) outros setores e firmas.

APÊNDICE F – Mega-Multi-Malls (MMMs): a importância econômica de grandes complexos integrados de compra e diversão.

A *McDisneyization* faz com que os principais negócios que atendem os turistas pareçam-se cada vez mais – parques temáticos, como, por exemplo, o Walt Disney World, transformam-se também em centros de compras, enquanto centros de compras, como, por exemplo, o Mall of America e o WEM, parecem-se cada vez mais com parques temáticos. Os cassinos de Las Vegas simbolizam esse processo: o MGM Grand, por exemplo, reúne cassino, hospedagem e parque temático, proporcionando uma experiência total para o turista. Ritzer e Liska (1997) traçam um paralelo entre esses novos empreendimentos turísticos e as instituições totais (*total institutions*) de Erving Goffman – prisões, asilos e penitenciárias –, já que ambos provêem uma experiência total ao residente/visitante¹⁸⁵.

O WEM é um dos maiores centros de compra do Mundo, apesar de o termo “centro de compras” não conseguir mais descrever direito esse empreendimento. Através do uso de multiplicadores econômicos, Finn e Erdem (1995) estimam que o WEM atraiu, por si só, 1.885.000 turistas e visitantes para Edmonton, que gastaram durante sua estadia ou passeio o equivalente a US\$ 112 milhões em compras no empreendimento, US\$ 88 milhões em alimentação e acomodação e US\$ 26 milhões em outros dispêndios, dentro de um gasto total de US\$ 227 milhões na cidade. Aplicando-se multiplicadores econômicos para a Província de Alberta, Canadá, o impacto adicional do WEM foi de US\$ 176 milhões para a renda familiar e de US\$ 290 milhões para o produto interno bruto de Edmonton. Além disso, o empreendimento foi responsável pela geração direta e indireta de 13.800 empregos na cidade – todos os dados referem-se a 1986¹⁸⁶.

¹⁸⁵ “Uma instituição total [*total institution*] pode ser definida como um lugar de residência e trabalho, onde um grande número de indivíduos em situação parecida, apartado da sociedade durante um período apreciável de tempo, leva junto um modo de vida recluso e formalmente administrado. As prisões servem como um exemplo claro, dado que reconheçamos que algumas de suas características são encontradas em instituições onde seus membros não violaram quaisquer leis” (GOFFMAN, 1961, p. xiii). Nos anos 1970, De Kadt (1979) já afirmava que os grandes complexos hoteleiros de destinos de sol, mar e praia, criados em países em desenvolvimento para receber turistas europeus e norte-americanos, funcionavam como espécies de instituições totais, ao insular o turista da realidade exterior.

¹⁸⁶ Para pressionar os poderes públicos, a Triple Five, firma proprietária do WEM e de outros MMMs, alegou que o empreendimento tinha sido responsável por trazer nove milhões de turistas adicionais para Edmonton, que teriam gasto US\$ 700 milhões de dólares incrementais na cidade (FINN;

Além disso, o WEM é mais do que um centro de compras; é a conjugação de um centro de compras, parque temático e destino turístico por si só, misturando o extraordinário, a quebra das fronteiras culturais e a mistura de educação, compras, lazer, turismo e entretenimento em um único espaço. Por exemplo, Ritzer e Liska (1997) apontam que mais pacotes de viagem para o Canadá incluem o West Edmonton Mall do que as Cataratas do Niagara. A visita ao sítio eletrônico do empreendimento – <http://www.wem.ca/> – permite a compreensão de sua magnitude e diversificação, que conta com os seguintes elementos, a saber: a) dois hotéis; b) três itinerários turísticos, inclusive com um guia de visitantes (*visitor's guide*); c) três ruas temáticas de compras (Europa Boulevard, Bourbon Street e Chinatown); d) mais de dez atrações turísticas, entre elas um parque aquático; e e) o WEM Souvenirs, onde podem ser encontrados produtos com a marca do empreendimento.

Dado o impacto econômico gerado pelo WEM, e a sua capacidade de se transformar em um grande destino turístico nacional e internacional por si só, o Estado de Nova Iorque ofereceu um pacote de US\$ 400 milhões à firma Triple Five, para que ela construísse um empreendimento similar a esse em Niagara Falls, em detrimento de Southern Ontario, Canadá. O investimento total seria de US\$ 1,2 bilhão (FINN; ERDEM, 1995).

Pelos números, pode-se argumentar que um empreendimento como o WEM pode chegar a ter um impacto econômico similar ao de empreendimentos estruturadores, como, por exemplo, indústrias automobilísticas, siderúrgicas e fábricas de semicondutores, não apenas em geração de produto, emprego e renda, mas também de comércio internacional (divisas), dada a atração de turistas internacionais.

APÊNDICE G – O novo papel da cultura na sociedade e mercado atuais (complemento).

A aceleração da produção, consequência da substituição do sistema de produção em massa pelo sistema de acumulação flexível, gera a proliferação de produtos descartáveis e instantâneos, bem como o aumento da participação dos serviços na economia (HARVEY, 2005a). A aceleração da produção é acompanhada pela aceleração do consumo, conseguida através da mobilização da moda em mercados de massa (por exemplo, roupas, hábitos de lazer, comportamentos e estilos de vida), da criação de novas necessidades e desejos e da ascensão de uma estética que celebra a diferença, o espetáculo e a efemeridade.

As próprias imagens transformam-se em mercadorias, dentro de um padrão de consumo que privilegia a apropriação de signos e símbolos em detrimento dos atributos tangíveis e funcionais de bens e serviços; a posição social dos indivíduos na sociedade relaciona-se crescentemente às aparências e ao seu padrão de consumo (URRY, 2002). Em outras palavras, Urry¹⁸⁷ (1994 apud STEBBINS, 1997) coloca que: “[a] identidade é formada através do consumo e *play*. É argumentado que as identidades sociais das pessoas são crescentemente formadas não pelo trabalho, seja na fábrica ou em casa, mas sim através de seus padrões de consumo de bens, serviços e signos.”

A pós-modernidade assiste a emergência de um sistema de símbolos e significados que rompe o caráter estanque das esferas culturais “horizontais” (por exemplo, pintura, arquitetura e literatura) e das esferas culturais “verticais” (cultura popular, cultura erudita e indústria cultural) (URRY, 2002). Além disso, diversas áreas da vida social perdem sua especificidade, mesclando-se na criação de experiências culturais e produtos mercadejáveis para o público em geral, como, por exemplo, o lazer e turismo, a educação, a arte e a televisão.

A cultura e o comércio estão intimamente ligados na pós-modernidade. Os produtos culturais pós-modernos não são consumidos de forma contemplativa, dentro de objetivos de educação e enriquecimento cultural, mas de entretenimento e interação (URRY, 2002). Esses produtos não são julgados por suas propriedades estéticas formais, mas por sua capacidade de entreter e envolver a audiência em o que o autor chama de “regimes de prazer.”

¹⁸⁷ URRY, John. Cultural change and contemporary tourism. **Leisure studies**, v. 13, p. 233-238, 1994.

A falta de profundidade é uma das principais características das experiências culturais pós-modernas, com a ênfase na forma em detrimento do conteúdo, o aproveitamento e colagem de imagens na “criação” de um novo produto ou obra de arte, sem a preocupação com a originalidade, e a utilização de uma estética do choque, na “espetacularização” das experiências culturais e na transformação de elementos culturais em produtos comerciais, voltados à capacidade de pagar do público-alvo. A arte pós-moderna abandona qualquer projeto de mudança social, não comportando vanguardas artísticas (HARVEY, 2005a).

No modernismo, a autenticidade liga-se à idéia de realismo, ou seja, de que há um mundo objetivo e real, que serve de parâmetro para o julgamento de um lugar, objeto ou experiência como verdadeiro, genuíno, preciso e autêntico (REISINGER; STEINER, 2006). No pós-modernismo, a relação equívoca existente entre a realidade e sua representação é estendida e potencializada (HUGHES, 1995). As representações e simulações adquirem um *status* de hiper-realidade (*hyperreality*), ou seja, parecem-se mais “reais” de o que o lugar, objeto ou experiência a que se referem (ECO, 1986). Além disso, muitos lugares, objetos e experiências não possuem referentes reais, sendo criados a partir da pura fantasia – o caso emblemático disso é o Walt Disney World. Segundo Cohen (1988), o Walt Disney World – visto anteriormente como entretenimento artificial e fabricado – tornou-se um componente vital da cultura norte-americana contemporânea, adquirindo assim uma aura de autenticidade emergente (*emergent authenticity*). Eco (1986, p. 48) partilha da idéia de que o Walt Disney World é um componente vital dessa cultura, descrevendo o supracitado complexo como a “Capela Sistina” dos EUA.

Essa busca de prazer imediato, na opinião de Harvey (2005a), explica, em parte, o predomínio de eventos, espetáculos e *happenings* na produção cultural. Há o envolvimento da platéia na produção cultural, com a ênfase na interação e participação nas experiências e a retirada de autoridade do produtor cultural (URRY, 2002).

APÊNDICE H – Textos seminais sobre a autenticidade em turismo (complemento).

A revisão de literatura trava contato com contribuições de diversas disciplinas e campos de conhecimento, a saber: sociologia, antropologia, ciência política, crítica cultural, semiologia, economia e psicologia social, além de turismo. Através de uma abordagem multidisciplinar, pode-se compreender melhor e refletir sobre esse complexo conceito que é a autenticidade em turismo.

Como se objetiva compreender como vários campos de conhecimento e disciplinas tratam a autenticidade em turismo, ver-se-ão, primeiramente, dois textos seminais, que adotam teorias e perspectivas inovadoras, inauguram linhas de pesquisa, e têm grande influência na literatura analítica, tendo sido publicados nos anos 1950, 1960 e 1970. Trata-se de analisar em profundidade cada texto, com seus recortes e objetos de estudo, sua metodologia, seu posicionamento dentro da literatura analítica e suas principais repercussões, entre si e na literatura mais recente.

H.1 Roland Barthes: turismo e mitologia capitalista-burguesa.

Barthes (1972) visa analisar e compreender os processos de mitificação que transformam a cultura da burguesia e da pequena burguesia em algo natural e universal, pronto para ser consumido por todas as classes sociais: a chamada cultura de massa, inclusive o turismo. Para isso, o autor utiliza a semiologia para construir uma metodologia adequada ao estudo dos mitos que permeiam o dia-a-dia dos indivíduos na sociedade. O mito é definido como um sistema de comunicação, uma mensagem, ou melhor, um discurso: despolitizado, neutro e naturalizado, que distorce o sentido previamente construído de objetos, imagens e falas, através de filosofia diária, senso comum, fotografias, propaganda, publicações e notícias de jornal etc.

A construção da nova significação acontece a partir de conceitos e de motivações historicamente constituídos, que dão um novo significado ao elemento. O principal objetivo do mito é “naturalizar” a significação dada a esse elemento. A relação de causa e efeito entre o elemento e a motivação, que gera a nova significação, transforma-se através do mito em

uma relação de equivalência, com a obliteração da referência histórica e do contexto social, econômico e cultural. A motivação, historicamente construída, transforma-se em razão.

Dentro de uma postura marxista, a norma burguesa é vista como o inimigo essencial da sociedade; a burguesia é a classe social que não quer ser identificada, a não ser como sistema econômico, com sua defesa do capitalismo. A fuga ou negação do nome “burguesia” não é acidental, mas parte integrante da ideologia burguesa, que busca transformar a realidade do mundo em uma imagem do mundo, a história em natureza, e um *status* particular e histórico em um homem universal e eterno. Assim, cabe compreender essa norma, e desmascarar o abuso ideológico que faz com que, através da construção e da disseminação de mitos, a realidade historicamente construída pareça algo natural (BARTHES, 1972).

Em um dos ensaios do livro, o autor analisa a edição do *Blue Guide* sobre a Espanha, quando o país dependia de seus monumentos históricos e de sua cultura para atrair turistas. Segundo Barthes (1972, p. 74-75), o guia turístico consegue eliminar os habitantes locais da paisagem turística, em favor único e exclusivo de seus monumentos e acidentes geográficos: “Assim como a natureza montanhosa é enfatizada de forma a eliminar todos os outros tipos de cenário, a vida humana do país desaparece para o benefício exclusivo de seus monumentos. Para o *Blue Guide*, os homens existem apenas enquanto ‘tipos’.”

Os habitantes locais são admitidos no *Blue Guide* apenas como tipos, ou, nas palavras do autor, essências. Ele enxerga nisso uma mitologia burguesa que apaga o contexto social, econômico e cultural dos indivíduos, ignorando classes sociais, profissões e afiliações políticas, para retratá-los como essências naturais e imutáveis: o basco, o catalão e o andaluz, pitorescamente descritos. Entretanto, mesmo esses tipos pitorescos têm um papel coadjuvante no *Blue Guide*: adornar o conjunto de monumentos históricos espanhóis, aqui transformados em meras atrações turísticas (BARTHES, 1972).

A única paisagem construída permitida pelo *Blue Guide* é o conjunto de monumentos históricos ligado ao cristianismo e à Igreja Católica – Barthes (1972) alega que a burguesia não consegue imaginar uma história da arte que não seja cristã e católica. Com a exclusão da vida contemporânea e da realidade do país do guia turístico, os monumentos transformam-se em meras atrações turísticas, sem relação com o presente da Espanha, e, conseqüentemente,

sem qualquer profundidade histórica. Ou seja, os monumentos perdem seu significado, sendo indecifráveis para o turista, a não ser como atração turística pura e simples.

Percebe-se, assim, que a mitificação burguesa presente no guia, ao invés de alargar os horizontes do turista, permitindo-o conhecer a “verdadeira” Espanha, age exatamente de modo inverso: o país é reduzido à sua paisagem montanhosa e ao seu conjunto de monumentos isolados do ambiente e da vida contemporânea que os cercam. Em suma, a mitologia burguesa deforma a “verdadeira” Espanha, desprovendo-a de significados e de profundidade – tanto seu povo quanto seus monumentos históricos e paisagens –, transformando a experiência turística em algo inautêntico e mitificado.

Segundo a ótica marxista, a burguesia é uma classe não heróica, mas que precisa formar um arquétipo ou imagem heróica, e faz isso procurando esses elementos no passado. Essa procura nem sempre preserva o significado original desses elementos, e exclui a população local em favor dos objetos mais visíveis da cultura e do passado: os monumentos.

Dessa forma, o culto burguês da antiguidade produz dois efeitos aparentemente contraditórios, mas interligados entre si. Os monumentos e a história do lugar são valorizados, passando a fazer parte de o que a burguesia valoriza e considera como seu, mas, ao mesmo tempo, essa apropriação burguesa reduz o significado desses elementos culturais, pois exclui a realidade local em favor de uma interpretação que transforma a história e os monumentos em apenas um cenário turístico, vazio, indecifrável e sem significado.

Infelizmente, Barthes (1972) geralmente é citado de maneira superficial na literatura analítica do turismo. Nash (1981) limita-se a dizer que o autor vê o turismo como uma espécie de mito. Graburn (1983) simplesmente aponta que o autor considera o turismo uma atividade frívola e inautêntica, que envolve a busca de experiências falsas – no caso, as idéias de Barthes (1972) e Boorstin (1992) são vistas como equivalentes, posição que não resiste à leitura atenta dos textos. Parece que muitos autores lêem apenas o ensaio sobre o *Blue Guide*, não conseguindo compreender direito o papel da mitificação burguesa na construção da experiência turística.

H.2 Daniel Boorstin: o pseudo-evento turístico e a busca da inautenticidade.

Boorstin (1992) é considerado por autores como MacCannell (1999), Urry (2002) e Chambers (2000) o primeiro texto a discutir autenticidade em turismo, apesar de o termo “autenticidade” quase não ser utilizado, e de o turismo ser objeto de estudo de apenas um dos seis capítulos do livro, escrito como um ensaio de crítica cultural.

O autor analisa a sociedade norte-americana como alguém profundamente desencantado com a superficialidade do mundo moderno, em virtude da massificação dos mercados, da democratização de atividades antes reservadas a uma elite econômica, social e política, inclusive as viagens internacionais, e principalmente devido à crescente mercantilização presente em diversos campos da vida e nas experiências pessoais.

Boorstin (1992) aponta que a superficialidade da vida moderna deve-se, primordialmente, às expectativas extravagantes das pessoas. O progresso tecnológico, o domínio sobre a natureza e os padrões de vida crescentemente altos fazem com que os norte-americanos desejem coisas que o mundo não consegue oferecer. Essas expectativas são atendidas através de pseudo-eventos: produtos, eventos e experiências fabricados/encenados com o objetivo de atender às expectativas, ao mesmo tempo em que isolam os indivíduos da realidade, que os norte-americanos não querem e não conseguem mais enxergar.

Boorstin (1992) comenta com pesar a substituição do viajante pelo turista. O viajante, segundo ele, possuía um papel ativo na construção de sua viagem, ao viajar individualmente, planejar seu itinerário, e manter contato com os nativos, compreendendo sua cultura. Já o turista possui um papel passivo; através do pacote de viagem, sua experiência é organizada por outros, sendo marcada pela “bolha ambiental” – ambientes e amenidades ocidentais que isolam o turista da cultura e dos habitantes locais. As redes de hotéis norte-americanas exemplificam esse fenômeno, através da construção de espaços que reproduzem ambientes e funções norte-americanas com um leve toque da cultura local, designado especialmente para atender as expectativas exóticas e extravagantes dos clientes.

A busca pelo exótico e diferente apenas confirma as imagens que inicialmente motivaram a viagem do turista. A busca de imagens pré-concebidas – caricaturas, na visão do autor – substitui a autenticidade e a realidade do local por expectativas provincianas, ou seja, pelo que o turista pagou e viajou tanto para ver: “O apetite do turista por estranheza parece assim ser

mais bem satisfeito quando as imagens em sua própria mente são verificadas em algum país estrangeiro distante” (BOORSTIN, 1992, p. 109).

Essa busca por imagens e arquétipos gera aquilo que Boorstin (1992) classifica como a atração turística pura e simples, voltada unicamente para atrair turistas de outras regiões e países, sem outro significado ou objetivo qualquer. Cria-se, então, um círculo vicioso, com a multiplicação de pseudo-eventos e o crescente distanciamento dos turistas da realidade; as viagens transformam-se em tautologias:

Como o restante de nossa experiência, a viagem transforma-se em uma tautologia. Quanto mais árdua e conscientemente nós trabalhamos para ampliar nossa experiência, mais penetrante a tautologia torna-se. Quer nós procuremos modelos de grandeza, quer busquemos experiências em outros lugares da Terra, nós olhamos para um espelho, ao invés de olhar através de uma janela, e nós vemos apenas nós mesmos. (BOORSTIN, 1992, p. 117)

Fundamental à análise do autor é a transformação do viajante em turista; considera-se que, até meados do Século XIX, tinha-se uma época dourada das viagens, na qual tudo era mais verdadeiro e intenso, ou seja, autêntico, mesmo que essa época de fato nunca tenha existido historicamente. Tudo o que é produzido ou adaptado ao consumo turístico, dentro do mercado de massa, é considerado irreal, de mal gosto e superficial, em oposição ao que não é apropriado pelo turismo, visto como real, autêntico e de valor para a população local.

A busca da inautenticidade é creditada ao turista individual; os governos e as firmas apenas atendem à demanda. Entretanto, Boorstin (1992) não se aprofunda nas causas dessa busca, citando fatores como o avanço tecnológico, o mal gosto das massas e a complexidade da vida moderna, inclusive o excesso de informação, mas sempre de forma generalista. Presente nesse autor está um forte elitismo de classe, no qual a democratização das viagens, da educação e de formas antes restritas de consumo cultural acabaram por diminuir a qualidade dessas experiências. Além disso, os turistas fazem parte de uma massa homogênea; o autor não distingue os segmentos e nichos que constituem o fluxo turístico.

Ritzer e Liska (1997) são apontados por Urry (2002), Chambers (2000) e Wang (1999) como sucessores da argumentação de Boorstin (1992) sobre a autenticidade em turismo.

Contrapõe-se a MacCannell (1999), os dois autores defendem que o turista busca experiências inautênticas durante sua viagem, que apenas replicam situações do cotidiano.

Contudo, Ritzer e Liska (1997) não citam Boorstin (1992) em nenhum momento, nem usam suas expressões. A busca da inautenticidade, a replicação do cotidiano e a homogeneização dos espaços e das atrações turísticas seguem uma argumentação própria: a *McDonaldization* da sociedade, e a conseqüente *McDisneyization* do turismo, que geram um mundo crescentemente eficiente, calculável, previsível e controlado por tecnologias não humanas – em suma, uma distopia.

A *McDisneyization* promove a homogeneização dos espaços e dos empreendimentos turísticos, e replica o dia-a-dia do turista; o que seria uma nova experiência, o encontro de uma nova cultura, transforma-se na repetição serial de produtos, objetos e situações do cotidiano, às vezes com um pequeno “toque” local. Contrapondo-se a MacCannell (1999), os autores sustentam que os turistas buscam a inautenticidade em suas experiências de viagem; nesse sentido, Boorstin (1992), mesmo sem ser citado, “surge” mais uma vez no texto:

Assim, em contraste a MacCannell, nós argumentamos que muitos turistas estão em busca da inautenticidade nos dias de hoje. A enorme popularidade dos destinos turísticos enfocados por esse ensaio – Walt Disney World, Las Vegas, cruzeiros marítimos, *shopping centers* e restaurantes *fast-food* – todos retratam a busca implacável pela inautenticidade. Alegrementemente contentes com nossas vidas simuladas, por que deveríamos procurar por qualquer coisa, senão a inautenticidade nas nossas atividades de lazer? (RITZER; LISKA, 1997, p. 107-108)

H.3 Gordon Lewis: turismo e contexto social, político e econômico em países e regiões subdesenvolvidas.

Lewis (1972) faz um estudo aprofundado das Virgin Islands, na época um território não incorporado dos EUA, que é resultado de mais de quinze anos de pesquisa sobre o arquipélago. O estudo aborda tanto sua formação histórica quanto sua organização política, social e econômica, e é feito por um cientista político interessado na situação de dependência encontrada em países e regiões em desenvolvimento.

O turismo ocupa lugar privilegiado no livro, pois se trata da principal atividade econômica do arquipélago. Lewis (1972) analisa as interrelações entre o turismo e pontos como a estrutura e funcionamento do governo, a cultura tradicional, as relações raciais e o emprego em firmas turísticas; dentro de um território no qual a vida econômica centra-se na arte de aproveitar ao máximo o dólar turístico, não se estranha que o fenômeno atinja todos os grupos sociais das ilhas, em suas diversas dimensões – econômica, social, política e cultural.

A compreensão do papel do turismo nas Virgin Islands depende da análise do quadro social, político, econômico e cultural do arquipélago; nesse sentido, a palavra-chave para compreender a situação das ilhas é “dependência.”

No plano cultural, a dependência dos EUA gera um processo de americanização, reforçado pela tradição de se olhar sempre para o que a metrópole pensa – cria-se, assim, uma profunda desvalorização da cultura local, que perpassa todas as classes sociais. Isso faz com que os próprios habitantes locais adotem uma postura hostil contra aqueles que valorizam e tentam relacionar os artefatos e os modos de vida tradicionais a eles (LEWIS, 1972).

A base da crítica de Lewis (1972) ao turismo nas Virgin Islands é sua caracterização como algo inteiramente dependente dos EUA – recursos financeiros, legislação, *trade* turístico etc. –, sobre o qual o arquipélago possui cada vez menos controle. O autor defende que o turismo é apenas mais um capítulo da relação colonial do arquipélago; as belezas naturais e as lojas de bebidas alcoólicas, tabaco e perfume apenas substituem o açúcar e o rum como artigos de exportação.

Os principais impactos negativos do turismo são a apropriação do fator de produção terra por estrangeiros, a criação de guetos sociais, com a segregação entre negros nativos e brancos norte-americanos, a deterioração cultural entre turistas e residentes locais, o aumento da prostituição, o surgimento do crime organizado, a ocupação de áreas impróprias por favelas e cortiços e a degradação da paisagem local, através da proliferação de placas e cartazes e da construção desordenada de empreendimentos turísticos (LEWIS, 1972). Esses impactos são potencializados pelo entrelaçamento da esfera pública e privada nas ilhas, com essa última, formada pela elite econômica local e por corporações internacionais, definindo a agenda pública.

No plano cultural, foi criada uma “cultura tradicional” para consumo turístico, sem nenhuma relação com a cultura local, tradicional ou não. Os hotéis e outras firmas turísticas criam elementos culturais vendidos aos turistas como parte da tradição local, mas que não guardam relação com o que se passa no dia-a-dia do arquipélago.

O turismo desenvolvido no Caribe, com sua dependência, seus impactos deletérios à sociedade, e, em última instância, sua reprodução da situação colonial, faz com que Lewis (1972) considere a atividade como parte de um processo anti-civilizatório; a deturpação da cultura local e os impactos políticos, sociais e econômicos fazem parte, de acordo com o autor, da essência central do turismo desenvolvido na região:

Naturalmente, a verdade é que um programa de desenvolvimento turístico a partir de linhas profissionais, como requisitado por críticos nas Virgin Islands, poderia ter como seu resultado final apenas o tipo de anti-civilização que esse modelo produziu em Porto Rico. Os habitantes locais gostam de falar que eles não são como San Juan [capital de Porto Rico], *sanjuaneros* congratulam-se de não se parecerem com Las Vegas, mas, na realidade, todos eles estão indo no mesmo caminho, ao batalhar com ferocidade crescente pelo dólar turístico. (LEWIS, 1972, p. 137-138)

O texto de Lewis (1972) é pioneiro na análise aprofundada do quadro político, social, econômico e cultural de um destino turístico, e de suas interrelações com o desenvolvimento do turismo. Trata-se de uma análise contextual do turismo, analisando as interrelações e influências mútuas entre o turismo e as particularidades locais – Young (1977) e Farrell (1979) são autores que também adotam essa linha, ainda nos anos 1970.

Além disso, Lewis (1972) faz parte de um grupo de autores, junto com Young (1977), Bryden (1973) e Turner e Ash (1976), entre outros, que mostram como o turismo no Caribe, nos anos 1960 e 1970, reforça elementos e situações encontrados anteriormente nessa região: a segregação racial, a alta concentração de renda, a desvalorização da cultura local, o controle externo da economia etc. Presente em muitos desses autores está a noção de que convivem lado a lado um “mundo de fantasia,” freqüentado por turistas, e uma realidade local marcada pela miséria, pelo desemprego e pela falta de perspectiva de vida.

H.4 Davydd Greenwood: turismo, *commodification* e deturpação da cultura local.

Nos anos 1960 e 1970, sociólogos e antropólogos começaram a estudar os impactos sociais, econômicos e culturais do turismo através da teoria da aculturação, metodologia usada também para medir os efeitos de outros processos de modernização sobre regiões e comunidades periféricas e tradicionais, ainda não integradas ao sistema capitalista mundial – casos da industrialização, da urbanização e da expansão dos meios de comunicação.

O já visto conceito de *commodification* ou *commoditization* – transformação de bens, serviços, objetos e manifestações culturais, até então considerados fora do sistema de valor e de troca econômica, em produtos comprados e vendidos no mercado – foi muito utilizado na literatura analítica de turismo, para avaliar a autenticidade de destinos, ambientes e atrações turísticas, e mesmo do turismo como fenômeno social e econômico.

Greenwood (1972, 1976) analisa os impactos negativos causados pelo turismo em Fuenterrabia, pequena cidade basca da Espanha. O turismo de massa alterou a estrutura social da cidade, com a perda da comunidade “orgânica,” na qual todos se conhecem, e exercem mútua ajuda em períodos de necessidade, e o advento de uma comunidade competitiva, guiada pela necessidade de atender os turistas e marcada por comportamentos individualistas.

A cidade murada e seu patrimônio transformaram-se em um espetáculo para os turistas. As muralhas foram reconstruídas, o castelo foi transformado em um hotel de luxo, e prédios arruinados foram substituídos por elegantes construções em estilo tradicional. Em suma, a cidade histórica transformou-se em cenário turístico: “Embora ainda não seja tão carnavalesca quanto algumas áreas turísticas, os monumentos e a cultura de Fuenterrabia transformaram-se em centros de promoção, de especulação e de manipulação de investidores externos. Fuenterrabia é mais um negócio do que uma cidade” (GREENWOOD, 1972, p. 84).

Greenwood (1989) avalia as mudanças ocorridas no *Alarde*, importante ritual público de Fuenterrabia que comemora a resistência da cidade ao cerco do exército francês, em 1638. Segundo o autor, o sistema capitalista não encerra suas transações em terra, capital e trabalho, já que a cultura também é passível de comercialização. Visto como um exemplo ideal de capitalismo, o turismo transforma em produtos elementos como a história, a identidade étnica

e outros elementos culturais. Com essa comercialização, a estética e os elementos externos podem até ser mantidos, mas os significados culturais são irremediavelmente alterados.

A inclusão do *Alarde* na promoção turística de Fuenterrabia fez com que as autoridades locais exigissem que ele fosse encenado não uma, mas duas vezes no mesmo dia, para que todos pudessem assisti-lo. O que era uma *performance* para os nativos transformou-se em um *show* turístico, quebrando seu significado original. Em dois anos, o número de participantes do *Alarde* caiu ao ponto de a prefeitura considerar pagar pela participação no evento. O que era um ato concorrido transformou-se apenas em uma apresentação turística.

Forster (1964) analisa sistematicamente os principais impactos do turismo no destino – ainda hoje, trata-se de um dos artigos mais citados do *International journal of comparative sociology*. As transformações culturais são as mais destrutivas para a população local, pois o turismo traz a lógica da comercialização para esferas da vida até então não valorizadas monetariamente. Há a passagem de um vínculo moral (*moral nexus*) para um vínculo comercial (*cash nexus*), no qual serviços e informações antes gratuitos passam a ser cobrados.

A transformação de danças, ritos e cerimônias em espetáculos teatrais, considerada profanação cultural, leva à perda de valores e significados culturais, além da espontaneidade no comportamento e nas manifestações tradicionais; por exemplo, através da contratação de professores estrangeiros para ensinar os havaianos a aprender danças “tradicionais” havaianas (FORSTER, 1964). O termo *phony-folk-culture*, tão citado na literatura analítica, descreve uma cultura voltada à apreciação e ao consumo dos turistas, mas sem nenhum significado para os habitantes locais – quer sejam eles nativos ou migrantes.

A comercialização da cultura também é vista pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (1976) com sérias reservas, dada a sua propensão a destruir a cultura local, substituindo-a por produtos fabricados e encenados especificamente para o mercado turístico. Ao longo do texto, percebe-se facilmente o purismo do órgão na análise dos impactos culturais do turismo, e a noção idealizada, mesmo que implícita, da cultura local como algo prístino, ainda não corrompido pelas influências da moderna sociedade industrial.

Os estudos pioneiros sobre os impactos do turismo, como esses textos mostram, partem de três pressupostos para avaliar a autenticidade do turismo. Primeiro, considera-se que as

comunidades locais são estáticas e culturalmente prístinas, ainda não contaminadas pelo capitalismo e pela modernização. Pressupõe-se que toda e qualquer influência externa contribui para deturpar e corromper os valores locais, e não que toda comunidade vive processos internos de estabilidade e mudança, que incluem o turismo.

Segundo, as comunidades são consideradas meras receptoras de influências externas; nenhum texto analisa processos de interpretação e ação frente ao turismo de massa. Subjacente a isso está a idéia de uma cultura frágil, incapaz de lidar com as influências de um sistema social e econômico visto como superior. As influências externas são quase sempre avaliadas como predatórias e negativas, portadoras da inautenticidade para o destino.

Por fim, tudo que é produzido por e para o turismo é considerado inautêntico e dissociado da cultura local. Não se considera a possibilidade de os nativos interpretarem e se apropriarem dos elementos preparados para o turismo, formulando novos significados, ou apenas avaliando a atividade como mais um dentre muitos outros fatores de mudança.

Em epílogo escrito nos anos 1980, Greenwood (1989) admite que escreveu o capítulo original com raiva e preocupação, e relativiza as idéias presentes no texto. Ele sustenta que o conceito de autenticidade é muito complexo, e que apenas comparar as mudanças trazidas pelo turismo com a realidade local, antes do advento dessa atividade, desconsidera o fato de as comunidades não serem isoladas, mas abertas à mudança. Além disso, toda cultura apresenta diversidade interna; o que se considera tradicional resulta de contendas entre grupos sociais, que buscam poder e hegemonia sobre os outros grupos, e também de julgamento externo, quando o pesquisador define o que é e o que não é “tradicional.”

H.5 Turner e Ash: turismo e a degeneração das viagens e do lazer.

Turner e Ash (1976) propõem uma teoria geral do turismo, a partir de duas linhas de análise: a) a trajetória do desenvolvimento das viagens e do turismo, da Roma Antiga às formas contemporâneas de turismo de massa (história social); e b) os impactos políticos, econômicos, sociais e culturais do turismo, com ênfase na dependência dos países receptores de firmas e

recursos externos (relações internacionais). O objeto de estudo é o fluxo turístico internacional, que se dirige dos países desenvolvidos para regiões periféricas.

A base operacional do turismo de massa é a criação de “bolhas ambientais,” que provêem um ambiente familiar e seguro, isolando o turista da realidade local. As reservas do prazer – balneários, complexos hoteleiros herméticos, cruzeiros marítimos etc. – são amparadas por firmas e profissionais que atuam como “parentes substitutos” dos turistas:

O turista é o centro de seu mundo estritamente circunscrito. Além disso, o turista de pacote que visita qualquer balneário do Mediterrâneo é cercado por parentes substitutos; o agente de viagens, o mensageiro, o guia, o administrador de hotel e sua equipe isentam o turista de qualquer responsabilidade, e o protegem da dura realidade local (realidade que na Espanha, no sul da Itália ou no Caribe é geralmente dura). Sua diligência restringe as atividades do turista à praia e a uma lista de atrações aprovadas (naturais ou históricas); de uma forma geral, a sensualidade e o senso estético do turista de pacote são tão contidos e restringidos quanto em seu país de origem. (TURNER; ASH, 1976, p. 90)

O título do livro – *The golden hordes: international tourism and the pleasure periphery* – retrata bem o objeto de estudo e o posicionamento dos autores. As hordas douradas (*golden hordes*) são os turistas dos países afluentes, em busca da superação da uniformização, da poluição, dos congestionamentos, do sistema de trabalho alienante e das neuroses presentes em seu país de origem. Esses turistas são considerados os bárbaros do presente, em fuga temporária das mazelas da sociedade industrial capitalista.

A periferia do prazer (*pleasure periphery*) são os destinos turísticos de países e regiões periféricas, moldados de acordo com as necessidades e os desejos dos turistas. Essas áreas turísticas são transformadas em ambientes artificiais, verdadeiras “ilhas da fantasia,” sem relação com a realidade social local. Nessa transformação, surge uma relação neocolonial, através da qual os interesses dos países geradores do fluxo turístico sobrepõem-se às necessidades dos países e regiões receptores (TURNER; ASH, 1976).

Seguindo a teoria neofreudiana, Turner e Ash (1976) sustentam que as reservas do prazer funcionam como refúgio temporário para turistas que desenvolvem um trabalho alienante no resto do ano. As reservas do prazer permitem contrapor um sistema capitalista dominado pela racionalidade objetiva, e baseado em formas de trabalho repressoras da individualidade, a

uma experiência de férias “libertadora,” na qual os sentimentos reprimidos da infância, marcados pela individualidade e pela busca do prazer, podem florescer.

Entretanto, a superação do sistema é ilusória; a fuga temporária colabora com ele, ao aliviar a tensão presente no trabalho alienado, e ao incentivar as pessoas a trabalharem mais. Além disso, o isolamento dos turistas, inclusive através dos “parentes substitutos,” transforma uma oportunidade de libertação e reflexão em uma experiência infantilizante, com a recuperação de elementos e de atividades reprimidos, mas sem profundidade e reflexão.

Turner e Ash (1976) consideram o turismo de massa contemporâneo uma espécie de degeneração de formas anteriores de viagens e lazer, que retém alguns de seus elementos exteriores mais visíveis, porém é desprovido de seriedade e significado. Os autores traçam um paralelo entre o turismo desenvolvido nos anos 1960 e 1970 em balneários espanhóis e a abertura de balneários nas *rivieras* italiana e francesa, durante os anos 1910 e 1920.

Capitaneados por famílias afluentes norte-americanas, em fuga do puritanismo presente nos EUA, balneários como Cannes e Juan-les-Pins desenvolveram um modo de vida baseado em maior mobilidade social e informalidade nas relações sociais. A simplicidade tornou-se ideal estético – “simplicidade” trabalhada em seus mínimos detalhes. A idealização desse estilo de vida recaiu sobre as classes mais humildes do mundo pré-industrial – camponeses e pescadores –, cujo vestuário, pele bronzeada e aderência a virtudes tradicionais agradavam os freqüentadores: norte-americanos afluentes, intelectuais, membros da classe média e mesmo aristocratas europeus. O culto ao sol e o ato de se bronzear substituíram o então padrão de beleza – pele alva, símbolo de pureza imaculada (TURNER; ASH, 1976).

O *crash* da bolsa de Nova Iorque, em 1929, e a introdução de férias pagas na França em 1936 mudaram radicalmente a composição social das *rivieras*, aumentando o número de turistas da classe trabalhadora na região. Muitas manifestações exteriores dos anos 1910 e 1920 foram mantidas, mas sem seu significado original: o cultivo da pele bronzeada, a busca pela simplicidade e a informalidade nas relações sociais. Segundo Turner e Ash (1976), aquilo que era um estilo elaborado e sofisticado de vida transformou-se em um turismo de massa padronizado, que apenas adota suas manifestações mais visíveis, sem se ater ou compreender os significados originais desses elementos. No entender dos autores, trata-se apenas de um

atavismo sem sentido, encontrado também em outras formas de turismo contemporâneo, inclusive o baseado na oferta histórico-cultural da região.

Por fim, Turner e Ash (1976) apontam que o turismo também gera a perda da autenticidade dos destinos que explora por três outros fatores, a saber: a) a substituição do vínculo moral por um vínculo comercial – Forster (1964) não é citado; b) a padronização cultural, através da hegemonia do mercado e do surgimento de um sistema de produção e consumo de massa; e c) o processo de *commoditization* da cultura, baseando-se em Greenwood (1972).

Em suma, o turismo é considerado um elemento pernicioso aos países e regiões periféricos e em desenvolvimento: “Por fim, pode-se argumentar que o turismo internacional é como um Rei Midas ao avesso; um meio para a destruição sistemática de tudo o quê é belo no mundo” (TURNER; ASH, 1976, p. 15). A avaliação do turismo e de seus impactos é marcada por um profundo pessimismo e fatalismo; todo turismo internacional é pernicioso ao turista e ao destino, e não há o quê se fazer a respeito, a não ser desestimular esse fenômeno.

Os autores descrevem o turismo como uma atividade espúria, sem profundidade e significados; trata-se, segundo eles, de um fenômeno parte da modernidade e do sistema capitalista mundial, que ilude os turistas e prejudica as regiões receptoras, cujos únicos beneficiários são as firmas do setor turístico e os governos dos países emissores. Pode-se notar, por meio dos exemplos utilizados, que o texto é um ataque aberto ao turismo internacional: os enclaves turísticos do Haiti, o padrão de desenvolvimento do Caribe, o relacionamento entre as firmas turísticas e os regimes totalitários de Portugal e Espanha etc.

Fundamental para Turner e Ash (1976) é o contraste entre a realidade social local e a “irrealidade” do espaço e das experiências turísticas. Tudo aquilo que é produzido e consumido no turismo é espúrio e inautêntico, sem relação com o destino. Repete-se a noção de Boorstin (1992) de que o turismo é inautêntico por si só, e seus elementos não podem ser apropriados pela população local, ou ser considerados algo de valor.

Entretanto, ao contrário de Boorstin (1992), Turner e Ash (1976) não imputam a culpa ao turista; eles consideram-no apenas uma vítima inocente do *trade* turístico e do sistema capitalista mundial. Sua experiência é inautêntica, restrita a reservas do prazer e mediada por

parentes substitutos apenas porque essa é a forma mais lucrativa de desenvolvimento para uma indústria especializada na arte de “processamento de gente.”

H.6 Dean MacCannell: o turismo e a busca da autenticidade “fora” da modernidade.

MacCannell (1999) é considerado por parte da literatura analítica como o primeiro texto a propor uma teoria geral do turismo, a partir da antropologia, da sociologia e da psicologia social, e também como o primeiro desafio aberto a Boorstin (1992) sobre a natureza do turismo contemporâneo, apesar de haver a presença de vários pontos em comum entre os dois autores.

A partir de uma ótica marxista, MacCannell (1999) caracteriza a modernidade de modo similar a Boorstin (1992), como algo marcado pela crescente superficialidade, fragmentação e descontinuidade da experiência diária, ou seja, pela inautenticidade. O dia-a-dia das pessoas é carente de significados, desarticulado e alienado, fazendo com que a vida moderna seja povoada por experiências inautênticas e “irreais.”

Mas, ao contrário de Boorstin (1992), MacCannell (1999) defende que os turistas não buscam replicar suas imagens e seu cotidiano nas experiências de viagem, tornando-as meras confirmações de suas expectativas e repositórios de valores e conceitos. Os turistas têm como motivação básica a busca de experiências autênticas e “verdadeiras,” que os envolvam profundamente com a cultura e a sociedade visitada, e que permitam a superação de um modo de vida inautêntico, alienante e “irreal.”

Os turistas buscam esses elementos autênticos fora dos domínios do mundo moderno, em outros lugares, épocas e culturas vistas como mais puras e simples, ainda não contaminadas pelas mazelas da modernidade. Isso explica o avanço da nostalgia pelo passado, com a tentativa de regressar a uma “*Golden Age*,” na qual tudo parece mais simples e ordeiro.

Assim, MacCannell (1999) afirma que a busca da autenticidade é a motivação básica dos turistas, e considera as idéias de Boorstin (1992) conseqüências de uma visão elitista marcada pela nostalgia por tempos mais simples, com claras divisões de classe e ausência de mercados

massificados. Entretanto, a busca da autenticidade não leva sempre a experiências turísticas autênticas, já que o turista pode encontrar em sua experiência de viagem a mesma inautenticidade presente no cotidiano, que ele busca superar.

A modernidade é marcada por elementos culturais espúrios, cópias de elementos genuínos descolados de sua cultura original, e que são inseridos em uma lógica mercantil. Comportamentos, padrões de consumo e estilos de vida são retirados de seu contexto, e transformados em artigos de consumo, inclusive atrações turísticas. Para MacCannell (1999), essa comercialização e a conseqüente perda do significado original tornam esses elementos culturais inautênticos e “irreais,” e comprometem a qualidade da experiência diária e turística.

No caso específico do turismo, as representações e os cenários turísticos são cópias espúrias que não apenas aparentam reproduzir a realidade, mas que tentam passar a idéia de que mostram mais coisas, e que são mais reais, do que a própria realidade. A experiência turística não é criticada apenas por sua falsidade em si, mas por essa experiência alegar que apenas através dela o turista consegue ver e experimentar a verdadeira realidade.

MacCannell (1999) desenvolve o conceito de autenticidade encenada, a partir da teoria dramaturgica de Goffman (2007, 1963). As atrações turísticas dividem-se em região de fachada (*front region*) e região de fundos ou bastidores (*back region*), cada uma com *performances* e papéis sociais diferentes e mesmo discrepantes. Enquanto a primeira é o lugar da apresentação turística, a segunda é o lugar de descanso e preparação, na qual atividades que prejudicam a apresentação turística são escondidas. Assim, o turista não encontra em sua viagem elementos culturais autênticos, mas sim representações turísticas, que preservam o cotidiano dos nativos, e permitem a realização de lucros.

A busca da autenticidade faz os turistas procurarem chegar à região de fundos, superando a região de fachada, e mantendo contatos e trocas culturais autênticos com os nativos. Entretanto, MacCannell (1999) argumenta que os turistas geralmente chegam a regiões de fachada “enfeitadas” para parecerem regiões de fundos, ou regiões de fundos preparadas para receber turistas.

A argumentação do autor parte de premissas que vêem a sociedade como uma totalidade. Os turistas formam uma massa homogênea; todos buscam a autenticidade, independentemente de

características pessoais, destinos visitados e atividades. Além disso, tudo aquilo que é produzido por e para o turismo é considerado falso, “irreal” e inautêntico, cuja única finalidade é replicar as imagens, conceitos e situações encontradas no cotidiano.

Enquanto Boorstin (1992) demonstra profundo desprezo pela massificação dos mercados, MacCannell (1999) preocupa-se com a *commoditization* decorrente da expansão do sistema capitalista, que ocupa crescentes espaços da vida social, e coloca sob sua égide lugares antes dominados por outros arranjos econômicos e sociais. Nesse sentido, toda e qualquer comercialização de experiências turísticas, seja uma atração ou serviços como hospedagem, alimentação e transporte, transforma-as em algo inautêntico e “irreal”:

A comercialização está pressionando o turismo por todos os lados. Mesmo assim, no coração do ato, o contato final entre o turista e uma atração verdadeira, como a Casa Branca ou o Grande Cânion, pode ser puro. [...] Uma qualidade definitiva da verdadeira atração é a sua remoção do reino do comercial, no qual ela está firmemente amparada fora do tempo histórico no sistema de valores modernos. (MACCANNELL, 1999, p. 156-157)

O principal problema da teoria de MacCannell (1999) é que ela parte do princípio de que todos os turistas buscam a autenticidade em suas viagens, mas, ao classificar todo e qualquer tipo de comercialização de bens, serviços e atrações como inautêntica, essa teoria, talvez sem o autor ter-se dado conta, classifica a quase totalidade do turismo contemporâneo como inautêntico e “irreal.” Por exemplo, um país em desenvolvimento, carente de recursos, e que dependa do turismo para angariar divisas externas, tem à sua disposição duas opções mutuamente exclusivas: fomentar o turismo, ou permanecer “real.”

Outra crítica refere-se ao conceito de autenticidade encenada, tão citado e pouco compreendido dentro da literatura analítica – ver, nesse sentido, LaFlamme (1979). A perspectiva empregada por Goffman (2007, 1963) é a da representação teatral, de caráter dramático, cuja argumentação sustenta que os atores e as equipes de representação buscam, através de atividades, ações e controles do ambiente – ou seja, da manipulação de impressões – sustentar uma determinada definição da situação, a partir de agenda e objetivos próprios. Inclusive, um dos primeiros estudos de caso de Goffman (2007) foi a interação entre proprietários, empregados e turistas em um hotel nas Ilhas Shetlands, Reino Unido.

MacCannell (1999) chega a conclusões muito próprias a partir da aplicação dessa teoria no turismo, pois parte de uma ótica marxista, e defende que a atividade é a principal responsável pela manutenção da sociedade moderna. Entretanto, as três principais discussões de Goffman (2007) – aparência *versus* realidade, padrões morais e comportamentos amorais e o “verdadeiro eu” –, inclusive quando aplicadas ao caso das Ilhas Shetlands, enfraquecem a noção de que há uma cultura prístina, e que os elementos culturais encenados aos turistas são menos autênticos, não tendo significados culturais para os nativos.

Os turistas formam uma equipe-plateia, ávida por consumir elementos culturais, e seu baixo envolvimento com a comunidade local, salvo algumas exceções, fará com que julguem a autenticidade do espetáculo por suas aparências, e não por significados culturais embutidos.

Segundo Goffman (2007, 1963), a cultura encenada, apresentada e comercializada para os turistas possui autenticidade por si só, já que é apresentada por uma equipe de representação para uma equipe de espectadores. Não precisa haver uma discussão cartesiana entre cultura autêntica e inautêntica: a presença de regiões de fachada e de fundos permite que os atores trabalhem representações diferentes para cada objetivo, bem como se preparem, solidarizem-se, e estabeleçam um contraste entre equipe e plateia, que lhes permitam definir-se em comparação com os visitantes.

Desse modo, o “verdadeiro eu,” a cultura autêntica, não pode ser definido como aquele existente longe da interação entre os turistas e visitantes, protegido pela tradição; tanto o interior da concha quanto a própria concha possuem existência e validade por si só, e a concha, não o interior, é mais apropriada para a contemplação e a apreciação.

H.7 Nelson Graburn: turismo como moderna peregrinação secular.

Graburn (1989) analisa o significado simbólico do turismo por meio do contraste entre o período do turismo, visto como sagrado e extraordinário, e o período do trabalho, ordinário e profano. O antropólogo afirma que o turismo supre uma necessidade universal do ser humano, através de uma forma secular, que representa a busca da recreação e do sagrado. Dessa forma, as viagens e o turismo são os equivalentes modernos aos festivais e rituais religiosos das

sociedades tradicionais. Segundo o autor, o turismo é uma superestrutura da modernidade, e comporta uma teoria de larga escala e de aplicação universal.

O turismo pode representar dois tipos de ritos, a saber: a) o rito de intensificação, quando se trata de um fenômeno cíclico e anual; e b) o rito de passagem, quando se trata de uma “quebra” na vida social do viajante, marcando sua passagem para uma nova posição na sociedade (GRABURN, 1983).

Graburn (1983) defende que as características dos turistas e peregrinos confundem-se nos viajantes modernos, já que os turistas são meio peregrinos, e os peregrinos meio turistas. O turismo preenche o espaço da peregrinação e de outras expressões religiosas na modernidade; ele é a manifestação ritualística de valores profundos mantidos pela sociedade em relação à saúde, à liberdade e à natureza. Separar o turista do peregrino, como faz Cohen (1988), desconsidera o fato de o sagrado em turismo poder residir em viagens e elementos culturais considerados frívolos pelo senso comum, como o composto sexo, sol, mar e praia.

Por fim, Graburn (1989, 1983) sustenta que o fundamento da experiência de férias é a alteração e o contraste com a vida cotidiana – cultura e estrutura social presentes na região emissora –, a partir da renda discricionária e da confiança cultural própria. Básico para esse contraste é o conceito de *communitas*; os turistas, livres dos compromissos sociais de sua região de origem, formam um grupo de correligionários no destino, marcado pela inversão de papéis, relações sociais mais íntimas e igualitárias, abandono de títulos e símbolos de *status* etc. A *communitas* é temporária, e permite aos turistas contraporem-se à cultura e aos residentes locais, formando um grupo com regras e simbologia próprias.

Pode-se concluir, a partir de Graburn (1989, 1983), que o turismo é um fenômeno autêntico e válido por si só, independentemente de suas particularidades. Ou seja, a caracterização do turismo como um período sagrado torna todas as atividades e experiências autênticas, sem a necessidade de se analisar como se dá o consumo turístico.

A principal crítica a essa teoria é feita por Nash (1989, 1981), que critica Graburn (1989) ao afirmar que ele não consegue demonstrar a necessidade inerente ao ser humano de períodos alternados de trabalho e lazer, e, mesmo se essa necessidade existisse, não fica claro o porquê

de o turismo constituir-se em uma superestrutura da modernidade. Em suma, não se prova que o turismo seja um fenômeno estrutural da sociedade, e não conjuntural.

Mesmo sendo uma superestrutura da modernidade, a noção de que todo e qualquer turismo é igualmente autêntico por si só, além de a caracterização do turista como uma espécie de peregrino, é difícil de ser observada, dados os diversos impactos gerados no destino, a liberdade e a consciência de cada turista, a motivação de viagem etc.

Por fim, o padrão de interação entre turistas e residentes locais é peça fundamental da teoria proposta por Graburn (1989, 1983), mas o autor não se aprofunda nessa questão. Os conceitos de *communitas*, *liminal zone* e *liminoid zone*, trazidos da literatura sobre religião e peregrinações, são citados, mas não aprofundados, e outros trabalhos sobre interações sociais, inclusive já aplicados ao turismo, casos de Goffman (2007, 1963) e do conceito de estranheza (*strangeness*) de Georg Simmel, não são contemplados.

Atualmente, a influência de Graburn (1989, 1983) é marcante em autores que estudam a autenticidade em turismo através de uma linha existencialista, como, por exemplo, Wang (1999); sua tipologia de experiências autênticas liga-se à caracterização do turismo como um ritual sagrado e do turista como uma espécie de peregrino.

APÊNDICE I – A autenticidade existencial.

Alguns autores têm desenvolvido o conceito de autenticidade existencial, às vezes inspirado pela obra do filósofo Martin Heidegger. Entre os autores que adotam conceitos ligados à obra desse filósofo – como, por exemplo, Hughes (1995) e Wang (1999) –, as contribuições mais expressivas são Reisinger e Steiner (2006) e Steiner e Reisinger (2006).

Seguindo as idéias e conceitos de Martin Heidegger, Reisinger e Steiner (2006) e Steiner e Reisinger (2006) desenvolvem o conceito de autenticidade existencial (*existential authenticity*). As autoras colocam que vivemos hoje na era da *world picture*, na qual os indivíduos conformam os outros a partir de seus próprios pensamentos e idéias, e a partir daí constroem a noção de autenticidade ou inautenticidade. A *world picture* liga-se ao desejo do indivíduo de controlar o outro, de definir a essência das coisas a seu redor. Isso, segundo elas, é uma fonte de inautenticidade, à medida que o mundo não se conforma inteiramente às imagens, pré-conceitos e pensamentos dos turistas.

Reisinger e Steiner (2006) e Steiner e Reisinger (2006) defendem que tudo o que é mostrado e consumido em turismo é autêntico por si só, pelo simples fato de existir, e de ser utilizado ou consumido na experiência turística. Para as autoras, a autenticidade deriva da atitude do turista de não ter nenhuma pré-concepção ou expectativa a respeito de o que encontrará no destino; a própria interpretação das atrações, segundo elas, é nociva à autenticidade e à própria experiência turística. Mais uma vez, assim como na corrente construtivista, mas através de uma lógica diferente, tudo pode ser autêntico – basta o turista aceitar tudo que vê e lhe é oferecido, “vivendo ao máximo” cada momento.

O conceito de autenticidade existencial relativiza o conceito de autenticidade de forma similar à corrente construtivista, mas coloca como condição para o turista ter uma experiência autêntica a abdicação de pensar, interpretar e julgar os sítios e objetos visitados e as experiências derivadas do turismo. É como se o ser humano pudesse e devesse chegar ao destino como uma tábua rasa, sem se deixar influenciar-se pela mídia, promoção turística, formação educacional, intermediários turísticos nem outros turistas; ou seja, por todo e qualquer agente capaz e disposto a fornecer informações sobre o local visitado. E, caso ele não consiga resistir à “tentação” de se informar sobre o que visitará e fará, ele está condenado: será menos humano durante sua experiência turística.

APÊNDICE J – A utilização de estruturas redundantes restauradas e adaptadas para novos fins, no Reino Unido.

As fotos 073, 074, 075 e 076 mostram algumas dessas estruturas:

Foto 073: St. Sampson's Church. Fonte: autor. A foto é de janeiro de 2011. A St. Sampson's Church é uma das muitas igrejas da cidade intramuros de York que perderam a sua finalidade, em virtude da saída dos moradores para os subúrbios, no período pós-Segunda Guerra Mundial. Atualmente, ela funciona como um centro de convivência para idosos(as). Apenas na cidade intramuros, cinco prédios de igrejas redundantes foram visitadas; além da St. Sampson's Church, verificaram-se os seguintes usos, a saber: a) bar e casa noturna; b) centro comunitário administrado por uma organização não governamental; c) comércio varejista; e d) atração turístico-cultural, administrada pelo The Churches Conservation Trust. Nesse último caso, a Church of Holy Trinity, do Século XII, tem o mais alto nível de proteção do Reino Unido (*Grade 1 listed*) (THE CHURCHES CONSERVATION TRUST, 2010),

mas isso não a impediu de ser declarada redundante, tendo sido assumida depois pela supracitada organização não governamental.

Foto 074: MAGNA Science Adventure Centre. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. O MAGNA Science Adventure Centre funciona em uma antiga siderúrgica de Sheffield, a *Steel City* britânica, em virtude da concentração de siderúrgicas, metalúrgicas e cutelarias. O estabelecimento – misto de museu, centro patrimonial e parque temático – proporciona uma série de experiências ao visitante, ao manter parte do maquinário da fábrica, contar com depoimentos e filmes sobre a classe operária da cidade, e prover máquinas e equipamentos ligados aos quatro elementos básicos: fogo, ar, água e terra.

Foto 075: Trencherfield Mill. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. O Trencherfield Mill, em Wigan, foi construído em 1907-1908, tendo sido parte da edificação ocupada, recentemente, por um museu municipal, para complementar o Wigan Pier, como será visto adiante. O prédio foi adaptado para receber apartamentos residenciais (*heritage apartments*) e escritórios comerciais, mas, devido à crise econômico-financeira, o projeto não encontrou ainda muitos interessados. Além disso, o Wigan Council restringiu a abertura do museu a um dia por semana, conforme relatos de duas funcionárias públicas municipais, devido ao recente corte de gastos públicos.

Foto 076: Contemporary Urban Centre. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. A edificação funcionava como depósito industrial, tendo sido desativada nos anos 1990. Muitos depósitos e armazéns, construídos no final do Século XIX e no início do Século XX, tornaram-se redundantes, em virtude das novas tecnologias exigirem construções de um ou dois pisos apenas. Nesse caso, Liverpool concedeu benefícios fiscais para a recuperação e adaptação do depósito, que combina escritórios comerciais e salas de reunião e conferência com cinemas e galerias de arte. O Contemporary Urban Centre, administrado por uma organização não governamental, prevê a utilização comercial de alguns pisos do prédio para a geração de receitas às atividades culturais, que incluem, entre outros, a residência de jovens artistas europeus, cursos e oficinas subsidiados ao público e mostras culturais.

APÊNDICE K – Wigan Pier: declínio e queda do projeto pioneiro de regeneração urbana para o lazer, turismo e entretenimento na Inglaterra.

Wigan localiza-se no noroeste da Inglaterra, e faz parte do Condado Metropolitano da Greater Manchester; ela fica entre Liverpool e Manchester, podendo ser alcançada, a partir de qualquer uma das duas, em menos de uma hora por trem. Em 2001, o *borough* de Wigan contava com uma população de 81.203 habitantes; o crescimento demográfico médio anual é negativo, desde os anos 1980.

Wigan é particularmente obscura como destino turístico, sendo pouco conhecida fora do noroeste da Inglaterra, salvo pela sua fama, advinda do livro *The Road to Wigan Pier*, de George Orwell (1937), e por uma famosa música de salão inglesa. Contudo, ela foi o objeto de estudo de dois livros importantes para os propósitos dessa tese, e também compreende um projeto pioneiro de regeneração urbana voltado ao lazer, turismo e entretenimento, o Wigan Pier, que ocupa lugar de destaque em Urry (2002) e Hewison (1987). Desse modo, optou-se por sua visita, para se verificar as condições atuais do Wigan Pier, vinte e cinco anos após a sua “inauguração.”

O Wigan Pier é um cais do Canal Liverpool-Leeds, que, no início dos anos 1970, encontrava-se deteriorado e redundante, em virtude da queda do movimento de cargas, e da inadequação das suas estruturas, construídas nos séculos XVIII, XIX e início do XX, para a função de armazenagem. Em 1973, o *local council* propôs à British Waterways a demolição dessas edificações, com a finalidade de redesenvolver a área; a firma não se interessou pela proposta (HEWISON, 1987).

Em 1982, uma consultoria contratada pelo *local council* foi responsável por uma mudança de opinião em relação ao local; a idéia não deveria ser mais demolir, mas sim recuperar as edificações da área, melhorar a sua acessibilidade interna e externa, e transformar o Wigan Pier em um conjunto de bares e restaurantes, centro patrimonial, museu e escritórios comerciais, inclusive com passeios de barco pelo canal (HEWISON, 1987; URRY, 2002). Contando com recursos de diferentes entidades – a Comunidade Econômica Européia (Social Fund e Regional Development Fund), English Tourist Board, Greater Manchester Council, North West Museums and Galleries Services, Peter Walker Ltd., British Telecom e National

Coal Board –, o Wigan Pier foi inaugurado em 1986, contando com a presença da Rainha Elizabeth II. O projeto contava com uma série de inovações, a saber:

- a) havia uma administração exclusiva para a área, e, apesar de o Wigan Pier ser composto por um centro patrimonial e um museu (atrações turísticas), seu diretor vinha do mercado (*marketing*), e não da área cultural;
- b) houve uma parceria público-privada, que permitiu a criação do centro patrimonial e a reconstrução do armazém principal, a partir da concessão de subsídios públicos;
- c) o Wigan Pier, mais especificamente o centro patrimonial, foi a primeira atração turístico-cultural a contar com uma equipe permanente de atores, que simulavam o dia-a-dia dos habitantes locais, em 1900;
- d) o projeto inseriu-se dentro da tentativa de transformar Wigan em um destino turístico regional, que contou, entre outras ações, com a abertura do The Galleries Shopping Centre, investimento de £ 30,000,000.00, que destruiu o mercado vitoriano local; ironicamente, algumas de suas peças foram parar no Wigan Pier, cuja finalidade era resguardar a história local (HEWISON, 1987; URRY, 2002).

Vinte e cinco anos após a sua inauguração, como estará o Wigan Pier? E o turismo em Wigan? Como o Wigan Pier estaria competindo com outros espaços urbanos e atrações turístico-culturais, que se proliferaram nas últimas décadas? O projeto expandiu-se, de modo a contemplar uma das entradas do canal, repleta de fábricas e armazéns abandonados? A visita ao local, bem como o diálogo com três funcionárias públicas do *local council*, permitiu analisar e avaliar alguns dos resultados (indesejados) de se inserir os bens patrimoniais em um mercado concorrido como o turístico, assim como a existência de um lado perdedor, quando se entra em jogos locais.

Após anos de funcionamento ininterrupto, o Wigan Pier começou a enfrentar uma queda no número de clientes, em seu museu e centro patrimonial; além disso, o desenvolvimento da cidade para outras áreas fez com que a taxa de vacância dos escritórios comerciais tivesse aumentado, o que tornou o negócio como um todo deficitário.

Tendo que competir com empreendimentos similares no noroeste da Inglaterra, mais bem equipados e em ambiências mais agradáveis e interessantes, o *local council* desenvolveu um projeto para não apenas melhorar os equipamentos culturais lá instalados, mas também

expandir a atração, englobando o Trencherfield Mill (Foto 075) e logradouros próximos. Segundo duas funcionárias públicas, que trabalham no Museum of Wigan Life, foi firmada uma parceria público-privada, através da qual o *local council* e uma firma privada dividiriam igualmente o custo para reerguer o Wigan Pier, ao passo que o poder público local comprometeria-se a remodelar os espaços públicos ao redor do Trencherfield Mill, que passaria a ser parte integrante do “novo” Wigan Pier.

Com a crise econômico-financeira de 2008, a firma privada desistiu do empreendimento; tudo o que resta em funcionamento no Wigan Pier é um bar. Como visto anteriormente, a adaptação do Trencherfield Mill para receber apartamentos residenciais e escritórios comerciais ainda não recebeu muitos interessados; o museu abre apenas uma vez por semana, em virtude do corte de verbas do *local council*. Apesar de os espaços públicos terem sido remodelados, inclusive com a transferência de equipamentos industriais redundantes para uma praça pública junto ao Trencherfield Mill, o Wigan Pier encontra-se praticamente abandonado. No posto de informações turísticas, a recomendação é de não se ir para lá, pois não há nada para fazer. As fotos 77, 78, 79 e 80 mostram o Wigan Pier e arredores:

Foto 77: Wigan Pier (I). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. A foto foi tirada próximo ao Trencherfield Mill, e consegue capturar a maior parte das edificações do Wigan Pier. Em primeiro plano, a placa de interpretação turística foi depredada; a presença de muito lixo no chão e a ausência completa de pessoas dão um ar de abandono ao Wigan Pier. A seta vermelha mostra o Orwell Bar, o único empreendimento em funcionamento no local.

Foto 78: Wigan Pier (II). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. O centro patrimonial The Way We Were era promovido também como um centro educacional, pois mostrava a crianças em idade escolar o passado de Wigan de forma “viva” e divertida, segundo as funcionárias públicas entrevistadas. Contudo, a falta de clientes encerrou o equipamento; tratava-se de apenas mais um negócio da cidade.

Foto 79: Wigan Pier (III). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. A praça atrás do Trencherfield Mill deveria funcionar como uma extensão do Wigan Pier, e se constituir em uma “contrapartida” do *local council* para o investimento privado. As máquinas e equipamentos redundantes transferidos para o logradouro público marcam um dos últimos setores a encerrar as suas atividades em Wigan, o de bens de capital. A praça representa um ponto presente em alguns processos de regeneração urbana: a contrapartida pública sem a concretização dos investimentos privados;

Foto 80: Wigan Pier (IV). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. A foto mostra o Wigan Pier, olhando-se em direção ao Trencherfield Mill (indicado por seta vermelha). A seta azul mostra o centro patrimonial The Way We Were, fechado recentemente. A seta amarela mostra um recurso muito usado em sítios históricos, inclusive no Recife: estátuas de tipos humanos ou de grandes personalidades locais; no caso, o Wigan Pier é “povoado” com os tipos ligados à indústria têxtil e ao dia-a-dia do Canal Liverpool-Leeds. A seta verde mostra um trilho empinado, usado para descarregar carvão nas chatas que utilizavam o canal. Assim como em York, mesmo que em escala menor, combinou-se o restauro com o pastiche para reforçar o caráter histórico do local. Ele foi citado por George Orwell, tendo sido vendido como sucata, ao se tornar redundante. Em 1984, uma cópia foi recolocada no mesmo local.

O trabalho de campo também compreendeu a visita à área central; o Wigan Pier localiza-se a cerca de dez minutos de caminhada da principal área pedestrianizada da cidade. Particularmente, havia o interesse de se visitar The Galleries, *shopping center* aberto no final dos anos 1980, a partir de uma parceria público-privada (*local council* e empreendedores locais), cujo custo total foi de £ 30,000,000.00 (HEWISON, 1987)¹⁸⁸. A visita ao supracitado empreendimento revelou pisos inteiros com todas as lojas fechadas, literalmente. Composto por uma galeria, uma praça de mercado e cerca de oitenta lojas, o empreendimento é uma vítima da crise econômico-financeira de 2008, bem como da abertura da Grand Arcade, aberta em 2007, *shopping center* instalado em parte de Standishgate, que deixou de existir como rua. As fotos 81 e 82 mostram esses dois empreendimentos:

¹⁸⁸ Atualmente, ele opera através de três nomes distintos, para distinguir as várias partes do empreendimento – The Galleries Shopping Centre, MarketGate Shopping Centre e Makinson Arcade.

Foto 081: The Galleries Shopping Centre. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. O prédio do The Galleries Shopping Centre foi construído na segunda metade dos anos 1980, no lugar de um mercado vitoriano, demolido para esse fim. A nova construção faz referência a essa edificação obliterada;

Foto 082: Grand Arcade. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2011. A construção da Grand Arcade suprimiu parte de Standishgate, e conta com mais de quarenta lojas, instaladas em um ambiente mais refinado e bem tratado de o que o de The Galleries Shopping Centre. A pé, a distância entre os dois empreendimentos é de menos de duzentos metros;

The Galleries Shopping Centre apresenta um problema semelhante ao Wigan Pier: o surgimento de concorrentes mais novos, limpos, interessantes e preparados para atender a demanda de mercado. Ambos ilustram dois pontos importantes: a aceleração da obsolescência de espaços e equipamentos urbanos, inclusive os voltados ao lazer, turismo e entretenimento, e as dificuldades de se competir em mercados crescentemente concorridos.

O trabalho de campo em Wigan permite uma última observação, referente aos processos de regeneração urbana voltados ao lazer, turismo e entretenimento, mais especificamente à crescente competição entre cidades por firmas, investimentos e usuários solventes. Na busca pelo extraordinário, pelo novo e pelo “superlativo” – o maior, o mais bonito, o mais surpreendente, o mais diferente –, os turistas e visitantes contam com crescente mobilidade e ampla oferta de destinos turísticos; esses investem pesadamente para ganhar e/ou manter algum tipo de vantagem competitiva sobre os outros destinos, seus concorrentes.

Isso faz com que os novos espaços e equipamentos urbanos sejam rapidamente superados por similares, instalados em algum outro lugar, dentro do propósito de parecer extraordinário ao mercado turístico. O caso das rodas-gigante é emblemático; a maior de todas sempre está por vir, e, quando inaugurada, será uma questão de tempo até ela ser superada por outra. Nos últimos vinte e cinco anos, o noroeste da Inglaterra presenciou a criação de mais de uma dezena de espaços urbanos similares ao Wigan Pier, como, por exemplo, Albert Dock e Salford Quays, que o deixaram em clara desvantagem competitiva. A literatura promocional

prefere Barcelona em detrimento de Montreal; Lisboa é mais citada do que Sevilha. Nessa linha, não há relatos sobre a trajetória de Wigan Pier, após alguns anos de inaugurado; Albert Dock é mais explorada pela literatura analítica.

Dado que os processos de regeneração urbana investem pesadamente em elementos imóveis – infra-estrutura, edificações, redes de transporte etc. –, e que os investimentos, firmas e usuários solventes são crescentemente móveis e exigentes e/ou *rent-seeking*, os riscos de se entrar em jogos locacionais atrás dos supracitados elementos são sempre altos. Inclusive pelo fato de algumas cidades e regiões contarem com um alto nível de capital cultural, concentrando grande parte do fluxo de turistas e visitantes – Londres, Paris, Berlim, Barcelona etc. Esse não é o caso de Wigan; para se ater a Wigan Pier, o espaço urbano leva nítida desvantagem na competição com Albert Dock e Salford Quays, seja qual for o objeto ou elemento em disputa.

APÊNDICE L – Cidade do Recife: formação do Produto Interno Bruto municipal e IDH-M em perspectiva comparada.

O Gráfico 005 mostra a formação do Produto Interno Bruto do Recife, em 2008:

Gráfico 005 – Formação do Produto Interno Bruto do Recife, em 2008. Fonte: (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a).

O Gráfico 006 mostra o IDH-M da Cidade do Recife, em 2000, comparando-o com o resultado das outras oito capitais da Região Nordeste, das duas metrópoles nacionais – Rio de Janeiro e São Paulo – e das cidades com o maior e o menor IDH-M do Brasil:

Gráfico 006 – IDH-M de cidades selecionadas, em 2000. Fonte: (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003).

APÊNDICE M – Fotos, mapas e desenhos do núcleo antigo do Recife e do Pátio de São Pedro e arredores: patrimônio arquitetônico e urbanístico, atividades econômicas, sociais e culturais e residentes e transeuntes.

O **APÊNDICE M** possibilita à leitora a visualização e compreensão da inserção urbana do objeto de estudo da tese de doutorado: o Pátio de São Pedro e Igreja de São Pedro dos Clérigos, localizados no núcleo antigo do Recife, mas precisamente no Bairro de São José.

As fotos, mapas e desenhos aqui reproduzidos permitem a visualização de todo o núcleo antigo, com os seus principais bairros – Recife, Santo Antonio, São José e Boa Vista –, bem como a inserção do Pátio de São Pedro nessa área urbana. Fotos dos bairros de Santo Antonio e São José permitem a compreensão do entorno e vias de acesso ao pátio, com o contraste entre esse espaço urbano, que mantém a disposição urbana e fisionomia dos séculos XVIII e XIX, respectivamente, e a Av. Dantas Barreto, cuja conclusão, em 1973, resultou na destruição de mais de quatrocentas edificações, remanescentes dos séculos XVII, XVIII e XIX. Os arredores do pátio são formados por espaços urbanos com rico e variado patrimônio arquitetônico e urbanístico, que concentram grande parte dos processos de tombamento do IPHAN no Recife, e que refletem a sua herança holandesa, colonial portuguesa e modernista.

A comparação entre o pátio e outros espaços urbanos do Bairro de São José – as suas próprias vias de acesso, Av. Dantas Barreto, outros pátios e largos de igreja, etc. – estabelece um forte contraste, entre um espaço urbano que passou por diversos projetos de regeneração urbana, desde 1969, e outras partes do núcleo antigo, ocupadas principalmente por comércio varejista, ambulantes e camelôs. Não apenas a fisionomia do conjunto arquitetônico e urbanístico, mas também as atividades sociais, econômicas e culturais e a frequência e utilização do espaço pela população, mostram as consequências do padrão de intervenção pública da PCR sobre o pátio e outros espaços públicos próximos.

A maior parte das fotos reproduzidas nesse apêndice é de autoria do autor; as fotos antigas foram obtidas na 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN, assim como mapas do pátio. Alguns mapas e desenhos foram reproduzidos de publicações da PCR.

Ao contrário de o que ocorreu com outros logradouros públicos do núcleo antigo do Recife, a exemplo da Rua Nova, Pátio do Carmo e Igreja Matriz de Santo Antonio, tanto o Pátio de São

Pedro quanto a Igreja de São Pedro dos Clérigos não foram retratados em livros, fotografias, litografias e cartões postais, até os anos 1930, com raras exceções. Desse modo, as imagens mais antigas do espaço urbano e monumento, salvo exceções, datam de meados dos anos 1930, pouco antes do tombamento da igreja pelo IPHAN. Há duas fontes importantes para consulta: o acervo da 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN e a base de dados da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). No órgão federal de preservação, foi possível recolher trinta e duas fotos do conjunto arquitetônico e paisagístico do Pátio de São Pedro e cento e cinquenta e seis fotos da Igreja de São Pedro dos Clérigos; infelizmente, a maior parte das fotos, para ambos os casos, não está datada.

M.1 PÁTIO DE SÃO PEDRO: INSERÇÃO URBANA DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO TOMBADO – NÚCLEO ANTIGO, BAIRRO DE SÃO JOSÉ E ARREDORES.

Foto 083:

Vista aérea das cidades do Recife e Olinda. Fonte: Google Earth. Foto tirada em 18.06.2009. A foto foi tirada de uma altitude de 12.000 metros, e possui as seguintes coordenadas: 8 01'50.34" S 34 53'34.68" O.

Legenda: (1) Bairro do Recife; (2) Bairro de Santo Antonio; (3) Bairro de São José; (4) Bairro da Boa Vista; (5) Olinda; e (6) colina histórica de Olinda.

Foto 084:

Vista aérea dos bairros de Santo Antonio e São José (I). Fonte: Google Earth. Foto tirada em 18.06.2009. A foto foi tirada de uma altitude de 3.270 metros, e possui as seguintes coordenadas: 8 03'43.18" S 34 53'01.44" O.

Legenda: (1) Pátio de São Pedro; (2) Paço Alfândega; (3) Igreja da Madre de Deus; (4) Chanteclair; (5) Igreja e Convento de Santo Antonio; (6) Praça da República; (7) Av. Dantas Barreto; (8) Av. Guararapes; (9) Marco Zero; (10) Mercado de São José; e (11) Forte das Cinco Pontas.

Foto 085:

Vista aérea dos bairros de Santo Antonio e São José (II). Fonte: Google Earth. Foto tirada em 18.06.2009. A foto foi tirada de uma altitude de 1.550 metros, e possui as seguintes coordenadas: 8 04'01.77" S 34 52'57.20" O.

Legenda: (1) Pátio de São Pedro; (2) Av. Dantas Barreto; (3) Camelódromos; (4) Av. Nossa Senhora do Carmo; (5) Praça Sérgio Loreto; (6) Largo do Carmo; e (7) Av. Guararapes.

Foto 086:

Vista aérea do Bairro de São José (I). Fonte: Google Earth. Foto tirada em 18.06.2009. A foto foi tirada de uma altitude de 764 metros, e possui as seguintes coordenadas: 8 04'06.75" S 34 52'44.90" O.

Legenda: (1) Pátio de São Pedro; (2) Basílica da Penha; (3) Pátio de São José do Ribamar, com a Igreja de São José do Ribamar; (4) Pátio do Terço, com a Igreja de Nossa Senhora do Terço; (5) Pátio do Livramento, com a Igreja de Nossa Senhora do Livramento; (6) Rua Direita; (7) Largo do Carmo, com o Conjunto Carmelita do Recife – Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo e Igreja de Santa Teresa da Ordem Terceira do Carmo; (8) Forte das Cinco Pontas; e (9) Mercado de São José.

Foto 087:

Vista aérea do Bairro de São José (II). Fonte: Google Earth. Foto tirada em 18.06.2009. A foto foi tirada de uma altitude de 348 metros, e possui as seguintes coordenadas: 8 04'00.58" S 34 52'46.65" O.

Legenda: (1) Pátio de São Pedro; (2) Travessa de São Pedro; (3) Av. Dantas Barreto; (4) Largo do Carmo; (5) Conjunto Carmelita do Recife: Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo e Igreja de Santa Teresa da Ordem Terceira do Carmo; (6) Edifício Igarassu; (7) Barracas de ambulantes; e (8) Camelódromo.

Foto 088:

Vista aérea do Bairro de São José (III). Fonte: Google Earth. Foto tirada em 18.06.2009. A foto foi tirada de uma altitude de 348 metros, e possui as seguintes coordenadas: 8 04'03.47" S 34 52'44.07" O.

Legenda: (1) Pátio de São Pedro; (2) Rua do Fogo; (3) Beco do Veado Branco; (4) Rua Direita, (5) Pátio do Livramento, com a Igreja de Nossa Senhora do Livramento; e (6) e Av. Nossa Senhora do Carmo.

Foto 089:

Vista aérea do Bairro de São José (IV). Fonte: Google Earth. Foto tirada em 18.06.2009. A foto foi tirada de uma altitude de 570 metros, e possui as seguintes coordenadas: 8 04'10.45" S 34 52'48.43" O.

Legenda: (1) Pátio de São Pedro; (2) Rua Direita; (3) Travessa do Mercado; (4) Mercado de São José; (5) Basílica da Penha; (6) Pátio do Terço, com a Igreja de Nossa Senhora do Terço; (7) Forte das Cinco Pontas; (8) Ruas das Águas Verdes; (9) Av. Dantas Barreto; e (10) ponto aproximado onde existiu a Igreja dos Martírios.

Foto 090:

Vista aérea do Bairro de São José (V). Fonte: Google Earth. Foto tirada em 18.06.2009. A foto foi tirada de uma altitude de 196 metros, e possui as seguintes coordenadas: 8 04'02.78" S 34 52'44.94" O. A foto compreende todo o polígono de tombamento do IPHAN.

Legenda: (1) Pátio de São Pedro, com a Igreja de São Pedro dos Clérigos; (2) Rua Felipe Camarão; (3) Rua Tobias Barreto; (4) Rua das Águas Verdes; e (5) Travessa do Mercado.

Foto 091:

Polígono de tombamento do Pátio de São Pedro – IPHAN. Fonte: PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986e. O Pátio de São Pedro foi o primeiro conjunto arquitetônico tombado pelo IPHAN em Pernambuco, sendo inscrito apenas no final dos anos 1960; a Igreja de São Pedro dos Clérigos foi tombada em 1938. A leitura de ofícios, cartas e comunicações internas arquivadas na 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN mostra que o casario do pátio e logradouros vizinhos era considerado mero entorno da Igreja de São Pedro dos Clérigos durante os anos 1940 e 1950; a maior preocupação do órgão federal de preservação era a manutenção da volumetria e gabarito das construções, a fim de não se prejudicar a leitura do monumento tombado. No final dos anos 1950 e durante os anos 1960, o conjunto arquitetônico gradativamente passa a ser avaliado como algo de valor arquitetônico e paisagístico por si só, sendo tombado no final dessa última década. O polígono de tombamento do Pátio de São Pedro pelo IPHAN contempla a Igreja de São Pedro dos Clérigos, todos os imóveis do pátio e Rua das Águas Verdes e algumas estruturas da Rua Tobias Barreto, Rua Felipe Camarão e Travessa do Mercado.

Foto 092:

Desenho fora de escala do Pátio de São Pedro (I). Fonte: PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986e. Nota-se a predominância de casas térreas no Pátio de São Pedro, com a presença de apenas onze sobrados de dois pisos e um sobrado de três pisos; isso contrasta, por exemplo, com o casario do Pátio do Livramento, no qual todas as edificações são sobrados, muitos com três ou quatro pisos. Reis Filho (2006) aponta que a casa térrea, com piso de “chão batido,” era a versão mais modesta da casa colonial; habitá-la era sinal de pobreza. Virgínia Pontual, em entrevista não gravada concedida ao autor em janeiro de 2009, apontou que o Pátio de São Pedro era um espaço de gente pobre nos séculos XVIII e XIX, sendo isso, inclusive, a principal causa do desinteresse de artistas, viajantes, escritores e fotógrafos por ele até os anos 1930. Essa arquiteta e urbanista, seguindo Reis Filho (2006), liga a pobreza à presença majoritária de casas térreas no Pátio de São Pedro.

Foto 093:

Desenho fora de escala do Pátio de São Pedro (II). Fonte: PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986e. Os imóveis listrados pertencem à PCR, tendo sido desapropriados em 1969 para a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife. Em 1986, a prefeitura municipal firmou um convênio com a Fundação Nacional Pró-Memória, conseguindo recursos para a desapropriação das casas de n. 25, 33 e 35 (indicadas com setas vermelhas no desenho) – essa fundação recebeu a permissão de uso dos três imóveis por noventa anos, mas, na prática, a PCR passou a administrá-los.

M.2. IGREJA DE SÃO PEDRO DOS CLÉRIGOS: EXEMPLAR EXCEPCIONAL DO BARROCO BRASILEIRO NO RECIFE, PERNAMBUCO.

Foto 094:

Igreja de São Pedro dos Clérigos (I).
Fonte: PIO, 1942. A foto não é datada; provavelmente, ela retrata a igreja pouco depois de seu tombamento, em 1938. A foto não mostra os sérios problemas de conservação presentes na Igreja de São Pedro dos Clérigos quando de seu tombamento, que exigiram ações de restauro por parte do IPHAN nos anos 1940, 1950 e 1960.

Foto 095:

Igreja de São Pedro dos Clérigos (II).
Fonte: arquivos da 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN. A foto não é datada. A foto é provavelmente dos anos 1950, quando da primeira grande intervenção de restauro do templo por parte do IPHAN. Podem-se ver os materiais utilizados na restauração em frente à igreja, bem como andaimes defronte à sua portada barroca.

Foto 096:

Igreja de São Pedro dos Clérigos (III). Fonte: arquivos da 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN. A foto é de 1972. A foto retrata a Igreja de São Pedro dos Clérigos já nos tempos do Centro Permanente de Turismo do Recife. Percebem-se dois problemas permanentes no Pátio de São Pedro, que os inúmeros projetos de revitalização não conseguiram sanar: (1) o estacionamento de veículos dentro do Pátio de São Pedro; e (2) a presença de estruturas de apoio aos eventos turístico-culturais do pátio, que prejudicam a leitura do monumento e conjunto arquitetônico tombado. Nos anos 1970 e 1980, os palcos para os shows ficavam defronte à grade da Igreja de São Pedro dos Clérigos; em 2000, foi instalado um palco de maiores dimensões, cujo projeto foi desaprovado pelo IPHAN, na continuação da Travessa do Mercado. Cabe destacar, entretanto, que desde o projeto de revitalização da gestão Roberto Magalhães (1997-2000), o tráfego e estacionamento de veículos foram efetivamente proibidos no pátio.

Foto 097:

Igreja de São Pedro dos Clérigos (IV). Fonte: arquivos da 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN. A foto é de 1986.

Foto 098:

Vista aérea parcial do Bairro de São José, tendo ao centro a Igreja de São Pedro dos Clérigos. Fonte: arquivos da 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN. A foto não é datada. A foto é provavelmente de meados dos anos 1970, e mostra o Bairro de São José ainda não verticalizado, mas já com a Av. Dantas Barreto concluída. A Igreja de São Pedro dos Clérigos, em conjunto com a Basílica da Penha (indicada com seta vermelha), domina a paisagem do histórico bairro. Notam-se também duas outras estruturas arquitetônicas tombadas pelo IPHAN: o Mercado de São José (indicado com seta verde) e a Igreja de São José do Ribamar (indicada com seta azul). Nos anos 1970, o bairro ainda contava com expressiva população residencial; os altos sobrados do bairro combinavam o comércio varejista no térreo com a função habitacional nos pisos superiores. No canto inferior direito da foto, verifica-se trecho da última etapa da Av. Dantas Barreto, concluída no início dos anos 1970; representativa do planejamento urbano do alto modernismo, sua conclusão resultou na demolição de mais de uma centena de edificações remanescentes dos séculos XVII, XVIII e XIX, e estabelece um forte contraste com a disposição urbana e a fisionomia do conjunto arquitetônico do Pátio de São Pedro, remanescentes dos séculos XVIII e XIX, respectivamente.

Foto 099:

Vista do Largo do Carmo e da Igreja de São Pedro dos Clérigos, a partir da entrada do Convento de Nossa Senhora do Carmo. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. O Pátio do Carmo foi destruído em meados do século XX, como resultado das remodelações urbanas do núcleo antigo do Recife – principalmente a abertura de grandes avenidas e alargamento de ruas –, que tinham como objetivo modernizar a cidade. A maior parte do Bairro de São José permanece pouco verticalizada ainda hoje, mas a construção de dois edifícios – apelidados de “Torres Gêmeas” – retirou a dominância que a Igreja de São Pedro dos Clérigos e Basílica da Penha exerciam sobre a paisagem, prejudicando sensivelmente a leitura e escala do histórico Bairro de São José. A permissão para a construção dessas duas torres, que contrariou planos e projetos da própria PCR para o local no qual elas estão sendo construídas, foi alvo de denúncias e discussões acaloradas na imprensa e meio acadêmico pernambucanos, mas, no final, elas foram erguidas.

Foto 100:

Igreja de São Pedro dos Clérigos (V). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 101:

Igreja de São Pedro dos Clérigos (VI). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. A Igreja de São Pedro dos Clérigos forma um interessante contraste com o casario do Pátio de São Pedro, composto majoritariamente por edificações térreas. Seu frontispício de linhas verticais é marcado por duas torres, fato raro na cidade do Recife, e apresenta portada barroca com excepcional trabalho de cantaria. Trata-se de uma das mais expressivas estruturas arquitetônicas do país, na opinião de Rocha (2004). A igreja apresenta formato quadrangular, sendo possível visualizar na foto seu frontispício e a lateral da Rua das Águas Verdes.

Foto 102:

Igreja de São Pedro dos Clérigos – lateral da Rua Felipe Camarão. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. O frontispício da Igreja de São Pedro dos Clérigos apresenta problemas como a queda do reboco em alguns trechos, mas a falta de conservação é mais sentida nas laterais do monumento tombado. A lateral da Rua Felipe Camarão encontra-se pichada e com presença de lodo, além de servir como mictório público.

Foto 103:

Igreja de São Pedro dos Clérigos – detalhe da parte de trás da torre da Rua Felipe Camarão. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. O frontispício é a parte mais bem conservada da igreja; os projetos de revitalização do Pátio de São Pedro das gestões Joaquim Francisco/Gilberto Marques Paulo (1989-1992) e Roberto Magalhães (1997-2000) contemplaram apenas a pintura da fachada do templo, voltada para o Pátio de São Pedro, enquanto as laterais e interior do monumento não foram nem ao menos alvo de muitas discussões. Vê-se na foto o crescimento de mato nesse trecho da torre – isso provavelmente também é consequência da interdição do acesso às torres da igreja, em virtude da precariedade das escadarias de acesso.

Foto 104:
Igreja de São Pedro dos Clérigos – trechos da lateral da Rua das Águas Verdes (I). Fonte: autor. As fotos são de fevereiro de 2009.

Foto 105:
Igreja de São Pedro dos Clérigos – trechos da lateral da Rua das Águas Verdes (II). Fonte: autor. As fotos são de fevereiro de 2009.

Foto 106:
Igreja de São Pedro dos Clérigos – trechos da lateral da Rua das Águas Verdes (III). Fonte: autor. As fotos são de fevereiro de 2009.

Foto 107:
Igreja de São Pedro dos Clérigos – trechos da lateral da Rua das Águas Verdes (IV). Fonte: autor. As fotos são de fevereiro de 2009.

A lateral da Rua das Águas Verdes apresenta problemas maiores do que a da Rua Felipe Camarão, em virtude do maior movimento de pessoas e das atividades desenvolvidas no logradouro. O trecho é infecto, apresentando cheiro forte e piso viscoso, por servir de mictório público, depósito de lixo (foto 23) e materiais orgânicos – o logradouro serve de ponto de estacionamento e limpeza de carros de lanches e guloseimas (foto 22). Há pichações por toda a parede lateral do templo, sem descontinuidade. A queda do reboco é acentuada em alguns trechos, formando verdadeiros sulcos nas paredes do templo (indicados com setas vermelhas na foto 25). Isso é agravado pelo escoramento de tábuas, grades e carrinhos na parede da igreja (foto 24).

Foto 108:

Igreja de São Pedro dos Clérigos – vista da portada barroca do frontispício e das portas laterais. Fonte: autor. As fotos são de fevereiro de 2009. A porta barroca esculpida em pedra é tida como excepcional por diversos autores; as portas laterais também representam trabalhos artísticos por si só. O razoável estado de conservação do frontispício da Igreja de São Pedro dos Clérigos contrasta não apenas com suas paredes laterais, mas principalmente com o estado de sua coberta, elementos artísticos e acesso às torres.

Não foi possível tirar fotografias do interior da igreja; as fotos a seguir são antigas, e foram recolhidas nos arquivos da 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN.

Foto 109:

Igreja de São Pedro dos Clérigos – portada barroca e porta principal almofadada. Fonte: Arquivos da 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN. A foto não é datada.

Foto 110:

Igreja de São Pedro dos Clérigos – capela-mor. Fonte: Arquivos da 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN. A foto não é datada. A capela-mor foi reformada durante o século XIX. Enquanto o altar-mor aproveitou parte da talha de gosto rococó, os altares originais também foram trocados por exemplares de estilo neoclássico (ROCHA, 2004).

Foto 111:

Igreja de São Pedro dos Clérigos – sacristia. Fonte: Arquivos da 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN. A foto não está datada. A sacristia da Igreja de São Pedro dos Clérigos foi inspirada na sacristia do Mosteiro de São Bento de Olinda.

Foto 112:

Igreja de São Pedro dos Clérigos – painéis de um dos arcazes da sacristia em processo de restauro. Fonte: Arquivos da 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN. A foto não está datada. A foto provavelmente é dos anos 1950, quando o templo foi alvo de um abrangente processo de restauro, tanto da edificação em si quanto de seus bens móveis.

Foto 113:

Igreja de São Pedro dos Clérigos – arcaz da sacristia restaurado. Fonte: Arquivos da 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN. A foto não está datada. Nos anos 1990, a Irmandade de São Pedro dos Clérigos permitia a utilização dessa sacristia e de outras partes da igreja para a recepção de casamentos ali celebrados. Isso mudou quando os convidados começaram a utilizar esse arcaz como sofá, utilizando os painéis dos santos como encosto e as gavetas abertas como apoio para os pés.

A Igreja de São Pedro dos Clérigos, que é a Concatedral do Recife, foi tombada pelo IPHAN em 1938, e é considerada por diversos autores como um dos monumentos históricos e artísticos mais importantes do país. Apesar das reformas efetuadas no século XIX, manteve o estilo barroco, com algumas exceções.

M.3. PÁTIO DE SÃO PEDRO: O RECIFE COLONIAL DENTRO DA METRÓPOLE REGIONAL.

Esse item está dividido em três tópicos:

- 3.1. Pátio de São Pedro: fotos antigas do acervo da 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN;
- 3.2. Pátio de São Pedro: fotos recentes tiradas em dias de semana – fevereiro de 2009;
- 3.3. Pátio de São Pedro: fotos recentes tiradas em um domingo pré-carnavalesco.

3.1. Pátio de São Pedro: fotos antigas do acervo da 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN.

Foto 114:

Trecho do casario do Pátio de São Pedro e da Rua Felipe Camarão. Fonte: Arquivos da 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN. A foto não está datada.

Foto 115:

Parte inferior do frontispício da Igreja de São Pedro dos Clérigos, encoberta pela fumaça. Fonte: Arquivos da 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN. A foto não está datada. É possível ver a chaminé (indicada por seta vermelha) de uma das muitas fabriquetas instaladas no Pátio de São Pedro durante os anos 1930 e 1940.

A foto 32 mostra parte do casario do Pátio de São Pedro e Rua Felipe Camarão; ela, assim como a foto 33, é datada provavelmente do final dos anos 1930 ou início dos anos 1940, quando o casario do pátio e arredores sediava diversas fábricas e fabriquetas. A fumaça gerada por padarias, funilarias e trituradoras de milho e adubo, mas principalmente por uma moagem de café instalada ao lado da igreja, na Rua Felipe Camarão (indicada por seta vermelha na foto 32), gerou danos irreversíveis ao douramento das talhas do monumento. Após seu tombamento, a primeira intervenção do IPHAN a favor do templo foi a retirada dessa moagem da Rua Felipe Camarão, o que foi efetivado em meados dos anos 1940. A última fabriqueta a funcionar no Pátio de São Pedro foi a Funilaria Bandeira; ela encerrou suas atividades apenas em 1970, quando seu imóvel foi desapropriado pela PCR dentro do processo de criação do Centro Permanente de Turismo do Recife.

Foto 116:

Casario do Pátio de São Pedro, localizado na quadra defronte à Igreja de São Pedro dos Clérigos. Fonte: Arquivos da 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN. A foto é datada de 1960. A edificação à direita não existe mais; ela arruinou-se nos anos 1960, e foi demolida para a construção de um novo prédio da Telecomunicações de Pernambuco (TELPE).

Foto 117:

Casario do Pátio de São Pedro, localizado na quadra defronte à Igreja de São Pedro dos Clérigos. Fonte: Arquivos da 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN. A foto não está datada. A foto é provavelmente dos anos 1970 ou 1980. A edificação à direita foi construída no final dos anos 1960, sendo ocupada pela TELPE.

O casario do Pátio de São Pedro situado na quadra defronte à Igreja de São Pedro dos Clérigos faz parte do polígono de tombamento do IPHAN. A edificação localizada à direita da foto 34 arruinou-se nos anos 1960, ao que parece como processo desejado pelos próprios proprietários, e foi comprado pela TELPE na segunda metade dos anos 1960. A documentação relativa a esse imóvel arquivada na 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN mostra que o órgão federal de preservação classificava a edificação como desprovida de qualquer mérito arquitetônico, aprovando sua demolição e construção de uma nova estrutura no lugar. Entretanto, o IPHAN preocupou-se em aprovar um projeto que mantivesse gabarito e volumetria compatíveis com a escala do Pátio de São Pedro, não prejudicando a leitura da Igreja de São Pedro dos Clérigos, e se harmonizando com o restante do conjunto arquitetônico (ver Foto 117). O conjunto arquitetônico e paisagístico do Bairro do Recife, tombado no final dos anos 1990 pelo próprio IPHAN, é composto por muitas construções com estilo arquitetônico similar à edificação considerada desprovida de mérito arquitetônico nos anos 1960.

Foto 118:

Casario do Pátio de São Pedro, localizado na quadra da Rua das Águas Verdes. Fonte: Arquivos da 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN. A foto não é datada. A maior parte das edificações do Pátio de São Pedro é formada por casas térreas, como as vistas nessa foto. O casario do Pátio de São Pedro foi modificado no século XIX pela proibição das biqueiras e colocação de platibandas nas fachadas. Como já colocado nesse trabalho, a presença majoritária de casas térreas faz com que muitos autores apontem o Pátio de São Pedro como lugar de pessoas pobres ou pelos menos de poucas posses, a partir da teoria de Reis Filho (2006).

Foto 119:
Casario da Rua das Águas Verdes, vendo-se também os fundos e a parede lateral da Igreja de São Pedro dos Clérigos. Fonte: Arquivos da 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN. A foto não está datada.

Foto 120:
Casario do Pátio de São Pedro, localizado na quadra da Rua das Águas Verdes. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. À esquerda da foto, podem-se ver também os fundos e a parede lateral da Igreja de São Pedro dos Clérigos.

A comparação entre as fotos 119 e 120 permite verificar o crescente processo de descaracterização do casario histórico do Bairro de São José, consumado através da abertura de portas largas, aumento do gabarito dos prédios, através de construções irregulares, e pintura das edificações em tons berrantes. Note-se que na foto 119, mais antiga, o imóvel junto à Igreja de São Pedro dos Clérigos (indicado por seta vermelha) é o mais alto dos quatro retratados; na foto 120, mais recente, ele é o mais baixo (indicado por seta vermelha), pois as outras casas ganharam mais altura para o estoque de mercadorias.

Foto 121:

Pátio de São Pedro e Igreja de São Pedro dos Clérigos. Fonte: Arquivos da 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN. A foto não é datada. A foto mostra duas características do Pátio de São Pedro: (1) a presença de camelôs e ambulantes; e (2) o tráfego e estacionamento de veículos e caminhões. Todos os projetos de revitalização/recuperação elaborados pela PCR a partir de 1986 tentaram resolver esses dois problemas, quase sempre sem sucesso duradouro.

3.2. Pátio de São Pedro: fotos recentes tiradas em dias de semana – fevereiro de 2009.

Foto 122:

Pátio de São Pedro, visto a partir da saída da Travessa do Mercado. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Em primeiro plano, vêm-se cadeiras e mesas brancas tipo Marfinite, as únicas permitidas pelo IPHAN no Pátio de São Pedro. A estrutura em frente à Igreja de São Pedro dos Clérigos é um palco provisório, montado para as prévias carnavalescas e Carnaval.

Foto 123:

Vista área do Pátio de São Pedro. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

O Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro da gestão Roberto Magalhães (1997-2000) conseguiu recuperar a infra-estrutura urbana do logradouro e de suas vias de acesso. Foram feitas a recuperação de pavimentação, calçadas e calhas de ruas e pátio, ordenamento e substituição do posteamento, limpeza das galerias de águas pluviais e instalação de novo mobiliário urbano. Os serviços de iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água e águas pluviais, além de parte da rede elétrica e de telefonia, foram renovados. Nenhum outro espaço urbano do Bairro de São José, e talvez até mesmo do núcleo antigo do Recife, estabelece um contraste tão profundo com o restante da área central da cidade, marcado pela deterioração da infra-estrutura urbana, precariedade dos serviços públicos e arruinamento/descharacterização do conjunto arquitetônico protegido por lei. Mesmo assim, em aparente contradição, o Pátio de São Pedro é também um dos espaços menos freqüentados do Bairro de São José; sua maior utilidade para muitos residentes e usuários parece ser apenas servir de passagem entre a Av. Dantas Barreto e a Rua Direita, através da Travessa de São Pedro e Beco do Veado Branco.

Foto 124:

Casario do Pátio de São Pedro localizado na quadra da Rua Felipe Camarão (I). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. As edificações, que sediavam em grande parte fabriquetas e depósitos nos anos 1930 e 1940, hoje abrigam equipamentos culturais da PCR, como o Memorial Luís Gonzaga. No sobrado verde funciona a Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC); ao lado, na casa amarela, fica o tradicional Buraco do Sargento Bar.

Foto 125:

Casario do Pátio de São Pedro localizado na quadra da Rua Felipe Camarão (II). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. A entrada à esquerda da foto é o Beco do Veado Branco; o sobrado azul não faz parte do polígono de tombamento do IPHAN, provavelmente por apresentar estilo arquitetônico eclético, não valorizado pelo órgão federal de preservação nos anos 1960. Nesse imóvel funciona a Casa do Carnaval, centro de referência cultural da PCR, entretanto nenhum projeto de revitalização/recuperação do pátio jamais considerou a edificação e equipamento cultural em seus planos, e ainda hoje não existem diálogos entre sua diretoria e a administração do Pátio de São Pedro

Foto 126:

Casario do Pátio de São Pedro localizado na quadra defronte à Igreja de São Pedro dos Clérigos e palco fixo da PCR. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. O Edifício Igarassu (indicado por seta vermelha) impede a sensação de *time capsule* de um turista ou visitante, ou seja, a ilusão de ter regressado momentaneamente ao século XIX, dada a integridade do conjunto arquitetônico do Pátio de São Pedro. O palco para *shows* e apresentações culturais é fixo, e foi instalado no local pela PCR em 2000, apesar de seu projeto ter sido reprovado pelo IPHAN. O órgão federal de preservação indicou apenas a possibilidade de ser instalado no local apenas um palco desmontável, com o objetivo de não prejudicar a leitura do conjunto arquitetônico tombado.

Foto 127:

Casario do Pátio de São Pedro localizado na quadra da Rua das Águas Verdes (I). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Ao fundo, vêem-se três sobrados da quadra defronte à Igreja de São Pedro dos Clérigos.

Foto 128:

Casario do Pátio de São Pedro localizado na quadra da Rua das Águas Verdes (II). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. A casa térrea à esquerda, na qual funciona o Restaurante Acauã, é a última de propriedade da PCR no pátio. O totem da PCR marca o Pátio de São Pedro como o Pólo de Todos os Ritmos do Carnaval Multicultural 2009 do Recife.

Foto 129:

Casario do Pátio de São Pedro localizado na quadra defronte à Igreja de São Pedro dos Clérigos. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. À esquerda da foto, vêem-se um sobrado e duas casas térreas da quadra da Rua das Águas Verdes, além da entrada da Travessa do Mercado. Nas duas casas térreas da quadra da Rua das Águas Verdes, após o sobrado branco, funcionam o Espaço Cultural Pátio de São Pedro e outras funções da Secretaria de Cultura da PCR.

Foto 130:

Casario do Pátio de São Pedro localizado na quadra da Rua Felipe Camarão (III). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 131:

Casario do Pátio de São Pedro localizado na quadra da Rua Felipe Camarão (IV). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. As fotos 48 e 49 foram tiradas do mesmo local; a segunda contou com os recursos de *zoom* da máquina fotográfica para mostrar em detalhes os fundos dos sobrados da Rua Direita e as Torres Gêmeas.

Foto 132:

Casario do Pátio de São Pedro localizado na quadra da Rua Felipe Camarão (V). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. A foto foi tirada do terceiro piso de um sobrado localizado na quadra defronte à Igreja de São Pedro dos Clérigos.

Dois pontos importantes precisam ser destacados nas fotos 130, 131 e 132: (1) ver o contraste entre as fachadas recém restauradas e pintadas do casario histórico e os fundos dos sobrados da Rua Direita, com pontos sem reboco e crescimento de plantas na parede e telhado (indicado por seta vermelha na foto 49); e (2) as “Torres Gêmeas” do Recife conseguiram trazer um elemento contemporâneo para a paisagem do Pátio de São Pedro (indicadas por setas verdes nas fotos 130, 131 e 132), assim como para quase todo espaço urbano no Bairro de São José.

Foto 133:

Casario do Pátio de São Pedro localizado na quadra da Rua das Águas Verdes, vendo-se o começo desse logradouro ao fundo. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. A foto, tirada do terceiro piso de um sobrado localizado na quadra defronte à Igreja de São Pedro dos Clérigos, permite a visualização de alguns edifícios altos (indicados por setas vermelhas). Entretanto, ao nível do solo, a paisagem acima do casario tombado resume-se ao céu azul do Recife.

Foto 134:

Vendedor ambulante no Pátio de São Pedro. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. As casas do Pátio de São Pedro suportam três tipos de atividades, com raras exceções: (1) equipamentos culturais – museus, centros culturais, oficinas, etc.; (2) órgãos e funções municipais; e (3) bares e restaurantes populares. Dentro do pátio, qualquer tipo de comércio informal é proibido, o quê vem sendo cumprido desde 2000. Em um flagrante pouco comum, um vendedor de salada de frutas comercializa rapidamente seu produto dentro do pátio, para logo em seguida sair para outro lugar. Um dos compradores trabalha no DPPC da PCR.

Foto 135:

Novo espaço turístico do Pátio de São Pedro. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Trata-se de uma intervenção integrante do Complexo Turístico-Cultural Recife-Olinda, planejamento estratégico do Recife e Olinda da gestão João Paulo (2001-2008).

Foto 136:

Placa do Circuito da Poesia instalada no novo espaço turístico do Pátio de São Pedro. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

A foto 135 mostra um espaço turístico criado no Pátio de São Pedro no final da gestão João Paulo (2001-2008), inaugurado em conjunto com a abertura de novos museus e centros culturais no pátio. Ele localiza-se em uma das saídas do pátio, perto do Beco do Veado Branco e da Rua do Fogo. Segundo a placa de inauguração, reproduzida na foto 136, esse espaço faz parte do Circuito da Poesia; infelizmente, parte dela já se encontra ilegível.

3.3. Pátio de São Pedro: fotos recentes tiradas em um domingo pré-carnavalesco.

O último tópico desse item refere-se a evento ocorrido em 15.02.2009, domingo, que fez parte da programação pré-carnavalesca da PCR. Tratou-se do Encontro de Bois de Carnaval, realizado pelo terceiro ano consecutivo no Pátio de São Pedro. Onze grupos de bois apresentaram-se, vindos tanto da capital quanto do interior. É interessante notar que a apresentação de bois de Carnaval foi considerada uma manifestação cultural quase extinta em Pernambuco em meados dos anos 1980, o quê reforça a importância desse evento, no qual onze grupos de diversas procedências apresentaram-se, vestindo trajés exuberantes.

Outro ponto que precisa ser destacado é que acontecia, no mesmo dia e horário, o Olinda Beer no Chevrolet Hall, maior casa de shows do Recife, com a participação de artistas nacionais consagrados – o show ficou lotado. Outras prévias carnavalescas também aconteceram em Olinda e Recife.

Foto 137:

Primeira apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: Boi Tatá (I). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 138:

Primeira apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: Boi Tatá (II). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 139:

Primeira apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: Boi Tatá (III). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Em ritmo brincante e espontâneo, o Boi Tatá utilizou as três personagens tradicionais da apresentação de boi: Mateus (Foto 137), Catirina (Foto 138) e o boi (Foto 139).

Foto 140:

Segunda apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: Boi da Cara Branca (I). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 141:

Segunda apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: Boi da Cara Branca (II). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 142:

Segunda apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: Boi da Cara Branca (III). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Em performance coreografada, inclusive com a presença de um coordenador de apresentação (indicado por seta vermelha na Foto 142), o espetáculo contou com técnicas e números de malabarismos, além de fantasias exuberantes, como se saídas de um baile de carnaval.

Foto 143:

Segunda apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: Boi da Cara Branca (IV). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Quase todos os integrantes do Boi da Cara Branca combinavam a indumentária tradicional ao uso de tênis encontrados em qualquer *shopping center* no Brasil.

Foto 144:

Segunda apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: Boi da Cara Branca (V). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Grupo de participantes do Boi da Cara Branca, que fizeram questão de ser fotografados para sair na Revista Veja – a principal valorização parece vir de fontes externas. Se o autor estivesse com uma filmadora, a esperança seria provavelmente passar na Rede Globo de Televisão.

Foto 145:

Segunda apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: Boi da Cara Branca (VI). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. O coordenador de apresentação do Boi da Cara Branca (indicado por seta vermelha), cioso por manter a tradição de seu grupo, conforme informado ao próprio autor, veste a camisa de um time de futebol estrangeiro. Não foi possível identificar o clube, mas o patrocinador – FORTIS – é uma *holding* holandesa – não deixa de ser irônico, já que o Pátio de São Pedro localiza-se hoje no que um dia fez parte da Nova Cidade Maurícia.

Foto 146:

Terceira apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: boi não identificado (I). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 147:

Terceira apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: boi não identificado (II). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 148:

Terceira apresentação do Encontro de Bois de Carnaval: boi não identificado (III). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Em performance coreografada, o espetáculo contou com técnicas e números de malabarismos e fantasias exuberantes, seguindo a mesma linha do Boi da Cara Branca.

Foto 149:
Concentração do Boi Faceiro na Travessa de São Pedro. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 150:
Platéia da apresentação de Bois de Carnaval (I). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Pouca gente compareceu ao terceiro Encontro de Bois de Carnaval no Pátio de São Pedro; menos de quarenta pessoas assistiram à apresentação do Boi Tatá, mesmo com a presença de integrantes de outros grupos (ainda não fantasiados nessa foto).

Foto 151:
Platéia da Apresentação de Bois de Carnaval (II). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 152:
Platéia da apresentação de Bois de Carnaval (III). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

A platéia do encontro aumentou apenas com o interesse de participantes de grupos que já tinham se apresentado antes nas apresentações que ainda estavam por vir. Isso foi auxiliado pela programação do encontro, que previu uma apresentação coletiva de todos os grupos após as performances individuais.

Foto 153:
Buraco do Sargento Bar durante o Encontro de Bois de Carnaval. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 154:
Bar e restaurante do Pátio de São Pedro durante o Encontro de Bois de Carnaval. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 155:
Mesas e cadeiras colocadas no Pátio de São Pedro durante o Encontro de Bois de Carnaval. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

A maior parte dos bares e restaurantes do Pátio de São Pedro e Rua das Águas Verdes não abriu no domingo, não obstante o Encontro de Bois de Carnaval ter sido noticiado na edição de domingo do jornal de maior circulação de Pernambuco, o Jornal do Comércio, e de fazer parte da Agenda Cultural do Recife. Desconsiderando as pessoas que participaram de alguma forma do evento, ou que moram nas comunidades originárias dos bois, a quantidade de pessoas que foi ao Pátio de São Pedro ver os bois de Carnaval foi irrisória. O autor não conseguiu identificar nenhum turista no evento, fosse ele nacional ou estrangeiro.

Foto 156:

Espectadores do Encontro de Bois de Carnaval. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Os freqüentadores com os quais o autor conseguiu conversar eram, em sua maioria, residentes das comunidades de origem de um dos grupos de bois. As três profissões mais presentes foram pequeno comerciante, profissional autônomo e vendedor ambulante.

Foto 157:

“Turista alemão” no Encontro de Bois de Carnaval. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Finalmente um turista alemão ou holandês na apresentação de bois? Não, apenas o pai do autor, que nunca tinha visto algo similar, após morar trinta e cinco anos no Recife, e pediu para ir junto nesse trabalho de campo.

Foto 158:

Policiamento no Pátio de São Pedro durante o Encontro de Bois de Carnaval. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 159:

Rua Felipe Camarão. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Ao autor dirigir-se à Rua Felipe Camarão, para retirar fotos desse logradouro durante o domingo, foi advertido por um funcionário da PCR e por dois policiais militares para não ir para lá de jeito nenhum, pois, com uma câmara fotográfica e “essa aparência,” seria assaltado com certeza: “-É seguro apenas aqui dentro [do pátio], se você sair daqui será assaltado. Aquele pessoal [indicado por setas vermelhas na Foto 159] está só esperando você ir para lá,” disse-me o funcionário municipal.

Foto 160:

Comércio informal no Pátio de São Pedro. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Ao contrário dos poucos bares e restaurantes abertos, os comerciantes informais parecem ter feito bons negócios durante a apresentação de bois de Carnaval no Pátio de São Pedro. Foram contados quatro ambulantes presentes durante a apresentação – dois vendedores de pipoca e dois fiteiros –, que venderam principalmente para os integrantes das apresentações. Tratou-se de uma exceção, pois o comércio informal é normalmente reprimido dentro do pátio.

M.4. PÁTIO DE SÃO PEDRO: VIAS DE ACESSO E ARREDORES.

Esse item está dividido em oito tópicos:

- 4.1. Travessa de São Pedro – Av. Dantas Barreto – Largo do Carmo;
- 4.2. Rua Felipe Camarão;
- 4.3. Rua das Águas Verdes;
- 4.4. Rua Tobias Barreto;
- 4.5. Beco do Veado Branco;
- 4.6. Rua Direita – Pátio do Livramento;
- 4.7. Rua Direita – Pátio do Terço;
- 4.8. Praça Dom Vital (Mercado de São José – Basílica da Penha).

4.1. Travessa de São Pedro – Av. Dantas Barreto – Largo do Carmo.

Foto 161:

Vista aérea da Travessa de São Pedro. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 162:

Travessa de São Pedro (I). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Ao fundo, vê-se a Igreja de Nossa Senhora do Carmo.

Fronteiras muito bem definidas separam o Pátio de São Pedro enquanto espaço revitalizado do restante do Bairro de São José. No caso da Travessa de São Pedro, a fronteira é nítida: a lista de paralelepípedos esbranquiçados (indicada por seta vermelha na Foto 161) mostra a partir de onde os ambulantes e camelôs não podem mais trabalhar, e os comerciantes não podem ocupar as calçadas e pendurar mercadorias nas portas e janelas do estabelecimento. O baixo fluxo de pessoas, entretanto, não favorece o comércio informal – os dois ambulantes fotografados permaneceram pouco tempo no local. Tamanho da letra.

Foto 163:

Travessa de São Pedro (II). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. O sobrado à direita da foto ainda faz parte do polígono de tombamento do IPHAN. Ao fundo, a Av. Dantas Barreto e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo.

Foto 164:

Saída da Travessa de São Pedro para a Av. Dantas Barreto. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 165:

Detalhe da saída da Travessa de São Pedro para a Av. Dantas Barreto. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

O Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro, da gestão Roberto Magalhães (1997-2000) também recuperou a infra-estrutura urbana das vias de acesso ao pátio; apesar do desgaste enfrentado nos últimos anos e da concentração da intervenção pública no próprio pátio, durante a gestão João Paulo (2001-2008), o estado dessas vias ainda estabelece forte contraste com as suas continuações, como pode ser visto no péssimo estado de conservação das calçadas da Av. Dantas Barreto (Foto 165). Vê-se, no canto superior direito dessa foto, um dos mais tradicionais comércios de rua do Recife: a venda de frutos do mar in natura.

Foto 166:

Av. Dantas Barreto (Bairro de Santo Antonio). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Foto tirada da saída da Travessa de São Pedro.

Foto 167:

Av. Dantas Barreto (Bairro de São José). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Foto tirada do canteiro central da avenida.

As fotos 166 e 167 permitem mostrar a diferença de escala, função e fisionomia de duas partes muito próximas do Bairro de São José: a Av. Dantas Barreto, cujo primeiro esboço data do final do século XIX, e estava inserido dentro de planos de modernização do Recife, e o Pátio de São Pedro, que mantém sua disposição espacial do século XVIII. A conclusão da Av. Dantas Barreto, no início dos anos 1970, destruiu mais de cem edificações remanescentes dos séculos XVII, XVIII e XIX, entre elas a Igreja dos Martírios, tombada pelo IPHAN. Mesmo durante um dia de semana, o movimento de veículos e ônibus no trecho que vai da Av. Nossa Senhora do Carmo à Praça Sérgio Loreto, no Bairro de São José, é muito pequeno, levando-se em consideração as dimensões da avenida. Não por acaso, mais de trinta e cinco anos após sua conclusão, a Av. Dantas Barreto é ainda referida pelos recifenses como a avenida que liga o nada a lugar nenhum.

Foto 168:

Largo do Carmo. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. À esquerda, vêem-se a Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, tombados pelo IPHAN; à direita, o Edifício Igarassu, prédio verticalizado assim como tantos outros existentes no Bairro de Santo Antonio. O Pátio do Carmo, junto com todo seu casario histórico, foi destruído no século XX para a abertura da Av. Dantas Barreto e Av. Nossa Senhora do Carmo.

4.2. Rua Felipe Camarão.

Foto 169:
Rua Felipe Camarão. Fonte:
autor. A foto é de fevereiro de
2009.

Foto 170:
Parte do portão entre o Pátio de São Pedro
e a Rua Felipe Camarão. Fonte: autor. A
foto é de fevereiro de 2009.

À noite, o pátio é separado fisicamente da Rua Felipe Camarão por um portão (indicado por seta vermelha na Foto 169) instalado em 1994; objetivou-se evitar a entrada no pátio da população de rua que dorme à noite na Rua Felipe Camarão. A instalação do portão foi uma iniciativa conjunta da PCR, Irmandade de São Pedro dos Clérigos e comerciantes locais.

Foto 171:

Rua Felipe Camarão (I). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Os três prédios localizados à esquerda da foto não fazem parte do polígono de tombamento do IPHAN; o prédio branco sediou uma moagem de café até os anos 1940, cuja fumaça foi a principal responsável pelos danos irreversíveis à policromia e douramento das imagens e talhas da Igreja de São Pedro dos Clérigos. Ao fundo, vêem-se duas fileiras de casas pertencentes ao polígono de tombamento.

A instalação do portão, visto nas fotos 87 e 88, visou manter elementos indesejados fora do Pátio de São Pedro; o espaço aberto em primeiro plano da foto 89 funciona como boca de fumo à noite e como mictório público durante o dia. Nos dias de evento no pátio, funciona também como estacionamento de carros. Além do cheiro forte, as pichações e o lodo nas paredes dos imóveis formam um cenário de abandono e deterioração.

Foto 172:

Rua Felipe Camarão (II). Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 173:

Rua Felipe Camarão (III).
Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Todas as casas inscritas no polígono de tombamento do IPHAN apresentam problemas de conservação e descaracterização, com destaque negativo para as três casas térreas pintadas de branco da foto 91: portas e janelas entaipadas, instalação de grades, aumento da altura das edificações, cantarias de pedra pintadas etc.

Como a Rua Felipe Camarão é muito pouco movimentada, predominam no logradouro pequenos negócios, inclusive um incompatível com a área tombada: depósito de botijões de gás a poucos metros da Igreja de São Pedro dos Clérigos.

4.3. Rua das Águas Verdes.

No início dos anos 1970, logo após a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, a Rua das Águas Verdes atraiu diversas lojas de artesanato e produtos regionais, transformando-se em uma extensão do composto de bens e serviços turísticos encontrados no Pátio de São Pedro.

Pelo menos até o final dos anos 1970, muitas dessas lojas continuaram instaladas na Rua das Águas Verdes, formando, junto com o pátio, um importante centro de comercialização de artesanato e produtos regionais. Entretanto, em meados dos anos 1980, quase todas as lojas já haviam deixado o logradouro.

Foto 174:

Rua das Águas Verdes. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. O sobrado à direita é a primeira edificação que não pertence à PCR; considera-se que essa estrutura não faz mais parte do pátio, não seguindo as normas de funcionamento da PCR. O bar e restaurante aí instalado, que estabelece a fronteira da área revitalizada, coloca mesas e cadeiras pretas na rua, quando a PCR e IPHAN permitem apenas mesas e cadeiras brancas no Pátio de São Pedro.

Foto 175:
Casario da Rua das
Águas Verdes. Fonte:
autor. A foto é de
fevereiro de 2009.

Foto 176:
Casario da Rua das Águas
Verdes – vista das
platibandas e dos pisos
superiores do sobrado.
Fonte: autor. A foto é de
fevereiro de 2009.

Todo o casario da Rua das Águas Verdes está inscrito no polígono de tombamento do IPHAN; isso, entretanto, não impede o estado de conservação precário de muitos imóveis nem as descaracterizações presentes em quase todos os exemplares. As casas térreas da Foto 175 (indicadas por setas vermelhas), além do precário estado de conservação, apresentam abertura de portas largas e toldos para proteger seus produtos e clientes do sol e chuva. A casa ao lado instalou um aparelho de ar condicionado (indicado por seta verde). A Foto 176 mostra o crescimento de plantas nas platibandas e fachadas de algumas casas; nota-se também a instalação de uma biqueira (indicada por seta vermelha), em uma volta nada poética ao século XVIII.

Foto 177:

Estacionamento de carrinhos de lanches e guloseimas na Rua das Águas Verdes. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 178:

Depósito de lixo na Rua das Águas Verdes. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Assim como todas as outras vias de acesso ao pátio, a infra-estrutura da Rua das Águas Verdes foi recuperada no final da gestão Roberto Magalhães (1997-2000). Mesmo assim, o logradouro apresenta cheiro fortíssimo, devido ao acúmulo de lixo e água empoeçada. O uso da rua para guardar carrinhos de lanches e guloseimas (Foto 177), com o conseqüente descarte de sobras de material orgânico no logradouro, agrava esse problema.

Foto 179:
Rua das Águas Verdes e
fundos da Igreja de São
Pedro dos Clérigos.
Fonte: autor. A foto é de
fevereiro de 2009.

Foto 180:
Camelô na Rua das Águas Verdes.
Fonte: autor. A foto é de fevereiro
de 2009. Comércio informal de
materiais elétricos, lâmpadas e
ferramentas. Há dois outros
camelôs com oferta similar de
produtos no logradouro.

Foto 181:
Comerciante estabelecido na Rua
das Águas Verdes. Fonte: autor. A
foto é de fevereiro de 2009. Loja
de materiais elétricos e hidráulicos,
cuja oferta de produtos é formada
majoritariamente por artigos
usados. Há outras lojas com oferta
similar de produtos no logradouro.

Foto 182:

Reciclagem de alumínio na Rua das Águas Verdes. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Atividade comum na Rua das Águas Verdes, tanto dentro das casas quanto no leito da rua.

É interessante notar que muitas atividades e negócios presentes no Pátio de São Pedro até o final dos anos 1960 – ou seja, antes da criação do Centro Permanente de Turismo do Recife – encontram-se hoje nas suas vias de acesso. No caso da Rua das Águas Verdes, a reciclagem de metais e o comércio de materiais elétricos e ferramentas eram atividades encontradas anteriormente no pátio. A depender do uso do termo e do período de referência, a “tradição” do Pátio de São Pedro pode ser encontrada hoje apenas nas suas vias de acesso.

Foto 183:

Rua das Águas Verdes – trecho entre a Rua Tobias Barreto e Pátio do Terço. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Esse trecho da Rua das Águas Verdes é muito movimentado, concentrando lojas de confecções e ambulantes e camelôs de produtos piratas (CDs e DVDs, principalmente), lanches e guloseimas e brinquedos. Apesar de teoricamente ser permitida a passagem de veículos, o leito da rua é ocupado pelo comércio informal.

Foto 184:
Manequins na Rua das Águas Verdes. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 185:
Sobrado descaracterizado na Rua das Águas Verdes. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 186:
Ocupação irregular de calçadas na Rua das Águas Verdes. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 187:
Rua das Águas Verdes, com o Pátio do Terço ao fundo. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

O trecho da Rua das Águas Verdes, compreendido entre a Rua Tobias Barreto e o Pátio do Terço, apresenta as mesmas características encontradas em quase todas as principais ruas comerciais do núcleo antigo do Recife: ocupação das calçadas e leito de ruas pelo comércio formal (foto 184) e informal (Foto 186), imóveis históricos protegidos por legislação federal, estadual e/ou municipal descaracterizados (foto 185) e/ou deteriorados e poluição visual, nesse caso advinda de placas, faixas e fiação aérea (foto 187).

4.4. Rua Tobias Barreto.

A Rua Tobias Barreto apresenta intenso movimento de pessoas nos dias de semana, em virtude de servir de passagem entre a Av. Dantas Barreto e a Rua Direita. Três imóveis inscritos no polígono de tombamento do IPHAN possuem a sua frente ou laterais voltadas para esse logradouro.

Foto 188:

Carrinho de frutas na Rua Tobias Barreto. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Talvez esse seja o comércio ambulante mais tradicional do Recife, cujos primeiros registros datam do Brasil Colônia.

Foto 189:

Carrinho de guloseimas na Rua Tobias Barreto. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Ao fundo, vêem-se barracas e bancas de confecções e acessórios, tanto ordenadas quanto irregulares.

Foto 190:

Comércio de rua regularizado na Rua Tobias Barreto. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. A foto foi tirada em um dia de domingo, quando todas as lojas e bancas de rua permanecem fechadas.

Foto 191:

Conjunto arquitetônico tombado pelo IPHAN na Rua Tobias Barreto. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Apenas um(a) arquiteto(a) e urbanista muito observador(a) consegue perceber que essa loja funciona em dois imóveis históricos. As edificações fazem parte do polígono de tombamento do IPHAN, e se encontram descaracterizadas pela presença de portas de correr, junção dos imóveis e instalação de letreiro que cobre toda a parte superior das fachadas. Ao que parece, a frente das duas casas foi mudada da Rua das Águas Verdes e da Rua Felipe Camarão para a Rua Tobias Barreto.

4.5. Beco do Veado Branco.

Os documentos oficiais referem-se a esse logradouro como continuação da Travessa de São Pedro; optou-se, nesse apêndice, por manter o nome através do qual ele é popularmente conhecido.

Foto 192:
Beco do Veado Branco, vendo-se ao fundo a Rua Direita. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 193:
Banca de amoladores no Beco do Veado Branco. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. O Beco do Veado Branco concentra mais de dez bancas de amoladores, das mais simples até a aqui

Foto 194:
Comércio de rua regularizado de armário e miudezas no Beco do Veado Branco. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 195:
Camelôs de confecções no Beco do Veado Branco. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Assim como a Rua das Águas Verdes, o Beco do Veado Branco sedia atividades que no passado encontravam-se no Pátio de São Pedro. Até o final dos anos 1990, o pátio era ocupado, logo cedo de manhã, pelos amoladores de facas, tesouras e alicates, que o enchiam com sua cantoria característica; há relatos de que essa concentração no pátio remontava pelo menos ao início do século XIX. Proibidos de lá permanecer no final da gestão Roberto Magalhães (1997-2000), eles mudaram-se para o Beco do Veado Branco, onde ainda hoje permanecem.

4.6. Rua Direita – Pátio do Livramento.

Foto 196:

Rua Direita – trecho ao lado da Igreja de Nossa Senhora do Livramento. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Ao fundo, vêem-se as torres da Igreja do Divino Espírito Santo, tombada pelo IPHAN. As barracas fixas foram instaladas pela PCR durante a gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996), e fizeram parte de um amplo conjunto de intervenções voltadas à regularização e ordenamento do comércio informal em muitas partes do núcleo antigo do Recife. Apesar de ser uma das ruas comerciais mais importantes do Bairro de São José, a Rua Direita não deixa de apresentar muitos problemas de conservação no calçamento e leito da rua (indicada por seta vermelha).

Foto 197:

Pátio do Livramento, tendo ao centro a Igreja de Nossa Senhora do Livramento. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Essa é uma das poucas igrejas centenárias do núcleo antigo do Recife que não é tombada pelo IPHAN, apesar de apresentar estilo arquitetônico barroco. Seu frontispício recém pintado contrasta com sérios problemas de conservação internos.

Foto198:

Trecho do casario do Pátio do Livramento – vista à direita da entrada da Igreja de Nossa Senhora do Livramento. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 199:

Pisos térreos de dois sobrados do Pátio do Livramento – vista à direita da entrada da Igreja de Nossa Senhora do Livramento. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 200:

Trecho do casario do Pátio do Livramento – vista à esquerda da entrada da Igreja de Nossa Senhora do Livramento. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Sobre o Pátio do Livramento, Rocha (2004, p. 123) coloca:

Erguida entre 1649 e 1722, a Igreja do Livramento domina-lhe todo o espaço, sobrepujando o casario, notável pela versatilidade dos sobrados, nos seus três e quatro pavimentos, na volumetria e nas proporções conservadas. Os prédios mais antigos remontam aos sécs. 17 e 19. [...] Descaracterizações ocorreram com a transformação do pátio em área comercial, sobretudo no térreo, onde funcionam as lojas. Nos pisos superiores, os edifícios estão, em boa parte, preservados.

Percebe-se que o Pátio do Livramento foi um lugar mais importante do que o Pátio de São Pedro, em virtude de seu casario ser formado principalmente por sobrados de três e quatro pisos, seguindo a teoria proposta por Reis Filho (2006). Nesse caso, essa teoria é reforçada pela existência de cartões postais, fotografias e litografias do Pátio do Livramento e Igreja de Nossa Senhora do Livramento anteriores aos anos 1930, o que não ocorre para o Pátio de São Pedro.

Foto 201:

Placa de informação turística da Igreja de Nossa Senhora do Livramento. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Tanto o Pátio do Livramento quanto a Rua Direita ficam quase desertas aos domingos, refletindo a expressiva perda de população residente enfrentada pelo núcleo antigo desde os anos 1960, fenômeno que atingiu principalmente os bairros de São José e Boa Vista. A maior parte das pessoas que podem ser vistas nessa região do Bairro de São José aos domingos são prostitutas, seguranças de lojistas e população de rua. Essa foto é emblemática: defronte à Igreja de Nossa Senhora do Livramento, fechada, uma placa que já forneceu informações turísticas acompanha um morador de rua.

4.7. Rua Direita – Pátio do Terço.

A Rua Direita é uma das principais ruas comerciais do Bairro de São José, e liga o Pátio do Livramento ao Pátio do Terço. Todas as fotos reproduzidas nesse tópico foram tiradas em um dia de domingo.

Foto 202:

Rua Direita – vista em direção ao Pátio do Terço. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. O pavimento térreo de todas as edificações, em sua imensa maioria sobrados, encontra-se descaracterizado pela abertura de portas largas ou presença de portas de correr. Entretanto, muitos sobrados apresentam a fachada dos pisos superiores em bom estado de conservação.

Foto 203:

Rua Direita, vendo-se ao fundo a Igreja de Nossa Senhora do Terço. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Essa foto retrata a poluição visual presente nas principais ruas comerciais do núcleo antigo do Recife, como as ruas da Palma e das Calçadas – a vista precisa passar por um emaranhado de fios e uma infinidade de placas para conseguir apreciar o casario histórico e a Igreja de Nossa Senhora do Terço. Nesse trecho, a abertura de portas largas é complementada pela construção de marquises, afixamento de placas, algumas que inclusive projetam-se para a rua, e fiação externa.

Foto 204:

Frontispício da Igreja de Nossa Senhora do Terço. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Essa igreja teve seu terreno doado para a Irmandade de Nossa Senhora do Terço em 1732; em meados do século XIX, dois projetos de remodelação da igreja foram efetuados, dando a sua atual forma.

De forma triangular, a Igreja de Nossa Senhora do Terço foi tombada pelo IPHAN em 1975. Na foto, é possível ver também a parede lateral da Rua Direita. Do outro lado, vê-se o final da Rua das Águas Verdes. O bom estado de conservação do frontispício não se repete nas laterais e no interior da igreja.

Foto 205:

Placa de informação turística da Igreja de Nossa Senhora do Terço. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. A placa encontra-se ilegível e depredada. Junto com a placa da Igreja de Nossa Senhora do Livramento, retratada na foto 121, ela ilustra a escassez e péssimo estado de conservação da sinalização turística no núcleo antigo do Recife, com exceção da encontrada no Bairro do Recife.

Foto 206:

Pátio do Terço. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Foto 207:

Sobrados do Pátio do Terço. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

Em comparação aos pátios de São Pedro e do Livramento, o Pátio do Terço apresenta problemas muito mais sérios de infra-estrutura e conservação do casario histórico. Sem

nunca ter passado por um processo de revitalização, nem ser um espaço comercial importante, ele retrata mais fielmente o abandono pelo qual passa o Bairro de São José nas últimas décadas. A foto 206 mostra o péssimo estado de conservação do pátio. A foto 207 mostra quatro sobrados de três pisos em péssimo estado de conservação; em pelo menos um deles, todos os pisos superiores desabaram, ficando de pé apenas a fachada e parte do telhado.

Foto 208:

Galeria na Rua das Águas Verdes, na entrada do Pátio do Terço. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Essa galeria, localizada a poucos metros do Pátio do Terço, exemplifica um problema que atinge a maior parte do Bairro de São José: a falta de microdrenagem adequada no núcleo antigo do Recife. Uma chuva fraca, de poucos minutos, tornou intransitável a passagem da Rua das Águas Verdes ao Pátio do Terço durante o trabalho de campo no Recife, em janeiro de 2009. Infelizmente, o autor não carregava nesse momento a câmara fotográfica consigo.

4.8. Praça Dom Vital (Mercado de São José – Basílica da Penha).

A Praça Dom Vital, onde se localizam o Mercado de São José, tombado pelo IPHAN, e a Basílica da Penha, liga-se à Rua Direita através da Travessa do Mercado. Assim como no caso do Pátio do Terço, esse tópico reproduz apenas fotos tiradas em um dia de domingo. Cabe destacar que a Praça Dom Vital é um dos pontos mais movimentados do núcleo antigo do Recife, ao combinar comerciantes e fregueses do Mercado de São José, fiéis, camelôs e vendedores ambulantes, fotógrafos lambe-lambe e mendigos, entre outros.

Infelizmente, as fotografias da Praça Dom Vital e monumentos supracitados não saíram muito boas.

Foto 209:

Praça Dom Vital. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. À esquerda, vê-se o Mercado de São José; à direita, o convento dos capuchinhos e a Basílica da Penha.

Foto 210:

Trecho do casario da Praça Dom Vital. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. Casario do lote localizado defronte à Basílica da Penha, com barracas fixas na frente. Segundo Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega, arquiteta do DPPC, em entrevista gravada concedida ao autor em fevereiro de 2009, os pisos superiores desses sobrados encontram-se quase que inteiramente desocupados.

Foto 211:

Prostitutas esperando clientes na Praça Dom Vital. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009.

M.5. PÁTIO DE SÃO PEDRO: OUTROS PONTOS.

Foto 212:

Modelo de placa para os estabelecimentos instalados no Centro Permanente de Turismo do Recife. Fonte: autor. A foto é de fevereiro de 2009. O Bar Aroeira é o único empreendimento já instalado no Pátio de São Pedro, que conseguiu permanecer nesse espaço urbano com a criação do centro, em virtude de, pelo menos de acordo com uma notícia de jornal da época, existência de pressão popular favorável a sua permanência. O modelo de placa também reforça a noção de que, já em 1969 e 1970, a criação do centro foi meticulosamente discutida e planejada pela PCR, reforçando o pioneirismo da iniciativa.

Foto 213:

Página da proposta para a nova iluminação do Pátio de São Pedro – gestão Roberto Magalhães (1997-2000) (ARCOVERDE, 2000). Fonte: arquivos da 5ª Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN. O documento não está datado, mas provavelmente é de 2000. O Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro da gestão Roberto Magalhães (1997-2000) contemplou a proposta para uma nova iluminação do Pátio de São Pedro e Igreja de São Pedro dos Clérigos. A página reproduzida na foto 047 é emblemática do caráter desse processo de revitalização, que tratou o pátio como um espaço à parte do restante do Bairro de São José; enquanto esse logradouro reluz no documento, seu entorno está apagado, mesmo lúgubre, sendo pintado em um triste tom cinza.

APÊNDICE N – A modernização da Cidade do Recife na primeira metade do Século XX: permanências, transformações e legado.

Ao longo do Século XIX, o Recife desenvolveu-se em função de seu porto, dentro do modelo econômico agro-exportador prevalecente durante todo o Império do Brasil e República Velha. Em meados do Século XIX, não havia nenhuma unidade fabril na cidade, com exceção de alguns engenhos de cana-de-açúcar instalados na planície. O Porto do Recife era responsável pelo embarque do açúcar produzido em Pernambuco e províncias vizinhas e outros produtos básicos, como, por exemplo, couros e peles; por ele, havia também o desembarque de produtos manufaturados importados, conferindo a ela o papel de centro regional de distribuição.

Dessa maneira, a economia municipal dependia da demanda e preço internacional do açúcar; PERRUCI (1973) mostra como crises no mercado mundial desse produto provocavam a “paralisa” do comércio do Recife, por dois ou três anos seguidos. A falta de meios de pagamento (moeda corrente e crédito) tornava-se insuficiente para sustentar o funcionamento da cidade; em 1884, por exemplo, o pagamento dos funcionários públicos foi feito com bônus emitidos pelo governo para essa finalidade específica, dada a falta de moeda no Recife.

Com a perda progressiva de importância do açúcar e derivados na pauta de exportações brasileiras, em conjunto com a ascensão do café, no último quartel do Século XIX, o eixo de desenvolvimento do país transferiu-se definitivamente para o Centro-Sul do país, com destaque para o Estado de São Paulo. Isso é refletido na trajetória da população do Recife; enquanto a população da Cidade de São Paulo aumentou 664,13%, entre 1872 e 1900, inclusive, a população recifense permaneceu praticamente estável no mesmo período, refletindo o baixo dinamismo econômico local e regional, como mostra o Gráfico 007:

Gráfico 007 – Trajetória da população residente na Cidade do Recife, entre 1872 e 1960, inclusive. Fonte: (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA, 1968).

No início do Século XX, a estrutura urbana do Recife era dividida em três partes principais, seguindo-se a formulação proposta por Moreira (2005a). Primeiro, havia o Porto do Recife, cujas atividades complementares estavam concentradas no Bairro do Recife; entretanto, Outtes (1997) lembra que o porto espraiava-se por parte do Bairro de Santo Antonio, onde havia cais e armazéns. O Bairro do Recife era o núcleo primitivo da cidade, e também o que contava com a configuração urbana mais precária, dada a exigüidade e conseqüente aproveitamento intensivo da terra: “As ruas sujas, tortuosas, estreitas, mal orientadas em relação aos ventos dominantes são ladeadas de velhas casas de dois a quatro pavimentos (PERRUCCI, 1973, p. 2).

Segundo, havia o núcleo central, densamente edificado e povoado, formado pelos bairros de Santo Antonio e São José, além de partes dos bairros do Recife e da Boa Vista. No início do Século XX, o Bairro de Santo Antonio já tinha superado o Bairro do Recife como principal núcleo comercial do Recife, concentrando também as funções públicas municipais e estaduais (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1992).

No Bairro de Santo Antonio, era possível distinguir os vestígios de duas maneiras de se construir a cidade: o holandês e o luso-brasileiro. Era o bairro mais bem ordenado da Cidade do Recife, com algumas ruas largas e arejadas, e contava com altos sobrados, mais bem construídos de o que as edificações dos bairros do Recife e São José (PERRUCCI, 1973).

O Bairro de São José era o mais densamente povoado, e, apesar de ter sido esparsamente ocupado pelos holandeses, no período 1630-1954, sua configuração urbana era marcadamente luso-brasileira. Possuía longos trechos ocupados por casas de porta e janela, denotando a moradia e serviço de parcelas mais pobres da população, e continha pequenas indústrias e oficinas que supriam de bens e serviços o comércio da cidade.

O Bairro da Boa Vista apresentava uma densidade populacional menor, tendo uso predominantemente residencial. Era o limite entre o núcleo central e os subúrbios da cidade, havendo ainda áreas ocupadas por pequenos sítios, mangues e alagados (MOREIRA, 2005a; PERRUCCI, 1973).

Terceiro, havia os núcleos periféricos e povoados, muitos deles originados de antigos engenhos de cana-de-açúcar, como, por exemplo, Torre, Madalena e Casa Forte. Eles ligavam-se ao núcleo central através de um sistema de estradas carroçáveis, que deram origem as principais avenidas da Cidade do Recife (MOREIRA, 2005a).

O núcleo central era marcado pela presença de quadras maciças e contínuas formadas por casas de porta e janela e sobrados estreitos e altos, interligadas por um sistema labiríntico de ruas, becos e vielas ora retos, ora tortuosos, que abruptamente mudavam de direção (PONTUAL; MILFONT; PICCOLO, 2007). A alta densidade da cidade era quebrada pela presença de vários pátios de igreja e algumas praças, com as torres das igrejas a dominar a paisagem recifense, o que refletia o grande poder eclesiástico da época.

No início do Século XX, o Recife não fugia da descrição feita por Reis Filho (2006) do lote urbano colonial, que era particularmente pequeno na cidade, principalmente no Bairro do Recife: a frente inteiramente ocupada pelas construções, sem recuos laterais, o que fazia com que as edificações definissem as ruas. Essa forma de ocupação, junto com a ausência de praças públicas e de vegetação nos pátios de igreja, tornava o núcleo central da Cidade do Recife extremamente árido, pela quase que completa ausência de vegetação.

Outtes (1997) examina o discurso higienista que se desenvolveu no Recife, no final do Século XIX e início do Século XX, que associou a cidade colonial (arquitetura e urbanismo) à insalubridade, doenças e sujeira. É dentro desse contexto que a medicina social e o discurso higienista advogaram maior controle, intervenção e regulação estatal sobre a cidade, inclusive em pontos como a distribuição dos cômodos das casas e a localização dos equipamentos de saúde e fábricas.

Dentro desse discurso, o Recife era visto como um corpo doente, pestificado, tanto em virtude de causas naturais (acidentes geográficos, clima etc.) quanto pela falta de planejamento na construção da cidade; o legado desse segundo determinante eram as vielas estreitas e tortuosas, serviços públicos insuficientes ou inexistentes etc. (OUTTES, 1997). O autor considera que, a partir do momento em que é elaborado um projeto de cidade pela medicina social, surge junto com ele o planejamento urbano no Recife. A configuração urbana do período colonial, bem como a precariedade das construções, era vista como um perigo à saúde das pessoas, por impedir a penetração dos raios solares e a circulação de ar, bem como por prover um precário abastecimento d'água¹⁸⁹. Os mangues, charcos e alagados eram vistos como ameaças permanentes à saúde pública.

Freitas¹⁹⁰ (1904 apud OUTTES, 1997, p. 47) é emblemático da solução proposta pelo discurso higienista para os problemas da cidade colonial, referindo-se particularmente ao Bairro do Recife: “A picareta faria um serviço incalculavel, si empunhada por mão segura e amestrada, destruísse muita coisa ruim que possuímos, alargando ruas, abrindo avenidas e construindo casas confortaveis de accordo com os preceitos da hygiene moderna.”

Ao lado do discurso higienista, outra crítica foi feita à cidade colonial nos anos 1920 e 1930: a falta de acessibilidade do núcleo central da cidade, resultante da inadequação de seu sistema viário ao uso do automóvel particular. Pontual e Piccolo (2008) colocam que relatórios técnicos e editoriais e artigos de jornal, publicados nos anos 1920 e 1930, apontavam o Bairro

¹⁸⁹ Outtes (1997) mostra que ocorreram noventa e três surtos epidêmicos no Recife na segunda metade do Século XIX; Perruci (1973) aponta que, entre 1870 e 1990, inclusive, houve aproximadamente sessenta epidemias na cidade, o que dá quase uma por ano.

¹⁹⁰ FREITAS, José Octávio de. **Os nossos médicos e a nossa medicina**. Recife: A Província, 1904.

de Santo Antonio como palco de freqüentes congestionamentos de trânsito. A cidade colonial era vista como lenta, atrasada e, acima de tudo, congestionada.

Além da configuração urbana e sistema viário, as próprias edificações remanescentes do Brasil Colônia e Século XIX eram vistas com desprezo pelas elites locais, o que foi referendado por urbanistas de outras partes do país. Outtes (1997) coloca que tanto Washington de Azevedo quanto Prestes Maia avaliaram o casario civil dos bairros de Santo Antonio e São José como insalubres, colocando-os no mesmo nível dos mocambos do Recife.

Em suma, a configuração urbana e a arquitetura remanescentes do Brasil Colônia e primeira metade do Século XIX não tinham muitos defensores nas primeiras décadas do Século XX, sendo uma presa fácil para os discursos e propostas de modernização da Cidade do Recife; mesmo os preservacionistas, reunidos no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, tinham como centro de preocupações apenas os grandes monumentos, notadamente os de arquitetura religiosa e militar.

N.1 A modernização das cidades brasileiras, 1895-1964.

Antes de se adentrar nos planos e projetos de modernização e remodelação urbana formulados e implantados no Recife na primeira metade do Século XX, cabe recorrer a Leme (2005b) para contextualizá-los no cenário nacional. A autora periodiza as tentativas de modernização urbana empreendidas nas principais cidades brasileiras, de 1895 (criação de Belo Horizonte – modernidade no desenho e funcionalidade urbanos) até 1964 (criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU), identificando três etapas distintas.

A primeira etapa vai de 1895 a 1930; os planos e projetos centravam-se em partes selecionadas do tecido urbano (núcleo antigo – área central), e ocorriam tanto na forma de melhoramentos urbanos quanto através de intervenções de caráter de renovação urbana (destruição do tecido urbano colonial e construção de uma nova cidade). Foram formulados e implantados planos de saneamento da cidade (já globais), de melhoria da circulação viária e de reforma e modernização de portos; nesse último caso, combinados com reformas urbanas de grande porte nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Niterói (LEME, 2005b).

A segunda etapa vai de 1930 a 1950; os planos e projetos passaram a ter como objeto de preocupação a cidade como um todo, e não mais apenas partes delimitadas, como, por exemplo, a reforma do Porto do Recife, iniciada em 1909. O cerne das preocupações nessa segunda etapa era a circulação, com a articulação entre os bairros e desses com o núcleo antigo da cidade (modelo radial-perimetral). Essa preocupação com a circulação foi secundada por propostas de criação de sistemas de parques e jardins; houve o início da instituição do zoneamento urbano, e a função “planejamento urbano” foi progressivamente institucionalizada nas prefeituras municipais, em alguns casos tendo chegado esses profissionais ao cargo de prefeito, como, por exemplo, Prestes Maia em São Paulo (LEME, 2005b).

A terceira etapa vai de 1950 a 1964; ela contempla as mudanças da urbanização surgidas nos anos 1950 e 1960, a saber: intensificação do êxodo rural, industrialização, periferização e início da metropolização, com claras diferenças entre as regiões Norte e Nordeste e o Centro-Sul do país. Como será visto no restante desse capítulo, a experiência do Recife, no período 1895-1964 apresenta algumas particularidades, mas não é discrepante de o que ocorreu em outras grandes cidades brasileiras.

N.2 A modernização “pontual” da Cidade do Recife: Bairro do Recife, Derby e Av. Boa Viagem.

A gestão do Conde da Boa Vista à frente da Província de Pernambuco foi marcada pela tentativa de se modernizar a Cidade do Recife, com a construção de grandes prédios públicos de estilo classicismo imperial – Palácio do Campo das Princesas, Casa de Detenção, Teatro Santa Isabel etc. –, estradas, pontes, redes de abastecimento d’água etc. O período 1837-1844 constitui-se em um dos três “períodos áureos” do paisagismo recifense, nas palavras de Mesquita (2004), sendo então dotada a cidade de áreas públicas ajardinadas, praças e passeios públicos, inclusive a Praça Maciel Pinheiro, Praça da República e antigo Passeio Público. Contudo, essas obras eram pontuais, não mudando o panorama geral do Recife.

No primeiro quartel do Século XX, três áreas do Recife foram alvo de projetos de modernização e remodelação urbana, a saber: a) o Bairro do Recife; b) a Campina do Derby; e c) a orla marítima. Essas áreas foram alvo de projetos pontuais, que não se ligavam a planos gerais para a cidade, tornados comuns somente a partir dos anos 1930. Ou seja, desenvolveram-se nesse primeiro quartel propostas pontuais de intervenção para fragmentos da cidade¹⁹¹.

No Bairro do Recife, foi implantado o Projeto de Reaparelhamento e Modernização do Porto (1909-1926), conjuntamente com a reforma do Bairro do Recife, que arrasou a configuração urbana e edificações remanescentes do Brasil Colônia, com raras exceções, como, por exemplo, a Igreja da Madre de Deus.

Essa reforma resultou na quase total obliteração do casario civil e do antigo traçado urbano irregular e também na demolição da Igreja Matriz do Corpo Santo, bem como dos arcos que marcavam as entradas do bairro e de fortes militares. Foram desapropriados centenas de prédios, com o aumento de tamanho dos lotes individuais e conseqüente diminuição de seu número. A abertura de duas grandes avenidas é emblemática da reforma: a Avenida Marquês de Olinda, com vinte metros de largura, e a Avenida Rio Branco, com vinte e quatro metros; a segunda foi traçada sobre um tecido urbano que nada tinha a ver com ela (MOREIRA, 2005a, 2005b; PONTUAL; PICCOLO, 2008; OUTTES, 1997).

A reforma procurou dar um ar parisiense ao Bairro do Recife, tendo clara inspiração nas reformas promovidas por Haussmann em Paris no Século XIX. No lugar das edificações coloniais, surgiram imponentes prédios ecléticos ocupados por bancos, firmas importadoras e exportadoras, seguradoras, confeitarias e comércio de luxo. A reforma promoveu a elitização do bairro, em virtude da diminuição do número de lotes e aumento da terra (MOREIRA, 2005a, 2005b). A Gráfico 008 mostra a trajetória da população do Bairro do Recife, a partir de 1910, revelando a grande perda populacional sentida já nos primeiros anos pós-reforma:

¹⁹¹ A exceção à regra foi a atuação do engenheiro Saturnino de Brito, cujo principal resultado foi o Plano de Saneamento do Recife (1909-1915). Para mais informações sobre esse plano, consultar Moreira (2005a) e Outtes (1997).

Gráfico 008 – Trajetória da população do Bairro do Recife, entre 1910 e 2000, inclusive. Fonte: (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1992; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2007a).

A urbanização da Campina do Derby, promovida pela gestão Sérgio Loreto (1922-1926) à frente do governo do Estado de Pernambuco, representou uma importante expansão planejada da área urbana do Recife, com a provisão de habitação para famílias de classe alta e média alta fora do núcleo central da cidade. O traçado urbano foi inspirado nas cidades-jardim britânicas, com largas avenidas arborizadas e uma grande praça, atualmente dividida ao meio por uma avenida (MOREIRA, 2005c). Foi construído também um dos maiores prédios públicos do estado: o Quartel da Polícia Militar de Pernambuco.

Entretanto, a inspiração das cidades-jardim britânicas foi apenas (e parcialmente) formal, sem o espírito cooperativista e culturalista; além disso, o projeto não previu as áreas de uso comum, tão caras para as cidades-jardim britânicas, transformando-se apenas em um bairro arborizado e ventilado, formado por residências de alto padrão (MOREIRA, 2005c; REIS FILHO, 2006).

A gestão Sérgio Loreto (1922-1926) também promoveu a abertura da Av. Boa Viagem (1924-1926), sob a justificativa de expandir a cidade, já que o núcleo central do Recife encontrava-

se congestionado (MOREIRA, 2005d). Essa avenida passou a representar a modernidade da cidade, e associou a praia e o mar ao lazer e divertimento; inclusive, a implantação de linhas de bonde permitiu o usufruto da Praia de Boa Viagem por habitantes que nunca tinham ido à praia antes. Entretanto, o Bairro de Boa Viagem não se adensou nessa época, ficando a ocupação praticamente restrita à faixa da avenida. O início da ocupação efetiva desse bairro deu-se apenas a partir dos anos 1970, como será visto na análise da gestão Antonio Farias (1975-1979)¹⁹².

N.3 A modernização do núcleo antigo do Recife (Santo Antonio e São José): lógica dos planos e projetos e principais resultados para a cidade.

A partir do final dos anos 1920, e com mais intensidade nos anos 1930 e primeira metade dos anos 1940, o Recife foi objeto de uma série de planos, projetos, formulações, pareceres e discussões¹⁹³ acerca das reformas e remodelações de seu núcleo antigo, principalmente no Bairro de Santo Antonio, que alteraram permanentemente a forma e função dessa parte da cidade; eles também “prepararam o terreno” para a formação da estrutura urbana do Recife, ao longo de todo o Século XX, e influenciaram as alterações pelas quais passou o Bairro de São José nas décadas seguintes, inclusive a conclusão da Avenida Dantas Barreto na gestão Augusto Lucena II (1971-1975).

Todos os planos, projetos, formulações, pareceres e discussões acerca das reformas e remodelações do núcleo antigo do Recife tinham como ideário-chave a tentativa de criação de uma cidade moderna – ordenada, disciplinada, limpa e funcional –, através da obliteração e reconstrução da cidade antiga, vista com desprezo e vergonha pelos urbanistas, intelectuais e classe política no poder. Percebe-se claramente, nos anos 1930 e 1940, a presença dos

¹⁹² O plano de Atílio Corrêa Lima para a Cidade do Recife (1936) já previa a ocupação dos bairros de Boa Viagem e Pina com grandes edifícios de apartamentos de luxo; entretanto, apenas na gestão Antonio Farias (1975-1979) a PCR executou obras de infra-estrutura necessárias para o adensamento desses bairros.

¹⁹³ A supracitada série é composta pelos seguintes elementos principais: a) Plano de Remodelação do Bairro de Santo Antonio (Domingos Ferreira, 1927); b) Projeto do Clube de Engenharia (1930); c) Plano de Fernando de Almeida (1932); d) Plano de Remodelação e Extensão da Cidade do Recife (Nestor de Figueiredo, 1932); e) Plano de Remodelação do Recife (Atílio Corrêa Lima, 1936); e f) Plano de Reforma do Recife – Sugestões de Ulhôa Cintra (1943). Para ver a formulação e resultados de cada um desses elementos, ver Outtes (1997) e Moreira (2005a).

princípios do planejamento urbano modernista, seguindo-se o princípio da “tábua rasa” (OUTTES, 1997; MOREIRA, 2005a). Podem-se destacar nove pontos na lógica desses planos, a saber:

- a) eles incorporaram o ideário do urbanismo modernista; seus propositores e críticos locais e nacionais já tinham travado contato com a bibliografia internacional e experiências de projetos urbanos formulados e implantados, nos EUA e Europa;
- b) o objeto de intervenção ampliou-se do fragmento urbano, nos anos 1910 e 1920 – Bairro do Recife, Campina do Derby e Avenida Boa Viagem –, para a Cidade do Recife como um todo nos anos 1930, mesmo que a partir de planos de remodelação de bairros específicos, no caso o Bairro de Santo Antonio;
- c) as preocupações higienistas, surgidas ainda no Século XIX, e que propõem um maior controle, intervenção e regulação estatais sobre a cidade, influenciando os planos e reformas urbanas do Século XX, são complementadas pelas questões relativas à velocidade das trocas, fluxos e comunicações. A discussão sobre os planos, projetos e pareceres centra-se crescentemente nas alterações do sistema viário e na destruição da antiga cidade colonial, com ênfase no transporte individual (automóvel de passeio);
- d) os planos propõem estabelecer um zoneamento da cidade inteira, ou seja, fazer com que funções determinadas atenham-se a áreas específicas do Recife;
- e) o urbanismo dos anos 1920, 1930 e 1940 projeta-se como apolítico, aproximando-se de uma natureza tecnocrática e autoritária. Não por acaso, é durante o Estado Novo (1937-1945) que as obras de remodelação do núcleo antigo do Recife atingem seu ritmo mais intenso. As instituições representativas eram criticadas pelos urbanistas, pois desviavam os projetos da melhor solução técnica possível;
- f) o processo de formulação e discussão dos planos e projetos de reforma e reformulação do Bairro de Santo Antonio e expansão da Cidade do Recife não foi participativo, inclusive tendo excluído amplas parcelas da população das discussões; essas eram reservadas a um seletivo grupo de profissionais e técnicos e dirigentes da prefeitura municipal;
- g) os planos e projetos deram ênfase ao transporte individual (automóvel de passeio), cujo crescimento acompanhou o da população residente no Recife – mais de 110% entre 1920 e 1940, inclusive;
- h) a ideologia do progresso e da modernização, o *status* de capital regional do Nordeste e o desejo de se tornar uma cidade industrial não combinavam com um núcleo central

formado por becos e vielas sinuosos, ocupados por casario antigo e mal conservado e pardieiros. Levou-se também muito em conta a visão do estrangeiro, para se justificar a obliteração da antiga cidade colonial no Bairro de Santo Antonio;

- i) Os intelectuais comprometidos com a conservação do patrimônio cultural material recifense elegeram como objetos legítimos de proteção, única e exclusivamente, os monumentos, não se preocupando com o casario civil do núcleo central do Recife. Isso foi reforçado pela primeira leva de tombamentos do IPHAN na cidade, que se ateve aos grandes monumentos de pedra e cal do Brasil Colônia.

A modernização do núcleo central do Recife teve como aspectos mais visíveis a abertura e alargamento de grandes avenidas e a verticalização da cidade, com a construção de edifícios residenciais e de escritórios, que alteraram definitivamente a escala da cidade, principalmente do Bairro de Santo Antonio. A Avenida Guararapes é o grande símbolo dessa modernização, com seu conjunto arquitetônico monumental; ela compõe a primeira radial da cidade, ligando o núcleo antigo à Zona Oeste do Recife (OUTTES, 1997). A Avenida Nossa Senhora do Carmo, responsável pela mutilação de parte do casario do Pátio do Livramento, mas que “salvou” a configuração urbana do Pátio de São Pedro, como será visto adiante, transformou-se na fronteira mais visível entre os bairros de Santo Antonio e São José.

No Bairro do Recife, a reforma urbana do início do Século XX obliterou a cidade colonial praticamente inteira, salvo raras exceções. Já nos bairros de Santo Antonio e São José, as remodelações urbanas, nos anos 1930 e 1940, deixaram as duas cidades lado a lado: a cidade moderna e a cidade colonial, grandes avenidas e ruas transversais acanhadas e tortuosas, edifícios de escritórios “convivendo” com sobrados altos e estreitos e casas de porta e janela. O contraste entre o Pátio de São Pedro e a Avenida Dantas Barreto, que será visto nessa tese, é emblemático da “convivência” de duas formas diferentes de se fazer cidades: a colonial e a modernista.

Apesar da influência do ideário modernista, os planos e projetos não deram muito importância à função habitação, logo a que foi considerada como a mais importante pela Carta de Atenas de 1933 (CURY, 2004). Assim como já tinha acontecido no Bairro do Recife, a remodelação do Bairro de Santo Antonio promoveu a sua elitização, com a expulsão de residentes locais e pequenos negócios. Oficinas de ferreiros e marceneiros, bares e lanchonetes, depósitos e armazéns, fábricas de mármore, guloseimas e chapéus, moagens: negócios substituídos nos

anos 1930 e 1940, por prédios de escritórios, órgãos públicos, institutos de previdência social, cinemas, bancos e restaurantes (OUTTES, 1997; MOREIRA, 2005a). A população residente também caiu, chegando a ser inexpressiva em 2000, como visto anteriormente.

Em 1936, foi publicado o Regulamento de Construções, peça de legislação pioneira referente ao zoneamento da Cidade do Recife, dividindo-a em quatro zonas, a saber: principal, urbana, suburbana e rural. O regulamento tinha uma visão de cidade mononuclear, incentivando o adensamento e verticalização da periferia ao centro. Outtes (1997) vê um caráter segregador nessa peça de legislação, pois ela dificultava a habitação das classes menos favorecidas no então núcleo central do Recife.

Enquanto o Bairro do Recife foi “renovado” e o Bairro de Santo Antonio “modernizado,” na primeira metade do Século XX, o Bairro de São José chegou a 1969, ano da criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, marcado mais por permanências de o que por transformações em sua configuração urbana e arquitetura remanescentes do Brasil Colônia e do Século XIX. Nele, ainda funcionavam oficinas e pequenas unidades fabris; a população residente cresceu até os anos 1960, tornando-o o mais populoso do núcleo antigo. Em suma, era o bairro mais “popular” desse núcleo, residência de famílias, palco de festas e manifestações populares, blocos carnavalescos e do Mercado de São José¹⁹⁴.

Cabe destacar que os planos, projetos e pareceres influenciaram a intervenção pública no Recife, ao longo do Século XX; Outtes (1997) aponta que algumas propostas só foram implantadas na gestão Gustavo Krause/Jorge Cavalcante (1979-1983), definindo a atual estrutura urbana da cidade.

¹⁹⁴ Para se ter uma boa idéia da diferença entre o Bairro de São José e os bairros do Recife e Santo Antonio, uma das principais realizações da gestão Pelópidas Silveira II (1955-1959) foi a pavimentação em asfalto de várias ruas do Bairro de São José (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1983a); elas ainda eram de terra, em sua maioria, em meados dos anos 1950.

APÊNDICE O – A folheteria turística do Recife, anos 1960 – complemento.

O material mais antigo, intitulado “Excursão através do Recife e arredores,” foi publicado na gestão Miguel Arraes (1959-1962). Ele sugere uma série de passeios e programas ao turista e visitante, concentrando-se no núcleo antigo do Recife, mas propondo também itinerários para as zonas Sul, Norte e Oeste, além de Olinda e Jaboatão dos Guararapes. A ênfase do material é nos grandes monumentos da cidade, principalmente templos religiosos e grandes prédios públicos; a Igreja de São Pedro dos Clérigos é o monumento que merece maior número de linhas e destaque em todo o material (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 196-?).

O casario civil da Cidade do Recife, inclusive o colonial e de estilo classicismo imperial e eclético, é quase que totalmente ignorado, inclusive o do núcleo antigo. A Praia de Boa Viagem não recebe muito destaque, e o bairro é descrito como pouco adensado. A “Excursão através do Recife e arredores” já prenunciava o pouco espaço cedido ao composto sol, mar e praia na folheteria do Recife durante os anos 1960; o foco são os monumentos históricos e artísticos.

A pesquisa documental recolheu dois mapas turísticos dos anos 1960, a saber: a) Mapa Turístico da Cidade do Recife, 1963/64 (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1963a); e b) Mapa Turístico da Cidade do Recife, 1966/67 (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1966). Ambos são muito parecidos no conteúdo, logo serão analisados conjuntamente.

Os mapas são divididos em três partes. A primeira parte contempla as festas típicas populares, com destaque para o Carnaval, as festas religiosas católicas e as festas afro-brasileiras, inclusive com a programação dos terreiros da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1963a; PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1966). Os dois mapas turísticos também indicam festas de bairro, direcionando o turista e visitante para várias partes do Recife. Ainda não haviam sido criadas as festas dirigidas ao mercado turístico, que já ocupam grande parte do material turístico publicado no início dos anos 1970.

A segunda parte lista entidades e negócios turísticos, como, por exemplo, bares e restaurantes, agências de viagens e turismo, hotéis, consulados e casas de *souvenirs*. A maior parte deles concentra-se no núcleo antigo do Recife, principalmente nos bairros de Santo Antonio (Av.

Guararapes), São José e Boa Vista (Avenida Conde da Boa Vista), não obstante a presença de alguns hotéis, bares e restaurantes em Boa Viagem e no Pina. A terceira parte traz um (edição 1963/64) ou dois (edição 1966/67) mapas da cidade, privilegiando-se o núcleo antigo.

A Foto 214 mostra a capa do Mapa Turístico da Cidade do Recife, 1966/67, retratando a Igreja de São Pedro dos Clérigos:

Foto 214: Capa do Mapa Turístico da Cidade do Recife, 1966/67 (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1976).

APÊNDICE P – A folheteria turística do Recife, 1969-2008 (complemento).

L.1 A gestão Geraldo Magalhães (1969-1971).

Foto 215: Calendário Turístico 1971 (EMPRESA METROPOLITANA DE TURISMO, 1971a). O Calendário Turístico 1971 foi o primeiro material a destacar o composto sol, mar e praia, dentro da folheteria turística da PCR. Ele também não deixava de servir como propaganda política da gestão Geraldo Magalhães (1969-1971), ao trazer duas obras importantes, a saber: a) a remodelação da orla de Boa Viagem; e b) o Centro Permanente de Turismo do Recife.

Foto 216: Propagandas no Mini guia Recife: Bumba Meu Bar e Bodega 21 (EMPRESA PROMOCIONAL DE TURISMO, 1970).

L.2 A gestão Augusto Lucena II (1971-1975).

Foto 217: Recife: Venha viver o Recife (EMPRESA METROPOLITANA DE TURISMO, 1974a). Assim como na gestão anterior, o patrimônio cultural dividia a folheteria turística com o composto sol, mar e praia; a verticalidade da Igreja de São Pedro dos Clérigos sempre foi usada no material promocional da PCR.

L.3 A gestão Joaquim Francisco (1983-1985).

No período 1983-1985, surgiram os primeiros materiais promocionais que vinculavam a imagem do Recife e de Pernambuco, de forma geral, ao composto sexo, sol, mar e praia, com destaque para o primeiro elemento. Nos anos 1980, o Recife já tinha entrado na rota do turismo sexual, praticado principalmente por europeus; concentrado em hotéis, boates, bares e restaurantes dos bairros de Boa Viagem e Pina, esse turismo associou a imagem do Recife à vida noturna, à prostituição, inclusive infantil, e ao consumo de drogas ligado ao composto sol, mar e praia. As fotos 218 e 219 mostram a utilização da sensualidade e da beleza da mulher pernambucana, para a promoção do Recife como destino turístico:

Foto 220: Mapa turístico do Grande Recife (I) (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE; SHOPPING CENTER RECIFE, 199-?).

Foto 221: Mapa turístico do Grande Recife (II) (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE; SHOPPING CENTER RECIFE, 199-?).

O casario civil restaurado da Rua do Bom Jesus ocupa o lugar que era da Igreja de São Pedro dos Clérigos, na Foto 024, por exemplo, na combinação com o composto sol, mar e praia: “A noite do Recife é dos grandes encontros. [...] No Bairro do Recife, reduto de intelectuais, artistas e boêmios, dançar de rosto colado. E terminar a noite no Pólo Pina para conferir o agito, a vanguarda da música pernambucana, a ‘mangue beat’.” Nos anos 1990 e 2000, a Rua do Bom Jesus passou a ocupar o espaço que era do Pátio de São Pedro, na folheteria turística dos anos 1970 e 1980.

L.5 A gestão Roberto Magalhães (1997-2000).

A Rua do Bom Jesus continuou sendo o principal cartão postal da cidade, ao lado da Praia de Boa Viagem, tendo lugar de destaque na folheteria turística da gestão, como mostra a Foto 222:

Foto 222: Recife: a capital do seu coração (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 199-?b).

APÊNDICE Q – A Estrutura urbana do Recife da gestão Antonio Farias (1975-1979) – material de apoio.

A Foto 223 mostra o plano para os três anéis, implantado na gestão Antonio Farias (1975-1979):

Foto 223: Anéis viários do núcleo antigo do Recife (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1976b, p. 26). Na foto, temos o Anel Viário do Bairro do Recife (indicado com seta azul), o Anel Viário dos bairros de Santo Antonio e São José (indicado com seta vermelha) e o Anel Viário do Bairro da Boa Vista (indicado com seta verde). Os logradouros marcados com tinta amarela representam o passeio de pedestres, parcialmente implantado na gestão Antonio Farias (1975-1979). Ele nunca chegou ao Pátio de São Pedro e em algumas das suas vias de acesso, como, por exemplo, a Rua do Fogo, restringindo-se aos principais logradouros comerciais do núcleo antigo.

A Foto 224 mostra a proposta de formação do Eixo de habitação e seus serviços e do Eixo de empregos:

Foto 224: Proposta para a estrutura básica da Cidade do Recife (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1976b, p. 19). O eixo de habitação de alta densidade consolidou-se nos anos 1980 e 1990, nos bairros de Boa Viagem e Pina, como indicado pela seta amarela.

APÊNDICE R – Mecanismos necessários à preservação das estruturas urbanas de interesse histórico e cultural da Cidade do Recife.

O documento foi fruto de um convênio entre a Seplan/PR e a PCR, cujo principal objetivo era possibilitar à prefeitura municipal desenvolver políticas públicas patrimoniais efetivas. Ele reconhecia o contraste existente, inclusive na esfera municipal, entre a consolidação da legislação de preservação patrimonial e as ações práticas na área. No caso da Cidade do Recife, apontava-se a inefetividade da legislação de preservação patrimonial, pelo simples fato de ela não ter vindo acompanhada de nenhum outro projeto ou ação pública na área patrimonial (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE; SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1981).

Tomando como estudo de caso o sítio histórico do Bairro da Boa Vista, propunha-se usar como fonte de recursos para a sua recuperação a transferência do potencial de construção de um lote (sítio histórico) para outro, localizado em áreas pré-definidas pela PCR. Pretendia-se assim compensar os proprietários pelas restrições impostas a seus direitos de propriedade pela legislação de preservação de sítios históricos (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE; SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1981).

Propunha-se também a criação de um sistema municipal do patrimônio cultural, formado por quatro componentes, a saber:

- a) o Programa de Revitalização dos Sítios Históricos da Cidade do Recife – PRO/SITIOS –, que congregaria todas as ações de preservação patrimonial da PCR;
- b) o Conselho de Preservação dos Sítios Históricos da Cidade do Recife – CON/SITIOS –, que se tratava de um conselho normativo, consultivo e fiscalizador, composto majoritariamente por representantes das três esferas de governo (federal, estadual e municipal);
- c) o Fundo de Preservação dos Sítios Históricos da Cidade do Recife – FUNDO/SITIOS –, que seria criado para o financiamento do PRO/SITIOS. Apesar de exigir um aporte inicial de recursos, a idéia era que o programa conseguisse rodar basicamente com os recursos gerados pela transferência do potencial de construção. Inclusive, a URB poderia comprar e vender propriedades nos sítios históricos, e também administrar

diretamente terrenos e edifícios, desde que isso auxiliasse no processo de revitalização;

- d) a Coordenação de Preservação dos Sítios Históricos da Cidade do Recife – COO/SITIOS –, que seria a estrutura técnica e executiva de todo o sistema; ela seria institucionalizada como órgão ligado diretamente ao Diretor Presidente da URB (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE; SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1981)¹⁹⁵.

Fruto de um convênio de dois anos entre a Seplan/PR e a PCR, o documento não traz apenas idéias gerais e diretrizes abstratas; ele contempla a apresentação e a discussão de propostas alternativas para a transferência do potencial de construção, o cálculo da taxa de administração da URB e as minutas do decreto e da portaria para a construção do sistema municipal do patrimônio cultural, entre outros detalhes. A maior parte das propostas está devidamente descrita, detalhada e discutida no documento.

¹⁹⁵ O sistema municipal do patrimônio cultural tinha três objetivos ligados aos sítios históricos, a saber: a) a recuperação do patrimônio histórico e artístico edificado e ambiente urbano; b) a fixação da população residente; e c) a revitalização social e econômica das áreas. Nesse último, a revitalização é citada, mas não é descrita, nem explicada, sequer minimamente aprofundada. Em algumas partes do documento, utiliza-se também a expressão “reanimação social e econômica” (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE; SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1981)

APÊNDICE S – O Programa de Recuperação do Centro da Cidade da gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988): projetos e ações específicos (proposta).

Seguem, abaixo, os principais projetos e ações do Programa de Recuperação do Centro da Cidade, formulado na gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988):

- a) o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife: projeto de regeneração urbana do Bairro do Recife, capitaneado pelo restauro e adaptação de edificações do bairro para usos sociais: habitação coletiva, restaurante popular etc. (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1987b). Como coloca Amélia Reynaldo: “Porque a tônica aí [Bairro do Recife] era a questão social. Foi quando a Cidade do Recife se deu conta da favela, que era a Favela do Rato, hoje Favela do Pilar. Ela não estava nem mapeada em nossas manchas de áreas pobres” (Entrevista na Cidade do Recife, 21/12/2010);
- b) o Projeto de renovação urbana da Praça Machado de Assis: remanescente da gestão José do Rêgo Maciel (1953-1955) e ainda hoje não implantado, o projeto pretendia criar uma área de amenização ambiental e de expansão do comércio varejista no Bairro da Boa Vista;
- c) a construção do Centro de Criatividade na Praça da República, Bairro de Santo Antonio, visando a transformação desse logradouro em um centro de atividades artístico-culturais, e propiciando uma vida noturna ao núcleo antigo, então já “deserto” à noite;
- d) a recuperação de dois dos principais logradouros comerciais do núcleo antigo: a Rua Nova e a Rua da Imperatriz. No segundo caso, a Revitalização da Rua da Imperatriz objetivava transformá-la em um “Shopping Center a céu aberto,” revertendo a perda de clientela para outras partes da cidade e a deterioração física do logradouro. A proposta unia a cobertura do logradouro, a construção de um edifício-garagem, a padronização do mobiliário urbano e da sinalização das lojas à formação de um condomínio dos lojistas, que se responsabilizariam pela administração da Rua da Imperatriz (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1988b). A Revitalização da Rua da Imperatriz fazia parte de um conjunto de projetos e ações voltado à recuperação do comércio varejista do centro expandido, que já tinha que concorrer com o desenvolvimento comercial de outras partes da cidade, inclusive do Shopping Center Recife;

- e) o ordenamento espacial dos camelôs e ambulantes: a gestão Jarbas Vasconcelos I (1986-1988) rompeu com o padrão de confronto aberto com os camelôs e ambulantes do núcleo antigo; a proibição cedeu espaço ao ordenamento do comércio informal de rua, que foi permitido inclusive nos principais logradouros comerciais;
- f) o Projeto de Fixação Habitacional no Bairro da Boa Vista;
- g) outros projetos e ações (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986a; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986b; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986c).

APÊNDICE T – Obras emblemáticas da gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996): o Pólo Pina e o Calçadão dos Mascates.

As fotos 225, 226 e 227 mostram alguns dos resultados físicos da criação do Pólo Pina:

Foto 225: Portal do Pólo Pina (Rua Herculano Bandeira). Fonte: autor. A foto é de janeiro de 2011.

Foto 226: Totem do Pólo Pina (Avenida Boa Viagem). Fonte: autor. A foto é de janeiro de 2011. O posto de gasolina foi reformado, de modo a não tirar a vista da praia e do mar, de quem se encontra na Rua Herculano Bandeira.

Foto 227: Pólo Pina. Fonte: autor. A foto é de janeiro de 2011. O calçamento e o mobiliário urbano são remanescentes da reforma promovida na gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996). Defronte ao Pólo Pina, a Praia de Boa Viagem sediou alguns dos principais eventos promovidos por essa gestão, com destaque para o Verão Vivo e o Recife Alto Astral.

A maior parte dos bares e restaurantes já tinha fechado no final dos anos 1990, quando o Pólo Pina “saiu de moda,” algo corriqueiro na vida noturna da Cidade do Recife.

As fotos 228 e 229 mostram o Calçadão dos Mascates (Camelódromo):

Foto 228: O 1º módulo do Camelódromo

Foto 229: O 6º módulo do Camelódromo

Foto 228: O 1º módulo do Calçadão dos Mascates fica quase defronte à Travessa/Rua de São Pedro, uma das vias de acesso ao Pátio de São Pedro; a Foto 023 permite se ter uma melhor idéia da localização desse módulo no Bairro de São José.

Foto 229: o último módulo do Calçadão dos Mascates encontra-se abandonado, por falta de consumidores. A área, perto da Praça Sérgio Loreto, é de pouco movimento no núcleo antigo.

Há quatro pontos a destacar sobre o Calçadão dos Mascates, a saber: a) o projeto já previa fazer com que o Calçadão dos Mascates fosse parecido a um conjunto de pequenos *shopping centers*, inclusive contando com praças de alimentação; b) a proposta de implantação do Calçadão dos Mascates foi muito criticada por arquitetos e urbanistas e por segmentos da sociedade civil, sendo hoje considerado por muitos comentadores algo feio e de pouca utilidade para a cidade; c) a gestão Roberto Magalhães (1997-2000) não manteve o esquema de parada e circulação de ônibus que provia público consumidor ao Calçadão dos Mascates e ao Shopping Santa Rita, fazendo com que a perda de consumidores e a deterioração desses espaços e equipamentos já tivessem começado poucos anos após sua inauguração; e d) o Calçadão dos Mascates demonstrou a pouca utilidade da Avenida Dantas Barreto para o sistema viário da Cidade do Recife, mesmo depois de mais de vinte e cinco anos de concluída, ao ocupar parte de seu leito sem maiores inconvenientes à circulação de automóveis e ônibus no núcleo antigo.

APÊNDICE U – Programa Estruturador do Recife (PROEST) – complemento.

O PROEST identificava dois problemas básicos no Recife, a saber: a) a desarticulação entre o setor público e o setor privado; e b) a degradação do patrimônio ambiental e humano. Ele foi um programa estruturado para implantar vários dos projetos propostos pelo PDCR/PCR e pelo programa de governo dessa gestão (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1993b; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1996a).

As suas duas principais propostas de ação eram a parceria entre o setor público e o setor privado e a participação dos diversos setores da sociedade no planejamento e na implantação de ações e projetos. No primeiro caso, isso era combinado com a promoção da recuperação de áreas degradadas e deterioradas, através do estímulo aos investimentos imobiliários. Segundo o PROEST, a área que deveria receber prioridade era o núcleo antigo, com destaque para os bairros do Recife e de São José, inclusive o Cais de Santa Rita e o Cais José Estelita (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1993b; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1996a). Reconhecendo que o núcleo antigo, a Zona Sul e a Zona Norte apresentavam processos de desenvolvimento urbano desconexos, “O PROEST identifica que somente a recuperação desta área central levará o Recife a se reintegrar como cidade (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1996a, p. 5).”

Segundo o PROEST, as principais oportunidades de investimento no Recife ligavam-se ao lazer e turismo, ao setor terciário moderno (saúde, educação, engenharia, sistemas de informação etc.) e ao comércio e serviços de importância regional. Da combinação dos problemas básicos identificados na cidade, das principais propostas de ação e da prioridade dada ao núcleo antigo com as principais oportunidades de investimento, o programa listava cinco projetos-alvo, dos quais o primeiro destaca-se para os propósitos desse trabalho: o Projeto Fachada Portuária do Recife (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1993b).

Nele, a Revitalização do Bairro do Recife e a Revitalização do Cais José Estelita (Bairro de São José) ligavam-se à implantação de marinas, de habitações de classe média alta e de centros empresariais, reocupando-se uma parte empobrecida e deteriorada da cidade com empreendimentos voltados a um público de mais alta renda (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1993b; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1996a). Pelo teor dos documentos, isso deveria ser feito em conjunto com o setor privado, se possível através de

uma parceria público-privada, na qual as habitações de luxo uniriam-se ao setor terciário moderno e ao lazer e turismo, para a regeneração dos supracitados espaços urbanos.

APÊNDICE V – O Programa Revitalização do Centro: o fim melancólico da utilização do catálogo de projetos da URB para a regeneração urbana do núcleo antigo do Recife.

Em fevereiro de 1993, segundo mês da gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996), o DPSH/URB elaborou um documento que, além de trazer a trajetória histórica dos bairros de Santo Antonio e São José, descrevia a heterogeneidade das diversas áreas que compunham os supracitados bairros (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1993c). Era uma primeira tentativa de retomar a proposta de se recuperar o núcleo antigo, que já tinha sido feita nas duas gestões anteriores, com poucos resultados concretos.

Em abril de 1993, o DPSH/URB, com o apoio da Diretoria de Projetos Urbanos, publicou o Projeto Reabilitação dos Pátios, que, além dos quatro pátios de igreja dos bairros de Santo Antonio e São José, contemplava também a Rua Larga do Rosário, a Praça Dezesete e a Praça Dom Vital (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1993d). Tratava-se de um documento simples, no qual, para cada logradouro, apresentava-se uma ficha com o tipo de intervenção, a situação atual e as propostas de recuperação.

O “olhar” é sempre o do arquiteto e urbanista preocupado com a preservação patrimonial (física). Preocupa-se com a infra-estrutura de cada logradouro, seu mobiliário urbano, casario e elementos descaracterizantes. A arborização também é objeto das fichas individuais, assim como o comércio informal (ambulantes e camelôs). Contudo, o nível de detalhamento é baixo; não há valores estimados para as intervenções, em nenhuma parte do documento.

Por fim, em maio de 1993, o DPSH/URB, novamente com o apoio da Diretoria de Projetos Urbanos, lançou o Programa Revitalização do Centro (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1993e). Mais uma vez, como já tinha acontecido nas duas gestões anteriores, tratava-se apenas de um catálogo de projetos, muito reduzido em relação aos seus antecessores. Ele era composto pelos sete logradouros contemplados pela Prefeitura da Cidade do Recife (1993d), pela proposta de recuperação da Rua do Hospício, pelos projetos de cunho social do Bairro do Recife e pelo “eterno” projeto de renovação urbana da Praça Machado de Assis (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1993e).

Contudo, ao contrário de seus antecessores, o Programa Revitalização do Centro não se desenvolveu ao longo dessa gestão, nem ao menos através da formulação e atualização de

projetos. Ele não informava mais o gestor público sobre as prioridades ou mesmo sobre as opções de investimento público no núcleo antigo. Nos bairros de Santo Antonio e São José, o Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro foi desenvolvido dentro de uma linha estranha ao DPSH/URB; esse departamento participou apenas na questão dos projetos arquitetônicos para o casario civil.

No caso do Bairro do Recife, o Plano de Revitalização do Bairro do Recife, e mais ainda a sua implantação, na gestão Jarbas Vasconcelos II (1993-1996) e na gestão Roberto Magalhães (1997-2000), não se preocupou com os projetos de cunho social, formulados ainda no período 1986-1988. Os projetos Habitação Coletiva II, Restaurante Popular, Núcleo de Vida Cooperativa, Creche e Habitação Coletiva nunca saíram do papel.

Alguns projetos individuais desenvolvidos pelo DPSH/URB, como, por exemplo, o Projeto Pátio de Santa Cruz, que estava incluído em Prefeitura da Cidade do Recife (1993d), ficaram apenas no papel (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1994). Apesar das listagens anuais das realizações da PCR incluírem a “Linha Prioritária 11: Recife Novo de Novo,” na qual se inseria o “Programa 32: Revitalização do centro histórico do Recife” (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1993a; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1994a), nota-se, nessa gestão, que os processos de regeneração urbana no núcleo antigo foram guiados por propostas localizadas, uma para o Bairro do Recife e outra para o Pátio de São Pedro¹⁹⁶.

¹⁹⁶ Em 1994, a PCR reformou o Pátio do Livramento, inclusive transferindo para outras áreas o comércio informal de rua que estava ali localizado. Não é possível afirmar, com base na documentação recolhida, se esse projeto derivou do Programa Revitalização do Centro. Fica apenas aqui a indicação da obra executada pela PCR, que recuperou fisicamente o supracitado logradouro.

APÊNDICE W – Imóveis Especiais de Preservação (IEPs) – complemento.

As fotos 230, 231 e 231 trazem alguns IEPs da Cidade do Recife:

Foto 230: Castelinho, na Avenida Boa Viagem. Fonte: autor. A foto é de janeiro de 2011. Trata-se do último edifício em estilo escandinavo na Cidade do Recife – pelo menos, o casarão é classificado como tal. A preservação do Castelinho foi uma das justificativas para se aprovar a legislação dos IEPs, “arregimentando” a classe média alta recifense para esse novo tipo de preservação patrimonial.

Foto 231: Praça de Casa Forte (I). Fonte: autor. A foto é de janeiro de 2011. A Praça de Casa Forte, com seus casarões ecléticos, foi alvo de uma série de empreendimentos imobiliários, que se aproveitaram dessa nova legislação.

Foto 232: Praça de Casa Forte (II). Fonte: autor. A foto é de janeiro de 2011. Nesse caso, o prédio não apenas interfere na ambiência e visibilidade do casarão eclético, ele literalmente se projeta sobre a edificação “protegida.”

Teresa Uchôa de Queiroz comenta sobre a criação dos IEPs, na linha de que foi feito o melhor possível, já que não era possível preservar se desconsiderando os interesses imobiliários:

Mesmo nas discussões acaloradas [sobre os IEPs], prende-se mais ao estético. A gente [DPSH/URB] avaliou muito, e achou que era melhor ter alguma coisa... há algumas intervenções que estão com um equilíbrio perfeito, dependendo de quem está fazendo o projeto, e têm umas que... Porque era o “renovar preservando,” e o principal era o renovar. [...]. Então, a gente... mas você preferiria que derrubasse? Você preferiria perder esse lambrequim, perder esse terraço? [...] Como preservação, eu acho que, mesmo perdendo um pouco da estética, mantém-se o imóvel. (Entrevista na Cidade do Recife, janeiro de 2011)

APÊNDICE X – Recife 2000 – complemento.

O documento é muito bem trabalhado visualmente, contando com mapas, croquis e desenhos. Por outro lado, os programas, projetos e ações são apresentados de forma sumária, apenas ilustrativa; novamente, as obras previstas no sistema viário municipal são a exceção à regra.

Propõem-se duas grandes estratégias para o Recife, a saber: a) o “Crescer Preservando”; e b) o “Resgate da Cidadania” (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1997b). No segundo caso, a estratégia é composta majoritariamente por obras no sistema viário municipal, sem que haja uma ligação clara com o resgate da cidadania da população mais carente.

A estratégia Crescer Preservando englobava quatro programas no núcleo antigo, a saber: a) o Plano Diretor do Bairro do Recife; b) a Dinamização dos Bairros de Santo Antonio e São José; c) o Estruturar e Fortalecer a Boa Vista; d) as Melhorias da Circulação do Centro (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1997b)¹⁹⁷. A passagem abaixo sintetiza a lógica dessa estratégia:

Às portas da virada do século, “**PRESERVAR**” passou a ser o discurso de contemporaneidade. Através das referências de um passado mais ou menos longe, as cidades despertam para um preservar como racionalidade econômica, coerência urbanística, interesse social ou equilíbrio ecológico. [...] Através de ações estratégicas, pretende-se tornar o Recife [em] um foco polarizador do turismo, sem perder de vista a busca por uma melhor qualidade de vida e o respeito ao seu **PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO E NATURAL**. (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1997b, grifo do autor)

É interessante notar que o patrimônio cultural ascende no discurso da PCR desde a gestão Antonio Farias (1975-1979), chegando ao seu ápice na gestão Roberto Magalhães (1997-2000) – Recife 2000 e Projeto Capital – e na gestão João Paulo (2001-2008) – Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda. Contudo, a função de preservação patrimonial perde gradativamente a sua importância dentro da estrutura da PCR (DPSH/URB), acompanhando, ironicamente, a deterioração do acervo patrimonial da própria cidade.

¹⁹⁷ O quinto programa da estratégia “Crescer Preservando” era a Renovação Urbana de Santo Amaro, bairro do centro expandido do Recife.

De forma similar, o turismo cresce na agenda pública municipal, desde a gestão Joaquim Francisco/Gilberto Marques Paulo (1989-1992), mas isso também não se reflete na estrutura administrativa da PCR; o turismo permanece restrito a ações de promoção e divulgação turística, mesmo que, formalmente, atinja a posição de pasta municipal, com a criação da Secretaria de Turismo (meados dos anos 2000). É como se o “futuro da cidade” ficasse sob a responsabilidade de duas estruturas inexpressivas da PCR, além do combalido DPSH/URB, que seria extinto na gestão João Paulo (2001-2008).

O Recife 2000 trazia o Bairro do Recife como prioridade de governo, com um programa exclusivo para ele. Trazia também velhas propostas para o núcleo antigo, como, por exemplo, a recuperação de pátios e largos de igrejas, o incentivo à função residencial no Bairro da Boa Vista, a recuperação da Rua da Imperatriz, através da emulação de conceitos aplicados em *shopping centers*, e a integração dos pátios de Santa Cruz e de São Gonçalo (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1997b). O Plano Setorial Marinas José Estelita também estava lá; “sonho de consumo” do prefeito municipal, ele pretendia transformar um cais e uma série de armazéns redundantes, localizados em uma das áreas mais abandonadas do Bairro de São José, em um centro residencial, hoteleiro e empresarial de alto luxo, que contaria com uma marina de padrão internacional¹⁹⁸. Esse projeto seria aproveitado no Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda, mas, em virtude da compra da área pelo Grupo Moura Dubeux, os planos iniciais da PCR já foram abortados, como será visto no próximo item.

Há três outros pontos importantes no Recife 2000, que guiaram a gestão Roberto Magalhães, e seriam encontrados também no Projeto Capital. Primeiro, buscam-se sempre parcerias público-privadas para a implantação de projetos, seguindo-se a lógica já apresentada no PROEST. Segundo, banaliza-se o termo “revitalização.” Mesmo ações simples, como a implantação de sinalização urbana, enquadravam-se agora como uma “revitalização.” Terceiro, o turismo “multiplica-se” no documento; ele é usado como justificativa para todo tipo de projeto e ação pública, desde o Bairro do Recife até a recuperação dos morros da cidade, passando pelo Plano Setorial Marinas José Estelita.

¹⁹⁸ A Lei N. 16.550, de 26/01/2000, instituiu formalmente a Área Temporária de Reurbanização do Cais José Estelita, prevendo a formulação de um plano urbanístico para a área (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2000a). Contudo, essa proposta não foi implantada.

APÊNDICE Y – Projetos, ações e atuação da Secretaria de Turismo (e Esportes) na gestão João Paulo (2001-2008).

Em 2001, a Secretaria de Turismo e Esportes lançou um programa de desenvolvimento turístico, intitulado “Destino: Recife, Brasil.” Contudo, ele resumiu-se à chamada de alguns materiais promocionais, sendo descontinuado no segundo governo João Paulo (2005-2008). Nesse mesmo ano, a PCR encomendou ao Instituto de Administração e Tecnologia (ADM&TEC), firma privada de consultoria, a formulação do Plano Diretor para o Turismo da Cidade do Recife, publicado em 2002. Em resumo, ele trazia vinte e oito proposições para a gestão pública municipal do turismo; a maior parte delas envolveria a participação de outras pastas e órgãos municipais e/ou de outras esferas de governo, por tratar, por exemplo, do Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes-Gilberto Freyre e do sistema viário municipal (INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA, 2002a)¹⁹⁹. Isso tornou o Recife em uma das poucas cidades brasileiras a possuir um plano diretor para o turismo.

No período 2001-2008, produziram-se alguns dos melhores materiais de promoção turística do Recife, graficamente e em conteúdo e proposta. Ao invés de apenas se listar as principais atrações, propunha-se ao turista e ao visitante alguns roteiros e uma programação semanal completa, para incentivar uma maior estadia, inclusive do turista de negócios. O documento-chave dessa proposta, aplicada também nos mapas turísticos, apresentava vários roteiros do Recife e cidades próximas (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE; SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PERNAMBUCO, 2004).

¹⁹⁹ O ADM&TEC, de propriedade de um ex-presidente da EMPETUR, elaborou esse plano diretor e mais de dez outros estudos e pesquisas para a Secretaria de Turismo e Esportes, entre 2001 e 2005, inclusive; todos foram feitos com dispensa de licitação, e renderam mais de R\$ 3.500.000,00 à firma de consultoria. Alguns desses trabalhos, que custaram individualmente centenas de milhares de reais à PCR, consistem de revisões sumárias da literatura analítica ou propostas normativas, sem embasamento teórico nem comparações com experiências nacionais e internacionais. A quase totalidade das propostas e projetos fruto do trabalho do ADM&TEC nunca saiu do papel. O “Estudo sobre a Potencialidade Turística do Pólo Médico da Cidade do Recife” reflete o padrão de qualidade dos trabalhos dessa. Para medir a qualidade do pólo médico do Recife e sua importância dentro do país, foram entrevistados quarenta e cinco profissionais que trabalham em unidades de saúde do Recife, que classificaram a própria cidade como o segundo pólo médico mais importante do Brasil, atrás apenas de São Paulo (INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA, 2002b). A PCR ainda usa essa pesquisa para afirmar que o Recife sedia o segundo pólo médico do país.

A PCR participou de projetos com outras entidades, esferas de governo e cidades. Junto com João Pessoa, Maceió e Natal, ela fez parte do Projeto Rota 33, que tentava promover a exploração turística conjunta desses quatro destinos (FUNDAÇÃO CTI/NE; COMPANHIA HIDRO-ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 200-?). Em parceria com associações, prefeituras municipais, organizações não governamentais e três governos estaduais, ela também participou do Roteiro Turístico-Cultural Civilização do Açúcar (SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PERNAMBUCO, 200-?).

Entretanto, os planos grandiosos, junto com a criação da Secretaria de Turismo e Esportes, não foram acompanhados pelos recursos materiais – humanos e financeiros – necessários para implantar e operacionalizar tudo o que foi proposto e formalmente assumido pela supracitada pasta municipal. Ela não conseguiu superar a precariedade e o isolamento da área de turismo dentro da estrutura administrativa da PCR, em virtude de dois pontos principais.

Primeiro, na prática, o turismo continuou não sendo uma prioridade da gestão municipal, inclusive no tocante aos investimentos públicos – os pagamentos feitos ao ADM&TEC foram uma exceção à regra. José Otávio de Meira Lins, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis em Pernambuco, relata a falta de prioridade dada ao turismo, no período 2001-2004:

Romeu [Neves Baptista]²⁰⁰ é uma pessoa muito boa, mas o seu problema é não ter conseguido gerir a estrutura do Partido dos Trabalhadores na PCR. [...] Essa secretaria passou os últimos quatro anos com pouca atividade, decorrente do fato de o antigo secretário não ter o apoio do prefeito. **O próprio João Paulo reconhece que, em seu primeiro mandato, ele não fez absolutamente nada para o turismo na Cidade do Recife.** Isso foi dito em uma reunião que nós tivemos com o próprio prefeito, no qual o secretário municipal Romeu, que é meu amigo, não estava presente. É a prova da falta de prioridade ao turismo na Cidade do Recife. (Entrevista na Cidade do Recife, janeiro de 2005, grifo nosso)

Segundo, a Secretaria de Turismo e Esportes não contava com uma equipe capacitada e preparada. Por exemplo, a terceira pessoa na hierarquia da pasta municipal praticamente não tinha experiência profissional na área, e resumia suas atividades à parte operacional. Isso se juntava ao caráter *top-down* da gestão; na prática, todo o planejamento concentrava-se no

²⁰⁰ Secretário municipal de turismo e esportes entre 2001 e 2004, inclusive.

titular e no secretário-adjunto. Ilustrativo disso é que, dos três funcionários entrevistados, em 2005, nenhum teve acesso à documentação produzida pelo ADM&TEC, tendo apenas vaga idéia, por exemplo, do conteúdo do plano diretor.

Como resultado desses dois pontos, a maior parte das propostas nunca saiu do papel ou do nome fantasia. O Plano Diretor para o Turismo da Cidade do Recife transformou-se em uma das maiores obras de ficção científica do Recife, inclusive por ser desconhecido por outras pastas, órgãos e entidades municipais, e também pela própria equipe da Secretaria de Turismo e Esportes. Os roteiros turísticos, a Rota 33 e o Roteiro Turístico-Cultural Civilização do Açúcar não conseguiram transformar-se em produtos turísticos. Uma das entrevistas feitas na Secretaria de Turismo e Esportes foi interrompida pelo titular da pasta; no rápido diálogo que se seguiu, a Rota 33 foi descrita como “algo para fazer barulho junto à imprensa.”

A precariedade da Secretaria de Turismo e Esportes revelou-se também em algumas funções relativamente simples. A Cidade do Recife passou a maior parte da gestão João Paulo (2001-2008) sem contar com uma sinalização turística adequada, inclusive pelo atraso na liberação de recursos por parte do Ministério do Turismo. Apesar de a folheteria turística ter melhorado muito de qualidade (conteúdo e impressão), houve recorrentes faltas de material nos postos de informação turística, devido à falta de verba para impressão. Alguns materiais tiveram uma impressão restrita a mil cópias, esgotando-se em questão de dias. A PCR precisou novamente recorrer ao Shopping Center Recife para a impressão do Mapa Turístico do Recife, em 2006; como contrapartida, ele ganhou a quinta-feira (programação semanal) apenas para si, além do espaço destinado aos roteiros para cidades próximas (SHOPPING RECIFE; EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO; RECIFE CONVENTION & VISITORS BUREAU; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 200-?).

Confrontado com algumas experiências de observação participante, Carlos Lins Braga admite a falta de controle sobre os próprios postos de informação turística, apontando para problemas no atendimento: “Eu posso reconhecer, dar a mão à palmatória de que nossos postos de informação turística são um pouco deficientes por causa de carência de material e qualificação do pessoal.” (Entrevista na Cidade do Recife, 07/07/2005)

APÊNDICE Z – Propostas e ações no núcleo antigo, na gestão João Paulo (2001-2008) - complemento.

O primeiro plano anunciado foi o Plano de Revitalização do Centro Expandido, que pretendia “[...] reunir e potencializar uma *avalanche* de projetos urbanos [...] (ARAÚJO, 2002, p. 4, grifo do autor),” nas palavras de Norma Lacerda, diretora de urbanismo da PCR. Recolheu-se uma pesquisa derivada desse plano – Segmentos culturais no centro expandido do Recife –, encomendada pela Secretaria de Planejamento ao Centro Josué de Castro (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2003a); trata-se pouco mais de um trabalho (pobre) de compilação de dados culturais. Tudo indica que esse plano tenha sido apenas mais um nome fantasia; a pesquisa documental e as entrevistas não trazem outros registros dele.

O Bairro da Boa Vista também foi alvo de uma proposta voltada à moradia e ao comércio, inclusive com o estímulo à recuperação de imóveis protegidos e ao lançamento de novos empreendimentos residenciais. A URB chegou a dividir o bairro em quatro núcleos – Agamenon Magalhães, Conde da Boa Vista, Suassuna e Imperatriz (JORNAL DO COMÉRCIO, 2005a) –, mas a oficina não gerou resultados práticos, pelo menos vinculados a ela, com exceção de uma coleção de cartões postais do bairro.

Em 2001, o governo federal lançou o Programa Morar no Centro, através de uma parceria entre quatro prefeituras municipais (Recife, Rio de Janeiro, São Luís e Belém do Pará), a Caixa Econômica Federal e o governo francês (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 200-?b). Posteriormente, o programa contemplou outras cidades. Objetivando aumentar a oferta residencial na área central, o programa previa a recuperação de imóveis e sua adaptação ao uso residencial, além de outras ações complementares. Apesar de ter sido amplamente divulgado pela PCR, ele resumiu-se a duas intervenções, a saber: a) a recuperação do Edifício São José; e b) a restauração das fachadas da Rua Velha, no Bairro da Boa Vista.

Em entrevista, Milton Botler coloca que, “a nível nacional, o alcance desse programa foi pífio em áreas centrais.” (Entrevista na Cidade do Recife, 13/01/2011) Contribuíram para isso a ausência de linhas específicas de financiamento, além da adaptação do Programa de Arrendamento Residencial (reforma), a falta de interesse do mercado imobiliário e uma série de problemas políticos e burocráticos.

Na Rua Velha, a PCR firmou um convênio com o Ministério do Trabalho para montar o Curso de Formação de Restauradores, com o objetivo de formar mão-de-obra para trabalhos de restauro e conservação. A restauração das fachadas permitiria recuperar o casario civil, completar a educação de jovens carentes (oficina-escola), e prover uma boa visibilidade ao Programa Morar no Centro. Pelo menos cinquenta e três fachadas foram restauradas, segundo Vieira (2008). Contudo, o projeto foi ofuscado pelo desabamento de uma casa “restaurada,” risco sempre presente quando o restauro não contempla a estrutura (deteriorada) do imóvel.

Em 2004 ou 2005, a Diretoria de Projetos Especiais da URB elaborou o Plano de Reabilitação do Território Central, que contaria com o apoio do Programa de Reabilitação de Áreas Centrais, do Ministério das Cidades. Ele ligava-se à lógica de se intervir no conjunto do centro expandido do Recife, ao invés de centrar a intervenção pública em fragmentos urbanos, como tinha sido feito em gestões passadas. O diagnóstico deveria ficar pronto em outubro de 2005, como coloca Nancy Nery, então responsável por esse plano:

Quando o Ministério das Cidades criou o Programa de Reabilitação de Áreas Centrais, nós solicitamos recursos para a expansão do Programa Morar no Centro [...]; Nós conseguimos recursos para montar o Plano de Reabilitação do Território Central para os onze bairros que compõem a Região Político-Administrativa 1, que são os R\$ 157.000,00. [...] Ele foi licitado [diagnóstico], a licitação foi concluída, e nós estamos em fase de contratação. [...] Daqui a três meses, nós teremos a primeira etapa do plano, que é o diagnóstico. (Entrevista na Cidade do Recife, 14/07/2005)

Não é possível fazer uma análise mais elaborada do Plano de Reabilitação do Território Central, por falta de dados; não há notícias de qualquer ação relevante iniciada sob seu nome, pelo menos na gestão João Paulo (2001-2008).

No caso do Bairro do Recife, houve a implantação e consolidação de projetos e ações formulados em gestões passadas, com destaque para a implantação do Porto Digital, referência nacional como arranjo produtivo de sistemas de informação, informática e comunicação, principalmente na produção de *software*; foram instalados no bairro também a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (governo estadual), a Rede de Incubadoras de Base Tecnológica e o Centro de Estudos Avançados da Universidade Federal de Pernambuco (PORTO DIGITAL, 201-?; VIEIRA, 2008).

Com o financiamento do Programa MONUMENTA, o Pólo Alfândega assistiu o restauro da Igreja da Madre de Deus e do prédio da antiga alfândega; no segundo caso, houve a adaptação para o seu funcionamento como *shopping center*, o Paço Alfândega, que contou com a construção de dois prédios-garagem. Outras ações concluídas foram a reurbanização do Cais da Alfândega e melhorias na infra-estrutura e mobiliário urbano de algumas ruas (VIEIRA, 2008).

Após um breve período de sucesso inicial, o Paço Alfândega enfrentou a perda de clientes e lojistas; o equipamento foi visitado diversas vezes, entre 2005 e 2011, inclusive, e a perda gradual de movimento e locatários é visível. Um dos principais problemas do Pólo Alfândega é o impasse envolvendo o Edifício Chantecler, que deveria funcionar como um centro de cinemas, teatros, restaurantes e outros serviços ligados ao lazer, cultura e entretenimento. O restauro, iniciado em 2003, foi paralisado logo depois. Mesmo após a troca do empreendedor, a recuperação e utilização da edificação permaneciam indefinidas, no fim da gestão João Paulo (2001-2008). A Foto 231 mostra o estado avançado de deterioração do monumento, cuja paralisação dos trabalhos de restauro completou oito anos, em 2011:

Foto 231: Edifício Chantecler. Fonte: autor. A foto é de janeiro de 2011. As obras de restauro foram paralisadas há tanto tempo, que há uma brincadeira corrente no Recife: será necessário tomar muito cuidado na restauração do Edifício Chantecler, pois os andaimes também já foram tombados – eles assumiram um valor histórico. O insucesso comercial do Paço Alfândega e o atraso nas obras do Edifício Chantecler fizeram com que o Pólo Alfândega não gerasse os resultados previstos para a área. Além disso, Rúbia Campelo aponta que “a minha conclusão, para uma cidade grande como o Recife, é que o Programa MONUMENTA perde-se. Ele é tido como um entrave para as coisas, pois é cheio de exigências, de burocracia, e os recursos, no fim das contas, não são muito representativos.” (Entrevista na Cidade do Recife, 12/01/2011)

O Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar, que pode ser considerado a retomada do Projeto de Impacto 2 do Plano de Revitalização Bairro do Recife, foi formulado no início da gestão. Finalmente, ele saiu do papel na gestão João da Costa (2009-2012), com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (governo federal), após mais de vinte anos da publicação do Plano de Reabilitação do Bairro do Recife (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1987b)²⁰¹.

²⁰¹ Outras duas obras marcantes no Bairro do Recife foram a reforma e “inauguração” da primeira sinagoga das Américas, na Rua do Bom Jesus, e a implantação de um museu a céu aberto, perto da Praça do Arsenal da Marinha, que mostra os resquícios das muralhas do Recife.

ANEXO A – Principais consequências da conclusão da Avenida Dantas Barreto para o Bairro de São José (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1993c, p. 8-9).

O impacto da abertura destas duas avenidas [Dantas Barreto e Nossa Senhora do Carmo], das políticas suburbanizantes da época e da transferência da estação rodoviária para o Curado, entre outros motivos, foram significativas tanto para o bairro de Santo Antônio como para o de São José. O primeiro sofre significativa redução na sua importância administrativa, notadamente aquela ligada a iniciativa privada, e amplia sua função institucional. O segundo sofre grande redução do uso habitacional de pensões ao mesmo tempo em que vê ampliada sua função comercial e de serviços.

Implantada em 1972 pelo prefeito Augusto Lucena, com base na planta de gabarito dos bairros de Santo Antonio e São José, a abertura da Dantas Barreto causou a demolição de 430 imóveis e 1 igreja (a dos Martírios), além da eliminação de 11 ruas e 1 praça. Assim, ficou conhecida como “avenida assassina” e causou significativa polêmica, retratada através dos jornais da época.

A abertura da Avenida, com seus 1,3 km de comprimento, 25 a 50m de largura, expulsou centenas de pessoas, esvaziou o uso habitacional da área, e promoveu uma brutal transformação no que se refere a:

- descontinuidade ambiental da paisagem do bairro: quebra da morfologia predominante, pela eliminação de 1 conjunto inteiro de quadras de pequenas edificações, bem como implantação de via com dimensões conflitantes com o arruado existente;
- transformação de uso do entorno pela redução do uso habitacional e consequente decadência da área;
- expulsão de 431 famílias que habitavam o complexo espaço central, para a periferia da cidade;
- rápida mudança física do lado ímpar da avenida, criando um novo perfil do Bairro;
- demolição de um importante acervo histórico do século XIII e XX, representado pelo sobrado magro, ligados uns aos outros pelas laterais predominantes em 2 águas, todos situados no parametro das ruas;
- demolição da Igreja dos Martírios pertencente a Irmandade dos Martírios;

- rompimento do feitiço urbano com representação da condição humana dos homens que ali habitavam, responsável portanto pela permanência do espaço físico enquanto feitiço coletivo;
- demonstração do autoritarismo da época; o fato gerou toda uma polêmica envolvendo vários segmentos representativos da sociedade, sem que fosse suficiente para a compreensão do decisor municipal.